

TVR
N.º 167, DE 2022
(Do Poder Executivo)
MSC 619/2022

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.257, de 22 de julho de 2022, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Frutal, Estado de Minas Gerais.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, que renova permissões às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 5.460, de 28 de setembro de 2017 - Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro - AMICENTRO, no município de Salto do Jacuí - RS;
- 2 - Portaria nº 1.087, de 16 de outubro de 2020 - Associação Distribuidora de Pão Aos Pobres, no município de Ribeirão Preto - SP;
- 3 - Portaria nº 1.088, de 16 de outubro de 2020 - Associação Comunitária e Cultural Para o Progresso de Maranguape, no município de Maranguape - CE;
- 4 - Portaria nº 1.093, de 16 de outubro de 2020 - Associação Comunitária Rádio Paz FM, no município de Planaltina - GO;
- 5 - Portaria nº 1.097, de 16 de outubro de 2020 - Associação Comunitária e Cultural Nova Rússia, no município de Ponta Grossa - PR;
- 6 - Portaria nº 1.100, de 16 de outubro de 2020 - Associação Cultural Sebastião Cândido Rios de Trindade Goiás, no município de Trindade - GO;
- 7 - Portaria nº 2.655, de 19 de maio de 2021 - Associação Comunitária e Cultural Tabireense, no município de Tabira - PE;
- 8 - Portaria nº 3.013, de 7 de julho de 2021 - Associação Comunitária e Cultural Castelense de Monte Castelo, no município de Monte Castelo - SC;
- 9 - Portaria nº 3.175, de 30 de julho de 2021 - Associação Comunitária Cultura do Vale, no município de Ceará-Mirim - RN;
- 10 - Portaria nº 3.176, de 28 de julho de 2021 - Rádio Comunitária Diamantina FM de Governador Edison Lobão, no município de Governador Edison Lobão - MA;
- 11 - Portaria nº 3.252, de 4 de agosto de 2021 - Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de São Miguel do Guamá, no município de São Miguel do Guamá-PR;

12 - Portaria nº 3.393, de 11 de setembro de 2021 - Associação de Difusão Comunitária Barraconense, no município de Barracão – RS;

13 - Portaria nº 3.396, de 18 de agosto de 2021 - Associação de Moradores e Amigos de Serranópolis do Iguaçu, no município de Serranópolis do Iguaçu - PR;

14 - Portaria nº 3.492, de 31 de agosto de 2021 - Associação Comunitária Nova Dimensão de Radiodifusão para Desenvolvimento Cultural e Artístico, no município de Barra do Choça - BA;

15 - Portaria nº 3.495, de 31 de agosto de 2021 - Associação Comunitária de Apoio às Entidades - ACAE, no município de Caibi – SC;

16 - Portaria nº 4.120, de 19 de novembro de 2021 - Associação Jardim América de Desenvolvimento e Assistência Comunitária – AJADAC, no município de Capão do Leão – RS;

17 - Portaria nº 5.456, de 2 de maio de 2022 - Associação Comunitária Um Novo Amanhã, no município de Natal - RN; e

18 - Portaria nº 6.257, de 22 de julho de 2022 - Associação Comunitária Cultural Frutalense, no município de Frutal - MG.

Brasília, 22 de novembro de 2022.

EM nº 00246/2022 MCOM

Brasília, 14 de Setembro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.024836/2019-39, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4.668/2022/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.257, de 22 de Julho de 2022 publicada em 29/07/2022, que renova a outorga da Associação Comunitária Cultural Frutalense (CNPJ nº 06.933.165/0001-00), executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/07/2022 | Edição: 143 | Seção: 1 | Página: 10

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 6.257, DE 22 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.024836/2019-39, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4668/2022/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de agosto de 2019, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Frutalense, inscrita no CNPJ nº 06.933.165/0001-00, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 636/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 23 de novembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as permissões outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 5.460, de 2017; 1.087, 1.088, 1.093, 1.097 e 1.100, de 2020; 2.655, 3.013, 3.175, 3.176, 3.252, 3.393, 3.396, 3.492, 3.495 e 4.120, de 2021; e 5.456 e 6.257, de 2022.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 24/11/2022, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado:



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3761864** e o código CRC **51205129** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

63

Ào Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Departamento de Outorgas e Serviços

Secretaria de Radiodifusão Comunitária

Ref: **Processo 53000.043548/04**

Localidade: **Frutal – MG**

Serviço: **Radiodifusão Comunitária**

Prezados senhores,

A Associação Comunitária Cultural Frutalense, entidade autorizada na Prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária através da Portaria 196, publicada no Diário Oficial da União no dia 21 de Maio de 2007, vem através de seu representante legal encaminhar documentação referente **alteração jurídica da entidade**, cujos documentos seguem em anexo.

Frutal, 02 de Maio de 2019.



Lincoln Biage Gomes

Lincoln Biage Gomes

Presidente



Relação de Documentos da entidade e diretoria

- a) Cópia autenticada da Ata da Diretoria em Exercício registrada em cartório;
- b) Cópia autenticada dos Estatutos atualizado e registrado em cartório;
- c) CNPJ atualizado da entidade
- d) Cópia de requerimento de alteração de caráter Jurídico, assinado por todos os diretores com firma reconhecida;
- e) Cópia autenticada do RG, CPF, Título de Eleitor e comprovante de endereço de todos os diretores;
- f) Declaração assinada por todos os diretores comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço de radiodifusão Comunitária com firma reconhecida;
- g) Declaração assinada por todos os diretores informando o local de residência;
- h) Declaração do Representante legal atestando que a entidade encontra-se com suas instalações em conformidade com a expedição da última licença;
- i) Relatório de Vistoria Técnica;
- j) Atestado de antecedentes do foro criminal estadual e federal, bem como atestado de antecedentes da polícia civil e federal e eleitoral de todos os diretores;
- k) Certidão Negativa de débitos Junto a Receita Federal, Anatel, FGTS e Seguridade social da entidade, bem como das secretarias da fazenda Estadual e Municipal.

Documentos Conselho Comunitário

- a) Cópia de Inscrição de CNPJ;
- b) Cópia da Ata da Diretoria em Exercício;
- c) Cópia atualizada dos atuais estatutos;
- d) Cópia do RG e CPF dos Integrantes do Conselho Comunitário;
- e) Ata de Reunião do Conselho Comunitário, com avaliação da programação e parecer favorável;
- f) Relatório resumido da programação;

04

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
Esplanada dos Ministérios - Bloco "R" - 3º andar - anexo oeste - sala 300 - 70044-900 - Brasília/DF
Fone: (61) 3311-6177 - Fax: (61) 3311-6617

Ofício nº 2233 /2011/RADCOM/DEOC/SCE-MC

Brasília, 26 de abril de 2011.

Ao Senhor
Rodrigo Cardoso de Assis Ferreira
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE
Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031 - Universe Residence Plaza
38200-000 Frutal/MG

Assunto: Encaminhamento de Licença para funcionamento
Processo nº: 53000.043548/04

Prezado Senhor,

Estamos encaminhando, anexo a este ofício, a Licença Definitiva para Funcionamento de Estação de Radiodifusão Comunitária da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE, na localidade de Frutal, no Estado de Minas Gerais, com a alteração de local.

Atenciosamente,



DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Nº: 000045/2009-MG

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

FLS: 001/001

NOME/RAZÃO SOCIAL ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE - CNPJ: 06.933.165/0001-00		Nº DA ENTIDADE 50404304770	
Nº DA ESTAÇÃO 690505256	SERVIÇO Rádiodifusão Comunitária	NAT. SERV. *****	LATITUDE 20S013700
		LONGITUDE 48W540000	

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO AVENIDA JUQUINHA GANHA POUCO 1031	DISTRITO *****
BAIRRO UNIVERSE RESIDENCE PLAZA	MUNICÍPIO FRUTAL
UF MG	

CIDADE DA OUTORGA : Frutal/MG
NOME FANTASIA : RÁDIO CULTURA FM
FREQÜÊNCIA : 104,9 MHz
HORÁRIO FUNCIONAMENTO : 00:00 a 24:00 - Dom. a Sáb.
INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ZYX434
ESTÚDIO

Número Processo : 530000435482004

CANAL : 285
RAIO DA ÁREA DE SERVIÇO : 1.00 KM
PERP MÁXIMA : ***** W

ENDEREÇO : AVENIDA JUQUINHA GANHA POUCO 1031 UNIVERSE
RESIDENCE PLAZA
MUNICÍPIO : Frutal
TRANSMISSOR PRINCIPAL : Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.
CÓDIGO : 0717030345
TRANSMISSOR AUXILIAR : *****
CÓDIGO : *****
ANTENA :
FABRICANTE : ANTENAS ELECTRIL LTDA.
GANHO : 0.00 dBd
DESCRIÇÃO : PLANO TERRA
COTA BASE DA TORRE : ***** m

LOCALIDADE : *****
UF : MG
MODELO : TEC113
POTÊNCIA : 25,000 W
MODELO : *****
POTÊNCIA : ***** W

MODELO : PT 160
POLARIZAÇÃO : Vertical
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : 30.0 m

A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RADIODIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.

IMPRESSA EM 25/03/2011

OBSERVAÇÕES 06.933.165/0001-00	Licenciada Em 14/09/2009	VÁLIDA ATÉ 17/08/2019	GENILDO LIMA DE ALBUQUERQUE NETO Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica
-----------------------------------	------------------------------------	---------------------------------	--

Aprovo o Relatório nº 119/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 15 de abril de 2004 – **Carlos Alberto Freire Resende**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica Substituto.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, inovação, Comunicação e informática – decisão terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 328, DE 2008**

(Nº 531/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 196, de 17 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 105, DE 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 2.954, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 629, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária pelo Meio Ambiente, Cultura e Comunicação Social, na cidade de Cerro Corá – RN;

2 – Portaria nº 581, de 5 de novembro de 2003 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Gramado Xavier, na cidade de Gramado Xavier – RS;

3 – Portaria nº 692, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Cultural Rádio Amigos FM, na cidade de Entre Rios do Sul – RS;

4 – Portaria nº 774, de 22 de dezembro de 2003, alterada pela de nº 128, de 12 de abril de 2004 – As-

sociação Comunitária Sócio Cultural Kiriris, na cidade de Tomar do Geru – SE;

5 – Portaria nº 100, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária de Comunicação Futura, no município de Comendador Gomes – MG;

6 – Portaria nº 34, de 7 de fevereiro de 2006 – ABECCA – Associação Benemerita e Cultural de Conceição das Alagoas, no município de Conceição das Alagoas – MG;

7 – Portaria nº 589, de 15 de setembro de 2006 – Associação Civil de Radiodifusão Comunitária Iguaçu FM, no município de Iguaçu – PR;

8 – Portaria nº 697, de 23 de outubro de 2006 – Associação Comunitária, Cultural e Artística de Tomazina, no município de Tomazina – PR;

9 – Portaria nº 805, de 25 de outubro de 2006 – Rádio Comunitária Popular FM, no município de Uruçânia – MG;

10 – Portaria nº 99, de 28 de março de 2007 – Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Maranguape, no município de Maranguape – CE;

11 – Portaria nº 135, de 12 de abril de 2007 – Associação Comunitária e Cultural Integração FM, no município de Ponte Alta – SC;

12 – Portaria nº 142, de 12 de abril de 2007 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Arez/RN – ACCCARN, no município de Arez – RN;

13 – Portaria nº 144, de 12 de abril de 2007 – Associação da Rádio Comunitária Vale do Prata, no município de Landri Sales – PI;

14 – Portaria nº 196, de 17 de maio de 2007 – Associação Comunitária Cultural Frutalense, no município de Frutal – MG;

15 – Portaria nº 197, de 23 de maio de 2007 – Associação de Comunicação e Cultura de Taquaraçu de Minas – ACCTM, no município de Taquaraçu de Minas – MG;

16 – Portaria nº 202, de 28 de maio de 2007 – Associação de Integração Comunitária Vida, no município de Miranda – MS;

17 – Portaria nº 203, de 28 de maio de 2007 – Associação Comunitária Cidade – Cidade, no município de Três Pontas – MG;

18 – Portaria nº 233, de 28 de maio de 2007 – Associação dos Produtores Rurais de Santana do Itararé – PR – A.P.R., no município de Santana do Itararé – PR;

19 – Portaria nº 2 236, de 28 de maio de 2007 – Associação Comunitária Idéias e Ações dos Nativos de Rio de Contas, no município de Rio de Contas – BA;

20 – Portaria nº 253, de 29 de maio de 2007 – Associação Cultural Santanense – ACS, no município de Santana do Seridó – RN;

091

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE

CNPJ 06.933.165/0001-00

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

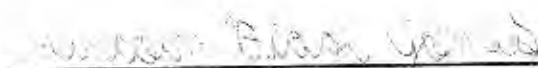
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Associação Comunitária Cultural Frutalense, entidade civil, sem fins lucrativos, CNPJ 06.933.165/0001-00, com sede na Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031, Frutal, MG, CEP 38.120-000 através de seu presidente **Lincoln Biage Gomes**, no final assinado, vem, respeitosamente a presença de V. Sas convocar para a realização da **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a se realizar no dia **07 de Agosto de 2018, às 19:30 horas em primeira convocação e, as 20:00 horas em segunda convocação**, e, uma vez havendo quorum para deliberação, na forma dos artigos 12º, 13º, 14º, 15º, 16º, 17º e 18º do Estatuto Social, serão discutidos os seguintes assuntos de interesse da Associação e seus associados: a eleição de nova diretoria e Conselho Fiscal; d) Eleição dos representantes das entidades para composição do Conselho Comunitário. A presente convocação de Assembleia Geral extraordinária é feita com base nos estatutos da entidade.

Fica facultado a qualquer associado que tiver interesse em participar como candidato a qualquer cargo da diretoria desta Associação, e que esteja em dia com suas obrigações sociais, que apresente sua candidatura, apresentando chapa completa ou individualmente, até o dia da realização da assembleia Geral Extraordinária convocada neste ato.

E, para que não se alegue ignorância da presente convocação, além do envio do presente para cada um dos associados, será afixado um exemplar do presente Edital de Convocação na sede desta Associação, à Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031, Frutal, MG, CEP 38.200-000, no quadro de avisos.

Frutal, 23 de Julho de 2018.



Lincoln Biage Gomes

Presidente



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8838

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia contém uma cópia original exibido em cartório Dou fô
Frutal, 08 de Maio de 2019

Em testemunho da verdade


- ☐ Evidência Hascimento de Igual - Escritura Hascimento
☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritura Autenticada

QUANTIDADE 1 2 4

Mayara Oliveira Silva - escrevente

Quantidade	Valor	Descrição	Total
1	100,00	100,00	100,00
2	200,00	200,00	200,00
4	400,00	400,00	400,00

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça
 Registro de Títulos e Documentos e Juízo de Fribal MG
 Site: www.tjmg.br - CNPJ: 08.946.121/0001-01
 Total de atos: 4 - Emissão: 136,58 R\$ - 48,22 Total: 184,80
 Consulta a validade deste 6 no site: <https://selos.gmg.jus.br>



ALICATAÇÃO
 ANO 1984 E VERSO

(Faint, mostly illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the document.)

30

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE

CNPJ 06.933.165/0001-00

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de Agosto de 2018, às 19:30 horas na sede da Associação Comunitária Cultural Frutalense, CNPJ 06.933.165/0001-00, localizada na Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031, Frutal, MG, CEP 38.200-000, reuniram-se os associados para a realização da Assembleia Geral Extraordinária para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal; b) Eleição das entidades do Conselho Comunitário.

Iniciado os Trabalhos, o Sr. Presidente da entidade Sr. Lincoln Biage Gomes deu início aos trabalhos da presente Assembleia Geral Extraordinária e solicitou dos associados presentes a indicação de um associado para secretariar a mesma. Após debates entre os presentes, foi indicado a Sra. Patrícia Inildelaine Brito Oliveira para secretariar os trabalhos. Iniciado os trabalhos o Sr. Presidente deu início a contagem de quórum para a deliberação da mesma, que após contagem minuciosa dos associados presentes, foi considerada lícita em primeira convocação, com a presença de mais de 2/3 dos associados presentes em dia com suas obrigações sociais, neste caso, a mesma será realizada em primeira convocação. Dando sequência aos trabalhos, o Sr. Presidente dá início ao item "a" da ordem do dia, que é a Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal da entidade, com mandato de 4 anos, com término no dia 07 de Agosto de 2022. Após debates e um recesso de 15 minutos para apresentação de chapas, foi reaberto os trabalhos, Em seguida o Sr. Presidente informou a todos que apenas uma chapa foi inscrita para concorrer a nova diretoria, composta por: **Presidente:** Lincoln Biage Gomes, Brasileiro, Solteiro, Auxiliar de Escritório, portador do RG 35.071.611-0 SSP/SP e do CPF/MF 226.639.958-60, residente e domiciliado na Rua Ipiranga, 411, Centro, Frutal, MG, CEP 38.200-000; **Diretora Administrativa:** Patrícia Inildelaine Brito Oliveira, brasileira, solteira, recepcionista, portadora do RG MG-15.624.200 PC/MG e do CPF/MF 117.446.476-31, residente e domiciliada na Rua Marcondes Machado, 935, Santos Dumont, Frutal, MG, CEP 38.200-000; **Diretora Financeira:** Marli Ferreira de Paula, brasileira, separada, do lar, portadora do RG 27.490.107-9 SSP/SP e do CPF/MF 343.660.928-59, residente e domiciliada na Rua Professora Sônia Beatriz de Oliveira Furtado, 158, Bairro Flamboyant, Frutal, MG, CEP 38.200-000; **Diretor de Comunicações e Operações:** Maximiliano Vieira Melo, brasileiro, solteiro, Diretor Administrativo, portador do RG MG-17.367.347 PC/MG e do CPF/MF 114.373.236-77, residente e domiciliado na Rua Viriato Correia, 311, Centro, Frutal, MG, CEP 38.200-000; **Conselho Fiscal:** Claudileide Nascimento de Souza, brasileira, casada, Serviços Gerais, portadora do RG MG-23.092.183 PC/MG e do CPF/MF 043.676.964-64, residente e domiciliada na Rua Três, 64, Residencial Zona Sul, Frutal MG, Cep 38200-000; **Conselho Fiscal:** Monique Freitas Martins, brasileira, solteira, Bióloga, portadora do RG MG-10.550.874 PC/MG e do CPF/MF 104.198.466-97, residente e domiciliada na Rua Paraná, 564, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Frutal, MG, CEP 38.200-000.

Lincoln Biage Gomes



13. 1984年12月24日 星期一

☐ Evado Nascimento de Aguiar - Escritores Analfabetos



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE

CNPJ 06.933.165/0001-00



Em seguida o Sr. Presidente encaminhou o processo de votação da referida chapa, que após amplo debate entre os associados presentes, foi aprovada por unanimidade.

Em continuidade o Sr. Presidente colocou em discussão o item "b" da ordem do dia, que é a eleição das entidades que comporão o Conselho Comunitário, que segundo os estatutos e a lei 9612/98, que institui o Serviço de radiodifusão Comunitária é composto por 5 (cinco) entidades da Comunidade local. Após amplo debate sobre o assunto, foram inscritas 5 (cinco) entidades da sociedade civil, sem fins lucrativos, para compor o Conselho Comunitário, composta pelas seguintes entidades sendo elas: APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Frutal, entidade Civil, sem fins lucrativos, CNPJ 20.043.493/0001-54, com sede na Rua Treze de maio, 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal, MG, CEP 38.200-000, representada pela Sra. Maria Auxiliadora Correa Barbosa, brasileira, casada, do lar, portadora do RG MG-18.533.792 PC/MG e do CPF/MF 341.029.576-34; Sindicato Rural de Frutal, entidade civil, sem fins lucrativos, CNPJ 17.810.839/0001-98, Com sede na Rua Antonio Rodrigues de Souza, 405, Bairro Alto da Boa Vista, Frutal, MG, CEP 38.200-000, representado pelo Sr. Nivaldo Pacheco de Moraes, brasileiro, casado, trabalhador rural, portador do RG MG-10.013.245 SSP/MG e do CPF/MF 621.260.838-53; Associação Voluntária de Combate ao Câncer de Frutal - AVCC Frutal, Entidade Civil, Sem fins Lucrativos, CNPJ 11.254.420/0001-10, com sede na Avenida Rio de Janeiro, 1079, Fundos, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Frutal, MG, CEP 38.200-000, representada pela Sra. Eliana Alice Lima Silva, brasileira casada, do lar, portadora do RG MG-995.310 PC/MG e do CPF/MF 463.371.728-04; Centro de Recuperação de Alcoólatras - CEREAL, entidade civil, sem fins lucrativos, CNPJ 20.055.729/0001-72, com sede na Rua João Heitor de Assunção, 50, Bairro Bela Vista, Frutal, MG, CEP 38.200-000, representado pelo Sr. Celmo Garcia da Silva, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG M-7.721.452 SSP/MG e do CPF/MF 900.613.816-91; Vila São Vicente de Paulo da Sociedade São Vicente de Paulo de Frutal- MG, entidade civil, sem fins lucrativos, CNPJ 20.058.756/0001-07, com sede na Rua Aredio Santana de Andrade, 980, Bairro Alto Boa Vista, Frutal, MG, CEP 38.200-000, representada pela Sra. Raquel Mirian da Silva Paula, brasileira, casada, do lar, portadora do RG M-9.063.763 SSP/MG e do CPF/MF 002.709.816-83. Após a apresentação das entidades, o Sr. Presidente encaminhou o processo de votação das entidades para a composição do Conselho Comunitário, que após amplo debate entre os presentes, foi aprovada por unanimidade.

Após algumas considerações o Presidente empossou a nova Diretoria, o Conselho Fiscal e as entidades eleitas do Conselho Comunitário agradecendo a oportunidade e desejando boa sorte à todos pelo mandato de 4 anos, que se encerrará no dia 07 de Agosto de 2022.

Assim deu-se por encerrado a presente Assembleia Geral Extraordinária da Associação Comunitária Cultural Frutalense, cuja ata segue assinada pelo Presidente, pela secretária e em lista anexa pelos associados presentes, bem como os novos estatutos.

Potência e Abençoando Frutal e o Brasil

Luiz Carlos Braga Gomes



Assinatura

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE

CARTÃO DO FÓRUM DE NOTAS
PRADO 7 DE SETEMBRO, 372 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (041) 3421-8828

AUTENTICAÇÃO
A presente certidão contém o original emitido em cartão Do nº
Finalidade: 08 de Maio de 2019
Em nome de Monte Os Reis do Carmo
☐ Estado Nacional de Igual - Escritura Pública
☒ Monte Ap. R. Andrade - Escritura Pública



Eu, Monte Os Reis do Carmo, sou o titular do imóvel descrito no cartão de notas nº 08 de Maio de 2019, emitido em nome de Monte Os Reis do Carmo, e por meio deste documento declaro que o mesmo é verdadeiro e que não possui nenhuma pendência ou ônus em relação ao mesmo.

Declaro também que o imóvel descrito no cartão de notas nº 08 de Maio de 2019, emitido em nome de Monte Os Reis do Carmo, é de minha propriedade e que não possui nenhuma pendência ou ônus em relação ao mesmo.

Declaro ainda que o imóvel descrito no cartão de notas nº 08 de Maio de 2019, emitido em nome de Monte Os Reis do Carmo, é de minha propriedade e que não possui nenhuma pendência ou ônus em relação ao mesmo.

Declaro por fim que o imóvel descrito no cartão de notas nº 08 de Maio de 2019, emitido em nome de Monte Os Reis do Carmo, é de minha propriedade e que não possui nenhuma pendência ou ônus em relação ao mesmo.

Assinatura: Monte Os Reis do Carmo
Data: 08 de Maio de 2019

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL
FRUTALENSE**

CNPJ 06.933.165/0001-00

Frutal, 07 de Agosto de 2018.

Patricia Imbellone Brito Alencar

Patricia Inideldaine Brito Oliveira
Diretora Administrativa

Lincoln Birth Home

Lincoln Biage Gomes
Presidente

Dr. Paulo Ramadier Coelho
Advogado OAB/MG 31.612-B

[illegible]

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL
FRUTALENSE
CNPJ 08.923.162/0001-00

Fruta 07 de Agosto de 2018

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8835

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o
original exibido em cartório em 07/08/2018

Frutal 07 de Agosto de 2018

Em test. de *Paula P. R. Silva Andrade*

☐ Evandro Nascimento de Aguiar - Escrevente Autorizada

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada



Paula P. R. Silva Andrade
Diretora

Lincoln Bispo Gomes
Presidente

Dr. Paulo Ramêz de Castro
Advogado OAB/MG 21.812-8

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE

CNPJ 06.933.165/0001-00



LISTA DE PRESENÇA DE ASSOCIADOS ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DATA: 07/08/2018

Nome completo: Mari Ferreira de Paula
Endereço Completo: Rua D. Maria Beatriz, Estado 158, Bairro, Fiumeço
Cidade: Frutal, RG: 27.490.707-9, CPF: 349.660.928-59
Assinatura: Mari Ferreira de Paula

Nome completo: Gelethanna C. C. C.
Endereço Completo: Rua Fátima Barreto, 481, Bairro, Alto B. V. J.
Cidade: Frutal, RG: 14354846, CPF: 737.412.136-53
Assinatura: Gelethanna C. C. C.

Nome completo: Patrícia Smildehaim Brito Oliveira
Endereço Completo: Rua Manoel de Mello, 935, Bairro, Jardim da Moura
Cidade: Frutal - MG, RG: 15.624.200, CPF: 112.446.426-31
Assinatura: Patrícia Smildehaim Brito Oliveira

Nome completo: Rodrigo Cardoso de Amor Faria
Endereço Completo: Rua Frei Teodoro, 195, Bairro, Nova Senhora do Carmo
Cidade: Frutal, RG: 10.419.993, CPF: 043.964.336-87
Assinatura: Rodrigo

Nome completo: Sandra Blasi Gomes
Endereço Completo: Rua Beltrão, 411, Bairro, Centro
Cidade: Frutal, RG: 3807964-0, CPF: 226.638.058-60
Assinatura: Sandra Blasi Gomes

Nome completo: Chandibadi Nascimento de Souza
Endereço Completo: R. 3, 12-64, Bairro, Zona Sul
Cidade: Frutal, RG: 23.092.183, CPF: 045.576.964-64
Assinatura: Chandibadi Nascimento de Souza

20

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL
FRUTALENSE
(CPF 06.933.162/0001-00)

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3431-8835

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia contém com o
original exibido em cartão 005 14
FRUTAL MG 08 de Maio de 2019

Em data 08 de Maio de 2019

- ☐ Euclides Nazareno de Aguiar - Escrevente Autorizada
☒ Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada



Nome completo: _____
Endereço completo: _____
Cidade: _____ RG: _____ CPF: _____
Assinatura: _____

Nome completo: _____
Endereço completo: _____
Cidade: _____ RG: _____ CPF: _____
Assinatura: _____

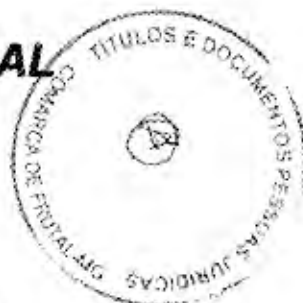
Nome completo: _____
Endereço completo: _____
Cidade: _____ RG: _____ CPF: _____
Assinatura: _____

Nome completo: _____
Endereço completo: _____
Cidade: _____ RG: _____ CPF: _____
Assinatura: _____

Nome completo: _____
Endereço completo: _____
Cidade: _____ RG: _____ CPF: _____
Assinatura: _____

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL
FRUTALENSE**

CNPJ 06.933.165/0001-00



**LISTA DE PRESENÇA DE ASSOCIADOS
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DATA: 07/08/2018**

Nome completo: Monique Guter Martins
Endereço Completo: Rua Almeida, 554 Bairro: Nossa Senhora Aparecida
Cidade: Frutal - MG RG: MG 10.550.879 CPF: 104.198.966-97
Assinatura: Monique Guter Martins

Nome completo: Maximiliano Uliana Melo
Endereço Completo: Rua Uliana Correia, 311 Bairro: Centro
Cidade: Frutal RG: MG 11.361.344 CPF: 114.373.236-77
Assinatura: Maximiliano Uliana Melo

Nome completo: Dani de Carvalho
Endereço Completo: R. Santa Helena, 935 Bairro: P. Industrial
Cidade: Frutal RG: MG 7.816.497 CPF: 984245136-49
Assinatura: Dani de Carvalho

Nome completo: Maria Regina da Silva Roque
Endereço Completo: R. José Mendes, 177 Bairro: N. S. Aparecida
Cidade: Frutal - MG RG: MG 661316 CPF: 464.216.766-91
Assinatura: [Assinatura]

Nome completo: Raquel Maria da Silva Paula
Endereço Completo: R. Padre Santana Indade, 980 Bairro: Boa Vista
Cidade: Frutal RG: MG 9.063.763 CPF: 002.709.916-83
Assinatura: Raquel Maria da Silva Paula

Nome completo: Elisiana Alice Lima Silva
Endereço Completo: R. João de Jesus, 1079 Bairro: N. S. Aparecida
Cidade: Frutal RG: MG 935310 CPF: 469.341.926-04
Assinatura: Elisiana Alice Lima Silva



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8835

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o
original exibido em cartório Ocorrendo
Frutal - MG de 07 de Maio de 2019
Em 100% da veracidade

[Assinatura]
☐ Evêdo Nascimento de Aguiar - Escrevente Público
☒ Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autenticada

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL
FRUTALENSE
CNPJ 06.933.162/0001-40

EM BRANCO
LISTA DE PRESENÇA DE
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DATA: 07/08/2018

Nome completo _____
Endereço Completo _____
Cidade _____ RG _____ CPF _____
Assinatura _____

Nome completo _____
Endereço Completo _____
Cidade _____ RG _____ CPF _____
Assinatura _____

EM BRANCO
Nome completo _____
Endereço Completo _____
Cidade _____ RG _____ CPF _____
Assinatura _____

Nome completo _____
Endereço Completo _____
Cidade _____ RG _____ CPF _____
Assinatura _____

Nome completo _____
Endereço Completo _____
Cidade _____ RG _____ CPF _____
Assinatura _____

Nome completo _____
Endereço Completo _____
Cidade _____ RG _____ CPF _____
Assinatura _____

EM BRANCO

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL
FRUTALENSE**

CNPJ 06.933.165/0001-00



**LISTA DE PRESENÇA DE ASSOCIADOS
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

DATA: 07/08/2018

Nome completo: Wanderson Pacheco de Moura
Endereço Completo: Rua Antônia Barreira, 500, Bairro
Cidade: União da Vitória, RG: 1003245, CPF: 621260838-55
Assinatura: [assinatura]

Nome completo: celmo garcia da silva
Endereço Completo: Rua José Heriberto de Almeida, 50 Bairro, Itanhandu
Cidade: Batalha, RG: 7.721.452, CPF: 966.613.816-91
Assinatura: Celmo Garcia da Silva

Nome completo: Leonardo Henrique Schuchardt
Endereço Completo: Rua Celso Luiz, 136 Bairro: Centro
Cidade: Porto Alegre RG: ME 10.048.091 00270634-14
Assinatura: [assinatura] 27-581/mc

Nome completo: Luiza Inês de C. S. Sousa
Endereço Completo: Rua Plácido Brandão, 405, Bairro, Piraí, São Paulo
Cidade: Piraí, RG: 4-166-357, CPF: 310.882.606-92
Assinatura: _____

Nome completo: Mauro José da Costa Barros
Endereço Completo: R. 1039 de maio 410 Bairro: Grado Carmo
Cidade: Itapetininga RG: 2516408 CPF: 341.029.516-34
Assinatura: [assinatura]

Nome completo: _____
Endereço Completo: _____, _____ Bairro, _____
Cidade: _____, RG: _____, CPF: _____
Assinatura: _____



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-0898

AUTENTICAÇÃO
 Apresente xerocopia contendo **com o**
 original exibido em cartório. Dou fé

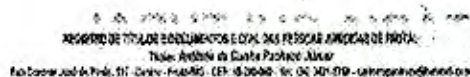
Frutal - MG, de 08 de Maio de 2019

Em 12/05/2019

Marcelo Casimiro Andrade

☐ Escrito: Escritura de Aquisição - Escritura Pública

☒ Escrito: Aquisição - Escritura Pública



000100 8101 00001 35101-4 Time

QUANTICODE _____ 1 2 3

2004年12月11日星期五

Follow-up	Endurance	SS	Agitation	CV	
	174.50	207	8.10	145.20	

Endereço: Rua José Corrêa, 100 - Jd. do Paraíso, 13064-000, São Paulo, SP
 Telefone: (11) 5082-1111
 E-mail: contato@nubank.com.br



ASSOCIAÇÃO COMU-
FRUTA

LISTA DE PRESENÇA

ASSEMBLEA CERA

81058070 : A T A Q

AUTENTICAÇÃO
ANVERSO E VERSO

Associação Comunitária Cultural Frutalense

ESTATUTO



I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A **Associação Comunitária Cultural Frutalense** é uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida para fins não econômicos do município de Frutal, MG, fundada em 07 de agosto de 2004, com sede na Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031, Município de Frutal, Estado de Minas Gerais, CEP 38.200-000

Parágrafo Único - A **Associação Comunitária Cultural Frutalense** utilizará como denominação fantasia a denominação de "Rádio Cultura FM" e reger-se-á pelas disposições deste Estatuto e pelas vigentes no território nacional.

Art. 2º - A **Associação Comunitária Cultural Frutalense** tem por finalidades e objetivos beneficiar a comunidade com vistas a:

- Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária de acordo com a legislação vigente;
- Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos da cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- Oferecer mecanismos a formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, de geração de informação e de produção cultural a todos os segmentos sociais, da forma mais acessível possível;
- Fomentar, por todas as suas instâncias e meios, a democratização da comunicação;
- Fomentar a capacitação dos cidadãos para leitura crítica dos meios de comunicação, nas suas diversas modalidades, e para o debate da estética, dos conteúdos, da linguagem e da técnica empregada;
- Estimular o desenvolvimento dos serviços de radiodifusão pautado pelas noções de participação da sociedade e de preservação do interesse público.

Art.3º - Para a consecução das suas finalidades, a **Associação Comunitária Cultural Frutalense** poderá realizar as seguintes atividades:

- Desenvolver pesquisas nas áreas social, política, cultural e econômica;
- Organizar, promover, apoiar e realizar cursos, seminários, debates e treinamentos, regulares ou intensivos;
- Imprimir, confeccionar e reproduzir material didático, livros, revistas, jornais, folhetos e Impressos, de acordo com as suas finalidades;
- Produzir obras audiovisuais, cinematográficas ou de multimídia, bem como programas de radiodifusão;
- Patrocinar de exposições, festivais, espetáculos e atividades congêneres;
- Conceder prêmios a autores, artistas, escritores, técnicos de arte, espetáculos musicais e de artes cênicas ou produções e programas de televisão e rádio, obras de vídeo, filmes ou multimídia em atividades, concursos e festivais realizados no Brasil;



Portaria Sindicalista Bruto Almeida

Portaria

[Handwritten signature]

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

- 
- g) Construir, organizar, equipar, manter ou formar arquivos, bancos de dados, videotecas ou bibliotecas de uso público;
- h) Construir e equipar salas e outros ambientes destinados a atividades artísticas e culturais em geral;
- i) Fornecer, gratuitamente, bolsas de estudo e transporte para artistas, conjuntos musicais, estudantes, pesquisadores, professores ou conferencistas, brasileiros ou residentes no Brasil ou no exterior.
- j) Estabelecer parcerias, celebrar convênios, contratos e termos de cooperação e manter intercâmbios com organizações similares, nacionais e internacionais;
- k) Filiar-se a entidades congêneres que atuem nos planos regional, nacional ou internacional;
- l) Desenvolver formas de cooperação com os Conselhos previstos na Lei Orgânica do município de Frutal - MG.

Art. 4º - A Associação Comunitária Cultural Frutalense:

- a) Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas da comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político ideológico-partidária e condição social nas relações comunitárias;
- e) Garantir o exercício da mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, assegurando a liberdade de expressão aos representantes das entidades associadas, buscando sempre a unidade na ação;
- f) Orientar sua ação por princípios éticos e de igualdade, participação, representação da pluralidade e solidariedade;
- g) Defender a solidariedade entre os povos, o ambiente natural, a biodiversidade e os recursos naturais não renováveis, os direitos humanos, as liberdades individuais e coletivas e a justiça social.

§1º - É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão de associados.

§2º - Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea, em matérias polemicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§3º - Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela **Associação Comunitária Cultural Frutalense**.

§4º - Para os fins deste Artigo a dedicação as atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projeto planos de ações correlatas por meio de recursos físicos humanos e financeiros ou ainda pela prestação de serviços comunitários intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público Municipal Estadual e Federal que atuem em áreas afins.

§5º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.



Patrícia Smilchowski Costa Vinício

Amorim

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8838

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocopia confere com o
original exibido em cartório Dou M

Frutal MG de 08 de Maio de 2019

Em test. Maria R. Andrade da ven. Andrade

☐ Evado Nascimento de Aguiar - Escrevente Autorizada

☒ Maria R. Andrade - Escrevente Autorizada



§6º - A Associação Comunitária Cultural Frutalense não tomará parte em manifestações de caráter político partidário nem cederá qualquer de suas dependências para tais fins.

II - DO PATRIMONIO E RECEITAS

Art. 5º - Para a realização de seus objetivos a Associação Comunitária Cultural Frutalense contará com receita e patrimônio constituído de:

- a) Bens móveis e imóveis existentes ou que venham a ser adquirido;
- b) Doações e legados bem como subvenções ou auxílios provenientes de entidade públicas ou privadas;
- c) Contribuição espontânea mensal de associados;
- d) De campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim, Patrocínios, Apoio Cultural e Parcerias.

§1º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma direta ou indiretamente os objetivos da Associação Comunitária Cultural Frutalense.

§2º - Toda despesa deverá ser aprovada em conjunto pelo Presidente e Tesoureiro, sendo periodicamente elaborado balancete demonstrando as receitas e despesas e, apresentados nas reuniões de Diretoria.

§3º - A receita da Associação Comunitária Cultural Frutalense será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de sobras, dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

III - DO QUADRO SOCIAL

Art. 6º - O quadro de associados é ilimitado podendo integrá-lo pessoas Físicas e Jurídicas de ambos os sexos domiciliado na localidade na forma estabelecida no Art. 7.

Art. 7º - Dividem-se os associados nas seguintes categorias:

- a) **Associados Fundadores:** todos aqueles que assinaram a ata de fundação da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**.
- b) **Associados Contribuintes Pessoas Físicas:** todos aqueles que fazem doações espontâneas e periodicamente com a **Associação Comunitária Cultural Frutalense**.
- c) **Associados Doadores Pessoas Jurídicas:** entidades sem fins lucrativo sediadas na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária;
- e) **Associados Voluntários Pessoas Físicas:** todos aqueles que doam seu tempo na forma de trabalho e não contribuem financeiramente.

§1º - É assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Também é assegurado o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

§2º - As contribuições dos Associados serão reguladas em Assembléia Geral.

§3º - A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos neste estatuto. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada



Ata da Assembleia Geral

Assinado

Assinado

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS

PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO - FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8830

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dou 10

Frutal - MG de Maio de 2019

Em test. *João G. Roberto Andrade* da vossa

☐ Exco Nacional de Reg. - Escritura Pública

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritura Pública



mediante requerimento de associado dirigido a Diretoria que, frente à procedência da solicitação deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurando o direito de ampla defesa do associado em questão.



IV - DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

I - DOS DIREITOS

Art. 8º - São direitos dos associados:

- a) Frequentar quaisquer dependências da entidade obedecidos aos seus regimentos;
- b) Participar de Assembléias Gerais, votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- c) Os associados, pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, por intermédio de seus representantes legais, terão o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- d) Representar a **Associação Comunitária Cultural Frutalense** em assuntos de seu interesse quando devidamente credenciados;
- e) Participar dos trabalhos das reuniões, palestras, conferências e encontros organizados pela **Associação Comunitária Cultural Frutalense**;
- f) Apresentar sugestões que estejam de acordo com os objetivos da entidade;
- g) Qualquer associado poderá se desligar da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**.

II - DOS DEVERES

Art. 9º - São deveres dos associados em qualquer tempo:

- a) Cumprir todas as obrigações estatutárias regulamentares e regimentares cumprir as obrigações decorrentes de decisões dos órgãos administrativos;
- b) Satisfazer nas épocas fixadas aos encargos e contribuições a **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, zelar pelo patrimônio e pelo bom conceito da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**.

Parágrafo Único - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

III - DAS PENALIDADES

Art. 10º - Os associados que infringirem as disposições deste Estatuto do Regimento Interno e de Regulamentos existentes serão passíveis de:

- a) Advertência: da penalidade de advertência não caberá recurso;
- b) Suspensão: os associados enquanto suspensos não poderão exercer o direito de voto;
- c) Eliminação: as penalidades previstas neste Artigo assegurando o direito de defesa prévia do associado serão impostas pela Diretoria que as comunicará por escrito.

V - DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 11º - São órgãos da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho Comunitário.



Associação Comunitária Cultural Frutalense

Conselho

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8828

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o
original exibido em cartório Dots 11

Em 08 de Maio de 2019

Por Martha A. R. Andrade Escrevente Autorizada

☐ Estado Nacional de Água - Escrevente Autorizada

☒ Martha A. R. Andrade - Escrevente Autorizada



Art. 12º - A Assembléia Geral é o órgão máximo e soberano de manifestação da vontade do Quadro Social sendo composta por todos os associados que estejam quites com suas obrigações e a ela compete:

I - Reunida Ordinariamente

a) Promover a discussão e aprovação de planos, projetos, e assuntos gerais da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**;

b) Apresentar e julgar a gestão da Diretoria e do Conselho Fiscal sobre as atividades sociais e financeiras do exercício fiscal e balanço estabelecida neste Estatuto.

II - Reunida Extraordinariamente:

a) Deliberar sobre a dissolução ou extinção da entidade e destinar seu patrimônio segundo estabelece o Estatuto;

b) Dispor sobre a reforma deste Estatuto.

c) Realizar eleições de novos membros para sua Diretoria e Conselhos.

d) Aprovar aquisições de bens imóveis e rever doações aprovar alienação de bens imóveis;

e) Dirimir outros quaisquer assuntos bem como os casos omissos neste Estatuto que a Diretoria haja por bem submeter a sua apreciação.

Art. 13º - A convocação da Assembléia Geral é competência exclusiva da Diretoria por iniciativas próprias Ordinárias ou Extraordinariamente.

Art. 14º - Excepcionalmente a Assembléia Geral poderá ser convocada por um mínimo de 1/5 (um quinto) de associados.

Art. 15º - A Assembléia Geral será convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias mediante comunicação escrita aos seus associados resumindo os termos do edital.

a) O edital deverá ser divulgado a todos os associados na forma estabelecida pelo Estatuto.

b) Nenhuma Assembléia Geral se reunirá em primeira convocação com menos de 1/3 (um terço) dos associados.

c) É facultada uma segunda convocação espaçada de uma (1) hora da convocação anterior com qualquer número de associados desde que o edital mencione a circunstância.

Art. 16º - As deliberações da Assembléia Geral são irrecorríveis no domínio da **Associação Comunitária Cultural Frutalense** e serão tomadas:

a) Por maioria absoluta, ou seja, 50% + 1 de todo o quadro de associados no caso de dissolução ou extinção.

b) Por maioria simples dos associados presente nas demais deliberações.

Art. 17º - A Assembléia Geral será instalada pelo Diretor Presidente do órgão que após a abertura dos trabalhos pedirá aos presentes e indicação de dois associados para assumirem respectivamente a presidência e a secretaria dos trabalhos.

Art. 18º - A participação do associado em qualquer Assembléia Geral somente será por sua presença pessoal.

Art. 19º - A Diretoria da **Associação Comunitária Cultural Frutalense** é o órgão Executivo e Administrativo, eleitos em Assembléia Geral, que cumprirá um mandato de (4) quatro anos, admitida apenas uma recondução após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos e será composta da seguinte forma:

a) Diretor Presidente (Representante Legal);

b) Diretor Administrativo;

c) Diretor Financeiro;

d) Diretor Comunicações e Operações.

Rosalia Maldelaine Brito Oliveira



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG. FONE (34) 3421-2830

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dom Rô

Frutkin G. 08/08/2019

Em 1997, a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou um levantamento da situação da rede de saúde da cidade, com o objetivo de identificar as necessidades de investimento em infraestrutura e equipamentos para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

☐ Fondo Mercaderías de Atecoy - Encuentro del grupo

Dr. Maria An. R. Andriata - Enciclopedia de la medicina



Art. 20º - A Diretoria será eleita em Assembléia Geral com votação dentre os associados quites com suas obrigações estatutárias.

Parágrafo Único - Somente poderá fazer parte da Diretoria os brasileiros (as) natos ou naturalizados há mais 10 (dez) anos e maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados cujas residências sejam situadas em Frutal - MG e na área de execução do serviço da radiodifusão e ainda tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 21º - São atribuições da Diretoria:

- a) Executar as atividades necessárias à obtenção das finalidades e objetivos da **Associação Comunitária Cultural Frutalense** previstos neste Estatuto;
- b) Aprovar os pedidos de admissão de novos associados;
- c) Propor emendas ao Estatuto e a dissolução ou extinção da entidade quando for o caso;
- d) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, suas próprias decisões e as do Conselho Fiscal e da Assembléia Geral, zelando pelo bom nome, pelo patrimônio e ordem da entidade.
- e) Fixar de acordo com o Estatuto as diretrizes da Administração e os planos de desenvolvimento da **Associação Comunitária Cultural Frutalense** elaborando o orçamento anual da receita e despesa;
- f) Convocar Ordinariamente ou Extraordinariamente a Assembléia Geral;
- g) Submeter a apreciação do Conselho fiscal relatórios anuais acompanhados dos balancetes organizativos pelo Diretor Financeiro;
- h) Propor regimentos internos e regulamentos que disciplinem o uso e a frequência da sede e outras dependências da entidade;
- i) Aprovar a contratação ou demissão de funcionários ou programadores.

Art. 22º - A Diretoria reunir-se com a maioria simples de seus membros deliberando pelo voto da metade mais um dos presentes em reunião na forma seguinte:

- a) Ordinariamente uma vez a cada seis (6) meses.
- b) Extraordinariamente, sempre que a maioria simples de seus membros o julgarem necessário.

Art. 23º - Perderá o mandato o membro que faltar a duas (2) reuniões consecutivas ou três (3) alternadas sem justificativa aceita pela Diretoria ou quando o membro perder a condição de associado.

Art. 24º - Por proposta da Assembléia Geral a Diretoria será considerada impedida de reunir-se e deliberar quando estiver desfalcada de metade ou mais de seus membros que:

- a) Tenham perdido o mandato na forma estabelecida;
- b) Tenham deixado o quadro social da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**.

Art. 25º - Por falta de cumprimento de suas obrigações estatutárias poderão ser destituídos a Diretoria mediante proposta a Assembléia Geral.

Art. 26º - Compete ao Diretor Presidente (Representante Legal):

- a) Presidir as reuniões da Diretoria e as sessões públicas promovidas pela **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, instalar Assembleias Gerais bem como representar a entidade em solenidades para as quais for convidado;
- b) Convocar as reuniões da Diretoria ou do Conselho Fiscal sempre que necessário;
- c) Convocar as Assembléias Gerais que a Diretoria decidir realizar;
- d) Nomear comissões de caráter transitórios ou delegados para representar a **Associação Comunitária Cultural Frutalense** em congressos ou solenidades;
- e) Dirigir os negócios da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, assinar o seu expediente e conjuntamente com o Diretor Financeiro assinar cheques e ordens de pagamento;
- f) Representar a associação ativa e passivamente, judicial ou extrajudicial, assinar contratos e convênios, não podendo sem autorização da Assembléia Geral dispor do patrimônio social.

Associação Comunitária Cultural Frutalense

Presidente

Secretário

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8835

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o
original exibido em cartório Dou fé

Em 08 de Março de 2019
Em 08 de Março de 2019
da veracidade
Paula CP Ribeiro Queirode

☐ Estado Registrante de Atual - Escrevente Autorizada
☒ Maria Ap R Andrade - Escrevente Autorizada



renunciar a direito em detrimento dos interesses da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, Atribuir e delegar tarefas especiais aos demais membros de Diretoria, bem como executar as tarefas que lhe forem atribuídas.

Art. 27º - Compete ao Diretor Administrativo:

- a) Auxiliar o Diretor Presidente na parte administrativa, zelando pelo expediente da Diretoria mantendo-o sob sua guarda;
- b) Secretariar as reuniões da Diretoria redigindo as atas respectivas;
- c) Manter em ordem e prazos os arquivos e tarefas da secretaria, quaisquer informações ou correspondências.
- d) Organizar os trabalhos da secretaria, atender a correspondência da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, atualizando o quadro de associados;
- e) Comunicar regularmente ao Diretor Presidente a frequência dos membros da Diretoria para que se faça cumprir as disposições estatutárias sobre a matéria bem como executar as tarefas que lhe forem atribuídas.

Art. 28º - Compete ao Diretor Financeiro:

- a) Arrecadar e depositar a receita em conta bancária em nome da **Associação Comunitária Cultural Frutalense** e efetuar os pagamentos dentro das normas e regulamentos estabelecidos;
- b) Manter em ordem e sob sua guarda a escrituração da Tesouraria;
- c) Preparar balancetes mensais e o balanço geral anual da **Associação Comunitária Cultural Frutalense** para ser submetido a apreciação da Diretoria.

Art. 29º - O exercício fiscal anual da entidade compreenderá o período de 01 de janeiro a 31 de Dezembro.

Art. 30º - Compete ao Diretor de Comunicações e Operações:

- a) Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de Radiodifusão Comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;
- b) Promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

Art. 31º - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador, composto de 2 (dois) representantes, eleitos em Assembléia Geral em votação dente os associados contribuintes quites com suas obrigações estatutárias.

Art. 32º - Compete aos Conselheiros Fiscais:

- a) Zelar pela fiel observância deste Estatuto, das resoluções da Diretoria e de regimentos interno da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**. Examinar e dar parecer sobre o relatório anual da Diretoria e balanço do exercício fiscal aos quais dará aprovação ou rejeição no prazo máximo de trinta (30) dias;
- b) Examinar e dar parecer sobre o relatório e balanço a serem apresentados no final do seu mandato para ser aprovado ou não pela Assembléia Geral;
- c) Solicitar a Diretoria as informações que julgar necessária.

Art. 33º - Será de quatro (4) anos o mandato dos conselheiros fiscais, coincidente com o da Diretoria, permitida uma recondução.

Art. 34º - Empossado os membros do Conselho Fiscal os mesmos elegerão entre si um Presidente e um Secretário para as reuniões dos colegiados.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal reunir-se-á pelo menos a cada semestre por convocação de seu Presidente.



Patricia Muldelaine Brito Severina
[Signature]



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8839

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia contém com o
original exibido em cartório Dou M

Frutal, 08 de Maio de 2019

Em 1911 de 1911 da vinda

☐ Estado Nacional de Regim. - Escritura Pública

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escrivão Autorizado



Art. 35º - Perderá o mandato o membro que faltar a duas (2) reuniões consecutivas ou três (3) alternadas sem justificativa aceita pelo Conselho Fiscal ou quando o membro perder a condição de associado.

Art. 36º - Por falta de ação no cumprimento das obrigações estatutárias poderá o Conselho Fiscal ser destituído em Assembléia Geral convocada pela Diretoria.

Art. 37º - O Conselho Comunitário será constituído por no mínimo (5) cinco representantes de Entidades da Comunidade Local, tais como Associações de Classe, Beneméritas, Religiosas ou de Moradores legalmente constituídas, eleitos e empossados pela Assembléia Geral Extraordinária da **Associação Comunitária Cultural Frutalense** para um mandato de quatro (4) anos e que definirão sua organização interna.

§1º - O Conselho Comunitário tem por objetivo acompanhar a programação da emissora de radiodifusão, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecido no Art. 4 da Lei nº 9612 de 1998.

§2º - A Diretoria Executiva manterá atualizado o registro da Assembléia Geral que compõe o Conselho Comunitário para eventual solicitação do Ministério das Comunicações.

§3º - O Conselho Comunitário reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada ano e extraordinariamente a qualquer tempo por solicitação da Diretoria ou pela maioria dos seus membros.

VI - DAS ELEIÇÕES

Art. 38º - A eleição da Diretoria e Conselho Fiscal e Conselho Comunitário serão feitos em Assembléia Geral convocada para este fim.

Art. 39º - As eleições serão realizadas até a primeira semana de agosto e a posse dos eleitos imediatamente após as eleições.

Art. 40º - As eleições e apuração serão convocadas e realizadas de acordo com as instruções a serem elaboradas e aprovadas pela Diretoria, devendo constar:

- a) Data, horário e local;
- b) Prazo mínimo de inscrições das chapas concorrentes completas ou incompletas;
- c) Forma do Escrutínio.

VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41º - O presente Estatuto poderá ser reformulado em qualquer tempo para as alterações estatutárias ou destituição dos administradores que serão tratados em Assembléia Extraordinária especialmente convocada para tal fim obedecidas as demais exigências estatutárias.

Art. 42º - Constatada qualquer irregularidade de procedimento da Diretoria poderá um grupo mínimo de quinze por cento (15%) de associados considerá-la impedida convocando de imediato, mediante prévia divulgação a todos associados a Assembléia Geral para decidir sobre a destituição prevista no Estatuto.

Parágrafo Único - Considerando impedido a Diretoria Executiva, para que se realize a instalação da Assembléia Geral, assumirá a presidência da Diretoria qualquer dos associados integrante do grupo referido neste Artigo.

Art. 43º - Os termos do Art. 42º e seu parágrafo único poderão ser aplicados em idênticas circunstâncias ao impedimento ou destituição ao Conselho Fiscal.

Art. 44º - Os relatórios anuais da gestão do Conselho Fiscal e Diretoria serão afixados cópias em local próprio para conhecimentos de todos na entidade.

Patrícia Middelaine Brito Oliveira

Renato

[Assinatura]

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 378 - CENTRO
FRUTAL - MG. FONE: (34) 3421-8835

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Do(a)

Frutal, MG, 08 de Maio de 2019.

Em livro nº _____ de volume nº _____

☐ Estado Nacional de Registro - Escritura Pública

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escrivão Autorizada





Art. 45º - Todo edital de convocação de Assembléia Geral além de data horário local e ordem do dia, deverá conter o quórum exigível de acordo com a natureza da deliberação.

Art. 46º - A entidade somente poderá ser dissolvida por Assembléia Geral convocada especial e extraordinariamente para tal fim.

Art. 47º - Obedecidas todas as exigências deste Estatuto em caso de dissolução ou extinção da entidade, o eventual patrimônio, será destinado pela Assembléia Geral que a dissolver ou extinguir, a outra entidade assistencial congênere com personalidade jurídica sede e atividades preponderantes no Município de Frutal no estado de Minas Gerais.

Art. 48º - O presente Estatuto entrará em vigor após a sua aprovação em Assembléia Geral Extraordinária, realizada na cidade de Frutal, MG em 07 de Agosto de 2014.

Declaro a bem da verdade e para os devidos fins, que o presente documento, datilografados no anverso de 09 (nove) folhas de papel, constitui, em seu inteiro teor, os estatutos da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE** devidamente aprovados em assembleia em 07/08/2014.

Frutal, 07 de Agosto de 2014.

RODRIGO CARDOSO DE ASSIS FERREIRA
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA

PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA
DIRETORA ADMINISTRATIVA

LINCOLN BIAGE GOMES
PRESIDENTE ELEITO

DR. PAULO RAMADIER COELHO
ADVOGADO OAB/MG 31.612-B

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (341) 3421-2835

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório em 06

Frutal, 08 de Maio de 2019

Em 08 de Maio de 2019

☐ Em 08 de Maio de 2019 - Escritório / Autenticação

☒ Em 08 de Maio de 2019 - Escritório / Autenticação





PROTOCOLO Nº 31079 REG Nº 1384 - LIVA 60 - PAG 175 - AV. N.º 1

Frutal MG, 16 de abril de 2019

CODIGO 8101-0 6601-B 8101-B Total

QUANTIDADE 1 9 11

Mayara Chaves Silva - escrevente

Descrição	Encargos	SS	Reserva	TP	Total
10.11	340	10.15	59.12	240.96	

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça
Registro de Títulos e Documentos e P.J. de Frutal MG
Selo Número: CNJ6659 Código: 4185.1472.4693.5448
Total de atos: 11 - Emol: 180,87 TFCJ: 59,15 Total: 240,12
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.gmg.jus.br>



AUTENTICAÇÃO
ANVERSO E VERSO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
06.933.165/0001-00
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
17/08/2004

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
RADIO CULTURA FM

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
AV JUQUINHA GANHA POUCO

NÚMERO
1031

COMPLEMENTO

CEP
38.200-000

BAIRRO/DISTRITO
UNIVERSE RESIDENCE PLAZA

MUNICÍPIO
FRUTAL

UF
MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO
MILTONCRISTOVAM@TERRA.COM.BR

TELEFONE
(34) 3421-9163 / (34) 3421-5499

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
17/08/2004

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/04/2019 às 11:08:19 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Cópia de requerimento de alteração de caráter Jurídico, assinado por todos os diretores com firma reconhecida;

COMUNICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE CARÁTER JURÍDICO

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Razão Social: **Associação Comunitária Cultural Frutalense**
 Nome Fantasia: **Rádio Cultura FM** CNPJ: **06.933.165/0001-00**
 Endereço de Sede: **Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031, Universe Residence Plaza**
 Município: **Frutal** UF: **MG** CEP: **38.200-000**
 Nome do representante legal: **Lincoln Biage Gomes**

Endereço de Correspondência: **Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031, Universe Residence Plaza**
 Município: **Frutal** UF: **MG** CEP: **38.200-000**

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem, por intermédio de seu representante legal, comunicar a realização das alterações assinaladas abaixo e consolidá-las mediante apresentação da documentação necessária.

Alteração Documentos

☒ Quadro diretivo

Ata de eleição registrada junto ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
 Prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de todos os dirigentes.
 Declaração, firmada por cada um dos dirigentes, indicando que residem na área da comunidade atendida, com os respectivos endereços de domicílio.

☒ Estatuto Social

Cópia do estatuto social consolidado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

☒ Composição do Conselho Comunitário

Ata de eleição e posse do Conselho com a indicação e qualificação de todos os conselheiros e das entidades que representam, acompanhado do CNPJ atualizado de cada uma dessas entidades.

☒ Razão Social / Nome Fantasia

Cópia do estatuto social consolidado e registrado junto ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, acompanhado do CNPJ atualizado.

Com vistas à instrução da presente proposta, **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

I - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

II - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei

Lincoln Biage Gomes
Chaudilidi

Patrícia

Maximiliano *Mardi* ¹

nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

III - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

IV - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

V - a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.

VI - a entidade não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo assinados, firmam este Requerimento.

QUADRO DIRETIVO ANTERIOR

NOMES	CARGOS	CPF
Lincoln Biage Gomes	Presidente	226.639.958-60
Patricia Inildelaine Brito Oliveira	Diretora Administrativa	117.446.476-31
Marli Ferreira de Paula	Diretora Financeira	343.660.928-59
Maximiliano Vieira Melo	Diretor de Comunicações e Operações	114.373.236-77
Claudileide Nascimento de Souza	Conselho Fiscal	043.676.964-64
Monique Freitas Martins	Conselho Fiscal	104.198.466-97

Monique Lincoln Patricia Maximiliano Marli 2
Claudileide

QUADRO DIRETIVO ATUAL

NOMES	CARGOS	CPF
Lincoln Biage Gomes	Presidente	226.639.958-60
Patricia Inildelaine Brito Oliveira	Diretora Administrativa	117.446.476-31
Marli Ferreira de Paula	Diretora Financeira	343.660.928-59
Maximiliano Vieira Melo	Diretor de Comunicações e Operações	114.373.236-77
Claudileide Nascimento de Souza	Conselho Fiscal	043.676.964-64
Monique Freitas Martins	Conselho Fiscal	104.198.466-97

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO ATUAL

NOME	CPF	ENTIDADE	CNPJ	ENDEREÇO SEDE
Maria Auxiliadora Correa Barbosa	341.029.576-34	APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Frutal,	20.043.493/0001-54	Treze de maio, 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal, MG, CEP 38.200-000
Nivaldo Pacheco de Moraes	621.260.838-53	Sindicato Rural de Frutal,	17.810.839/0001-98	Antonio Rodrigues de Souza, 405, Bairro Alto da Boa Vista, Frutal, MG, CEP 38.200-000,
Eliana Alice Lima Silva	463.371.726-04	Associação Voluntária de Combate ao Câncer de Frutal - AVCC Frutal,	11.254.420/0001-10	Avenida Rio de Janeiro, 1079, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Frutal, MG, CEP 38.200-000
Celmo Garcia da Silva	900.613.816-91	Centro de Recuperação de	20.055.729/0001-72	Rua João Heitor de Assunção, 50,

Monique Lincoln *Patricia Maximiliano* *Marli* 3
Claudileide

		Alcoólatras - CEREA		Bairro Boa Vista, Frutal, MG, CEP 38.200-000
Raquel Mirian da Silva Paula	002.709.816-83	Vila São Vicente de Paulo da Sociedade São Vicente de Paulo de Frutal, MG	20.058.756/0001- 07	Rua Aredio Santana de Andrade, 980, Bairro Alto Boa Vista, Frutal, MG, CEP 38.200-000

Diretoria Atual

Nome do dirigente: **Lincoln Biage Gomes**

Cargo: **Presidente**
0048

Tit. Eleitor: **2993 9668 0116 – Zona 116 – Seção**

RG: **35.071.611-0** Órgão Emissor: **SSP/SP** CPF: **226.639.958-60**

Endereço: **Rua Ipiranga, 411, Centro, Frutal, MG, CEP 38.200-000**

Assinatura: Lincoln Biage Gomes

Nome do dirigente: **Patrícia Inildelaine Brito Oliveira**

Cargo: **Diretora Administrativa**
– Seção 0189

Tit. Eleitor: **1931 3376 0281 – Zona 116**

RG: **MG-15.624.200**

Órgão Emissor: **PC/MG** CPF: **117.446.476-31**

Endereço: **Rua Marcondes Machado, 935, Santos Dumont, Frutal, MG, CEP 38.200-000**

Assinatura: Patrícia Inildelaine Brito Oliveira

Nome do dirigente: **Marli Ferreira de Paula**

Cargo: **Diretora Financeira** Tit. Eleitor: **3090 8165 0132 – Zona 116 – Seção 0058**

RG: **27.490.107-9** Órgão Emissor: **SSP/SP** CPF: **343.660.928-59**

Lincoln Patrícia Maximiliano Marli
Inildelaine

RG: 31.480.101-8 Orgão Emissor: SSP/SP CPF: 343.000.838-28

0028

Cargo: Diretora Financeira

Nome do dirigente: Maria F

Assinatura:



Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
PATRICIA INILDEANE BRITO OLIVEIRA
EM TESTEMUNHO DA VERDADE DOU FE
Escritório - Fred Arkaten de Freitas
Fruital, 08/05/2019 10:53:20
EMOL: R\$ 9,30 T.F.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selos(s): CTN02978

38.500-000

Endereço: Rua Marcondes Machado, 232, Centro, Pruita, MG, CEP

RG: MG-12.034.500 Orgão Emissor: PC/MG CPF: 117.448.418-31

- 2680 0182

Cargo: Diretora Administrativa

Nome do dirigente: Patricia

Assinatura:



Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
LINCOLN BIAZE GOMES
EM TESTEMUNHO DA VERDADE DOU FE
Escritório - Fred Arkaten de Freitas
Fruital, 08/05/2019 10:53:20
EMOL: R\$ 9,30 T.F.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selos(s): CTN02978

Endereço: Rua Ipiranga, 411, Centro, Pruita, MG, CEP 38.500-000

RG: 32.071.611-0 Orgão Emissor: SSP/SP CPF: 556.038.888-80

0048

Cargo: Presidente

Tel. Eletor: 2883 8888 0118 - Zona 118 - 2680

Nome do dirigente: Lincoln Biazze Gomes

Diretoria Atual

Paula Maria de Albuquerque	38-078.803-000	Paula Maria de Albuquerque Sociedade de Paula Maria de Albuquerque	38-078.803-000	Paula Maria de Albuquerque Sociedade de Paula Maria de Albuquerque	38-078.803-000
		CEPEA Alcobertas		CEPEA Alcobertas	

Endereço: Rua Professora Sônia Beatriz de Oliveira Furtado, 158, Bairro Flamboyant, Frutal, MG, CEP 38.200-000

Assinatura: Marli Ferreira de Paula

1º TABELIONATO

Nome do dirigente: **Maximiliano Vieira Melo**

Cargo: **Diretor de Comunicações e Operações** Tit. Eleitor: **1967 0142 0221 – Zona 116 – Seção 0174**

RG: **MG-17.367.347** Órgão Emissor: **PC/MG** CPF: **114.373.236-77**

Endereço: **Rua Viriato Correia, 311, Centro, Frutal, MG, CEP 38.200-000**

1º TABELIONATO

Assinatura: Maximiliano Vieira Melo

Nome do dirigente: **Claudileide Nascimento de Souza**

Cargo: **Conselho Fiscal** Tit. Eleitor: **0628 6324 0809 – Zona 116 – Seção 0186**

RG: **MG-23.092.183** Órgão Emissor: **PC/MG** CPF: **043.676.964-64**

Endereço: **Rua Três, 64, Residencial Zona Sul, Frutal MG, Cep 38200-000**

1º TABELIONATO

Assinatura: Claudileide Nascimento de Souza

Nome do dirigente: **Monique Freitas Martins**

Cargo: **Conselho Fiscal** Tit. Eleitor: **1770 9008 0213 – zona 116 – Seção 0040**

RG: **MG-10.550.874** Órgão Emissor: **PC/MG** CPF: **104.198.466-97**

Endereço: **Rua Paraná, 564, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Frutal, MG, CEP 38.200-000**

1º TABELIONATO

Assinatura: Monique Freitas Martins

Lincoln Patricia Maximiliano Marli
Claudileide Monique

Assinatura

CEP 38.500-000
Endereço: Rua Paraná

RG MG-10.550.814

0400

Cargo: Conselho Fiscal

Nome do dirigente: Monique Freitas

Assinatura

Endereço: Rua Trás, 44, Residencial Zona Sul, Fátima MG, CEP 38500-000

RG MG-53.093.183

Conselho Fiscal

Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de
MONIQUE FREITAS MARTINS
EM TESTEMUNHO DA VERDADE DOU FE
Escritante - Fred Arkaten de Freitas
Fátima, 08/05/2019 11:37:41
EMOL: R\$ 5,30 T.F.J. R\$ 1,65 ISS R\$ 0,10 Total R\$ 7,05
Selo(s): CTN03107

CEP 38.500-000 Fátima, MG

CEP 38.500-000 Fátima, MG

EMOL: R\$ 5,30 T.F.J. R\$ 1,65 ISS R\$ 0,10 Total R\$ 7,05
Fátima, 08/05/2019 10:53:20
Escritante - Fred Arkaten de Freitas
EM TESTEMUNHO DA VERDADE DOU FE

Cargo: Diretor de Comunicações e

Nome do dirigente: Marli Ferreira de Paula

Assinatura

Famboyant, Fátima, MG, CEP 38.500-000

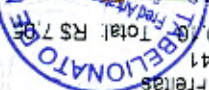
Endereço: Rua Professora Sônia Beatriz de Oliveira Furtado, 128, Bairro

EMOL: R\$ 5,30 T.F.J. R\$ 1,65 ISS R\$ 0,10 Total R\$ 7,05
Fátima, 08/05/2019 10:53:19
Escritante - Fred Arkaten de Freitas
EM TESTEMUNHO DA VERDADE DOU FE

CLAUDILDE NASCIMENTO DE SOUZA

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FÉRMULA / MG



Cópia autenticada do RG, CPF, Título de Eleitor
e comprovante de endereço de todos os
diretores;



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (341) 3421-8835

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dou ff
Frutal MG de Maio de 2019
Em test. Marta Ap. R. Andrade da veracidade
☐ Exato Nascimento de Aquil - Escritura Autentica
☒ Marta Ap. R. Andrade - Escritura Autorizada



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (341) 3421-8835

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dou ff
Frutal MG de Maio de 2019
Em test. Marta Ap. R. Andrade da veracidade
☐ Exato Nascimento de Aquil - Escritura Autentica
☒ Marta Ap. R. Andrade - Escritura Autorizada



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (341) 3421-8835

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dou ff
Frutal MG de Maio de 2019
Em test. Marta Ap. R. Andrade da veracidade
☐ Exato Nascimento de Aquil - Escritura Autentica
☒ Marta Ap. R. Andrade - Escritura Autorizada





NOTA FISCAL / FATURA DE SERVIÇOS

Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Rua Mar de Espanha, 625 - Santo Antônio - Belo Horizonte - MG / CEP: 30.338-900

CNPJ: 17.281.108/0001-03 - Insc. Est.: 062.000139-00-14

AGÊNCIA
MAIS
PRÓXIMA

R WENCESLAU BRAZ 13
CENTRO
De 08:00 às 17:00

Fale com a
COPASA **115**

Pag.: 01/01

EDUARDO GOMES
R IPIRANGA
FRUTALMG
38200-000

411 CENTRO

REFERÊNCIA DA FATURA					IDENTIFICADOR USUÁRIO	MATRÍCULA
Número	Data de Emissão	Data de Apresentação	Mês	Grupo	0 001 323 873 6	0 000 601 281 7
001.19.14372499-9	11/03/2019	14/03/2019	03/2019	359		

HIDRÔMETRO	LEITURA			CONSUMO FATURADO			QUANTIDADE DE UNIDADES ATENDIDAS				
	Atual	Anterior	Próxima	Dias	m³	Litros	Serviço Social	Residencial	Comercial	Industrial	Pública
Y13N0525038	589 07/03/2019	581 04/02/2019	581 04/04/2019	31	8	8.000	Água	1			
							Esgoto	1			

HISTÓRICO DE CONSUMO				TARIFA							
				CÁLCULO RESIDENCIAL							
Volume Faturado Litros	Dias entre medições	Média Diária Litros	Faixas de consumo em 1.000 litros	Consumo da faixa em 1.000 litros	Unidades Atendidas	Volume Total	R\$ / Mil Litros Água	Valor Água R\$	R\$ / Mil Litros Esgoto	Valor Esgoto R\$	Sub Total R\$
Mar/2019	31	258	FAIXA	-	1	-	-	15,97	-	15,15	31,12
Fev/2019	28	250	0 A 5	5,00000	1	5,00	3,12000	5,90	1,07900	6,36	10,86
Jan/2019	31	645	5 A 10	5,00000	1	5,00	3,16000	9,50	1,00700	9,02	18,52
Dez/2018	30	553									
Nov/2018	32	343									
Out/2018	30	400									
Sep/2018	29	344									
Ago/2018	31	354									
Jul/2018	29	310									
Jun/2018	30	366									
Maio/2018	32	512									
Abr/2018	31	390									
SOMA				8,00000		8,00		31,67		28,43	60,10

CONSUMO MÉDIO				DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / LANÇAMENTOS			
m³	litros			ABASTECIMENTO DE AGUA		31,07	
11	11000			ESGOTO DINAMICO COM COLETA E TRATAMENTO - EDI		29,52	
SEU CONSUMO/CUSTO DIÁRIO				MULTA P/ATRASSO /MES 02/2019 FAT: 00119072604324		1,08	
258 litros de água				MULTA P/ATRASSO /MES 01/2019 FAT: 00119011591356		3,85	
				JUROS DE MORA		0,78	
Água	Esgoto						
1,00	0,95						



TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE O FATURAMENTO: FISCOPRIS - VALOR: R\$4,26 (VER NOTAS 1 NO VERSO)

POUPE TEMPO. DÉBITO AUTOMÁTICO.
MELHOR PARA VOCE. CONSULTE SEU BANCO.

INFORMAÇÕES SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA
(Pretensão de Conformidade nº 6 - Anexo XX da MS - Decreto nº 5440)

Período:	01/2019	Número de Amostras				
	Cloro	Coliformes Totais	Carb	Escherichia coli	Fluoretos (ppm)	Turbidez
Mínimo	0,2	0	0	0	0	0,2
Amostras	50	80	20	50	11	50
Faz. Padrões	0	0	0	0	0	0
Dentro Padrões	30	20	30	50	11	50

Observação: *Não obrigatório

Significado dos parâmetros: vide verso

VENCIMENTO

26/03/2019

TOTAL A PAGAR

*****R\$66,10

AVISO DE CONTAS VENCIDAS: NÚMERO 011914372499-9

Mês/Ano	Valor	Vencimento	Mês/Ano	Valor	Vencimento
Mar/2019	54,75	23/03/2019			
ATE: 03/03/2019	NÃO	ACÚSAMOS	PAGAMENTO	DO(S)	SEU(S)
EVITE O CORTE	REGULARIZE	PAGAMENTO	DEBIDAMENTE	CASO	JA
TEMPO SEM PAGO					

INFORMAÇÕES GERAIS

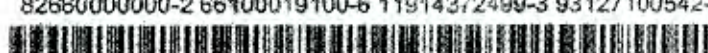
BAIXE O APP COPASA DIGITAL NO SEU CELULAR

Em caso de ordem de pagamento, mencionar o número dessa fatura.

(Autenticar no verso)

COD. DÉBITO AUTOMÁTICO	NÚMERO DA FATURA	MÊS / REF.	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
00006012817	001.19.14372499-9	03/2019	26/03/2019	*****R\$66,10

82680000000-2 66100019100-6 11914372499-3 93127100542-9



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8635

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia contém o original exibido em cartório Dou 13

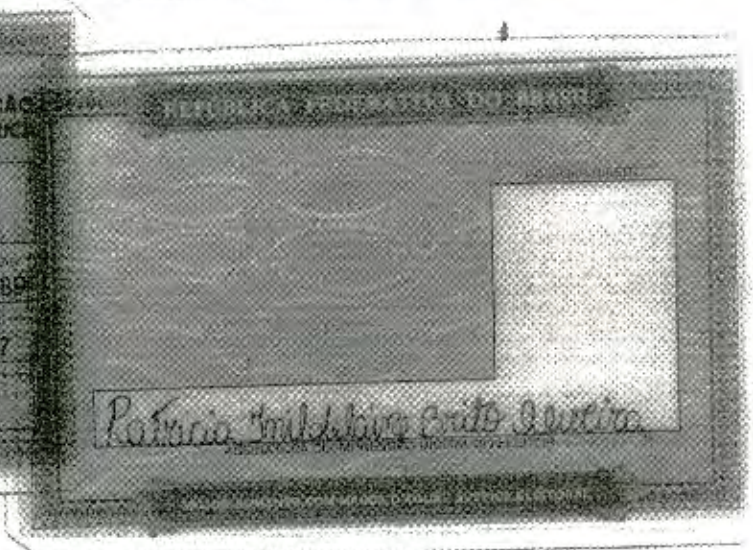
Frutal 08 de Maio de 2019

Em test. *Priscila R. Almeida* da presença

- ☐ Eveldo Nascimento de Aguiar - Escrevente Público

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autenticadora





CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8839

AUTENTICAÇÃO
A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dos 10
Frutal MG de Maio de 2019
Em test. *Patrícia Inidelaime Brito Oliveira*
☐ Evêdo Nascimento de Aguiar - Escrevente Autorizado
☒ Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8839

AUTENTICAÇÃO
A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dos 10
Frutal MG de Maio de 2019
Em test. *Patrícia Inidelaime Brito Oliveira*
☐ Evêdo Nascimento de Aguiar - Escrevente Autorizado
☒ Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8839

AUTENTICAÇÃO
A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dos 10
Frutal MG de Maio de 2019
Em test. *Patrícia Inidelaime Brito Oliveira*
☐ Evêdo Nascimento de Aguiar - Escrevente Autorizado
☒ Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada



40

COPASA Companhia de Saneamento de Minas Gerais
 Rua Mar de Espanha, 525 - Santa Antônio - Belo Horizonte - MG - CEP: 30.230-900
 CNPJ: 17.281.108/0001-03 - Inscrição Estadual: 062.000139.00-14

AGÊNCIA: 0001 - LUIZ VIANA
 NOME: LUIZ VIANA
 PROFISSÃO: Engenheiro Civil

Foto com a COPASA **115**

MARLI FERREIRA DE PAIVA
 R. PROF. SONIA BEATRIZ DE OLIVEIRA FURTADO, 158
 FLAMBOYANT
 FRUTAL

38 300 (00)
 M3

REFERÊNCIA DA FATURA				
Número	Data de Emissão	Data de Apresentação	Mês de Referência	Grupo
001.000000000.1	18/01/2019	18/01/2019	01/2019	001

QUANTIDADE DE UNIDADES ATENDIDAS					
Serviço	Saneamento	Resíduos	Força	Industria	Pública
Água	1				
Esgoto					

MATRICULA
 0 012 831 883 1

IDENTIFICADOR USUARIO
 0 012 831 194 1

HIDRÔMETRO		PERÍODO CONSUMO/LEITURA		PRÓXIMA LEITURA
Atual	Anterior	Atual	Anterior	
00000000	00000000	01/2019	01/2019	01/2019

CONSUMO FATURADO		
Data	m³	Unidade
18/01/2019	38	m³

HISTÓRICO DE CONSUMO			
Variante	Data	Medida	Unidade
Residência	18/01/2019	38	m³

CONSUMO MÉDIO	
m³	Unidade
38	m³

SEU CONSUMO/CUSTO DIÁRIO			
Litros de água			
Água	Esgoto	RS	RS
38			

SEU CONSUMO/CUSTO DIÁRIO	
Litros de água	
Água	Esgoto
38	

TARIFA									
S. 141 - 1.1.15									
Faixa de consumo em 1.000 l/m³	Cobrança de taxa em 1.000 l/m³	Unidade	Valor	RS / m³	Valor	RS / m³	Valor	RS / m³	Sub Total
0 a 5	0,00000	1	0,00	0,00000	0,00	0,00000	0,00	0,00000	0,00
5 a 10	0,00000	1	0,00	0,00000	0,00	0,00000	0,00	0,00000	0,00
TOTAL									

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / LANÇAMENTOS		
ABASTECIMENTO DE ÁGUA		14,74
ESGOTO DINÂMICO COM COLETA E TRATAMENTO - EDI		14,03
JRGS DE MURA		0,00



CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
 PÁVULA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
 FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8835

AUTENTICAÇÃO
 A presente xerocópi contém com o original exibido em cartão Dou a Frutal MG 08 de Maio 2019

Em nome de Rafael P. de Souza Oliveira *de* 2019

☐ Estado Nacional de Água - Escritura Individual
☒ Morta Ao R. Andrade - Escritura Autêntica

RECURSO INCIDENTE SOBRE O PAGAMENTO: 18/01/2019 - VALOR: R\$ 1,00

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
28/01/2019	*****R\$22, 00

INFORMAÇÕES GERAIS

BAIXE O APP COPASA DIGITAL NO SEU CELULAR

INFORMAÇÕES SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA (Port. Nº 2814-Min. da Saúde-Dez. Nº 5448)						
Ponto	Cloro	Coliformes Totais	Coliformes Fecais	Escherichia coli	Resíduo	Unidade
Mineral	0,1	0	0	0		
Amônia	0,1	0	0	0		
Fosfatos	0,1	0	0	0		
Demanda Química	0,1	0	0	0		

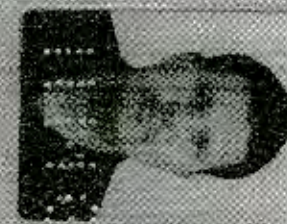
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO





Maximiliano Vieira Melo

CAPTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MG-17.367.347

16/02/2017

MAXIMILIANO VIEIRA MELO

MARCEL EURIPEDES DE MELO

ZILDA CANDIDA VIEIRA MELO

FRUTAL-MG

NASC. LV-55 PL-299

FRUTAL-MG

16/11/1993

LETOCIA BAPTISTA CARNEIRO REIS

2 VIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

CPF

114.373.236-77

MAXIMILIANO VIEIRA MELO

Cartão de uso pessoal e intransferível

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

FEV/2009

www.carnetnet.com.br

LETOCIA BAPTISTA CARNEIRO REIS

IDENTIFICADORA

BIOMETRICA

MAXIMILIANO VIEIRA MELO

16/11/1993

1967.0142-0221

116

0

FRUTAL/MG

22/08/2017

Maximiliano Vieira Melo



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS

PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO

FRUTAL - MG FONE (341) 3421-8939

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dos fls

Frutal-MG de 08 de Maio de 2019

Em 08 de Maio de 2019 da vereanda

Marta Ap. R. Andrade

☐ Evêdo Nascimento de Aguiar - Escrevente Autorizado

☒ Marta Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS

PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO

FRUTAL - MG FONE (341) 3421-8939

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dos fls

Frutal-MG de 08 de Maio de 2019

Em 08 de Maio de 2019 da vereanda

Marta Ap. R. Andrade

☐ Evêdo Nascimento de Aguiar - Escrevente Autorizado

☒ Marta Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS

PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO

FRUTAL - MG FONE (341) 3421-8939

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dos fls

Frutal-MG de 08 de Maio de 2019

Em 08 de Maio de 2019 da vereanda

Marta Ap. R. Andrade

☐ Evêdo Nascimento de Aguiar - Escrevente Autorizado

☒ Marta Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada



CEMIG

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
CNPJ 08.081.140/0001-10
Inscr. Estadual 002.002138.0000
Av. Bataillon, 1200 - 17ª Andar - Rua A1
Belo Horizonte - CEP 30.190-131
Belo Horizonte - MG - Brasil

Nota Fiscal - Conta de Energia Elétrica

Série: U1 NF: 095530198

Controle:

02.108/R4SGDBA779/0034

Emissão: 14/02/2019 Impressão: 14/02/2019 11:37:53

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE criada pela

Emissão autorizada pelo Regime Especial/PTA Nº 45.000/00/02-37 - SEF/MG Lei nº 18.438 de abril de 2002

MANOEL EURIPEDES DE MELO

RUA VIRIATO CORREIA 311 CS

CENTRO

FRUTAL - MG

CEP: 38200-000

MEDIDOR Nº: AED033007745

Nº DO CLIENTE: 7003635738

Nº da Instalação Subclasse Classe

3002269615 RESIDENCIAL Residencial

Data de Leitura Modalidade Tarifária

Anterior Atual Próxima

Tarifa Convencional

35/01-34/02-18/03

Informações Técnicas	Tipos de Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Medição	Consumo kWh
Energia Elétrica		35488	35770	1	282

VALORES FATURADOS

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Energia Elétrica kWh	282	0,95779337	270,07

ENCARGOS/COBRANÇAS

Descrição	Valor R\$
Contrib. Custo Ilum. Pública	32,27
Multa 2% conta de 01/2018 sobre R\$ 250,85	5,02
Juros mora 1% em: 10 dia(s) sobre R\$240,81	0,80
Juros mora 1% em: 40 dia(s) sobre R\$228,44	3,50
Taxa de Religição	11,36

TARIFAS APLICADAS (Sem impostos)

Energia Elétrica kWh 0,95584000

CPF: 408.023.548-68

RESERVADO AO FISCO

3ED9.BED2.CDAF.7F4B.3E/1.AD31.F7EF.07E0

REFERENTE A	VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
FEV/2019	06/03/2019	R\$ 323,02
Base da Cotação (R\$):	Alíquota(%)	Valor (R\$):
ICMS	30	R\$ 81,02
PASSEP	1,56	R\$ 4,21
COPINF	7,17	R\$ 19,39

Histórico do Consumo				Resumo de Contas Vencidas e Débitos Anteriores
Mês/Ano	Consumo kWh	Média kWh/dia	Dias de Faturam.	Até 14/02/2019 constava pendente o débito que sujeita a suspensão do consumo até a suspensão do fornecimento de energia elétrica a partir da data discriminada.
JAN/2019	268	8,97	31	
DEZ/2018	252	8,40	30	
NOV/2018	236	8,20	29	
OCT/2018	271	8,48	30	
SET/2018	266	8,88	30	
AGO/2018	287	9,54	31	
JUL/2018	244	8,41	29	
JUN/2018	240	8,38	29	
MAY/2018	258	8,65	31	
ABR/2018	257	8,58	30	
MAR/2018	229	8,48	27	
FEV/2018	258	8,32	31	

Débito(s)		
Mês/Ano	Valor	Prev. Corte
JAN/2019	R\$291,09	28/02/2019

A regularização estará condicionada à instauração de todos os vencidos de sua responsabilidade

Tarifa vigente conforme Res Anel nº 2.586, de 22/05/2018.

JAN/2019 Band. Verde - FEV/2019 Band. Verde

O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais

vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas.

É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade

exercida no local.

Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando www.cemig.com.br

Leitura realizada com calendário de faturamento.

RECEBA SUA FATURA DE ENERGIA POR E-MAIL DE FORMA FÁCIL, RÁPIDA E SEGURA

ACESSE AGORA www.cemig.com.br**CEMIG**

CÓDIGO DE BARRAS

AUTOMÁTICO

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

000022696157

06/03/2019

R\$ 323,02

REFERENTE A: FEV/2019

Nº DA INSTALAÇÃO: 3002269615

83616000003-0 23020138000-6 35761869011-3 00022696157-1



CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8838

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia compare com o
original exibido em cartão Doz A1

Frutal, 06 de Maio de 2019

Em 06/05/2019 da Verificação

[Assinatura] *[Assinatura]*

☐ Exatidão do Registro de Imóveis - Escritura pública

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritura pública

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MG-20 097.183 25/10/2010

CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA

ANTONIO RIBEIRO DE SOUZA

MARIA DE JESUS NASCIMENTO DE SOUZA

OURICURI-PE 19/5/1981

NASC. LV-58A FL-160

OURICURI-PE

043.676.964-64

11-1247

JACQUELINE DE OLIVEIRA FERREZ

SIGNATURA DO DETECTOR

LEI Nº 7116 DE 28/02/03



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS

PRANCA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO

FRUTAL - MG FONE (341) 3421-8835

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dou M

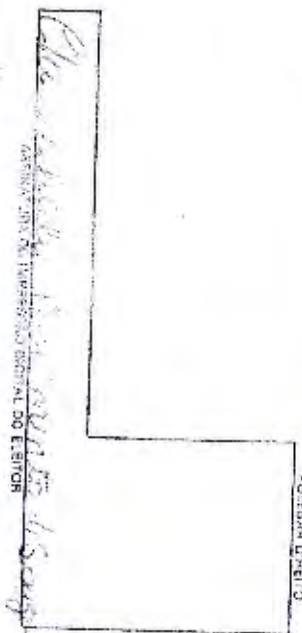
Frutal MG 08 de Maio de 2019

Em livro da variedade

Maria Ap. R. Andrade

☐ Emissão Nascimento de Igual - Escritura Autenticada

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritura Autenticada



TÍTULO ELEITORAL

Nome do Eleitor: CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA

Data de Nascimento: 19/05/1981

CPF: 0628 6324 0809

116 10186

FRUTAL - MG

Dez. José Antonio Reis Barros - Presidente do TRE-MG

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS

PRANCA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO

FRUTAL - MG FONE (341) 3421-8835

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dou M

Frutal MG 08 de Maio de 2019

Em livro da variedade

Maria Ap. R. Andrade

☐ Emissão Nascimento de Igual - Escritura Autenticada

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritura Autenticada



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

043.676.964-64

CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA

19/05/1981



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPT. TUDO DE IDENTIFICAÇÃO



MONIQUE FREITAS MARTINS

Assinatura: *Monique Freitas Martins*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ALCAZALIM 10000 TERRITÓRIO NACIONAL

PROTESTO
GLAS: 10-574 EL-574 DATA: 01/10/2017

MONIQUE FREITAS MARTINS

WALTER JOSE MARTINS
LIVIA CRISTINA DE S. MARTINS

FRUTAL-MG
10-574 EL-574

Assinatura: *Monique Freitas Martins*

NUM. 116 DE 2008/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

104.198.466-97

MONIQUE FREITAS MARTINS

10/07/1991

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

JUN/2007

BANCO DO BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

MONIQUE FREITAS MARTINS

DATA DE NASCIMENTO: 10/07/1991

RECEITA: 1770 9008 0213

116 0040

FRUTAL/MG

18/08/2017

Assinatura: *Monique Freitas Martins*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POSSUÍ DO DADO

Assinatura: *Monique Freitas Martins*

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (341) 3421-0035

AUTENTICAÇÃO
A presente xerocópia contém com o original exibido em cartório Das fls
Frutal-MG de 09 de Maio de 2019

Em 09 de Maio de 2019 da veracidade

Martha Ap. R. Andrade

☐ Escrito Histórico de Igual - Escritura Autêntica

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritura Autêntica

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (341) 3421-0035

AUTENTICAÇÃO
A presente xerocópia contém com o original exibido em cartório Das fls
Frutal-MG de 09 de Maio de 2019

Em 09 de Maio de 2019 da veracidade

Martha Ap. R. Andrade

☐ Escrito Histórico de Igual - Escritura Autêntica

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritura Autêntica

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (341) 3421-0035

AUTENTICAÇÃO
A presente xerocópia contém com o original exibido em cartório Das fls
Frutal-MG de 09 de Maio de 2019

Em 09 de Maio de 2019 da veracidade

Martha Ap. R. Andrade

☐ Escrito Histórico de Igual - Escritura Autêntica

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritura Autêntica





Algar
Telecom

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (341) 3421-8939

AUTENTICAÇÃO

Apresente xerocópiar contendo com o
original exibido em cartão Dou M

Frutal, 09 de Mar de 2019

Em nome de Maria Ap. R. Andrade da venidade

☐ Estado Nacional de Alguém - Escritório Municipal

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritório Autônomo

Pág: 1 de 3



MONIQUE FREITAS MARTINS

PARADA 304 R
RUA SERRA APARECIDA
36200-000 - FRUTAL - MG

Nº da fatura
275299503

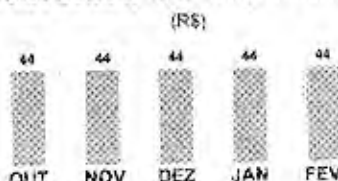
Valor total da conta
R\$ 45,94

Data de vencimento
25 / Mar / 2019

FALE COM A ALGAR TELECOM

www.algartelecom.com.br
@algartelecom
facebook.com/algartelecom
Ou ligue 193 12

HISTÓRICO VALOR DA CONTA



EMIÇÃO DESTA CONTA: 12/03/2019

CONTA SIMPLIFICADA

CELULAR

SEU NÚMERO	VALOR (R\$)	PLANO
34990746555	44,98	PLANO GIGA CONTROLÉ
TOTAL R\$ 44,98		

SERVIÇOS DA CONTA

SERVIÇO	VALOR (R\$)	SERVIÇOS
000754077373	0,96	Serviços da Conta
TOTAL R\$ 0,96		

Algar Telecom

Sua lista agora é digital!

netsabe Venda mais com o NETSABE.

AS MELHORES POSIÇÕES DE BUSCA NO GOOGLE

ANUNCIE netsabe.com.br

Algar Telecom

UTILIZE ESTA VIA PARA PAGAMENTO

Em caso de pagamento com cheque, a quitação se
dará após a compensação do mesmo.

Nome do Cliente	Nº da Fatura	Banco / Agência	Identificação	Data de Vencimento	Valor Total da Conta
MONIQUE FREITAS MARTINS	275299503		000754077373	25/03/2019	45,94

846800000000-8 45940004000-0 07540773730-5 27529950300-1



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Declaração assinada por todos os diretores comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço de radiodifusão Comunitária com firma reconhecida;

DECLARAÇÃO

Eu, Lincoln Biage Gomes, CPF/MF 226.639.958-60, RG 35.071.611-0 SSP/SP, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Presidente**, declaro para os devidos fins, que me comprometo ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Frutal, 04 de maio de 2018.

1º TABELIONATO

Lincoln Biage Gomes

Lincoln Biage Gomes
Presidente



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL - MG
Praça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000
Fone: (31) 3424-0195 - E-mail: tabelionato1@frutal.mg.br

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
LINCOLN BIAGE GOMES



EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019 10:53:20

EMOL.: R\$ 5,30 TFJ.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN02981

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019 10:53:21



EMOL.: R\$ 5,30 TFJ.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN02984

DECLARAÇÃO

Eu, **Marli Ferreira de Paula**, CPF/MF 343.660.928-59, RG 27.490.107-9 SSP/SP, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Diretora Financeira**, declaro, para os devidos fins, para os devidos fins, que me comprometo ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Frutal, 04 de maio de 2018.



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL, MG
Praça 7 de Setembro, 23 - Centro - CEP: 36.200-070
Fone: (34) 3421-0186 - E-mail: tabelionato@notasfrutal.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

MARLI FERREIRA DE PAULA

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019 10:53:21

EMOL: R\$ 5,80 TFJ: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN 02982



Marli Ferreira de Paula

Marli Ferreira de Paula

Diretora Financeira

DECLARAÇÃO

Eu, **Maximiliano Vieira Melo**, CPF/MF 114.373.236-77, RG MG-17.367.347 PC/MG, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Diretor de Comunicações e Operações** declaro, para os devidos fins, que me comprometo ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Frutal, 04 de maio de 2018.



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL / MG
Praça 7 de Setembro, 30 - Centro - CEP 38.250-000
Fone: (34) 3421-0166 - E-mail: tabeleionatofrutal@hotmail.com
Jesé Benedito dos Reis

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
MAXIMILIANO VIEIRA MELO

EM TESTEMUNHO DA VERDADE DOU FÉ
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019 10:53:21

EMOL: R\$ 5,30 TFCJ: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN02983



Maximiliano Vieira Melo

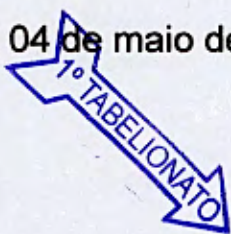
Maximiliano Vieira Melo

Diretor de Comunicações e Operações

DECLARAÇÃO

Eu, **Claudileide Nascimento de Souza**, CPF/MF 043.676.964-64, RG MG-23.092.183 PC/MG, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Conselho Fiscal**, declaro, para os devidos fins, que me comprometo ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Frutal, 04 de maio de 2018.



Claudileide nascimento de Souza

Claudileide Nascimento de Souza

Conselho Fiscal

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL / MG
 Praça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP: 38.200-000
 Fone: (34) 3421-8166 - E-mail: tabelionofrutal@hotmail.com

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA

EM TESTEMUNHO DA VERDADE DOU FÉ.
 Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
 Frutal, 08/05/2019 10:53:20

EMOL: R\$ 5,30 T.F.J.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
 Selo(s): CTN02980

Selo de Fiscalização
 RECONHECIMENTO DE FIRMA
 CTN 02980

DECLARAÇÃO

Eu, **Monique Freitas Martins**, CPF/MF 104.198.466-97, RG MG-10.550.874 PC/MG, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Conselho Fiscal**, declaro, para os devidos fins, que me comprometo ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Frutal, 04 de maio de 2018.



Monique Freitas Martins
Monique Freitas Martins

Conselho Fiscal



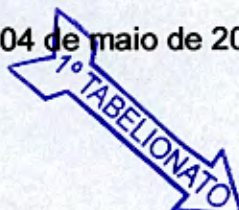
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
 PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
 FRUTAL - MG FONE (34) 3421-2230
 Reconheço a(s) firma(s) *Monique Freitas Martins*

Frutal/MG 04 de Maio de 2019
 Em test. *E* da verdade
Esolto N. de Assunção
☒ Evado Nascimento de Aguiar Escrevente Autorizado
☐ Maria Ao. R. Anzinate Escrevente Autorizada

DECLARAÇÃO

Eu, Lincoln Biage Gomes, CPF/MF 226.639.958-60, RG 35.071.611-0 SSP/SP, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Presidente**, declaro, para os devidos fins, que resido na área da comunidade atendida na Rua Ipiranga, 411, Centro, Frutal, MG, CEP 38.200-000.

Frutal, 04 de maio de 2018.



Lincoln Biage Gomes

Lincoln Biage Gomes

Presidente

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL / MG
Praça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000
Fone: (34) 3429-0666 - E-mail: localnotafutal@hotmail.com

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
LINCOLN BIAGE GOMES

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ.
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019, 10:53:21

EMOL.: R\$ 5,30 TFJ.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN02986

7º TABELIONATO
Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 02986

DECLARAÇÃO

Eu, Lincoln Biago Gomes, CPF/MF 226.639.958-60, RG 35.071.611-0
SSP/SP, na qualidade de dirigente da Associação Comunitária Cultural
Frutalense, CNPJ 08.933.165/0001-00, na qual exerce o cargo de Presidente,
declaro, para os devidos fins, que resido na área da comunidade atendida na
Rua Ipiranga, 411, Centro, Frutal, MG, CEP 38.200-000.

Frutal, 04 de maio de 2018.

Lincoln Biago Gomes
Presidente

DECLARAÇÃO

Eu, **Patricia Inildelaine Brito Oliveira**, CPF/MF 117.446.476-31, RG MG-15.624.200 PC/MG, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Diretora Administrativa**, declaro, para os devidos fins, que resido na área da comunidade atendida na Rua Marcondes Machado, 935, Santos Dumont, Frutal, MG, CEP 38.200-000.

Frutal, 04 de maio de 2018.



Patricia Inildelaine Brito Oliveira
Patricia Inildelaine Brito Oliveira

Diretora Administrativa

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL - MG
Praça 7 de Setembro, 35 - Centro - CEP 38.200-000
Fone: (34) 3424-1166 - E-mail: tabelionatofrutal@hotmail.com

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA

EM TESTEMUNHO DA VERDADE DOU FÉ
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019 10:53:22

EMOL: R\$ 5,30 TFJ: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN02989

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 02989

DECLARAÇÃO

Eu, **Marli Ferreira de Paula**, CPF/MF 343.660.928-59, RG 27.490.107-9 SSP/SP, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Diretora Financeira**, declaro, para os devidos fins, que resido na área da comunidade atendida na Rua Professora Sônia Beatriz de Oliveira Furtado, 158, Bairro Flamboyant, Frutal, MG, CEP 38.200-000

Frutal, 04 de maio de 2018.



Marli Ferreira de Paula

Marli Ferreira de Paula

Diretora Financeira

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL / MG
Praça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000
Fone: (34) 3424-2166 - E-mail: tabelionato1@frutal.com.br
José Roberto de Paula - Tabelião

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
MARLI FERREIRA DE PAULA

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ.
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019 10:53:21

EMOL.: R\$ 5,30 T.F.J.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selc(s): CTN02987



DECLARAÇÃO

Eu, Mahi Ferreira de Paula, CPF/MF 343.660.928-59, RG 27.490.107-9 SSP/SP, na qualidade de dirigente da Associação Comunitária Cultural Frutalense, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerce o cargo de Diretora Financeira, declaro, para os devidos fins, que resido na área da comunidade atendida na Rua Professora Sônia Beatriz de Oliveira Furtado, 128, Bairro Flimboyant, Frutal, MG, CEP 38.200-000

Frutal, 04 de maio de 2018.

Mahi Ferreira de Paula
Diretora Financeira

DECLARAÇÃO

Eu, **Maximiliano Vieira Melo**, CPF/MF 114.373.236-77, RG MG-17.367.347 PC/MG, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Diretor de Comunicações e Operações** declaro, para os devidos fins, que resido na área da comunidade atendida na Rua Viriato Correia, 311, Centro, Frutal, MG, CEP 38.200-000.

Frutal, 04 de maio de 2018.



Maximiliano Vieira Melo
Maximiliano Vieira Melo

Diretor de Comunicações e Operações



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL / MG

Rua Viriato Correia, 311 - Centro - CEP 38.200-000

Fone: (34) 3421-9195 - E-mail: boacartorio1@hotmail.com

Assessoria Jurídica: Dr. José Reis

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de

MAXIMILIANO VIEIRA MELO

EM TESTEMUNHO DA VERDADE DOU FÉ.

Escrevente - Fred Arkaten de Freitas

Frutal, 08/05/2019 10:53:22

EMOL: R\$ 5,30 TFE: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05

Selo(s): CTN02988



DECLARAÇÃO

Eu, Maximiliano Vieira Melo, CPF/MF 114.373.236-77, RG MG-17.367.347 PC/MG, na qualidade de dirigente da Associação Comunitária Cultural Frutalense, CNPJ 09.933.165/0001-00, na qual exerce o cargo de Diretor de Comunicações e Operações declaro, para os devidos fins, que resido na área da comunidade atendida na Rua Viriato Correia, 311, Centro, Frutal, MG, CEP 38.200-000.

Frutal, 04 de maio de 2018.

Maximiliano Vieira Melo
Diretor de Comunicações e Operações

DECLARAÇÃO

Eu, **Claudileide Nascimento de Souza**, CPF/MF 043.676.964-64, RG MG-23.092.183 PC/MG, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Conselho Fiscal**, declaro, para os devidos fins, que resido na área da comunidade atendida na Rua Três, 64, Residencial Zona Sul, Frutal MG, Cep 38200-000.

Frutal, 04 de maio de 2018.

TABELIONATO

Claudileide Nascimento de Souza

Claudileide Nascimento de Souza

Conselho Fiscal

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL / MG
Praça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000
Fone: (35) 3421-9159 - E-mail: tabclaudileidefrutal@hotmail.com

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019 10:53:21

EMOL: R\$ 5,30 TFJ: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN02985



DECLARAÇÃO

Eu, **Monique Freitas Martins**, CPF/MF 104.198.466-97, RG MG-10.550.874 PC/MG, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Conselho Fiscal**, declaro, para os devidos fins, que resido na área da comunidade atendida na Rua Paraná, 564, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Frutal, MG, CEP 38.200-000.

Frutal, 04 de maio de 2018.



Monique Freitas Martins
Monique Freitas Martins

Conselho Fiscal

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 378 CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8330
Reconheço a(s) firma(s) por autografa
de Monique Freitas Martins
Frutal/MG 04 de Maio de 2018
Em test* 8 da verdade
Euclides N. de Aguiar
☒ Euclides Nascimento de Aguiar Escrevente Autorizado
☐ Maria Ad. R. Andrade Escrevente Autorizada



DECLARAÇÃO

comunidade atendida na Rua Paraná, 564, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Frital, MG, CEP 38.300-000.

Final: 04 de maio de 2018.

Conselho Fiscal

Declaração do Representante legal atestando
que a entidade encontra-se com suas
instalações em conformidade com a expedição
da última licença;

DECLARAÇÃO

Eu, **Lincoln Biage Gomes**, CPF/MF 226.639.958-60, RG 35.071.611-0 SSP/SP, na qualidade de dirigente da Associação Comunitária Cultural Frutalense, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Presidente**, declaro, para os devidos fins, que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Frutal, 04 de Maio de 2019.

1º TABELIONATO

Lincoln Biage Gomes

Lincoln Biage Gomes
Presidente



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL, MS
Praça 1 de Setembro, 11 - Centro - CEP 35.200-000
Fone: (67) 3421-0160 E-mail: tabelionatofrutal@frutal.ms.gov.br

José Genivaldo Rodrigues Reis

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
LINCOLN BIAGE GOMES



Selo de Fiscalização



RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 03013

EM TESTEMUNHO DA VERDADE DOU FÉ
Escrevente - Fred Arlato de Freitas
Frutal, 08/05/2019 10:53:24

EMOL: R\$ 5,30 TFJ: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN03013

Presidente
Lincoln Bispo Gomes

Futal, 04 de Maio de 2018

respectiva licença de funcionamento

os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com
instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do
deciário, para os devidos fins, que a emissora encontra-se com suas
Futalense, CNPJ 08.833.102/0001-00, na qual exerce o cargo de Presidente,
229126, na qualidade de dirigente da Associação Comunitária Cultural

Eu, Lincoln Bispo Gomes, CPF/MF 338.838.828-80, RG 32.071.811-0

DECLARAÇÃO

LAUDO DE VISTORIA

SERVIÇO: RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Norma: 01/2011 do Ministério das Comunicações

Entidade: Associação Comunitária Cultural Frutalense

Localidade: Frutal - MG

LAUDO DE VISTORIA

SERVIÇO: RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
Norma: 01/2011 do Ministério das Comunicações

Entidade: Associação Comunitária Cultural Frutalense

Localidade: Frutal - MG

2 – Desenvolvimento da Vistoria.

2.1 – Aspectos gerais das instalações

A emissora de Radiodifusão Comunitária operada pela Associação Comunitária Cultural Frutalense está instalada na Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031 – Bairro Universe Residence Plaza, Frutal – MG, Cep 38200-000, em um imóvel alugado da entidade, com salas independentes, destinadas exclusivamente para operação da emissora. Possui dependências bem definidas para cada finalidade, com: Recepção e estúdio de locução, sala de reunião e instalações sanitárias.

O sistema irradiante está instalado na Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031 – Bairro Universe Residence Plaza, Frutal – MG, Cep 38200-000 no mesmo lote ao da emissora. Consta no local de Instalação do transmissor a Licença de funcionamento da estação, bem como o Relatório de Conformidade.

A antena Instalada para o serviço de radiodifusão comunitária está localizada na parte mais alta da torre e é a mesma apontada no projeto técnico que consta da licença de funcionamento.

A torre está devidamente chumbada, em bom estado de conservação e aterrada através de haste metálica com conector apropriado.

Também está instalada no topo da torre para raios e lâmpada de balizamento noturno.

O cabo Coaxial está em bom estado de conservação e é do tipo RGC 213, fabricado pela KMP Pirelli. As conexões de RF estão em bom estado de conservação e não há indícios de mal contato. A conexão é do tipo N

de conservação e não há indícios de mau contato. A conexão é do tipo N 5T3, fabricado pela KMF Pirelli. As conexões de RF estão em bom estado

O cabo Coaxial está em bom estado de conservação e é do tipo PEC balizamento noturno.

Também está instalada no topo da torre para raio e lâmpada de apropriado.

conservação e aterrada através de haste metálica com conector

A torre está devidamente chumbada, em bom estado de técnico que consta da licença de funcionamento.

localizada na parte mais alta da torre e é a mesma apontada no projeto

A antena instalada para o serviço de radiodifusão comunitária está Relatório de Conformidade.

transmissor a licença de funcionamento da estação, bem como o 000 no mesmo lote ao da emissora. Consta no local de instalação do Pouco, 1031 - Bairro Universe Residence Plaza, Furtal - ME, CEP 98300-

O sistema irradiante está instalado na Avenida Juvêncio Garça estudo de locução, sala de reunião e instalações sanitárias.

dependências bem definidas para cada finalidade, com: Recepção e destinadas exclusivamente para operação da emissora. Possui 000, em um imóvel alugado da entidade, com salas independentes, Pouco, 1031 - Bairro Universe Residence Plaza, Furtal - ME, CEP 98300- Comunitária Cultural Furtalense está instalada na Avenida Juvêncio Garça

A emissora de Radiodifusão Comunitária operada pela Associação

5.1 - Aspectos Gerais das instalações

5 - Desenvolvimento da História

para a antena e UHF macho para o transmissor. A conexão próxima à antena está devidamente isolada com fita de auto-fusão. Não há derivações ou interrupção no cabo coaxial entre o transmissor e antena.

A ligação entre o estúdio e transmissor é realizada através de cabo de áudio duplamente *Shielded*.

O equipamento transmissor está acomodado sobre uma bancada dentro na sala de reuniões, cuja permanência de pessoas não é contínua e o ambiente é limpo e arejado. O gabinete desse transmissor está aterrado.

Transmissor

2.2 – Ensaio técnico:

Os ensaios foram realizados no local de instalação do transmissor, sito a Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031 – Bairro Universe Residence Plaza, Frutal – MG, Cep 38200-000, no dia 27 de Abril de 2019, e tem como referência as verificações apontadas pelo anexo 13 da Portaria do Ministério das Comunicações nº 62 de 14 de Outubro de 2011.

2.2.1 – Coordenadas da estação:

Equipamento Utilizado: receptor de sinais de satélites GARMIN modelo: Estrex Summit.

Coordenadas encontradas:

- a) Estúdio: Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031 – Bairro Universe Residence Plaza, Frutal – MG, Cep 38200-000.
Latitude: 20°S01'37"
Longitude: 48°W54' 00" O
- b) Transmissor: Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031 – Bairro Universe Residence Plaza, Frutal – MG, Cep 38200-000.

Universe Residence Plaza, Futatai – MC, CEP 38500-000.

p) Transmissor: Avenida Indústrias Gerais Pouco, 1031 – Bairro

Longitude: 48°W24, 00, 0

Latitude: 30°20'33, 0

Residence Plaza, Futatai – MC, CEP 38500-000.

q) Estúdio: Avenida Indústrias Gerais Pouco, 1031 – Bairro Universe

Coordenadas encontradas:

Estrela Summit.

Equipamento Utilizado: receptor de sinais de satélites GARMIN modelo:

S.S.T – Coordenadas da estação:

Ministério das Comunicações nº 63 de 14 de Outubro de 2011.

como referência as verificações apontadas pelo anexo 13 da Portaria do
Plaza, Futatai – MC, CEP 38500-000, no dia 27 de Abril de 2012, e tem
sido a Avenida Indústrias Gerais Pouco, 1031 – Bairro Universe Residence

Os ensaios foram realizados no local de instalação do transmissor.

S.S – Ensaio técnico:

Transmissor

o ambiente é limpo e arejado. O gabinete desse transmissor está aterrado,
dentro na sala de reuniões, cuja permanência de pessoas não é contínua e

O equipamento transmissor está acomodado sobre uma bancada
de áudio duplamente blindado.

A ligação entre o estúdio e transmissor é realizada através de cabo
derivados ou interrupção no cabo coaxial entre o transmissor e antena.

antena está devidamente isolada com fita de auto-fusão. Não há
para a antena e UHF macho para o transmissor. A conexão próxima à

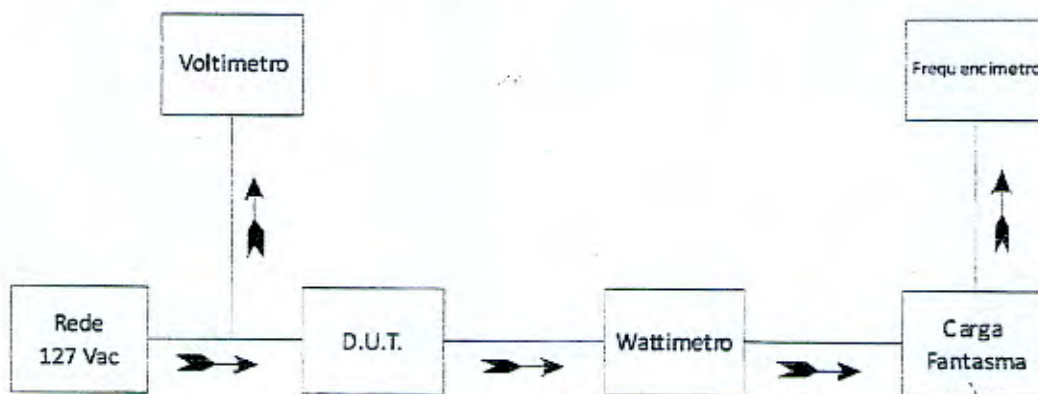
c) Latitude: 20°S 01' 37"
Longitude: 48°W 54' 00" O

2.2.2 – Equipamento ensaiado:

Transmissor de Radiodifusão Comunitária fabricado por Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.

Modelo: TEC 113

2.2.3 – Setup de Ensaio de Transmissor conectado em carga fantasma:



Condições de Ensaio:

*Tensão de entrada: V_{in} : 124,8 VAC;

* Temperatura Ambiente: não controlada.

Potência Direta:

Potência medida em wattímetro analógico com pastilha de 100 watts conectado em carga fantasma através de cabos coaxiais RGC 213. Potência lida: 24,9 Watts.

Frequência de Operação:

c) Latitude: 20°20'37"
Longitude: 48°W24' 00" O

2.2.2 – Equipamento ensaiado:

Transmissor de Radiodifusão Comunitária fabricado por Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.

Modelo: TEC 113

2.2.3 – Setup de Ensaio de Transmissor conectado em carga fantasma:



Condições de Ensaio:

*Tensão de entrada: Vin: 124,8 VAC;

* Temperatura Ambiente: não controlada.;

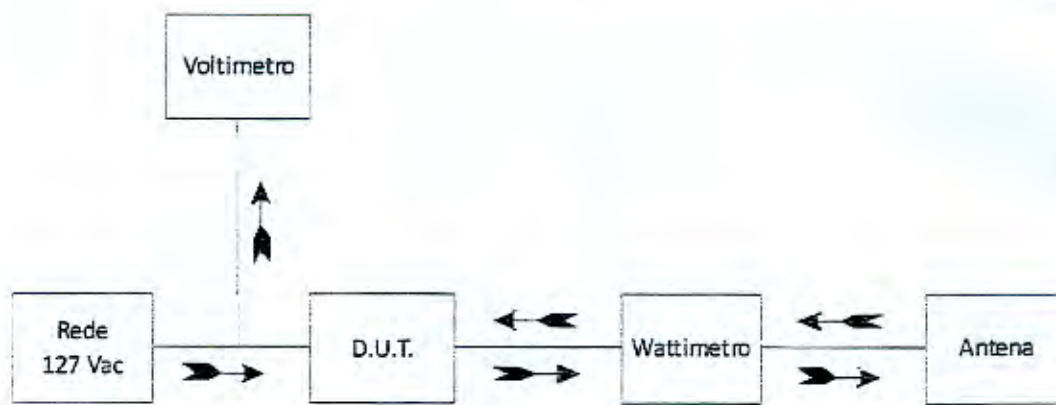
Potência Direta:

Potência medida em wattímetro analógico com pastilha de 100 watts conectado em carga fantasma através de cabos coaxiais RGC 213. Potência lida: 24,9 Watts.

Frequência de Operação:

Frequência lida em frequencímetro digital através de amostra de sinal de carga fantasma atenuado em 20 dB. Foram executadas quatro leituras em intervalo de uma hora e não houve variação maior que uma unidade de hertz. Potência lida: 104.9.001.510 Hz.

2.2.4 – Setup de ensaio de transmissor conectado na antena:



Condições de ensaio:

- Tensão de entrada: V_{in} : 123,5 Vac;
- Temperatura ambiente: não encontrada

Potência Direta:

Potência de saída encaminhada para a antena e medida em wattímetro analógico com pastilha de 100 w, conectado entre o transmissor e a antena através de cabo coaxial RGC 213.

- Potência Lida: 24,9 Watts

Potência Refletida:

Potência que retorna da antena, por descasamento de impedância, medida no wattímetro analógico com pastilha de 10 W, conectado entre o transmissor e a antena através de cabo coaxial RGC 213.

- Potência lida: 0,10 Watts

ROE:

ROE:

- Potência lida: 0,10 Watts

transmissor e a antena através de cabo coaxial REC ST3.

medida no wattímetro analógico com pastilha de 10 W, conectado entre o
Potência que retorna da antena por desacoplamento de impedância,

Potência refletida:

- Potência lida: 24,9 Watts

antena através de cabo coaxial REC ST3.

analógico com pastilha de 100 W, conectado entre o transmissor e a
Potência de saída encaminhada para a antena e medida em wattímetro

Potência Direta:

- Temperatura ambiente: não encontrada
- Tensão de entrada: V_{in} : 123,2 Vac

Condições de ensaio:



4.5.2 – Setup de ensaio de transmissor conectado na antena:

unidade de hertz, Potência lida: 104,9.001.210 Hz.

leituras em intervalo de uma hora e não houve variação maior que uma
sinal de carga fantasma atenuado em 20 dB. Foram executadas quatro

Frequência lida em freqüencímetro digital através de amostra de

É o coeficiente de ondas estacionárias. Na saída do Transmissor, esse coeficiente é dado por:

$$ROE = \frac{\sqrt{P_d} + \sqrt{P_r}}{\sqrt{P_d} - \sqrt{P_r}}$$

Onde:

P_d = Potência direta

P_r = Potência Refletida

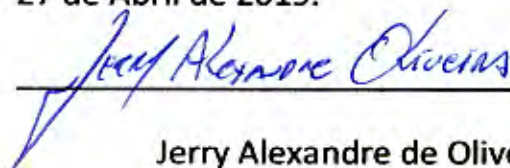
$ROE = 5,39/4,39$

- $ROE = 1,22$

2.3 Parecer Conclusivo

Eu, Jerry Alexandre de Oliveira, consultor de Telecomunicações e Radiodifusão, atesto que a estação transmissora de radiodifusão comunitária, operada pela Associação Comunitária Cultural Frutalense, está instalada na Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031 – bairro Universe Residence Plaza, Frutal – MG, Cep 38200-000. Atesto ainda, que de acordo com as observações e ensaios por mim realizados durante a vistoria, a instalação atende a todas as exigências da lei 9612 de 19 de fevereiro de 1998 e da norma 01/2011 do Serviço de Radiodifusão Comunitária e suas referências.

Frutal - MG, 27 de Abril de 2019.



Jerry Alexandre de Oliveira

CPF 150.035.698-07

Consultor em Telecomunicações e Radiodifusão

Consultor em Telecomunicações e Radiodifusão

CNPJ 150.032.698-07

Jerry Alexandre de Oliveira

Frutal - MG, 27 de Abril de 2019.

Comunidade e suas referências.

19 de fevereiro de 1998 e da norma 01/2011 do Serviço de Radiodifusão durante a vistoria, a instalação atende a todas as exigências da lei 9612 de ainda, que de acordo com as observações e ensaios por mim realizados bairro Universe Residence Plaza, Frutal - MG, Cep 38200-000. Atesto Frutalense, está instalada na Avenida Ludovina Ganhá Ponce, 1031 - comunidade, operada pela Associação Comunitária Cultural de Radiodifusão, atesto que a estação transmissora de radiodifusão e Eu, Jerry Alexandre de Oliveira, consultor de Telecomunicações e

2.3 Parecer Conclusivo

• ROE = 1,22

ROE = 2,39\4,39

Pr = Potência Refletida

Pd = Potência direta

Onde:

$$\begin{aligned} ROE &= \frac{P_r}{P_d} \\ ROE &= \frac{2,39}{4,39} \end{aligned}$$

esse coeficiente é dado por:

É o coeficiente de ondas estacionárias. Na saída do Transmissor,

Atestado de antecedentes do foro criminal estadual e federal, bem como atestado de antecedentes da polícia civil e federal e eleitoral de todos os diretores;



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **LINCOLN BIAGE GOMES**

Inscrição: **2993 9668 0116**

Zona: 116 Seção: 0048

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 19/10/1981

Domicílio desde: 03/05/2002

Filiação: - RUTE BIAGE DO CARMO GOMES
- EDUARDO GOMES

Certidão emitida às 10:29 em 21/04/2019



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

B9Q/.HE7O.3DI+.7PDC

Certidão de crimes eleitorais

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Crimes Eleitorais

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: LINCOLN BIAGE GOMES

Inscrição: 299396680116

Data Nascimento: 19/10/1981

Filiação: RUTE BIAGE DO CARMO GOMES e EDUARDO GOMES

Documento emitido às 10:29 de 21/04/2019

[Nova consulta](#)



Justiça Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

Nome do Eleitor: LINCOLN BIAGE GOMES

Inscrição: 299396680116

Certidão emitida às 10:43:36 de 21/04/2019

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **GSPZ.RN2R.OEQU.5QHH**



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **LINCOLN BIAGE GOMES**

Inscrição: **2993 9668 0116**

Zona: 116 Seção: 0048

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 19/10/1981

Domicílio desde: 03/05/2002

Filiação: - RUTE BIAGE DO CARMO GOMES
- EDUARDO GOMES

Certidão emitida às 10:47 em 21/04/2019

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

NJLG.SSIJ.SWL/.TSA8

Certidão de quitação eleitoral

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Quitação Eleitoral

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: LINCOLN BIAGE GOMES

Inscrição: 299396680116

Data Nascimento: 19/10/1981

Filiação: RUTE BIAGE DO CARMO GOMES e EDUARDO GOMES

Documento emitido às 10:47 de 21/04/2019

[Nova consulta](#)

**ATESTADO de
Antecedentes**Secretaria da
Segurança PúblicaGOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt

Nome: LINCOLN BIAGE GOMES
Nº RG de SP: 35071611 - 0
Nome do Pai: EDUARDO GOMES
Nome da Mãe: RUTE BIAGE DO CARMO GOMES
Data de Nascimento: 19/10/1961

Atesto que, para a combinação de dados de qualificação acima informada, **NÃO** existe registro de antecedentes judiciário-criminais, até a presente data, no Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt.

IMPORTANTE:

Este atestado é válido somente com a apresentação de documento de identidade oficial com os mesmos dados de qualificação acima indicados.


Mitiazi Yamamoto
Delegado de Polícia Divisionário IIRGD.SSP.SP

Este atestado foi emitido em **21/04/2019**, às **10:58** horas e está disponível para consulta no endereço da internet: <http://www2.ssp.sp.gov.br/atestado/confirma.cfm>, informando o código abaixo:

0823a7db-d979-47e8-be1a-b65daffd7727

Atestado de Antecedentes[Apresentação do Serviço](#)[Pesquisa de RG](#)[Resultado da Pesquisa](#)[Sair](#)[fale conosco](#)**Resultado de Pesquisa****Atestado válido.**

Este Atestado de Antecedentes é válido e foi emitido para o cidadão abaixo:

Nome: LINCOLN BIAGE GOMES**Número do RG:** 35071611 - 0**Nome do Pai:** EDUARDO GOMES**Nome da Mãe:** RUTE BIAGE DO CARMO GOMES**Data de Nascimento:** 19/10/1981[Nova Validação](#)[Cancelar](#)

Nº 29374



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UBERABA
LOCAL**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais, Fiscais e JEF (Cível e Criminal) mantidos na **Subseção Judiciária de Uberaba**, que

N A D A C O N S T A

contra **LINCOLN BIAGE GOMES** nem contra o **CPF: 226.639.958-60**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Uberaba (**portal.trf1.jus.br/sjmg/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 21/04/2019 às 11:24 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 21/04/2019, 11h24min.

Endereço: Rua Luiz Soares, 529 - Bairro Fabrício,
CEP: 38.065-260, Uberaba-MG. Fone: (34) 3318-2707. e-Mail:
nucju.mg@trf1.jus.br



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 24923212019

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **LINCOLN BIAGE GOMES**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de **EDUARDO GOMES** e **RUTE VIAGE DO CARMO GOMES**, nascido(a) aos 19/10/1981, natural de FRUTAL/MG, documento de identificação 35071611 SSP/SP, CPF 226.639.958-60.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/TF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 11:31 de 21/04/2019



24923212019

Certidão de Antecedentes Criminais - Validar Autenticidade

Esta Certidão é autêntica e foi emitida via Internet pela Polícia Federal.

Número da certidão: **24923212019**, hora da emissão: **11:31**, data da emissão: **21/04/2019**

Nome: **LINCOLN BIAGE GOMES**

Nome do Pai: **EDUARDO GOMES**

Nome da Mãe: **RUTE VIAGE DO CARMO GOMES**

Data de Nascimento: **19/10/1981**

Nacionalidade: **BRASILEIRA**

Naturalidade: **FRUTAL**

Número do Passaporte:

Carteira de Identidade: **35071611**

CPF: **226.639.958-60**

Esta certidão é válida até 20/07/2019



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS os registros de distribuição de PROCESSOS CRIMINAIS de competência originária e/ou recursal, até a presente data, NADA CONSTA na Segunda Instância contra:

Nome: LINCOLN BIAGE GOMES

CPF: 226.639.958-60

RG: 35071611

Nome pai: EDUARDO GOMES

Nome mãe: RUTE BIAGE DO CARMO GOMES

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;

e) esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;

f) a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;

g) Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

Certidão solicitada em 21 de Abril de 2019 às 11:42

Belo Horizonte, 21 de Abril de 2019 às 11:42

Código de Autenticação: 1904-2111-4233-0992-3765

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

[Sair](#)

VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS/CERTIDÕES

Pesquisa Avançada

Código de Validação: 1904-2111-4233-0992-3765

Digite os algarismos abaixo.



Código verificador: 1904-2111-4233-0992-3765

Dados do Documento

Nome: CERTIDAO_NORMAL_4956382.pdf**Situação:** Disponível**Descrição:** CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**Tipo de Documento:** Acórdão**Observação:** Certidão válida para consulta até 20 de Julho de 2019.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA**

Inscrição: **1931 3376 0281**

Zona: 116 Seção: 0189

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 22/11/1991

Domicílio desde: 05/05/2010

Filiação: - MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO
- VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA

Certidão emitida às 19:38 em 21/04/2019



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

NNBI.KMJK.ZZ/P.3UXM

Certidão de crimes eleitorais

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Crimes Eleitorais

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA

Inscrição: 193133760281

Data Nascimento: 22/11/1991

Filiação: MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO e VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA

Documento emitido às 19:38 de 21/04/2019

[Nova consulta](#)



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA**

Inscrição: **1931 3376 0281**

Zona: 116 Seção: 0189

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 22/11/1991

Domicílio desde: 05/05/2010

Filiação: - MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO
- VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA

Certidão emitida às 19:45 em 21/04/2019

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

MYBA.T49F.TS75.SPAB

Certidão de quitação eleitoral

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Quitação Eleitoral

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA

Inscrição: 193133760281

Data Nascimento: 22/11/1991

Filiação: MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO e VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA

Documento emitido às 19:45 de 21/04/2019

[Nova consulta](#)



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

Nome do Eleitor: PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA

Inscrição: 193133760281

Certidão emitida às 19:50:59 de 21/04/2019

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **RYSN.SKPP.RLWS.TNLG**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 24944992019

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA e MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO, nascido(a) aos 22/11/1991, natural de FRUTAL/MG, documento de identificação 15624200 SSPMG/MG, CPF 117.446.476-31.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 19:56 de 21/04/2019



24944992019

Certidão de Antecedentes Criminais - Validar Autenticidade

Esta Certidão é autêntica e foi emitida via Internet pela Polícia Federal.

Número da certidão: **24944992019**, hora da emissão: **19:56**, data da emissão: **21/04/2019**

Nome: **PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA**

Nome do Pai: **VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA**

Nome da Mãe: **MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO**

Data de Nascimento: **22/11/1991**

Nacionalidade: **BRASILEIRA**

Naturalidade: **FRUTAL**

Número do Passaporte:

Carteira de Identidade: **15624200**

CPF: **117.446.476-31**

Esta certidão é válida até 20/07/2019

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA

Registro Geral: MG - 15624200

Nome do Pai: VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA

Nome da Mãe: MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO

Data de Nascimento: 22/11/1991

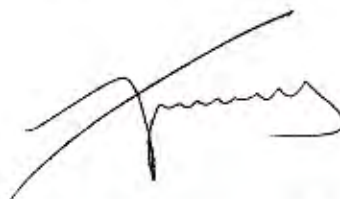
Naturalidade: FRUTAL / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA

ATESTO que, nos termos do parágrafo único do art. 20 do Código de Processo Penal, em pesquisa realizada nesta data, às 20 h. 07 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, nenhum registro de antecedente criminal foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Belo Horizonte, 21/04/2019

Autoridade Policial:



LETÍCIA BAPTISTA GAMBOGE REIS
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 18279945

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://www.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



91

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS os registros de distribuição de PROCESSOS CRIMINAIS de competência originária e/ou recursal, até a presente data, NADA CONSTA na Segunda Instância contra:

Nome: PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA
CPF: 117.446.476-31
RG: 15624200
Nome pai: VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA
Nome mãe: MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRUTO

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;
- e) esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;
- f) a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- g) Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

Certidão solicitada em 21 de Abril de 2019 às 20:14

Belo Horizonte, 21 de Abril de 2019 às 20:15

Código de Autenticação: 1904-2120-1502-0256-1566

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Sair

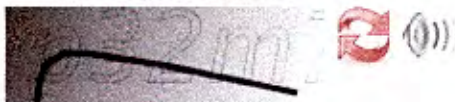
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS/CERTIDÕES

Pesquisa Avançada

Código de Validação: 1904-2120-1502-0256-1566

Digite os algarismos abaixo.



Pesquisar

Limpar

Código verificador: 1904-2120-1502-0256-1566

Dados do Documento

Nome: CERTIDAO_NORMAL_4956674.pdf**Situação:** Disponível**Descrição:** CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**Tipo de Documento:** Acórdão**Observação:** Certidão válida para consulta até 20 de Julho de 2019.

Visualizar Arquivo/Certidão



Nº 29388



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UBERABA
LOCAL**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais, Fiscais e JEF (Cível e Criminal) mantidos na **Subseção Judiciária de Uberaba**, que

N A D A C O N S T A

contra **PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA** nem contra o **CPF: 117.446.476-31**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Uberaba (**portal.trf1.jus.br/sjmg/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 21/04/2019 às 20:21 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 21/04/2019, 20h21min. e 21/04/2019, 20h21min.

Endereço: Rua Luiz Soares, 529 - Bairro Fabrício,



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **MARLI FERREIRA DE PAULA**

Inscrição: **3090 8165 0132**

Zona: 116 Seção: 0058

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 11/08/1973

Domicílio desde: 02/05/2006

Filiação: - ERANIDES FERREIRA DE PAULA
- MANOEL FRANCISCO DE PAULA

Certidão emitida às 12:14 em 21/04/2019



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

V9/M.WNWF.MGWL.GXEN

Certidão de crimes eleitorais

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Crimes Eleitorais

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: MARLI FERREIRA DE PAULA

Inscrição: 309081650132

Data Nascimento: 11/08/1973

Filiação: ERANIDES FERREIRA DE PAULA e MANOEL FRANCISCO DE PAULA

Documento emitido às 12:14 de 21/04/2019

Nova consulta



JUSTIÇA ELEITORAL
116ª ZONA ELEITORAL DE FRUTAL - MG
PRAÇA SETE DE SETEMBRO, 200, SALA 105 Telefone 3434218585

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MARLI FERREIRA DE PAULA**
Inscrição: **309081650132** Zona: 116 Seção: 58
Município: 45411 - FRUTAL UF: MG
Data de nascimento: 11/08/1973 Domiciliada desde: 02/05/2006
Filiação: - ERANIDES FERREIRA DE PAULA
- MANOEL FRANCISCO DE PAULA

Em 23 de abril de 2019.


THIAGO CAMPOS DE CARVALHO
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.





Justiça Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res. - TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

Nome do Eleitor: MARLI FERREIRA DE PAULA

Inscrição: 309081650132

Certidão emitida às 12:25:25 de 21/04/2019

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **EL8A.KCMS.VG54.B9AJ**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 24926722019

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **MARLI FERREIRA DE PAULA**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de MANOEL FRANCISCO DE PAULA e ERANIDES FERREIRA DE PAULA, nascido(a) aos 11/08/1973, natural de LUCÉLIA/SP, documento de identificação 27490107 SSP/SP, CPF 343.660.928-59.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 12:52 de 21/04/2019



24926722019

Certidão de Antecedentes Criminais - Validar Autenticidade

Esta Certidão é autêntica e foi emitida via Internet pela Polícia Federal.

Número da certidão: **24926722019**, hora da emissão: **12:52**, data da emissão: **21/04/2019**

Nome: **MARLI FERREIRA DE PAULA**

Nome do Pai: **MANOEL FRANCISCO DE PAULA**

Nome da Mãe: **ERANIDES FERREIRA DE PAULA**

Data de Nascimento: **11/08/1973**

Nacionalidade: **BRASILEIRA**

Naturalidade: **LUCELIA**

Número do Passaporte:

Carteira de Identidade: **27490107**

CPF: **343.660.928-59**

Esta certidão é válida até 20/07/2019

*
* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *
*

NOME : MARLI FERREIRA DE PAULA
REGISTRO GERAL : VEJA OBSERVACAO ABAIXO
NOME DO PAI : MANOEL FRANCISCO DE PAULA
NOME DA MAE : ERANIDES FERREIRA DE PAULA
DATA NASCIMENTO : 11/08/1973
NATURALIDADE : LUCELIA / SP
NACIONALIDADE : BRASILEIRA

ATESTO que, nos termos do art. 20 do Código de Processo Penal, em pesquisa realizada nesta data, as 10 h. 18 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, não constam registros de antecedentes em desfavor da pessoa acima qualificada.

OBSERVACAO: PESSOA NAO IDENTIFICADA CIVILMENTE NESTE ESTADO.
EMITIDO COM BASE NO DOCUMENTO QUE APRESENTOU:

- CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL - NR. 274901079 - SSP / SP

FRUTAL , 24/04/2019


LETÍCIA BAPTISTA GAMBOGI REIS
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

AUTORIDADE POLICIAL:

X0125950

361067



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS os registros de distribuição de PROCESSOS CRIMINAIS de competência originária e/ou recursal, até a presente data, NADA CONSTA na Segunda Instância contra:

Nome: MARLI FERREIRA DE PAULA
CPF: 343.660.928-59
RG: 27490107
Nome pai: MANOEL FRANCISCO DE PAULA
Nome mãe: ERANIDES FERREIRA DE PAULA

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;
- e) esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;
- f) a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- g) Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

Certidão solicitada em 21 de Abril de 2019 às 13:53

Belo Horizonte, 21 de Abril de 2019 às 13:53

Código de Autenticação: 1904-2113-5312-0524-8987

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

[Sair](#)

VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS/CERTIDÕES

Pesquisa Avançada

Código de Validação: 1904-2113-5312-0524-8987

Digite os algarismos abaixo.

[Pesquisar](#)[Limpar](#)

Código verificador: 1904-2113-5312-0524-8987

Dados do Documento

Nome: CERTIDAO_NORMAL_4956452.pdf**Situação:** Disponível**Descrição:** CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**Tipo de Documento:** Acórdão**Observação:** Certidão válida para consulta até 20 de Julho de 2019.[Visualizar Arquivo/Certidão](#)

Nº 29378



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UBERABA
LOCAL**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais, Fiscais e JEF (Cível e Criminal) mantidos na **Subseção Judiciária de Uberaba**, que

N A D A C O N S T A

contra **MARLI FERREIRA DE PAULA** nem contra o **CPF: 343.660.928-59**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Uberaba (**portal.trf1.jus.br/sjmg/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 21/04/2019 às 13:45 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 21/04/2019, 13h45min.

Endereço: Rua Luiz Soares, 529 - Bairro Fabrício,
CEP: 38.065-260, Uberaba-MG. Fone: (34) 3318-2707. e-Mail:
nucju.mg@trf1.jus.br



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **MAXIMILIANO VIEIRA MELO**

Inscrição: **1967 0142 0221**

Zona: 116 Seção: 0174

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 16/11/1993

Domicílio desde: 07/02/2012

Filiação: - ZILDA CANDIDA VIEIRA MELO
- MANOEL EURIPEDES DE MELO

Certidão emitida às 18:38 em 21/04/2019



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

UHA+.TD99./QRM.2HEN

Certidão de crimes eleitorais

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Crimes Eleitorais

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: MAXIMILIANO VIEIRA MELO

Inscrição: 196701420221

Data Nascimento: 16/11/1993

Filiação: ZILDA CANDIDA VIEIRA MELO e MANOEL EURIPEDES DE MELO

Documento emitido às 18:38 de 21/04/2019

Nova consulta



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MAXIMILIANO VIEIRA MELO**

Inscrição: **1967 0142 0221**

Zona: 116 Seção: 0174

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 16/11/1993

Domicílio desde: 07/02/2012

Filiação: - ZILDA CANDIDA VIEIRA MELO
- MANOEL EURIPEDES DE MELO

Certidão emitida às 18:45 em 21/04/2019

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

HDXN.U/XB.L2YP.YCX6

Certidão de quitação eleitoral

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Quitação Eleitoral

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: MAXIMILIANO VIEIRA MELO

Inscrição: 196701420221

Data Nascimento: 16/11/1993

Filiação: ZILDA CANDIDA VIEIRA MELO e MANOEL EURIPEDES DE MELO

Documento emitido às 18:45 de 21/04/2019

[Nova consulta](#)



Justiça Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

Nome do Eleitor: MAXIMILIANO VIEIRA MELO

Inscrição: 196701420221

Certidão emitida às 18:50:27 de 21/04/2019

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **7WGT.BMGR.K3JG.MWWT**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 24942172019

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **MAXIMILIANO VIEIRA MELO**, nacionalidade **BRASILEIRA**, filho(a) de **MANOEL EURIPEDES DE MELO** e **ZILDA CANDIDA VIEIRA DE MELO**, nascido(a) aos 16/11/1993, natural de **FRUTAL/MG**, documento de identificação 17567347 SSPMG/MS, CPF 114.373.236-77.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 18:59 de 21/04/2019



24942172019

Certidão de Antecedentes Criminais - Validar Autenticidade

Esta Certidão é autêntica e foi emitida via Internet pela Polícia Federal.

Número da certidão: **24942172019**, hora da emissão: **18:59**, data da emissão: **21/04/2019**

Nome: **MAXIMILIANO VIEIRA MELO**

Nome do Pai: **MANOEL EURIPEDES DE MELO**

Nome da Mãe: **ZILDA CANDIDA VIEIRA DE MELO**

Data de Nascimento: **16/11/1993**

Nacionalidade: **BRASILEIRA**

Naturalidade: **FRUTAL**

Número do Passaporte:

Carteira de Identidade: **17567347**

CPF: **114.373.236-77**

Esta certidão é válida até 20/07/2019

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: MAXIMILIANO VIEIRA MELO

Registro Geral: MG - 17367347

Nome do Pai: MANOEL EURIPEDES DE MELO

Nome da Mãe: ZILDA CANDIDA VIEIRA MELO

Data de Nascimento: 16/11/1993

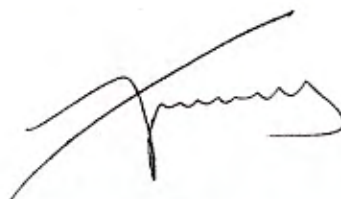
Naturalidade: FRUTAL / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA

ATESTO que, nos termos do parágrafo único do art. 20 do Código de Processo Penal, em pesquisa realizada nesta data, às 19 h. 06 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, nenhum registro de antecedente criminal foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Belo Horizonte, 21/04/2019

Autoridade Policial:



LETÍCIA BAPTISTA GAMBOGE REIS
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 18279855

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://www.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



113

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS os registros de distribuição de PROCESSOS CRIMINAIS de competência originária e/ou recursal, até a presente data, NADA CONSTA na Segunda Instância contra:

Nome: MAXIMILIANO VIEIRA MELO
CPF: 114.373.236-77
RG: 17567347
Nome pai: MANOEL EURIPEDES DE MELO
Nome mãe: ZILDA CÂNDIDA VIEIRA DE MELO

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;
- e) esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;
- f) a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- g) Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

Certidão solicitada em 21 de Abril de 2019 às 19:18

Belo Horizonte, 21 de Abril de 2019 às 19:18

Código de Autenticação: 1904-2119-1825-0529-9376

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Nº 29385



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UBERABA
LOCAL**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais, Fiscais e JEF (Cível e Criminal) mantidos na **Subseção Judiciária de Uberaba**, que

N A D A C O N S T A

contra **MAXIMILIANO VIEIRA MELO** nem contra o **CPF: 114.373.236-77**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Uberaba (**portal.trf1.jus.br/sjmg/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 21/04/2019 às 18:53 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 21/04/2019, 18h53min.

Endereço: Rua Luiz Soares, 529 - Bairro Fabrício,
CEP: 38.065-260, Uberaba-MG. Fone: (34) 3318-2707. e-Mail:
nucju.mg@trf1.jus.br



996

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA**

Inscrição: **0628 6324 0809**

Zona: 116 Seção: 0186

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 19/05/1981

Domicílio desde: 05/05/2010

Filiação: - MARIA DE JESUS NASCIMENTO DE SOUZA
- ANTONIO RIBEIRO DE SOUZA

Certidão emitida às 14:28 em 21/04/2019



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

S9G1.2DY5.NWFV.C7HJ

Certidão de crimes eleitorais

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Crimes Eleitorais

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA

Inscrição: 062863240809

Data Nascimento: 19/05/1981

Filiação: MARIA DE JESUS NASCIMENTO DE SOUZA e ANTONIO RIBEIRO DE SOUZA

Documento emitido às 14:28 de 21/04/2019

[Nova consulta](#)



118

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA**

Inscrição: **0628 6324 0809**

Zona: 116 Seção: 0186

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 19/05/1981

Domicílio desde: 05/05/2010

Filiação: - MARIA DE JESUS NASCIMENTO DE SOUZA
- ANTONIO RIBEIRO DE SOUZA

Certidão emitida às 14:35 em 21/04/2019

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

YKZO.AA96.3AAT.+YQQ

Certidão de quitação eleitoral

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Quitação Eleitoral

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA

Inscrição: 062863240809

Data Nascimento: 19/05/1981

Filiação: MARIA DE JESUS NASCIMENTO DE SOUZA e ANTONIO RIBEIRO DE SOUZA

Documento emitido às 14:35 de 21/04/2019

Nova consulta



Justiça Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

Nome do Eleitor: CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA

Inscrição: 062863240809

Certidão emitida às 14:43:36 de 21/04/2019

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **GAMT.DZI2.2RAG.LJ5A**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 24931562019

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de ANTONIO RIBEIRO DE SOUZA e MARIA DE JESUS NASCIMENTO DE SOUZA, nascido(a) aos 19/05/1981, natural de OURICURI/PE, documento de identificação 23092183 SSPMG/MG, CPF 043.676.964-64.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:52 de 21/04/2019



24931562019

Certidão de Antecedentes Criminais - Validar Autenticidade

Não foi possível confirmar a autenticidade da Certidão informada.

Confira os dados informados e tente novamente.

Nome: **CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA**

Número da Certidão: **24931562019**

Hora da Emissão: **14:52**

Data da Emissão: **21/04/2019**

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA

Registro Geral: MG - 23092183

Nome do Pai: ANTONIO RIBEIRO DE SOUZA

Nome da Mãe: MARIA DE JESUS NASCIMENTO DE SOUZA

Data de Nascimento: 19/05/1981

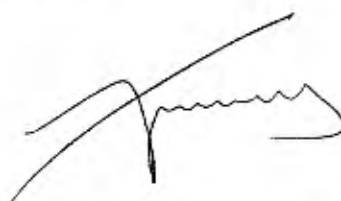
Naturalidade: OURICURI / PE

Nacionalidade: BRASILEIRA

ATESTO que, nos termos do parágrafo único do art. 20 do Código de Processo Penal, em pesquisa realizada nesta data, às 15 h. 10 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, nenhum registro de antecedente criminal foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Belo Horizonte, 21/04/2019

Autoridade Policial:



LETÍCIA BAPTISTA GAMBOGE REIS
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 18279591

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://www.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



124

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS os registros de distribuição de PROCESSOS CRIMINAIS de competência originária e/ou recursal, até a presente data, NADA CONSTA na Segunda Instância contra:

Nome: CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA
CPF: 043.676.964-64
RG: 23092183
Nome pai: ANTONIO RIBEIRO DE SOUZA
Nome mãe: MARIA DE JESUS NASCIMENTO DE SOUZA

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;
- e) esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;
- f) a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- g) Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

Certidão solicitada em 21 de Abril de 2019 às 15:01

Belo Horizonte, 21 de Abril de 2019 às 15:01

Código de Autenticação: 1904-2115-0108-0625-8097

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Sair

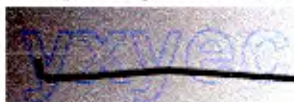
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS/CERTIDÕES

Pesquisa Avançada

Código de Validação: 1904-2115-0108-0625-8097

Digite os algarismos abaixo.



Pesquisar

Limpar

Código verificador: 1904-2115-0108-0625-8097

Dados do Documento

Nome: CERTIDAO_NORMAL_4956520.pdf**Situação:** Disponível**Descrição:** CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**Tipo de Documento:** Acórdão**Observação:** Certidão válida para consulta até 20 de Julho de 2019.

Visualizar Arquivo/Certidão



Nº 29379



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UBERABA
LOCAL**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais, Fiscais e JEF (Cível e Criminal) mantidos na **Subseção Judiciária de Uberaba**, que

N A D A C O N S T A

contra **CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA** nem contra o **CPF: 043.676.964-64**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Uberaba (portal.trf1.jus.br/sjmg/), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 21/04/2019 às 14:46 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 21/04/2019, 14h46min.

Endereço: Rua Luiz Soares, 529 - Bairro Fabrício,
CEP: 38.065-260, Uberaba-MG. Fone: (34) 3318-2707. e-Mail:
nucju.mg@trf1.jus.br



127

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **MONIQUE FREITAS MARTINS**

Inscrição: **1770 9008 0213**

Zona: 116 Seção: 0040

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 10/07/1991

Domicílio desde: 06/11/2007

Filiação: - LIVIA CRISTINA DE FREITAS MARTINS
- WALTER JOSE MARTINS

Certidão emitida às 21:00 em 21/04/2019



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

OGF2.ZBHK.EEBS.HØKG

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

Certidão de crimes eleitorais

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Crimes Eleitorais

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: MONIQUE FREITAS MARTINS

Inscrição: 177090080213

Data Nascimento: 10/07/1991

Filiação: LIVIA CRISTINA DE FREITAS MARTINS e WALTER JOSE MARTINS

Documento emitido às 21:00 de 21/04/2019

Nova consulta



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MONIQUE FREITAS MARTINS**

Inscrição: **1770 9008 0213**

Zona: 116 Seção: 0040

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 10/07/1991

Domicílio desde: 06/11/2007

Filiação: - LIVIA CRISTINA DE FREITAS MARTINS
- WALTER JOSE MARTINS

Certidão emitida às 21:11 em 21/04/2019

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

FOAT.2AS9.B2FZ.M6TC

Certidão de quitação eleitoral

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Quitação Eleitoral

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: MONIQUE FREITAS MARTINS

Inscrição: 177090080213

Data Nascimento: 10/07/1991

Filiação: LIVIA CRISTINA DE FREITAS MARTINS e WALTER JOSE MARTINS

Documento emitido às 21:11 de 21/04/2019

[Nova consulta](#)



Justiça Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

Nome do Eleitor: MONIQUE FREITAS MARTINS

Inscrição: 177090080213

Certidão emitida às 21:06:57 de 21/04/2019

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **3Q05.YQOU.S82Z.BUME**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 24951212019

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **MONIQUE FREITAS MARTINS**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de WALTER JOSE MARTINS e LIVIA CRISTINA DE FREITAS MARTINS, nascido(a) aos 10/07/1991, natural de FRUTAL/MG, documento de identificação 10550874 SSPMG/MG, CPF 104.198.466-97.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 21:24 de 21/04/2019



24951212019

Certidão de Antecedentes Criminais - Validar Autenticidade

Não foi possível confirmar a autenticidade da Certidão informada.

Confira os dados informados e tente novamente.

Nome: **MONIQUE DE FREITAS MARTINS**

Número da Certidão: **24951212019**

Hora da Emissão: **21:24**

Data da Emissão: **21/04/2019**

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: MONIQUE FREITAS MARTINS

Registro Geral: MG - 10550874

Nome do Pai: WALTER JOSE MARTINS

Nome da Mãe: LIVIA CRISTINA DE FREITAS MARTINS

Data de Nascimento: 10/07/1991

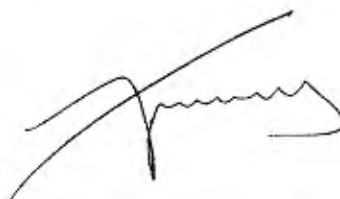
Naturalidade: FRUTAL / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA

ATESTO que, nos termos do parágrafo único do art. 20 do Código de Processo Penal, em pesquisa realizada nesta data, às 21 h. 46 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, nenhum registro de antecedente criminal foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Belo Horizonte, 21/04/2019

Autoridade Policial:



LETÍCIA BAPTISTA GAMBOGE REIS
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 18280081

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://www.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS os registros de distribuição de PROCESSOS CRIMINAIS de competência originária e/ou recursal, até a presente data, NADA CONSTA na Segunda Instância contra:

Nome: MONIQUE DE FREITAS MARTINS

CPF: 104.198.466-97

RG: 10550874

Nome pai: WALTER JOSE MARTINS

Nome mãe: LIVIA CRISTINA DE FREITAS MARTINS

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;

e) esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;

f) a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;

g) Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

Certidão solicitada em 21 de Abril de 2019 às 21:38

Belo Horizonte, 21 de Abril de 2019 às 21:39

Código de Autenticação: 1904-2121-3902-0175-1532

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Certidão Negativa de débitos Junto a Receita Federal, Anatel, FGTS e Seguridade social da entidade, bem como das secretarias da fazenda Estadual e Municipal.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE
CNPJ: 06.933.165/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:59:44 do dia 10/05/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 06/11/2019.
Código de controle da certidão: **755C.05BC.8A87.5C85**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**ANATEL**

Agência Nacional de Telecomunicações

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS
ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE
CNPJ: 06.933.165/0001-00

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:18:22 do dia 29/04/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 29/05/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 06933165/0001-00
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALEN
Endereço: AV JUQUINHA GANHA POUCO 001031 / UNIVERSE RESIDENSE
/ FRUTAL / MG / 38200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/04/2019 a 25/05/2019

Certificação Número: 2019042604425938726046

Informação obtida em 01/05/2019, às 12:51:16.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
02/04/2019CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
01/07/2019

NOME/NOME EMPRESARIAL: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 001991661.00-96

CNPJ/CPF: 06.933.165/0001-00

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: AVENIDA JUQUINHA GANHA POUCO

NÚMERO: 1031

COMPLEMENTO:

BAIRRO: UNIVERSE RESIDENCE PLAZA

CEP: 38200000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: FRUTAL

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2019000325246719



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL
SECRETARIA DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Destinação: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome: ASSOC. COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE
CPF/ CNPJ: 06933165000100

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal apurar, efetuar lançamentos e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima, que vierem a ser apuradas posteriormente à data de emissão da presente certidão, CERTIFICA-SE que não constam, até esta data, pendências em nome do Contribuinte acima identificado, relativas a débitos tributários ou não tributários, de competência e administrados pelo Poder Público Municipal.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta municipalidade e a créditos referentes à Fazenda Pública Municipal.

Emitida às **18:36:17** horas do dia **02/05/2019**.
Início da validade: **02/05/2019**
Válida até dia: **01/06/2019**

Código de controle da certidão: **50275CCB38A1AB6FA**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do SPM-NET (Serviços Públicos Municipais na Internet) da PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL.
Endereço : <http://www.netgov.com.br/pmfrutal>



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE RECEITAS
 Praça Doutor França, n° 100 – Centro – Frutal – MG
 Tel. (0xx34) 3423 – 2800

ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E/OU FISCALIZAÇÃO

ALVARÁ N°: 811 / 2019

EMIÇÃO: 20/02/2019

VALIDADE: 31/12/2019

Inscrição Econômica: 113710

inscrição Imobiliária:

Área utilizada: 40 m²

Razão social: ASSOC. COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE

Nome fantasia: RÁDIO CULTURA FM

CNPJ/CPF: 06.933.165/0001-00

Data de Inscrição Municipal: 23/05/2007

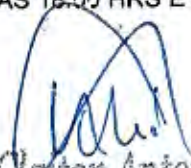
Endereço fiscal: AVENIDA JUQUINHA GANHA POUCO, 1031 - UNIVERSE RESIDENCE PLAZA - FRUTAL - MG - CEP 38.200-000

Enquanto satisfizer as exigências da legislação em vigor, fica concedida ao contribuinte acima qualificado a licença para estabelecer-se no endereço citado.

Atividade Principal: 9430-8/00 - ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS
 9493-6/00 - ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS LIGADAS À CULTURA E À ARTE
 9499-5/00 - ATIVIDADES ASSOCIATIVAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE.

HORÁRIO NORMAL: DE 2ª A 6ª DAS 07:00 AS 18:00 HRS E SÁBADO DAS 07:00 AS 12:00 HRS.

Observações / ressalvas ou restrições:


Claiton Antonio Leali
 Sec. Municipal de Fazenda

Documentos Conselho Comunitário

- a) Cópia de Inscrição de CNPJ;
- b) Cópia da Ata da Diretoria em Exercício;
- c) Cópia atualizada dos atuais estatutos;
- d) Cópia do RG e CPF dos Integrantes do Conselho Comunitário;
- e) Ata de Reunião do Conselho Comunitário, com avaliação da programação e parecer favorável;
- f) Relatório resumido da programação;

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.043.493/0001-54 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 11/03/1980
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) APAE DE FRUTAL			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-8-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R TREZE DE MAIO	NÚMERO 410	COMPLEMENTO	
CEP 38.200-000	BAIRRO/DISTRITO N SRA DO CARMO	MUNICÍPIO FRUTAL	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/08/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 21/03/2019 às 15:42:57 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
 PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
 FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8833

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dou fe

Frutal MG 22 de 03 de 2019

Em test. de [assinatura] da cidade

[assinatura]

☒ Escrito Nascimento de [nome] - Escrito [nome]

☐ Altera Ap. R. Andrade - Escrito Autógrafo



ATA DE POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA APAE DE FRUTAL/MG



Ata de Posse dos Membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Frutal, eleitos e indicados na Assembleia Geral Ordinária do dia vinte e três de dezembro de dois mil e dezesseis. No dia 02 de janeiro de dois mil e dezessete, as dezoito horas na sede da APAE de Frutal na sede da APAE DE Frutal/MG, na rua Treze de Maio, nº 410, reuniram-se os membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, para serem empossados em seus cargos, para o Triênio 2017/2019 respectivamente conforme segue: **PRESIDENTE:** Maria Auxiliadora Correa Barbosa, CPF: 341.029.576-34; **VICE- PRESIDENTE:** Maria de Lourdes Ferreira, CPF: 517.291.136-72; **1ª DIRETORA SECRETÁRIA:** Helena Maria de Paula Silveira Custódio, CPF: 429.063.776-00 **2ª DIRETORA SECRETÁRIA:** Sandra Regina de Souza, CPF: 376.795.703-53; **1º DIRETOR FINANCEIRO:** Cinomar Domingos de Mendonça, CPF: 061.345.306-97; **2º DIRETOR FINANCEIRO:** Moacir de Jesus Picolô, CPF: 037.122.518-31; **DIRETORES DE PATRIMÔNIO:** Paulo Cesar Moraes, CPF: 755.977.996-49 e Marco Antônio Gomes, CPF: 556.381.986-87; **DIRETORES SOCIAIS:** Luiz Carlos Alves, CPF: 428.067.040-49 e Adriana Mendonça de Castro, CPF: 984.179.166-87; **DIRETORES DE ESPORTES:** Aldino Cagnin e Felix Cardoso da Silva, **DIRETORES DE RELAÇÕES PÚBLICAS:** Suely Maria Faria Maia e Gerson Pereira. Os procuradores jurídicos indicados também tomam posse após aprovação de todos, neste momento sendo **PROCURADOR JURIDICO:** Dra. Marcela de Andrade Freitas, OAB/MG: 137474; **CONSELHO FISCAL EFETIVOS:** Cristina Castino Marchi, CPF: 755.721.686-53; Dirce Helena Silva, CPF: 289.029.396-34, **SUPLENTE:** Cristina Veloso de Castro, CPF: 787.818.096-20; Nicoleta Ângela Toledo de Paula, CPF: 182.774.466-91, Ildebrando Jesus de Miranda, CPF: 361.953.836-00; **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Ricardo Urbano Silvério, CPF: 040.745.316-40; Liosmar Francisco de Souza, CPF: 457.943.836-15; Gustavo Americano de Freitas, CPF: 273.215.808-90, Ana Dark Ribeiro de Almeida Socorro, CPF: 070.550.088-83, Luciene de Paula Ribeiro de Castro, CPF: 588.859.436-91, Franklin Veloso, CPF: 509.444.956-72; Brenno Oliveira e Silva, CPF: 041.422.646-13; Cleber Petersen, CPF: 175.491.688-06, Maria Fernanda Clemente Petersen, CPF: 984.207.396-34, Maria Helena Queiroz Macedo, CPF: 449.253.286-20. Em tempos, após a apresentação nominal e pessoal de todos os integrantes da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração tomou a palavra o Ex Presidente da APAE de Frutal/MG, Sr Cleber Petersen, que apresentou as contas atuais e explicou que o balanço de trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis será apresentado a todos posteriormente após publicação e com a palavra a Presidente Eleita Maria Auxiliadora Correa Barbosa firmou seu compromisso de melhoria da qualidade de vida dos assistidos e suas famílias e agradeceu o apoio dos companheiros neste compromisso de inclusão social das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Nada mais havendo a tratar lavrei a

presente ata, que vai assinada por mim e todos os presentes, que acharam em tudo conforme. Frutal dois de janeiro de dois mil e dezessete.

Assinaturas:

Carlos César Miranda
Ricardo Jansen de Miranda

Gustavo Américo de Freitas
Sandra Regina de Souza

Adriana Mendonça de Castro

Mário Sérgio

Quimar H. Mendonça

Suely Maria Faria Maia

Dirce Helena da Silva

Bruno O. Silva

Leandro

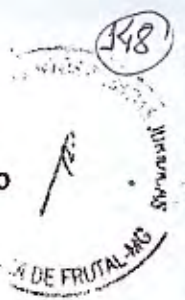
Luciene de Paula R. Costa

Luiz Antonio da Silva Castro Machado

Helena Maria de Paula Ribeiro Custódio

Ricardo Ribeiro

Silvia Paula Machado



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
RUA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8839

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dou fé
Frutal-MG de 22 de 03 de 2019

Em 1964 de 22 de 03 de 2019

- ☒ Exatidão do Assinante de Assinatura - Escrito em Português
☐ Assinatura de R. Andréia - Escrito em Português

AUTENTICAÇÃO
ANVERSO E VERSO

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 172 Pag: 1
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

Certifico estar averbado neste cartório o documento abaixo, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de registro e livro acima.



AO
CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE
FRUTAL - MG

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL, entidade sem fins lucrativos, sediada à Rua Treze de Maio nº 410, Nossa Senhora do Carmo, neste município de Frutal, Estado de Minas Gerais, por seu Presidente, vem requerer o registro da Ata de Alteração do Estatuto da APAE, presente no Livro de Atas das Assembleias Gerais da APAE.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Frutal/MG, 09 de junho de 2015.

Cleber Petersen
Presidente da APAE de Frutal

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 173 Pag: 2
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

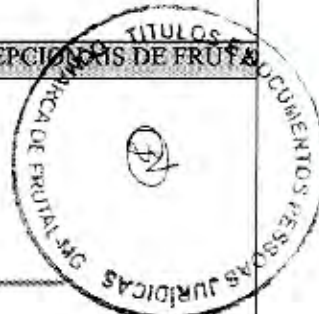


ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.493/0001-84

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Calça Postal 43 - Telef: 34 - 3421-8650 - e-mail: apae@frutal.org.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38700-000



ESTATUTO DA APAE DE FRUTAL

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede e Fins

Art. 1º - A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Frutal ou, abreviadamente, Apae de Frutal, fundada em Assembleia realizada em dezessete de fevereiro de um mil novecentos e setenta e três nesta cidade de Frutal, passa a regular-se por este Estatuto, pelo Regimento Interno e pela legislação civil em vigor.

Art. 2º - A Apae de Frutal é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sede na Rua Treze de Maio, número quatrocentos e dez, bairro Nossa Senhora do Carmo, e foro no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Art. 3º - A Apae de Frutal tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Art. 4º - A Apae de Frutal adota como símbolo a figura da flor margarida, com pétalas amarelas, centro laranja, pedúnculo e duas folhas verdes, uma de cada lado, ladeada por duas mãos em perfil, na cor cinza, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra, de orientação, tendo embaixo, partindo do centro, dois ramos de louro, contendo tantas folhas quanto forem os números dos estados brasileiros mais o Distrito Federal.

Parágrafo Único - A utilização e a aplicação do símbolo do movimento apaeano deverá observar cores, proporções, áreas de isolamento, tipografia, formatação das assinaturas, em conformidade com o manual da marca expedido pela Federação Nacional das Apaes.

Art. 5º - A bandeira da Apae de Frutal, na cor azul, contendo no centro o símbolo do movimento apaeano e o nome da Apae, terá dimensões na proporção de 1 de altura por 1,5 de largura.

Parágrafo Único - A confecção da bandeira, contemplando a aplicação da marca e das cores, deverá estar em conformidade com o manual da bandeira expedido pela Federação Nacional das Apaes.

Art. 6º - Os eventos realizados pela Apae poderão utilizar como instrumento norteador o *Manual Básico - Cerimonial da Rede Apae*, elaborado pela Federação Nacional das Apaes, para organização de seus protocolos.

Art. 7º - O dia 11 de dezembro é consagrado como Dia Nacional das Apaes (Lei nº 10.242, de 19 de junho de 2001), e deverá, obrigatoriamente, ser comemorado com o hasteamento da bandeira da Apae.

Ricardo Amado Rocha
Secretário

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 174 Pag: 3
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 20.943.483/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8450 - e-mail: apae@frutal.mg.gov.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38100-000



Art. 8º - Considera-se "Excepcional" ou "Pessoa com Deficiência" aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 9º - São os seguintes os fins e objetivos desta Apae, nos limites territoriais do seu município, voltados a promoção de atividades de finalidades de relevância pública e social, em especial:

I - promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;

II - prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizado mediante atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;

III - prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

IV - oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Art. 10 - Para consecução de seus fins, a Apae se propõe a:

I - executar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de forma gratuita, permanente e continuada aos usuários da assistência social e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação, de forma planejada, diária e sistemática, não se restringindo apenas à distribuição de bens, benefícios e equipamentos;

II - promover campanhas financeiras de âmbito municipal e colaborar na organização de campanhas nacionais, estaduais e regionais, com o objetivo de arrecadar fundos destinados ao financiamento das ações de atendimento à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, bem como a realização das finalidades da Apae;

III - incentivar a participação da comunidade e das instituições públicas e privadas nas ações e nos programas voltados à prevenção e ao atendimento da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

IV - promover parcerias com a comunidade e com instituições públicas e privadas, oportunizando a habilitação e a colocação da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, no mundo do trabalho;

V - participar do intercâmbio entre as entidades coirmãs, as análogas filiadas, as associações congêneres e as instituições oficiais municipais, nacionais e internacionais;

Reinaldo Rosendo Rocha
020-465 100-042

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 175 Pag: 4
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 20.043.483/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefone 34 - 3421-8850 - e-mail: apaefrutal@netnet.net.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG, CEP 38200-000



VI - manter publicações técnicas especializadas sobre trabalhos e assuntos relativos à causa e à filosofia do Movimento Apaeano;

VII - solicitar e receber recursos de órgãos públicos ou privados, e contribuições de pessoas físicas;

VIII - firmar parcerias com entidades correntes e análogas, solicitar e receber recursos de órgãos públicos e privados, e as contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

IX - produzir e vender serviços para manutenção da garantia de qualidade da oferta dos serviços prestados;

X - fiscalizar o uso do nome "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", do símbolo e da sigla Apaef, informando o uso indevido à Federação das Apaes do Estado ou à Federação Nacional das Apaes;

XI - promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares para os seus assistidos e às suas famílias;

XII - desenvolver ações de fortalecimento de vínculos familiares, prevenindo a ocorrência de abrigamentos;

XIII - apoiar e/ou gerenciar casas-lares para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, em situação de risco social ou abandono;

XIV - garantir a participação efetiva das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, na gestão das Apaes;

XV - coordenar e executar, nos limites territoriais do seu município, os objetivos, programas e a política da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes, promovendo, assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Apaeano;

XVI - atuar na definição da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, em consonância com a política adotada pela Federação das Apaes do Estado e pela Federação Nacional das Apaes, coordenando e fiscalizando sua execução;

XVII - articular, junto aos poderes públicos municipais e às entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

XVIII - encarregar-se, em âmbito municipal, da divulgação de informações sobre assuntos referentes a pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, incentivando a publicação de trabalhos e de obras especializadas;

XIX - compilar e/ou divulgar as normas legais e as regulamentares federais, estaduais e municipais, relativas à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, promovendo a

Ricardo Almeida Rocha
02/06/2015

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 176 Pag: 5
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 20.043.483/0001-84

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8450 - e-mail: assocfrutal@terra.com.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



ação dos órgãos municipais competentes no sentido do cumprimento e do aperfeiçoamento da legislação;

XX - promover e/ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação à causa da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam na Apae;

XXI - promover e/ou estimular o desenvolvimento de programas de prevenção da deficiência, de promoção, de proteção, de inclusão, de defesa e de garantia de direitos da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, de apoio e orientação à sua família e à comunidade;

XXII - estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente dos serviços prestados pela Apae, impondo-se a observância dos mais rígidos padrões de ética e de eficiência, de acordo com o conceito do Movimento Apaeano;

XXIII - divulgar a experiência apaeano em órgãos públicos e privados, pelos meios disponíveis;

XXIV - desenvolver o programa de autodefensoria, garantindo a participação efetiva das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, na gestão da Apae;

XXV - promover e articular serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, trabalho, visando à plena inclusão da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Art. 11 - A Apae de Frutal integra-se, por filiação, à Federação Nacional das Apaes, de quem recebe orientação, assessoramento e permissão para uso de nome, símbolo e sigla APAE, a cujo Estatuto adere.

§ 1º - Após a filiação à Federação Nacional das Apaes, a Apae, será automaticamente filiada à Federação do seu respectivo Estado, a cujo Estatuto adere.

§ 2º - A concessão, a utilização e a permanência do direito de uso do nome, símbolo e sigla Apae pela filiada estão condicionados à observância do Estatuto, das Resoluções, do Regimento Interno e das decisões dos órgãos diretivos da Federação Nacional das Apaes e da Federação das Apaes dos Estados.

§ 3º - A Apae apresentará, anualmente, à Federação das Apaes do Estado, até o dia 30 de abril, relatório sucinto de suas atividades, plano de ações para o ano seguinte, indicando os pontos positivos e negativos encontrados em sua administração, no exercício.

Art. 12 - A Apae preservará sua autonomia administrativa, financeira e jurídica perante a Federação das Apaes do Estado, Federação Nacional das Apaes, Administração Pública e entidades privadas, não gerando, em nenhuma hipótese, direitos e vínculos empregatícios entre seus funcionários, dirigentes, prepostos e/ou contratados, competindo a cada uma, particularmente e com

Ricardo Almeida Rocha
CNPJ 000.000.000-00

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 177 Pag: 6
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTÔNIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Teléfix 34 - 3421-8450 - e-mail: apaefrutal@netnet.com.br

Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



exclusividade, o cumprimento das suas respectivas obrigações comerciais, contratuais, trabalhistas, sociais, de acidentes do trabalho, previdenciárias, fiscais e tributárias, de conformidade com a legislação vigente e/ou práticas comerciais, financeiras ou bancárias em vigor.

CAPÍTULO II

Dos Associados

Seção I

Do Quadro Social

Art. 13 - A Apae de Frutal é constituída por número ilimitado de associados, pessoas físicas e jurídicas, neste caso representada pelo Diretor ou Presidente que consta do contrato social.

§1º - São requisitos para admissão do associado: idoneidade, maioridade, capacidade legal, envolvimento com a causa da pessoa com deficiência, compromisso com as ações desenvolvidas pela Apae.

§2º - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da Apae.

Art. 14 - O quadro social da Apae é constituído pelas seguintes categorias de associados:

I - contribuintes: pessoas físicas e jurídicas, devidamente cadastradas, que contribuam com a Apae por contribuição regular, em dinheiro, mediante manifestação de vontade em contribuir para a execução dos objetivos da Apae, firmando termo de adesão de associado; sendo que o voto da pessoa jurídica será exercido por apenas 01 (um) sócio/diretor representante.

II - beneméritos: pessoas físicas ou jurídicas que, a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, prestam relevantes serviços ao movimento das Apaes;

III - correspondentes: aqueles que prestam colaboração à Apae, porém residem em outros pontos do território nacional ou em outro país;

IV - honorários: personalidades, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência, ou que tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da deficiência;

V - especiais: pessoas com deficiência, maiores de 16 anos, que estejam matriculadas nos programas de atendimento da Apae, seus pais e/ou responsáveis legais, sendo-lhes assegurado o direito de votar e de serem votados, exigindo-se o termo de adesão;

VI - fundadores: pessoas que participaram da primeira Assembleia Geral de Fundação da Apae e assinaram a respectiva ata.

Ricardo Almeida Rocha
06/06/2015

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 178 Pag: 7
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.643.493/0001-94

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 42 - Teléfix 34 - 3421-8650 - e-mail: apaefr@frutal.mg.gov.br

Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



Art. 15 - Compete à Apae exigir de seus associados o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano.

Seção II

Dos Títulos Honoríficos

Art. 16 - A Apae poderá conceder, em casos especiais, os títulos honoríficos de Agradado Benemérito e Agradado Honorário.

I - São Agradados Beneméritos as personalidades, físicas ou jurídicas, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência ou tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso do movimento das Apaes.

II - São Agradados Honorários as personalidades, nacionais ou estrangeiras, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência ou tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da deficiência.

III - A concessão de título honorífico será deliberada em votação secreta, no mínimo, por dois terços da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Apae.

IV - O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva indicarão uma Comissão composta por 2 (dois) membros da Diretoria Executiva e 2 (dois) membros do Conselho de Administração, para examinar as obras e o "curriculum vitae" dos indicados, deliberando por votação de, no mínimo, dois terços dos seus membros.

V - A concessão de título honorífico não cria obrigação para o agraciado em relação à Apae, nem lhe assegura os direitos previstos aos associados contribuintes definidos neste Estatuto.

Seção III

Dos Direitos dos Associados

Art. 17 - São direitos assegurados aos Associados Especiais e Contribuintes, quites com suas obrigações sociais:

I - ter o seu filho ou dependente com deficiência matriculado na Apae e utilizar-se dos serviços por ela prestados;

II - participar das Assembleias Gerais;

III - propor candidatos à eleição de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da Apae;

Ricardo Almeida Rocha
OAB/SP 100.000

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 179 Pag: 8
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTA



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8650 - e-mail: apaefrutal@terra.com.br

Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



IV - participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Apae, usando da palavra, mas sem direito a voto;

V - apresentar, à Diretoria Executiva, idéias e sugestões, temas para discussão, temas e assuntos de interesse comum;

VI - participar de todos os eventos organizados pela Apae, pelo Conselho Regional, pela Federação das Apaes do Estado e pela Federação Nacional das Apaes;

VII - apresentar propostas de alteração do Estatuto da Apae, submetendo-as à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das Apaes;

VIII - participar de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos, quando convidado e de acordo com sua disponibilidade;

IX - requerer o desligamento do quadro social, mediante solicitação dirigida à Diretoria da Apae;

X - em caso de morte, os direitos do associado não se transferem a terceiros;

XI - convocar os órgãos deliberativos da Apae quando houver requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados.

§ 1º - Os associados beneméritos, correspondentes, honorários e fundadores não poderão votar nem serem votados, exceto se forem também associados contribuintes.

§ 2º - Para gozar de qualquer dos direitos acima enumerados, é necessário que o associado se encontre quito com suas obrigações sociais.

§ 3º - Os associados contribuintes, quando funcionários da Apae, com vínculo direto ou indireto, não poderão votar nem serem votados, nem convocar Assembleia Geral Extraordinária.

Seção IV

Das Obrigações dos Associados

Art. 18 - São obrigações dos associados da Apae:

I - manter padrão de conduta ética de forma a preservar e a aumentar o conceito do Movimento Apaeano no município;

II - pagar as contribuições enquanto associados contribuintes, e prestar todas as informações solicitadas pelos órgãos diretivos;

III - aceitar as incumbências que lhes forem atribuídas pelos órgãos diretivos da Apae, participando de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos.

Ricardo Rosendo Rocha
06-06-2015

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 180 Pag: 9
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 20.043.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefex 34 - 3421-8450 - e-mail: assocpaes@frutal.mg.gov.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



IV - cumprir, acatar e respeitar as disposições estatutárias, as resoluções da Diretoria Executiva, o regimento interno, bem como as decisões dos órgãos diretivos da Apae;

V - informar, por escrito, aos órgãos diretivos da Apae, quando identificar qualquer suspeita de irregularidade no funcionamento de serviços, para averiguação e providências;

VI - submeter as propostas de alteração do Estatuto da Apae à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das Apace.

Seção V

Das Penalidades Aplicáveis aos Associados

Art. 19 - As infrações ao presente Estatuto e as irregularidades de qualquer natureza cometidas pelos Associados acarretarão procedimentos e penalidades aplicados pela Diretoria Executiva da Apae, nas modalidades de advertência, suspensão e exclusão.

I - Advertência para punir faltas leves conforme sejam definidas e regulamentadas pelo Conselho de Administração, a qual será aplicada pelo Presidente da Apae;

II - Suspensão do direito de votar e ser votado pelo prazo de 08 (oito) anos para os cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

III - Exclusão do quadro social quando as infrações consistirem em desvio de ética do associado como componente do corpo social, dos compromissos, padrões de conduta, filosofia, Estatuto, Regulamento e Resoluções da Apae, da Federação das Apace do Estado e da Federação Nacional das Apace.

§ 1º - A exclusão será deliberada e aplicada pelos membros da Diretoria Executiva, *ad referendum* do Conselho de Administração para punir faltas muito graves.

§ 2º - Fica assegurado prévio direito de defesa a todos os associados quando lhes forem imputadas as infrações previstas neste artigo, cabendo-lhes, ainda, na hipótese de suspensão e exclusão, recurso para a Assembleia Geral, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

§ 3º - A exclusão considerará-se definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no § 2º deste artigo.

Seção VI

Do Processo de Apuração de Irregularidades na Apae

Art. 20 - Diante de irregularidades na Apae, será constituída Comissão de Ética designada pela Federação das Apace do Estado e/ou pela Diretoria da Apae que não seja parte das denúncias

Assinado por
Roberto Almeida Rocha
Presidente do Conselho

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 181 Pag: 10
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.483/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 42 - Telefone 34 - 3421-8650 - e-mail: apae@apae.org.br
Rua Treze de Maio nº 450, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38700-000

apresentadas, marcando-se prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a defesa que tiver, assegurados aos denunciados a ampla defesa e o contraditório.

I - O não atendimento, pelo associado, aos termos da notificação, sujeitá-lo-á aos procedimentos de advertência, suspensão ou exclusão, decretados pela Diretoria Executiva da Apae "ad referendum" do Conselho de Administração.

II - A Comissão de Ética compete apurar os fatos noticiados encaminhando relatório circunstanciado para a Federação das Apaes do Estado e/ou para a Diretoria da Apae, que expedirá parecer conclusivo.

III - A análise dos relatórios será feita pela Diretoria Executiva "ad referendum" do Conselho de Administração da Federação das Apaes do Estado e/ou da Apae que expedirá parecer recomendando a aplicação das penalidades previstas no art. 19, a intervenção na Apae ou ainda o arquivamento da denúncia.

IV - Caracterizada a necessidade de intervenção, caberá aos interventores todos os atos de gestão na Apae, incluindo negociação com o Poder Público, acerto de dívidas, regularização da documentação, continuidade dos atendimentos e dos projetos já existentes, contratação e dispensa de funcionários, entre outros.

V - A intervenção terminará com a eleição da nova Diretoria da Apae, que, assumindo o cargo, responsabilizar-se-á por dar continuidade aos trabalhos iniciados, dentro do padrão de ética e unidade do Movimento Apaiano.

VI - Nos casos em que todos os procedimentos adotados pela Federação das Apaes do Estado, no processo de intervenção, não sejam capazes de superar as dificuldades existentes na Apae, caberá a esta mesma Federação comunicar a Federação Nacional das Apaes para a aplicação da sanção consistente na cassação da autorização de uso do nome, sigla e símbolo Apae, com remessa dos fatos apurados ao Ministério Público Estadual e Federal, se for o caso, para as providências cabíveis, dando-se ampla divulgação no município.

VII - Os procedimentos para aplicação das penalidades serão regulamentados no Regimento Interno ou por meio de resoluções baixadas pela Diretoria Executiva da Apae "ad referendum" do Conselho de Administração.

VIII - O recurso de qualquer penalidade aplicada terá efeito somente devolutivo e será dirigido e apreciado pela Assembleia Geral Extraordinária.

CAPÍTULO III

Da Organização, do Funcionamento e da Administração da Apae

Seção I

Da Organização

Ricardo Almeida Rocha
Diretor Geral

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 182 Pag: 11
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTA



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.106

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8650 - e-mail: apae@frutal.mg.gov.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 18200-000



Art. 21 - São órgãos da Apae, responsáveis por sua administração:

- I - Assembleia Geral;
- II - Conselho de Administração;
- III - Conselho Fiscal;
- IV - Diretoria Executiva;
- V - Autodefensoria;
- VI - Conselho Consultivo.

§ 1º - Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, e os da Diretoria Executiva deverão ser associados contribuintes da Apae há, pelo menos, 1 (um) ano, preferencialmente com experiência diretiva no Movimento Apaeano, quites com suas obrigações junto à tesouraria, ou associados especiais que comprovem matrícula e frequência regulares há, no mínimo, 1 (um) ano, nos programas de atendimento da Apae.

§ 2º - O exercício das funções de membros dos órgãos indicados neste artigo não pode ser remunerado por qualquer forma ou título, sendo vedada a distribuição de lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou partes do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto ou de quaisquer outras vantagens ou benefícios por qualquer forma a diretores, sócios, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes.

§ 3º - Os cargos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e o da Diretoria Executiva deverão ser ocupados, sempre que possível, por, no mínimo, 30% de pais ou responsáveis legalmente constituídos.

Art. 22 - Dirigentes de empresas terceirizadas, seus cônjuges, descendentes ou ascendentes, conviventes e parentes até o terceiro grau, que mantenham qualquer vínculo contratual ou comercial com a Apae, não poderão integrar a sua Diretoria Executiva, o seu Conselho de Administração nem o seu Conselho Fiscal.

Seção II

Da Assembleia Geral

Art. 23 - A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, órgão soberano da Apae, será constituída pelos associados especiais e contribuintes que a ela comparecerem, quites com suas obrigações sociais e financeiras.

§ 1º - Têm direito de votar, nas Assembleias Gerais os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da Apae, e

Assinado Eletronicamente por
Rafael de Souza Rocha
CPF: 027.120.942

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 183 Pag: 12
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTA



ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.483/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8650 - e-mail: apae@apae.org.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000

os associados contribuintes, exigindo-se destes a adesão ao quadro de associados da Apae lá, no mínimo, 1 (um) ano, e que estejam em dia com suas obrigações sociais e financeiras.

§ 2º - No caso de procuração, esta deverá ter firma reconhecida em cartório, sendo que o outorgante e o outorgado deverão ser associados da Apae.

§ 3º - Não se admite mais de uma procuração por associado especial ou contribuinte.

§ 4º - A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente da Apae. Na sequência, serão procedidas as eleições do Presidente e do Secretário da Assembleia para conduzir os trabalhos. Havendo mais de um candidato para os cargos de Presidente e Secretário da Assembleia Geral, serão constituídas chapas para votação direta.

§ 5º - Em caso de empate para os cargos de Presidente e Secretário da Assembleia, considerar-se-á eleito o associado há mais tempo no quadro social da Apae.

§ 6º - Caberá ao Presidente da Assembleia Geral Ordinária passar a palavra ao atual Presidente da Apae, que fará a prestação de contas do seu mandato, apresentando o balanço e o relatório de atividades, submetendo-os à aprovação da Assembleia Geral.

§ 7º - Na sequência, será realizada a eleição por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única.

Art. 24 - A convocação da Assembleia Geral far-se-á por notificação aos associados, por meio de boletim, e-mail, circular ou outros meios convenientes e publicação em jornal de circulação no município da Apae, admitindo-se, como alternativa, editais afixados no quadro de aviso da Apae e nos principais lugares públicos do município, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

§ 1º - No edital de convocação da Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, deverão constar a data, horário, local e a respectiva ordem do dia.

§ 2º - A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria dos associados, e, em segunda convocação, com qualquer número, uma hora depois, devendo ambas constarem dos editais de convocação, não exigindo a lei quórum especial.

Art. 25 - À Assembleia Geral, órgão soberano da Apae, compete exclusivamente:

- I - homologar as alterações do Estatuto;
- II - decidir sobre fusão, transformação e extinção da Apae;
- III - eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- IV - destituir membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

Assinado por:
Data: 16/06/2015

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 184 Pag: 13
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 20.043.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8690 - e-mail: associaodospaismg@frutal.org.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38250-000



V - aprovar o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva;

VI - verificar a qualificação dos membros do Conselho Consultivo e proclamá-los, na forma estabelecida neste Estatuto;

VII - apreciar recursos contra decisões da Diretoria.

Parágrafo único - As Assembleias Gerais realizar-se-ão, preferencialmente, na sede da Apae.

Art. 26 - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á de três em três anos, na mês de novembro, para os fins determinados nos incisos III e VI do artigo 25.

Parágrafo único - Com exceção do ano de eleição da Diretoria da Apae, o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva previstos no inciso V do art. 25 serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, especialmente convocada para esse fim, até o dia 31 de maio de cada ano, com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro do ano anterior.

Art. 27 - A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração ou, quando houver requerimento assinado, por, no mínimo, um quinto dos associados em dia com suas obrigações sociais financeiras, para os fins indicados nos incisos I, II, IV e VII do artigo 25, ou para tratar de assunto especial, determinado na sua convocação.

Parágrafo único - Para fins do disposto nos incisos I e IV do artigo 25, será exigido o voto concorde da maioria simples dos associados da Apae na Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim.

Seção III

Do Conselho de Administração

Art. 28 - O Conselho de Administração, composto de, no mínimo, 05 (cinco) membros, será eleito pela Assembleia Geral Ordinária, dentre os associados em pleno gozo de seus direitos, bem assim gozes com seus deveres associativos previstos neste Estatuto.

§ 1º - O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§ 2º - No caso de ocorrer vaga ou impedimento de algum dos membros do Conselho de Administração, o preenchimento será feito conforme decisão a ser tomada na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar.

§ 3º - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente de 06 em 06 meses, obrigatoriamente, ou nos prazos que fixar o Regimento Interno, e, extraordinariamente, mediante convocação da Diretoria Executiva, ou de, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus próprios membros.

Ricardo Renato Rocha
04.06.2015

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 185 Pag: 14
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.483/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Calça Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8650 - e-mail: apae@frutal.mg.gov.br

Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



§ 4º - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria, com a presença, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 5º - Os membros da Diretoria Executiva poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração e delas participar, sem direito a voto.

§ 6º - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas e secretariadas pelo Presidente e pelo Diretor Secretário da Apae, respectivamente, cabendo ao Presidente o direito ao voto de Minerva.

Art. 20 - Compete ao Conselho de Administração:

I - aprovar o Regimento Interno da Apae;

II - emitir parecer, para encaminhamento à Assembleia Geral, sobre as contas da Diretoria Executiva, previamente examinadas pelo Conselho Fiscal;

III - aprovar o Plano Anual de Atividades da Apae, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;

IV - examinar o relatório de atividades da Diretoria Executiva e a situação financeira da Apae, em cada exercício;

V - responder às consultas feitas pela Diretoria Executiva;

VI - deliberar, em conjunto com a Diretoria Executiva, sobre os casos omissos neste Estatuto e no Regimento Interno;

VII - examinar e deliberar sobre a política de atendimento à pessoa com deficiência intelectual ou múltipla no âmbito da Apae;

VIII - referendar ou não, bem como rever, quando for o caso, penalidades aplicadas pela Diretoria Executiva;

IX - aprovar ou não o nome do Procurador Jurídico e do Procurador Adjunto, indicados pela Diretoria Executiva;

X - preencher as vagas que se verificarem no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal;

XI - referendar os nomes para as vagas na Diretoria Executiva, indicados pela mesma, permanecendo os que desta forma forem investidos no exercício do cargo pelo restante do mandato dos substituídos;

Ricardo Rosendo Rocha
04/06/2015

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 186 Pag: 15
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 20.843.493/0001-84

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Calça Postal 43 - Telefex 34 - 3421-8680 - e-mail: apaefr@apoetiga.com.br
Rua Treza de Melo nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



XII - escolher, por meio de voto secreto, um nome dentre aqueles apresentados pela Diretoria Executiva como candidato à Presidência da Apae, permitindo-se ao mesmo indicar toda a nominata para o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva;

XIII - assumir a Presidência da Apae, no caso de renúncia ou destituição da Diretoria Executiva, por indicação de três de seus membros, convocando Assembleia Geral Extraordinária para eleição da Diretoria Executiva no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

XIV - aprovar a alienação ou aquisição de bens imóveis;

XV - aquisição e alienação de bens de que trata o inciso XIV deste artigo, somente será permitida se aprovada por decisão de, no mínimo, dois terços de seus membros;

XVI - aprovar por, no mínimo, dois terços dos votos dos seus membros, a obtenção de financiamento referida no inciso VII do artigo 3º;

XVII - Estabelecer o valor mínimo da contribuição para os associados contribuintes, anualmente, na primeira reunião;

XVIII - Aprovar o regulamento de compras, alienações e contratações de bens, obras e serviços que deverá ser utilizado de maneira obrigatória na forma do quanto dispuser.

Seção IV

Do Conselho Fiscal

Art. 30 - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, dentre associados em pleno gozo de seus direitos, preferencialmente com experiência administrativa, contábil e fiscal.

§ 1º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§ 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Art. 31 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - reunir-se no mínimo duas vezes por ano, examinar e dar parecer sobre as contas da Diretoria Executiva da Apae, deliberando com a presença de seus membros titulares, convocando-se seus suplentes, tantos quantos necessários, no caso de ausência, renúncia ou impedimento;

II - examinar os livros de escrituração da entidade;

III - examinar o balanço trimestral apresentado pelo Diretor Financeiro, opinando a respeito;

IV - apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

Antonio Amadeu Rocha
OAB/MG 192.642

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 187 Pag: 16
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR.

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.843.483/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8650 - e-mail: assocfrutal@frutal.mg.gov.br
Rua Treze de Maio nº 418, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38260-000



V - opinar sobre aquisição e alienação de bens;

VI - promover gestões para o correto funcionamento fiscal da instituição;

VII - fornecer, obrigatoriamente, a cada seis meses, relatórios da situação fiscal e sugestões, quando necessário, para prevenir e corrigir problemas posteriores.

VIII - opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal poderá utilizar-se do assessoramento de um Auditor, de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, se assim necessitar.

Seção V

Da Diretoria Executiva

Art. 32 - A Diretoria Executiva da Apae será composta de, no mínimo:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - 1º e 2º Diretores Secretários;

IV - 1º e 2º Diretores Financeiros;

V - Diretor de Patrimônio;

VI - Diretor Social.

§ 1º - A Diretoria Executiva será eleita em Assembleia Geral Ordinária, e cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim.

§ 2º - O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 (três) anos, permitindo-se uma reeleição consecutiva.

§ 3º - Ao Presidente é permitida concorrer somente a 1 (uma) reeleição consecutiva, podendo ocupar, porém, outros cargos na Diretoria Executiva, exceto o de Vice-Presidente e os de Diretores Financeiros.

Art. 33 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, no mínimo, de 62 em 62 meses, sendo necessária a presença de, pelo menos, cinco de seus membros, para as deliberações.

Ricardo Renato Rocha
06/06/2015

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 188 Pag: 17
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Calça Postal 43 - Telef: 34 - 3421-8650 - e-mail: apae@frutal.mg.gov.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



§ 1º - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes.

§ 2º - O Presidente terá, além do seu, o voto de Minerva nos casos de empate.

§ 3º - Perderá o mandato qualquer dos membros da Diretoria Executiva, aquele que, sem justo motivo, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas da Diretoria, ou a seis, alternadamente.

Seção VI

Das Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 34 - Compete à Diretoria Executiva:

- I - promover e fomentar a realização dos fins da Apae;
- II - elaborar o Regimento Interno da Apae e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração;
- III - levar em ata a aprovação e a admissão de novos associados;
- IV - levar em ata o pedido de desligamento do associado e a sua aprovação, não cabendo negativa da solicitação;
- V - elaborar e submeter ao Conselho de Administração, em até 60 dias do início do exercício, o plano anual/plurianual de atividades da Apae, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;
- VI - submeter suas contas ao exame do Conselho Fiscal, encaminhando-as posteriormente ao Conselho de Administração para parecer, remetendo-as, a seguir, à Assembleia Geral para aprovação;
- VII - submeter ao Conselho de Administração o relatório de suas atividades e a situação financeira da Apae, em cada exercício;
- VIII - constituir comissões especiais encarregadas da execução dos fins da Apae, supervisionando sua atuação;
- IX - criar os cargos necessários aos serviços técnicos e administrativos;
- X - promover campanhas de levantamento de fundos, aprovadas pelo Conselho de Administração;
- XI - convocar a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;
- XII - pagar as contribuições à Federação Nacional das Apaes;

Alcides Kennedy Rocha
OAB/SP 175.442

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 189 Pag: 18
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 20.043.403/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 41 - Telefôn 34 - 3421-8650 - e-mail: assocfrutal@frutal.mg.gov.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



XIII - respeitar e fazer respeitar o presente Estatuto, o Estatuto da Federação das Apaes do Estado e o Estatuto da Federação Nacional das Apaes;

XIV - promover a participação da Apae em Olimpíadas, Festivais, Congressos e em outros eventos;

XV - adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, após aprovação do Conselho de Administração, nos casos que couber;

XVI - receber e fazer doações *ad referendum* do Conselho de Administração;

XVII - indicar ao Conselho de Administração o nome das pessoas que possam ser aprovadas para exercerem o cargo de Procurador Jurídico e Procurador Adjunto;

XVIII - estabelecer o valor da contribuição para os associados contribuintes;

XIX - dar conhecimento ao Conselho de Administração, na primeira reunião deste, das penalidades aplicadas aos seus associados;

XX - convidar os membros do Conselho Consultivo para participar dos eventos realizados pela Apae;

XXI - apresentar ao Conselho de Administração, com até 60 (sessenta) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral Ordinária, os nomes dos candidatos à Presidência da Apae, garantindo-se ao candidato a Presidência escolhido a indicação dos nomes para concorrerem na Assembleia Geral Ordinária aos demais cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

XXII - indicar nomes para preenchimento das vagas que se verificarem na Diretoria Executiva, no curso do mandato, submetendo-os ao referendo do Conselho de Administração;

§ 1º. Não caberá a indicação de nomes para preenchimento das vagas na Diretoria Executiva, simultaneamente, para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores Financeiros e Diretores Secretários, devendo, nesse caso, ser convocada Assembleia Geral para eleição dos membros que ocuparão tais cargos na Diretoria Executiva.

§ 2º. As contas mencionadas no inciso VI e VII deverão:

- Observar os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de contabilidade;
- ser publicadas na página da internet a cada encerramento de exercício fiscal juntamente com o relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão, sem prejuízo das publicações em diário oficial quando forem exigidas.

Assinado Eletronicamente
Data: 16/06/2015

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 190 Pag: 19
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTA



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Calça Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8650 - e-mail: apae@frutalnet.com.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 36200-000



§ 3º. Para fins do que dispõe o parágrafo anterior, na impossibilidade de disponibilização na página eletrônica, cada encerramento de exercício fiscal juntamente com o relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS deverão ser publicadas obrigatoriamente em diário oficial do Estado ou do Município ou em jornal de grande circulação no Estado para exame de qualquer cidadão, sem prejuízo das publicações em diário oficial quando forem exigidas.

Seção VII

Das Atribuições dos Membros da Diretoria Executiva

Art. 33 - Compete ao Presidente:

- I - assegurar o pleno funcionamento dos serviços da Apae nos seus aspectos legais, administrativos, técnicos e pedagógicos, com o apoio do Conselho de Administração;
- II - convocar a Assembleia Geral, as reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- III - representar a Apae, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante as entidades de direito público e privado;
- IV - representar a Apae judicialmente, cabendo-lhe impetrar Mandado de Segurança coletivo e outras ações judiciais, em defesa dos interesses da associação;
- V - apresentar ao Conselho de Administração o relatório anual da Diretoria sobre as atividades da Apae, ao fim de cada ano e ao término do mandato, à Assembleia Geral;
- VI - dirigir a Apae, ressalvada a competência do Conselho de Administração, atendendo à perfeita consecução de seus fins, podendo delegar, parcialmente, suas atribuições;
- VII - assinar cheques, contratos de empréstimo bancário, ordens de pagamento e transferências bancárias conjuntamente com o 1º Diretor Financeiro ou com o seu substituto estatutário, no exercício do cargo, para pagamento das obrigações financeiras da entidade;
- VIII - instalar, prover e supervisionar assessorias e coordenadorias que julgar necessárias, constituindo um colegiado com concepções, diretrizes e ações unificadas;
- IX - zelar pelo conhecimento, utilização e aplicação dos Estatutos, Regimentos e Regulamentos em vigência, pelos Diretores, funcionários, técnicos e voluntários;
- X - notificar de modo expresso, a Federação das Apaes do Estado e à Federação Nacional das Apaes, o compromisso de aderir, aceitar e respeitar seus respectivos Estatutos;

Ricardo Augusto Rocha
CNPJ nº 20.043.493/0001-54

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 191 Pag: 20
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTA



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 26.943.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8650 - e-mail: apae@frutal.mg.gov.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38100-000



XI - cumprir e fazer cumprir as prescrições deste Estatuto, bem como as diretrizes estabelecidas no Regimento Interno da Apae.

XII - submeter previamente os contratos, convênios, termos de parceria e minutas para o Parecer do procurador jurídico.

§ 1º - O Presidente será substituído, em suas faltas, licenças e impedimentos, pelo Vice-Presidente.

§ 2º - Para fins de obtenção de financiamento referido no inciso VII deste artigo, serão exigidas as aprovações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração por, no mínimo, dois terços dos votos.

Art. 36 - Compete ao Vice-Presidente:

I - substituir o presidente em suas faltas, licenças e impedimentos;

II - exercer funções e atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Parágrafo único - Em caso de renúncia, destituição ou morte do Presidente, o Vice-Presidente assumirá a Presidência até o fim do mandato, valendo para todos os efeitos, independente do tempo do exercício como o cumprimento de um mandato.

Art. 37 - Compete ao 1º Diretor Secretário:

I - secretariar as Assembleias Gerais, as reuniões da Diretoria Executiva e as do Conselho de Administração, redigindo suas atas em livro próprio;

II - supervisionar o funcionamento de todos os serviços de secretaria e divulgar as notícias das atividades da Apae;

III - exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas;

IV - entregar aos membros da Diretoria Executiva, na primeira reunião do mandato, cópia do Estatuto da Apae;

V - disponibilizar aos associados, na Secretaria, o acesso e a leitura do Estatuto da Apae;

VI - exercer a presidência da Apae no caso de impedimento temporário, não superior a 06 meses, do Presidente e do Vice-Presidente.

Art. 38 - Compete ao 2º Diretor Secretário:

I - substituir o 1º Diretor Secretário em suas faltas, licenças e impedimentos;

II - assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

Ricardo Almeida Rocha
CPF nº 102.542

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 192 Pag: 21
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 20.043.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefone 34 - 3421-6650 - e-mail: apae@frutal.org.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



II - exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 39 - Compete ao 1º Diretor Financeiro:

I - elaborar a previsão orçamentária, semestralmente, e submetê-la à aprovação da Diretoria Executiva;

II - conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos ao departamento financeiro;

III - assinar cheques, contratos de empréstimo bancário e/ou ordens de pagamento conjuntamente com o Presidente ou com seu substituto estatutário, para pagamento das obrigações financeiras da Apae;

IV - promover e dirigir a arrecadação da receita social, depositá-la e aplicá-la de acordo com decisão da Diretoria Executiva;

V - fazer pagamentos nos limites ou pela forma estabelecida por decisão da Diretoria Executiva;

VI - manter em dia a escrituração da receita e da despesa da Apae, e contabilizá-la sob a responsabilidade de um contador habilitado;

VII - apresentar à Diretoria Executiva os balanços mensais, o relatório anual sobre a situação financeira e a prestação de contas, que deverão ser encaminhados ao Conselho Fiscal para exame e parecer, fornecendo a esses órgãos as informações complementares que lhe forem solicitadas.

VIII - O Diretor Financeiro poderá utilizar-se do assessoramento de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, de um funcionário da Apae ou de um prestador de serviços para o exercício dessas atribuições.

Art. 40 - Compete ao 2º Diretor Financeiro:

I - substituir o 1º Diretor Financeiro em suas faltas, licenças e impedimentos;

II - assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

III - exercer as atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 41 - Compete ao Diretor de Patrimônio:

I - supervisionar, relatar e inventariar o patrimônio da Apae;

II - ter sob sua guarda e responsabilidade os bens patrimoniais da Apae;

Ricardo Benedito Koch
096-462 100-222

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 193 Pag: 22
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTA



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 28.043.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8650 - e-mail: apae@frutal.mg.gov.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



III - providenciar a escrituração do material permanente da Apae, mantendo essa documentação em ordem e em dia.

Parágrafo único - O Diretor de Patrimônio poderá contar com o apoio de profissional especializado.

Art. 42 - Compete ao Diretor Social, de acordo com a orientação da Diretoria Executiva:

I - organizar as atividades sociais;

II - elaborar o programa de solenidades;

III - realizar eventos sociais com a finalidade de promover a instituição;

IV - promover eventos com a finalidade de arrecadar fundos, após a aprovação da Diretoria Executiva.

Seção VIII

Da Autogestão e da Autodefensoria

Art. 43 - O Programa Nacional de autogestão e autodefensoria tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência intelectual e múltipla frente à sua realidade, ampliando sua possibilidade de atuar influenciando o cotidiano de sua família, da comunidade e da sociedade em geral.

Parágrafo Único - O Programa Nacional de autogestão e autodefensoria cria espaço institucional para a inserção dos autodefensores na estrutura do movimento, assegurando a participação efetiva da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, nas Apaes, Federação das Apaes dos Estados e Federação Nacional das Apaes.

Art. 44 - Os autodefensores serão eleitos nos termos de autodefensores em Assembleia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim, permitindo-se uma reeleição consecutiva.

§ 1º - A autodefensoria será composta de 4 (quatro) membros, sendo dois efetivos, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, e dois suplentes, um do sexo masculino e outro do sexo feminino.

§ 2º - Poderão ser eleitos autodefensores as pessoas com deficiência intelectual e múltipla que estejam matriculadas e que sejam frequentes nos programas de atendimento da Apae.

Art. 45 - Compete aos autodefensores:

I - defender os interesses da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, sugerindo ações que aperfeiçoem o seu atendimento e a sua participação em todos os segmentos da sociedade;

Ricardo Almeida Rocha
CNPJ 28.043.493/0001-54

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 194 Pag: 23
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 20.043.493/0001-64

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 42 - Telefone 34 - 3421-8850 - e-mail: apaefrutal@frutal.mg.gov.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



II - participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, opinando e votando sobre assuntos de interesse da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla;

III - participar dos eventos promovidos e organizados pelo movimento Apaeano;

IV - votar e ser votado para os cargos da auto-defensoria.

Seção IX

Do Conselho Consultivo

Art. 46 - O Conselho Consultivo será constituído pelos ex-Presidentes da Apaef.

§ 1º - Somente poderão integrar o Conselho Consultivo os ex-Presidentes que tenham concluído o mandato sem interrupção motivada por: renúncia, destituição, afastamento por denúncia.

§ 2º - Ocorrendo a eleição de membro do Conselho Consultivo para ocupar qualquer órgão da Apaef, a vaga do ex-Presidente no Conselho Consultivo será mantida, exceto para o cargo de Presidente da Apaef.

Art. 47 - A Assembleia Geral verificará se o ex-Presidente preenche os requisitos, e proclamará a investidura do Conselheiro Consultivo no exercício da função.

Art. 48 - As decisões do Conselho Consultivo são meramente opinativas, não tendo força executiva sendo quando acolhidas pelo Conselho de Administração.

Art. 49 - Compete ao Conselho Consultivo:

I - atuar como órgão moderador na solução de eventuais conflitos que venham a ocorrer no Movimento Apaeano no município;

II - esclarecer, quando solicitado e for possível, fatos e práticas controvertidos ou obscuros da história do Movimento Apaeano, com o fim de dar suporte a filosofia do mesmo;

III - zelar pela unidade orgânica, filosófica e programática do Movimento Apaeano;

IV - participar, mediante convite, dos eventos realizados pela Apaef.

CAPÍTULO IV

Da Procuradoria Jurídica

Art. 50 - A Procuradoria Jurídica, órgão de assessoramento superior, só poderá ser exercida por pessoa de reconhecida idoneidade e saber jurídico, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil.

Assinado por
Ricardo Romão Rocha
OAB/MG 102.942

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 195 Pag: 24
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.493/0001-64

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefone 34 - 3421-8650 - e-mail: apaefrutal@frutal.mg.gov.br

Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 36200-000



Art. 51 - O Procurador Jurídico e o Procurador Adjunto serão investidos nos respectivos cargos ou deles destituídos por indicação do Presidente da Apae, após aprovação do Conselho de Administração.

Parágrafo único - O Procurador Adjunto tem a atribuição de substituir o Procurador Jurídico nas faltas, licenças ou impedimentos deste.

Art. 52 - O Procurador Jurídico terá assento à mesa nas reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, e opinará sobre a juridicidade e a legitimidade de qualquer matéria discutida, exceto se na mesma ocorrer interesse pessoal.

Art. 53 - Não constitui falta funcional a manifestação contrária do Procurador Jurídico sobre matéria de sua competência.

Art. 54 - Compete ao Procurador Jurídico:

I - atuar na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

II - defender os interesses da Apae, em juízo ou fora dele, mediante expresso mandato do Presidente ou de seu substituto legal;

III - elaborar, examinar e visar minutas de contratos e convênios;

IV - emitir parecer sobre matéria de interesse geral da Apae, pronunciando-se, ao final de cada assunto, nas reuniões de Diretoria, sobre a legalidade das proposições e a observância deste Estatuto e do Regimento Interno;

V - representar juridicamente a entidade junto a repartições públicas e privadas;

VI - pesquisar, compilar e sugerir legislação pertinente à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

VII - manter intercâmbio jurídico e dar interpretação final sobre matéria controvertida;

VIII - dirigir os serviços da Procuradoria da Apae.

CAPÍTULO V

Das Receitas, do Patrimônio e das Prestações de Contas

Art. 55 - As receitas da Apae, necessárias à sua manutenção, serão constituídas por:

I - contribuições de associados e de terceiros;

II - legados;

Assinado: Rosângela Rocha
048-403 130 342

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 196 Pag: 25
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 20.043.483/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 45 - Telefone 34 - 3421-8630 - e-mail: apae@frutal.mg.gov.br
Rua Tirso de Mello nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



III - produção e venda de serviços;

IV - subvenções e auxílios que venha a receber do Poder Público;

V - doações de qualquer natureza;

VI - quaisquer proventos e auxílios recebidos;

VII - produto líquido de promoções de beneficência;

VIII - rendas de emprego de capital ou patrimônio que possua ou venha a possuir;

IX - auxílio ou recursos provenientes de convênio de entidades públicas e privadas.

Parágrafo único - As rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

Art. 56 - O patrimônio da Apae será constituído de bens móveis, imóveis, veículos e direitos, que possui e vier a adquirir.

Parágrafo único - No caso de dissolução ou extinção, mudança de finalidade ou cessação de suas atividades, o eventual patrimônio líquido remanescente será destinado a uma entidade congênita, ou a uma entidade pública com sede e atividade no País preferencialmente com o mesmo objetivo estatutário e que atenda os requisitos da Lei 13019/14.

CAPÍTULO VI

Das Eleições

Art. 57 - De três em três anos, serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

§ 1º - A eleição será realizada por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única.

§ 2º - Em caso de empate, considerar-se-á eleita a chapa cujo candidato a presidente seja associado, ininterruptamente, há mais tempo no quadro social da Apae.

Art. 58 - A eleição da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal será precedida de edital de convocação, publicado no mínimo 30 (trinta) dias antes da Assembleia Geral Ordinária.

Ricardo Almeida Rod
OAB/MG 192.842

Protocolo: 025997

Reg: 000203

Livro: A36 AV: 00007

Folha: 197 Pag: 26

Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Calça Portal 43 - Telefex 34 - 3421-8650 - e-mail: apae@apae.org.br

Rua Trize de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



I - A inscrição de cada uma das chapas candidatas deverá ocorrer na Secretaria da Apae até 30 dias antes da data da eleição a ser realizada, dentre as chapas devidamente inscritas e homologadas pela comissão eleitoral.

II - Somente poderão integrar as chapas os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nas programáticas de atendimento da Apae, e os associados contribuintes, exigindo-se, destes, serem associados da Apae há, no mínimo, 1 (um) ano, estarem quites com suas obrigações sociais e financeiras, e terem, preferencialmente, experiência diretiva no Movimento Apazano.

III - São inelegíveis simultânea, sucessiva ou alternadamente para os cargos de Presidente, Vice-presidente e Diretores Financeiros, para a Diretoria Executiva da Apae: cônjuge, companheiro, parentes consanguíneos ou afins até o 3º grau, funcionários com vínculo direto ou indireto.

IV - Os candidatos a Presidente, Vice-Presidente e Diretores Financeiros deverão apresentar, no ato da inscrição da chapa, cópias autenticadas ou originais dos seguintes documentos:

- a) carteira de identidade;
- b) certidão de regularidade do CPF;
- c) declaração de imposto de renda anual ou declaração de próprio punho dos bens móveis e imóveis de sua propriedade;
- d) certidões negativas cíveis, criminais e eleitorais de âmbito Municipal, Estadual e Federal;
- e) ficha de filiação do associado da Apae;
- f) declaração sob as penas da lei de não ser inelegível, nos termos do inciso III deste artigo;
- g) comprovante de residência dos candidatos no município sede da Apae;
- h) termo de compromisso.

V - É vedada a acumulação de cargos por membro do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da Apae.

VI - É vedada a participação de funcionários da Apae na Diretoria Executiva, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, com vínculo empregatício direto ou indireto.

Art. 59 - O registro de chapas e os demais trabalhos da eleição serão examinados e conduzidos pela Comissão Eleitoral instituída pela Apae por meio de Resolução e regulados pelo Regimento Interno da mesma.

Art. 60 - A eleição será realizada, de três em três anos, no mês de setembro, e a posse dos membros eleitos ocorrerá no 1º dia útil do mês de janeiro do ano seguinte.

Parágrafo Único - Em caráter excepcional, se os membros eleitos não puderem tomar posse no primeiro dia útil do mês de janeiro do ano seguinte à Assembleia de Eleição, o mandato da atual Diretoria poderá ser prorrogado até a posse dos eleitos.

Gerente Ricardo Rocha
13 de 202

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 198 Pag: 27
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTA



ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 20.043.483/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8450 - e-mail: apae@frutal.mg.gov.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 61 - Toda alteração do presente Estatuto dependerá da prévia aprovação da proposta pela Federação Nacional das Apaes, devendo ser homologada pela Assembleia Geral Extraordinária da Apae, convocada com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, na forma do artigo 24.

Art. 62 - A extinção da Apae ou a alteração do nome somente poderão ser feitas se determinadas e aprovadas por deliberação em Assembleia Extraordinária, instalada com a presença de, no mínimo, dois terços dos associados em dia com as obrigações sociais, cabendo à Apae remeter cópia da ata para a Federação das Apaes do Estado.

§1º - Para fusão e transformação da Apae, deverá ser observado o que determina a legislação específica em vigor.

§2º - É vedada a extinção da Apae, sua fusão ou transformação, quando houver denúncia de irregularidade protocolada na Federação do Estado e/ou na Federação Nacional das Apaes.

Art. 63 - A Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal das Apaes cujas Assembleias de Eleição tenham ocorrido em mês diverso do estabelecido neste estatuto deverão tomar as providências cabíveis para ajustar o período de mandato da Diretoria, reduzindo-o ou prorrogando-o, devendo ser observado o menor período possível para adequação do mandato.

Art. 64 - Os casos omissos no presente Estatuto serão decididos pela reunião conjunta da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, com força estatutária no que não colidir com este Estatuto, aplicando-se subsidiariamente o Código Civil.

Art. 65 - A partir do encaminhamento pela Federação Nacional das Apaes do presente Estatuto para as Apaes, estas terão o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para homologação do mesmo pelas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias.

Art. 66 - O presente Estatuto entra em vigor a partir de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária e respectivo registro, devendo a Diretoria Executiva providenciar a sua divulgação.

Frutal/MG, 29 de maio de 2015.

Cláudio Petersen
Presidente da APAE de Frutal 2014/2016

Roberto Roberto Rocha
Presidente do Conselho de Administração

Dou fe. Frutal, 16 de abril de 2019.
Mayara Oliveira Silva
Mayara Oliveira Silva - escrevente

Grupo	Alto	Qtd.	Emolumento	ISS	Recompa	TFJ	Total
6501-1	Certidão PJ	1	R\$17,75	R\$0,35	R\$1,07	R\$6,65	R\$25,82
6502-6	Folha Adicional PJ	26	R\$32,50	R\$0,52	R\$2,08	R\$7,02	R\$42,12
Total			R\$50,25	R\$0,87	R\$3,15	R\$13,67	R\$67,94

Poder Judiciário - TJMG - Coordenadoria Geral de Justiça
1º Ofício Registro de Títulos e Documentos e PJ de Frutal/MG
Folha 198
Selo Número: CNJ46485
Código: 8040.0905-0034.0671
Total de 205,71 - Fim. 53,40 - T. 12,87 - Total: 61,07
Consulte a validade deste Selo no site: selos.tjmg.jus.br

IDENTIFICACAO

RG-18.533.792

09/04/2010

MARIA AUXILIADORA CORREA BARBOSA

RUI CONCEICAO CORREA

DIRINICE DIAS CORREA

FRUTAL-MG

CAS. LV-23B FL-147

26/3/1960

FRUTAL-MG

PII-1247

1 VIA

IDENTIFICACAO

RG-18.533.792

09/04/2010

MARIA AUXILIADORA CORREA BARBOSA

RUI CONCEICAO CORREA

DIRINICE DIAS CORREA

FRUTAL-MG

CAS. LV-23B FL-147

26/3/1960

FRUTAL-MG

PII-1247

1 VIA

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8938

AUTENTICAÇÃO
A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dou 19
Frutal MG 22 de 03 de 2019
Em test. de 03 de 2019

☒ Exato Nascimento de Aguiar - Exatidão Autenticada
☐ Maria Ap. R. Andrade - Exatidão Autenticada



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
MARIA AUXILIADORA CORREA BARBOSA

Nº de inscrição
341029576-34

Data de Nascimento
26/03/60

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8938

AUTENTICAÇÃO
A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dou 19
Frutal MG 22 de 03 de 2019
Em test. de 03 de 2019

☒ Exato Nascimento de Aguiar - Exatidão Autenticada
☐ Maria Ap. R. Andrade - Exatidão Autenticada





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
17.810.839/0001-98
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
01/09/1971

NOME EMPRESARIAL
SINDICATO RURAL DE FRUTAL

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.20-1-00 - Atividades de organizações sindicais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
313-1 - Entidade Sindical

LOGRADOURO
R ANTONIO RODRIGUES DE SOUZA

NÚMERO
405

COMPLEMENTO

CEP
38.200-000

BAIRRO/DISTRITO
ALTO BOA VISTA

MUNICÍPIO
FRUTAL

UF
MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO
MASTER@KNET.COM.BR

TELEFONE
(34) 3421-8077

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 27/03/2019 às 17:35:21 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



ATA DA ELEIÇÃO E APURAÇÃO DE VOTOS DOS ORGÃOS ADMINISTRATIVOS DO SINDICATO RURAL DE FRUTAL

As oito horas do dia vinte nove do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, na sede do **SINDICATO RURAL DE FRUTAL**, localizado na rua Antonio Rodrigues de Souza nº 405, Bairro Alto Boa vista, nesta cidade de Frutal-MG, foi instalada a mesa coletora eleitoral "única", nomeada pelo senhor Presidente Janes Cezar Mateus, conforme artigo nº 49 do Estatuto Social deste Sindicato. Presente os componentes: Sr. Jose de Souza e Silva Neto, Sr. Robson Costa Rodrigues, Sra. Luciana Silva Souza e a Srta. Kathyara Pinheiro Sobrinho, verificou-se o cumprimento de todas as exigências estatutárias e declarou instalados os trabalhos eleitorais, dando início a coleta de votos. A eleição obedeceu ao sistema de escrutínio secreto. Decorrido o tempo previsto no **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** e tendo votado o total de 97 - (Noventa Sete) associados presente, foi encerrada a fase de votação, não houve fiscal eleitoral representando a chapa única. Não tendo havido protestos de qualquer natureza, passou-se à fase de apuração dos votos. As 17-(Dezessete) horas e 20-(Vinte) minutos do mesmo dia, o Presidente mandou que se verificasse pela folha de votação o numero de associados em condições de voto e o numero de associados que votaram. Constatou-se serem 222 - (Duzentos e vinte e dois) os associados em condições de voto e terem votado 97 -(Noventa e Sete) associados. Em seguida determinou que se procedesse à abertura da urna e a contagem dos votos, cujo o numero coincidiu com o de votantes acima declarados. Foram apurados 92 - (Noventa e dois) votos para a chapa ÚNICA "SINDICATO FORTE", 03-(Três) votos em Branco e 02-(Dois) votos nulo, perfazendo assim o total de 97-(noventa e sete) votos, não foi colhido nenhum voto em separado. Ante o resultado, o Presidente proclamou eleita a chapa única, cujos os integrantes são os seguintes:

- DIRETORIA -

Presidente: NIVALDO PACHECO DE MORAIS
 Vice-Presidente: FERNANDO RIBEIRO RODRIGUES
 Secretário: MARIO MEZAVILA ABDELMUR
 Tesoureiro: HUGO HUMBERTO DE REZENDE

Flávio Pereira de Souza
 ADVOGADO

Sindicato
Rural de
FRUTAL
TERMO DE POSSE



Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, na sede do Sindicato Rural de Frutal, sito à Rua Antonio Rodrigues de Souza, 405, Bairro Alto Boa Vista, nesta cidade de Frutal-MG, às quatorze horas, tomaram posse os membros da Diretoria e Conselho Fiscal, assim como seus respectivos suplentes para o mandato que vigorará de 02 de janeiro de 2017 à 02 de janeiro de 2020. Assinando o presente **TERMO DE POSSE** e obedecendo o que dispõe o Estatuto Social do Sindicato, comprometem solenemente a respeitar o exercício do mandato que assumem, assim como os demais preceitos legais, seguem as assinaturas:

- DIRETORIA -

Nivaldo Pacheco de Moraes
NIVALDO PACHECO DE MORAIS
Presidente

Fernando Ribeiro Rodrigues
FERNANDO RIBEIRO RODRIGUES
Vice-Presidente

Mário Mezavila Abdelmur
MARIO MEZAVILA ABDELMUR
Secretário

Hugo Humberto de Rezende
HUGO HUMBERTO DE REZENDE
Tesoureiro

- SUPLENTE DA DIRETORIA -

Vlamar Tomaz Bertanha
VLAMIR TOMAZ BERTANHA

Bruno Fernando Santana
BRUNO FERNANDO SANTANA

João Ronaldo Araújo
JOSÉ RONALDO ARAÚJO

Luiz Roberto de Paula e Silva
LUIZ ROBERTO DE PAULA E SILVA

- CONSELHO FISCAL -

Edson Viotto Vanzelli
EDSON VIOTTO VANZELLI

Wellington Nunes Barbosa
WELLINGTON NUNES BARBOSA

Idelman Sebastião de Queiroz
IDELMAN SEBASTIAO DE QUEIROZ

- SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL -

Sebastião Macedo Ribeiro Junior
SEBASTIAO MACEDO RIBEIRO JUNIOR

Aldiberto Dias Machado Junior
ALDIBERTO DIAS MACHADO JUNIOR

Luciano Rodrigues de Castro
LUCIANO RODRIGUES DE CASTRO

Flávio Pereira de Souza
FLÁVIO PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO
OAB/MG 136992



- SUPLENTE DA DIRETORIA -

VLAMIR TOMAZ BERTANHA
BRUNO FERNANDO SANTANA
JOSE RONALDO ARAUJO
LUIZ ROBERTO DE PAULA E SILVA

- CONSELHO FISCAL -

EDSON VIDOTTO VANZELLI
WELLINGTON NUNES BARBOSA
IDELMAN SEBASTIAO DE QUEIROZ

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

SEBASTIAO MACEDO RIBEIRO JUNIOR
ALDIBERTO DIAS MACHADO JUNIOR
LUCIANO RODRIGUES DE CASTRO

Concluídos os trabalhos às 17-(Dezessete horas e 26-(vinte seis) minutos, o Presidente mandou que se lavrasse a presente ata que, lida e achada conforme, vai por ele assinada, pelos mesários, pelo suplente que acompanharam os trabalhos e pelo Presidente do SINDICATO RURAL DE FRUTAL e pelo Presidente Eleito. Frutal-MG, 29 de novembro de 2016.

Jose de Souza e Silva Neto
Presidente

Robson Costa Rodrigues
1º Mesario

Luciana Silva Souza
2º Mesario

Kathyara Pinheiro Sobrinho
Suplente

James Cezar Mateus
Presidente do Sindicato

Nivaldo Pacheco de Moraes
Presidente Eleito

Flávio Pereira de Souza
ADVOGADO
OAB/MG 136992

Protocolo: 006494

Reg: 000635

Livro: A4

Folha: 40 Pag: 1

Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG

Certifico estar registrado neste cartório o documento abaixo, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de registro e livro acima.

SINDICATO RURAL DE FRUTAL

ESTATUTO

CAPÍTULO I

Constituição, Sede, Foro, Jurisdição, Objetivos e Prerrogativas

Art. 1º

- O Sindicato Rural de Frutal, entidade sindical de primeiro grau, com sede e foro na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, base territorial estendida ao município de Planura, no Estado de Minas Gerais, é constituído para fins de estudo, coordenação, desenvolvimento, defesa, proteção e representação legal da categoria econômica dos ramos da agropecuária e do extrativismo rural, de atividades pesqueiras e florestais, independentemente da área explorada, incluída a agroindústria no que se refere as atividades primárias, inspirando-se na solidariedade social, na livre iniciativa, no direito de propriedade, na economia de mercado e nos interesses do País.

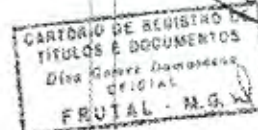
Parágrafo Único - Para efeito deste Estatuto, os termos Sindicato Rural de Frutal e Sindicato se equivalem.

Art. 2º -

No desempenho de suas finalidades e atribuições, o Sindicato tem por objetivos:

- a) pleitear e adotar medidas cabíveis aos interesses dos associados, constituindo-se em defensor e cooperador ativo e vigilante de tudo quanto possa concorrer para a prosperidade da categoria que representa;
- b) estudar e buscar soluções para as questões e os problemas relativos as atividades rurais;
- c) estimular procedimentos que objetivem elevar os índices de produtividade da atividade rural, pelo aperfeiçoamento dos métodos de trabalho e dos processos de comercialização, assim como com vistas a elevar o bem-estar socio-cultural dos produtores rurais;
- d) promover, quando couber, a solução, por meios conciliatórios, dos dissídios ou litígios concernentes as atividades compreendidas em seu âmbito de representação;
- e) organizar e manter os serviços que possam ser úteis aos associados, prestando-lhes assistência e apoio, em consonância com os interesses gerais da categoria.

WALDEMAR CARVALHO DE SOUZA
Advogado - OAB - MG 31.698
Rua da Moura, 47 - Frutal - MG
Fone: 42-4321 - CEP: 35.664-41

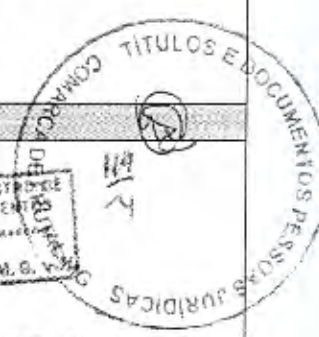
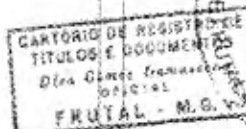


Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 41 Pag: 2
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



Art. 3º -

São prerrogativas e direitos do Sindicato:

- representar, perante os Poderes Públicos e a iniciativa privada, os interesses da categoria que representa e dos associados;
- defender os direitos e os interesses da categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas;
- firmar acordos, contratos e convenções coletivas de trabalho, nos termos e condições previstos por lei;
- eleger ou designar seus representantes de jurisdição municipal ou na base territorial, de acordo com a legislação;
- colaborar com os poderes públicos, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução de problemas que se relacionam com o desenvolvimento socio-econômico da sua área de atuação;
- colaborar com as entidades congêneras no sentido de obter a paz social e o progresso econômico do município;
- receber as cotas que legalmente lhe couberem na distribuição da Contribuição Sindical, Contribuição Confederativa ou outra legalmente instituída;
- fixar e arrecadar a contribuição anual ou mensal dos associados;
- adotar medidas que permitam a completa implantação e manutenção da organização sindical no meio rural.

Art. 4º -

São deveres do Sindicato, além das obrigações inerentes aos seus objetivos e outros que a lei venha a prescrever:

- manter serviços de orientação e assistência aos associados, especialmente no setores jurídico, fiscal e trabalhista;
- propugnar pela maior harmonia, quanto aos interesses comuns, no âmbito da categoria;
- integrar-se aos trabalhos desenvolvidos pela Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FAEMG, a ela se filiando, com vistas ao fortalecimento e plena consolidação do sindicalismo rural no Estado.

Art. 5º -

Quanto ao seu funcionamento, o Sindicato atenderá as seguintes condições:

- proibição do desempenho da função de membro da Diretoria, cumulativamente com o de emprego remunerado nos quadros da entidade;
- proibição de reuniões, a qualquer título, em sua sede ou dependência, de qualquer agremiação ou grupo de índole político-partidária ou religiosa.

Art. 6º -

Atendidas as normas legais, o Sindicato, a juízo de sua Assembléia Geral, poderá associar-se ou manter relações com entidades estrangeiras, quando de interesse da categoria econômica representada.

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR
ADVOGADO - OAB 185.111-08
Rua da Várzea, nº 170 - Frutal - MG
Fone: (031) 411.1111

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 43 Pag: 4
Data: 23/01/1997

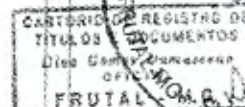
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



- d) respeitar as orientações emanadas pelo Sindicato;
e) prestigiar o Sindicato por todos os meios ao seu alcance;
f) pagar a Contribuição Sindical a Contribuição Confederativa Rural - CCR.
- Art. 11 - Os produtores associados estão sujeitos as penalidades de suspensão de seus direitos associativos e de eliminação do quadro social, sendo-lhes assegurado recurso voluntário sem efeito suspensivo à Assembleia Geral, que apreciará a questão na reunião subsequente.
- Art. 12 - Será suspenso do exercício de seus direitos o associado que:
a) não estiver em dia com o pagamento das contribuições devidas;
b) desacatar a Assembleia Geral ou a Diretoria ou suas decisões;
c) não comparecer a três Assembleias Gerais consecutivas sem justa causa.
- Parágrafo único - A desvinculação voluntária do quadro de associados implica obrigação de liquidação dos respectivos débitos para com o Sindicato até a data em que a mesma ocorrer.
- Art. 13 - Poderá ser eliminado do quadro associativo, por decisão da Assembleia Geral, o associado que:
a) deixar de efetuar o pagamento de suas contribuições, durante três exercícios consecutivos, se anual ou por seis meses também consecutivos, se mensal;
b) desrespeitar os dispositivos estatutários;
c) tornar-se indigno, pelos seus atos e procedimentos, de fazer parte do quadro social;
d) abandonar a atividade rural
- Art. 14 - A aplicação de penalidades, em qualquer caso, deverá ser precedida de audiência da parte interessada que poderá, por escrito, produzir defesa, sem efeito suspensivo, dentro do prazo de dez dias, contados da data da sua identificação.
- Parágrafo único - A petição será dirigida ao Presidente do Sindicato.
- Art. 15 - O produtor eliminado poderá voltar ao convívio do Sindicato, desde que, requerendo, se reabilite plenamente, a juízo da Assembleia Geral.

CAPÍTULO III

Organização, Administração e Condições de Funcionamento

- Art. 16 - O Sindicato compreende os seguintes órgãos institucionais:
a) Assembleia Geral;
b) Diretoria;

WALDEMAR PACHECO DE SOUZA
ADVOGADO - OAB - MG 31.802
Praça da Vitória, 47 - Frutal - MG
Fone: (31) 3221-1221 - Cx. P. 001 365-37

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 44 Pag: 5
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

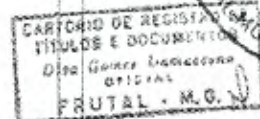
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR.

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG

185



- c) Conselho Fiscal;
- d) Delegado Representante.

SEÇÃO I

Da Assembléia Geral

Art. 17 - A Assembléia Geral é o poder soberano do Sindicato, composta pelos seus associados.

Art. 18 - Compete a Assembléia Geral:

- a) analisar a política geral da agropecuária, no que se refere aos interesses da produção, dentro do quadro da economia da base territorial e da região;
- b) aprovar planos e programas de trabalho para o Sindicato;
- c) aprovar o orçamento anual e os créditos adicionais, com parecer do Conselho Fiscal;
- d) tomar e julgar as contas de cada exercício financeiro, apresentadas pela Diretoria com parecer do Conselho Fiscal;
- e) pronunciar-se sobre o relatório das atividades de cada exercício;
- f) deliberar a respeito das propostas da Diretoria relativas a estruturação dos serviços e do quadro de pessoal da entidade;
- g) eleger e empossar os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes;
- h) impor penalidades aos associados, aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- i) aceitar encargos do Poder Público, autarquias e sociedades de economia mista, em setores que envolvam interesses da categoria;
- j) deliberar sobre a admissão e eliminação, e a reintegração de produtores no quadro associativo;
- k) discutir e votar as proposições apresentadas pelos seus membros;
- m) requisitar informações aos órgãos componentes da administração interna;
- n) deliberar sobre a alienação, oneração ou aquisição de bens imóveis ou de títulos de renda, de propriedade do Sindicato;
- o) fixar e arrecadar as contribuições devidas pelos associados;
- p) autorizar a filiação do Sindicato a entidade estadual, nacional ou internacional de finalidades similares, observadas, em qualquer caso, as disposições legais;

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JUNIOR
Advogado - OAB - 153.219/RS
Rua Coronel José de Paula, 317 - Frutal - MG
Fone: (31) 333.1012 e 333.1013

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 45 Pag: 6
Data: 23/01/1997

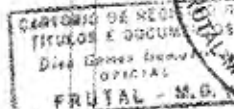
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



q) dissolver o Sindicato, com obediência ao disposto no artigo 19, § 4º e artigo 39 deste Estatuto;

r) reformar ou alterar este Estatuto, com obediência ao disposto no artigo 19, § 4º deste Estatuto;

s) atribuir encargos e tarefas específicas aos seus membros e aos da Diretoria, individualmente ou em grupo;

t) aprovar a indicação de nomes ou lista de nomes para representação da entidade ou da categoria econômica em órgãos oficiais ou não, quando, por determinação legal, lhe couber essa prerrogativa;

u) sobrestar o funcionamento da Diretoria, ou do Conselho Fiscal, ou de ambos, nos casos de grave violação estatutária, de discórdias internas que perturbem o livre exercício das atividades associativas, ou de dilapidação ou malversação do patrimônio social, designando Junta Administrativa ou Comissão Fiscal para substituí-los, observadas as disposições do artigo 19, § 4º, deste Estatuto;

v) aprovar a verba de representação do Presidente e demais Diretores se for o caso;

x) exercer todas as demais atribuições que lhe são conferidas na legislação vigente e neste Estatuto, assim como resolver casos omissos.

Art. 19 -

A Assembleia Geral se reunirá na forma que se segue:

a) ordinariamente, todos os anos, em maio e novembro, para deliberar sobre o relatório e contas da gestão financeira do ano anterior, sobre o orçamento de receita e despesas do exercício seguinte e sobre matéria de natureza técnica, administrativa ou de interesse da categoria;

b) extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente, pela Diretoria ou pela maioria dos associados, para exame de assuntos determinantes da convocação.

A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de dez dias, podendo esse prazo ser reduzido até três dias, desde que ocorra motivo relevante, a juízo do Presidente ou da Diretoria.

A convocação deverá constar de edital, que será afixado na sede do Sindicato e, se conveniente, em outros locais de afluência dos produtores rurais na base territorial, podendo ainda ser divulgado por outros meios, de tal forma a garantir a sua mais ampla divulgação;

Em primeira convocação, o plenário será considerado instalado se estiver presente a maioria dos produtores associados; e, após sessenta minutos, em

WALLERMAN PACHECO JÚNIOR
advogado - OAB - MG nº 10.317
Rua da Moura, 47 - Frutal - MG
Fone: (031) 3591.888-31

§ 1º -

§ 2º -

§ 3º -

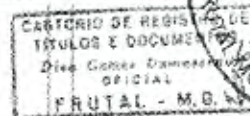
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR.

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



segunda convocação, funcionará com a presença de qualquer número de associados.

§ 4º. Para dissolução do Sindicato, sobrestamento do funcionamento da Diretoria ou do Conselho Fiscal, reforma do Estatuto e alienação de bens móveis, será exigida o assentimento da maioria dos associados quites.

Art. 20 - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Sindicato, ou por seu substituto estatutário, assistido pelos Diretores Secretário e Tesoureiro ou, em suas faltas, por produtores convidados pelo Presidente.

Parágrafo único - Assessorarão a reunião os funcionários que se fizerem necessários, convocados pelo Presidente ou pelo plenário.

Art. 21 - As deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Parágrafo único - Em caso de empate nas votações abertas, o Presidente proferirá voto de qualidade definindo o resultado. Em escrutínio secreto, em caso de empate, proceder-se-á a nova votação.

Art. 22 - As atas das reuniões da Assembleia serão registradas em livro próprio, com as assinaturas dos membros componentes da mesa e de quem as redigiu, devendo ser discutidas e aprovadas, nas reuniões subsequentes.

SEÇÃO II

Do Delegado Representante

Art.23 - Representará o Sindicato e seus associados, integrando o Conselho de Representantes da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FAEMG, o Presidente do Sindicato, seu substituto eventual ou o diretor titular que, por qualquer deles, em representação específica, vier a ser credenciado.

SEÇÃO III

Da Diretoria

Art. 24 - A Diretoria, órgão de direção geral do Sindicato, eleita com mandato de três anos, será composta de:

a) Quatro membros titulares, a saber:

- Presidente
- 01 Vice-Presidente
- 01 Secretário
- 01 Tesoureiro

Protocolo: 006494

Reg: 000635

Livro: A4

Folha: 47 Pag: 8

Data: 23/01/1997

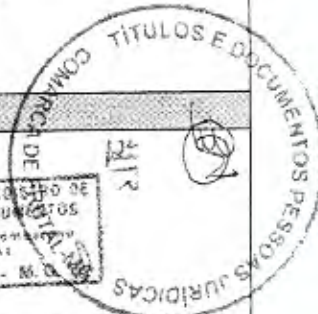
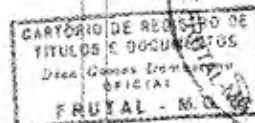
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



- b) Quatro membros suplentes
- Art. 25 - Em caso de afastamento do Presidente e Vice-Presidente, a nova Diretoria, nela já incluídos os suplentes, elegerá o novo Presidente e Vice-Presidente do Sindicato, bem como, definirá os demais cargos existentes.
- Art. 26 - A Diretoria compete dar execução às atividades administrativas do Sindicato.
- Art. 27 - Compete à Diretoria:
- a) supervisionar todas as atividades e os serviços do Sindicato;
 - b) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral;
 - c) aplicar aos produtores associados as penalidades previstas no artigo 12 deste Estatuto;
 - d) decidir sobre os pedidos de filiação de produtores que desejarem integrar-se ao quadro de associados;
 - e) apresentar à Assembleia Geral os orçamentos de receita e despesa, os pedidos de créditos adicionais e as propostas de aplicações de capital;
 - f) propor à Assembleia Geral a alienação ou oneração de bens imóveis e títulos de renda, obedecendo as formalidades legais;
 - g) opinar sobre os casos omissos a serem resolvidos pela Assembleia Geral;
 - h) indicar ou constituir representantes do Sindicato ou da classe representada, a qualquer título, perante órgãos ou entidades públicas ou privadas, ressalvados os casos previstos no item "f" do artigo 18;
 - i) deliberar sobre a proposição ou contestação de ações relacionados à defesa dos direitos e interesses, ainda que difusos, da categoria que representa, seja em questões judiciais ou administrativas;
 - j) encaminhar o relatório anual e as contas de cada exercício à Assembleia Geral para seu julgamento;
 - k) deliberar sobre os atos de administração patrimonial, inclusive autorizar a baixa ou venda de bem inservível e o aluguel de bens desnecessários aos serviços do Sindicato, obedecidas as formalidades legais;
 - l) autorizar contratos ou estabelecer critérios de realização de trabalhos em parceria com entidades do setor privado ou do setor público, desde que voltados para o interesse da classe ou do sindicato;
 - m) propor, se for o caso, o Regimento Interno do Sindicato à aprovação da Assembleia Geral;
 - n) expedir o Regulamento de Pessoal determinando os valores de seus salários e vantagens.

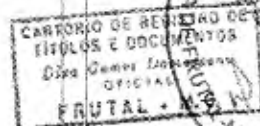
[Handwritten signature]
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR
Advogado - OAB/SP nº 123.456
Rua Coronel José de Paula, 317 - Centro - Frutal - MG
Fone: (031) 1234-5678 - Cx. Postal 1234

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 48 Pag: 9
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



n) fixar o valor de taxas por serviços de caráter não gratuito prestados aos associados

§ 1º - Atendendo à urgência da matéria e manifesta conveniência do Sindicato, o Presidente, Secretário e Tesoureiro, em decisão tomada por maioria, poderão adotar qualquer das providências enumeradas neste artigo, submetendo-a à ratificação da Diretoria na reunião seguinte.

§ 2º - Os suplentes de Diretoria e do Conselho Fiscal substituirão os titulares, temporária ou definitivamente, obedecendo-se a menção na chapa e ressaltando-se os critérios já contidos neste estatuto.

Art. 28 - A Diretoria reunir-se-á, segundo calendário que aprovar, nas datas previstas e sempre que for necessário por convocação do Presidente ou ainda, quando convocadas por pelo menos um terço de seus membros; todas convocações serão formais, por via postal ou direta.

§ 1º - As decisões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, em primeira convocação, com a presença mínima de mais da metade dos seus componentes e, em segunda convocação, com qualquer número, após o decurso de, pelo menos, uma hora.

§ 2º - Ao Presidente, nas reuniões da Diretoria, é assegurado o voto de qualidade.

Art. 29 - Compete ao Presidente:

- administrar o Sindicato, juntamente com os demais Diretores;
- presidir as reuniões da Diretoria e as da Assembleia Geral, orientando os debates, tomando os votos, proclamando os resultados e decidindo as questões de ordem;
- designar relatores, comissões e grupos de trabalho para quaisquer assuntos de alçada da Diretoria;
- determinar diligências e a audiência dos órgãos técnicos e administrativos da entidade, no preparo, exame e instrução dos processos;
- assinar a correspondência oficial, memoriais e representações;
- assinar, com o Tesoureiro, cheques, contratos ou quaisquer outros documentos que criem obrigações para a entidade, bem como, com o mesmo, determinar abertura de contas bancárias;
- autorizar, juntamente com o Tesoureiro, as despesas previstas no orçamento, ou delegar competência para esse fim, quando cabível;
- admitir, promover e demitir os servidores da entidade, dentro dos quadros aprovados pela Diretoria, na forma regimental e regulamentar;
- contratar serviços por prazos determinados, na forma da lei e nos limites do orçamento em vigor, quando autorizado pela Diretoria;

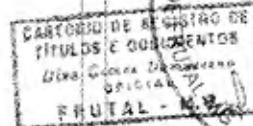
WALTEZAR PACHECO JUNIOR
ADVOGADO - OAB - MG 31.180
Rua de Santa C. - Frutal - MG
Fone: 31. 3811 - 3812 - 3813 - 3814 - 3815 - 3816 - 3817 - 3818 - 3819 - 3820 - 3821 - 3822 - 3823 - 3824 - 3825 - 3826 - 3827 - 3828 - 3829 - 3830 - 3831 - 3832 - 3833 - 3834 - 3835 - 3836 - 3837 - 3838 - 3839 - 3840 - 3841 - 3842 - 3843 - 3844 - 3845 - 3846 - 3847 - 3848 - 3849 - 3850 - 3851 - 3852 - 3853 - 3854 - 3855 - 3856 - 3857 - 3858 - 3859 - 3860 - 3861 - 3862 - 3863 - 3864 - 3865 - 3866 - 3867 - 3868 - 3869 - 3870 - 3871 - 3872 - 3873 - 3874 - 3875 - 3876 - 3877 - 3878 - 3879 - 3880 - 3881 - 3882 - 3883 - 3884 - 3885 - 3886 - 3887 - 3888 - 3889 - 3890 - 3891 - 3892 - 3893 - 3894 - 3895 - 3896 - 3897 - 3898 - 3899 - 3900 - 3901 - 3902 - 3903 - 3904 - 3905 - 3906 - 3907 - 3908 - 3909 - 3910 - 3911 - 3912 - 3913 - 3914 - 3915 - 3916 - 3917 - 3918 - 3919 - 3920 - 3921 - 3922 - 3923 - 3924 - 3925 - 3926 - 3927 - 3928 - 3929 - 3930 - 3931 - 3932 - 3933 - 3934 - 3935 - 3936 - 3937 - 3938 - 3939 - 3940 - 3941 - 3942 - 3943 - 3944 - 3945 - 3946 - 3947 - 3948 - 3949 - 3950 - 3951 - 3952 - 3953 - 3954 - 3955 - 3956 - 3957 - 3958 - 3959 - 3960 - 3961 - 3962 - 3963 - 3964 - 3965 - 3966 - 3967 - 3968 - 3969 - 3970 - 3971 - 3972 - 3973 - 3974 - 3975 - 3976 - 3977 - 3978 - 3979 - 3980 - 3981 - 3982 - 3983 - 3984 - 3985 - 3986 - 3987 - 3988 - 3989 - 3990 - 3991 - 3992 - 3993 - 3994 - 3995 - 3996 - 3997 - 3998 - 3999 - 4000 - 4001 - 4002 - 4003 - 4004 - 4005 - 4006 - 4007 - 4008 - 4009 - 4010 - 4011 - 4012 - 4013 - 4014 - 4015 - 4016 - 4017 - 4018 - 4019 - 4020 - 4021 - 4022 - 4023 - 4024 - 4025 - 4026 - 4027 - 4028 - 4029 - 4030 - 4031 - 4032 - 4033 - 4034 - 4035 - 4036 - 4037 - 4038 - 4039 - 4040 - 4041 - 4042 - 4043 - 4044 - 4045 - 4046 - 4047 - 4048 - 4049 - 4050 - 4051 - 4052 - 4053 - 4054 - 4055 - 4056 - 4057 - 4058 - 4059 - 4060 - 4061 - 4062 - 4063 - 4064 - 4065 - 4066 - 4067 - 4068 - 4069 - 4070 - 4071 - 4072 - 4073 - 4074 - 4075 - 4076 - 4077 - 4078 - 4079 - 4080 - 4081 - 4082 - 4083 - 4084 - 4085 - 4086 - 4087 - 4088 - 4089 - 4090 - 4091 - 4092 - 4093 - 4094 - 4095 - 4096 - 4097 - 4098 - 4099 - 4100 - 4101 - 4102 - 4103 - 4104 - 4105 - 4106 - 4107 - 4108 - 4109 - 4110 - 4111 - 4112 - 4113 - 4114 - 4115 - 4116 - 4117 - 4118 - 4119 - 4120 - 4121 - 4122 - 4123 - 4124 - 4125 - 4126 - 4127 - 4128 - 4129 - 4130 - 4131 - 4132 - 4133 - 4134 - 4135 - 4136 - 4137 - 4138 - 4139 - 4140 - 4141 - 4142 - 4143 - 4144 - 4145 - 4146 - 4147 - 4148 - 4149 - 4150 - 4151 - 4152 - 4153 - 4154 - 4155 - 4156 - 4157 - 4158 - 4159 - 4160 - 4161 - 4162 - 4163 - 4164 - 4165 - 4166 - 4167 - 4168 - 4169 - 4170 - 4171 - 4172 - 4173 - 4174 - 4175 - 4176 - 4177 - 4178 - 4179 - 4180 - 4181 - 4182 - 4183 - 4184 - 4185 - 4186 - 4187 - 4188 - 4189 - 4190 - 4191 - 4192 - 4193 - 4194 - 4195 - 4196 - 4197 - 4198 - 4199 - 4200 - 4201 - 4202 - 4203 - 4204 - 4205 - 4206 - 4207 - 4208 - 4209 - 4210 - 4211 - 4212 - 4213 - 4214 - 4215 - 4216 - 4217 - 4218 - 4219 - 4220 - 4221 - 4222 - 4223 - 4224 - 4225 - 4226 - 4227 - 4228 - 4229 - 4230 - 4231 - 4232 - 4233 - 4234 - 4235 - 4236 - 4237 - 4238 - 4239 - 4240 - 4241 - 4242 - 4243 - 4244 - 4245 - 4246 - 4247 - 4248 - 4249 - 4250 - 4251 - 4252 - 4253 - 4254 - 4255 - 4256 - 4257 - 4258 - 4259 - 4260 - 4261 - 4262 - 4263 - 4264 - 4265 - 4266 - 4267 - 4268 - 4269 - 4270 - 4271 - 4272 - 4273 - 4274 - 4275 - 4276 - 4277 - 4278 - 4279 - 4280 - 4281 - 4282 - 4283 - 4284 - 4285 - 4286 - 4287 - 4288 - 4289 - 4290 - 4291 - 4292 - 4293 - 4294 - 4295 - 4296 - 4297 - 4298 - 4299 - 4300 - 4301 - 4302 - 4303 - 4304 - 4305 - 4306 - 4307 - 4308 - 4309 - 4310 - 4311 - 4312 - 4313 - 4314 - 4315 - 4316 - 4317 - 4318 - 4319 - 4320 - 4321 - 4322 - 4323 - 4324 - 4325 - 4326 - 4327 - 4328 - 4329 - 4330 - 4331 - 4332 - 4333 - 4334 - 4335 - 4336 - 4337 - 4338 - 4339 - 4340 - 4341 - 4342 - 4343 - 4344 - 4345 - 4346 - 4347 - 4348 - 4349 - 4350 - 4351 - 4352 - 4353 - 4354 - 4355 - 4356 - 4357 - 4358 - 4359 - 4360 - 4361 - 4362 - 4363 - 4364 - 4365 - 4366 - 4367 - 4368 - 4369 - 4370 - 4371 - 4372 - 4373 - 4374 - 4375 - 4376 - 4377 - 4378 - 4379 - 4380 - 4381 - 4382 - 4383 - 4384 - 4385 - 4386 - 4387 - 4388 - 4389 - 4390 - 4391 - 4392 - 4393 - 4394 - 4395 - 4396 - 4397 - 4398 - 4399 - 4400 - 4401 - 4402 - 4403 - 4404 - 4405 - 4406 - 4407 - 4408 - 4409 - 4410 - 4411 - 4412 - 4413 - 4414 - 4415 - 4416 - 4417 - 4418 - 4419 - 4420 - 4421 - 4422 - 4423 - 4424 - 4425 - 4426 - 4427 - 4428 - 4429 - 4430 - 4431 - 4432 - 4433 - 4434 - 4435 - 4436 - 4437 - 4438 - 4439 - 4440 - 4441 - 4442 - 4443 - 4444 - 4445 - 4446 - 4447 - 4448 - 4449 - 4450 - 4451 - 4452 - 4453 - 4454 - 4455 - 4456 - 4457 - 4458 - 4459 - 4460 - 4461 - 4462 - 4463 - 4464 - 4465 - 4466 - 4467 - 4468 - 4469 - 4470 - 4471 - 4472 - 4473 - 4474 - 4475 - 4476 - 4477 - 4478 - 4479 - 4480 - 4481 - 4482 - 4483 - 4484 - 4485 - 4486 - 4487 - 4488 - 4489 - 4490 - 4491 - 4492 - 4493 - 4494 - 4495 - 4496 - 4497 - 4498 - 4499 - 4500 - 4501 - 4502 - 4503 - 4504 - 4505 - 4506 - 4507 - 4508 - 4509 - 4510 - 4511 - 4512 - 4513 - 4514 - 4515 - 4516 - 4517 - 4518 - 4519 - 4520 - 4521 - 4522 - 4523 - 4524 - 4525 - 4526 - 4527 - 4528 - 4529 - 4530 - 4531 - 4532 - 4533 - 4534 - 4535 - 4536 - 4537 - 4538 - 4539 - 4540 - 4541 - 4542 - 4543 - 4544 - 4545 - 4546 - 4547 - 4548 - 4549 - 4550 - 4551 - 4552 - 4553 - 4554 - 4555 - 4556 - 4557 - 4558 - 4559 - 4560 - 4561 - 4562 - 4563 - 4564 - 4565 - 4566 - 4567 - 4568 - 4569 - 4570 - 4571 - 4572 - 4573 - 4574 - 4575 - 4576 - 4577 - 4578 - 4579 - 4580 - 4581 - 4582 - 4583 - 4584 - 4585 - 4586 - 4587 - 4588 - 4589 - 4590 - 4591 - 4592 - 4593 - 4594 - 4595 - 4596 - 4597 - 4598 - 4599 - 4600 - 4601 - 4602 - 4603 - 4604 - 4605 - 4606 - 4607 - 4608 - 4609 - 4610 - 4611 - 4612 - 4613 - 4614 - 4615 - 4616 - 4617 - 4618 - 4619 - 4620 - 4621 - 4622 - 4623 - 4624 - 4625 - 4626 - 4627 - 4628 - 4629 - 4630 - 4631 - 4632 - 4633 - 4634 - 4635 - 4636 - 4637 - 4638 - 4639 - 4640 - 4641 - 4642 - 4643 - 4644 - 4645 - 4646 - 4647 - 4648 - 4649 - 4650 - 4651 - 4652 - 4653 - 4654 - 4655 - 4656 - 4657 - 4658 - 4659 - 4660 - 4661 - 4662 - 4663 - 4664 - 4665 - 4666 - 4667 - 4668 - 4669 - 4670 - 4671 - 4672 - 4673 - 4674 - 4675 - 4676 - 4677 - 4678 - 4679 - 4680 - 4681 - 4682 - 4683 - 4684 - 4685 - 4686 - 4687 - 4688 - 4689 - 4690 - 4691 - 4692 - 4693 - 4694 - 4695 - 4696 - 4697 - 4698 - 4699 - 4700 - 4701 - 4702 - 4703 - 4704 - 4705 - 4706 - 4707 - 4708 - 4709 - 4710 - 4711 - 4712 - 4713 - 4714 - 4715 - 4716 - 4717 - 4718 - 4719 - 4720 - 4721 - 4722 - 4723 - 4724 - 4725 - 4726 - 4727 - 4728 - 4729 - 4730 - 4731 - 4732 - 4733 - 4734 - 4735 - 4736 - 4737 - 4738 - 4739 - 4740 - 4741 - 4742 - 4743 - 4744 - 4745 - 4746 - 4747 - 4748 - 4749 - 4750 - 4751 - 4752 - 4753 - 4754 - 4755 - 4756 - 4757 - 4758 - 4759 - 4760 - 4761 - 4762 - 4763 - 4764 - 4765 - 4766 - 4767 - 4768 - 4769 - 4770 - 4771 - 4772 - 4773 - 4774 - 4775 - 4776 - 4777 - 4778 - 4779 - 4780 - 4781 - 4782 - 4783 - 4784 - 4785 - 4786 - 4787 - 4788 - 4789 - 4790 - 4791 - 4792 - 4793 - 4794 - 4795 - 4796 - 4797 - 4798 - 4799 - 4800 - 4801 - 4802 - 4803 - 4804 - 4805 - 4806 - 4807 - 4808 - 4809 - 4810 - 4811 - 4812 - 4813 - 4814 - 4815 - 4816 - 4817 - 4818 - 4819 - 4820 - 4821 - 4822 - 4823 - 4824 - 4825 - 4826 - 4827 - 4828 - 4829 - 4830 - 4831 - 4832 - 4833 - 4834 - 4835 - 4836 - 4837 - 4838 - 4839 - 4840 - 4841 - 4842 - 4843 - 4844 - 4845 - 4846 - 4847 - 4848 - 4849 - 4850 - 4851 - 4852 - 4853 - 4854 - 4855 - 4856 - 4857 - 4858 - 4859 - 4860 - 4861 - 4862 - 4863 - 4864 - 4865 - 4866 - 4867 - 4868 - 4869 - 4870 - 4871 - 4872 - 4873 - 4874 - 4875 - 4876 - 4877 - 4878 - 4879 - 4880 - 4881 - 4882 - 4883 - 4884 - 4885 - 4886 - 4887 - 4888 - 4889 - 4890 - 4891 - 4892 - 4893 - 4894 - 4895 - 4896 - 4897 - 4898 - 4899 - 4900 - 4901 - 4902 - 4903 - 4904 - 4905 - 4906 - 4907 - 4908 - 4909 - 4910 - 4911 - 4912 - 4913 - 4914 - 4915 - 4916 - 4917 - 4918 - 4919 - 4920 - 4921 - 4922 - 4923 - 4924 - 4925 - 4926 - 4927 - 4928 - 4929 - 4930 - 4931 - 4932 - 4933 - 4934 - 4935 - 4936 - 4937 - 4938 - 4939 - 4940 - 4941 - 4942 - 4943 - 4944 - 4945 - 4946 - 4947 - 4948 - 4949 - 4950 - 4951 - 4952 - 4953 - 4954 - 4955 - 4956 - 4957 - 4958 - 4959 - 4960 - 4961 - 4962 - 4963 - 4964 - 4965 - 4966 - 4967 - 4968 - 4969 - 4970 - 4971 - 4972 - 4973 - 4974 - 4975 - 4976 - 4977 - 4978 - 4979 - 4980 - 4981 - 4982 - 4983 - 4984 - 4985 - 4986 - 4987 - 4988 - 4989 - 4990 - 4991 - 4992 - 4993 - 4994 - 4995 - 4996 - 4997 - 4998 - 4999 - 5000 - 5001 - 5002 - 5003 - 5004 - 5005 - 5006 - 5007 - 5008 - 5009 - 5010 - 5011 - 5012 - 5013 - 5014 - 5015 - 5016 - 5017 - 5018 - 5019 - 5020 - 5021 - 5022 - 5023 - 5024 - 5025 - 5026 - 5027 - 5028 - 5029 - 5030 - 5031 - 5032 - 5033 - 5034 - 5035 - 5036 - 5037 - 5038 - 5039 - 5040 - 5041 - 5042 - 5043 - 5044 - 5045 - 5046 - 5047 - 5048 - 5049 - 5050 - 5051 - 5052 - 5053 - 5054 - 5055 - 5056 - 5057 - 5058 - 5059 - 5060 - 5061 - 5062 - 5063 - 5064 - 5065 - 5066 - 5067 - 5068 - 5069 - 5070 - 5071 - 5072 - 5073 - 5074 - 5075 - 5076 - 5077 - 5078 - 5079 - 5080 - 5081 - 5082 - 5083 - 5084 - 5085 - 5086 - 5087 - 5088 - 5089 - 5090 - 5091 - 5092 - 5093 - 5094 - 5095 - 5096 - 5097 - 5098 - 5099 - 5100 - 5101 - 5102 - 5103 - 5104 - 5105 - 5106 - 5107 - 5108 - 5109 - 5110 - 5111 - 5112 - 5113 - 5114 - 5115 - 5116 - 5117 - 5118 - 5119 - 5120 - 5121 - 5122 - 5123 - 5124 - 5125 - 5126 - 5127 - 5128 - 5129 - 5130 - 5131 - 5132 - 5133 - 5134 - 5135 - 5136 - 5137 - 5138 - 5139 - 5140 - 5141 - 5142 - 5143 - 5144 - 5145 - 5146 - 5147 - 5148 - 5149 - 5150 - 5151 - 5152 - 5153 - 5154 - 5155 - 5156 - 5157 - 5158 - 5159 - 5160 - 5161 - 5162 - 5163 - 5164 - 5165 - 5166 - 5167 - 5168 - 5169 - 5170 - 5171 - 5172 - 5173 - 5174 - 5175 - 5176 - 5177 - 5178 - 5179 - 5180 - 5181 - 5182 - 5183 - 5184 - 5185 - 5186 - 5187 - 5188 - 5189 - 5190 - 5191 - 5192 - 5193 - 5194 - 5195 - 5196 - 5197 - 5198 - 5199 - 5200 - 5201 - 5202 - 5203 - 5204 - 5205 - 5206 - 5207 - 5208 - 5209 - 5210 - 5211 - 5212 - 5213 - 5214 - 5215 - 5216 - 5217 - 5218 - 5219 - 5220 - 5221 - 5222 - 5223 - 5224 - 5225 - 5226 - 5227 - 5228 - 5229 - 5230 - 5231 - 5232 - 5233 - 5234 - 5235 - 5236 - 5237 - 5238 - 5239 - 5240 - 5241 - 5242 - 5243 - 5244 - 5245 - 5246 - 5247 - 5248 - 5249 - 5250 - 5251 - 5252 - 5253 - 5254 - 5255 - 5256 - 5257 - 5258 - 5259 - 5260 - 5261 - 5262 - 5263 - 5264 - 5265 - 5266 - 5267 - 5268 - 5269 - 5270 - 5271 - 5272 - 5273 - 5274 - 5275 - 5276 - 5277 - 5278 - 5279 - 5280 - 5281 - 5282 - 5283 - 5284 - 5285 - 5286 - 5287 - 5288 - 5289 - 5290 - 5291 - 5292 - 5293 - 5294 - 5295 - 5296 - 5297 - 5298 - 5299 - 5300 - 5301 - 5302 - 5303 - 5304 - 5305 - 5306 - 5307 - 5308 - 5309 - 5310 - 5311 - 5312 - 5313 - 5314 - 5315 - 5316 - 5317 - 5318 - 5319 - 5320 - 5321 - 5322 - 5323 - 5324 - 5325 - 5326 - 5327 - 5328 - 5329 - 5330 - 5331 - 5332 - 5333 - 5334 - 5335 - 5336 - 5337 - 5338 - 5339 - 5340 - 5341 - 5342 - 5343 - 5344 - 5345 - 5346 - 5347 - 5348 - 5349 - 5350 - 5351 - 5352 - 5353 - 5354 - 5355 - 5356 - 5357 - 5358 - 5359 - 5360 - 5361 - 5362 - 5363 - 5364 - 5365 - 5366 - 5367 - 5368 - 5369 - 5370 - 5371 - 5372 - 5373 - 5374 - 5375 - 5376 - 5377 - 5378 - 5379 - 5380 - 5381 - 5382 - 5383 - 5384 - 5385 - 5386 - 5387 - 5388 - 5389 - 5390 - 5391 - 5392 - 5393 - 5394 - 5395 - 5396 - 5397 - 5398 - 5399 - 5400 - 5401 - 5402 - 5403 - 5404 - 5405 - 5406 - 5407 - 5408 - 5409 - 5410 - 5411 - 5412 - 5413 - 5414 - 5415 - 5416 - 5417 - 5418 - 5419 - 5420 - 5421 - 5422 - 5423 - 5424 - 5425 - 5426 - 5427 - 5428 - 5429 - 5430 - 5431 - 5432 - 5433 - 5434 - 5435 - 5436 - 5437 - 5438 - 5439 - 5440 - 5441 - 5442 - 5443 - 5444 - 5445 - 5446 - 5447 - 5448 - 5449 - 5450 - 5451 - 5452 - 5453 - 5454 - 5455 - 5456 - 5457 - 5458 - 5459 - 5460 - 5461 - 5462 - 5463 - 5464 - 5465 - 5466 - 5467 - 5468 - 5469 - 5470 - 5471 - 5472 - 5473 - 5474 - 5475 - 5476 - 5477 - 5478 - 5479 - 5480 - 5481 - 5482 - 5483 - 5484 - 5485 - 5486 - 5487 - 5488 - 5489 - 5490 - 5491 - 5492 - 5493 - 5494 - 5495 - 5496 - 5497 - 5498 - 5499 - 5500 - 5501 - 5502 - 5503 - 5504 - 5505 - 5506 - 5507 - 5508 - 5509 - 5510 - 5511 - 5512 - 5513 - 5514 - 5515 - 5516 - 5517 - 5518 - 5519 - 5520 - 5521 - 5522 - 5523 - 5524 - 5525 - 5526 - 5527 - 5528 - 5529 - 5530 - 5531 - 5532 - 5533 - 5534 - 5535 - 5536 - 5537 - 5538 - 5539 - 5540 - 5541 - 5542 - 5543 - 5544 - 5545 - 5546 - 5547 - 5548 - 5549 - 5550 - 5551 - 5552 - 5553 - 5554 - 5555 - 5556 - 5557 - 5558 - 5559 - 5560 - 5561 - 5562 - 5563 - 5564 - 5565 - 5566 - 5567 - 5568 - 5569 - 5570 - 5571 - 5572 - 5573 - 5574 - 5575 - 5576 - 5577 - 5578 - 5579 - 5580 - 5581 - 5582 - 5583 - 5584 - 5585 - 5586 - 5587 - 5588 - 5589 - 5590 - 5591 - 5592 - 5593 - 5594 - 5595 - 5596 - 5597 - 5598 - 5599 - 5600 - 5601 - 5602 - 5603 - 5604 - 5605 - 5606 - 5607 - 5608 - 5609 - 5610 - 5611 - 5612 - 5613 - 5614 - 5615 - 5616 - 5617 - 5618 - 5619 - 5620 - 5621 - 5622 - 5623 - 5624 - 5625 - 5626 - 5627 - 5628 - 5629 - 5630 - 5631 - 5632 - 5633 - 5634 - 5635 - 5636 - 5637 - 5638 - 5639 - 5640 - 5641 - 5642 - 5643 - 5644 - 5645 - 5646 - 5647 - 5648 - 5649 - 5650 - 5651 - 5652 - 5653 - 5654 - 5655 - 5656 - 5657 - 5658 - 5659 - 5660 - 5661 - 5662 - 5663 - 5664

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 49 - Pag: 10
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



j) aplicar ao pessoal as penalidades previstas em lei e as sanções disciplinares;

l) convocar reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral, assinando as atas respectivas com os demais membros da mesa;

m) representar o Sindicato, em juízo ou fora dele e perante os poderes públicos, podendo, para esse fim, constituir procuradores, mandatários ou prepostos;

n) cumprir e fazer cumprir as resoluções da Diretoria e da Assembleia Geral;

o) designar os titulares de cargos ou funções de chefia;

p) submeter à Diretoria o relatório da gestão administrativa e do exercício financeiro para encaminhamento à Assembleia Geral.

§ 1º -

Ao Vice-Presidente, compete auxiliar o Presidente no desempenho de suas atribuições, exercendo os encargos que lhe forem cometidos e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

Art. 30 -

Compete ao Secretário, além de outras atribuições que lhe forem confiadas pelo Presidente, as seguintes:

a) dirigir e fiscalizar os serviços administrativos;

b) secretariar as reuniões da Assembleia Geral e da Diretoria, redigindo as respectivas atas;

c) desempenhar missões de representação da entidade que lhe forem cometidas pelo Presidente;

d) assinar correspondência que lhe for cometida pelo Presidente;

e) diligenciar o que for necessário à realização das reuniões dos órgãos colegiados do Sindicato;

f) propor ao Presidente a ordem do dia das reuniões da Assembleia Geral e da Diretoria;

g) orientar os serviços de Secretaria e os de preservação da memória do Sindicato;

h) controlar o registro dos produtores associados.

Art. 31 -

Ao Tesoureiro compete a direção do órgão de execução das atividades financeiras do Sindicato, especialmente:

a) firmar recibo, dar quitação e efetuar pagamentos, assinando, com o Presidente, os documentos que exijam participação de ambos;

b) zelar pelos serviços de tesouraria e de contabilidade;

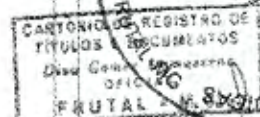
c) recolher em estabelecimento bancário os saídos de caixa que excederem aos limites fixados pela Diretoria;

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 50 Pag: 11
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



- d) apresentar, por ocasião das reuniões da Diretoria, um balancete da situação econômico-financeira da entidade;
- e) preparar e subscrever com o Presidente as peças contábeis integrantes do relatório anual.

SEÇÃO IV

Do Conselho Fiscal

Art. 32 -

O Conselho Fiscal, eleito simultaneamente com a Diretoria, composto de três membros e igual número de suplentes, com mandato de três anos, é o órgão encarregado de examinar e acompanhar o movimento econômico-financeiro do Sindicato e reunir-se a toda vez que se fizer necessário, convocado pelo Presidente do Sindicato ou por maioria de seus membros, no mínimo duas vezes por ano.

Art. 33 -

O Conselho Fiscal emitirá parecer sobre as seguintes matérias:

- a) balancetes, relatórios, balanços e contas da gestão financeira anual;
- b) orçamento da receita e despesa de cada exercício e créditos adicionais solicitados;
- c) aplicação de fundos e gastos extraordinários;
- d) assuntos de natureza patrimonial ou contábil de relevante interesse do Sindicato.

Parágrafo único -

Compete ainda ao Conselho Fiscal assinar, com o Presidente e Tesoureiro, anualmente, termos de conferência de valores em caixa, rubricando os competentes livros.

SEÇÃO V

Das Penalidades

Art. 34 -

Terá o mandato suspenso pela Assembleia Geral o membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal que deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas, sem causa legítima, ou o que cometer falta ou irregularidade merecedora de tal providência.

Art. 35 -

Será eliminado o membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal que:

- a) reincidir na falta prevista no artigo anterior;

WALDIR PACHECO JÚNIOR
Advogado - OAB - MG 31.546
Rua do Estado, 47 - Frutal - MG
Fone: 427-2302 - CEP 35.890-000

Protocolo: 006494

Reg: 000635

Livro: A4

Folha: 51 Pag: 12

Data: 23/01/1997

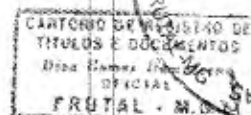
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



- b) for condenado por má conduta profissional ou por prática de atos contra o patrimônio material, ou moral, do Sindicato;
- c) for condenado pela prática de crime infamante;
- d) patrocinar causa ou providência contra interesse fundamental e inequívoco da classe;
- e) violar dolosamente este Estatuto

Parágrafo único - A perda do mandato será declarada pela Assembleia Geral.

Art. 36 - Da aplicação de penalidades caberá recurso, nos termos do artigo 14 deste Estatuto.

CAPÍTULO IV

Rendas e Patrimônio

Art. 37 - Constituem rendas e patrimônio do Sindicato:

- a) contribuições arrecadadas pela forma e condições previstas em lei;
- b) contribuições dos associados;
- c) bens e valores adquiridos;
- d) aluguéis de imóveis e de equipamentos;
- e) juros de títulos e depósitos;
- f) doações e legados;
- g) rendas financeiras e eventuais.

Art. 38 - Os produtores associados não respondem pelas responsabilidades sociais do Sindicato.

Parágrafo único - Os atos que importem em máversação ou dissipação do patrimônio associativo serão apreciados pela Assembleia Geral e sujeitarão os administradores responsáveis à suspensão ou destituição, sem prejuízo do procedimento civil e criminal cabíveis.

Art. 39 - No caso de dissolução do Sindicato, operada nos termos deste Estatuto, a Assembleia Geral fixará o critério da destinação do patrimônio remanescente.

CAPÍTULO V

Processo Eleitoral

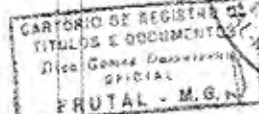
SEÇÃO I

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 52 Pag: 13
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



Dos Atos Preparatórios

- Art. 40 - Mediante voto secreto, compete à Assembleia Geral do Sindicato eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como os respectivos suplentes.
- Art. 41 - As eleições para os cargos de Diretoria e do Conselho Fiscal serão realizadas no período máximo de sessenta e mínimo de trinta dias que anteceder o término do mandato vigente.
- § 1º - As eleições serão convocadas pelo Presidente, com antecedência mínima de trinta dias e máxima de sessenta dias da sua realização, por edital, e nele se mencionarão obrigatoriamente:
- I - data, horário e local da votação;
 - II - prazo para registro de chapa;
 - III - prazo para impugnação de candidaturas.
- § 2º - O Edital a que se refere este artigo deverá ser divulgado, a partir da data de sua expedição, devendo ser afixado na sede do Sindicato e, se conveniente, em outros locais de afluência dos produtores rurais na respectiva base territorial, podendo ainda o ser por outros meios, de tal forma a garantir o seu mais amplo conhecimento pelos associados.
- Art. 42 - O prazo para registro de chapas será de oito dias, contados do dia seguinte da data da afixação do edital de convocação.
- § 1º - O requerimento de registro de chapa, que constará nomes de candidatos para todos os cargos a serem preenchidos, deverá ser dirigido ao Presidente do Sindicato, protocolado em duas vias, e assinado por um dos seus integrantes.
- § 2º - Se algum candidato estiver inelegível por eventual irregularidade perante o Sindicato, o requerente do registro será notificado em dois dias para que, em igual prazo, promova sua substituição.
- Art. 43 - Encerrado o prazo sem que tenha havido registro de chapa, o Presidente do Sindicato, cancelando a convocação da eleição, convocará a Assembleia Geral para nomear a Junta Governativa que dirigirá a entidade a partir do término do mandato dos membros em exercício, devendo realizar nova eleição no prazo máximo de seis meses.
- Parágrafo único - A Junta Governativa será composta de três membros, sendo um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro, com as mesmas funções estatutariamente previstas para os respectivos diretores titulares, e escolhidos dentre elementos integrantes da categoria econômica rural.
- Art. 44 - Será recusado o registro da chapa que não conseguir habilitar um mínimo de dois terços do número total de candidatos a cargo de titulares e suplentes da Diretoria,

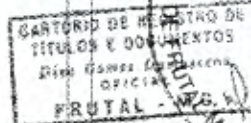
Antônio da Cunha Pacheco Júnior
Presidente do Sindicato Rural de Frutal - MG
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal - MG
23/01/97

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 53 Pag: 14
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



bem como, em igual proporção, de candidatos aos cargos de titulares e suplentes do Conselho Fiscal.

Art. 45 -

Encerrado o prazo para registro de chapas, o Presidente providenciará:

- a) a imediata lavratura da ata, que conterá todas as ocorrências do processo de registro e será assinada por ele e pelos diretores presentes e, facultada a assinatura por um candidato de cada chapa, mencionando-se as chapas registradas, de acordo com sua ordem numérica de inscrição;
- b) dentro de dois dias, a divulgação de edital contendo as chapas registradas, através dos mesmos meios de divulgação do edital de convocação;
- c) a composição da cédula única, na qual deverão figurar, em ordem numérica, as chapas registradas, com os nomes dos candidatos efetivos e suplentes;

SEÇÃO II

Das Inelegibilidades.

Art. 46 -

Será inelegível o candidato que:

- a) não esteja associado ao Sindicato Rural há pelo menos seis meses;
- b) não estiver, desde doze meses antes, no exercício efetivo da atividade econômica rural;
- c) estar em débito com o Sindicato;
- d) não tiver aprovadas as contas relativas a sua eventual gestão do Sindicato em exercícios anteriores;
- e) for estrangeiro e não naturalizado;
- f) houver lesado dolosamente o patrimônio de qualquer entidade, comprovado mediante sentença judicial transitada em julgado;
- g) tiver sido condenado por crime doloso, enquanto persistirem os efeitos da pena;

SEÇÃO III

Do Eleitor

Art. 47 -

Cada associado terá direito a um voto.

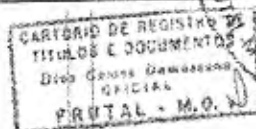
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



Parágrafo único - Para fins de elaboração de lista de votante, até três dias antes da data da realização da eleição, os associados deverão pagar suas obrigações sociais e eventuais débitos junto ao Sindicato.

Art. 48 - Para exercer o direito de voto o associado deverá:

- ter quitado sua anuidade ou mensalidade e demais débitos junto ao Sindicato;
- encontrar-se no pleno gozo dos seus direitos e prerrogativas estatutárias;
- seja sindicalizado há pelo menos seis meses.

§ 1º -

§ 2º -

é vedada a outorga de procuração quando houver mais de uma chapa registrada. O voto de pessoa jurídica associada, será exercido por pessoa devidamente credenciada.

SEÇÃO IV

Da Mesa Eleitoral

Art. 49 - A Mesa Eleitoral, que terá funções de dirigir a Assembleia de eleição, recebendo e apurando os votos, será constituída de um presidente, dois mesários e um suplente, designados pelo Presidente do Sindicato dez dias antes do pleito.

Parágrafo único - Os trabalhos da Mesa Eleitoral poderão ser acompanhados por um fiscal de cada chapa registrada, designado pelo respectivo candidato à presidência e escolhido dentre os eleitores.

Art. 50 - Não poderão ser nomeados para comporem a Mesa Eleitoral:

- os candidatos, seus cônjuges e parentes, até o segundo grau;
- os membros da Diretoria e Conselho Fiscal.

Se, por qualquer razão, tiver que se ausentar o Presidente da Mesa, este designará um dos mesários para substituí-lo, de tal modo que sempre haja quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral.

§ 1º -

A Mesa Eleitoral deverá estar com a sua composição completa aos atos de abertura e de encerramento da votação.

§ 2º -

Não comparecendo o Presidente da Mesa Eleitoral até a hora determinada para início da votação, assumirá a presidência o primeiro mesário e, na sua falta ou impedimento, o segundo mesário e, na falta deste, o suplente.

§ 3º -

Podará o mesário, ou o membro da Mesa Eleitoral que assumir a presidência, nomear ad hoc, dentre as pessoas presentes, e observados os impedimentos do artigo 52 os membros que forem necessários para completar a Mesa.

WALDEMAR PACHECO DE OLIVEIRA
Advogado - OAB - RJ - 1.567
Pessoa Jurídica - 119
Frutal - MG - 119

Protocolo: 006494

Reg: 000635

Livro: A4

Folha: 55 Pag: 16

Data: 23/01/1997

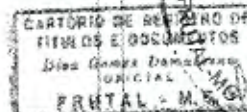
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



Art. 52 - Somente poderão permanecer no espaço reservado à Mesa Eleitoral os seus membros, os fiscais designados, as assessorias requisitadas e, durante o tempo necessário à votação, o eleitor.

Parágrafo único - Nenhuma pessoa estranha à direção da Mesa Eleitoral poderá intervir no seu funcionamento durante os trabalhos de votação e apuração.

SEÇÃO V

Da Votação

Art. 53 - Na hora fixada no edital e tendo considerado o recinto e o material em condições, o Presidente da Mesa Eleitoral declarará iniciados os trabalhos.

Art. 54 - Os trabalhos da votação terão a duração prevista no Edital, mas poderão ser encerrados antecipadamente se já tiverem votado todos os eleitores constantes da lista de votantes.

Art. 55 - A votação será feita pela ordem de apresentação à Mesa, devendo o eleitor, depois de identificar-se, assinar a folha de votantes.

Art. 56 - Votação em separado os eleitores cujos votos forem impugnados e os que, embora em condições de votar, não constarem da lista de votantes.

Parágrafo único - O voto, quando em separado, será tomado em sobrecarta, em cujo anverso se anotarão as razões do fato.

Art. 57 - A hora determinada no edital para encerramento da votação, havendo no recinto eleitores a votar, serão estes convidados em voz alta a fazerem entrega ao Presidente da Mesa Eleitoral de documento de identificação, prosseguindo os trabalhos até que se chame para votar o último deles, quando será imediatamente encerrada a votação e se dará início aos trabalhos de apuração.

SEÇÃO VI

Do Quorum

Art. 58 - A eleição será válida se participarem da votação cinquenta por cento ou mais dos eleitores.

Parágrafo único - Em caso de chapa única, a eleição será válida se dela participarem, pelo menos, vinte e cinco por cento dos eleitores em condições de voto.

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 56 Pag: 17
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG

CARTÓRIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
D.ª CUNHA PACHECO JÚNIOR
OAB/MG
FRUTAL - M.G.

- Art. 59 - Não sendo atingido o quorum para eleição válida, até a hora prevista para o encerramento da votação o Presidente da Mesa Eleitoral, fará inutilizar as cédulas e sobrecartas, sem as abrir e encerrará os trabalhos, lavrando-se a ata respectiva.
- Parágrafo único - Neste caso, o Presidente do Sindicato procederá de igual forma ao que está previsto no artigo 43

SEÇÃO VII

Da Apuração

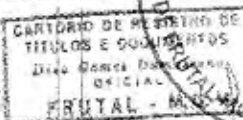
- Art. 60 - Atingido o quorum necessário, proceder-se-á a abertura da urna e a contagem dos votos.
- Parágrafo único - Os votos em separado, desde que decidida sua apuração, serão computados para efeito de quorum.
- Art. 61 - Contadas as cédulas da urna, a Mesa Eleitoral verificará se seu número coincide, com o da lista de votantes.
- § 1º - Se o número de cédulas for igual ou inferior ao de votantes que assinaram a respectiva lista, far-se-á a apuração.
- § 2º - Se o total de cédulas for superior ao da respectiva lista de votantes, proceder-se-á a apuração, descontando-se dos votos atribuídos à chapa mais votada o número de votos equivalentes às cédulas em excesso, desde que esse número seja inferior à diferença entre as duas chapas mais votadas.
- § 3º - Examinar-se-ão um a um os votos em separado, decidindo a Mesa Eleitoral, em cada caso, pela sua admissão ou rejeição.
- § 4º - Apresentando a cédula qualquer sinal, rasura ou dizer suscetível de identificar o eleitor, ou tendo este assinalado duas ou mais chapas, o voto será anulado.
- Art. 62 - Sempre que houver protesto fundado em contagem errônea de votos, vícios de sobrecartas ou de cédulas, deverão estas ser conservadas em invólucro lacrado, que acompanhará o processo eleitoral até decisão final.
- Parágrafo único - Havendo ou não protestos, as cédulas apuradas ficarão sob guarda do Presidente da Mesa Eleitoral, até proclamação final do resultado, a fim de assegurar eventual recontagem de votos.
- Art. 63 - Assiste ao eleitor o direito de formular, perante a Mesa, qualquer protesto referente a apuração.
- § 1º - O protesto poderá ser verbal ou por escrito, devendo, neste último caso, ser anexado a ata dos trabalhos.

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 57 Pag: 18
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



- § 2º - Não sendo o protesto verbal ratificado no curso dos trabalhos, sob forma escrita, dele não se tomará conhecimento.
- Art. 64 - Finda a apuração, ressalvado o disposto no artigo 67, o Presidente da Mesa Eleitoral proclamará eleita a chapa que obtiver maior número de votos e elaborará, de imediato, a respectiva ata, encerrando os trabalhos.
- § 1º - A ata mencionará obrigatoriamente:
- I - dia e hora da abertura e de encerramento dos trabalhos de apuração;
 - II - local em que funcionou a Mesa Eleitoral, com os nomes dos respectivos componentes;
 - III - resultado geral da apuração, especificando o número de associados em condições de voto, total de votantes, número de votos em separado, apurados ou não, cédulas apuradas, votos atribuídos a cada chapa, votos em branco e votos nulos;
 - IV - apresentação ou não de protestos, fazendo-se, em caso afirmativo, resumo de cada protesto escrito formulado perante a Mesa;
 - V - todas as demais ocorrências relacionadas com a apuração.
- § 2º - A ata será assinada pelo Presidente, demais membros da mesa e fiscais, esclarecendo-se o motivo da eventual falta de qualquer assinatura.
- Art. 65 - Se a soma dos votos brancos e nulos for superior ao total de votos recebidos pelas chapas concorrentes, não terá validade o resultado, devendo ser convocada nova eleição dentro de dez dias, obedecendo o disposto no Capítulo V.
- Parágrafo único - A convocação prevista neste artigo implicará automática prorrogação do mandato da diretoria até o trigésimo dia da realização da nova eleição.
- Art. 66 - Em caso de empate entre as chapas mais votadas realizar-se a nova eleição dentro do prazo de quinze dias, limitada ela às chapas em questão.
- Parágrafo único - Em caso de empate persistir, será declarada eleita a chapa encabeçada pelo candidato a Presidente mais idoso.

SEÇÃO VIII

Das Nulidades

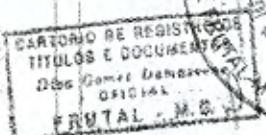
- Art. 67 - Será nula a eleição quando:
- a) realizada em dia, hora e local diversos dos designados no edital, ou encerrados antes da hora determinada, sem que hajam votado todos os eleitores constantes da lista de votantes;

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 58 Pag: 19
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



- b) realizada ou apurada perante Mesa Eleitoral não constituída de acordo com o estabelecido neste Estatuto;
- c) preferida qualquer formalidade essencial estabelecida neste Estatuto, ocasionando subversão do processo eleitoral;
- d) não for observado os prazos constantes do Edital ou deste Estatuto.
- Art. 68 - Será anulável a eleição quando ocorrer vício que comprometa sua legitimidade, importando prejuízo a qualquer candidato ou chapa.
- Art. 69 - Não poderá a nulidade ser invocada por quem lhe deu causa, nem aproveitará o seu responsável.

SEÇÃO IX

Da Comissão Julgadora

- Art. 70 - Com a finalidade de julgar as eventuais impugnações ou recursos, será instituída uma Comissão Julgadora, composta de três elementos indicados pela Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais.
- § 1º - Comissão Julgadora indicada designará entre os seus integrantes, um relator.
- § 2º - A Comissão Julgadora decidirá o processo até quarenta e oito horas após lhe submetido o processo em exame.
- § 3º - A decisão da Comissão Julgadora será formulada por escrito, com a necessária fundamentação, devendo ser subscrita pelos membros que dela participarem.

SEÇÃO X

Das Impugnações

- Art. 71 - O pedido de impugnação de candidatura poderá ser feito no prazo de três dias, por qualquer associado, a contar da publicação das chapas registradas.
- Parágrafo único - O pedido de impugnação devidamente fundamentado será dirigido ao Presidente do Sindicato.
- Art. 72 - Ciente, em dois dias, pelo Presidente do Sindicato, o candidato impugnado terá igual prazo para apresentar contra-razões.
- § 1º - Apresentadas as contra-razões, o Presidente do Sindicato, no prazo de dois dias, submeterá todo o processo, devidamente instruído, à Comissão Julgadora.
- Art. 73 - As impugnações serão decididas em caráter definitivo pela Comissão Julgadora.

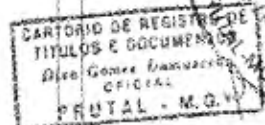
RECEBEMOS EM 2002 DE SOLTEI
40-30402-380-18211-98
Pessoa Física 17-19-1987
10-10-1987-10-10-1987
10-10-1987-10-10-1987

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 59 Pag: 20
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



Art. 74 - Julgada improcedente a impugnação, providenciará o Presidente do Sindicato a afixação de cópias do ato nos locais de votação, em lugar bem visível, para conhecimento dos eleitores.

Parágrafo único - O requerente da chapa, de que fizer parte candidato impugnado, poderá substituí-lo no prazo de vinte e quatro horas, podendo o substituto concorrer ao pleito, se habilitado.

SEÇÃO XI,

Dos Recursos

Art. 75 - O recurso poderá ser interposto, no prazo de cinco dias a contar do término da eleição, por qualquer associado.

Art. 76 - O recurso deverá ser protocolado na sede do Sindicato e dirigido ao seu Presidente.

Art. 77 - Deverá o Presidente do Sindicato anexar a primeira via ao processo eleitoral e encaminhar a segunda via dentro de dois dias, contra recibo, ao recorrido, para em dois dias apresentar contra-razões.

§ 1º - Findo o prazo estipulado, recebidas ou não as contra-razões do recorrido, terá o Presidente do Sindicato dois dias, para instruir o processo e encaminhá-lo à Comissão Julgadora.

Art. 78 - A decisão unânime da Comissão Julgadora é irrecorrível; quando nela houver voto divergente, caberá um último recurso à Assembleia Geral, no prazo de quarenta e oito horas, a contar de sua divulgação.

§ 1º - Para apreciação do recurso, a Assembleia Geral será convocada, nos termos deste estatuto, especialmente para proferir o seu julgamento.

§ 2º - O recurso não suspenderá a posse dos eleitos, salvo se provido por unanimidade e comunicado oficialmente ao sindicato antes da posse.

§ 3º - Se o recurso versar sobre inelegibilidade de candidato eleito, o provimento não implicará suspensão da posse dos demais, exceto se o número destes, incluídos os suplentes, não for bastante para o preenchimento de todos os cargos efetivos.

Art. 79 - Os prazos constantes do Capítulo V, do processo eleitoral serão contados de acordo com o Código de Processo Civil.

SEÇÃO XII

Outras Disposições do Processo Eleitoral

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 60 Pag: 21
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG

CARTÃO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
Das Cidades de Frutal e
Quilombo
FRUTAL - 14.000

- Art. 80 - Compete a Diretoria, dentro de dez dias da realização das eleições e não tendo havido recursos, publicar o resultado da eleição, em edital.
- Art. 81 - A posse dos eleitos ocorrerá na data do término do mandato da administração anterior, prorrogado para o primeiro dia útil.
- Art. 82 - Anuladas as eleições, outras serão realizadas em cento e vinte dias após a publicação da decisão anulatória.
- Parágrafo único - Nesta hipótese, a Diretoria permanecerá em exercício até a posse dos eleitos, com exceção do membro que vier a ser responsabilizado, se for o caso.
- Art. 83 - Ao assumir o cargo o eleito prestará, por escrito e solenemente, o compromisso de respeitar o exercício do mandato, a Constituição, as leis vigentes e o Estatuto do Sindicato.
- Art. 84 - O processo eleitoral será arquivado na sede da entidade, pelo prazo mínimo de três anos.

Capítulo VI,

Disposições Gerais e Transitórias

- Art. 85 - O exercício social corresponderá ao ano civil.
- Art. 86 - O Sindicato, para atingir seus fins, e desempenhar-se das atribuições que lhe incumbem, disporá de serviços próprios, administrativos, jurídicos e outros de caráter técnico-consultivo, definidos e estruturados em Regimento Interno e Regulamento de Pessoal.
- Art. 87 - Autorizada pela Assembleia Geral, a Diretoria poderá determinar a substituição dos registros com forma determinada neste Estatuto por registros informatizados, desde que haja garantia da integral preservação dos mesmos e que sua adoção não fira disposições legais.
- Art. 88 - Este Estatuto, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em reunião realizada em 30/12/96, entrará em vigor a partir desta data.
- Assim para constar lavrou-se a presente ata que lida foi aprovada e assinada pelos presentes.

Artizon Rodrigues da Rezende

Nivaldo Pacheco de Moraes

Fernando Ribeiro Rodrigues

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 61 Pag: 22
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG

Ireny Menezes de Souza
Romeu Rodrigues de Rezende
Luiz Roberto da Cruz
Osvaldo Batista de Mendonça
Mario Alves Pereira
Levy Faltares de Santana
Atílio Paparelli
Luiz Carlos Leonardo
Alessandro Andrade Ferreira
Bedas Constancio da Silva
Sudario Luiz de Paula
Dirceu Lopes Furtado
Heriberto Mendes da Silva
Veldomiro Alves Martins
Euclydes Castanheira Nunes
Ademar Petersen
Euripedes Ribeiro da Silva
Alceu Magalhães Macedo
Rogerio Basso
Donimarques de Souza Alves
Geraldo Brito Franco
Luiz Carlos Alves
Antonio Gonçalves de Oliveira
Romo da Tello

CARTÓRIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
Diva Gomes Damasceno
OFICIAL
FRUTAL - M.G.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE FRUTAL - MG
CERTIDÃO
Declara que foi Registrado sob n.º 635
do Livro A-4, de fls. n.º 409 a 410,
representado no Livro A-6, n.º 6404, de fls. 69
a data de hoje, Day 16, Frutal (MG) 23/01/97
Diva Gomes Damasceno
OFICIAL

WALDEMAR PACHECO DA SILVA
ADVOGADO GERAL DO P.M.
Folha 21.992 - Of. 00.000.000

CARTÓRIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
Diva Gomes Damasceno
OFICIAL
FRUTAL - M.G.

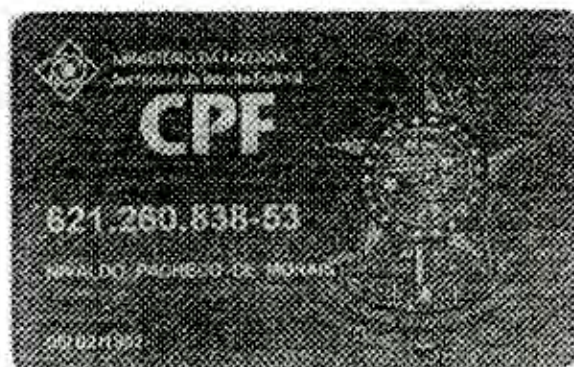
Doa fe. Frutal, 16 de abril de 2019.
Mayara Oliveira Silva - escrevente

Código	Ato	Qtd	Emolumento	ISS	Recompa	TFJ	Total
6501-1	Certidão PJ	1	R\$17,75	R\$0,35	R\$1,07	R\$6,65	R\$25,82
6502-9	Folha Adicional PJ	21	R\$26,25	R\$0,42	R\$1,68	R\$5,67	R\$34,02
Total			R\$44,00	R\$0,77	R\$2,75	R\$12,32	R\$59,84

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça
1º Ofício Registro de Títulos e Documentos - PJ de Frutal/MG
Frutal, MG

Selo Número: CN346512
Código: 3009.0760.8440.5015

Total do selo: 32 - 1 (taxa 46,75 TFJ, 12,57 (taxa avulsa))
Consulte a validade deste Selo no site: <https://www.tjmg.jus.br>



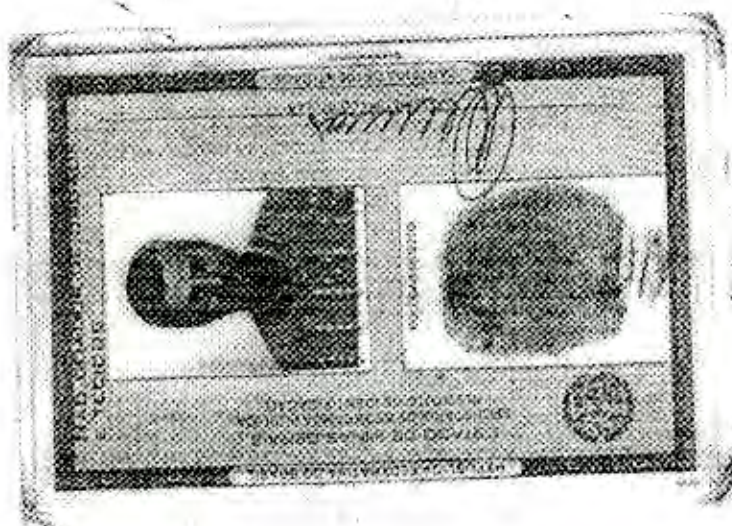
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3471-8838

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia contém com o original exibido em cartório Dou fe
Frustração 08 de 04 de 2019

Em test. de 08 de 04 de 2019

☒ Exibido Nascimento de Agente - Exatidão verificada
☐ Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3471-8838

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia contém com o original exibido em cartório Dou fe
Frustração 08 de 04 de 2019

Em test. de 08 de 04 de 2019

☒ Exibido Nascimento de Agente - Exatidão verificada
☐ Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.254.420/0001-10 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 15/10/2009
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO VOLUNTARIA DE COMBATE AO CANCER DE FRUTAL-AVCC FRUTAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AVCC FRUTAL			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 87.11-5-04 - Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV RIO DE JANEIRO	NÚMERO 1079	COMPLEMENTO FUNDOS;	
CEP 38.200-000	BAIRRO/DISTRITO NOSSA SENHORA APARECIDA	MUNICÍPIO FRUTAL	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO AVCCFRUTAL@HOTMAIL.COM		TELEFONE (34) 9974-0846	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/10/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL +			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 05/10/2017 às 14:53:23 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Ata da Reunião Extraordinária da Associação Voluntária de Combate ao Câncer -AVCC - de Frutal, MG para a Eleição da Nova Diretoria para o Biênio 2017/2019. À 18:45h do dia 11 de maio de 2017, na sede da AVCC, situada na Avenida Rio de Janeiro 1079 fundos e pela Rua Pirajuba nº960, Bairro Nossa Senhora Aparecida, em Frutal, MG, reuniram-se os voluntários que assinam em folha separada desta, num total de 27(vinte e sete) voluntários presentes. Iniciando a pauta do dia a presidente Elisete Maria Martins solicitou a leitura da Oração dos Voluntários, cumprimentou e agradeceu a presença de todos e agradeceu à equipe que esteve junto a ela na coordenação desta instituição no biênio 2015/2017 que se encerra. Prosseguindo iniciou o processo de eleição em voto secreto e a chapa única foi eleita com 100% de aprovação, ficando assim definida a nova diretoria: **PRESIDENTE:** ELIANA ALICE LIMA SILVA - brasileira, solteira, professora - RG M-995.310 SSP/MG, CPF 463.371.726-04, residente a Rua Olavo Bilac, 462-Bairro Nossa Senhora Aparecida-FRUTAL/MG, CEP 38200-000.; **1ª VICE PRESIDENTE:** GISLENE MARIA DA SILVA, RG MG 5855289 SSP/MG, CPF 787.942.936-00 residente a Rua Capinópolis, 550, FRUTAL/MG, CEP 38.200-000., funcionária Pública, data de nascimento 26.03.1971, solteira; **2ª VICE PRESIDENTE:** NAYARA ANDRADE PAIVA; RG MG. 12.651.353 SSP/MG CPF 089.589.096-84, residente a Rua Capitão Benjamin Alves de Brito, 205, Bairro FRUTAL-MG., Administradora de Empresas, data de nascimento : 28/07/1987, solteira; **1ª SECRETÁRIA:** MARY LUCY BATISTA MENEZES, casada, brasileira, Empresária, RG 13238291 SSP/SP, CPF 427.839.096-34, residente a Avenida Brasil, 332-Bairro Nossa Senhora do Carmo-FRUTAL/MG-CEP 38.200.000. **2ª SECRETARIA:** CÁTIA ALVES PEREIRA, casada, brasileira, Auxiliar Administrativo Financeiro, RG M.7.883.002, CPF 002.701.906-35, residente a Rua Arédio Santana de Andrade, 1250, Bairro Alto Boa Vista, FRUTAL/MG, CEP 38.200-000, **1ª TESOUREIRA:** ELISÉTE MARIA MARTINS, brasileira, solteira, Auxiliar Administrativa, RG MG 1.020.056 SSP/MG, CPF 361.877.556-34, residente a Rua João Pinheiro, 461, centro, FRUTAL/MG, CEP 38.200-000, nascida em 16/02/1960.; **2ª TESOUREIRA:** ROSANGELA PAULA ASSUNÇÃO, RG MG.3.517.477 SSP/MG, CPF 638.221.136-20, com endereço Rua Minas Gerais 493, FRUTAL/MG., CEP 38.200-000, contabilista, nascida em 22.07.1966, solteira, **CONSELHO FISCAL:** IVONE ANDRADE O. DE OLIVEIRA, RG 24.386.784-0 SSP/SP, CPF 449.267.236-20, endereço Rua Deraldo Alves de Almeida, 165, Bairro Princesa Isabel II, FRUTAL/MG, CEP 38.200.000, Vendedora, casada; **CONSELHO FISCAL** ADÃO INÁCIO TORRES, RG M5.215.437 SSP/MG, CPF. 740.937.686-34, com endereço a Rua João Heitor de Assunção, 227, bairro Nossa Senhora do Carmo, FRUTAL/MG, policial militar, casado, **CONSELHO FISCAL:** ELSON JOSÉ OLIVEIRA, brasileiro, casado, mecânico de manutenção, RG 23.029.829-1 SSP/SP, CPF 496.520.446-87, residente Rua Deraldo Alves de Almeida, 165, Princesa Isabel II, FRUTAL/MG, CEP 38.200-000. MIRIA MARLI BATISTA JULIANO Conselho fiscal, brasileira, casada, empresária, RG 129.52.856 SSP/SP, CPF 446.381.086-87 residente a Rua Casemiro de Abreu, 457, Bairro Alto Boa Vista, FRUTAL/MG, CEP 38.200-000; **SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL:** UANDERSON PEREIRA MENEZES, -casado, brasileiro, contabilista, RG MG7251077 SSP/MG, CPF 718.950.516.49, residente a Rua Arédio Santana de Andrade, 1250, Bairro Alto Boa Vista, FRUTAL/MG, CEP 38.200-000; REINÉRIO DO CARMO LEONEL, casado, brasileiro, eletricitista, RG M938195 SSP/MG, CPF 191.695.586-04, residente a Rua Princesa Isabel 371, Bairro Princesa Isabel, FRUTAL/MG, CEP 338.200-000, e BENEDITO APª SOARES OLIVEIRA, CPF 045.726.438-14, RG: 11.086.973 SSP/SP, eletricitário, casado, residente Rua Wiron de Paula Gomes, 367, Bairro FRUTAL/MG., data nascimento; 01/09/1963. Em continuidade à pauta a presidente em exercício deu posse à nova diretoria e, em seguida, enalteceu cada voluntário com suas atribuições, dons e capacidades e presenteou com orquídeas a secretária da Instituição, Ione, em agradecimento à disponibilidade e presteza demonstrados durante sua gestão; a presidente eleita, Eliana Alice, cumprimentando-a em nome de toda equipe e

Eliana Alice Lima Silva
Lucia do Carmo Oliveira Silva



colocando-se à disposição no que se fizer necessário. Finalmente, sorteu uma orquídea entre os presentes numa homenagem simbólica a todos e a voluntária Luzia Lacerda foi contemplada. A seguir passou a palavra à nova presidente Eliana Alice que agradeceu a confiança depositada em sua pessoa, pediu ajuda, cooperação, união, paciência, apoio em decisões as mais diversas, parceria e humildade sem distinção destacando que todos somos voluntários, temos defeitos, somos propensos a erros e devemos procurar juntos os acertos. Tendo suas palavras reforçadas pelas vices Gislene e Nayara, que também agradeceram a todos pelo êxito da votação. A próxima reunião da equipe será dia 18 de maio. Nada mais havendo a tratar, lavro e assino. Frutal, 11 de maio de 2017. Lucia do Carmo Oliveira Silva, juntamente com a presidente empossada ELIANA ALICE LIMA SILVA.

Eliana Alice Lima Silva
Lucia do Carmo Oliveira Silva

Registro de Títulos e Documentos e PJ de Frutal/MG					
CNPJ: 02.186.218/0001-08					
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro					
Fone: (34)3421-2766					
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR -					
PROTOCOLO Nº 28342					
REG Nº 3064 - LIV A-48 - PÁG 260 -AV Nº 2					
Frutal, MG, 24 de agosto de 2017.					
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR - Oficial					
Parcela	Despesas	Emolumento	Recompe	TFJ	Total
Valor		123,39	7,37	43,55	174,31

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça
1º Ofício Registro de Títulos e Documentos e PJ de Frutal/MG

Selo Número: BNE92518
Código: 0718.0078.5404.7061

Total de atos: 7 / Emol: 130,76 TFE: 43,55 Total: 174,31

Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAR
PRINCÍPIO DE SETEMBRO, 215 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8836

AUTENTICAÇÃO

A presente certidão contém uma cópia autêntica em cartório de 01 de 01

Frutal, 22 de 09 de 2019

Em test. de 01 de 09 de 2019

☒ Seção Notarial de Igual - Extratores notariais

☐ Mesa do R. Andradão - Extratores notariais





207

ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER AVCC - FRUTAL

ESTATUTO

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Artigo 1º - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL, designada pela sigla **AVCC**, fundada em 16 de maio de 2009, com sede à Avenida Rio de Janeiro, 1079 - Fundos no Bairro Nossa Senhora Aparecida na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, é uma associação civil, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado.

Artigo 2º - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC), tem por finalidade a luta social no combate ao Câncer, com atividades administrativas e operacionais sob a responsabilidade de sua Diretoria Executiva, constituída em conformidade com o disposto no presente Estatuto, cuja, exequibilidade do serviço dar-se-á mediante o desempenho do Corpo de voluntários devidamente credenciados pela entidade.

Artigo 3º - Subdividir-se-ão, recursos técnicos e humanos que serão canalizados ao "Núcleo de Apoio" a serem instalados na Unidade Hospitalar São Judas Tadeu e Ambulatório Antenor Duarte Vilela, que dentre as suas atividades de rotina, abram espaço a Oncologia e suas diversas especializações, voltadas aos pacientes portadores de Câncer e outras necessidades, cujas diretorias manifestem interesse em contar com os serviços prestados pela AVCC.

Artigo 4º - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC) terá um Regimento Interno que, aprovado pela Diretoria, disciplinará o seu funcionamento.

Artigo 5º - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC), para cumprir suas finalidades, poderá se organizar em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, todas obedecendo este Estatuto e o Regimento Interno.

Parágrafo Único - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC) poderá criar também unidades de prestação de serviços visando a sua auto-sustentação, utilizando-se de todos os meios lícitos, aplicando o seu resultado operacional integralmente no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Artigo 6º - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC) é constituído por número ilimitado de associados denominados **VOLUNTÁRIOS**, maiores de 18 (dezoito) anos, de reconhecida idoneidade moral, admitidos mediante proposta subscrita por um Voluntário, e aprovada pela Diretoria em reunião ordinária;

Artigo 7º - O desligamento do associado voluntário ocorrerá:

- I) Por motivo de falecimento, de interdição e por ausência, na forma da lei civil;
- II) Voluntariamente, por requerimento escrito dirigido ao presidente;
- III) Compulsoriamente, nos termos do artigo 8º deste Estatuto.

Artigo 8º - O associado voluntário que infringir as normas deste Estatuto ou praticar ato que venha a prejudicar ou colocar em risco a existência, estrutura física ou moral, objetivos, e bom

Sede: Avenida Rio de Janeiro, 1079 - Fundos - Bairro N. Sra. Aparecida - Frutal/MG

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (31) 3421-2636

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o
original exibido em cartório Dou M

Exatidão 28 de 03 de 2019

Em 1987 de 03 de 1987

☒ Fez o Nascimento de Aquil - Escrivânia Habitual

☐ Maria Ap. R. Andrade - Escrivânia Habitual





ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER AVCC - FRUTAL

desenvolvimento e funcionamento da ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC) será passível de condenação nas seguintes penas:

- I) Advertência, verbal ou por escrito;
- II) Suspensão das atividades sociais pelo prazo de 10 (dez) a 30 (trinta) dias;
- III) Eliminação do quadro social.
- IV) O associado terá obrigação de comparecer no seu local de trabalho de acordo com a necessidade determinada pela Diretoria. Na omissão deste seu dever será de início advertido verbalmente no prazo de quinze (15) dias contados da sua falta; persistindo a sua omissão, será advertido por escrito no prazo de trinta (30) dias, contados da referida falta e ainda, persistindo o fato, será então eliminado do quadro social no prazo de sessenta (60) dias, contados também da mencionada falta. Qualquer outra violação do estatuto pelo associado, terá o mesmo procedimento e prazos quanto à sua notificação da pena aplicada.
- V) O associado que tiver duas (02) reclamações provenientes da Ouvidoria da Fundação Pio XII, será automaticamente excluído do quadro social
- VI) O associado que necessitar de afastamento das suas obrigações por justa causa, deverá notificar, por escrito e contra recibo, tal fato à Presidência da associação, justificando o afastamento. Se porventura, o afastamento superar o prazo de sessenta (60) dias, o associado deverá renovar a sua notificação à Presidência.
- 1º) Referidas penas serão aplicadas e fiscalizadas na sua execução pela Diretoria, precisamente na ordem crescente de sua severidade em equivalência com a gravidade do ato praticado pelo associado infrator;
- 2º) O associado será notificado pela Presidência, pessoalmente e por escrito, contra recibo ou protocolo, da pena que lhe foi aplicada. A presidência deverá notificá-lo no prazo de dez (10) dias do conhecimento da sua violação à norma estatutária.
- 3º) Caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, para a Assembléia Geral, pelo associado infrator punido com a pena de eliminação do quadro social;
- 4º) As demais penas poderão ser objeto de recurso, no mesmo prazo, para a própria Diretoria.

Artigo 9º - São direitos do associado VOLUNTÁRIO:

- I) Votar para cargos eletivos a partir da sua admissão e ser votado para os mesmos cargos após o prazo de carência de 02 (dois) anos da sua admissão.
- II) Participar das Assembléias Gerais;
- III) Propor para a Diretoria a admissão de novos associados;
- IV) Apresentar à Diretoria, sugestões que tenham por objetivo o progresso da ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER no seu funcionamento e desenvolvimento, bem como denunciar qualquer resolução que fira as suas normas estatutárias e regimentais.

Artigo 10º - São deveres do associado VOLUNTÁRIO:

- I) Manter conduta social e moral ilibadas;



ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CANCER AVCC - FRUTAL

- II) Comparecer nas Assembleias Gerais, delas participando e acatando as suas decisões;
- III) Desempenhar com amor e probidade os cargos para o qual foi eleito ou indicado e as tarefas que lhe forem confiadas;
- IV) Cumprir e respeitar as normas do presente Estatuto, do Regimento Interno e acatar as determinações da Diretoria, zelando pelo decoro e bom nome da ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL.
- V) Levar ao conhecimento da Diretoria todos os fatos que possam prejudicar a existência, a estrutura física e moral, e o bom funcionamento e desenvolvimento da ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC).

Artigo 11º - Os associados voluntários não respondem nem mesmo subsidiariamente pelos encargos da ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER (AVCC).

CAPITULO III - DOS COLABORADORES

Artigo 12º - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE BARRETOS (AVCC) manterá um quadro de colaboradores efetivos e eventuais, formado por pessoas que, sem os direitos dos voluntários, queiram auxiliar na manutenção das despesas, sustentação e desenvolvimento dos programas, projetos, atividades e tarefas da associação.

- 1º) Entende-se como colaborador efetivo aquele que se inscreva para contribuir, de forma periódica e constante, com recursos financeiros, de acordo com critérios estabelecidos pela Diretoria;
- 2º) Colaborador eventual é todo aquele que, ocasionalmente, colabora financeiramente ou auxilia, voluntária e gratuitamente, na realização das atividades da ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER (AVCC).

CAPITULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13º - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER (AVCC) será administrada:

- I) Pela Diretoria;
- II) Pelo Conselho Fiscal.
- III) Pela Assembleia Geral.



Artigo 14º - A Assembleia Geral, órgão soberano da vontade social, constituir-se-á de todos os voluntários.

Artigo 15º - Compete à Assembleia Geral:

- I) Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRINCIPAL DE SETEMBRO 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (341) 3421-8630

AUTENTICAÇÃO

A presente xerox contém cópia do
original exibido em Cartão Dou 10

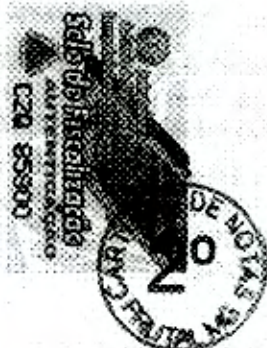
Fluorim 28 de 03 de 2013

Em José

Assinatura de Assinatura

☒ Estado Residência de água - Escrever no verso

☐ Estado de R. Arreada - Escrever no verso





ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CANCER AVCC - FRUTAL

- II) Decidir sobre as reformas do Estatuto e resolver casos omissos;
- III) Destituir membros da Diretoria e do Conselho Fiscal se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada;
- IV) Decidir sobre as contas anuais da ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC);
- V) Decidir sobre a extinção da ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC);
- VI) Decidir sobre a aquisição, permuta, alienação ou imposição de direitos reais, de gozo ou de garantia, no respeitante aos bens imóveis;
- VII) Decidir, em grau de recurso, os atos da Diretoria, inclusive sobre a pena de eliminação de associado.

Inciso 1º - Os voluntários que se candidatarem para o cargo de presidente, deverão apresentar seu nome, 15 (quinze) dias antes da assembleia geral da eleição, para conhecimento de todo o corpo de voluntários, fica deliberado que nas eleições, o voto será secreto.

Parágrafo único - Para as deliberações a que se referem os incisos II, III E VI, é exigido o voto concorde de dois terços dos associados presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Artigo 16º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente:

- I) Uma vez por ano, no mês de janeiro, para apreciar o relatório anual da Diretoria e discutir e homologar, ou não, as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal, no alusivo ao ano imediatamente anterior;
- II) Uma vez cada 2 (dois) anos, no mês de maio, para a eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Parágrafo único - A Assembleia Geral Ordinária será instalada pelo presidente da ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC) e será presidida e secretariada por dois associados voluntários presentes, indicados pela Assembleia.

Artigo 17º - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente quando convocada:

- i) Pela Diretoria;
- II) Pelo Conselho Fiscal;
- III) Por requerimento de pelo menos 1/5 (um quinto) dos voluntários.

Artigo 18º - A convocação da Assembleia Geral será feita por edital, afixado na sede social e publicado na imprensa local, com a antecedência mínima de 7 (sete) dias, e que será assinado pelo Presidente ou, se for o caso, por todos os associados ou conselheiros que a convocarem.

Parágrafo único - A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a maioria dos Voluntários e, em segunda convocação, 1/2 (meia) hora mais tarde, com qualquer número de associados presentes.

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
PILITAI - MG FONE (31) 3421-2938

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia contém com o
original exibido em cartório Odu te
Frustrado 28 de 03 de 2019

Em 2019

[Assinatura]

☒ Exatidão do documento - Exatidão material

☐ Nota Ap. R. Andrade - Escritório Autêntico





ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CANCER
AVCC - FRUTAL

Artigo 19º - A Diretoria será constituída pelo Presidente, 2 (dois) vice-presidentes, 2 (dois) Tesoureiros, 2 (dois) secretários.

- 1º) O mandato da Diretoria será de 2 (dois) anos, não podendo haver reeleição para um mesmo cargo;
- 2º) No caso de vacância dos cargos de vice-presidente, Tesoureiros ou Secretários por qualquer motivo, a substituição ocorrerá por indicação da Diretoria.
- 3º) Os cargos da Diretoria Executiva só poderão ser preenchidos por voluntários da cidade de Frutal.

Artigo 20º - Compete à Diretoria:

- I) Elaborar o programa anual das atividades e executá-lo;
- II) Elaborar e apresentar à Assembléia Geral Ordinária o relatório anual, as contas e o balanço financeiro;
- III) Entrosar-se com as pessoas jurídicas de direito público ou privado para a mútua colaboração nas atividades de interesse comum;
- IV) Aprovar a contratação e demissão de empregados;
- V) Aplicar aos voluntários infratores as penalidades previstas neste Estatuto;
- VI) Decidir sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens móveis.
- VII) Aprovar o Regimento Interno e suas alterações;

Artigo 21º - A Diretoria reunir-se-á 1 (uma) vez por mês ordinariamente e, se necessário, em caráter extraordinário em qualquer oportunidade, sempre com a presença, de no mínimo, de 5 (cinco) diretores:

- I) As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto da maioria dos diretores presentes e, no caso de empate, este será resolvido pelo voto de Minerva do Presidente da reunião;
- II) Não comparecendo na reunião o Presidente e o vice-presidente, ela será presidida pelo 1º Secretário.

Artigo 22º - Compete ao Presidente:

- I) Representar a **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE BARRETOS**, ativa, passiva, judicial e extra-judicialmente;
- II) Convocar e presidir as reuniões de Diretoria;
- III) Convocar a Assembléia Geral Ordinária e a Assembléia Geral Extraordinária para os objetivos do artigo 15 deste Estatuto;
- IV) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- V) Presidir a Assembléia Geral Extraordinária;
- VI) Instalar a Assembléia Geral Ordinária;
- VII) Contratar e demitir os empregados, após aprovação da Diretoria;



ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CANCER AVCC - FRUTAL

- VIII) Assinar com o Secretário todo o expediente da Secretaria, sobretudo a ata da reunião de Diretoria e da Assembléia Geral Extraordinária;
- IX) Assinar com o Tesoureiro todo o expediente da Tesouraria, sobretudo cheque, título de crédito de qualquer outra natureza, o balanço anual, o balancete mensal, e o relatório financeiro, e, ainda, autorizar as despesas da **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC)**.
- X) Presidir as reuniões administrativas, festivas e comemorativas.

Artigo 23º - Compete ao Vice-Presidente:

- I) Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos;
- II) Colaborar com o Presidente no exercício das suas funções;
- III) Assumir o cargo de Presidente, até o final do respectivo mandato, no caso da sua vacância.

Artigo 24º - Compete ao 1º Secretário:

- I) Secretariar as reuniões de Diretoria e a Assembléia Geral Extraordinária, redigindo as respectivas atas;
- II) Publicar todas as notícias da **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE BARRETOS**, pertinentes às suas atividades e de seu interesse;
- III) Organizar e manter em ordem o registro geral dos voluntários, e colaboradores;
- IV) Ter sob a sua guarda, responsabilidade e zelo todos os livros, documentos e arquivos, no respeitante às funções da Secretaria;
- V) Assumir provisoriamente a Presidência, nos casos de ausência ou impedimento concomitante do Presidente e do Vice-Presidente;
- VI) Assinar o expediente da Secretaria juntamente com o Presidente.

Cartório de Registro de Imóveis
2º Ofício - 2ª Seção - 208 900-110
Rua da Liberdade, 100 - Centro - Curitiba - PR
Fone: (41) 324-1100 - 324-1101
324-1102 - 324-1103
324-1104 - 324-1105
324-1106 - 324-1107
324-1108 - 324-1109
324-1110 - 324-1111
324-1112 - 324-1113
324-1114 - 324-1115
324-1116 - 324-1117
324-1118 - 324-1119
324-1120 - 324-1121
324-1122 - 324-1123
324-1124 - 324-1125
324-1126 - 324-1127
324-1128 - 324-1129
324-1130 - 324-1131
324-1132 - 324-1133
324-1134 - 324-1135
324-1136 - 324-1137
324-1138 - 324-1139
324-1140 - 324-1141
324-1142 - 324-1143
324-1144 - 324-1145
324-1146 - 324-1147
324-1148 - 324-1149
324-1150 - 324-1151
324-1152 - 324-1153
324-1154 - 324-1155
324-1156 - 324-1157
324-1158 - 324-1159
324-1160 - 324-1161
324-1162 - 324-1163
324-1164 - 324-1165
324-1166 - 324-1167
324-1168 - 324-1169
324-1170 - 324-1171
324-1172 - 324-1173
324-1174 - 324-1175
324-1176 - 324-1177
324-1178 - 324-1179
324-1180 - 324-1181
324-1182 - 324-1183
324-1184 - 324-1185
324-1186 - 324-1187
324-1188 - 324-1189
324-1190 - 324-1191
324-1192 - 324-1193
324-1194 - 324-1195
324-1196 - 324-1197
324-1198 - 324-1199
324-1200 - 324-1201
324-1202 - 324-1203
324-1204 - 324-1205
324-1206 - 324-1207
324-1208 - 324-1209
324-1210 - 324-1211
324-1212 - 324-1213
324-1214 - 324-1215
324-1216 - 324-1217
324-1218 - 324-1219
324-1220 - 324-1221
324-1222 - 324-1223
324-1224 - 324-1225
324-1226 - 324-1227
324-1228 - 324-1229
324-1230 - 324-1231
324-1232 - 324-1233
324-1234 - 324-1235
324-1236 - 324-1237
324-1238 - 324-1239
324-1240 - 324-1241
324-1242 - 324-1243
324-1244 - 324-1245
324-1246 - 324-1247
324-1248 - 324-1249
324-1250 - 324-1251
324-1252 - 324-1253
324-1254 - 324-1255
324-1256 - 324-1257
324-1258 - 324-1259
324-1260 - 324-1261
324-1262 - 324-1263
324-1264 - 324-1265
324-1266 - 324-1267
324-1268 - 324-1269
324-1270 - 324-1271
324-1272 - 324-1273
324-1274 - 324-1275
324-1276 - 324-1277
324-1278 - 324-1279
324-1280 - 324-1281
324-1282 - 324-1283
324-1284 - 324-1285
324-1286 - 324-1287
324-1288 - 324-1289
324-1290 - 324-1291
324-1292 - 324-1293
324-1294 - 324-1295
324-1296 - 324-1297
324-1298 - 324-1299
324-1300 - 324-1301
324-1302 - 324-1303
324-1304 - 324-1305
324-1306 - 324-1307
324-1308 - 324-1309
324-1310 - 324-1311
324-1312 - 324-1313
324-1314 - 324-1315
324-1316 - 324-1317
324-1318 - 324-1319
324-1320 - 324-1321
324-1322 - 324-1323
324-1324 - 324-1325
324-1326 - 324-1327
324-1328 - 324-1329
324-1330 - 324-1331
324-1332 - 324-1333
324-1334 - 324-1335
324-1336 - 324-1337
324-1338 - 324-1339
324-1340 - 324-1341
324-1342 - 324-1343
324-1344 - 324-1345
324-1346 - 324-1347
324-1348 - 324-1349
324-1350 - 324-1351
324-1352 - 324-1353
324-1354 - 324-1355
324-1356 - 324-1357
324-1358 - 324-1359
324-1360 - 324-1361
324-1362 - 324-1363
324-1364 - 324-1365
324-1366 - 324-1367
324-1368 - 324-1369
324-1370 - 324-1371
324-1372 - 324-1373
324-1374 - 324-1375
324-1376 - 324-1377
324-1378 - 324-1379
324-1380 - 324-1381
324-1382 - 324-1383
324-1384 - 324-1385
324-1386 - 324-1387
324-1388 - 324-1389
324-1390 - 324-1391
324-1392 - 324-1393
324-1394 - 324-1395
324-1396 - 324-1397
324-1398 - 324-1399
324-1400 - 324-1401
324-1402 - 324-1403
324-1404 - 324-1405
324-1406 - 324-1407
324-1408 - 324-1409
324-1410 - 324-1411
324-1412 - 324-1413
324-1414 - 324-1415
324-1416 - 324-1417
324-1418 - 324-1419
324-1420 - 324-1421
324-1422 - 324-1423
324-1424 - 324-1425
324-1426 - 324-1427
324-1428 - 324-1429
324-1430 - 324-1431
324-1432 - 324-1433
324-1434 - 324-1435
324-1436 - 324-1437
324-1438 - 324-1439
324-1440 - 324-1441
324-1442 - 324-1443
324-1444 - 324-1445
324-1446 - 324-1447
324-1448 - 324-1449
324-1450 - 324-1451
324-1452 - 324-1453
324-1454 - 324-1455
324-1456 - 324-1457
324-1458 - 324-1459
324-1460 - 324-1461
324-1462 - 324-1463
324-1464 - 324-1465
324-1466 - 324-1467
324-1468 - 324-1469
324-1470 - 324-1471
324-1472 - 324-1473
324-1474 - 324-1475
324-1476 - 324-1477
324-1478 - 324-1479
324-1480 - 324-1481
324-1482 - 324-1483
324-1484 - 324-1485
324-1486 - 324-1487
324-1488 - 324-1489
324-1490 - 324-1491
324-1492 - 324-1493
324-1494 - 324-1495
324-1496 - 324-1497
324-1498 - 324-1499
324-1500 - 324-1501
324-1502 - 324-1503
324-1504 - 324-1505
324-1506 - 324-1507
324-1508 - 324-1509
324-1510 - 324-1511
324-1512 - 324-1513
324-1514 - 324-1515
324-1516 - 324-1517
324-1518 - 324-1519
324-1520 - 324-1521
324-1522 - 324-1523
324-1524 - 324-1525
324-1526 - 324-1527
324-1528 - 324-1529
324-1530 - 324-1531
324-1532 - 324-1533
324-1534 - 324-1535
324-1536 - 324-1537
324-1538 - 324-1539
324-1540 - 324-1541
324-1542 - 324-1543
324-1544 - 324-1545
324-1546 - 324-1547
324-1548 - 324-1549
324-1550 - 324-1551
324-1552 - 324-1553
324-1554 - 324-1555
324-1556 - 324-1557
324-1558 - 324-1559
324-1560 - 324-1561
324-1562 - 324-1563
324-1564 - 324-1565
324-1566 - 324-1567
324-1568 - 324-1569
324-1570 - 324-1571
324-1572 - 324-1573
324-1574 - 324-1575
324-1576 - 324-1577
324-1578 - 324-1579
324-1580 - 324-1581
324-1582 - 324-1583
324-1584 - 324-1585
324-1586 - 324-1587
324-1588 - 324-1589
324-1590 - 324-1591
324-1592 - 324-1593
324-1594 - 324-1595
324-1596 - 324-1597
324-1598 - 324-1599
324-1600 - 324-1601
324-1602 - 324-1603
324-1604 - 324-1605
324-1606 - 324-1607
324-1608 - 324-1609
324-1610 - 324-1611
324-1612 - 324-1613
324-1614 - 324-1615
324-1616 - 324-1617
324-1618 - 324-1619
324-1620 - 324-1621
324-1622 - 324-1623
324-1624 - 324-1625
324-1626 - 324-1627
324-1628 - 324-1629
324-1630 - 324-1631
324-1632 - 324-1633
324-1634 - 324-1635
324-1636 - 324-1637
324-1638 - 324-1639
324-1640 - 324-1641
324-1642 - 324-1643
324-1644 - 324-1645
324-1646 - 324-1647
324-1648 - 324-1649
324-1650 - 324-1651
324-1652 - 324-1653
324-1654 - 324-1655
324-1656 - 324-1657
324-1658 - 324-1659
324-1660 - 324-1661
324-1662 - 324-1663
324-1664 - 324-1665
324-1666 - 324-1667
324-1668 - 324-1669
324-1670 - 324-1671
324-1672 - 324-1673
324-1674 - 324-1675
324-1676 - 324-1677
324-1678 - 324-1679
324-1680 - 324-1681
324-1682 - 324-1683
324-1684 - 324-1685
324-1686 - 324-1687
324-1688 - 324-1689
324-1690 - 324-1691
324-1692 - 324-1693
324-1694 - 324-1695
324-1696 - 324-1697
324-1698 - 324-1699
324-1700 - 324-1701
324-1702 - 324-1703
324-1704 - 324-1705
324-1706 - 324-1707
324-1708 - 324-1709
324-1710 - 324-1711
324-1712 - 324-1713
324-1714 - 324-1715
324-1716 - 324-1717
324-1718 - 324-1719
324-1720 - 324-1721
324-1722 - 324-1723
324-1724 - 324-1725
324-1726 - 324-1727
324-1728 - 324-1729
324-1730 - 324-1731
324-1732 - 324-1733
324-1734 - 324-1735
324-1736 - 324-1737
324-1738 - 324-1739
324-1740 - 324-1741
324-1742 - 324-1743
324-1744 - 324-1745
324-1746 - 324-1747
324-1748 - 324-1749
324-1750 - 324-1751
324-1752 - 324-1753
324-1754 - 324-1755
324-1756 - 324-1757
324-1758 - 324-1759
324-1760 - 324-1761
324-1762 - 324-1763
324-1764 - 324-1765
324-1766 - 324-1767
324-1768 - 324-1769
324-1770 - 324-1771
324-1772 - 324-1773
324-1774 - 324-1775
324-1776 - 324-1777
324-1778 - 324-1779
324-1780 - 324-1781
324-1782 - 324-1783
324-1784 - 324-1785
324-1786 - 324-1787
324-1788 - 324-1789
324-1790 - 324-1791
324-1792 - 324-1793
324-1794 - 324-1795
324-1796 - 324-1797
324-1798 - 324-1799
324-1800 - 324-1801
324-1802 - 324-1803
324-1804 - 324-1805
324-1806 - 324-1807
324-1808 - 324-1809
324-1810 - 324-1811
324-1812 - 324-1813
324-1814 - 324-1815
324-1816 - 324-1817
324-1818 - 324-1819
324-1820 - 324-1821
324-1822 - 324-1823
324-1824 - 324-1825
324-1826 - 324-1827
324-1828 - 324-1829
324-1830 - 324-1831
324-1832 - 324-1833
324-1834 - 324-1835
324-1836 - 324-1837
324-1838 - 324-1839
324-1840 - 324-1841
324-1842 - 324-1843
324-1844 - 324-1845
324-1846 - 324-1847
324-1848 - 324-1849
324-1850 - 324-1851
324-1852 - 324-1853
324-1854 - 324-1855
324-1856 - 324-1857
324-1858 - 324-1859
324-1860 - 324-1861
324-1862 - 324-1863
324-1864 - 324-1865
324-1866 - 324-1867
324-1868 - 324-1869
324-1870 - 324-1871
324-1872 - 324-1873
324-1874 - 324-1875
324-1876 - 324-1877
324-1878 - 324-1879
324-1880 - 324-1881
324-1882 - 324-1883
324-1884 - 324-1885
324-1886 - 324-1887
324-1888 - 324-1889
324-1890 - 324-1891
324-1892 - 324-1893
324-1894 - 324-1895
324-1896 - 324-1897
324-1898 - 324-1899
324-1900 - 324-1901
324-1902 - 324-1903
324-1904 - 324-1905
324-1906 - 324-1907
324-1908 - 324-1909
324-1910 - 324-1911
324-1912 - 324-1913
324-1914 - 324-1915
324-1916 - 324-1917
324-1918 - 324-1919
324-1920 - 324-1921
324-1922 - 324-1923
324-1924 - 324-1925
324-1926 - 324-1927
324-1928 - 324-1929
324-1930 - 324-1931
324-1932 - 324-1933
324-1934 - 324-1935
324-1936 - 324-1937
324-1938 - 324-1939
324-1940 - 324-1941
324-1942 - 324-1943
324-1944 - 324-1945
324-1946 - 324-1947
324-1948 - 324-1949
324-1950 - 324-1951
324-1952 - 324-1953
324-1954 - 324-1955
324-1956 - 324-1957
324-1958 - 324-1959
324-1960 - 324-1961
324-1962 - 324-1963
324-1964 - 324-1965
324-1966 - 324-1967
324-1968 - 324-1969
324-1970 - 324-1971
324-1972 - 324-1973
324-1974 - 324-1975
324-1976 - 324-1977
324-1978 - 324-1979
324-1980 - 324-1981
324-1982 - 324-1983
324-1984 - 324-1985
324-1986 - 324-1987
324-1988 - 324-1989
324-1990 - 324-1991
324-1992 - 324-1993
324-1994 - 324-1995
324-1996 - 324-1997
324-1998 - 324-1999
324-2000 - 324-2001
324-2002 - 324-2003
324-2004 - 324-2005
324-2006 - 324-2007
324-2008 - 324-2009
324-2010 - 324-2011
324-2012 - 324-2013
324-2014 - 324-2015
324-2016 - 324-2017
324-2018 - 324-2019
324-2020 - 324-2021
324-2022 - 324-2023
324-2024 - 324-2025
324-2026 - 324-2027
324-2028 - 324-2029
324-2030 - 324-2031
324-2032 - 324-2033
324-2034 - 324-2035
324-2036 - 324-2037
324-2038 - 324-2039
324-2040 - 324-2041
324-2042 - 324-2043
324-2044 - 324-2045
324-2046 - 324-2047
324-2048 - 324-2049
324-2050 - 324-2051
324-2052 - 324-2053
324-2054 - 324-2055
324-2056 - 324-2057
324-2058 - 324-2059
324-2060 - 324-2061
324-2062 - 324-2063
324-2064 - 324-2065
324-2066 - 324-2067
324-2068 - 324-2069
324-2070 - 324-2071
324-2072 - 324-2073
324-2074 - 324-2075
324-2076 - 324-2077
324-2078 - 324-2079
324-2080 - 324-2081
324-2082 - 324-2083
324-2084 - 324-2085
324-2086 - 324-2087
324-2088 - 324-2089
324-2090 - 324-2091
324-2092 - 324-2093
324-2094 - 324-2095
324-2096 - 324-2097
324-2098 - 324-2099
324-2100 - 324-2101
324-2102 - 324-2103
324-2104 - 324-2105
324-2106 - 324-2107
324-2108 - 324-2109
324-2110 - 324-2111
324-2112 - 324-2113
324-2114 - 324-2115
324-2116 - 324-2117
324-2118 - 324-2119
324-2120 - 324-2121
324-2122 - 324-2123
324-2124 - 324-2125
324-2126 - 324-2127
324-2128 - 324-2129
324-2130 - 324-2131
324-2132 - 324-2133
324-2134 - 324-2135
324-2136 - 324-2137
324-2138 - 324-2139
324-2140 - 324-2141
324-2142 - 324-2143
324-2144 - 324-2145
324-2146 - 324-2147
324-2148 - 324-2149
324-2150 - 324-2151
324-2152 - 324-2153
324-2154 - 324-2155
324-2156 - 324-2157
324-2158 - 324-2159
324-2160 - 324-2161
324-2162 - 324-2163
324-2164 - 324-2165
324-2166 - 324-2167
324-2168 - 324-2169
324-2170 - 324-2171
324-2172 - 324-2173
324-2174 - 324-2175
324-2176 - 324-2177
324-2178 - 324-2179
324-2180 - 324-2181
324-2182 - 324-2183
324-2184 - 324-2185
324-2186 - 324-2187
324-2188 - 324-2189
324-2190 - 324-2191
324-2192 - 324-2193
324-2194 - 324-2195
324-2196 - 324-2197
324-2198 - 324-2199
324-2200 - 324-2201
324-2202 - 324-2203
324-2204 - 324-2205
324-2206 - 324-2207
324-2208 - 324-2209
324-2210 - 324-2211
324-2212 - 324-2213
324-2214 - 324-2215
324-2216 - 324-2217
324-2218 - 324-2219
324-2220 - 324-2221
324-2222 - 324-2223
324-2224 - 324-2225
324-2226 - 324-2227
324-2228 - 324-2229
324-2230 - 324-2231
324-2232 - 324-2233
324-2234 - 324-2235
324-2236 - 324-2237
324-2238 - 324-2239
324-2240 - 324-2241
324-2242 - 324-2243
324-2244 - 324-2245
324-2246 - 324-2247
324-2248 - 324-2249
324-2250 - 324-2251
324-2252 - 324-2



ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER AVCC - FRUTAL

CAIXA DE ARRECADAR DO 2º TERCEIRO DO 8º MÊS DE
MARÇO DE 2019, em Frutal, 07 de Março de 2019.
Folha 01 de 01. Livro 01 de 01. Série 01.
AUTENTICAÇÃO
A autenticidade desta cópia é garantida pelo
sistema eletrônico de controle de acesso ao
documento, em conformidade com a Lei nº 12.362/2010.
Data de Emissão: 07/03/2019. Hora: 14:05:00.
Assinatura: [Assinatura] - [Assinatura]



- II) Ter sob a sua guarda, vigilância, zelo e responsabilidade todos os documentos, livros e arquivos pertinentes à Tesouraria;
- III) Efetivar as despesas autorizadas pelo Presidente e documentá-las;
- IV) Garantir o acesso e o exame de todos os documentos, livros e arquivos da Tesouraria, em qualquer tempo, ao Presidente e aos membros do Conselho Fiscal;
- V) Recolher em estabelecimento bancário da cidade de Frutal-MG, escolhido pela Diretoria, em conta corrente da **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL**, todo o dinheiro por ele arrecadado;
- VI) Assinar, juntamente com o Presidente expediente da Tesouraria, sobretudo cheque e demais títulos de crédito, balanço anual, balancete mensal e relatório financeiro;
- VII) Elaborar o balancete mensal, o balanço anual e demais relatórios financeiros que serão submetidos, oportuna e respectivamente, à apreciação e decisão do Conselho Fiscal, Diretoria e Assembléia Geral Ordinária, nos termos deste Estatuto;
- VIII) Apresentar relatório da receita e da despesa ao Conselho Fiscal, ao Presidente e à Diretoria, sempre que solicitado;
- IX) Prestar contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos, em conformidade com a legislação municipal, estadual e Federal.

Artigo 27º - Compete ao 2º Tesoureiro:

- I) Substituir o 1º Tesoureiro em suas ausências ou impedimentos;
- II) Colaborar com o 1º Tesoureiro no exercício das suas funções;
- III) Assumir o cargo de 1º Tesoureiro, até o final do respectivo mandato, no caso da sua vacância.

Artigo 28º - O Conselho Fiscal será composto por 4 (quatro) membros titulares e 4 (quatro) suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, juntamente com a Diretoria e por igual período de mandato.

Parágrafo único - Em caso de vacância do cargo de Conselheiro Fiscal titular, assumirá o respectivo suplente, até o final do correspondente mandato.

Artigo 29º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I) Examinar os livros de escrituração;
- II) Examinar os balancetes mensais, os balanços e a prestação de contas anual apresentados pelo Tesoureiro e pela Diretoria, opinando a respeito.
- III) Colaborar com a Diretoria naquilo que for necessário, visando o bom andamento dos trabalhos da **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC)**.

Parágrafo único - O Conselho Fiscal se reunirá, ordinariamente, uma vez por ano, no mês de abril e, extraordinariamente, sempre que necessário.



ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CANCER AVCC - FRUTAL

Artigo 30º - As atividades, competências ou funções dos Diretores, Conselheiros Fiscais, voluntários, Colaboradores, previstas neste Estatuto, serão totalmente gratuitas, sendo vedadas a eles o pagamento, pela **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC)**, de salário, bonificação, gratificação, vantagem ou benefício, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título.

CAPÍTULO VI - DA RECEITA

Artigo 31º - Constituem fontes de recurso da **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC)**:

- I) doações em dinheiro ou em espécie, legados e aluguéis;
- II) juros e rendimentos;
- III) promoções beneficentes;
- IV) vendas de produtos ou serviços realizados pelos voluntários e pacientes, tais como artesanatos, utensílios e quaisquer outras atividades que proporcionem recursos para o atendimento de suas finalidades.

Artigo 32º - A **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC)**, aplicará suas rendas, seus serviços e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e no desenvolvimento de seus objetivos.

Artigo 33º - A **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC)** não distribuirá resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma.

Artigo 34º - A **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC)** aplicará as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas.

Artigo 35º - Em caso de dissolução ou extinção, pagas todas as suas dívidas e cumpridas todas as suas obrigações legais, o eventual remanescente do seu patrimônio será incorporado à **FUNDAÇÃO PIO XII DE BARRETOS**, por doação.

CAPÍTULO VI - DA EXPANSÃO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO, DO SERVIÇO

Artigo 36º - A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC)**, procederá aos estudos visando a elaboração do Plano de Trabalho Integrado, objetivando a extensão dos serviços às cidades da Região e facultando aos Municípios a oportunidade de participação na programação desenvolvida pela **AVCC**.

Artigo 37º - Os municípios interessados em se agregarem a **AVCC**, terão personalidade jurídica própria, com Estatutos enfocando as peculiaridades locais, porém sem fugir aos objetivos gerais propostos nos programas da **AVCC**.

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 379 - CENTRO
PRATIA - MG FONE (31) 3421-8936

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia contém com o
original exibido em cartório OUV 14
Fusos 23 de 03 de 2019

Em 14 de 03 de 2019

[Assinatura]

☒ Enviao rescisão de papel - Escritura Pública

☐ Nota de R. Andrade - Escritura Autêntica





ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CANCER AVCC - FRUTAL

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 38º - O presente Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse objetivo, observado o Artigo 15, Inciso II, Parágrafo Único, deste Estatuto.

Artigo 39º - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC) será extinta quando se torne absolutamente impossível a continuação de suas atividades, o que somente poderá ocorrer por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, observado o Artigo 15, Inciso VI, Parágrafo Único, deste Estatuto.

Artigo 40º - O exercício social compreenderá o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 41º - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC), como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, poderá firmar com o poder público ou outras organizações, Termo de Parceria visando cooperação entre as partes para a execução de atividades de interesse público.

Parágrafo único - a execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada e pelos respectivos Conselhos de Políticas Públicas.

Artigo 42º - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC), não poderá firmar contrato com nenhum dos membros da sua Diretoria ou do Conselho Fiscal.

Artigo 43º - Por deliberação da Assembleia Geral, nos termos do Artigo 15, inciso III e Parágrafo único, deste Estatuto, os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal perderão os seus mandatos quando malversarem ou dilapidarem o patrimônio da ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC), violarem gravemente este Estatuto.

Artigo 44º - Os casos omissos, ou não previstos no presente Estatuto, serão resolvidos pela Diretoria, ou, a seu critério, em Assembleia Geral Extraordinária, isso na conformidade da natureza de cada assunto.

Frutal, 16 de maio de 2.009.

ANA PAULA SILVA FERREIRA COUTO
Presidente

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DA NOTAR
PROCURADOR DE DEFESA 1001 (1001/10)
FRUTAL - MG - FONE: (34) 3471 7000
AUTENTICAÇÃO
A presente autenticação contém o
original autêntico em vigor em 16/05/2009
Em 16/05/2009, 16/05/2009
Sem erro
☒ Bando registado de acordo com o Regulamento
☐ Bando de 10.000.000 - Regulamento



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS 1615-2

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

COLÉGIO DIREITO

ELIANA ALICE LIMA SILVA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Selo de Fiscalização

AUTENTICAÇÃO

CXK 72450

1º TABELIONATO DE NOTAS

FRUTAL - MG

AUTENTICAÇÃO

Esta é reprodução fiel da face do documento apresentado. Dou fé

FRUTAL MG 28 MAR 2019

Em test. da verdade

João Benedito Roberto dos Reis - Tabelião

Frederico Antônio de Freitas - Escrevente

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL MG-995.310 DATA DE EMISSÃO 11/07/2015

ELIANA ALICE LIMA SILVA

RELACION

RUBEM SILVA

NEIZA APARECIDA LIMA SILVA

RAZÃO SOCIAL PLANURA-MG DATA DE NASCIMENTO 4/8/1960

NASC. LV-5 FL-70

PLANURA-MG

463371726-04

PTI-1615 LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÉDO ASSINATURA DO DIRETOR 2.VIA

LEI N. 7.118 DE 20/06/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome ELIANA ALICE LIMA SILVA

Nº de Inscrição 463371726-04 Data de Nascimento 04/08/60

1º TABELIONATO DE NOTAS

FRUTAL - MG

AUTENTICAÇÃO

Esta é reprodução fiel da face do documento apresentado. Dou fé

FRUTAL MG 28 MAR 2019

Em test. da verdade

João Benedito Roberto dos Reis - Tabelião

Frederico Antônio de Freitas - Escrevente

Selo de Fiscalização

AUTENTICAÇÃO

CXK 72451

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura ELIANA ALICE LIMA SILVA

ELIANA ALICE LIMA SILVA

SERPRO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 22/11/93



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.055.729/0001-72 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/09/1985
NOME EMPRESARIAL CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CEREA		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R JOAO HEITOR DE ASSUNCAO	NÚMERO 50	COMPLEMENTO
CEP 38.200-000	BAIRRO/DISTRITO BELA VISTA	MUNICÍPIO FRUTAL
UF MG		TELEFONE
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTABILIDADEJR2014@BOL.COM.BR		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 27/03/2019 às 17:23:06 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



AO

**CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA
COMARCA DE**

FRUTAL-MG.

O **CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRA (CEREA)**, sediada neste Município e comarca de Frutal, Estado de Minas Gerais, à Rua João Heitor de Assunção nº. 50, Bairro Nossa Senhora do Carmo, CEP.: 38.200-000, representada por seu presidente: **CELMO GARCIA DA SILVA**, brasileiro, casado, frentista, inscrito no CPF/MF. 900.613.816-91 e CIRG. M-7.721.452-SSP-MG., residente e domiciliado nesta cidade de Frutal-MG., à Rua Mauro Menezes da nº. 71, Bairro Francisco Moron, CEP.: 38.200-000, vem com o devido respeito e acatamento a presença de V. Sria., requerer o registro da Ata da Assembleia Geral da Eleição e Posse da Diretoria, junto ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas desta Comarca, para os fins necessários.

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Frutal/MG, 15 de janeiro de 2019.

Celmo Garcia da Silva

CELMO GARCIA DA SILVA

Presidente



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (341) 3421-8830

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia contém com a
original exibido em cartório Dou tá
Frutal-MG 27 de 03 de 2019

Em 100% de veracidade

☒ Exatidão Holograma de Papel - Escritório Autenticado
☐ Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS (CEREA) DA CIDADE DE FRUTAL, ESTADO DE MINAS GERAIS, PARA ELEIÇÃO E POSSE POR ACLARAÇÃO DA NOVA DIRETÓRIA PARA O BIÊNIO 2019/2020.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Centro de Recuperação de Alcoólatras – CEREA da cidade de Frutal-MG., para eleição e posse por aclamação da nova Diretoria para o biênio 2019/2020, em 28 de dezembro de 2018, reuniram-se os cereanos e membros da diretoria do Centro de Recuperação de Alcoólatras (CEREA) de Frutal Estado de Minas Gerais, entidade sem fins lucrativos com sede à Rua João Heitor de Assunção nº. 50, Bairro Nossa Sra. do Carmo, por convocação do atual Presidente o Sr. Luiz de Souza, a convocação foi feita através do edital afixado no saguão da sede do CEREA e vários órgãos públicos de nossa cidade, precisamente as 20(vinte) horas, o cereano e Presidente Luiz de Souza no uso de suas atribuições deu início aos trabalhos e ressaltou a presença do Vereador: Josimar Ferreira Campos, pediu a todos os presentes que se faça uma oração independente de sua religião e já de imediato fez a 1ª convocação conforme preceitua o artigo 21º do estatuto social e comunicando aos cereanos presentes que só teve a inscrição de uma chapa cujo candidato a Presidente é o Sr. Celmo Garcia da Silva, e que a eleição será realizada conforme normas Estatutárias podendo votar todos os cereanos com mais de 3(três) meses de ingresso no CEREA, maiores de 16(dezesseis) anos, independente da frequência a ser votados os cereanos maiores de 18(dezoito) anos, e que tenha mais de um ano de ingresso no CEREA, e 50% de frequência. Conforme determina as novas regras do Estatuto não haverá mais eleição com votação secreta, e sim sempre por aclamação. O Presidente Luiz de Souza leu o requerimento do registro da chapa que ficou da seguinte forma: Presidente: Celmo Garcia da Silva, Vice Presidente: Celio Garcia da Silva, Primeira Secretária: Maria de Fatima Ferreira, Segunda Secretária: Sonia Maria Batista, Primeiro Tesoureiro: Cristiano Ferreira Macêdo e Segunda Tesoureira: Glaucia Maria Ferreira, depois de informado a composição da chapa o Presidente Luiz de Souza, colocou em apreciação por aclamação e todos os presentes concordaram e aprovaram a composição da chapa que foi eleita e empossada para o biênio 2019 a 2020, o presidente eleito para o biênio 2018/2018 fez a prestação de contas que foi aprovada por todos os cereanos presentes, por todos os membros da diretoria e Conselho. Em sequência após constatar que na Assembleia estavam presentes mais de 60% dos filiados apitos a votos e havendo quórum conforme o artigo 21º do Estatuto. O Presidente eleito Celmo Garcia da Silva, agradeceu a presença de todos os presentes e ressaltou que sabendo das dificuldades que esta diretoria vai enfrentar, mas tenho certeza que eu e toda diretoria não vai medir esforços para dar continuidade aos trabalhos sociais que o CEREA desempenha, informou que o mandato desta diretoria será um mandato de muita união e que o Conselho Fiscal será composto da 07 (sete) membros sendo um Presidente: Valmir José de Souza e 06 (seis) membros sendo eles: José Elói da Silva, Eurípedes Adão da Silva, Jamir de Souza, José Luiz Aguiar da Silva, Ricardo Luiz da Silva e Cicero Santos Araújo, ficou como Diretor de Patrimônio a Sra. Oracilda Aparecida Ferreira.

Nada mais havendo a tratar eu Celmo Garcia da Silva, Presidente do Centro de Recuperação de Alcoólatras (CEREA), encerro a reunião e peço que todos os presentes assinem a ata presente para que produza os efeitos legais a que se destina.

Celmo Garcia da Silva, Celio Garcia da Silva, Maria de Fatima Ferreira, Sonia Maria Batista, Cristiano Ferreira Macêdo, Glaucia Maria Ferreira, Valmir José de Souza, José Elói da Silva, Eurípedes Adão da Silva, Cicero Santos, Ricardo Luiz da Silva, Jamir de Souza, José Luiz Aguiar da Silva, Oracilda Aparecida Ferreira, Samuel Ferreira Nunes, Katia Ferreira Lopes, Aracilda de Fatima Ferreira, Viviana Margarida B. Pereira, Genivaldo Ferreira da Silva, Juliana Ferreira da Silva.

AUTENTICAÇÃO
ANVERSO E VERSO

219

220

9

**QUALIFICAÇÃO DOS DIRETORES DO CENTRO DE RECUPERAÇÃO
DE ALCOÓLATRA (CEREA) DA CIDADE DE FRUTAL-MG., ELEITOS
EM 28/12/2018.**

PRESIDENTE: **CELMO GARCIA DA SILVA**, brasileiro, casado, frentista, inscrito no CPF/MF. 900.613.816-91 e CIRG. M-7.721.452-SSP-MG., residente e domiciliado nesta cidade de Frutal-MG., à Rua Mauro Menezes da nº. 71, Bairro Francisco Moron, CEP.: 38.200-000.

VICE-PRESIDENTE: **CELIO GARCIA DA SILVA**, brasileiro, viúvo, capaz, aposentado, inscrito no CPF/MF. 341.146.706-10 e CIRG. 19.872.665-SSP-SP., residente e domiciliado nesta cidade de Frutal-MG., à Rua Teodoro da Silveira nº. 364, Bairro Nossa Senhora do Carmo, CEP.: 38.200-000.

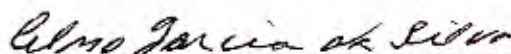
1º SECRETÁRIA: **MARIA DE FATIMA FERREIRA**, brasileira, solteira, maior, capaz, gari, inscrita no CPF/MF. 719.749.036-72 e CIRG. MG-11.189.085-SSP-MG., residente e domiciliada nesta cidade de Frutal-MG à Rua Luiz Eulálio da Silveira nº. 190, Bairro Princesa Isabel, CEP.: 38.200-000.

2º SECRETÁRIA: **SÔNIA MARIA BATISTA**, brasileira, viúva, capaz, aposentada, inscrita no CPF/MF. 053.877.936-52 e CIRG. MG-11.697.286-SSP-MG., residente e domiciliada nesta cidade de Frutal-MG, à Rua Cel. Alonso de Moraes nº. 313, Bairro Princesa Isabel, CEP.: 38.200-000.

1º TESOUREIRO: **CRISTIANO FERREIRA MACEDO**, brasileiro, amasiado, capaz, padreiro, inscrito no CPF/MF. 478.111.886-00 e CIRG. MG-4.537.792-SSP-MG., residente e domiciliado nesta cidade de Frutal-MG, à Rua Senador Gomes da Silva nº. 596, Bairro Centro, CEP.: 38.200-000.

2º TESOUREIRO: **GLAUCIA MARIA FERREIRA**, brasileira, solteira, maior, capaz, do lar, inscrita no CPF/MF. 548.584.296-87 e CI. RG. 24.995.728-0-SSP-SP., residente e domiciliada nesta cidade de Frutal-MG, à Rua Zico Nogueira nº. 104, Bairro Nossa Sra. do Carmo, CEP.: 38.200-000.

Frutal/MG, 15 de janeiro de 2019.


CELMO GARCIA DA SILVA
Presidente



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8830
AUTENTICAÇÃO
A presente xerocópia contém com o
original exibido em cartório Doc. nº
Frutal-MG 27 de 03 de 2019
Em test.
[assinatura] da veracidade
☒ Estado Nascimento de Aguir - Exonerado (Mantido)
☐ Maria Ap. R. Andrade - Exonerado (Mantido)



NOME DAS PESSOAS PRESENTES QUE ASSINARÃO A ATA DA
ASSEMBLÉIA GERAL REALIZADA EM 28/12/2018.

CELMO GARCIA DA SILVA, CELIO GARCIA DA SILVA, MARIA DE FATIMA FERREIRA, SÔNIA MARIA BATISTA, CRISTIANO FERREIRA MACEDO, GLAUCIA MARIA FERREIRA, VALMIR JOSÉ DE SOUZA, JOSÉ ELOI DA SILVA, EURIPEDES ADÃO DA SILVA, CICERO DOS SANTOS SOUZA, JAMIR APARECIDO DE SOUZA QUATRO, JOSÉLUIZ AGUIAR DA SILVA, ORACILDA APARECIDA FERREIRA, SAMUEL FERREIRA NUNES, NATALIA FERREIRA LOPES, ORAZILIA DE FATIMA FERREIRA, DIVINA MARGARIDA B PARROS, DENIZIA FERREIRA DA SILVA, JOSIMAR FERREIRA CAMPOS.

Nada mais havendo a tratar eu Luiz de Souza, Presidente do Centro de Recuperação de Alcoólatras (CEREA), assino a presente, para que produza os efeitos legais a que se destina.

FRUTAL-MG., 15 DE JANEIRO DE 2019

Celmo Garcia da Silva

CELMO GARCIA DA SILVA
Presidente



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-2839

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia contém com o
original exibido em cartório. Dou fé.
Frutal-MG, 15 de 01 de 2019.

Em 15 de 01 de 2019, a 15ª hora.

- ☒ Escrito Histórico de Atos - Escrito Histórico
☐ Maria Ap. R. Andrade - Escriturante Autêntica

Protocolo: 025663
Reg: 000253
Livro: A34 AV: 00004
Folha: 197 Pag: 1
Data: 25/02/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: CEEA-CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS FRUTAL-MG

Certifico estar averbado neste cartório o documento abaixo, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de registro e livro acima.



ILMO. SR. OFICIAL DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

O abaixo assinado, representante legal _____ vem requerer a V. Sa. anotação do documento supracitado por ser o registro (averbação) da _____ da referida entidade.

Termo em que
o deferimento
Frutal-MG _____ de _____ de _____

Assinatura: _____
Nome por extenso: _____
Cargo: _____
Identidade: _____
Endereço residencial: _____

Protocolo: 025663
Reg: 000253
Livro: A34 AV: 00004
Folha: 198 Pag: 2
Data: 25/02/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-
Livro A
Apresentante: CEEA-CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS-FRUTAL



CEREA
CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS

Sede: Rua João Helder de Assunção nº 50
Bairro: Nossa Senhora do Carmo
Cidade: FRUTAL - MINAS GERAIS -
CEP: 38.200-000
Telefone: (34) 3421-0338
Nº de inscrição do CNPJ: 20.865.729/0001-72

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO PRIMEIRO

DURAÇÃO, DENOMINAÇÃO E FINALIDADE

Artigo 1º. Sob a denominação de CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS - CEREA, é constituída uma entidade civil de duração limitada, sem fins lucrativos, com sede própria, sito à João Helder Assunção, 50 Bairro: Nossa Senhora do Carmo, na cidade de FRUTAL, Estado de Minas Gerais.

Artigo 2º. São finalidades do CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS:

- a) A recuperação pela psicoterapia de grupo, em caráter filantrópico, de pessoas de ambos os sexos e de qualquer idade, vítimas do vício do álcoolismo;
- b) O Centro de Recuperação não remunerará, nem concederá verbas ou benefícios por qualquer forma ou título, a seus diretores, conselheiros, sócios instituidores, benfeitores ou equivalentes;
- c) Organizar e manter departamentos assistenciais para recuperados e recuperandos, proporcionando-lhes recuperações tanto sob o aspecto físico quanto a sociedade;
- d) Prestação de serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de classes, nas áreas: médicas, psicológicas, pedagógicas e serviços de assistência social;
- e) O trabalho para condução de atividades será feito no ambiente urbano, rural, como também em visitas periódicas a outras cidades do Estado e fora dele.

Parágrafo Único. O Centro de Recuperação é sem fins lucrativos e não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou partes do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Artigo 3º. Todos os membros do CEREA, com ou sem função, não serão, em hipótese alguma remunerados, sendo que, as funções e cargos, não geram vínculo empregatício e que, seus ocupantes, são voluntários, cuja atividade é essencialmente filantrópica.

CAPÍTULO SEGUNDO

DOS RECUPERADOS - SEUS DEVERES E DIREITOS

Artigo 4º. O Centro de Recuperação constitui-se de um número de sócios, solidários com seus princípios.

Artigo 5º. Para admissão, o pretendente deverá fazer prova de seu desejo de renúncia ao vício do álcoolismo, com voto público e solene declarando intenção de abster-se de qualquer bebida alcoólica.

Artigo 6º. Para a fundação do CEREA, necessário será, autorização, por intermédio dos Coordenadores Regionais, do Presidente da Federação Mineira de CEREA e do Presidente da Confederação Nacional de CEREA (UNI CEREA).

Antonio da Cunha Pacheco Júnior
Dr. Antonio da Cunha Pacheco Júnior
Advogado
OAB-MG 43.545



Parágrafo Único. Todas as CEREA são automaticamente filiadas a UNA CEREA.

Artigo 7º. São deveres dos Recuperados:

- Frequentar assiduamente as reuniões da Entidade, emendando todos os esforços no sentido de total abstinência de bebidas alcoólicas, exemplificando e divulgando por todos os meios possíveis as ideias do Centro de Recuperação, suas finalidades e seus objetivos;
- Colaborar nos movimentos do Centro de Recuperação, em suas pregações e seus trabalhos de confraternização dos recuperandos;
- Obedecer às disposições contidas em Regulamento Interno do Centro de Recuperação.

Artigo 8º. São direitos dos Recuperandos:

- Receber toda ajuda moral do Centro de Recuperação e de todos os seus componentes;
- Votar e ser votado para compor a Diretoria, na forma e condições previstas nos presentes Estatutos;
- Receber as seguintes concessões: Diploma - 03 (três) meses, Carteira de associado - 03 (três) meses e medalha - 01 (um) ano de abstinência;
- Recorrer às assembleias Gerais nos assuntos que envolvam sua responsabilidade pessoal ou que visem assegurar as finalidades do Centro de Recuperação.

Artigo 9º. O recuperado cuja conduta venha contrariar as finalidades do Centro de Recuperação, uma vez comprovado o seu procedimento após a verificação por um mínimo de três membros (recuperados), será convidado a sair-se do quadro social e consequentemente afastado do Centro de Recuperação.

Artigo 10º. São deveres dos CEREA para com a Federação:

- Acatar as resoluções da Federação dentro dos limites do presente Estatuto;
- Atender as convocações para as Assembleias, em tempo hábil;
- Usar em seus impressos e sigla "UNI CEREA - Federação Mineira de CEREA";
- Ter hasteadas no local de reunião as bandeiras do Brasil, do Estado, do Município, da UNI-CEREA, da Federação e do CEREA, sendo obrigatoriamente a do Brasil, da UNI-CEREA, da Federação e do CEREA;
- Representar as aspirações e interesses da Federação em âmbito local;
- Mantê-la Federação permanentemente informada sobre suas atividades, inclusive o registro, para tanto enviando relatórios trimestrais, cuja omissão está sujeita o que prescreve o Art. 9º do Estatuto da Federação Mineira de CEREA.

Artigo 11º. São direitos dos CEREA:

- Receber, quando conveniente e dentro das possibilidades cabíveis, toda assembleia que fizer necessária para o bom desempenho de seus objetivos;
- Criarem casa, chácara e albergue de recuperação alcoólica, com recursos próprios ou doações filiais, tendo os doadores as mesmas prerrogativas prioritárias para usufruir do fim específico da Entidade, até dois (02) mandatos consecutivos sem conduta, causar transtorno e prejuízo a finalidade fim.

CAPÍTULO TERCEIRO

DA DIRETORIA DO CEREA E DE SEU CONSELHO FISCAL COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATTRIBUIÇÕES E MANDATOS

Artigo 12º. A diretoria será composta das seguintes membros: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros, Relações Públicas, Presidente do Honorário e Assessor Jurídico.

Artigo 13º. Nas eleições para renovação da Diretoria, somente poderão votar e ser votados os socios admitidos na forma do Artigo 4º deste Estatuto e com tempo legal de admissão nunca

Dr. João Kennedy Medeiros
Advogado
OAB-MG 62.646

Protocolo: 025663
Reg: 000253
Livro: A34 AV: 00004
Folha: 200 Pag: 4
Data: 25/02/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: CEREIA-CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCÓOLATRAS-FRUTAL



inferior a um ano

Parágrafo 1º. Para reeleição, o presidente em exercício, deverá fazer antes do registro de sua candidatura, a devida prestação de conta, tendo estas de ser aprovada pela Diretoria e Conselho Fiscal, caso contrário, não poderá concorrer à reeleição.

Parágrafo 2º. Os membros candidatos a qualquer cargo ou função junto à Diretoria ou Conselho Fiscal, que tiver respondendo processo criminal ou civil, isto quando afetar a moral ou personalidade do interessado ou condenado por sentença transitada em julgado, ainda cumprindo a condenação, não poderão concorrer ou ser indicado para o fim pleiteado.

Parágrafo 3º. Entre o Presidente e o Tesoureiro, não poderá haver nenhum grau de parentesco.

Artigo 14º. O mandato de cada Diretoria será de (02), dois anos, e permitida a reeleição (01) (uma) vez de seus membros no todo ou em partes, conforme preceitos Estatuto da Confederação.

Parágrafo 1º. Poderá ser votado para presidente do CEREIA, e Conselho Fiscal o carente que tiver no mínimo (01)um ano de CEREIA e no mínimo 50% de presença nas reuniões anteriores, podendo votar os carentes com mais de 10 (dez)anos, que tenha (03) três meses de abstenção, independente de frequência.

Parágrafo 2º. Somente poderá concorrer as eleições o carente, conforme preceitos parte inicial do parágrafo anterior, enviando carta à diretoria vigente, manifestando o seu desejo de concorrer ao cargo, registrada na Secretaria da Federação com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da eleição.

Parágrafo 4º. Ficam deliberadas pela Assembleia Geral, as seguintes alterações Estatutárias neste capítulo:

- O mandato da Diretoria será de 02 anos com direito a uma reeleição
- Chape única por adamação
- Não terá disputa com votos
- Conselho Fiscal será apenas 01 sendo, 01 Presidente, 04 Elitores e 03 Suplentes
- A voz Ativa sempre será predominante no Cereia
- Se por ventura estiver respondendo processos não poderá se candidatar
- Para se candidatar a Presidente, tem que ter pelo menos 50% de frequência
- Para participar das Assembléias, tem que ter 30% de frequência
- Carentes com direito a voto, deverão ter acima de 10 anos
- Recomenda-se para ser candidato a Presidente ter no mínimo 05 anos de abstenção de bebida alcoólica.

Parágrafo 5º. As eleições do CEREIA deverão ser realizadas no período de 10 a 31 de dezembro, cabendo ao Presidente em exercício dar posse ao Presidente eleito nos primeiros dias de janeiro, cujas convocações serão feitas com antecedência de 20 (vinte) dias, através de comunicação escrita, fax, telefone ou por e-mail afixado em local escolhido previamente, de preferência, o mais central.

Artigo 15º. As reuniões ordinárias da Diretoria serão mensais as extraordinárias quando se fizerem necessárias.

Artigo 16º. O diretor que faltar a três reuniões consecutivas sem motivo justo e aceito pela direção perderá seu mandato, caso em que sua vaga será preenchida por um suplente escolhido pela Diretoria.

Artigo 17º. Que as atividades dos diretores e conselheiros ou instituidores, bem como as dos sócios serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, bonificação ou vantagem.

Parágrafo Único. Que a totalidade das rendas apuradas será destinada ao atendimento gratuito da

Dr. João Leonardo Mendonça
Advogado
OAB-MG 52.642

Protocolo: 025663
Reg: 000253
Livro: A34 AV: 00004
Folha: 201 Pag: 5
Data: 25/02/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR.

Livro A

Apresentante: CEEA-CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS FRUTAL



Instituição

Artigo 18º: Não será permitida a representação da recuperado em reuniões ou assembleias através da procuração, carta ou autorização.

Artigo 19º: As decisões da Diretoria serão consideradas por maioria de votos, cabendo ao presidente voto para desempate.

CAPÍTULO QUARTO

DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 20º: Haverá uma Assembleia Geral Ordinária anual para apreciação das contas e do relatório do exercício findo, bem como para eleição da nova Diretoria, sendo efetuada na segunda quinzena do mês de dezembro e a posse dar-se-á nos primeiros dias do mês de janeiro, conforme o parágrafo 5º do Art. 14º.

Artigo 21º: As Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias somente poderão ser realizadas em primeira convocação com o comparecimento mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos recuperados capacitados e em condições de votar.

Artigo 22º: Inexistindo número legal para a realização das mencionadas assembleias, convocar-se-á outra, no mesmo local e após uma hora, podendo esta realizar-se com qualquer número de sócios presentes e em condições de exercer o voto.

Artigo 23º: As Assembleias Gerais serão encabeçadas pelo Presidente da Diretoria vigente, devendo este encerrar após a abertura dos trabalhos a presidência à disposição do plenário que a seguir indicará um recuperado para presidir-lhe ou poderá também manter o mesmo presidente.

Artigo 24º: As assembleias Gerais extraordinárias poderão ser convocadas por vontade da Diretoria, mediante aviso, discriminando os motivos, publicando na imprensa local ou ainda comunicação escrita a cada um dos recuperados, sempre com prazo de 5 (cinco) dias de antecedência.

Parágrafo Único: Serão tomadas iguais providências no caso de Assembleias Ordinárias.

Artigo 25º: Os recuperados poderão convocar assembleias gerais extraordinárias mediante requerimento assinado por um mínimo de 2/3 (dois terços) dos sócios após o voto, sempre se informando o motivo da convocação.

Artigo 26º: Somente poderá ser votado ou fazer parte da diretoria a pessoa que, sendo recuperado do vício do alcoolismo, tenha seus direitos em ordem.

Artigo 27º: Este Estatuto poderá ser reformado em qualquer época no todo ou em parte, em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e com a aprovação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos recuperados, desde que preserve o padrão do Estatuto da Federação e da Confederação.

CAPÍTULO QUINTO

DA ADMINISTRAÇÃO E DEVERES DOS DIRETORES

Artigo 18º: O Centro de Recuperação será administrado por uma Diretoria composta de 1 (um) presidente, 1 (um) vice-presidente, 1 (um) primeiro secretário, 1 (um) segundo secretário, 1 (um) primeiro tesoureiro, 1 (um) segundo tesoureiro, 1 (um) Relações Públicas, 1 (um) Assessor Jurídico, 1 (um) Conselho Fiscal que será composto de 7 (sete) membros efetivos, elegendo entre um presidente e um vice-presidente e 5 (cinco) suplentes.

Artigo 28º: É atribuição da Diretoria:

- a) Convocar as Assembleias Gerais;
- b) Resolver todas as questões da administração e tomar medidas necessárias e convenientes.

Dr. João Kennedy Mendonça
Advogado
OAB-MG 43.842

Protocolo: 025663
Reg: 000253
Livro: A34 AV: 00004
Folha: 202 Pag: 6
Data: 25/02/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR

Livro A

Apresentante: CEREIA-CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS-FRUTAL



no bom desempenho e aplicação das finalidades do Centro de Recuperação

- c) Admitir recuperados ou excluí-los nos casos previstos;
- d) Zelar pela conservação do patrimônio social e pelo conceito do Centro de Recuperação;
- e) Elaborar o regimento interno do Centro de Recuperação, fazendo com que o mesmo seja rigorosamente cumprido e obedecer todas as disposições dos presentes estatutos;
- f) Reservar todos os casos omissos, recorrendo, quando necessário, à ajuda do Coordenador Regional designado para a região;

Artigo 30°. As reuniões da diretoria somente terão validade com o comparecimento no mínimo de 3 (três) diretores.

Artigo 31°. Ao Presidente compete:

- a) Presidir as reuniões da diretoria e assembleias gerais;
- b) Rubricar os livros do Centro de Recuperação, assinar atos e demais documentos, bem como, em conjunto com o tesoureiro, movimentar contas bancárias do Centro de Recuperação, fazendo depósitos ou retiradas, emitindo cheques, efetuando pagamentos devidamente autorizados;
- c) Elaborar um relatório circunstancial de todos os acontecimentos de sua gestão apresentando-o à diretoria e à assembleia geral ordinária na segunda quinzena do mês de dezembro de cada ano;
- d) Resolver, junto à diretoria, as questões administrativas do Centro de Recuperação, tomando medidas necessárias e convenientes ao bom desempenho e aplicação das finalidades da Entidade, podendo inclusive, juntamente com a Diretoria e Conselho Fiscal, destituir das funções, bem como excluir do CEREIA os fatos inconvenientes com os princípios e normas do CEREIA;
- e) Admitir a fundação de novas regiões, quando estritamente necessário, com prévia autorização por intermédio dos Coordenadores Regionais da Federação Mineira, bem como da Confederação Nacional de CEREIA. Sendo constituído para os membros uma diretoria encabeçada por um Coordenador em núcleo e Conselho Fiscal constituído de 7 (sete) conselheiros e 4 (quatro) suplentes;
- f) A eleição da Diretoria e Conselho Fiscal dos núcleos obedecerá aos mesmos critérios da Estatuto da Federação, com exceção das chapas que terão que ser registradas junto à Secretaria do CEREIA local;
- g) Representar o Centro de Recuperação em Juízo ou fora dele, defendendo-o em quaisquer ações que lhe forem propostas e para tanto constituindo advogados, contratando honorários, atos conexos e representando dos demais membros da direção;
- h) Zelar pela conservação e preservação do patrimônio social e pelo bom conceito da Entidade;
- i) Ratificar os regimentos internos da Federação e do CEREIA, fazendo com que os mesmos sejam rigorosamente cumpridos, obedecendo todas as disposições do presente Estatuto;
- j) Não permitir, em hipótese alguma, venda de bebida alcoólica em quaisquer dependências ou não do CEREIA em evento que use sua sigla.

Artigo 32°. Ao vice-presidente compete:

- a) Auxiliar o presidente em suas atribuições;
- b) Substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

Artigo 33°. Ao primeiro Secretário compete:

- a) Organizar e manter em perfeita ordem toda correspondência do Centro de Recuperação, registro dos recuperados, redação dos atos e demais serviços de expediente e administrativo;
- b) Dirigir a falta do presidente e vice, as reuniões ordinárias mensais, relatando após todo o ocorrido.

Artigo 34°. Ao primeiro Tesoureiro compete:

- a) Efetuar quaisquer recebimentos ou pagamentos, sempre em nome do Centro de Recuperação e com aprovação da diretoria;
- b) Assinar com o presidente todos os documentos que representem valores, especialmente depósitos ou retiradas de dinheiro em estabelecimentos bancários;
- c) Manter em boa guarda e conservação todos os valores móveis e imóveis de propriedade

Dr. João Luiz de Mendonça
Advogado
OAB-MG 13.888

Protocolo: 025663
Reg: 000253
Livro: A34 AV: 00004
Folha: 203 Pag: 7
Data: 25/02/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: CEREIA-CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS-FRUTAL



do Centro de Recuperação

- d) Exibir, transparentemente, sempre que for solicitada, dentro das normas exigidas pela Diretoria, a situação econômica e administrativa do Centro de Recuperação;
- e) Apresentar anualmente, um balanço do Centro de Recuperação, como forma de prestação de contas, em Assembleia Geral, a todos os associados;

Artigo 35º. Aos seguintes secretário e tesoureiro compete:

- a) Auxiliar, respectivamente, aos primeiros de seus cargos;
- b) Substituí-los em suas faltas ou impedimentos;

Artigo 36º. Ao Relações Públicas compete:

- a) Divulgar, através dos meios de comunicações, com prévia autorização da Diretoria, o CEREIA;
- b) Promover necessariamente intercâmbio entre CEREIA;
- c) Promover entre associados, um ambiente sadio e amigável, usando para tanto, dos meios disponíveis para promoções e eventos;
- d) Buscar, sempre que necessário, a compreensão e harmonia de seus pares, contribuindo assim, para o bom desempenho e equilíbrio do Centro de Recuperação de Alcoolatras.

Artigo 37º. Compete ao Presidente de Honra:

- a) Representar bem o CEREIA onde quer que esteja;
- b) Criar um ambiente sadio e inconfundível, proporcionando aos associados e visitantes, credibilidade e confiança na Entidade.

Artigo 38º. Compete ao Assessor Jurídico:

- a) Representar e defender juridicamente, sempre que necessário, o CEREIA, usando de todos os meios necessários e cabíveis;
- b) Fazer o devido prestação das custas Processuais e despesas outras, inerente e defesa do CEREIA.

CAPÍTULO SEXTO

DO CONSELHO FISCAL - ELEIÇÕES E MANDATO

Artigo 39º. O Conselho Fiscal será eleito e impositivo pelo mesmo critério da Diretoria.

Artigo 40º. A duração do mandato será o mesmo da Diretoria, ou seja, 02 (dois) anos, com início e término na mesma data, sendo que as eleições realizar-se-ão na Segunda quinzena do mês de dezembro.

Artigo 41º. Será composto de 07 (sete) membros efetivos e 05 (cinco) suplentes, cabendo a escolha do Presidente e Vice-Presidente, dentre os membros efetivos, entre si, no máximo 03 (três) da eleição ou já, se for o caso, previamente manifestadas.

Artigo 42º. Ao Conselho Fiscal compete:

- a) A fiscalização permanente dos atos da diretoria, reconhecendo ou não a exatidão de suas contas, bem como de sua situação;
- b) Proceder a visitas periódicas, sem embargo de todas as escritas do Centro de Recuperação, elaborando relatórios a respeito, recomendando ou não aprovação;
- c) Os balanços do Centro de Recuperação somente terão efeito legal, depois de examinados e aprovados pelo Conselho Fiscal, que encaminhará parecer à Assembleia;
- d) Não usar desnecessariamente de sua prerrogativa, evitando assim, embaraços para administração da Diretoria;
- e) É facultativo ao Conselho Fiscal, seu comparecimento às reuniões da Diretoria, devendo, quando necessário, ser convocado pela Diretoria e vice-versa.

CAPÍTULO SÉTIMO

DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Dr. João Roberto Mendes,
Advogado
OAB-MG 51.548

Protocolo: 025663
Reg: 000253
Livro: A34 AV: 00004
Folha: 204 Pag: 8
Data: 25/02/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: CEREÁ-CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS-FRUTAL



Artigo 43: O patrimônio será constituído por valores em moeda, imóveis, dinheiro, títulos, haveres que o Centro de Recuperação venha a adquirir por compra, doação ou legado.

Artigo 44: O patrimônio social não poderá ser alienado ou onerado, no todo ou em parte, salvo em caso de comprovada necessidade do Centro de Recuperação ou tendo em vista o seu evidente progresso social.

Artigo 45: A decisão da diretoria com referência à hipótese prevista no artigo anterior somente será válida se ratificada por 2/3 (dois terços) dos associados aptos a opinar em assembleia geral especialmente convocada para tal fim.

CAPÍTULO QUINTO

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 46: A sigla CEREÁ terá o seguinte significado: "CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS".

Artigo 47: O CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS terá duração limitada.

Artigo 48: O CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS não será extinto enquanto houver um mínimo de 5 (cinco) recuperados que se propunham a mantê-lo.

Artigo 49: O CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS, embora se disponha a colaborar desinteressadamente com qualquer outra entidade similar, declara-se independente de suas congêneres, sendo vedada sua fusão, sob qualquer pretexto, e qualquer outra organização.

Artigo 50: O CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS declara-se equidistante de qualquer movimento estranho às suas finalidades sendo rigorosamente proibido em suas reuniões a prática ou propagação de quaisquer cultos religiosos, manifestações políticas ou discriminação racial.

Artigo 51: Somente com prévia autorização da Diretoria poderão ser realizadas conferências, palestras, publicações ou qualquer comunicado em nome do Centro de Recuperação, quer em sua sede ou fora dela.

Artigo 52: Os recuperados não responderão individualmente pelas obrigações contratuais pela Diretoria.

Artigo 53: O Centro de Recuperação aplica integralmente seus rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

Artigo 54: Haverá na Segunda quinzena de dezembro, uma Assembleia Geral Ordinária anual, para eleição da Diretoria e Conselho Fiscal, prestação e apreciação das contas do exercício findo.

Parágrafo Único: A convocação será sempre feita por escrito com o mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, comunicando local, dia e hora da AGO (Assembleia Geral Ordinária).

Artigo 55: O CEREÁ terá como hino, o da Confederação, não podendo ter hino próprio.

Artigo 56: O voto de abstenção em Assembleia será o padrão do Art 53 do Estatuto da Confederação, sendo rigorosamente observado em todos os CEREÁs.

VOTO

Ao ingressar, no Centro de Recuperação de Alcoolatras - CEREÁ - prometo, com a ajuda de Deus, fazer todos os esforços, para abster-me de toda e qualquer bebida alcoólica, reconhecendo ser esta, a responsável pela ruína e miséria do meu ser, meu lar e minha Pátria.

Assino eu Prometo.

Dr. João Ernesto Mendonça
Atestado
OAB-MG 33.146

Protocolo: 025663
Reg: 000253
Livro: A34 AV: 00004
Folha: 205 Pag: 9
Data: 25/02/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: CEREIA-CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS-FRUTAL



Artigo 57. O Centro de Recuperação criará sua própria Bandeira a qual sempre será presente ao lado do pavilhão Nacional em suas reuniões

Artigo 58. O Centro de Recuperação, em caso de dissolução ou extinção, destina o eventual patrimônio remanescente a entidade registrada no CNAS ou entidade pública a critério da instituição

Artigo 59. As despesas do CEREIA são patrocinadas por doações voluntárias feitas de órgãos públicos, iniciativa privada e eventos que serão legalmente justificados através de prestações de contas

Artigo 60. Todas as reuniões do CEREIA iniciar-se-ão com um minuto de silêncio em memória e terminarem-se-ão com a leitura da "Oração de São Francisco de Assis" e em seguida a leitura do voto compromissado pagão

Artigo 61. O presente estatuto, depois das alterações realizadas entrará em vigor na data de seu registro em Cartório

FRUTAL, MG, em 02 de janeiro de 2015.

[Assinatura]
LUIZ DE SOUZA
Presidente

[Assinatura]
EURÍPEDES ASSIS DA SILVA
Vice-Presidente

[Assinatura]
ANGÉLICA APDA MENINO DE SOUZA
1ª Secretária

[Assinatura]
ALICE DA SILVA CARNEIRO
2ª Secretária

[Assinatura]
MARIA DE FÁTIMA FERREIRA
1ª Tesoureira

[Assinatura]
CRISTIANO FERREIRA MACEDO
2ª Tesoureira

[Assinatura]
CELMO GARCIA DA SILVA
Presidente do Conselho Fiscal

[Assinatura]
Dr. Jairo Kennedy Mendes
Advogado
OAB-MG 22.646

Dou fé, Frutal, 31 de outubro de 2018.

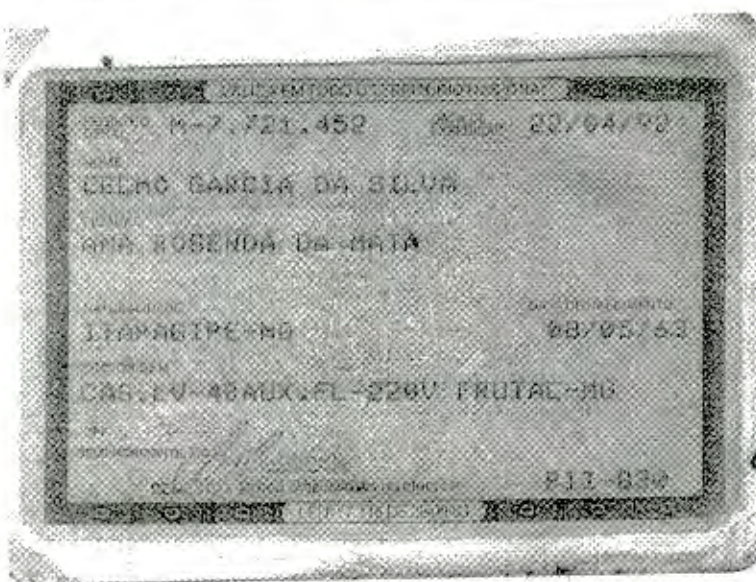
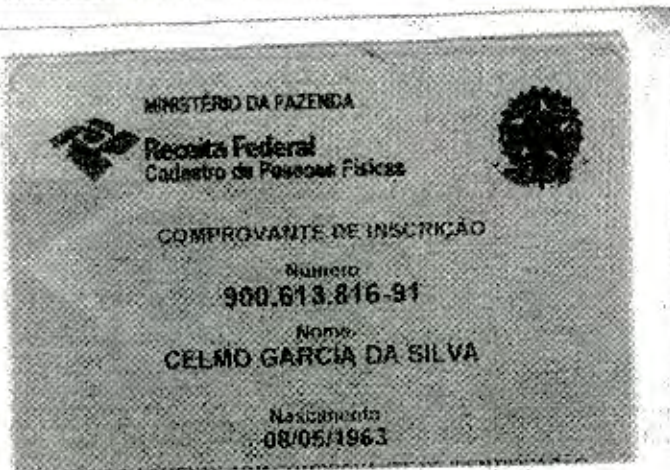
[Assinatura]
Mayara Oliveira Silva - escrevente

Código	Ato	Qtd.	Emolumento	ISS	Recompa	TFJ	Total
6501-1	Certidão PJ	1	R\$16,07	R\$0,32	R\$0,96	R\$6,02	R\$23,37
6502-9	Folha Adicional PJ	8	R\$9,04	R\$0,16	R\$0,56	R\$1,92	R\$11,68
Total			R\$25,11	R\$0,48	R\$1,52	R\$7,94	R\$35,05

Procurador Jurídico - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça
1º Ofício Registro de Títulos e Documentos - PJ de Frutal/MG
Frutal, MG

Selo Número: CBL22977
Código: 7353.4527.6278.8086
Total de atos: 9 / Encl: 26.63 TFF / 5.947 total: 14.57
Consulte a validade deste Selo no site: <http://selos.tjmg.jus.br>





AUTENTICAÇÃO
 A presente certidão contém o original existente em Cartão Dou N.º 111-034-9838
 FRUTAL - RJ - FONE (24) 2421-9838
 PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
 CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS

Em 11/05/98
 Assinado por: *[Assinatura]*
 Assinado por: R. Andrade - Secretário Administrativo

☒ Exato (Assinatura de quem - Escrivão Administrativo)



AUTENTICAÇÃO
 A presente certidão contém o original existente em Cartão Dou N.º 111-034-9838
 FRUTAL - RJ - FONE (24) 2421-9838
 PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
 CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS

Em 11/05/98
 Assinado por: *[Assinatura]*
 Assinado por: R. Andrade - Secretário Administrativo

☒ Exato (Assinatura de quem - Escrivão Administrativo)





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.058.756/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/05/1986
NOME EMPRESARIAL VILA SAO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SAO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL-MG		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R AREDIO SANTANA DE ANDRADE	NÚMERO 980	COMPLEMENTO
CEP 38.200-000	BAIRRO/DISTRITO ALTO BOA VISTA	MUNICÍPIO FRUTAL
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 27/03/2019 às 14:08:05 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Ata de reunião extraordinária de posse da Vila São Vicente de Paulo de Frutal MG. Inscrita no CNPJ nº: 20.058.756/0001-07. Cito na Rua Arédio Santana de Andrade nº 980 em Frutal MG, Obra Unida da Sociedade de São Vicente de Paulo, vinculada ao Conselho Central de Uberaba, área do Conselho Metropolitano de Uberaba MG. Realizada às 14(quatorze) horas do dia 26/08/2018, do ano temático Contra as Pobrezas agirmos juntos, **"LOUVADO SEJA NOSSO SENHOR JESUS CRISTO"**! A reunião foi convocada para posse da nova diretoria, cuja administradora foi eleita em assembleia geral Extraordinária do dia 29/07/2018, conforme ata de eleição, e homologada pelo conselho metropolitano de Uberaba de 26/08/2018 A mesa foi composta pelos seguintes convidados: Confrade Celio Garcia da Silva presidente da Vila São Vicente de Paulo; a consocia Maria Glorinha Gonsalves da Silva presidente do Conselho Central de Uberaba, os confrades: Izá Silvestre Coutinho Presidente do Conselho Particular Nossa Senhora do Carmo de Frutal, Gilmar Gomes de Lima Coordenador da Ecafo do Conselho Metropolitano de Uberaba, Jaisson Silva Souza Santos Coordenador do Denor do Conselho Metropolitano de Uberaba Philipe Gonçalves Silva Coordenador de CCAs do CM Uberaba e o Confrade Neivaldo de Paula Camargos designado para secretariar os trabalhos. A reunião de posse foi declarada aberta pelo confrade Celio Garcia da Silva com as orações tradicionais da SSVP e, em seguida a consocia Raquel Mirian da Silva Paula, proclamou a leitura espiritual, Mateus, 18, 15-20, com uma breve reflexão. Em seguida o confrade Celio Garcia com o uso da palavra, apresentou um breve balanço de sua gestão na presidência da Vila São Vicente de Paulo. A seguir, foi passada a palavra para a presidente do conselho Central de Uberaba, a consocia Maria Glorinha Gonsalves da Silva, que após fazer considerações e usando as atribuições que lhe confere o Regulamento da SSVP no Brasil, em seu artigo 96, inciso XI, empossou a consocia Raquel Mirian da Silva Paula como presidente da Vila São Vicente de Paulo- SSVP, sua diretoria e conselho fiscal, pelo período de 02(dois) anos, cujo mandato inicia no dia 26/08/2018 e termina em 26/08/2020. A presidente empossada, perante assembleia, se comprometeu, juntamente com sua diretoria, a cumprir e fazer cumprir o regulamento da SSVP. Nos termos do artigo 36 da Regra, artigo 19, parágrafo I do estatuto social, o regimento interno e as decisões emanadas dos conselhos hierarquicamente superiores. Conselho Central de Uberaba, Conselho Metropolitano de Uberaba, Conselho Nacional do Brasil e da Confederação Internacional da SSVP. Falou sobre seus projetos, ações e desafios assumidos diante da responsabilidade de sua gestão. Concluído sua fala, agradeceu a presença de todos. A composição da diretoria assim foi constituída: Presidente - Consocia Raquel Mirian da Silva Paula, brasileira, Casada, natural de Frutal, do lar, portadora da RG: M 9.063.763, SSP MG inscrita no CPF: 002.709.816-83, residente na Rua Belo Horizonte 1214, Alto Boa Vista, Frutal MG. (com direito a voto); Vice Presidente: O confrade Nevilson João Souza, brasileiro, casado, natural de Frutal, Pedreiro, portador da RG M 7.816.563 SSP MG e CPF 719.748.816-87, Residente à Rua Casemiro de Abrél 452, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal MG, (com direito a voto). Primeiro secretário: Ana Paula dos Santos Oliveira Dias Braz. Brasileira, casada natural de Goiânia GO, portadora da RG: 25.711.801.9 SSP SP e CPF: 164.022.528-59, residente à Rua Afrânio Peixoto 374, Alto Boa Vista, Frutal MG. Segundo Secretário: Neivaldo de Paula Camargos, Brasileiro, casado, Administrador, natural de Frutal MG, Residente na Rua Belo Horizonte 1214 em Frutal MG, portador da RG e CPF, em Frutal MG, (com direito a voto). Primeiro Tesoureiro: Claiton Dias Braz Brasileiro, casado Natural de Frutal MG, Administrador portador da RG: MG: 5305.647 SSP MG e CPF: 900.618.886-72, residente à Rua Afrânio Peixoto 374, Alto Boa Vista, Frutal MG. Segunda tesoureira: Lucineia Alves dos Santos, brasileira, casada, natural de Frutal, Empresaria, residente na Rua Uruguai, 132 Jardim América, Frutal MG. (com direito a voto). Conselho Fiscal ficou assim constituído, Titulares: Sérgio Henrique Pereira Damasceno, brasileiro, separado, natural de Frutal, Pedreiro, portador da RG: M 5419061, CPF 718.982.556-87, residente à Rua do Marianinho 324 Bairro



Handwritten signatures and notes at the bottom of the page, including names like 'Raquel Mirian', 'Sérgio', and 'Lucineia'.

(234)

Flamboyant, Frutal MG, o confrade Marciel de Paula Souza, brasileiro Solteiro, natural de Comendador Gomes MG, Autônomo, portador da RG: mg-15.961.372 e CPF: 095.058.516-50 residente na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca 196, Centro, Comendador Gomes MG e a consocia Lucia Ramos, brasileira, casada, natural de Barretos SP, domestica portadora da RG mg. 26.727.885.8 e CPF: 172.138.708-07, residente na Rua Elis Fernandes da Silva, 54, Francisco Mourão, Frutal MG. Como suplentes: Confrade: José Raimundo da Silva, brasileiro, casado, natural de Frutal, portador da RG: mg. 264.922 SSP MG, e CPF: 108.019.796-68, residente na, Avenida José de Alencar 456, Alto Boa Vista, Frutal MG, Consocia: Nilce Aparecida Cruz de Oliveira, brasileira, casada, natural de Riolandia SP, do lar, portadora da RG:mg.14.950.944 – SSVP MG e CPF:077.852.296-27, e o confrade: Edivaldo Braz, brasileiro, casado, natural de Morro Agudo SP, portador do RG:23857165 SSP SP e CPF: 131.844.498-58, Residente na Rua Tobias Barretos 492 Alto Boa Vista Frutal MG, para cumprir mandato igual tempo da diretoria, Reunião suspensa o tempo suficiente para lavratura da ata. Reiniciados os trabalhos, a ata foi lida e aprovada, finalizando a reunião as 14: 50 (quatorze horas e cinquenta minutos). Eu Neivaldo de Paula Camargos secretário lavrei a presente ata que dato e assino. Frutal 26/08/2018.

Neivaldo de Paula Camargos

Diretoria do Conselho Central de Uberaba.

Consocia Presidente *Maricé Glorinha G. da Silva*

Diretoria da Vila São Vicente de Paulo de Frutal MG.

Consocia Presidente *Raquel Miriam da Silva Paula*

Confrade Vice Presidente *Neilson José dos Santos*

1º tesoureiro *Claiton Elias Braz*

Consocia 2ª Tesoureira *Lucineia Alves dos Santos*

1ª Secretária *Ana Paula dos Santos Oliveira Dias Braz*

Confrade 2º secretário *Neivaldo de Paula Camargos*

Conselho Fiscal

Titular *Erigio Henrique Pereira Damasceno*

Titular *Mahli de Paula Souza*

Titular *Luís Roberto*

Suplente *José Raimundo de Souza*

Suplente *Nilce Aparecida Cruz de Oliveira*

Suplente *Edson do 13*



Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 266 Pag: 1
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO

Certifico estar averbado neste cartório o documento abaixo, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de registro e livro acima.



Conselho Particular Nossa Senhora do Carmo de Frutal da SSVF
CNPJ: 20.058.756/0001-07
Rua: Arédio Santana de Andrade, nº980.
Bairro: Aho Boa Vista - Frutal - Minas Gerais

REQUERIMENTO

Ao cartório de registro de títulos e documentos da cidade de Frutal-MG.

Eu Pedro Dario Petrachi CPF 382.370.16-8-15, representante legal do CONSELHO PARTICULAR NOSSA SENHORA DO CARMO DE FRUTAL DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO, CNPJ 20.058.756/0001-07, fundada em 12/05/1986, venho requerer o registro da ata assembleia geral realizada no dia 10/01/2015, conforme edital de convocação publicado em 27 de dezembro de 2014.

Frutal 15 de junho 2015


Pedro Dario Petrachi

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 267 Pag: 2
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO Rua Arádio Santana de Andrade nº 980, Alto Boa Vista

CNPJ nº 20.058.756/0001-07



PRÉAMBULO.

O Conselho Particular Nossa Senhora do Carmo, fundado em 27 de fevereiro de 1966, pelo Conselho Central de Uberaba, com Estatuto Social primitivo registrado no Cartório do Registro de Títulos e Documentos das Pessoas Jurídicas da Comarca de Frutal/MG no Livro de Registro Civil das Pessoas Jurídicas sob o número 1.955, protocolo nº 13.425, livro A-B, fls 52, em 21/09/2004 e com última alteração estatutária pela Assembleia Geral realizada em 10 de janeiro de 2015 com sede e foro nesta cidade de Frutal, com sede na Rua Arádio Santana de Andrade nº 980, Alto Boa Vista Cep:38.200-000, inscrita no CNPJ nº 20.058.756/0001-07, promove a alteração de seus atos constitutivos, por decisão de seus Associados, que neste ato, passa a razão social para VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL/MG, ficando o Conselho Particular Nossa Senhora do Carmo despersonalizado regendo esta Obra Unida recém constituída, doravante, pelo presente Estatuto Social, pela legislação aplicável e pelo Regimento Interno, passando a vigorar, doravante, nos seguintes termos.

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FORO, DURAÇÃO E FINALIDADE.

Artigo 1º. A VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL/MG. Que doravante denominada simplesmente, VILA VICENTINA, com sede na Rua Arádio Santana de Andrade nº 980, Alto Boa Vista, CEP:38.200-000, inscrita no CNPJ nº 20.058.756/0001-07 continua sendo uma associação civil de direito privado, filantrópica, beneficente, para fins não econômicos, caritativa e de assistência social, de duração por tempo indeterminado, com personalidade jurídica distinta de seus membros.

Artigo 2º. A Vila Vicentina, por sua origem, natureza e formação no seio da SSVp no Brasil, está vinculada estatutariamente ao Conselho Central de Uberaba e ao Conselho Metropolitano de Uberaba na forma do Regulamento da SSVp no Brasil.

Parágrafo único. Caberá, também, aos Conselhos Particulares e às Conferências da SSVp no Brasil da localidade onde está situada prestar-lhe auxílio no desempenho de suas atividades, sempre que solicitadas.

Artigo 3º. A Vila Vicentina tem por finalidade a prática da caridade cristã no campo da assistência social e da promoção humana, visando especificamente a MORADIA para idosos acima de 60 anos e ainda mais:

- I) Manter estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas de ambos os sexos, em condições de saúde física e mental;
- II) Proporcionar assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, em condições de liberdade e dignidade, visando a preservação de sua saúde física e mental;

Parágrafo único. A Vila Vicentina prestará assistência gratuita aos reconhecidamente pobres, de acordo com suas possibilidades e o estabelecido na legislação em vigor.

Artigo 4º. No desenvolvimento de suas atividades a Vila Vicentina observará os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e não se fará distinção alguma quanto à raça, cor, sexo, condição social, credo político ou religioso e quaisquer outras formas de discriminação.

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 268 Pag: 3
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO: Rua Aredio Barbosa de Andrade 805, Frutal-MG

CNPJ: 20.056.786/0001-07



Artigo 5º A Vila Vicentina será um fragmento interno, elaborado pela Diretoria e homologado pelo Conselho Metropolitano de Uberlândia, que disporá o seu funcionamento, critérios e normas a serem observados, inclusive quanto à aplicação do Regulamento da SSVV no Brasil e outros assuntos de seu interesse.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO E DOS ASSOCIADOS

Artigo 6º A Vila Vicentina é organizada e constituída por um número limitado de Associados, denominados vicentinos, contêdores e consocios que ingressaram voluntariamente na SSVV no Brasil, através de uma de suas Conferências e que estejam na condição de:

- I) Membros da diretoria da Vila Vicentina com direito a voto;
- II) Membros da diretoria do Conselho Central a que está vinculada, com direito a voto, e
- III) Presidentes dos Conselhos Particulares vinculados ao Conselho Central respectivo.

§ 1º A Vila Vicentina se regerá pelo presente Estatuto Social, pela legislação brasileira aplicável, pelo Regulamento Interno e, subsidiariamente, pelo Regulamento da SSVV no Brasil, registrado e arquivado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da cidade do Rio de Janeiro/RJ, pelas Instruções Normativas, Resoluções, Portarias, Comunicados, Circulares e demais dispositivos que regem a SSVV no Brasil, emanadas do Conselho Nacional do Brasil.

§ 2º A hierarquia da SSVV no Brasil é estabelecida na seguinte ordem:

- I) Conselho Nacional do Brasil, órgão normativo cujo âmbito é nacional;
- II) Conselho Metropolitano, órgão representante do Conselho Nacional do Brasil, orientador e fiscalizador de âmbito regional;
- III) Conselho Central, órgão executivo com âmbito em áreas delimitadas;
- IV) Conselho Particular, órgão de união das Conferências com âmbito local;
- V) Conferências, grupos de vicentinos organizados em áreas de diferentes setores comunitários;
- VI) Outras Unidades, Unidades Vicentinas destinadas a atender finalidades específicas complementares às atividades das Conferências, e
- VII) Unidades de Gestão de Recursos, detentoras de bens e recursos de qualquer natureza sob espécie com a finalidade específica de utilização em benefício de outras Unidades Vicentinas indicadas em seus respectivos Estatutos Sociais.

§ 3º O Conselho Nacional do Brasil da SSVV atua em todo território brasileiro e ocupa a hierarquia máxima, está, portanto, a serviço de todos os Conselhos Metropolitanos e, através destes, a serviço dos Conselhos Centrais, Particulares, Conferências, Outras Unidades e Especiais e Unidades de Gestão de Recursos.

Artigo 7º São direitos dos Associados:

- I) Participar das Assembleias Gerais;
- II) Votar e ser votado para os cargos eletivos, atendendo os requisitos previstos neste Estatuto Social;
- III) Apresentar sugestões para a Diretoria, por escrito, para o aperfeiçoamento operacional da Vila Vicentina e apontar qualquer ação ou omissão que venha faltar às normas estatutárias e regimentais; e
- IV) A qualquer tempo, por requerimento, se desligar a título de demissão, considerando-se como renúncia às funções estabelecidas no Artigo 6º deste Estatuto Social.

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 269 Pag: 4
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO: Rua Azeite Branco de Andrade 282 - Frutal-MG

CNPJ: 26.998.756/0001-07



§ 1º. O exercício dos direitos constantes do "caput" deste Artigo e o cumprimento dos deveres pelos Associados serão regidos por este Estatuto Social e pelo Regulamento da SSVV no Brasil.

§ 2º. Os Associados não adquirirão direito algum sobre os bens e direitos da Vila Vicentina e da SSVV no Brasil, a qualquer título ou pretexto.

Artigo 6º São deveres do Associado:

- Cumprir o presente Estatuto Social, o Regimento Interno e o Regulamento da SSVV no Brasil;
- Acatar as decisões da Diretoria e as Resoluções das Assembleias;
- Zelar pelo decoro, bom nome e funcionamento da Vila Vicentina e da SSVV no Brasil;
- Prestar, como voluntário, colaboração vicentina na Vila Vicentina, incumbindo-se dos cargos e funções que lhe forem atribuídos, sem direito a salários, indenizações, compensações, benefícios ou remunerações de qualquer espécie ou natureza.

Artigo 6º Deverá de ser Associado:

- Por vontade própria, quem assim o desejar;
- Aquele que, comprovadamente, em função de sua conduta, tenha-se motivo de escândalo ou atentar contra os princípios estabelecidos no Regulamento da SSVV no Brasil;
- Quem transgredir o estabelecido no Artigo 6º e seus Incisos;
- Buscar fora do âmbito administrativo da SSVV a solução de litígio ou de disputa vicentina, sem antes recorrer ao Comitê de Reconciliação do Conselho Nacional do Brasil;
- Quem, por qualquer motivo, deixar de exercer as funções descritas nos Incisos I, II e III do "caput" do Artigo 6º deste Estatuto Social.

Artigo 10 - A exclusão do Associado se dará por meio de procedimento administrativo, por decisão da Diretoria e referendada em Assembleia Geral.

§ 1º. Observando facultar-lhe ampla defesa o Associado poderá, sucessivamente e na ordem indicada, no prazo de 15 (quinze) dias:

- Solicitar uma nova Assembleia Geral para apreciar seu recurso de reconsideração, por escrito e fundamentado;
- Caso mantida a decisão, recorrer ao Comitê de Reconciliação do Conselho Nacional do Brasil;
- Se não mantida, ainda a decisão, recorrer ao Presidente do Conselho Geral da SSVV.

§ 2º. Igual procedimento será adotado no caso Vila Vicentina, por sua Diretoria, que desejar apresentar possíveis recursos da decisão da Assembleia Geral.

Artigo 11. Excluído da Vila Vicentina por qualquer que seja o motivo, ou dela referendo-se, o Associado não terá direito a qualquer indenização, compensação ou remuneração de qualquer espécie ou natureza pelos serviços prestados nesta condição de Associado nos termos do Artigo 3º - Inciso II.

Artigo 12. Os Associados não respondem solidária ou subsidiariamente pelos encargos e obrigações da Vila Vicentina.

Parágrafo Único. Os Associados que são membros da Diretoria respondem solidariamente à SSVV no Brasil e perante terceiros prejudicados, por culpa ou dolo no desempenho de suas funções.

CAPÍTULO III - DO MODO DE CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO.

Protocolo: 026039
Rcg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 270 Pag: 5
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO: Rua Anísio de Godim de Andrade 260, Frutal MG

CNPJ: 20.052.706/0001-67



Artigo 13. A Vila Vicentina é constituída dos seguintes órgãos:

- I) Assembleia Geral, órgão deliberativo;
- II) Diretoria, órgão administrativo; e
- III) Conselho Fiscal, órgão fiscalizador.

Artigo 14. A Assembleia Geral é constituída dos Associados que fazem parte da Diretoria da Vila Vicentina, com direito a voto, da Diretoria do Conselho Geral e dos Presidentes dos Conselhos Particulares, e a ela compete:

- I) Eleger o administrador e o Conselho Fiscal, entendendo-se por administrador o Presidente;
- II) Aprovar a reforma do Estatuto Social, submetendo a decisão à manifestação oficial do Conselho Metropolitano da região;
- III) Destituir o Presidente ou membros da diretoria;
- IV) Destituir o Conselho Fiscal ou qualquer um de seus membros;
- V) Decidir, em grau de recurso, a exclusão do Associado;
- VI) Decidir sobre a extinção da Vila Vicentina, quando impossível a continuidade de suas atividades; e
- VII) Apreciar o Relatório da Diretoria e deliberar sobre o Relatório Anual de Atividades, o Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período, após parecer do Conselho Fiscal.

Artigo 15. A Assembleia Geral realizar-se-á anualmente, no primeiro trimestre, para os efeitos do inciso VII do Artigo 14 deste Estatuto Social.

Artigo 16. A Assembleia Geral realizar-se-á extraordinariamente, quando convocada:

- I) pela Diretoria;
- II) pelo Conselho Fiscal;
- III) por requerimento de 1/3 (um terço) dos Associados;
- IV) pelo Conselho Central;
- V) pelo Conselho Metropolitano da região; e/ou
- VI) pelo Conselho Nacional do Brasil da SSVP.

Artigo 17. A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital, contendo data, horário, local e pauta, afixado na sede da Vila Vicentina e/ou enviado por outros meios convenientes a todos Associados que a compõem:

- I) de regra geral, com antecedência de 5 (cinco) dias; e
- II) com antecedência de 30 (trinta) dias, no caso de convocação de eleições.

§ 1º Será instalada, em primeira convocação, com a totalidade dos Associados, com direito a voto, ou em 2ª (segunda) convocação, com qualquer número destes.

§ 2º Será presidida pelo Presidente da Diretoria e, em suas ausências ou impedimentos, pelos seus substitutos legais e, na falta destes, por Associado designado por seus integrantes.

§ 3º Nos casos de destituição da Diretoria ou do Conselho Fiscal, ou qualquer de seus membros, bem como reforma estatutária, é exigida a voto concorde de 2/3 dos Associados presentes à Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos Associados, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 271 Pag: 6
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR.

Livro A

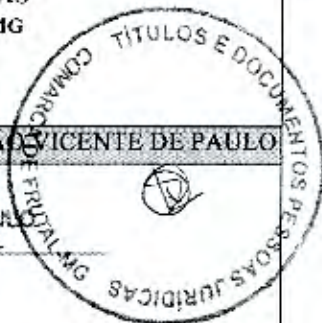
Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO Rua Andréa Santana de Andrade 555, Frutal-MG

CNPJ: 20.258.756/0001-07



§ 4º Somente se deliberará sobre os assuntos específicos para os quais tenham sido convocadas

§ 5º As atas serão lavradas e aprovadas ao seu término e assinadas pelo Presidente da Assembleia Geral, pelo Secretário e por todos os Associados e visitantes presentes

Artigo 18. A Vila Vicentina será administrada por uma Diretoria constituída pelo Presidente e, no mínimo, 1 (um) Vice-Presidente, 1 (um) Secretário e 1 (um) Tesoureiro

§ 1º O Presidente e Vice-Presidente deverão ser Associados (confrades ou consócios) com, no mínimo de 2 (dois) anos de atividade vicentina ininterrupta

§ 2º A Diretoria cumprirá mandato de 2 (dois) anos, salvo interrupção por qualquer motivo, sendo admitida apenas uma reeleição consecutiva do Presidente

§ 3º Havendo membros da diretoria que não sejam vicentinos (confrades e consócios), os mesmos não terão direito a voto nas Assembleias Gerais

§ 4º Importará em abandono do cargo e falta injustificada de membros da diretoria a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas ao longo do respectivo mandato

§ 5º O membro de diretoria que for afastado por ausência prolongada, renúncia ou exclusão não poderá ser eleito nem designado para a Diretoria do mandato subsequente

§ 6º O Presidente da Vila Vicentina e os demais membros da diretoria que forem Associados (confrades e consócios) não estão dispensados de suas obrigações junto às suas respectivas Conferências

§ 7º O Presidente eleito nomeará os demais membros de sua Diretoria, mas em número sempre inferior à soma dos membros da diretoria do Conselho Central e Presidentes de Conselhos Particulares

§ 8º Os membros da diretoria não substituíveis em qualquer tempo, a critério do Presidente, e seus respectivos mandatos terminam com o do Presidente que os nomeou

Artigo 19. Compete à Diretoria, dentro seus direitos e deveres:

- I) Elaborar o Programa Anual de Atividades e executá-lo, de forma a cumprir com as obrigações estatutárias da Vila Vicentina
- II) Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o Relatório Anual de Atividades e o Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período, remetendo-os ao Conselho Central até o dia 31 (trinta e um) do mês de março de cada ano
- III) Buscar junto à comunidade e instituições da sociedade civil os recursos necessários para sua subsistência
- IV) Relacionar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum
- V) Contratar empresa ou profissional com habilitação legal junto ao Conselho Regional de Contabilidade para assegurar cumprimento das obrigações legais e execução dos serviços contábeis, departamento de pessoal e serviços correlatos, elaborados em notas reveladoras de formalidades legais
- VI) Exigir da empresa ou do profissional liberação referente no Anexo V os balanços mensais e o Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 272 Pag: 7
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

Endereço: Rua Amador Sant'Anna de Andrade 280, Frutal-MG

CNPJ: 20.055.750/0001-07



- no final de cada exercício civil, devendo ser publicado até 31 de março de cada ano, sob as exigências legais;
- VII) Encaminhar antecipadamente para ciência do Conselho Central e aprovação do Conselho Metropolitano da região, as campanhas que objetivem angariar fundos financeiros;
 - VIII) Obter autorização prévia e expressa do Conselho Metropolitano da região para celebrar convênios e contratos de qualquer natureza com órgãos públicos, empresas privadas ou pessoas físicas;
 - IX) Apresentar até 15 (quinze) de fevereiro de cada ano, ao Conselho Fiscal, toda a documentação relativa ao ano civil anterior, a saber: o Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo da Superávit ou Déficit do Período, juntamente com o Relatório das Atividades, acompanhados especialmente dos extratos bancários das contas de movimento e aplicações financeiras e também, o Relatório do Inventário dos bens patrimoniais;
 - X) Determinar a execução de construções e reformas de bens imóveis que não comprometam sua posição socioeconômica, com prévio conhecimento e autorização do Conselho Metropolitano da região;
 - XI) Apresentar e decidir matérias relacionadas à sua administração, observando-se o presente Estatuto Social e o Regulamento da SSVP no Brasil;
 - XII) Solicitar ao Conselho Central o encaminhamento ao Conselho Metropolitano da região do pedido de autorização para aquisição (compra, doação, legado e outros), alienação ou constituição de ônus sobre seus bens imóveis, instruindo-o com a cópia da ata da Reunião da Diretoria e 3 (três) avaliações prévias de imóveis existentes na região;
 - XIII) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto Social, o Regulamento Interno e o Regulamento da SSVP no Brasil;
 - XIV) Elaborar e assinar o Regulamento Interno, encaminhando-o ao Conselho Metropolitano da região para homologação;
 - XV) Zelar pelo patrimônio do Conselho Prestador e tomar providências quando do conhecimento de que o patrimônio de alguma Unidade Vicentina que lhe esteja vinculada não está sendo bem administrado;
 - XVI) A exigência do inciso VI também se aplicará quando o término do mandato não coincidir com o do ano civil ou por qualquer motivo for interrompido, com exceção da publicação; e
 - XVII) Nos casos em que o término do mandato não coincidir com o do ano civil ou por qualquer motivo for interrompido a obrigação prevista no inciso IX, deverá ser cumprida no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do seu término.

Artigo 20. A Diretoria da Vila Vicentina reunir-se-á ordinariamente pelo menos uma vez por mês, em local, dia e hora designados pelo Presidente e, extraordinariamente, quando se fizer necessário, com designação da matéria a ser tratada.

Artigo 21. A Diretoria da Vila Vicentina e seu Conselho Fiscal reconhecem e assinem o Regulamento da SSVP no Brasil, bem como as deliberações e determinações dos Conselhos Central, Metropolitano e Nacional do Brasil.

Artigo 22. São atribuições do Presidente:

- I) Representar a Vila Vicentina, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II) Convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e das Assembleias Gerais;
- III) Dirigir e orientar as atividades da Vila Vicentina;
- IV) Assinar cheques, atos e outros documentos de natureza econômico-financeira, sempre em conjunto com o Tesoureiro.

026039

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 273 Pag: 8
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR.

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO: Rua Antônio Santana de Almeida 360, Frutal-MG

CNPJ: 20.036.788/0001-07



- V) Admitir e demitir empregados, respeitando a legislação trabalhista e as convenções coletivas de cada categoria profissional;
- VI) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto Social, o Regimento Interno e o Regulamento da SSVP no Brasil;
- VII) Tomar as providências para atendimento do estabelecido no Artigo 10 - Inciso VIII;
- VIII) Solucionar os casos omissos que lhe forem submetidos a exame ou que chegarem a seu conhecimento;
- IX) Participar das reuniões convocadas pelo Conselho Central e/ou pelo Departamento de Normalização e Orientação do Conselho Metropolitano da região, prestando contas de suas atividades e cumprindo as determinações que lhe são conferidas; e
- X) Nomear os membros da Diretoria.

Artigo 23. São atribuições do Vice-Presidente:

- I) Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos temporários;
- II) Assumir o mandato, em caso de vacância, e convocar as eleições no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do Artigo 30; e
- III) Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente.

Parágrafo único. Havendo mais de um Vice-Presidente são suas atribuições, observada a respectiva ordem de precedência, cooperar com o Presidente, dirigir comissões específicas e substituir o Presidente e o Primeiro Vice-Presidente nas suas ausências e impedimentos.

Artigo 24. São atribuições do Primeiro Secretário:

- I) Secretariar as reuniões da Diretoria e as Assembleias Gerais elaborando as respectivas atas;
- II) Ler a ata da reunião anterior, fazendo as observações necessárias, que deverão constar na ata seguinte, e divulgar todas as notícias das atividades;
- III) Verificar e atualizar o cadastro dos membros;
- IV) Atender à correspondência, dando ciência das receitas e enviando e conservar em ordem todo o expediente da Secretaria;
- V) Elaborar os Relatórios das Atividades Anuais em conjunto com os demais membros da Diretoria;
- VI) Preparar e manter em dia os arquivos dos Associados e contribuintes;
- VII) Organizar e controlar os serviços de arquivo e fichário da Secretaria, inclusive o arquivo patrimonial;
- VIII) Executar outros serviços solicitados pelo Presidente; e
- IX) Assumir o mandato do Presidente, em caso de vacância e na falta dos Vice-Presidentes, nos termos do Artigo 30.

Artigo 25. São atribuições do Segundo Secretário, se houver:

- I) Substituir o Primeiro Secretário em suas ausências ou impedimentos temporários e prestar a sua colaboração na organização dos serviços da secretaria; e
- II) Em caso de vacância, assumir o cargo de Primeiro Secretário, podendo nele permanecer até o fim do mandato ou até que seja nomeado um novo; e
- III) Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro Secretário.

Artigo 26. São atribuições do Primeiro Tesoureiro:

- I) Receber e emitir em livro de caixa as contribuições, rendas de qualquer tipo, auxílios e doativos em dinheiro de espécie, mantendo em dia a escrituração totalmente comprovada;

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 274 Pag: 9
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDERÇO Rua Américo Bortolotto de Andrade 980, Frutal-MG

CNPJ: 20.956.758/0001-07



- (II) Pagar as contas com o visto do Presidente;
- (III) Assinar cheques e/ou outros documentos de natureza econômico-financeira, sempre em conjunto com o Presidente;
- (IV) Apresentar em todas as Reuniões da Diretoria o Relatório Financeiro do mês anterior ou sempre que for solicitado pelos órgãos da Vila Vicentina, do Conselho Central ou do Conselho Metropolitano da região;
- (V) Providenciar, em tempo hábil, recebimentos de juros, dividendos e outros rendimentos;
- (VI) Conservar sob sua guarda e responsabilidade exclusiva o numerário e documentos relativos a tesouraria, inclusive contas bancárias;
- (VII) Apresentar ao Conselho Fiscal, sempre que solicitado, o balanço devidamente assinado por empresa de contabilidade ou profissional habilitado, juntamente com os livros contábeis e auxiliares, e documentação completa;
- (VIII) Providenciar no término do mandato da Diretoria: Certidões Negativas de Débitos (CND), com até 30 dias antes do término do mandato, quanto ao INSS, FGTS, certidões de quitação ou isenção de tributos geridos pela Receita Federal, Estadual e/ou Municipal, e que sejam aplicáveis à Vila Vicentina, bem como alvará de licença de funcionamento da Secretaria da Saúde e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) atualizados, conforme cada caso;
- (IX) Depositar em estabelecimento bancário, em nome da Vila Vicentina, todas as importâncias recebidas;
- (X) Entregar o Mapa Financeiro Mensal, instituído pelo Conselho Nacional do Brasil, bem como recolher ao Conselho Central a contribuição de duodécimas e mês - 2,5% (dois e meio por cento) de sua arrecadação bruta, excluídas apenas as subempresas filiais;
- (XI) Manter em caixa, se necessário e por conveniência, para as despesas de pequeno valor, a importância de até 2 (dois) salários mínimos, da qual p restará conta à Diretoria mensalmente;
- (XII) Assumir o mandato do Presidente, em caso de vacância e na falta simultânea dos Vice-Presidentes e Secretários, nos termos do Artigo 30, e;
- (XIII) Executar outras tarefas do trabalho da Tesouraria ou solicitadas pelo Presidente.

Artigo 27. São atribuições do Segundo Tesoureiro:

- I) Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas ausências ou impedimentos temporários;
- II) Assumir o mandato do Primeiro Tesoureiro, em caso de vacância, podendo nele permanecer até o fim do mandato ou até que seja nomeado um novo; e
- III) Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

Artigo 28. O Presidente e respectivas Diretoria firmarão, antes da posse, junto ao Conselho Central e o Conselho Metropolitano da região "Termo de Compromisso", que prevê o respeito, cumprimento e a obrigação de se fazer cumprir o Regulamento da SSVP no Brasil e o presente Estatuto Social, especialmente no tocante ao resguardo dos seus bens, ao atendimento zeloso da parte administrativa e ao recolhimento obrigatório da contribuição financeira regularmente estabelecida no inciso X do Artigo 26 e Artigo 43.

Parágrafo único. Os cargos de Diretoria devem ser considerados uma responsabilidade, não honraria.

CAPÍTULO IV - DAS ELEIÇÕES

Artigo 29. O Presidente e os membros do Conselho Fiscal serão eleitos em escrutínio secreto, pelos votos da maioria simples das Associações integrantes da Assembleia Geral, conforme previsto no Artigo 14 - inciso I, observando-se:

045/06.5620

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 275 Pag: 10
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

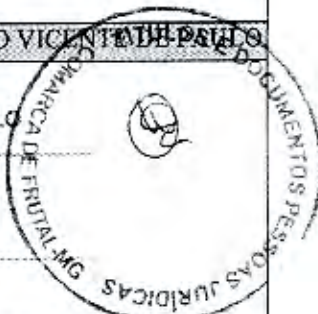
Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO: Rua Azeite de Santana de Andrade 300 - Frutal-MG

CNPJ: 26.058.736/0001-07



- I) Inscrição mínima de 2 (dois) candidatos a Presidente;
- II) Os nomes dos candidatos deverão ser apresentados ao Conselho Central, para apreciação prévia e aprovação;
- III) Os candidatos ao cargo de Presidente deverão ser cidadãos ou cidadãs com atividade voluntária ativa e ininterrupta de no mínimo de 2 (dois) anos em uma Conferência, e não ter atingido os 70 (setenta) anos de idade;
- IV) O voto é pessoal e unitário, sendo que o eleitor exerce mais de uma função diretiva nos órgãos de administração do SSVV no Brasil;
- V) Cada eleitor terá direito de votar nos candidatos de sua preferência, sendo admitido o voto por correspondência desde que não possa ser identificado e chegue às mãos da Comissão de Apuração antes do encerramento da votação;
- VI) No prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias antes do vencimento dos mandatos os candidatos aos cargos de Presidente e do Conselho Fiscal devem fazer os registros das candidaturas na Secretaria de Vila Vicentina apresentando "currículos de vida" individuais;
- VII) A convocação das eleições será feita por edital, afixado na sede da Vila Vicentina contendo data, horário e local e pauta, sido enviado por outros meios convenientes a todos Associados que a compõem, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data das eleições;
- VIII) As eleições deverão ocorrer no mínimo 90 (noventa) dias antes do término dos mandatos e a realização e apuração deverão ocorrer no mesmo dia;
- IX) As eleições e a apuração deverão consistir de ata, assim como os nomes dos votantes, e cópia dessa ata deverá ser enviada pelo Presidente em exercício ao Conselho Central ao qual está vinculado, para homologação;
- X) Em caso de empate será eleito Presidente quem tiver mais tempo de atividade voluntária ininterrupta no SSVV no Brasil como Associado em uma de suas Conferências, e persistindo o empate, será eleito o mais idoso;
- XI) No período de 30 (trinta) dias que antecedem às eleições, os Associados são convidados a receber a oração própria ao Divino Espírito Santo por aqueles que tenham direito a voto e pelos que ocupem aos cargos;
- XII) A apuração ficará sob a responsabilidade de comissão composta de pelo menos 3 (três) Associados, nomeados pelo Presidente da Diretoria;
- XIII) As eleições e a apuração deverão consistir de ata, assim como os nomes dos votantes, e cópia dessa ata deverá ser enviada pelo Presidente em exercício ao Conselho Metropolitano para homologação;
- XIV) Não havendo manifestação no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da comunicação, ter-se-á como válida a homologação;
- XV) O Conselho Central também pode recusar, fundamentadamente, a homologação das eleições, determinando a realização de novas, no prazo de 90 (noventa) dias, nos mesmos termos deste Estatuto Social;
- XVI) Após comunicação por escrito do ato que anulou as eleições, haverá necessidade de novas inscrições de candidaturas, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da nova eleição;
- XVII) A Diretoria e o Conselho Fiscal poderão posse em Reunião Ordinária ou Extraordinária por ato do Presidente ou Representante do Conselho Central;
- XVIII) As sessões da nova Diretoria e do Conselho Fiscal poderão ser feitas em solenidade própria, mas somente entrará em exercício no primeiro dia imediatamente posterior ao término dos mandatos anteriores, salvo nos casos de interrupção por qualquer motivo;
- XIX) Os empregados, embora possam ser voluntários proclamados, não podem ser eleitos nem nomeados para cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal;

Artigo 30- Em caso de ausência da presidência por qualquer motivo haverá a interrupção dos mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 276 - Pag: 11
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ESTABELECIMENTO: Rua Jovito Gontar de Andrade 980, Frutal-MG

CNPJ: 36.058.758/0001-67



§ 1º Quando esse fato o Vice-Presidente ou demais substitutos legais, assume o exercício da presidência e providências a eleição para um novo mandato, no prazo de 90 (noventa) dias

§ 2º Consultado o Conselho Metropolitano da região e, a juízo do referido, esse prazo poderá ser prorrogado em até 180 (cento e oitenta) dias no interesse da SSVP

Artigo 31. O Presidente deverá ser afastado pelo Conselho Central quando houver ausência prolongada, por período superior a 90 (noventa) dias

Parágrafo único. Os demais membros da diretoria que forem afastados por ausência prolongada, ou por renúncia, não poderão ser eleitos nem designados para a Diretoria do mandato subsequente

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 32. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros titulares e 2 (dois) suplentes, eleitos em escrutínio secreto, pela maioria simples dos Associados integrantes da Assembleia Geral, conforme previsto no Artigo 14 - inciso I, observando-se:

§ 1º O mandato dos membros do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria, observado o Artigo 30 deste Estatuto Social

§ 2º Em caso de vacância, um suplente assumirá o cargo até o término do mandato

§ 3º São impedidos de participar do Conselho Fiscal os Associados integrantes da Assembleia Geral, empregados e parentes de até o 3º grau ou cônjuges de membros da diretoria

Artigo 33. Compete ao Conselho Fiscal:

- Examinar a qualquer tempo os livros de escrituração, exigir a apresentação dos documentos que julgar necessários e que digam respeito à administração econômica-financeira;
- Analisar os livros de escrituração, balancetes, Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo da Superávit ou Déficit do Período, verificar o patrimônio social e toda documentação do exercício, opinando sobre o desempenho financeiro e contábil e operações patrimoniais realizadas, para fins de apreciação;
- Notificar a Diretoria a respeito de falhas e irregularidades que eventualmente constatar

§ 1º O parecer de que trata o inciso II se dará em 20 (vinte) dias, por escrito, para apreciação da Assembleia Geral

§ 2º Reunião será, ordinariamente, a cada 6 (seis) meses, durante as primeiras quinze dias de março e setembro, em dia, local e hora previamente estabelecidos, e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Presidente ou por 2/3 dos membros da Diretoria da Vila Vicentina

§ 3º As faltas injustificadas de qualquer membro do Conselho Fiscal a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas serão consideradas como abandono de cargo

§ 4º As reuniões extraordinárias de que dependam da apresentação de documentos pela Diretoria da Vila Vicentina devem ser comunicadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência

CAPÍTULO VI - DO PATRIMÔNIO E DAS FONTES DE RECURSOS

[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page]

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 277 Pag: 12
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO: Rua Azeite Sarney de Andrade 335 - Frutal-MG

CNPJ: 20.023.758/0001-87



Artigo 34. O Patrimônio da Vila Vicentina é constituído por todos os bens de qualquer natureza, que possuam ou venha possuir:

Artigo 35. São fontes de recursos:

- Donativos, contribuições, auxílios, subvenções, convênios, doações e legados patrimoniais de pessoas físicas e/ou jurídicas;
- Rendas de bens patrimoniais;
- Promoções e eventos;
- Rendimentos de aplicações financeiras;
- Subvenções dos poderes públicos Municipal, Estadual e Federal;
- Receitas provenientes de prestação de serviços;
- Doações de Conselhos, Conferências e/ou outras Órgãos Unidas da SSVP no Brasil e exterior;
- Aluguéis;
- Coletas realizadas em reuniões e/ou outras atividades; e
- Outras, especialmente atividades desenvolvidas com intenção especial de arrecadar recursos financeiros.

Artigo 36. A Vila Vicentina declara e se compromete, sob as penas da lei:

- Aplicar suas receitas, rendas, rendimentos e o eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- Não perceberem os membros da diretoria, conselheiros, associados, instituidores, benfiteiros ou equivalentes remuneração, vantagens ou benefícios, diretos ou indiretos, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- Destinar, em caso de dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente ao Conselho Central da Libertação da Sociedade de São Vicente de Paulo;
- Prestar serviços gratuitos, na medida do possível, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela e nos limites de suas possibilidades de recursos humanos, materiais e financeiros; e
- Aplicar os recursos advindos dos poderes públicos em conformidade ao estabelecido nos convênios e legislação aplicável.

Parágrafo único. A dissolução ou extinção da Vila Vicentina somente se efetivará se se tornar impossível a continuidade de suas atividades, se decidida pela Diretoria, com aprovação da Assembleia Geral especialmente convocada e presença do Conselho Metropolitano da região, após a respectiva liquidação nos termos do Artigo 81 do Código Civil Brasileiro, com o remanescente patrimonial destinado conforme previsto no inciso II.

Artigo 37. Todos os bens patrimoniais da Vila Vicentina, estão exclusivamente a serviço de seus objetivos sociais e a Diretoria responde e se obriga pela sua guarda, conservação, administração e pela correta aplicação de seus recursos.

Artigo 38. Não se reconhece a validade de toda e qualquer alienação, aquisição e que título for, permuta, comodato ou constituição de quaisquer ônus sobre bens imóveis da Vila Vicentina, realizadas sem a prévia ~~anulação~~ aprovação do Conselho Central e a expressa autorização do Conselho Metropolitano da região, nos termos do Artigo 42 do Regulamento da SSVP no Brasil.

§ 1º Na transcrição do registro imobiliário deverá constar o impedimento de alienação sem autorização prévia do Conselho Metropolitano da Região, nos termos do "cadu".

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 278 Pag: 13
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO: Rua Avenida Santos da Andrade 583, Frutal-MG

CNPJ: 20.030.758/0001-07



§ 2º O não atendimento ao disposto neste Artigo implica em violação ao Artigo 1.268 e seus Parágrafos 1º e 2º do Código Civil Brasileiro, sem prejuízo das sanções penais previstas no Código Penal Brasileiro.

§ 3º Os bens móveis e imóveis deverão ser identificados e cadastrados em livro próprio, que deve ser mantido rigorosamente atualizado.

§ 4º Os veículos e os bens imóveis, especialmente, deverão ser identificados pelo registro oficial da SSVP, podendo isto ser adaptado com o nome da Unidade Vicentina proprietária.

CAPÍTULO VII - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Artigo 39. A prestação de contas observará, no mínimo:

- I) Os princípios fundamentais e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II) A publicidade, por qualquer meio oficial, no encerramento do exercício fiscal, ao Relatório de Atividades e demonstrações financeiras, incluindo as Cartilhas Negativas de Débitos junto ao INSS e ao FGTs, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III) A realização de auditoria independente, nos casos previstos na legislação; e
- IV) De todos os recursos, bens ou valores que utilize, arrecade, guarde, gere ou administre.

Artigo 40. Para efeito de encerramento do Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período observar-se-á o ano civil e a escrituração de todos os atos e fatos contábeis deverão ser feita em livros revestidos de formalidades legais, ser publicados nos prazos previstos, de acordo com as exigências legais.

Parágrafo único: Quando o término do mandato da Diretoria não coincide com o do ano civil deverá ser providenciado balanço extraordinário, cumprindo-se o estabelecido para os balanços ordinários, especificamente quanto aos prazos e demais obrigações previstas neste Estatuto Social.

Artigo 41. Os membros da diretoria não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações assumidas, salvo aquelas provenientes de ação, omissão voluntária, negligência ou imprudência, que importarem violação de direito legalmente estabelecido ou disposição prevista neste Estatuto Social e causarem prejuízo à própria Vila Vicentina ou a terceiros, hipóteses em que os responsáveis ficarão obrigados a reparar os danos com as implicações cíveis e criminais de seus atos.

CAPÍTULO VIII - DO VOLUNTARIADO.

Artigo 42. A Vila Vicentina poderá organizar o trabalho voluntário de não-associados à SSVP no Brasil, para o atendimento de suas finalidades institucionais.

§ 1º O trabalho voluntário será disciplinado no Regimento Interno, devendo o Contratado firmar o competente "Contrato de Trabalho Voluntário" ou "Termo de Voluntário", na forma da lei.

§ 2º Os voluntários não associados à SSVP no Brasil serão inscritos em livro e/ou listas competentes.

§ 3º A organização desse trabalho dependerá de orientações do Conselho Metropolitano da região.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36-AV: 00002
Folha: 279 Pag: 14
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO: Rua Avenida Santos de Andrade 337, Frutal-MG

CNPJ: 20.050.156/0001-07



Artigo 43. A Vila Vicentina está sujeita à contribuição mensal de duzentos e sessenta e seis (266) reais (R\$ 266,00) ao Conselho Central, calculada sobre sua receita bruta, nos termos dos Artigos 47 e 48 do Regulamento da SSVP no Brasil.

Artigo 44. A Vila Vicentina poderá firmar convênios com entidades assistenciais, públicas ou privadas, tudo no interesse de sua manutenção e desenvolvimento de suas atividades estatutárias.

Parágrafo único: Em se tratando de firmar convênios e contratos de qualquer natureza com órgãos públicos, empresas privadas ou pessoas físicas, a serem elaborados nos termos da legislação em vigor, é necessária a autorização prévia do Conselho Metropolitano de Uberaba, após parecer do Departamento Normatização e Orientação (DENOR).

Artigo 45. A Vila Vicentina não é mantida pelo Conselho Central de Uberaba, pelo Conselho Metropolitano de Uberaba e pelo Conselho Nacional do Brasil, tendo todas personalidades jurídicas e Diretoria próprias, recursos distintos e escritas contábeis independentes.

Artigo 46. Desde que não contrarie a finalidade principal da Vila Vicentina e o Regulamento da SSVP no Brasil, esse Estatuto Social poderá ser reformado total ou parcialmente, em qualquer época ou momento.

Parágrafo único: A proposta, devidamente fundamentada, somente poderá ser feita por sua Diretoria, pelo Conselho Central, pelo Conselho Metropolitano de Uberaba ou pelo Conselho Nacional do Brasil, nos termos do § 3º do Artigo 1º deste Estatuto Social.

Artigo 47. O Conselho Nacional do Brasil da SSVP, como órgão normativo da atividade vicentina em todo território brasileiro, pode intervir nas Unidades Vicentinas de acordo com o Artigo 6º, § 2º, a qualquer tempo.

§ 1º. A Vila Vicentina, no desenvolvimento de suas atividades, submeter-se-á à orientação e fiscalização do Conselho Metropolitano de Uberaba, através de seu DENOR - Departamento de Normatização e Orientação.

§ 2º. Se não houver instalado o DENOR do Conselho Metropolitano ou região ou não estiver em funcionamento regular, suas funções poderão ser sucedidas pelo DENOR do Conselho Nacional do Brasil, no interesse da SSVP.

Artigo 48. Não poderá se admitir empregados com parentesco de até o 3º grau ou cônjuge de membros da Diretoria.

Artigo 49. Os casos omissos neste Estatuto Social e no Regulamento Interno, bem como sua interpretação, serão resolvidos pela Diretoria e referendados, se necessário, pela Assembleia Geral e Conselho Metropolitano da região.

Artigo 50. O presente Estatuto só poderá ser registrado após homologação do Conselho Metropolitano de Uberaba.

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 280 Pag: 15
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

54089920 Rua Aécio Santana de Andrade 360 Frutal MG

CNPJ: 29.058.788/0001-87



Artigo 51. O presente Estatuto Social revoga os anteriores ou quaisquer outras disposições contrárias e entrará em vigor na data de seu registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Comércio de Frutal-Minas Gerais.

Frutal-Minas Gerais, 10 de Janeiro de 2015

CPF: [assinatura]
Presidente
CPF: 382.370.168-15

[assinatura]
Secretário
CPF: 262.529.726-87

[assinatura]
Marco Aurélio Rodrigues Ferreira
OAB: MG/92.202

Conselho Metropolitano de Uberaba da SSVV
CNPJ: 18.474.984/0001-08

DEPARTAMENTO NOTARIZADO
E ORIENTAÇÃO
Breno Domingos G. Rosa
Coordenador

[assinatura]
Conselho Metropolitano de Uberaba da SSVV
CNPJ: 18.474.984/0001-08

Dou fê. Frutal, 16 de abril de 2019.

[assinatura]
Mayara Oliveira Silva - escrevente

Código	Alto	Qtd	Emolumento	ISS	Recomp	TFJ	Total
8501-1	Certidão PJ	1	R\$17,75	R\$0,35	R\$1,07	R\$6,65	R\$25,82
6502-9	Folha Adicional PJ	14	R\$17,50	R\$0,28	R\$1,12	R\$3,78	R\$22,68
Total			R\$35,25	R\$0,63	R\$2,19	R\$10,43	R\$48,50

Poder Judiciário - TJMG - Coordenadoria Geral de Justiça
1º Ofício Registral de Títulos e Documentos e PJ de Frutal/MG

Selo Número: CNJ46534
Código: 7395.1414.1028.0840

Total de atos: 15. Total: 57,44. Total: 57,44. Total: 57,44.
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.trf3.jus.br>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PII-327

POLÍCIA DELEGADA

Raquel Mirian da Silva Paula

1º TABELIONATO DE NOTAS
CARTEIRA DE IDENTIDADE

AUTENTICAÇÃO
Este é reprodução fiel da face do documento apresentado. Dou fé

FRUTAL MG 27 MAR 2005

da verdade

João Benedito Roberto dos Reis - Tabelião
José Antônio de Freitas - Escrevente

Selo de Fiscalização

AUTENTICAÇÃO

CXK 72423

O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL M-9.063.763 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/06/94

NOME
RAQUEL MIRIAN DA SILVA PAULA

FILIAÇÃO
EDIS MARGARIDO DA SILVA
GERALDA APARECIDA DA SILVA

NATURALIDADE
FRUTAL-MG DATA DE NASCIMENTO 08/03/74

DOC ORIGEM
CAS.LV-30B FA.-89 FRUTAL-MG

CPF 002709816-83

ASSINATURA DO DIRETOR

PII-327

LEINº 7.118 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

002.709.816-83

RAQUEL MIRIAN DA SILVA PAULA

04/03/1974

AUTENTICAÇÃO
Este é reprodução fiel da face do documento apresentado. Dou fé

FRUTAL MG 27 MAR 2005

da verdade

Selo de Fiscalização

AUTENTICAÇÃO

CXK 72424

Cartão de uso pessoal e intransferível
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Janairo/2005

CORREIOS

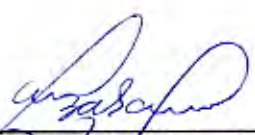
www.correios.gov.br

Ata de Reunião do Conselho Comunitário

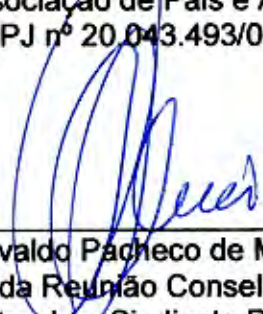
Associação Comunitária Cultural Frutalense - CNPJ 06.933.165/0001-00

Aos 14 de Setembro de 2018 às 09h00 horas, reuniram-se os integrantes do Conselho Comunitário da Associação Comunitária Cultural Frutalense - CNPJ 06.933.165/0001-00, para apresentar relatório contendo a grade de programação com a descrição e a avaliação dos programas veiculados durante o ano de 2018, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária. O Sr. Presidente da entidade Lincoln Biage Gomes, agradeceu a presença de todos os representantes das entidades participantes do Conselho Comunitário e informou que durante o período de 2017 e 2018, observaram atentamente o caráter da programação da rádio, na sua finalidade exclusiva de atender a comunidade, se colocando a disposição para seguir as recomendações a serem propostas pelo Conselho, bem como que continuará atendendo as disposições da Lei 9612/98 e portarias afins. Em seguida o Sr. Presidente apresentou aos membros do Conselho Comunitário um relatório da programação da emissora, que segue anexo a esta ata e passou a condução da reunião aos membros do Conselho Comunitário. Iniciando os trabalhos, foi composta a mesa diretiva da presente reunião pelos senhores: Nivaldo Pacheco de Moraes, Presidente, e secretariando a Sra. Maria Auxiliadora Correa Barbosa, sendo aprovada pela unanimidade dos presentes. Após a análise da programação e ampla discussão entre os membros do Conselho Comunitário, passou-se ao seguinte parecer:

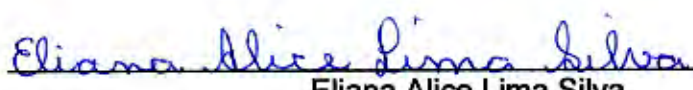
- a) O Conselho Comunitário da Associação Comunitária Cultural Frutalense constatou que a rádio cumpriu seus objetivos comunitários insculpidos na Lei 9612/98, principalmente no que se refere ao seu aspecto plural, de ser uma emissora voltada para todos os segmentos da comunidade;
- b) O Conselho Comunitário reconheceu o esforço da entidade na construção e participação da entidade em sua luta junto aos movimentos sociais organizados na busca por melhoria no marco regulatório da Radiodifusão Comunitária, e espera que o governo brasileiro atenda as demandas do segmento popular, garantindo um modelo que garanta a abertura do espectro para mais atores e que o sistema possibilite o desenvolvimento da Radiodifusão Comunitária no Brasil, sendo um dos principais instrumentos para a democratização dos meios de comunicação em nosso país;
- c) O Conselho Comunitário avalia como positiva a iniciativa da emissora em veicular campanhas de utilidade pública, de caráter informativo principalmente nas questões de saúde pública e recomenda a sua continuidade. O Conselho Comunitário da Associação Comunitária Cultural Frutalense finaliza assim seu parecer anual de programação da emissora, e após a leitura da mesma, foi encaminhado para votação o parecer sobre a programação da emissora, que foi aprovada pela unanimidade dos presentes, e que ao final segue assinada por todos os membros do Conselho Comunitário presentes nesta reunião. Frutal, 14 de Setembro de 2018.



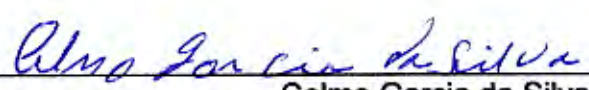
Maria Auxiliadora Correa Barbosa
Secretária da Reunião Conselho Comunitário
Representando a APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Frutal
CNPJ nº 20.043.493/0001-54



Nivaldo Pacheco de Moraes
Presidente da Reunião Conselho Comunitário
Representando o Sindicato Rural de Frutal
CNPJ nº 17.810.839/0001-98



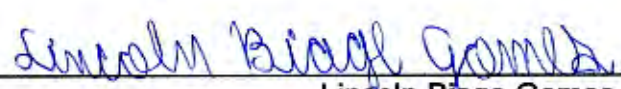
Eliana Alice Lima Silva
Representando a Associação Voluntária de Combate ao Câncer de Frutal – AVCC Frutal
CNPJ nº 11.254.420/0001-10



Celmo Garcia da Silva
Representando o Centro de Recuperação do Alcoólatra - CEREAL
CNPJ nº 20.055.729/0001-72



Raquel Mirian da Silva Paula
Representando a Vila São Vicente de Paulo da Sociedade São Vicente de Paulo de Frutal - MG
CNPJ nº 20.058.756/0001-07



Lincoln Biagi Gomes
Presidente da Associação Comunitária Cultural Frutalense

Programação Cultura FM

Programação de segunda à sexta

Horário	Programa	Descrição
00:00 às 04:00	Madrugada Cultura	A sua noite com muito mais estilo, com uma programação variada, tocando só o que há de melhor no mundo da música como pop/rock nacional, internacional e dance.
04:00 às 08:00	Momento Sertanejo	O início da manhã tem um novo tom, o do som que domina o Brasil. As sertanejas consagradas, os grandes intérpretes e os grandes sucessos de um gênero único e envolvente. A música Sertaneja que agita as festas, os bailões e os Rodeios estão aqui.
08:00 às11:30	Manhã da Cultura	Programa com o melhor do pop/rock nacional, internacional, dance e pop, incluindo notícias, informações, utilidade pública e curiosidades.
11:30 às12:30	Agenda Esportiva	Programa jornalístico com as principais notícias do dia sobre tudo que está acontecendo no mundo do futebol e destaques para outros esportes.
12:30 às13:00	Almoçando com Música	Programa com os maiores e melhores sucessos da MPB.
13:00 às18:00	Tarde da Cultura	Programa com o melhor do pop/rock nacional, internacional, dance e pop, incluindo notícias , utilidade pública e informações
18:00 às19:00	Edição Pop	As músicas mais pedidas durante todo o dia na programação da Cultura FM.
19:00 às20:00	Voz do Brasil	Principais informações do Legislativo. Executivo e Judiciário.

20:00 às 00:00	Noite da Cultura	A sua noite com muito mais estilo, com uma programação variada, tocando só o que há de melhor no mundo da música como pop/rock nacional, internacional e dance music .
---------------------------	------------------	--

Programação sábado e domingo

Horário	Programa	Descrição
00:00 às 04:00	Madrugada Cultura	A sua noite com muito mais estilo, com uma programação variada, tocando só o que há de melhor no mundo da música como pop/rock nacional, internacional e dance.
04:00 às 08:00	Momento Sertanejo	O início da manhã tem um novo tom, o do som que domina o Brasil. As sertanejas consagradas, os grandes intérpretes e os grandes sucessos de um gênero único e envolvente. A música Sertaneja que agita as festas, os bailões e os Rodeios estão aqui.
08:00 às 11:30	Manhã da Cultura	Programa com o melhor do pop/rock nacional, internacional, dance e pop, incluindo notícias, informações, utilidade pública e curiosidades.
11:30 às 12:30	Agenda Esportiva	Programa jornalístico com as principais notícias do dia sobre tudo que está acontecendo no mundo do futebol e destaques para outros esportes.
12:30 às 13:00	Almoçando com Música	Programa com os maiores e melhores sucessos da MPB.
13:00 às 18:00	Tarde da Cultura	Programa com o melhor do pop/rock nacional, internacional, dance e pop, incluindo notícias , utilidade pública e informações

18:00 às 19:00	Edição Pop	As músicas mais pedidas durante todo o dia na programação da Cultura FM.
19:00 às 00:00	Noite da Cultura	A sua noite com muito mais estilo, com uma programação variada, tocando só o que há de melhor no mundo da música como pop/rock nacional, internacional e dance music

Ào Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Departamento de Outorgas e Serviços

Secretaria de Radiodifusão Comunitária

Ref: **Processo 53000.043548/04**

Localidade: **Frutal – MG**

Serviço: **Radiodifusão Comunitária**

Prezados senhores,

A Associação Comunitária Cultural Frutalense, entidade autorizada na Prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária através da Portaria 196, publicada no Diário Oficial da União no dia 21 de Maio de 2007, vem através de seu representante legal encaminhar documentação referente a **Renovação de Outorga** de Radiodifusão Comunitária, cujos documentos seguem em anexo.

Frutal, 02 de maio de 2019.

TABELIONATO

Lincoln Biage Gomes

Lincoln Biage Gomes

Presidente

TABELIONATO DE NOTAS DE FRUTAL - MG

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL - MG
Praça João Sáenz, 3 - Centro - CEP 38.200-000
Fone: (31) 5421-9185 - E-mail: tabelionato@frutal.mg.gov.br

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
LINCOLN BIAGE GOMES

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ.
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019 10:53:24

EMOL.: R\$ 5,30 TFJ.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN03010



Relação de Documentos da entidade e diretoria

- a) Cópia autenticada da Ata da Diretoria em Exercício registrada em cartório;
- b) Cópia autenticada dos Estatutos atualizado e registrado em cartório;
- c) CNPJ atualizado da entidade
- d) Requerimento de Renovação de Outorga assinado por todos os diretores com firma reconhecida;
- e) Cópia de requerimento de alteração de caráter Jurídico, assinado por todos os diretores com firma reconhecida;
- f) Cópia autenticada do RG, CPF, Título de Eleitor e comprovante de endereço de todos os diretores;
- g) Declaração assinada por todos os diretores comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço de radiodifusão Comunitária com firma reconhecida;
- h) Declaração assinada por todos os diretores informando o local de residência;
- i) Declaração do Representante legal atestando que a entidade encontra-se com suas instalações em conformidade com a expedição da última licença;
- j) Relatório de Vistoria Técnica;
- k) Atestado de antecedentes do foro criminal estadual e federal, bem como atestado de antecedentes da polícia civil e federal e eleitoral de todos os diretores;

- l) Certidão Negativa de débitos Junto a Receita Federal, Anatel, FGTS e Seguridade social da entidade, bem como das secretarias da fazenda Estadual e Municipal.

Documentos Conselho Comunitário

- a) Cópia de Inscrição de CNPJ;
- b) Cópia da Ata da Diretoria em Exercício;
- c) Cópia atualizada dos atuais estatutos;
- d) Cópia do RG e CPF dos Integrantes do Conselho Comunitário;
- e) Ata de Reunião do Conselho Comunitário, com avaliação da programação e parecer favorável;
- f) Relatório resumido da programação;

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – 3º andar - anexo oeste - sala 300 - 70044-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 3311-6177 – Fax: (61) 3311-6617

Ofício nº 2233 /2011/RADCOM/DEOC/SCE-MC

Brasília, 26 de abril de 2011.

Ao Senhor

Rodrigo Cardoso de Assis Ferreira

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE

Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031 – Universe Residence Plaza

38200-000 Frutal/MG

Assunto: Encaminhamento de Licença para funcionamento

Processo nº: 53000.043548/04

Prezado Senhor,

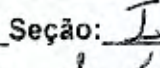
Estamos encaminhando, anexo a este ofício, a Licença Definitiva para Funcionamento de Estação de Radiodifusão Comunitária da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE**, na localidade de Frutal, no Estado de Minas Gerais, com a alteração de local.

Atenciosamente,



DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	11, 02, 11
Página:	55 Seção: I
ANOTADO POR: 	

PORTARIA n.º 32 , de 10 de FEVEREIRO de 2011.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XXVI, e cumprindo o que estabelece o Parágrafo Único do mesmo artigo, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria n.º 401 de 22/08/2006, alterada pela Portaria n.º 591, de 18/09/2006, publicada no Diário Oficial da União de 20/09/2006 e considerando o Processo n.º 53000.043548/04,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a transferência do local do estúdio da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE de Rua Banico Miranda, 473 – Universe Residence Plaza para a Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031 – Universe Residence Plaza, na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, autorizada a executar o serviço de radiodifusão comunitária pela Portaria n.º 196 de 17 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 21 de maio de 2007, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 540/2009, publicado no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2009.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput deste artigo, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 20S0137 e longitude em 48W5400.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


GENILDO LINS ALBUQUERQUE NETO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Nº: 000045/2009-MG

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

FLS: 001/001

NOME/RAZÃO SOCIAL ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE - CNPJ: 06.933.165/0001-00		Nº DA ENTIDADE 50404304770	
Nº DA ESTAÇÃO 690505256	SERVIÇO Rádiodifusão Comunitária	NAT. SERV. ****	LATITUDE 20S013700
			LONGITUDE 48W540000

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO AVENIDA JUQUINHA GANHA POUCO 1031	DISTRITO ****	
BAIRRO UNIVERSE RESIDENCE PLAZA	MUNICÍPIO FRUTAL	
		UF MG

CIDADE DA OUTORGA : NOME FANTASIA : FREQUÊNCIA : HORÁRIO FUNCIONAMENTO : INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ESTÚDIO	Frutal/MG RÁDIO CULTURA FM 104,9 MHz :00:00 a 24:00 - Dom. a Sáb. ZYX434	Número Processo : CANAL : RAIO DA ÁREA DE SERVIÇO : PERP MÁXIMA :	530000435482004 285 1.00 KM ***** W
ENDEREÇO : MUNICÍPIO : TRANSMISSOR PRINCIPAL CÓDIGO : TRANSMISSOR AUXILIAR CÓDIGO : ANTENA	AVENIDA JUQUINHA GANHA POUCO 1031 UNIVERSE RESIDENCE PLAZA Frutal Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda. 0717030345 ***** *****	LOCALIDADE : UF : MODELO : POTÊNCIA : MODELO : POTÊNCIA :	***** MG TEC113 25,000 W ***** ***** W
FABRICANTE : GANHO : DESCRIÇÃO : COTA BASE DA TORRE :	ANTENAS ELECTRIL LTDA. 0.00 dBd PLANO TERRA ***** m	MODELO : POLARIZAÇÃO : ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO :	PT 160 Vertical 30.0 m

A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RADIODIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.



IMPRESSA EM 25/03/2011

OBSERVAÇÕES 06.933.165/0001-00	Licenciada Em	VÁLIDA ATÉ	GENILDO LINS ALBUQUERQUE NETO Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica
	14/09/2009	17/08/2019	

Aprovo o Relatório nº 119 /2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 15 de abril de 2004 – **Carlos Alberto Freire Resende**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica Substituto.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, inovação, Comunicação e informática – decisão terminativa)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 328, DE 2008**

(Nº 531/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 196, de 17 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 105, DE 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 2.954, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 629, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária pelo Meio Ambiente, Cultura e Comunicação Social, na cidade de Cerro Corá – RN;

2 – Portaria nº 581, de 5 de novembro de 2003 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Gramado Xavier, na cidade de Gramado Xavier – RS;

3 – Portaria nº 692, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Cultural Rádio Amigos FM, na cidade de Entre Rios do Sul – RS;

4 – Portaria nº 774, de 22 de dezembro de 2003, alterada pela de nº 128, de 12 de abril de 2004 – As-

sociação Comunitária Sócio Cultural Kiriris, na cidade de Tomar do Geru – SE;

5 – Portaria nº 100, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária de Comunicação Futura, no município de Comendador Gomes – MG;

6 – Portaria nº 34, de 7 de fevereiro de 2006 – ABECCA – Associação Benemérita e Cultural de Conceição das Alagoas, no município de Conceição das Alagoas – MG;

7 – Portaria nº 589, de 15 de setembro de 2006 – Associação Civil de Radiodifusão Comunitária Iguaçu FM, no município de Iguaçu – PR;

8 – Portaria nº 697, de 23 de outubro de 2006 – Associação Comunitária, Cultural e Artística de Tomazina, no município de Tomazina – PR;

9 – Portaria nº 805, de 25 de outubro de 2006 – Rádio Comunitária Popular FM, no município de Uruçânia – MG;

10 – Portaria nº 99, de 28 de março de 2007 – Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Maranguape, no município de Maranguape – CE;

11 – Portaria nº 135, de 12 de abril de 2007 – Associação Comunitária e Cultural Integração FM, no município de Ponte Alta – SC;

12 – Portaria nº 142, de 12 de abril de 2007 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Arez/RN – ACCCARN, no município de Arez – RN;

13 – Portaria nº 144, de 12 de abril de 2007 – Associação da Rádio Comunitária Vale do Prata, no município de Landri Sales – PI;

14 – Portaria nº 196, de 17 de maio de 2007 – Associação Comunitária Cultural Frutalense, no município de Frutal – MG;

15 – Portaria nº 197, de 23 de maio de 2007 – Associação de Comunicação e Cultura de Taquaraçu de Minas – ACCTM, no município de Taquaraçu de Minas – MG;

16 – Portaria nº 202, de 28 de maio de 2007 – Associação de Integração Comunitária Vida, no município de Miranda – MS;

17 – Portaria nº 203, de 28 de maio de 2007 – Associação Comunitária Cidade – Cidade, no município de Três Pontas – MG;

18 – Portaria nº 233, de 28 de maio de 2007 – Associação dos Produtores Rurais de Santana do Itararé – PR – A.P.R., no município de Santana do Itararé – PR;

19 – Portaria nº 2 236, de 28 de maio de 2007 – Associação Comunitária Idéias e Ações dos Nativos de Rio de Contas, no município de Rio de Contas – BA;

20 – Portaria nº 253, de 29 de maio de 2007 – Associação Cultural Santanense – ACS, no município de Santana do Seridó – RN;

09

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE

CNPJ 06.933.165/0001-00

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Associação Comunitária Cultural Frutalense, entidade civil, sem fins lucrativos, CNPJ 06.933.165/0001-00, com sede na Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031, Frutal, MG, CEP 38.120-000 através de seu presidente **Lincoln Biage Gomes**, no final assinado, vem, respeitosamente a presença de V. Sas convocar para a realização da **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a se realizar no dia **07 de Agosto de 2018, às 19:30 horas em primeira convocação e, as 20:00 horas em segunda convocação**, e, uma vez havendo quorum para deliberação, na forma dos artigos 12º, 13º, 14º, 15º, 16º, 17º e 18º do Estatuto Social, serão discutidos os seguintes assuntos de interesse da Associação e seus associados: a eleição de nova diretoria e Conselho Fiscal; d) Eleição dos representantes das entidades para composição do Conselho Comunitário. A presente convocação de Assembleia Geral extraordinária é feita com base nos estatutos da entidade.

Fica facultado a qualquer associado que tiver interesse em participar como candidato a qualquer cargo da diretoria desta Associação, e que esteja em dia com suas obrigações sociais, que apresente sua candidatura, apresentando chapa completa ou individualmente, até o dia da realização da assembleia Geral Extraordinária convocada neste ato.

E, para que não se alegue ignorância da presente convocação, além do envio do presente para cada um dos associados, será afixado um exemplar do presente Edital de Convocação na sede desta Associação, à Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031, Frutal, MG, CEP 38.200-000, no quadro de avisos.

Frutal, 23 de Julho de 2018.



Lincoln Biage Gomes

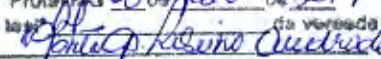
Presidente



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8838

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o
original exibido em cartório Dou fe
Frutal, 08 de Julho de 2019

Em test.  da vereanda

☐ Escrito Rescrita de Igual - Escrito em 11/07/2018
☒ Maria Ap. R. Andrade - Escrito em 11/07/2018

PROTOCOLO Nº 31080 REG Nº 1984 - LIVA 60 - PÁG 184 - AV. 185

Folha 16 de abril de 2019

CODIGO 8101-05801-8 8101-8 Total

QUANTIDADE

Mayara Oliveira Silva - escrevente

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total
1	128,88	128,88	128,88	128,88

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça
 Registro de Títulos e Documentos a PJ de Foz de Iguaçu - PR
 São Paulo: 0346888-0000 4077 0346 1318 0140
 Total de atas: 4 E-mail: 108.88 Tfu: 45.22 Total: 181,81
 Consulte a validade deste 5 de no site: <https://ajce.pju.org.br>



AUTENTICAÇÃO
ANVERSO E VERSO

DECLARAÇÃO DE AUTENTICAÇÃO

Eu, *[assinatura]*, escrevente, declaro que a presente declaração é verdadeira e fielmente representa o conteúdo do documento original, conforme apresentado para autenticação. A presente declaração é feita em conformidade com o disposto no art. 10, inciso II, do Regulamento do Registro de Títulos e Documentos a PJ de Foz de Iguaçu - PR, aprovado pelo Conselho Superior do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, em 15 de março de 2018.

Assinatura: *[assinatura]*
 Nome: Mayara Oliveira Silva
 Cargo: Escrevente

(30)

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE

CNPJ 06.933.165/0001-00

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de Agosto de 2018, às 19:30 horas na sede da Associação Comunitária Cultural Frutalense, CNPJ 06.933.165/0001-00, localizada na Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031, Frutal, MG, CEP 38.200-000, reuniram-se os associados para a realização da Assembleia Geral Extraordinária para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal; b) Eleição das entidades do Conselho Comunitário.

Iniciado os Trabalhos, o Sr. Presidente da entidade Sr. Lincoln Biage Gomes deu início aos trabalhos da presente Assembleia Geral Extraordinária e solicitou dos associados presentes a indicação de um associado para secretariar a mesma. Após debates entre os presentes, foi indicado a Sra. Patrícia Inildelaine Brito Oliveira para secretariar os trabalhos. Iniciado os trabalhos o Sr. Presidente deu início a contagem de quórum para a deliberação da mesma, que após contagem minuciosa dos associados presentes, foi considerada lícita em primeira convocação, com a presença de mais de 2/3 dos associados presentes em dia com suas obrigações sociais, neste caso, a mesma será realizada em primeira convocação. Dando sequência aos trabalhos, o Sr. Presidente dá início ao item "a" da ordem do dia, que é a Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal da entidade, com mandato de 4 anos, com término no dia 07 de Agosto de 2022. Após debates e um recesso de 15 minutos para apresentação de chapas, foi reaberto os trabalhos. Em seguida o Sr. Presidente informou a todos que apenas uma chapa foi inscrita para concorrer a nova diretoria, composta por: **Presidente:** Lincoln Biage Gomes, Brasileiro, Solteiro, Auxiliar de Escritório, portador do RG 35.071.611-0 SSP/SP e do CPF/MF 226.638.958-60, residente e domiciliado na Rua Ipiranga, 411, Centro, Frutal, MG, CEP 38.200-000; **Diretora Administrativa:** Patrícia Inildelaine Brito Oliveira, brasileira, solteira, recepcionista, portadora do RG MG-15.624.200 PC/MG e do CPF/MF 117.448.476-31, residente e domiciliada na Rua Marcondes Machado, 935, Santos Dumont, Frutal, MG, CEP 38.200-000; **Diretora Financeira:** Marli Ferreira de Paula, brasileira, separada, do lar, portadora do RG 27.490.107-9 SSP/SP e do CPF/MF 343.660.928-59, residente e domiciliada na Rua Professora Sônia Beatriz de Oliveira Furtado, 158, Bairro Flamboyant, Frutal, MG, CEP 38.200-000; **Diretor de Comunicações e Operações:** Maximiliano Vieira Melo, brasileiro, solteiro, Diretor Administrativo, portador do RG MG-17.367.347 PC/MG e do CPF/MF 114.373.238-77, residente e domiciliado na Rua Viriato Correia, 311, Centro, Frutal, MG, CEP 38.200-000; **Conselho Fiscal:** Claudileide Nascimento de Souza, brasileira, casada, Serviços Gerais, portadora do RG MG-23.092.183 PC/MG e do CPF/MF 043.678.964-64, residente e domiciliada na Rua Três, 64, Residencial Zona Sul, Frutal MG, Cep 38200-000; **Conselho Fiscal:** Monique Freitas Martins, brasileira, solteira, Bióloga, portadora do RG MG-10.550.874 PC/MG e do CPF/MF 104.198.466-97, residente e domiciliada na Rua Paraná, 584, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Frutal, MG, CEP 38.200-000.

Lincoln Biage Gomes



(15)

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE

CNPJ 06.933.165/0001-00

Em seguida o Sr. Presidente encaminhou o processo de votação da referida chapa, que após amplo debate entre os associados presentes, foi aprovada por unanimidade.

Em continuidade o Sr. Presidente colocou em discussão o item "b" da ordem do dia, que é a eleição das entidades que comporão o Conselho Comunitário, que segundo os estatutos e a lei 9612/98, que institui o Serviço de radiodifusão Comunitária é composto por 5 (cinco) entidades da Comunidade local. Após amplo debate sobre o assunto, foram inscritas 5 (cinco) entidades da sociedade civil, sem fins lucrativos, para compor o Conselho Comunitário, composta pelas seguintes entidades sendo elas: APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Frutal, entidade Civil, sem fins lucrativos, CNPJ 20.043.493/0001-54, com sede na Rua Treze de maio, 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal, MG, CEP 38.200-000, representada pela Sra. Maria Auxiliadora Correa Barbosa, brasileira, casada, do lar, portadora do RG MG-18.533.792 PC/MG e do CPF/MF 341.029.576-34; Sindicato Rural de Frutal, entidade civil, sem fins lucrativos, CNPJ 17.810.839/0001-98, Com sede na Rua Antonio Rodrigues de Souza, 405, Bairro Alto da Boa Vista, Frutal, MG, CEP 38.200-000, representado pelo Sr. Nivaldo Pacheco de Moraes, brasileiro, casado, trabalhador rural, portador do RG MG-10.013.245 SSP/MG e do CPF/MF 621.260.838-53; Associação Voluntária de Combate ao Câncer de Frutal - AVCC Frutal, Entidade Civil, Sem fins Lucrativos, CNPJ 11.254.420/0001-10, com sede na Avenida Rio de Janeiro, 1079, Fundos, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Frutal, MG, CEP 38.200-000, representada pela Sra. Eliana Alice Lima Silva, brasileira casada, do lar, portadora do RG MG-995.310 PC/MG e do CPF/MF 463.371.726-04; Centro de Recuperação de Alcoólatra - CEREAL, entidade civil, sem fins lucrativos, CNPJ 20.055.729/0001-72, com sede na Rua João Heitor de Assunção, 50, Bairro Bela Vista, Frutal, MG, CEP 38.200-000, representado pelo Sr. Celmo Garcia da Silva, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG M-7.721.452 SSP/MG e do CPF/MF 900.613.816-91; Vila São Vicente de Paulo da Sociedade São Vicente de Paulo de Frutal- MG, entidade civil, sem fins lucrativos, CNPJ 20.058.756/0001-07, com sede na Rua Aredio Santana de Andrade, 980, Bairro Alto Boa Vista, Frutal, MG, CEP 38.200-000, representada pela Sra. Raquel Mirian da Silva Paula, brasileira, casada, do lar, portadora do RG M-9.063.763 SSP/MG e do CPF/MF 002.709.816-83. Após a apresentação das entidades, o Sr. Presidente encaminhou o processo de votação das entidades para a composição do Conselho Comunitário, que após amplo debate entre os presentes, foi aprovada por unanimidade.

Após algumas considerações o Presidente empossou a nova Diretoria, o Conselho Fiscal e as entidades eleitas do Conselho Comunitário agradecendo a oportunidade e desejando boa sorte à todos pelo mandato de 4 anos, que se encerrará no dia 07 de Agosto de 2022.

Assim deu-se por encerrado a presente Assembleia Geral Extraordinária da Associação Comunitária Cultural Frutalense, cuja ata segue assinada pelo Presidente, pela secretária e em lista anexa pelos associados presentes, bem como os novos estatutos.

F. Frutal e o Município de Frutal

Assinado: Maria da Glória



Assinado: [Signature]

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
 PRUNCA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
 FRUTAL - MG FONE (31) 3421-8935

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia contém uma cópia original exibido em cartório Dou 01

Em 08 de Maio de 2019

Por João G. Paulo Andrade

☐ Evêdo Nascimento de Aguiar - Escrevente Autorizada

☒ Maria Ap. N. Andrade - Escrevente Autorizada

AUTENTICAÇÃO
 C28 86825



CNPJ 06.933.165/0001-00

(12)

TITULO
CIRCULAR DE PESSOAS JURIDICAS

AL

Patrícia Inidelaíne Brito Oliveira

Diretora Administrativa

Lincoln Biage Gomes

Presidente

Dr. Paulo Ramadier Coelho

Advogado OAB/MG 31.612-B

REGISTRO DE TÍTULOS E PAGAMENTOS DE IMPOSTOS DAS PESSOAS JURÍDICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Trav. Adolpho de Costa Pereira, 300 - Jd. São Francisco - São Paulo - SP - 05090-000. Tel.: (011) 2121-1111 - www.cptax.sp.gov.br

PROTÓCOLO Nº 31081 REG Nº 1964 - LIT A 60 - PAG 166 - AN Nº 6

Fórmula MG - 18 de abril de 2019

CODIGO 400-0-0001-9-2019-0 Total

QUANTIDADE 9

Valor de Pagamento - este valor

DATA DE PAGAMENTO	VALOR	VALOR DE PAGAMENTO	VALOR DE PAGAMENTO
04/04/2019	1.000,00	1.000,00	1.000,00
05/04/2019	1.000,00	1.000,00	1.000,00
06/04/2019	1.000,00	1.000,00	1.000,00
07/04/2019	1.000,00	1.000,00	1.000,00
08/04/2019	1.000,00	1.000,00	1.000,00
09/04/2019	1.000,00	1.000,00	1.000,00
10/04/2019	1.000,00	1.000,00	1.000,00
11/04/2019	1.000,00	1.000,00	1.000,00
12/04/2019	1.000,00	1.000,00	1.000,00

Valor Judicial - 3.000,00 - Corresponsabilidade de Juntas

Registro de Títulos e Pagamentos nº 1.000,00 de 1.000,00

Valor de Pagamento - 3.000,00 de 3.000,00 - 18/04/2019

Total de Pagos - 3.000,00 de 3.000,00 - 18/04/2019

Comprovante de Pagamento - 18/04/2019 - 18/04/2019



CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8838

AUTENTICACÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dou 85

Frühling 08 der Mevo der 2010

Em _____ de _____ de _____ da _____

☐ Estado Mascarenhas de Aguiar - Escreverias Finalizadas

13

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL
FRUTALENSE**

CNPJ 06.933.165/0001-00



**LISTA DE PRESENÇA DE ASSOCIADOS
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DATA: 07/08/2018**

Nome completo: Mari Ferreira de Paula
Endereço Completo: Rua Sônia Beatriz, Estado 158, Bairro, Tucumbayal
Cidade: Frutal RG: 27.490.902-9 CPF: 343.660.928-59
Assinatura: Mari Ferreira de Paula

Nome completo: Roberto Barreto
Endereço Completo: Rua Tobias Barreto, 461, Bairro, Alto B. V. Jr
Cidade: Frutal RG: 163545646 CPF: 737.912.136-52
Assinatura: Roberto Barreto

Nome completo: Patrícia Imeldelaine Brito Oliveira
Endereço Completo: Rua Norberto Machado, 435, Bairro, Monteduro
Cidade: Frutal - MG RG: 15.624.200 CPF: 112.446.476-31
Assinatura: Patrícia Imeldelaine Brito Oliveira

Nome completo: Rodrigo Cardoso de Amor Ferreira
Endereço Completo: Rua Frei Teodoro, 195, Bairro, Nossa Senhora do Carmo
Cidade: Frutal RG: 10.419.993 CPF: 043.964.336-89
Assinatura: Rodrigo

Nome completo: Simeon Bialor Gomes
Endereço Completo: Rua Beltrami, 411, Bairro, Centro
Cidade: Frutal RG: 3807811-0 CPF: 226.639.958-60
Assinatura: Simeon Bialor Gomes

Nome completo: Chandibede Nascimento de Souza
Endereço Completo: R. 3 n. 64, Bairro, Zona Sul
Cidade: Frutal RG: 23.092.183 CPF: 043.676.964-64
Assinatura: Chandibede Nascimento de Souza



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (341) 3421-8838

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o
original exibido em cartório em 07 de
Frutal, MG, em 08 de Maio de 2019

Em test. Roberto Barreto da veracidade

☐ Exato Nascimento de lugar - Escritura autenticada
☒ Marta Ap. R. Andrade - Escritura autenticada

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL
FRUTALENSE

CNPJ 06.933.165/0001-00



LISTA DE PRESENÇA DE ASSOCIADOS
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DATA: 07/08/2018

Nome completo: Flomique Gentes Martins
Endereço Completo: Rua Princesa, 564 Bairro: Nossa Senhora Aparecida
Cidade: Frutal - MG RG: MG-10.550.879 CPF: 109.198.966-97
Assinatura: Flomique Gentes Martins

Nome completo: Marinela Maria Mello
Endereço Completo: Rua Visconde de Albuquerque, 311 Bairro: Centro
Cidade: Frutal RG: MG-11.361.312 CPF: 114.373.236-77
Assinatura: Marinela Maria Mello

Nome completo: João da Conceição
Endereço Completo: R. Raimundo Santos, 933 Bairro: P. Juvenil
Cidade: Frutal RG: MG-7.816.497 CPF: 984245136-49
Assinatura: João da Conceição

Nome completo: Maria Eliza da Silva Louque
Endereço Completo: R. dos Meninos, 577 Bairro: N. S. Aparecida
Cidade: Frutal - MG RG: MG-2.663.012 CPF: 464.216.766-91
Assinatura: Maria Eliza da Silva Louque

Nome completo: Raquel Maria da Silva Paula
Endereço Completo: R. Princesa Antônia, 280 Bairro: San. Vito
Cidade: Frutal RG: MG-9.063.763 CPF: 002.709.916-83
Assinatura: Raquel Maria da Silva Paula

Nome completo: Elisiana Alice Lima Silva
Endereço Completo: R. L. de Jesus, 1049 Bairro: N. S. Aparecida
Cidade: Frutal RG: MG-9.563.410 CPF: 463.341.926-04
Assinatura: Elisiana Alice Lima Silva



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRINCIPAL (DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - RG: FONE (341) 3421-8895

AUTENTICAÇÃO

Agente notário compareceu com o
original exibido em cartório Data 08/08/2018
Frutal - MG de 14h às 15h

Em nome do Cartório de Notas de Frutal - MG

☐ Exerce Função de Agente - Escritório Notarial
☒ Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE

CNPJ 06.933.165/0001-00



LISTA DE PRESENÇA DE ASSOCIADOS ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA: 07/08/2018

Nome completo: Wilton Pacheco da MORAIS
Endereço Completo: Rua Antônio Carlos, 50 Bairro: Imperatriz
Cidade: Frutal RG: 1003245 CPF: 627260838-53
Assinatura: [Assinatura]

Nome completo: Elmo Garcia da Silva
Endereço Completo: Rua José Antônio de Almeida, 50 Bairro: Imperatriz
Cidade: Frutal RG: 7721452 CPF: 900.613.816-91
Assinatura: [Assinatura]

Nome completo: Leonardo Pereira Silva
Endereço Completo: Rua Antônio Carlos, 136 Bairro: Imperatriz
Cidade: Frutal RG: 1003245 CPF: 627260838-53
Assinatura: [Assinatura]

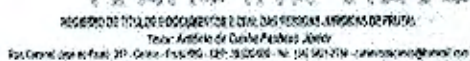
Nome completo: Maria Jucélia C. de Souza
Endereço Completo: Rua Silveira Brandão, 405 Bairro: Imperatriz
Cidade: Frutal RG: 1003245 CPF: 627260838-53
Assinatura: [Assinatura]

Nome completo: Maria Jucélia C. de Souza
Endereço Completo: Rua Antônio Carlos, 136 Bairro: Imperatriz
Cidade: Frutal RG: 1003245 CPF: 627260838-53
Assinatura: [Assinatura]

Nome completo: _____
Endereço Completo: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ RG: _____ CPF: _____
Assinatura: _____



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-0925
AUTENTICAÇÃO
A presente xerocópia contém com o
original exibido em cartório em 07/08/2018
Frutal-MG 08/08/2018
Em nome de [Assinatura]
☐ Estado Nascimento de Aguiar - Escrevente Habilitado
☒ Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada



PROTÓCOLO Nº 31082 REG Nº 1384 / LV A 52

Enviado: 16 de abril de 2015

000000 0121-05821-59121-3 7428

~~CONFIDENTIAL~~ 1 2 3

2402-2403, 2404-2405, 2406-2407, 2408-2409, 2410-2411, 2412-2413, 2414-2415, 2416-2417, 2418-2419, 2420-2421, 2422-2423, 2424-2425, 2426-2427, 2428-2429, 2430-2431, 2432-2433, 2434-2435, 2436-2437, 2438-2439, 2440-2441, 2442-2443, 2444-2445, 2446-2447, 2448-2449, 2450-2451, 2452-2453, 2454-2455, 2456-2457, 2458-2459, 2460-2461, 2462-2463, 2464-2465, 2466-2467, 2468-2469, 2470-2471, 2472-2473, 2474-2475, 2476-2477, 2478-2479, 2480-2481, 2482-2483, 2484-2485, 2486-2487, 2488-2489, 2490-2491, 2492-2493, 2494-2495, 2496-2497, 2498-2499, 2500-2501, 2502-2503, 2504-2505, 2506-2507, 2508-2509, 2510-2511, 2512-2513, 2514-2515, 2516-2517, 2518-2519, 2520-2521, 2522-2523, 2524-2525, 2526-2527, 2528-2529, 2530-2531, 2532-2533, 2534-2535, 2536-2537, 2538-2539, 2540-2541, 2542-2543, 2544-2545, 2546-2547, 2548-2549, 2550-2551, 2552-2553, 2554-2555, 2556-2557, 2558-2559, 2560-2561, 2562-2563, 2564-2565, 2566-2567, 2568-2569, 2570-2571, 2572-2573, 2574-2575, 2576-2577, 2578-2579, 2580-2581, 2582-2583, 2584-2585, 2586-2587, 2588-2589, 2590-2591, 2592-2593, 2594-2595, 2596-2597, 2598-2599, 2600-2601, 2602-2603, 2604-2605, 2606-2607, 2608-2609, 2610-2611, 2612-2613, 2614-2615, 2616-2617, 2618-2619, 2620-2621, 2622-2623, 2624-2625, 2626-2627, 2628-2629, 2630-2631, 2632-2633, 2634-2635, 2636-2637, 2638-2639, 2640-2641, 2642-2643, 2644-2645, 2646-2647, 2648-2649, 2650-2651, 2652-2653, 2654-2655, 2656-2657, 2658-2659, 2660-2661, 2662-2663, 2664-2665, 2666-2667, 2668-2669, 2670-2671, 2672-2673, 2674-2675, 2676-2677, 2678-2679, 2680-2681, 2682-2683, 2684-2685, 2686-2687, 2688-2689, 2690-2691, 2692-2693, 2694-2695, 2696-2697, 2698-2699, 2700-2701, 2702-2703, 2704-2705, 2706-2707, 2708-2709, 2710-2711, 2712-2713, 2714-2715, 2716-2717, 2718-2719, 2720-2721, 2722-2723, 2724-2725, 2726-2727, 2728-2729, 2730-2731, 2732-2733, 2734-2735, 2736-2737, 2738-2739, 2740-2741, 2742-2743, 2744-2745, 2746-2747, 2748-2749, 2750-2751, 2752-2753, 2754-2755, 2756-2757, 2758-2759, 2760-2761, 2762-2763, 2764-2765, 2766-2767, 2768-2769, 2770-2771, 2772-2773, 2774-2775, 2776-2777, 2778-2779, 2780-2781, 2782-2783, 2784-2785, 2786-2787, 2788-2789, 2790-2791, 2792-2793, 2794-2795, 2796-2797, 2798-2799, 2800-2801, 2802-2803, 2804-2805, 2806-2807, 2808-2809, 2810-2811, 2812-2813, 2814-2815, 2816-2817, 2818-2819, 2820-2821, 2822-2823, 2824-2825, 2826-2827, 2828-2829, 2830-2831, 2832-2833, 2834-2835, 2836-2837, 2838-2839, 2840-2841, 2842-2843, 2844-2845, 2846-2847, 2848-2849, 2850-2851, 2852-2853, 2854-2855, 2856-2857, 2858-2859, 2860-2861, 2862-2863, 2864-2865, 2866-2867, 2868-2869, 2870-2871, 2872-2873, 2874-2875, 2876-2877, 2878-2879, 2880-2881, 2882-2883, 2884-2885, 2886-2887, 2888-2889, 2890-2891, 2892-2893, 2894-2895, 2896-2897, 2898-2899, 2900-2901, 2902-2903, 2904-2905, 2906-2907, 2908-2909, 2910-2911, 2912-2913, 2914-2915, 2916-2917, 2918-2919, 2920-2921, 2922-2923, 2924-2925, 2926-2927, 2928-2929, 2930-2931, 2932-2933, 2934-2935, 2936-2937, 2938-2939, 2940-2941, 2942-2943, 2944-2945, 2946-2947, 2948-2949, 2950-2951, 2952-2953, 2954-2955, 2956-2957, 2958-2959, 2960-2961, 2962-2963, 2964-2965, 2966-2967, 2968-2969, 2970-2971, 2972-2973, 2974-2975, 2976-2977, 2978-2979, 2980-2981, 2982-2983, 2984-2985, 2986-2987, 2988-2989, 2990-2991, 2992-2993, 2994-2995, 2996-2997, 2998-2999, 3000-3001, 3002-3003, 3004-3005, 3006-3007, 3008-3009, 3010-3011, 3012-3013, 3014-3015, 3016-3017, 3018-3019, 3020-3021, 3022-3023, 3024-3025, 3026-3027, 3028-3029, 3030-3031, 3032-3033, 3034-3035, 3036-3037, 3038-3039, 3040-3041, 3042-3043, 3044-3045, 3046-3047, 3048-3049, 3050-3051, 3052-3053, 3054-3055, 3056-3057, 3058-3059, 3060-3061, 3062-3063, 3064-3065, 3066-3067, 3068-3069, 3070-3071, 3072-3073, 3074-3075, 3076-3077, 3078-3079, 3080-3081, 3082-3083, 3084-3085, 3086-3087, 3088-3089, 3090-3091, 3092-3093, 3094-3095, 3096-3097, 3098-3099, 3100-3101, 3102-3103, 3104-3105, 3106-3107, 3108-3109, 3110-3111, 3112-3113, 3114-3115, 3116-3117, 3118-3119, 3120-3121, 3122-3123, 3124-3125, 3126-3127, 3128-3129, 3130-3131, 3132-3133, 3134-3135, 3136-3137, 3138-3139, 3140-3141, 3142-3143, 3144-3145, 31

Intervall	Stichgröße	Stich	Regelgröße	$\bar{x}$	s^2
10-14	200	10	12	12	100

Foder Judicial - TJRJ - Corregedoria, 09/06/2023
 Registro de Fatos e Documentos e P. de Fato: 503
 510 Nome: CNJ45480 Código: 3020-7395 Total: 4100
 Total de atos: 6 Emissão: 14530 TRL: 47.21 Total: 190.14
 Emissão e Validade desse Selo no site: <https://seis.cgrj.jus.br>



UM03 0AQA10022A

ATV93

SEP 20 1980

LISTA DE PRESENTES

ASSEMBLEA GENERALE

81058070:ATAO

AUTENTICAÇÃO
ANVERSO E VERSO

பெரியவர்கள் எல்லாம்

Abstract

2000

1970:1820-4

12345678910111213141516171819202122232425262728293031323334353637383940414243444546474849505152535455565758596061626364656667686970717273747576777879808182838485868788899091929394959697989910010110210310410510610710810911011111211311411511611711811912012112212312412512612712812913013113213313413513613713813914014114214314414514614714814915015115215315415515615715815916016116216316416516616716816917017117217317417517617717817918018118218318418518618718818919019119219319419519619719819920020120220320420520620720820921021121221321421521621721821922022122222322422522622722822923023123223323423523623723823924024124224324424524624724824925025125225325425525625725825926026126226326426526626726826927027127227327427527627727827928028128228328428528628728828929029129229329429529629729829930030130230330430530630730830931031131231331431531631731831932032132232332432532632732832933033133233333433533633733833934034134234334434534634734834935035135235335435535635735835936036136236336436536636736836937037137237337437537637737837938038138238338438538638738838939039139239339439539639739839940040140240340440540640740840941041141241341441541641741841942042142242342442542642742842943043143243343443543643743843944044144244344444544644744844945045145245345445545645745845946046146246346446546646746846947047147247347447547647747847948048148248348448548648748848949049149249349449549649749849950050150250350450550650750850951051151251351451551651751851952052152252352452552652752852953053153253353453553653753853954054154254354454554654754854955055155255355455555655755855956056156256356456556656756856957057157257357457557657757857958058158258358458558658758858959059159259359459559659759859960060160260360460560660760860961061161261361461561661761861962062162262362462562662762862963063163263363463563663763863964064164264364464564664764864965065165265365465565665765865966066166266366466566666766866967067167267367467567667767867968068168268368468568668768868969069169269369469569669769869970070170270370470570670770870971071171271371471571671771871972072172272372472572672772872973073173273373473573673773873974074174274374474574674774874975075175275375475575675775875976076176276376476576676776876977077177277377477577677777877978078178278378478578678778878979079179279379479579679779879980080180280380480580680780880981081181281381481581681781881982082182282382482582682782882983083183283383483583683783883984084184284384484584684784884985085185285385485585685785885986086186286386486586686786886987087187287387487587687787887988088188288388488588688788888989089189289389489589689789889990090190290390490590690790890991091191291391491591691791891992092192292392492592692792892993093193293393493593693793893994094194294394494594694794894995095195295395495595695795895996096196296396496596696796896997097197297397497597697797897998098198298398498598698798898999099199299399499599699799899910001001100210031004100510061007100810091010101110121013101410151016101710181019102010211022102310241025102610271028102910301031103210331034103510361037103810391040104110421043104410451046104710481049105010511052105310541055105610571058105910601061106210631064106510661067106810691070107110721073107410751076107710781079108010811082108310841085108610871088108910901091109210931094109510961097109810991100110111021103110411051106110711081109111011111112111311141115111611171118111911201121112211231124112511261127112811291130113111321133113411351136113711381139114011411142114311441145114611471148114911501151115211531154115511561157115811591160116111621163116411651166116711681169117011711172117311741175117611771178117911801181118211831184118511861187118811891190119111921193119411951196119711981199120012011202120312041205120612071208120912101211121212131214121512161217121812191220122112221223122412251226122712281229123012311232123312341235123612371238123912401241124212431244124512461247124812491250125112521253125412551256125712581259126012611262126312641265126612671268126912701271127212731274127512761277127812791280128112821283128412851286128712881289129012911292129312941295129612971298129913001

Figure 3. *Continued*

2025

634022A

distances small

Abstract

5250

5283241

28-34573-65034

ရန်ကုန်၊ ဇူလိုင်လ ၁၃ ရက်

04/04/20

25167046

Design: 9924

Page 10 of 10

5600

AT0301122A

[illegible][illegible]

2320

CONCLUSIONS

Associação Comunitária Cultural Frutalense

ESTATUTO



I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A **Associação Comunitária Cultural Frutalense** é uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida para fins não econômicos do município de Frutal, MG, fundada em 07 de agosto de 2004, com sede na Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031, Município de Frutal, Estado de Minas Gerais, CEP 38.200-000

Parágrafo Único - A **Associação Comunitária Cultural Frutalense** utilizará como denominação fantasia a denominação de "Rádio Cultura FM" e reger-se-á pelas disposições deste Estatuto e pelas vigentes no território nacional.

Art. 2º - A **Associação Comunitária Cultural Frutalense** tem por finalidades e objetivos beneficiar a comunidade com vistas a:

- Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária de acordo com a legislação vigente;
- Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos da cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- Oferecer mecanismos a formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, de geração de informação e de produção cultural a todos os segmentos sociais, da forma mais acessível possível;
- Fomentar, por todas as suas instâncias e meios, a democratização da comunicação;
- Fomentar a capacitação dos cidadãos para leitura crítica dos meios de comunicação, nas suas diversas modalidades, e para o debate da estética, dos conteúdos, da linguagem e da técnica empregada;
- Estimular o desenvolvimento dos serviços de radiodifusão pautado pelas noções de participação da sociedade e de preservação do interesse público.

Art.3º - Para a consecução das suas finalidades, a **Associação Comunitária Cultural Frutalense** poderá realizar as seguintes atividades:

- Desenvolver pesquisas nas áreas social, política, cultural e econômica;
- Organizar, promover, apoiar e realizar cursos, seminários, debates e treinamentos, regulares ou intensivos;
- Imprimir, confeccionar e reproduzir material didático, livros, revistas, jornais, folhetos e Impressos, de acordo com as suas finalidades;
- Produzir obras audiovisuais, cinematográficas ou de multimídia, bem como programas de radiodifusão;
- Patrocinar de exposições, festivais, espetáculos e atividades congêneres;
- Conceder prêmios a autores, artistas, escritores, técnicos de arte, espetáculos musicais e de artes cênicas ou produções e programas de televisão e rádio, obras de vídeo, filmes ou multimídia em atividades, concursos e festivais realizados no Brasil;



Portaria Amilcarino Brito Oliveira

Portaria

Portaria

02/17/17 23

Made At: B. Andhra Pradesh - Hyderabad / Telangana



2007-3-30 22:04:00

1. The first group of people who are interested in the study of the history of the United States are the people who are interested in the history of the United States.

10. The following information is provided for the year ended 31 December 2014:

1. Einleitung

1. The first part of the report is a general introduction to the project, which includes a brief history of the project and a statement of the project's purpose. The second part of the report is a detailed description of the project's methodology, which includes a description of the data collection methods and the analysis methods. The third part of the report is a discussion of the project's results, which includes a discussion of the findings and a discussion of the implications of the findings. The fourth part of the report is a conclusion, which includes a summary of the project's findings and a statement of the project's conclusions.

1. The first step in the process of identifying a problem is to define the problem. This involves identifying the symptoms of the problem and determining the scope of the problem. Once the problem has been defined, the next step is to identify the causes of the problem. This involves identifying the factors that are contributing to the problem and determining the underlying causes. Once the causes have been identified, the next step is to develop a plan to address the problem. This involves identifying the actions that need to be taken to address the problem and determining the resources that will be needed to implement the plan. Finally, the last step in the process is to implement the plan and monitor the results. This involves putting the plan into action and tracking the progress of the plan to ensure that the problem is being addressed effectively.

As atividades desenvolvidas durante o curso foram planejadas para proporcionar aos participantes uma experiência prática e teórica, com foco na aplicação dos conhecimentos adquiridos no campo da educação. O curso foi dividido em módulos, cada um abordando um tema específico, com aulas expositivas, debates, trabalhos em grupo e atividades práticas. O objetivo principal do curso é capacitar os participantes para atuarem como educadores, com foco na formação de cidadãos críticos e conscientes de sua responsabilidade social.

- g) Construir, organizar, equipar, manter ou formar arquivos, bancos de dados, videotecas ou bibliotecas de uso público;
- h) Construir e equipar salas e outros ambientes destinados a atividades artísticas e culturais em geral;
- i) Fornecer, gratuitamente, bolsas de estudo e transporte para artistas, conjuntos musicais, estudantes, pesquisadores, professores ou conferencistas, brasileiros ou residentes no Brasil ou no exterior.
- j) Estabelecer parcerias, celebrar convênios, contratos e termos de cooperação e manter intercâmbios com organizações similares, nacionais e internacionais;
- k) Filiar-se a entidades congêneres que atuem nos planos regional, nacional ou internacional;
- l) Desenvolver formas de cooperação com os Conselhos previstos na Lei Orgânica do município de Frutal - MG.

Art. 4º - A Associação Comunitária Cultural Frutalense:

- a) Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas da comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político ideológico-partidária e condição social nas relações comunitárias;
- e) Garantir o exercício da mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, assegurando a liberdade de expressão aos representantes das entidades associadas, buscando sempre a unidade na ação;
- f) Orientar sua ação por princípios éticos e de igualdade, participação, representação da pluralidade e solidariedade;
- g) Defender a solidariedade entre os povos, o ambiente natural, a biodiversidade e os recursos naturais não renováveis, os direitos humanos, as liberdades individuais e coletivas e a justiça social.

§1º - É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão de associados.

§2º - Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea, em matérias polemicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§3º - Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela **Associação Comunitária Cultural Frutalense**.

§4º - Para os fins deste Artigo a dedicação as atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projeto planos de ações correlatas por meio de recursos físicos humanos e financeiros ou ainda pela prestação de serviços comunitários intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público Municipal Estadual e Federal que atuem em áreas afins.

§5º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.



Ataca Amiladora Costa Almeida

Amiladora

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8835

AUTENTICAÇÃO

Apresente xerocopia confere com o original exibido em cartório Ou M

Frutal, 08 de Maio de 2019

Em test: Paula Cristina Andrade da vereanda

☐ Estado Nascimento de Agnel - Escritoria Indivizual

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritoria Autorizada



§6º - A Associação Comunitária Cultural Frutalense não tomará parte em manifestações de caráter político partidário nem cederá qualquer de suas dependências para tais fins.

II - DO PATRIMONIO E RECEITAS

Art. 5º - Para a realização de seus objetivos a Associação Comunitária Cultural Frutalense contará com receita e patrimônio constituído de:

- a) Bens móveis e imóveis existentes ou que venham a ser adquirido;
- b) Doações e legados bem como subvenções ou auxílios provenientes de entidade públicas ou privadas;
- c) Contribuição espontânea mensal de associados;
- d) De campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim, Patrocínios, Apoio Cultural e Parcerias.

§1º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma direta ou indiretamente os objetivos da Associação Comunitária Cultural Frutalense.

§2º - Toda despesa deverá ser aprovada em conjunto pelo Presidente e Tesoureiro, sendo periodicamente elaborado balancete demonstrando as receitas e despesas e, apresentados nas reuniões de Diretoria.

§3º - A receita da Associação Comunitária Cultural Frutalense será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de sobras, dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

III - DO QUADRO SOCIAL

Art. 6º - O quadro de associados é ilimitado podendo integrá-lo pessoas Físicas e Jurídicas de ambos os sexos domiciliado na localidade na forma estabelecida no Art. 7.

Art. 7º - Dividem-se os associados nas seguintes categorias:

a) Associados Fundadores: todos aqueles que assinaram a ata de fundação da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**.

b) Associados Contribuintes Pessoas Físicas: todos aqueles que fazem doações espontâneas e periodicamente com a **Associação Comunitária Cultural Frutalense**.

c) Associados Doadores Pessoas Jurídicas: entidades sem fins lucrativo sediadas na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária;

e) Associados Voluntários Pessoas Físicas: todos aqueles que doam seu tempo na forma de trabalho e não contribuem financeiramente.

§1º - É assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Também é assegurado o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

§2º - As contribuições dos Associados serão reguladas em Assembléia Geral.

§3º - A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos neste estatuto. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada



Patrono: Amadorino Brito Oliveira

Handwritten signature.

Handwritten signature.

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8838

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópi contém com o original exibido em cartão. Dou fé

Frutal, 08 de Maio de 2019

Em fé de *Marta Ap. R. Andrade* da vereanda

☐ Eválio Nazareno de Aguiar - Escrevente Público

☒ Marta Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada



mediante requerimento de associado dirigido a Diretoria que, frente à procedência da solicitação deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurando o direito de ampla defesa do associado em questão.



IV - DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

I - DOS DIREITOS

Art. 8º - São direitos dos associados:

- a) Frequentar quaisquer dependências da entidade obedecidos aos seus regimentos;
- b) Participar de Assembléias Gerais, votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- c) Os associados, pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, por intermédio de seus representantes legais, terão o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- d) Representar a **Associação Comunitária Cultural Frutalense** em assuntos de seu interesse quando devidamente credenciados;
- e) Participar dos trabalhos das reuniões, palestras, conferências e encontros organizados pela **Associação Comunitária Cultural Frutalense**;
- f) Apresentar sugestões que estejam de acordo com os objetivos da entidade;
- g) Qualquer associado poderá se desligar da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**.

II - DOS DEVERES

Art. 9º - São deveres dos associados em qualquer tempo:

- a) Cumprir todas as obrigações estatutárias regulamentares e regimentares cumprir as obrigações decorrentes de decisões dos órgãos administrativos;
- b) Satisfazer nas épocas fixadas aos encargos e contribuições a **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, zelar pelo patrimônio e pelo bom conceito da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**.

Parágrafo Único - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

III - DAS PENALIDADES

Art. 10º - Os associados que infringirem as disposições deste Estatuto do Regimento Interno e de Regulamentos existentes serão passíveis de:

- a) Advertência: da penalidade de advertência não caberá recurso;
- b) Suspensão: os associados enquanto suspensos não poderão exercer o direito de voto;
- c) Eliminação: as penalidades previstas neste Artigo assegurando o direito de defesa prévia do associado serão impostas pela Diretoria que as comunicará por escrito.

V - DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 11º - São órgãos da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho Comunitário.



Francisco Guilherme Brito Oliveira

Constituído

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8822

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocóia confere com o
original exibido em cartório Dou M

Frutal, MG de 19 de Maio de 2019

Em test. Maria A. R. Andrade da veracidade

☐ Estado Maternidade de Aguar - Escrituras Autenticadas

☒ Maria A. R. Andrade - Escrevente Autorizada



4 - DOS CLÍPES

4 - DAS FÉRMAS

4 - DOS ORÇÃOS E 25 - DA OUTORGATÓRIA

4 - DAS FÉRMAS DE AUTENTICAÇÃO DE NOTAS

4 - DAS FÉRMAS DE NOTAS

4 - DAS FÉRMAS DE NOTAS

4 - DAS FÉRMAS DE NOTAS

4 - DAS FÉRMAS DE NOTAS

Art. 12º - A Assembléia Geral é o órgão máximo e soberano de manifestação da vontade do Quadro Social sendo composta por todos os associados que estejam quites com suas obrigações e a ela compete:

I - Reunida Ordinariamente

a) Promover a discussão e aprovação de planos, projetos, e assuntos gerais da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**;

b) Apresentar e julgar a gestão da Diretoria e do Conselho Fiscal sobre as atividades sociais e financeiras do exercício fiscal e balanço estabelecida neste Estatuto.

II - Reunida Extraordinariamente:

a) Deliberar sobre a dissolução ou extinção da entidade e destinar seu patrimônio segundo estabelece o Estatuto;

b) Dispor sobre a reforma deste Estatuto.

c) Realizar eleições de novos membros para sua Diretoria e Conselhos.

d) Aprovar aquisições de bens imóveis e rever doações aprovar alienação de bens imóveis;

e) Dirimir outros quaisquer assuntos bem como os casos omissos neste Estatuto que a Diretoria haja por bem submeter a sua apreciação.

Art. 13º - A convocação da Assembléia Geral é competência exclusiva da Diretoria por iniciativas próprias Ordinárias ou Extraordinariamente.

Art. 14º - Excepcionalmente a Assembléia Geral poderá ser convocada por um mínimo de 1/5 (um quinto) de associados.

Art. 15º - A Assembléia Geral será convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias mediante comunicação escrita aos seus associados resumindo os termos do edital.

a) O edital deverá ser divulgado a todos os associados na forma estabelecida pelo Estatuto.

b) Nenhuma Assembléia Geral se reunirá em primeira convocação com menos de 1/3 (um terço) dos associados.

c) É facultada uma segunda convocação espaçada de uma (1) hora da convocação anterior com qualquer número de associados desde que o edital mencione a circunstância.

Art. 16º - As deliberações da Assembléia Geral são irrecorríveis no domínio da **Associação Comunitária Cultural Frutalense** e serão tomadas:

a) Por maioria absoluta, ou seja, 50% + 1 de todo o quadro de associados no caso de dissolução ou extinção.

b) Por maioria simples dos associados presente nas demais deliberações.

Art. 17º - A Assembléia Geral será instalada pelo Diretor Presidente do órgão que após a abertura dos trabalhos pedirá aos presentes e indicação de dois associados para assumirem respectivamente a presidência e a secretaria dos trabalhos.

Art. 18º - A participação do associado em qualquer Assembléia Geral somente será por sua presença pessoal.

Art. 19º - A Diretoria da **Associação Comunitária Cultural Frutalense** é o órgão Executivo e Administrativo, eleitos em Assembléia Geral, que cumprirá um mandato de (4) quatro anos, admitida apenas uma recondução após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos e será composta da seguinte forma:

a) Diretor Presidente (Representante Legal);

b) Diretor Administrativo;

c) Diretor Financeiro;

d) Diretor Comunicações e Operações.

Associação Comunitária Cultural Frutalense

Assinado

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8838

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o
original exibido em cartório Dou M

Frutal MG de flavio de 2019

Em test. flavio flavio da veracidade

- ☐ Exato Nascimento de Água - Escritura Pública
☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritura Autorizada



Art. 20º - A Diretoria será eleita em Assembléia Geral com votação dentre os associados quites com suas obrigações estatutárias.

Parágrafo Único - Somente poderá fazer parte da Diretoria os brasileiros (as) natos ou naturalizados há mais 10 (dez) anos e maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados cujas residências sejam situadas em Frutal - MG e na área de execução do serviço da radiodifusão e ainda tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 21º - São atribuições da Diretoria:

a) Executar as atividades necessárias à obtenção das finalidades e objetivos da **Associação Comunitária Cultural Frutalense** previstos neste Estatuto;

b) Aprovar os pedidos de admissão de novos associados;

c) Propor emendas ao Estatuto e a dissolução ou extinção da entidade quando for o caso;

d) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, suas próprias decisões e as do Conselho Fiscal e da Assembléia Geral, zelando pelo bom nome, pelo patrimônio e ordem da entidade.

e) Fixar de acordo com o Estatuto as diretrizes da Administração e os planos de desenvolvimento da **Associação Comunitária Cultural Frutalense** elaborando o orçamento anual da receita e despesa;

f) Convocar Ordinariamente ou Extraordinariamente a Assembléia Geral;

g) Submeter a apreciação do Conselho fiscal relatórios anuais acompanhados dos balancetes organizativos pelo Diretor Financeiro;

h) Propor regimentos internos e regulamentos que disciplinem o uso e a frequência da sede e outras dependências da entidade;

i) Aprovar a contratação ou demissão de funcionários ou programadores.

Art. 22º - A Diretoria reunir-se com a maioria simples de seus membros deliberando pelo voto da metade mais um dos presentes em reunião na forma seguinte:

a) Ordinariamente uma vez a cada seis (6) meses.

b) Extraordinariamente, sempre que a maioria simples de seus membros o julgarem necessário.

Art. 23º - Perderá o mandato o membro que faltar a duas (2) reuniões consecutivas ou três (3) alternadas sem justificativa aceita pela Diretoria ou quando o membro perder a condição de associado.

Art. 24º - Por proposta da Assembléia Geral a Diretoria será considerada impedida de reunir-se e deliberar quando estiver desfalcada de metade ou mais de seus membros que:

a) Tenham perdido o mandato na forma estabelecida;

b) Tenham deixado o quadro social da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**.

Art. 25º - Por falta de cumprimento de suas obrigações estatutárias poderão ser destituídos a Diretoria mediante proposta a Assembléia Geral.

Art. 26º - Compete ao Diretor Presidente (Representante Legal):

a) Presidir as reuniões da Diretoria e as sessões públicas promovidas pela **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, instalar Assembleias Gerais bem como representar a entidade em solenidades para as quais for convidado;

b) Convocar as reuniões da Diretoria ou do Conselho Fiscal sempre que necessário;

c) Convocar as Assembléias Gerais que a Diretoria decidir realizar;

d) Nomear comissões de caráter transitórios ou delegados para representar a **Associação Comunitária Cultural Frutalense** em congressos ou solenidades;

e) Dirigir os negócios da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, assinar o seu expediente e conjuntamente com o Diretor Financeiro assinar cheques e ordens de pagamento;

f) Representar a associação ativa e passivamente, judicial ou extrajudicial, assinar contratos e convênios, não podendo sem autorização da Assembléia Geral dispor do patrimônio social.

Patricia Medeiros Brito Pereira

Pompeu

[Assinatura]

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG. FONE (34) 3421-8835

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia contém com o
original exibido em cartão Doi M

Frutal, MG, de 08 de Maio de 2019

Em test. Marta de Almeida Andrade da veracidade

☐ Exatidão Histórica de Atualização: Escrita / Autenticação

☒ Marta de Almeida Andrade - Escrita / Autenticação



renunciar a direito em detrimento dos interesses da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, Atribuir e delegar tarefas especiais aos demais membros de Diretoria, bem como executar as tarefas que lhe forem atribuídas.



Art. 27º - Compete ao Diretor Administrativo:

- a) Auxiliar o Diretor Presidente na parte administrativa, zelando pelo expediente da Diretoria mantendo-o sob sua guarda;
- b) Secretariar as reuniões da Diretoria redigindo as atas respectivas;
- c) Manter em ordem e prazos os arquivos e tarefas da secretaria, quaisquer informações ou correspondências.
- d) Organizar os trabalhos da secretaria, atender a correspondência da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, atualizando o quadro de associados;
- e) Comunicar regularmente ao Diretor Presidente a frequência dos membros da Diretoria para que se faça cumprir as disposições estatutárias sobre a matéria bem como executar as tarefas que lhe forem atribuídas.

Art. 28º - Compete ao Diretor Financeiro:

- a) Arrecadar e depositar a receita em conta bancária em nome da **Associação Comunitária Cultural Frutalense** e efetuar os pagamentos dentro das normas e regulamentos estabelecidos;
- b) Manter em ordem e sob sua guarda a escrituração da Tesouraria;
- c) Preparar balancetes mensais e o balanço geral anual da **Associação Comunitária Cultural Frutalense** para ser submetido a apreciação da Diretoria.

Art. 29º - O exercício fiscal anual da entidade compreenderá o período de 01 de janeiro a 31 de Dezembro.

Art. 30º - Compete ao Diretor de Comunicações e Operações:

- a) Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de Radiodifusão Comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;
- b) Promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

Art. 31º - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador, composto de 2 (dois) representantes, eleitos em Assembléia Geral em votação dentre os associados contribuintes quites com suas obrigações estatutárias.

Art. 32º - Compete aos Conselheiros Fiscais:

- a) Zelar pela fiel observância deste Estatuto, das resoluções da Diretoria e de regimentos interno da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**. Examinar e dar parecer sobre o relatório anual da Diretoria e balanço do exercício fiscal aos quais dará aprovação ou rejeição no prazo máximo de trinta (30) dias;
- b) Examinar e dar parecer sobre o relatório e balanço a serem apresentados no final do seu mandato para ser aprovado ou não pela Assembléia Geral;
- c) Solicitar a Diretoria as informações que julgar necessária.

Art. 33º - Será de quatro (4) anos o mandato dos conselheiros fiscais, coincidente com o da Diretoria, permitida uma recondução.

Art. 34º - Empossado os membros do Conselho Fiscal os mesmos elegerão entre si um Presidente e um Secretário para as reuniões dos colegiados.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal reunir-se-á pelo menos a cada semestre por convocação de seu Presidente.

Atusa Muldame Brito Severina

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
PRUITAL - MG FONE (34) 3421-8835

AUTENTICAÇÃO

At. A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dou M.

Frutal MG, de 29/9

Em test. de Maria Ap. R. Andrade

☐ Estado Nacional de Aguardo - Escritório Nacional

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritório Nacional



Art. 35º - Perderá o mandato o membro que faltar a duas (2) reuniões consecutivas ou três (3) alternadas sem justificativa aceita pelo Conselho Fiscal ou quando o membro perder a condição de associado.

Art. 36º - Por falta de ação no cumprimento das obrigações estatutárias poderá o Conselho Fiscal ser destituído em Assembléia Geral convocada pela Diretoria.

Art. 37º - O Conselho Comunitário será constituído por no mínimo (5) cinco representantes de Entidades da Comunidade Local, tais como Associações de Classe, Beneméritas, Religiosas ou de Moradores legalmente constituídas, eleitos e empossados pela Assembléia Geral Extraordinária da **Associação Comunitária Cultural Frutalense** para um mandato de quatro (4) anos e que definirão sua organização interna.

§1º - O Conselho Comunitário tem por objetivo acompanhar a programação da emissora de radiodifusão, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecido no Art. 4 da Lei nº 9612 de 1998.

§2º - A Diretoria Executiva manterá atualizado o registro da Assembléia Geral que compôs o Conselho Comunitário para eventual solicitação do Ministério das Comunicações.

§3º - O Conselho Comunitário reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada ano e extraordinariamente a qualquer tempo por solicitação da Diretoria ou pela maioria dos seus membros.

VI - DAS ELEIÇÕES

Art. 38º - A eleição da Diretoria e Conselho Fiscal e Conselho Comunitário serão feitos em Assembléia Geral convocada para este fim.

Art. 39º - As eleições serão realizadas até a primeira semana de agosto e a posse dos eleitos imediatamente após as eleições.

Art. 40º - As eleições e apuração serão convocadas e realizadas de acordo com as instruções a serem elaboradas e aprovadas pela Diretoria, devendo constar:

- a) Data, horário e local;
- b) Prazo mínimo de inscrições das chapas concorrentes completas ou incompletas;
- c) Forma do Escrutínio.

VII- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41º - O presente Estatuto poderá ser reformulado em qualquer tempo para as alterações estatutárias ou destituição dos administradores que serão tratados em Assembléia Extraordinária especialmente convocada para tal fim obedecidas as demais exigências estatutárias.

Art. 42º - Constatada qualquer irregularidade de procedimento da Diretoria poderá um grupo mínimo de quinze por cento (15%) de associados considerá-la impedida convocando de imediato, mediante prévia divulgação a todos associados a Assembléia Geral para decidir sobre a destituição prevista no Estatuto.

Parágrafo Único - Considerando impedido a Diretoria Executiva, para que se realize a instalação da Assembléia Geral, assumirá a presidência da Diretoria qualquer dos associados integrante do grupo referido neste Artigo.

Art. 43º - Os termos do Art. 42º e seu parágrafo único poderão ser aplicados em idênticas circunstâncias ao impedimento ou destituição ao Conselho Fiscal.

Art. 44º - Os relatórios anuais da gestão do Conselho Fiscal e Diretoria serão afixados cópias em local próprio para conhecimentos de todos na entidade.

Lucia S. M. Brito Oliveira

Renato

[illegible]

REGISTRATION - V

ALANTA 250000-7613 24G 10

consists of three to seven, rounded, 10- to 15-mm nodules, 30 to 40 cm in diameter, or a few larger nodules.

Art. 45º - Todo edital de convocação de Assembleia Geral além de data, horário local e ordem do dia, deverá conter o quórum exigível de acordo com a natureza da deliberação.

Art. 46º - A entidade somente poderá ser dissolvida por Assembleia Geral convocada especial e extraordinariamente para tal fim.

Art. 47º - Obedecidas todas as exigências deste Estatuto em caso de dissolução ou extinção da entidade, o eventual patrimônio, será destinado pela Assembleia Geral que a dissolver ou extinguir, a outra entidade assistencial congênere com personalidade jurídica sede e atividades preponderantes no Município de Frutal no estado de Minas Gerais.

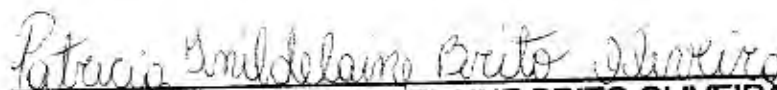
Art. 48º - O presente Estatuto entrará em vigor após a sua aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, realizada na cidade de Frutal, MG em 07 de Agosto de 2014.

Declaro a bem da verdade e para os devidos fins, que o presente documento, datilografados no anverso de 09 (nove) folhas de papel, constitui, em seu inteiro teor, os estatutos da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE** devidamente aprovados em assembleia em 07/08/2014.

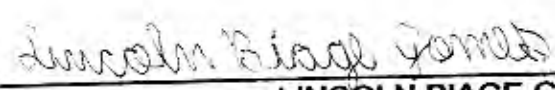
Frutal, 07 de Agosto de 2014.



RODRIGO CARDOSO DE ASSIS FERREIRA
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA



PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA
DIRETORA ADMINISTRATIVA



LINCOLN BIAGE GOMES
PRESIDENTE ELEITO



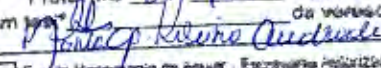
DR. PAULO RAMADIER COELHO
ADVOGADO OAB/MG 31.612-B

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-0030

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia contém o original exibido em cartório Dou fei
Frutal - MG 08 de Maio de 2014

Em 10/05/2014 da veracidade



☐ Estado Nascimento de Aquel - Escritura Autorizada

☒ Maria da R. Andrade - Escritura Autorizada







PROTOCOLO Nº 31079 REG Nº 1384 - LIVA 60 - PÁG 175 - AV. 1

Frutal MG 18 de abril de 2019

CODIGO 6101-0 8801-0 9101-0 Total

QUANTIDADE 1 9 11

Mayara Chaves Silva - escrevente

Descrição	Encargos	SS	Receitas	TR	Total
100	100	340	100	100	240

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça
Registro de Títulos e Documentos e P.J. de Frutal MG
Selo Número: CNJ4565 Código: 6105 1872 4683 8448
Total de atos: 11 - Emol: 120,87 - P.J.: 99,15 Total: 240,12
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



AUTENTICAÇÃO
ANVERSO E VERSO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
06.933.165/0001-00
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
17/08/2004

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
RADIO CULTURA FM

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
AV JUQUINHA GANHA POUCO

NÚMERO
1031

COMPLEMENTO

CEP
38.200-000

BAIRRO/DISTRITO
UNIVERSE RESIDENCE PLAZA

MUNICÍPIO
FRUTAL

UF
MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO
MILTONCRISTOVAM@TERRA.COM.BR

TELEFONE
(34) 3421-9163 / (34) 3421-5499

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
17/08/2004

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/04/2019 às 11:08:19 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Requerimento de Renovação de Outorga assinado por todos os diretores com firma reconhecida;

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Razão Social: **Associação Comunitária Cultural Frutalense**
 Nome Fantasia: **Rádio Cultura FM** CNPJ: **06.933.165/0001-00**
 Endereço de Sede: **Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031, Universe
 Residence Plaza**
 Município: **Frutal** UF: **MG** CEP: **38.200-000**
 Nome do representante legal: **Lincoln Biage Gomes**

Endereço de Correspondência: **Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031,
 Universe Residence Plaza**
 Município: **Frutal** UF: **MG** CEP: **38.200-000**

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE

Endereço: **Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031, Universe Residence Plaza**
 Município: **Frutal** UF: **MG** CEP: **38.200-000**
 Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):
 Latitude: (S) **20°S 01'37"**
 Longitude: **48°W54'00"**

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regulamente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município de Conceição das Alagoas, MG, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e DECLARAMOS, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

Lincoln *Monique* *Patrícia Maximiliano Marli* ¹
Cláudia

V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político partidárias ou comerciais.

VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos Referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Lincoln
 Claudilide
 Monique Patricia Maximiliano Marli

QUADRO DIRETIVO ANTERIOR

NOMES	CARGOS	CPF
Lincoln Biage Gomes	Presidente	226.639.958-60
Patricia Inildelaine Brito Oliveira	Diretora Administrativa	117.446.476-31
Marli Ferreira de Paula	Diretora Financeira	343.660.928-59
Maximiliano Vieira Melo	Diretor de Comunicações e Operações	114.373.236-77
Claudileide Nascimento de Souza	Conselho Fiscal	043.676.964-64
Monique Freitas Martins	Conselho Fiscal	104.198.466-97

QUADRO DIRETIVO ATUAL

NOMES	CARGOS	CPF
Lincoln Biage Gomes	Presidente	226.639.958-60
Patricia Inildelaine Brito Oliveira	Diretora Administrativa	117.446.476-31
Marli Ferreira de Paula	Diretora Financeira	343.660.928-59
Maximiliano Vieira Melo	Diretor de Comunicações e Operações	114.373.236-77
Claudileide Nascimento de Souza	Conselho Fiscal	043.676.964-64
Monique Freitas Martins	Conselho Fiscal	104.198.466-97

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO ATUAL

NOME	CPF	ENTIDADE	CNPJ	ENDEREÇO SEDE
Maria Auxiliadora Correa Barbosa	341.029.576-34	APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Frutal,	20.043.493/0001-54	Treze de maio, 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal, MG, CEP 38.200-000
Nivaldo Pacheco de Moraes	621.260.838-53	Sindicato Rural de Frutal,	17.810.839/0001-98	Antonio Rodrigues de Souza, 405, Bairro Alto da Boa Vista, Frutal,

Lincoln

Monique Patricia Maximiliano Marli³

Claudileide

				MG, CEP 38.200-000,
Eliana Alice Lima Silva	463.371.726-04	Associação Voluntária de Combate ao Câncer de Frutal - AVCC Frutal,	11.254.420/0001-10	Avenida Rio de Janeiro, 1079, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Frutal, MG, CEP 38.200-000
Celmo Garcia da Silva	900.613.816-91	Centro de Recuperação de Alcoólatras - CEREAL	20.055.729/0001-72	Rua João Heitor de Assunção, 50, Bairro Boa Vista, Frutal, MG, CEP 38.200-000
Raquel Mirian da Silva Paula	002.709.816-83	Vila São Vicente de Paulo da Sociedade São Vicente de Paulo de Frutal, MG	20.058.756/0001-07	Rua Aredio Santana de Andrade, 980, Bairro Alto Boa Vista, Frutal, MG, CEP 38.200-000

Diretoria Atual

Nome do dirigente: **Lincoln Biage Gomes**

Cargo: **Presidente** Tit. Eleitor: **2993 9668 0116 – Zona 116 – Seção 0048**

RG: **35.071.611-0** Órgão Emissor: **SSP/SP** CPF: **226.639.958-60**

Endereço: **Rua Ipiranga, 411, Centro, Frutal, MG, CEP 38.200-000**

Assinatura:

Lincoln Biage Gomes

Nome do dirigente: **Patrícia Inidelaiane Brito Oliveira**

Cargo: **Diretora Administrativa** Tit. Eleitor: **1931 3376 0281 – Zona 116 – Seção 0189**

RG: **MG 45.624.200** Órgão Emissor: **PC/MG** CPF: **117.446.476-31**

Endereço: **Rua Marcondes Machado, 935, Santos Dumont, Frutal, MG, CEP 38.200-000**

Assinatura:

Patrícia Inidelaiane Brito Oliveira

Nome do dirigente: **Marli Ferreira de Paula**

Cargo: **Diretora Financeira** Tit. Eleitor: **3090 8165 0132 – Zona 116 – Seção 0058**

RG: **27.490.107-9** Órgão Emissor: **SSP/SP** CPF: **343.660.928-59**

Lincoln

Verônica Patrícia Maximiliano Marli⁴

Cláudia

MG CEP 38.200-000	Associação de Voluntários do Combate ao Câncer de Frutal - AVCC Frutal	483.371.726-04	Elisna Alice Lima Silva
Avenida Rio de Janeiro, 1078, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Frutal, MG CEP 38.200-000	11.254.420/0001		
Rua João Heliott de Assunção, 50, Bairro Boa Vista, Frutal, MG CEP 38.200-000	20.058.728/0001	900.813.818-91	Celmo Garcia da Silva
Rua Arédio Santana de Andrade, 880, Bairro Alto Boa Vista, Frutal, MG CEP 38.200-000	20.058.758/0001	002.709.818-83	Raquel Minian da Silva Paula
Vila São Vicente de Paulo da Sociedade São Vicente de Paulo de Frutal, MG	07		

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL, MG
Praça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000
Fone: (34) 3421-9156 - E-mail: tabelionato1@frutal.com.br

Reconheço por **SEMELHANÇA** a(s) firma(s) de:
LINCOLN BIAGE GOMES

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ.
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019 10:53:22
EMOL: R\$ 5,30 TFIJ: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN02991

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 02991

Nome do dirigente: Lincoln Biage Gomes
Cargo: Presidente
RG: 35.071.611-0 Órgão: Ruror - Ruror
Assinatura: _____

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL, MG
Praça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000
Fone: (34) 3421-9156 - E-mail: tabelionato1@frutal.com.br

Reconheço por **SEMELHANÇA** a(s) firma(s) de:
PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ.
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019 10:53:22
EMOL: R\$ 5,30 TFIJ: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN02994

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 02994

Nome do dirigente: Patrícia Inildeleine Brito Oliveira
Cargo: Diretora Administrativa
RG: 38.200-000
Assinatura: _____

Endereço: Rua Professora Sônia Beatriz de Oliveira Furtado, 158, Bairro Flamboyant, Frutal, MG, CEP 38.200-000

Assinatura: Marli Ferreira de Paula

Nome do dirigente: Maximiliano Vieira Melo

Cargo: Diretor de Comunicações e Operações Tit. Eleitor: 1967 0142 0221 – Zona 116 – Seção 0174

RG: MG 17.367.347 Órgão Emissor: PC/MG CPF: 114.373.236-77

Endereço: Rua Viriato Correia, 311, Centro, Frutal, MG, CEP 38.200-000

Assinatura: Maximiliano Vieira Melo

Nome do dirigente: Claudileide Nascimento de Souza

Cargo: Conselho Fiscal Tit. Eleitor: 0628 6324 0809 – Zona 116 – Seção 0186

RG: MG 23.092.183 Órgão Emissor: PC/MG CPF: 043.676.964-64

Endereço: Rua Três, 64, Residencial Zona Sul, Frutal MG, Cep 38200-000

Assinatura: Claudileide Nascimento de Souza

Nome do dirigente: Monique Freitas Martins

Cargo: Conselho Fiscal Tit. Eleitor: 1770 9008 0213 – zona 116 – Seção 0040

RG: MG-10.550.874 Órgão Emissor: PC/MG CPF: 104.198.466-97

Endereço: Rua Paraná, 564, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Frutal, MG, CEP 38.200-000

Assinatura: Monique Freitas Martins

Simola Patricia Maximiliano Marli

Claudileide Monique

Endereço: Rua Professora Sônia Barziz de Oliveira Furtado, 158, Bairro
Flamboyant, Frutal, MG, CEP 38.200-000

Assinatura:

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL, MG
Praça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000
Fone: (34) 3421-9166 - E-mail: tabelionato@frutal.mg.gov.br

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
MARLI FERREIRA DE PAULA

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019 10:53:22

EMOL.: R\$ 5,30 TFJ.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN02992

TABELIONATO DE NOTAS DE FRUTAL, MG
Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 02992

Nome do dirigente: Claudileide Nascimento de Souza
Cargo: Conselho Fiscal
Tir. Eleitor: 0889 - Zona 116 - Seção 0186

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL, MG
Praça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000
Fone: (34) 3421-9166 - E-mail: tabelionato@frutal.mg.gov.br

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
MAXIMILIANO VIEIRA MELO

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019 10:53:22

EMOL.: R\$ 5,30 TFJ.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN02993

TABELIONATO DE NOTAS DE FRUTAL, MG
Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 02993

Nome do dirigente: Monique Freitas Martins
Cargo: Conselho Fiscal
Tir. Eleitor: 7170 - Zona 116 - Seção 0186
RG: MG-53.952.183
Endereço: Rua Têss, 64, Residencial
Orgão Emissor: F
RG: MG-10.550.874
Endereço: Rua Paraná, 554, Bairro Nossa
CEP 38.200-000

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL, MG
Praça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000
Fone: (34) 3421-9166 - E-mail: tabelionato@frutal.mg.gov.br

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019 10:53:22

EMOL.: R\$ 5,30 TFJ.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN02990

TABELIONATO DE NOTAS DE FRUTAL, MG
Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 02990

Assinatura:

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL, MG
Praça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000
Fone: (34) 3421-9166 - E-mail: tabelionato@frutal.mg.gov.br

Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de:
MONIQUE FREITAS MARTINS

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019 17:37:41

EMOL.: R\$ 5,30 TFJ.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN03105

TABELIONATO DE NOTAS DE FRUTAL, MG
Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 03105

Cópia de requerimento de alteração de caráter Jurídico, assinado por todos os diretores com firma reconhecida;

COMUNICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE CARÁTER JURÍDICO

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Razão Social: **Associação Comunitária Cultural Frutalense**
 Nome Fantasia: **Rádio Cultura FM** CNPJ: **06.933.165/0001-00**
 Endereço de Sede: **Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031, Universe Residence Plaza**
 Município: **Frutal** UF: **MG** CEP: **38.200-000**
 Nome do representante legal: **Lincoln Biage Gomes**

Endereço de Correspondência: **Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031, Universe Residence Plaza**
 Município: **Frutal** UF: **MG** CEP: **38.200-000**

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem, por intermédio de seu representante legal, comunicar a realização das alterações assinaladas abaixo e consolidá-las mediante apresentação da documentação necessária.

Alteração Documentos

☒ Quadro diretivo

Ata de eleição registrada junto ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
 Prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de todos os dirigentes.
 Declaração, firmada por cada um dos dirigentes, indicando que residem na área da comunidade atendida, com os respectivos endereços de domicílio.

☒ Estatuto Social

Cópia do estatuto social consolidado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

☒ Composição do Conselho Comunitário

Ata de eleição e posse do Conselho com a indicação e qualificação de todos os conselheiros e das entidades que representam, acompanhado do CNPJ atualizado de cada uma dessas entidades.

☒ Razão Social / Nome Fantasia

Cópia do estatuto social consolidado e registrado junto ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, acompanhado do CNPJ atualizado.

Com vistas à instrução da presente proposta, **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

I - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

II - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei

Lincoln *Monique Patricia Maximiliano Marli¹*
Claudivia

nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

III - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

IV - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

V - a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.

VI - a entidade não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo assinados, firmam este Requerimento.

QUADRO DIRETIVO ANTERIOR

NOMES	CARGOS	CPF
Lincoln Biage Gomes	Presidente	226.639.958-60
Patricia Inildelaine Brito Oliveira	Diretora Administrativa	117.446.476-31
Marli Ferreira de Paula	Diretora Financeira	343.660.928-59
Maximiliano Vieira Melo	Diretor de Comunicações e Operações	114.373.236-77
Claudileide Nascimento de Souza	Conselho Fiscal	043.676.964-64
Monique Freitas Martins	Conselho Fiscal	104.198.466-97

Lincoln

Claudileide

Monique Patricia Maximiliano Marli

QUADRO DIRETIVO ATUAL

NOMES	CARGOS	CPF
Lincoln Biage Gomes	Presidente	226.639.958-60
Patricia Inildelaine Brito Oliveira	Diretora Administrativa	117.446.476-31
Marli Ferreira de Paula	Diretora Financeira	343.660.928-59
Maximiliano Vieira Melo	Diretor de Comunicações e Operações	114.373.236-77
Claudileide Nascimento de Souza	Conselho Fiscal	043.676.964-64
Monique Freitas Martins	Conselho Fiscal	104.198.466-97

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO ATUAL

NOME	CPF	ENTIDADE	CNPJ	ENDEREÇO SEDE
Maria Auxiliadora Correa Barbosa	341.029.576-34	APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Frutal,	20.043.493/0001-54	Treze de maio, 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal, MG, CEP 38.200-000
Nivaldo Pacheco de Moraes	621.260.838-53	Sindicato Rural de Frutal,	17.810.839/0001-98	Antonio Rodrigues de Souza, 405, Bairro Alto da Boa Vista, Frutal, MG, CEP 38.200-000,
Eliana Alice Lima Silva	463.371.726-04	Associação Voluntária de Combate ao Câncer de Frutal - AVCC Frutal,	11.254.420/0001-10	Avenida Rio de Janeiro, 1079, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Frutal, MG, CEP 38.200-000

Lincoln *Monique* *Patricia* *Maximiliano* *Marli*
Claudileide

Celmo Garcia da Silva	900.613.816-91	Centro de Recuperação de Alcoólatras - CERECA	20.055.729/0001-72	Rua João Heitor de Assunção, 50, Bairro Boa Vista, Frutal, MG, CEP 38.200-000
Raquel Mirian da Silva Paula	002.709.816-83	Vila São Vicente de Paulo da Sociedade São Vicente de Paulo de Frutal, MG	20.058.756/0001-07	Rua Aredio Santana de Andrade, 980, Bairro Alto Boa Vista, Frutal, MG, CEP 38.200-000

Diretoria Atual

Nome do dirigente: **Lincoln Biage Gomes**

Cargo: **Presidente** Tit. Eleitor: **2993 9668 0116 – Zona 116 – Seção 0048**

RG: **35.071.611-0** Órgão Emissor: **SSP/SP** CPF: **226.639.958-60**

Endereço: **Rua Ipiranga, 411, Centro, Frutal, MG, CEP 38.200-000**

Assinatura: Lincoln Biage Gomes

Nome do dirigente: **Patrícia Inildelaine Brito Oliveira**

Cargo: **Diretora Administrativa** Tit. Eleitor: **1931 3376 0281 – Zona 116 – Seção 0189**

RG: **MG-15.624.200** Órgão Emissor: **PC/MG** CPF: **117.446.476-31**

Endereço: **Rua Marcondes Machado, 935, Santos Dumont, Frutal, MG, CEP 38.200-000**

Assinatura: Patrícia Inildelaine Brito Oliveira

Nome do dirigente: **Marli Ferreira de Paula**

Cargo: **Diretora Financeira** Tit. Eleitor: **3090 8165 0132 – Zona 116 – Seção 0058**

RG: **27.490.107-9** Órgão Emissor: **SSP/SP** CPF: **343.660.928-59**

Lincoln Monique Patrícia Maximiliano Marli⁴
Claudilene

Rua João Heitor de Assunção 50 Bairro Boa Vista, Fruital, MG, CEP 38.200-000	20.058.758/0001- 72	Centro de Recuperação de Alcoolistas - CEREA	900.613.816-91	Celmo Garcia da Silva
Rua Arêdio Santana de Andrade, 680, Bairro Alto Boa Vista, Fruital, MG, CEP 38.200-000	20.058.758/0001- 07	Vila São Vicente da Paula da Sociedade São Vicente da Paula de Fruital MG	002.709.618-83	Rafael Minen da Silva Paula

Diretoria Atual

Nome do dirigente: Lincoln Biage Gomes

Cargo: Presidente
0048
Tir. Eleitor: 2993 9668 0116 - Zona 116 - Seção

RG: 32.071.811-0 Órgão Emissor: SSP/SP, CPF: 228.639.958-60

Endereço: Rua Ipiranga, 411, Centro, Fruital, MG, CEP 38.200-000



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUITAL, MG
Praça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000
Fone: (34) 3421-8189 - E-mail: tabelionato@notasfrutal.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

LINCOLN BIAGE GOMES

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Fruital, 08/05/2019 10:53:23

EMOL.: R\$ 5,30 TFJ.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN02996



Selo de Fiscalização

RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 02996

Assinatura

Nome do dirigente: Patricia

Cargo: Diretora Administrativa
- Seção 0189

RG: MG-15.624.200 Órgão Emissor: PC/MG, CPF: 117.446.478-31

Endereço: Rua Marcondes Machado, 927, Vila Dumont, Fruital, MG, CEP 38.200-000



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUITAL, MG
Praça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000
Fone: (34) 3421-8189 - E-mail: tabelionato@notasfrutal.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Fruital, 08/05/2019 10:53:23

EMOL.: R\$ 5,30 TFJ.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN02996



Selo de Fiscalização

RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 02996

Assinatura

Nome do dirigente: Mari Fe

Cargo: Diretora Financeira Tir. Eleitor: 30
0058

RG: 27.490.107-9 Órgão Emissor: SSP/SP, CPF: 343.660.928-29

Endereço: Rua Professora Sônia Beatriz de Oliveira Furtado, 158, Bairro Flamboyant, Frutal, MG, CEP 38.200-000

Assinatura: Marli Ferreira de Paula

1º TABELIONATO

Nome do dirigente: **Maximiliano Vieira Melo**

Cargo: **Diretor de Comunicações e Operações** Tit. Eleitor: **1967 0142 0221 – Zona 116 – Seção 0174**

1º TABELIONATO

RG: **MG-17.367.347** Órgão Emissor: **PC/MG** CPF: **114.373.236-77**

Endereço: **Rua Viriato Correia, 311, Centro, Frutal, MG, CEP 38.200-000**

Assinatura: Maximiliano Vieira Melo

Nome do dirigente: **Claudileide Nascimento de Souza**

Cargo: **Conselho Fiscal** Tit. Eleitor: **0628 6324 0809 – Zona 116 – Seção 0186**

1º TABELIONATO

RG: **MG-23.092.183** Órgão Emissor: **PC/MG** CPF: **043.676.964-64**

Endereço: **Rua Três, 64, Residencial Zona Sul, Frutal MG, Cep 38200-000**

Assinatura: Claudileide Nascimento de Souza

Nome do dirigente: **Monique Freitas Martins**

Cargo: **Conselho Fiscal** Tit. Eleitor: **1770 9008 0213 – zona 116 – Seção 0040**

RG: **MG-10.550.874** Órgão Emissor: **PC/MG** CPF: **104.198.466-97**

Endereço: **Rua Paraná, 564, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Frutal, MG, CEP 38.200-000**

1º TABELIONATO

Assinatura: Monique Freitas Martins

Simone Patricia Maximiliano Marli
Claudileide Monique



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL, MG

Prça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000

Fone: (34) 3421-9165 - E-mail: tabelionatofrutal@gmail.com

Tabelião: José Benedito Roberto dos Reis

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

MARLI FERREIRA DE PAULA

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ.

Escrevente - Fred Arkaten de Freitas

Frutal, 08/05/2019 10:53:23

EMOL: R\$ 5,30 TFJ: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05

Selo(s): CTN02997

Selo de Fiscalização

RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 02997



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL, MG

Prça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000

Fone: (34) 3421-9165 - E-mail: tabelionatofrutal@gmail.com

Tabelião: José Benedito Roberto dos Reis

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

MAXIMILIANO VIEIRA MELO

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ.

Escrevente - Fred Arkaten de Freitas

Frutal, 08/05/2019 10:53:23

EMOL: R\$ 5,30 TFJ: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05

Selo(s): CTN02998

Selo de Fiscalização

RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 02998



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL, MG

Prça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000

Fone: (34) 3421-9165 - E-mail: tabelionatofrutal@gmail.com

Tabelião: José Benedito Roberto dos Reis

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ.

Escrevente - Fred Arkaten de Freitas

Frutal, 08/05/2019 10:53:23

EMOL: R\$ 5,30 TFJ: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05

Selo(s): CTN02995

Selo de Fiscalização

RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 02995



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL, MG

Prça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000

Fone: (34) 3421-9165 - E-mail: tabelionatofrutal@gmail.com

Tabelião: José Benedito Roberto dos Reis

Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de:

MONIQUE FREITAS MARTINS

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ.

Escrevente - Fred Arkaten de Freitas

Frutal, 08/05/2019 17:37:41

EMOL: R\$ 5,30 TFJ: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05

Selo(s): CTN03106

Selo de Fiscalização

RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 03106

Cópia autenticada do RG, CPF, Título de Eleitor
e comprovante de endereço de todos os
diretores;



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8935

AUTENTICAÇÃO

Apresente xerocópia contendo com o
original exibido em cartório Dou M
Frutal - MG de 19/10 de 2019

Em test. de 19/10 de 2019 da vendeda

- ☐ Emissão Nacional de Água - Escritura Pública
☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritura Autorizada



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8935

AUTENTICAÇÃO

Apresente xerocópia contendo com o
original exibido em cartório Dou M
Frutal - MG de 19/10 de 2019

Em test. de 19/10 de 2019 da vendeda

- ☐ Emissão Nacional de Água - Escritura Pública
☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritura Autorizada



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8935

AUTENTICAÇÃO

Apresente xerocópia contendo com o
original exibido em cartório Dou M
Frutal - MG de 19/10 de 2019

Em test. de 19/10 de 2019 da vendeda

- ☐ Emissão Nacional de Água - Escritura Pública
☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritura Autorizada



COPASA**NOTA FISCAL / FATURA DE SERVIÇOS**

Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Rua Mar de Espanha, 525 - Santo Antônio - Belo Horizonte - MG / CEP: 30.330-900

CNPJ: 17.281.106/0001-03 - Insc. Est.: 062.000139.00-14

AGÊNCIA
MAIS
PRÓXIMAR WENCESLAU BRAZ 13
CENTRO
De 08:00 às 17:00Fale com a
COPASA 115

Pag.: 01/01

EDUARDO GOMES
R IPIRANGA
FRUTALMG
38200-000

411 CENTRO

REFERÊNCIA DA FATURA					IDENTIFICADOR USUÁRIO	MATRÍCULA
Número	Data de Emissão	Data de Apresentação	Mês	Grupo		
001.19.14372499-9	11/03/2019	14/03/2019	03/2019	359	0 001 323 873 6	0 000 601 281 7

HIDRÔMETRO	LEITURA			CONSUMO FATURADO			QUANTIDADE DE UNIDADES ATENDIDAS					
	Atual	Anterior	Próxima	Dias	m³	Litros	Serviço	Social	Residencial	Comercial	Industrial	Pública
Y13N 0525038	589 07/03/2019	581 04/02/2019	04/04/2019	31	8	8.000	Água		1			
							Esgoto		1			

HISTÓRICO DE CONSUMO	TARIFA											
----------------------	--------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

CÁLCULO RESIDENCIAL												
Volume Faturado Litros	Dias entre medições	Média Diária Litros	Faixas de consumo em 1.000 litros	Consumo da faixa em 1.000 litros	Unidades Atendidas	Volume Total	R\$ / Mil Litros Água	Valor Água R\$	R\$ / Mil Litros Esgoto	Valor Esgoto R\$	Sub Total R\$	
Mar/2019	8.000	31	258	FAIXA	1	8.000	1,2000	9,60	1,07000	8,56	18,16	
Fev/2019	7.000	28	250	0 A 5	1	5.000	1,2000	6,00	1,07000	5,35	11,35	
Jan/2019	16.000	33	545	5 A 10	1	3.000	3,15500	9,47	3,00700	9,02	18,49	
Dez/2018	10.000	30	333									
Nov/2018	11.000	32	343									
Out/2018	12.000	30	400									
Set/2018	10.000	29	344									
Ago/2018	11.000	31	354									
Jul/2018	9.000	29	310									
Jun/2018	11.000	30	366									
Mai/2018	10.000	32	312									
Abr/2018	9.000	31	290									
			SOMA	8.00000		8.00		31,97		29,53	61,50	

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / LANÇAMENTOS												
ABASTECIMENTO DE ÁGUA											31,07	
ESGOTO DINÂMICO COM COLETA E TRATAMENTO - EDT											29,52	
MULTA P/ATRASSO MES 02/2019 FAT: 00119072694324											1,08	
MULTA P/ATRASSO MES 01/2019 FAT: 00119011591385											3,85	
JUROS DE MORA											0,78	

CONSUMO MÉDIO	
m³	litros
11	11000
SEU CONSUMO/CUSTO DIÁRIO	
258 litros de água	
Água	Esgoto
1,00	0,95



TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE O FATURAMENTO: PIS/COFINS - VALOR: R\$4,36 (VERE NOTA 1 NO VERSO)

POUPE TEMPO. DÉBITO AUTOMÁTICO
MELHOR PARA VOCE. CONSULTE SEU BANCO.**VENCIMENTO**

26/03/2019

TOTAL A PAGAR

R\$66,10

INFORMAÇÕES SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA
(Portaria de Consolidação nº 5 - Anexo XX do MS - Decreto nº 5440)

Período:	01/2019	Número de Amostras					
	Cloro	Condutividade	Cor	Escherichia coli	Fluoreto (F)	Turbidez	
Mínimo	52	52	10	52	0	52	
Análises	58	58	58	58	11	58	
Fora Padrões	0	0	0	0	0	0	
Dentro Padrões	58	58	58	58	11	58	

Observações: *Não obrigatório

Significado dos parâmetros: vide verso

AVISO DE CONTAS VENCIDAS: NÚMERO 0111914372499-9

Mês/Ano	Valor	Vencimento	Mês/Ano	Valor	Vencimento
02/2019	54,78	23/02/2019			

ATE 06/03/2019 NÃO ADUSAMOS PAGAMENTO DO(S) DEBITO(S)
EVITE O CORTE REGULARIZE PAGAMENTO DESCONSIDERE CASO JÁ
TENHA SIDO PAGO

INFORMAÇÕES GERAIS

BAIXE O APP COPASA DIGITAL NO SEU CELULAR

Em caso de ordem de pagamento, mencionar o número dessa fatura.

(Autenticar no verso)

CÓD. DÉBITO AUTOMÁTICO

00006012817

NÚMERO DA FATURA

001.19.14372499-9

MÊS / REF.

03/2019

VENCIMENTO

26/03/2019

TOTAL A PAGAR

R\$66,10

82660000000-2 66100019100-6 11914372499-3 93127100542-9



CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8835

AUTENTICAÇÃO

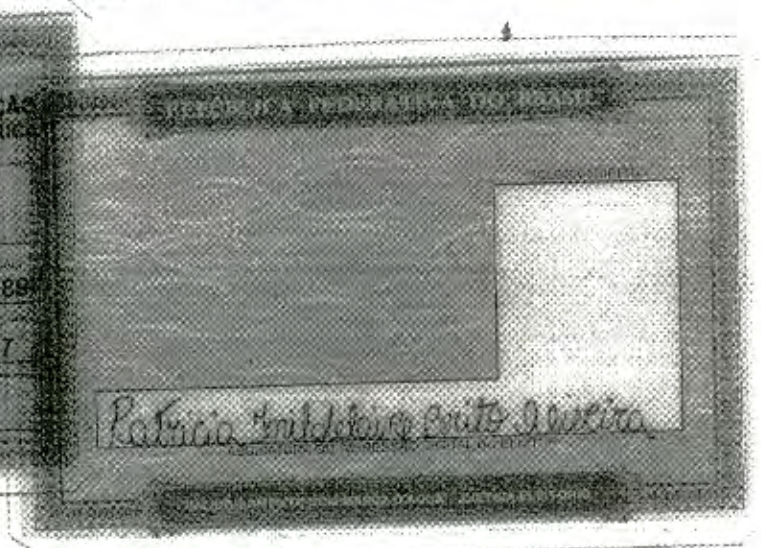
A presente xerocópia confere com o
original exibido em cartão Das 10

Frutal no dia 28 de Maio de 2019

Em nome de Autoq. R. R. Andrade da unidade

- ☐ Evêdo Nascimento de Aguiar - Escrevente Autorizada
☒ Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada





CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
 PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
 FRUTAL - MG FONE (341) 3421-8935

AUTENTICAÇÃO
 A presente xerocópia confere com o original exibido em cartão Dos R\$

Frutal MG 08 de Maio de 2019

Em 100% da veracidade

Marta Ap. R. Andrade

☐ Evêdo Nascimento de Aguiar - Escrevente Autorizada

☒ Marta Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
 PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
 FRUTAL - MG FONE (341) 3421-8935

AUTENTICAÇÃO
 A presente xerocópia confere com o original exibido em cartão Dos R\$

Frutal MG 08 de Maio de 2019

Em 100% da veracidade

Marta Ap. R. Andrade

☐ Evêdo Nascimento de Aguiar - Escrevente Autorizada

☒ Marta Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
 PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
 FRUTAL - MG FONE (341) 3421-8935

AUTENTICAÇÃO
 A presente xerocópia confere com o original exibido em cartão Dos R\$

Frutal MG 08 de Maio de 2019

Em 100% da veracidade

Marta Ap. R. Andrade

☐ Evêdo Nascimento de Aguiar - Escrevente Autorizada

☒ Marta Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada



CEMIG

CEMIG S.A. - Companhia de Energia Elétrica
 CNPJ 06.940.122/0001-92
 Av. Francisco de Sá, 1200 - 13º andar - Ala 41
 Santa Helena - CEP 30.130-131
 Belo Horizonte - MG - Brasil

Série: 01 NF: 009554659
 Controle:
 02.108/R4SODRA/84/0051

Emissão: 06/03/2019 Impressão: 06/03/2019 12:58:33 Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE criada pela
 Lei nº 10.438 de abril de 2002
 Emissão autorizada pelo Superintendente PTA nº 45.063009742-51 - 057/MG

VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA

RUA MARCONDES MACHADO 935 CS

SANTOS DUMONT
 FRUTAL - MG
 CEP: 38200-000

MEDIDOR Nº: APB087052742

Nº DO CLIENTE: 7001516141

Nº da Instalação: 3807432985
 Subclasse: RESIDENCIAL
 Classe: Residencial
 Tipo de Tarifa: Tarifa Convencional
 Data de Início: 04/02
 Data de Fim: 06/03
 Data de Vencimento: 03/04

Tipo de Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Medição	Consumo kWh
Energia Elétrica	11630	11722	1	92

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Energia Elétrica kWh	92	0,89050076	81,90
Descrição			Valor R\$
Contrib. Custeio Ilum. Pública			6,45
Energia Elétrica kWh			
TARIFAS APLICADAS (Sem Impostos)		0,68864000	

CNPJ: 03.401.638-06
 RESERVADO AO FISCO F5B9.EB4C.F7DC.4EB5.4DC1.05FD.BCAC.46EA

REFERENTE A	VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
MAR/2019	23/03/2019	R\$ 88,35

Base de Cálculo (R\$): 81,90
 Alíquota (%): 30

ICMS	81,90	30	R\$ 24,57
PIS/COFINS	81,90	0,7	R\$ 0,57
CONTRIB. SOCIAL	81,90	3,4	R\$ 2,78

RESUMO DAS CONTAS VENCIDAS E CONTAS ANTERIORES

Mês/Ano	Consumo kWh	Média kWh/dia	Dias de Faturação
FEV/2019	88	3,08	32
JAN/2019	81	2,70	30
DEZ/2018	80	2,75	29
NOV/2018	88	2,86	33
OUT/2018	103	3,43	30
SET/2018	121	3,78	32
AUG/2018	111	3,78	30
JUL/2018	116	3,79	29
JUN/2018	113	3,53	32
MAI/2018	102	3,48	30
ABR/2018	87	2,71	32
MAR/2018	86	3,07	31

Informações Gerais

Tarifa vigente conforme Res Anel nº 2.388, de 22/05/2018.
 FGV/2019 Band. Verde - MAR/2019 Band. Verde
 O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais
 vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no recolhimento das mesmas.
 É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade
 exercida no local.
 Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando www.cemig.com.br
 Leitura realizada por: calendário de faturamento.

RECEBA SUA FATURA DE ENERGIA POR E-MAIL DE FORMA FACIL, RÁPIDA E SEGURA.
 ACESSO AGORA www.cemig.com.br

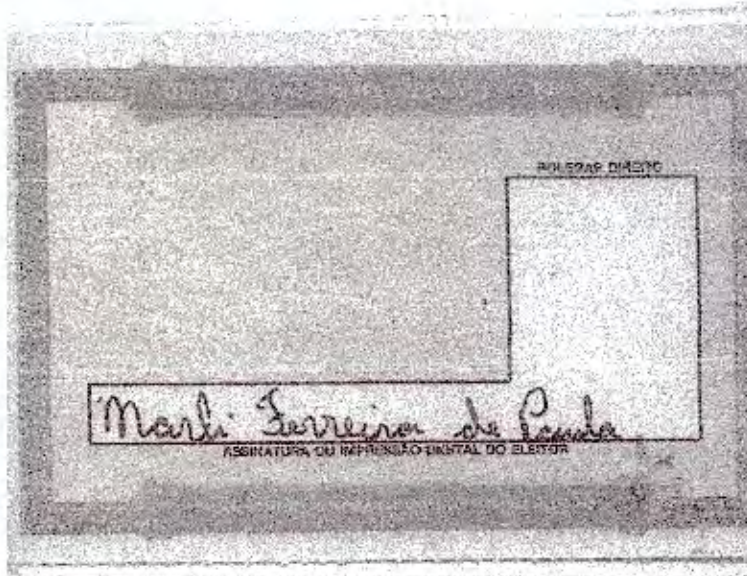
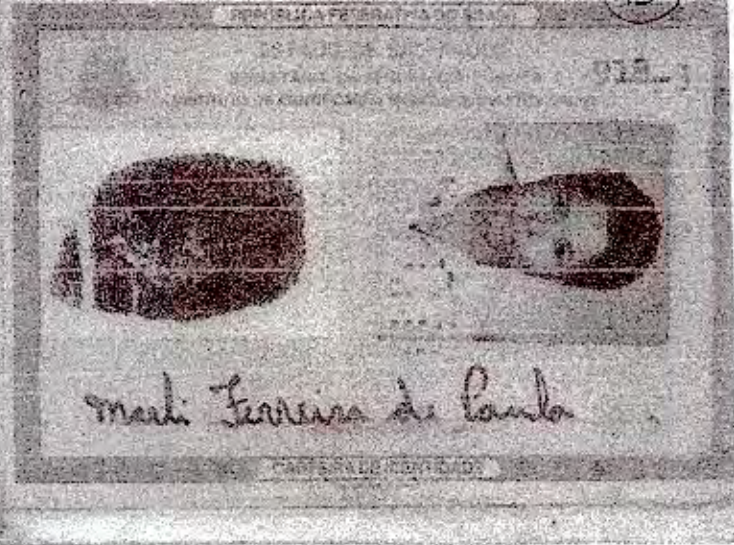
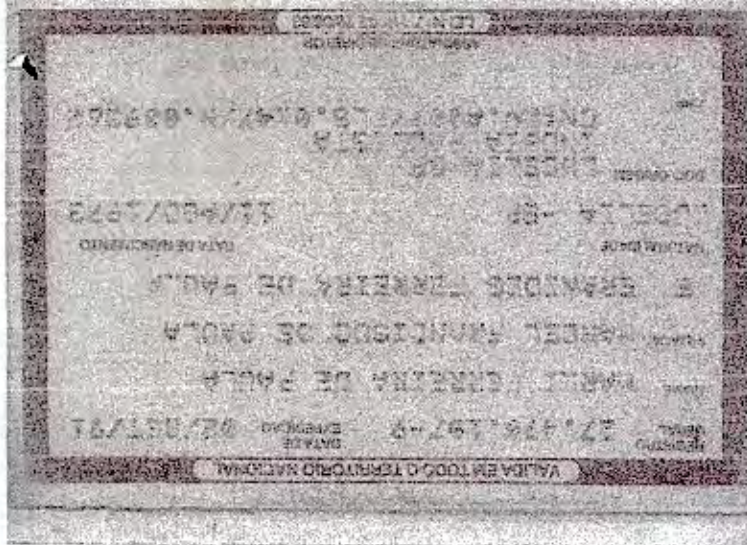
CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
 PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
 FRUTAL - MG FONE (341) 3471-8930

AUTENTICAÇÃO
 Apresente xerocópia com o
 original exibido em cartão Doz R\$
 Frutal - MG de 08 de Maio de 2019

Em 08 de Maio de 2019
 Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autenticada

☐ Escrito Nacional de Faturar - Escrevente Autenticada
☒ Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autenticada





CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8836

AUTENTICAÇÃO
A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dou M
Frutal, 08 de Maio de 2019
Em 11/08/1973 da veracidade
Marta Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada

☐ Evildo Nascimento de Aguiar - Escrevente Autorizada
☒ Marta Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8836

AUTENTICAÇÃO
A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dou M
Frutal, 08 de Maio de 2019
Em 11/08/1973 da veracidade
Marta Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada

☐ Evildo Nascimento de Aguiar - Escrevente Autorizada
☒ Marta Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8836

AUTENTICAÇÃO
A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dou M
Frutal, 08 de Maio de 2019
Em 11/08/1973 da veracidade
Marta Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada

☐ Evildo Nascimento de Aguiar - Escrevente Autorizada
☒ Marta Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada



AGÊNCIA
MAIS
PRÓXIMAPague com a
COPASA **115**MARLI FERREIRA DE PAULA
R PROF SONIA BEATRIZ DE OLIVEIRA FORTADO, 158
FLAMBOYANT
FRUTAL38.200.000
MG

REFERÊNCIA DA FATURA

Número	Data de Emissão	Data de Apropriação	Mês de Referência	Grupo
001.18.016.8814.1	08/01/2019	08/01/2019	01/2019	251

MATRÍCULA

0 012 971 393 7

QUANTIDADE DE UNIDADES ATENDIDAS

SERVIÇO	Social	Residencial	Comercial	Industrial	Pública
Água	1				
Esgoto					

IDENTIFICADOR USUÁRIO

0 012 803 195 6

HIDRÔMETRO	PERÍODO CONSUMO/LEITURA	PROXIMA LEITURA
	Atual 08/01/2019 807	Anterior 07/12/2018 803

CONSUMO FATURADO
Des m³ Litros
38 200 000

HISTÓRICO DE CONSUMO

Volume Faturado Litros	Des entre medições	Média Des Litros
4.000	1	4.000
4.000	2	4.000
4.000	3	4.000
4.000	4	4.000
4.000	5	4.000
4.000	6	4.000
4.000	7	4.000
4.000	8	4.000
4.000	9	4.000
4.000	10	4.000
4.000	11	4.000
4.000	12	4.000

CONSUMO MÉDIO

m³	litros
38	38.200.000

SEU CONSUMO/CUSTO DIÁRIO

litros de água

Água	Esgoto
R\$ 4,75	R\$ 1,06

TARIFA

Faixa de consumo em 1.000 litros	Consumo de fatura em 1.000 litros	Unidades Atendidas	Volume Total	R\$/m³ Litros Água	Valor Água R\$	R\$/m³ Litros Esgoto	Valor Esgoto R\$	Sub Total R\$
FIXA		1		7,10	7,10	0,80	0,80	14,90
0 A 5	5.000,00	1	5,00	5,0000	2,50	0,5000	2,50	5,00
5 A 10	10.000,00	1	5,00	10,0000	4,75	1,0000	5,00	9,75
TOTAL	10.000,00	3	15,00		14,74		14,90	29,64

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / LANÇAMENTOS

ABASTECIMENTO DE ÁGUA	14,74
ESGOTO DINÂMICO COM COLETA E TRATAMENTO - EDT	14,03
JUROS DE MORA	0,06

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8835

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dou A3
Frutal, 08 de Maio de 2019Em test. *Maria Ap. R. Andrade* da ven. *Maria Ap. R. Andrade*☐ Escrito Holograma de Água - Escritório Holograma☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritório Autenticado

TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE O FATURAMENTO: PIS/COFINS - VALOR: R\$ 1,30

VENCIMENTO

28/01/2019

TOTAL A PAGAR

*****R\$26,03

INFORMAÇÕES GERAIS

BAIXE O APP COPASA DIGITAL NO SEU CELULAR

INFORMAÇÕES SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA (Port. Nº 2914-Min. da Saúde-Dec. Nº 5448)

Período	Número de Amostras	Cloro	Coliformes Totais	Cor	Escherichia coli	Fluoreto(*)	Turbidez
Mínimo		0,4	0	5	0	1,5	1
Análises		0,4	0	5	0	1,5	1
Foto Padrões		0,4	0	5	0	1,5	1
Dentro Padrões		0,4	0	5	0	1,5	1

Observações: Não detectado

Significação dos parâmetros: Não verso

97

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



Maximiliano Vieira Melo

CARTÃO DE IDENTIDADE

MG-17.367.347

16/02/2017

MAXIMILIANO VIEIRA MELO

MANOEL EURÍPEDES DE MELO

ZILDA CANDIDA VIEIRA MELO

FRUTAL-MG

NASC. LV-58 FL-298

FRUTAL-MG

16/11/1993

LETICIA BARTISTA CAMARGO REIS

ADM/220 UN. ORÇON

DTI-1-47

LEIN-2-158 DE 2006/03

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

CPF

114.373.236-77

MAXIMILIANO VIEIRA MELO

Cartão de não-pessoa e transferência

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

FEV/2009

www.carteiros.com.br

GRUPO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

MAXIMILIANO VIEIRA MELO

16/11/1993

1967 0142 0221

118

FRUTAL/MG

23/04/2017

Maximiliano Vieira Melo

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS

PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO

FRUTAL - MG FONE (341) 3421-0830

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartão Doris M. Frutal MG de 08 de Maio de 2019

Em 16/05/2019 da unidade

Prata G. Ribeiro Andrade

☐ Exato Histograma de Igual - Escritura Autenticada

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritura Autorizada

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS

PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO

FRUTAL - MG FONE (341) 3421-0830

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartão Doris M. Frutal MG de 08 de Maio de 2019

Em 16/05/2019 da unidade

Prata G. Ribeiro Andrade

☐ Exato Histograma de Igual - Escritura Autenticada

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritura Autorizada

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS

PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO

FRUTAL - MG FONE (341) 3421-0830

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartão Doris M. Frutal MG de 08 de Maio de 2019

Em 16/05/2019 da unidade

Prata G. Ribeiro Andrade

☐ Exato Histograma de Igual - Escritura Autenticada

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritura Autorizada

CARTÓRIO DE NOTAS

20

Selo de Fiscalização

AUTENTICAÇÃO

CZQ 86803

CARTÓRIO DE NOTAS

20

Selo de Fiscalização

AUTENTICAÇÃO

CZQ 86804

CARTÓRIO DE NOTAS

20

Selo de Fiscalização

AUTENTICAÇÃO

CZQ 86805

CEMIG

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
CNPJ 06.901.100/0001-52
Insc. Estadual 002.332.088.0007
Av. Barão de São Paulo, 1200 - 17ª Andar - Ala A1
Bairro Agostinho - CEP 30.130-121
Belo Horizonte - MG - Brasil

Nota Fiscal - Conta de Energia Elétrica

Série: U1 NF: 09530196

Controle:

02.106/R4SGOBA779/0034

Emissão: 14/02/2019 Impressão: 14/02/2019 11:37:53

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE criada pela

Resolução do Conselho de Regulação de Energia Elétrica - RESOLUÇÃO 10.438 de abril de 2002

MANOEL EURIPEDES DE MELO

RUA VIRIATO CORREIA 311 CS

CENTRO

FRUTAL - MG

CEP: 38200-000

MEDIDOR Nº: AEU035007748

Nº DO CLIENTE: 7003635738

Nº de Instalação	Subscrição	Classe
3002269615	RESIDENCIAL	Residencial Básico
Data de Instalação	Modalidade Tarifária	
Anterior: 15/01/14/02	Atual: 18/03	Tarifa Convencional

Informações Técnicas				
Tipo de Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Medição	Consumo kWh
Energia Elétrica	35486	35770	1	282

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Energia Elétrica kWh	282	0,95779337	270,07

Descrição	Valor R\$
Contrib. Custeio Ilum. Pública	32,27
Multa 2% conta de 01/2018 sobre R\$ 250,85	5,02
Juros mora 1%am: 10 dia(s) sobre R\$240,81	0,60
Juros mora 1%am: 46 dia(s) sobre R\$228,44	3,50
Taxa de Relação	11,36

TARIFAS APLICADAS (Sem Impostos)	
Energia Elétrica kWh	0,95884000

CPF: 408.023.540-88

RESERVADO AO FISCO

3ED9.BED2.C0AF.2F4B.3E71.AD31.F7FE.07E0

REFERENTE A	VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
FEV/2019	06/03/2019	R\$ 323,02
Base de Cálculo (R\$):	Alíquota(%)	Valor (R\$):
ICMS	30	R\$ 81,02
PIS/COFINS	1,50	R\$ 4,21
COFINS	7,17	R\$ 19,99

Histórico do Consumo	Consumo kWh	Medida kWh/dia	Dias de Faturam.
Mês/Ano			
JAN/2019	286	8,37	32
DEZ/2018	292	8,40	30
NOV/2018	230	6,20	29
OUT/2018	271	8,40	32
SET/2018	255	7,98	32
AGO/2018	297	9,34	32
JUL/2018	244	8,41	29
JUN/2018	249	8,58	29
MAI/2018	258	8,30	32
ABR/2018	257	8,56	30
MAR/2018	226	8,48	27
FEV/2018	258	8,32	31

De 14/02/2019 constava pendente o débito que sujeita a unidade consumidora a suspensão de fornecimento de energia elétrica a partir da data discriminada.

Mês/Ano	Valor	Prev. Corte
JAN/2019	R\$291,08	28/02/2019

A entrega desta fatura condiciona a responsabilidade de débitos vencidos de sua responsabilidade.

Informações Gerais

Tarifa vigente conforme Res. Anel nº 2.388, de 22/05/2018.

JAN/2019 Band. Verde - FEV/2019 Band. Verde

O pagamento desta conta não gera débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseada no vencimento das mesmas.

É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local.

Para sua adesão para recebimento de conta de energia por e-mail acesse www.cemig.com.br

Leitura realizada conf. calendário de faturamento.

RECEBA SUA FATURA DE ENERGIA POR E-MAIL DE FORMA FÁCIL, RÁPIDA E SEGURA.
ACESSE AGORA www.cemig.com.br

CODIGO DE DEBITO AUTOMATICO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
000022696157	06/03/2019	R\$ 323,02
REFERENTE A: FEV/2019	Nº DE INSTALAÇÃO: 3002269615	

83610000003-0 23020138000-6 35761869011-3 00022696157-1



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8890

AUTENTICAÇÃO

Apresente xerocópia contra com o
original exibido em cartório Dom. At.

Frutal, 08 de Março de 2019

Em 10/03/2019, a verificação

por *Priscila Rosane Quadrad*

☐ Escrito Nacional de Água - Escritório Nacional

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritório Nacional

MO 20 082 188

25/10/2018

CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA

ANTONIO RIBEIRO DE SOUZA

MARIA DE JESUS NASCIMENTO DE SOUZA

CURICURI-PE

NASC. LV-58A FL-160

19/5/1981

CURICURI-PE

043.676.964-64

RTI 1247

JACQUELINE DE OLIVEIRA FERRAZ

ASSINATURA DO DIRETOR

LEIN 7116 DE 26/09/83

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8835

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o
original exibido em cartão Dou 15

Frutal, 08 de Maio de 2019

Em leg. da veracidade

Antônio Ribeiro de Souza

☐ Evêdo Nascimento de Aguiar - Escrevente Autorizado

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada



TÍTULO ELEITORAL

CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA

19/05/1981

0628 6324 0809

116 116

FRUTAL/MG

Antônio Ribeiro de Souza
Des. José Antônio, João Pessoa, Presidente do TRE/MG

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8835

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o
original exibido em cartão Dou 15

Frutal, 08 de Maio de 2019

Em leg. da veracidade

Antônio Ribeiro de Souza

☐ Evêdo Nascimento de Aguiar - Escrevente Autorizado

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada



CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8835

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o
original exibido em cartão Dou 15

Frutal, 08 de Maio de 2019

Em leg. da veracidade

Antônio Ribeiro de Souza

☐ Evêdo Nascimento de Aguiar - Escrevente Autorizado

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada



CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA
RUA TRES 64 64
RESIDENCIAL ZONA SUL
38200-000 FRUTAL MG

Cartão 0579.15009 32000.292105

Data 10/02 Descrição Saldo Anterior Crédito 1.533,16

Movimentações Nacionais em Real (R\$)

CLAUDILEIDE M DE SOUZA		Mg 05/23/05** 0000 3016	
27/04	ANUIDADE DIFERENCIADA TITULAR	11/12	17,93
24/11	MAGAZINE LUIZA SA 1004 FRUTAL	04/03	50,00
12/12	SHOPPING DA ECONOMIA FRUTAL	03/03	36,85
29/12	MAGAZINE LUIZA FRUTAL	02/03	49,39
12/01	NAUTICO CLUB DE FRONT FRONTIERA	02/02	125,21
01/02	RECARGA NOVEL ALGAR TE UBERLANDIA		13,00
02/02	CRISPARK SAO JOSE D	01/02	32,00
03/02	LOJAS AMERICANAS 21 SAO JOSE D	01/02	40,45
03/02	SUPERMERCADO J3 FRUTAL		25,71
03/02	SUPERMERCADO J6 FRUTAL		51,92
03/02	SUMUP PIZZACLUB Sao Paulo		25,00
03/02	SUMUP *CINNAMONDAS Sao Paulo	01/02	40,86
04/02	SHOPPING DA ECONOMIA FRUTAL		10,30
04/02	MERCADO-MERCADOLIVRE USASCO	01/02	59,79
04/02	PERNAMBUCANAS FRUTAL		53,07
04/02	SHOPPING DA ECONOMIA FRUTAL		58,99
05/02	TRIANGULO SUPERMERCADO FRUTAL		109,09
05/02	MENDES E JAMBERA LTDA FRUTAL		12,28
05/02	PAGAMENTO RECEBIDO - OBRIGADO	1.588,10-	
10/02	SUPERMERCADO J6 FRUTAL		30,55
11/02	AUTO POSTO JJ FRUTAL		120,00

Juros dia(s) Parcela(s) de Compra R\$ 41,55
Juros dia(s) Parcela(s) de Saque R\$ 0,00
Juros da Fatura Parcelada/Parcelado Fdcl R\$ 0,00

TOTAL DESTA FATURA	PAGAMENTO MINIMO	PARCELAMENTO DA FATURA
R\$ 246,00	R\$ 246,00	R\$ 246,00

11/02

BRDESCARD VISA GOLD

Vencimento 10/03/2019

Provisão para fechamento da próxima fatura é dia 25/03

Central de Atendimento BradesCard

REG. METROPOLITANAS E PRINCIPAIS CAPITAIS 4004-7332
OUTRAS LOCALIDADES 0800-7817332

Limites de Créditos
Compras R\$ 2.580,00 Saque R\$ 180,00 Parcelado* R\$ 0,00
Juros Remuneratórios % a.m. % a.d. CET a.d.
Parcelado rotativo 13,50% 357,04% 383,48%
Parcelado loja 7,99% 151,54% 189,92%
Parcelado saque 7,99% 151,54% 189,92%
Parcelamento da fatura 12,90% 971,30% 652,03%
Parcelamento da fatura 12,90% 971,30% 652,03%
* Se for cobrada fatura de até R\$ 18,00 por operação.
* Juros de mora 2,00% a.m.
* Taxa máxima de juros para a próxima fatura 13,50% + CET ao ano 414,95%
* Serviços com incidência de IOF Adicional (0,38%) e IOF Diário (0,0002%).

Saldo Anterior (R\$) Crédito a Pagamento Débitos
1.588,16 - 1.588,16 + 1.533,16 =
Saldo Intercorrente (US\$) Cotação Dólar Data da Cotação (US\$)
0,00 * 0,00 =

Total Nacional

1.533,16

Total Internacional

0,00

Para consultar seus pontos totais do Programa Viagem consulte o site www.programaviagem.com.br.
Programa Viagem é de gestão a responsabilidade única da CVC.



Em caso de pagamento inferior ao valor total, haverá cobrança de encargos do crédito rotativo apontados nesta fatura, incidentes sobre o saldo entre o valor total e o pago. No caso de pagamento mínimo, no próximo mês serão cobrados encargos contratuais de até R\$ 178,91. Se for optou pelo rotativo no mês anterior e o pagamento desta fatura for inferior ao total, o saldo remanescente poderá ser parcelado em até 24 vezes. Dívidas, consulte a Central de Atendimento. Operações financeiras sem cobrança de impostos (inclusive IOF).

Bradesco 237-2 23794.15009 91350.093968 32000.292105 5 00000000000000

Nome do Pagador/CNPJ/Endereço
CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA /043.878.964-84
/RUA TRES 64 64 /RESIDENCIAL ZONA SUL/FRUTAL -MG/38200-000

Sacador/Avalista
Nosso Número 13500939682 Mg do Documento 00001578 Data de Vencimento 10/03/2019 Valor do Documento R\$ 1.533,16 (-) Valor Pago

Nome do Beneficiário/CNPJ/CPF/Endereço
BANCO BRADESCARD S.A. 04.184.779/0001-01 /Avenida Rio Negro, 585 - Alphaville - Barueri - SP.
Agência/Código do Beneficiário 4150/0002921-1

SAC: 0800 730 5030 / SAC Deficiente Auditivo: 0800 722 0099 / Ouvidoria BradesCard: 0800 722 2073

Bradesco 237-2 23794.15009 91350.093968 32000.292105 5 00000000000000

Local de Pagamento TODA A REDE BANCARIA Data de Vencimento 10/03/2019

Nome do Beneficiário/CNPJ/CPF/Endereço
BANCO BRADESCARD S.A. 04.184.779/0001-01 /Avenida Rio Negro, 585 - Alphaville - Barueri - SP.
Data do Documento 10/03/2019 Mg do Documento 00001578 Espécie DOC Aceite N Data Processamento 28/02/2019

Nome do Banco 744 Carteira 08 Espécie R\$ Quantidade 1 Valor (-) Valor do Documento R\$ 1.533,16

Informações de responsabilidade do beneficiário
CIP - 000
PAGAVEL PREFERENCIALMENTE NAS AGENCIAS BANCARIAS.

OS ENCARGOS PROVENIENTES DE PAGAMENTO ROTATIVO OU DE ATRASO, SERAO COBRADOS NA PROXIMA FATURA.

SR CAIXA: RECEBER ATÉ 25/03/2019. APOS ESTA DATA, PAGAVEL SOMENTE NAS AGENCIAS DO BANCO BRADESCO.

Nome do Pagador/CNPJ/Endereço/Cidade/UF/CEP
CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA /043.878.964-84/RUA TRES 64 64 /RESIDENCIAL ZONA SUL/FRUTAL -MG/38200-000
Sacador/Avalista/CNPJ/CPF 23794.15009 91350.093968 32000.292105

Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação

23794.15009 91350.093968 32000.292105

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8838

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o
original exibido em cartório em 08 de Maio de 2019

Em test. de Maria Ap. R. Andrade da veracidade

☐ Evendo Nascimento de Aguiar - Escrevente Autorizada

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada





CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRINCA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (341) 3421-9935

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia contém com o original exibido em cartão Dos R\$

Frutal-MG 08 de Maio de 2019

Em 10/07/2019 da verificação

Marla Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada

☐ Exatidão das Letras e da Escrita

☒ Marla Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRINCA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (341) 3421-9935

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia contém com o original exibido em cartão Dos R\$

Frutal-MG 08 de Maio de 2019

Em 10/07/2019 da verificação

Marla Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada

☐ Exatidão das Letras e da Escrita

☒ Marla Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRINCA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (341) 3421-9935

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia contém com o original exibido em cartão Dos R\$

Frutal-MG 08 de Maio de 2019

Em 10/07/2019 da verificação

Marla Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada

☐ Exatidão das Letras e da Escrita

☒ Marla Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada





Algar
Telecom

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 379 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (341) 3421-8838

AUTENTICAÇÃO

A presente servidora confere com o
original existente em cartão Data 16
Frutal, MG, de 2019

Em 16/03/2019 de 10h30min

☐ Estado Nacional de Algar - Escritório Principal

☒ Maria Ap. R. Andrade - Escritório Autorizado

Pág: 1 de 3



MONIQUE FREITAS MARTINS

PARADA 544 R
RUA SIA, 3300787-3000000
36210-000 - FRUTAL - MG

Nº da fatura
275299503

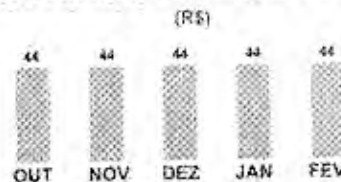
Valor total da conta
R\$ 45,94

Data de vencimento
25 / Mar / 2019

FALE COM A ALGAR TELECOM

www.algartelecom.com.br
@algartelecom
facebook.com/algartelecom
Ou ligue 103 12

HISTÓRICO VALOR DA CONTA



EMIÇÃO DESTA CONTA: 12/03/2019

CONTA SIMPLIFICADA

CELULAR

SEU NÚMERO	VALOR (R\$)	PLANO
32000740555	44,98	PLANO DIGA COMPRO
TOTAL R\$ 44,98		

SERVIÇOS DA CONTA

SERVIÇO	VALOR (R\$)	SERVIÇOS
000754077373	0,96	Serviço Da Conta
TOTAL R\$ 0,96		

Algar
Telecom

**Sua lista
agora é digital!**

net sabe Venda mais com o **NETSABE** **BUSCAR**

AS MELHORES OFERTAS DE BUSCA NO GOOGLE

ANUNCIE **netsabe.com.br**

Algar
Telecom

UTILIZE ESTA VIA PARA PAGAMENTO

Em caso de pagamento com cheque, a quitação se
dará após a compensação do mesmo.

Nome do
Cliente: **MONIQUE FREITAS MARTINS**

Nº da Fatura	Banco / Agência	Identificação	Data de Vencimento	Valor Total da Conta
275299503		000754077373	25/03/2019	45,94

84680000000-8 45940004000-0 07540773730-5 27529950300-1



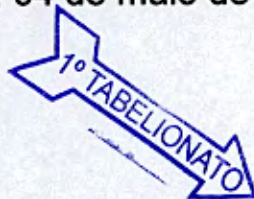
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Declaração assinada por todos os diretores comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço de radiodifusão Comunitária com firma reconhecida;

DECLARAÇÃO

Eu, **Lincoln Biage Gomes**, CPF/MF 226.639.958-60, RG 35.071.611-0 SSP/SP, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Presidente**, declaro para os devidos fins, que me comprometo ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Frutal, 04 de maio de 2018.



Lincoln Biage Gomes

Lincoln Biage Gomes

Presidente

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL / MG
Praça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 34.200-000
Fone: (34) 3421-0165 - E-mail: tabelionatofrutal@terra.com.br
José Beneditino dos Reis

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
LINCOLN BIAGE GOMES

EM TESTEMUNHO DA VERDADE. DOU FÉ.
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019 10:53:23
EMOL: R\$ 5,30 T.F.J.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN03001

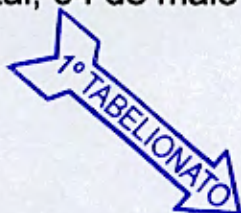
1º TABELIONATO DE NOTAS DE FRUTAL - MG

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 03001

DECLARAÇÃO

Eu, **Patricia Inildelaine Brito Oliveira**, CPF/MF 117.446.476-31, RG MG-15.624.200 PC/MG, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Diretora Administrativa**, declaro, para os devidos fins, que me comprometo ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Frutal, 04 de maio de 2018.



Patricia Inildelaine Brito Oliveira

Patricia Inildelaine Brito Oliveira

Diretora Administrativa

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL-MG
Praça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000
Fone: (34) 3422-0066 - E-mail: tabelao@frutal.org.br

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA

EM TESTEMUNHO DA VERDADE. DOU FÉ
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal 08/05/2019 10:53:24

EMOL: R\$ 5,30 TFJ.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN03004

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 03004

DECLARAÇÃO

Eu, **Marli Ferreira de Paula**, CPF/MF 343.660.928-59, RG 27.490.107-9 SSP/SP, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Diretora Financeira**, declaro, para os devidos fins, para os devidos fins, que me comprometo ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Frutal, 04 de maio de 2018.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL
Praça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000
Fone: (34) 3421-9188 - E-mail: tabelionato@frutal.org.br

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
MARLI FERREIRA DE PAULA

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019 10:53:23
EMOL: R\$ 5,30 TFJ: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Sel(s): CTN03C02

RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 03002

1º TABELIONATO

Marli Ferreira de Paula
Marli Ferreira de Paula
Diretora Financeira

DECLARAÇÃO

Eu, **Maximiliano Vieira Melo**, CPF/MF 114.373.236-77, RG MG-17.367.347 PC/MG, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Diretor de Comunicações e Operações** declaro, para os devidos fins, que me comprometo ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Frutal, 04 de maio de 2018.



Maximiliano Vieira Melo

Maximiliano Vieira Melo

Diretor de Comunicações e Operações

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL / MG
 Praça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000
 Fone: (31) 3421-9165 E-mail: tabelionato@frutal.mg.gov.br José Bonifácio de Fátima

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
MAXIMILIANO VIEIRA MELO

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ.
 Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
 Frutal, 08/05/2019 10:53:23

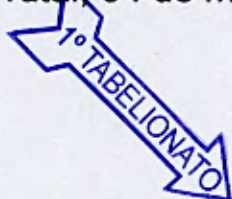
EMOL: R\$ 5,30 T.F.J.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
 Selo(s): CTN03003

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 03003

DECLARAÇÃO

Eu, **Claudileide Nascimento de Souza**, CPF/MF 043.676.964-64, RG MG-23.092.183 PC/MG, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Conselho Fiscal**, declaro, para os devidos fins, que me comprometo ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Frutal, 04 de maio de 2018.



Claudileide Nascimento de Souza

Claudileide Nascimento de Souza

Conselho Fiscal

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL - MG
 Praça 7 de Setembro, 11 - Centro - CEP 35.200-000
 Fone: (31) 3421-9186 - E-mail: tabelionatofrutal@gmail.com

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ.
 Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
 Frutal, 08/05/2019 10:53:23

EMOL: R\$ 5.30 TFJ: R\$ 1.65 ISS: R\$ 0.10 Total: R\$ 7.05
 Selo(s): CTN03000

Selo de Fiscalização
 RECONHECIMENTO DE FIRMA
 CTN 03000

DECLARAÇÃO

Eu, **Monique Freitas Martins**, CPF/MF 104.198.466-97, RG MG-10.550.874 PC/MG, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Conselho Fiscal**, declaro, para os devidos fins, que me comprometo ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Frutal, 04 de maio de 2018.



Monique Freitas Martins
Monique Freitas Martins
 Conselho Fiscal



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
 PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
 FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8530
 Reconheço a(s) firma(s) Monique Freitas Martins
Monique Freitas Martins
 Frutal/MG 04 de Maio de 2018
 Ass. test. 6 da verdade
☒ Evêdo Nascimento do Aquino Escrivão Autorizado
☐ Maria Ao. R. Andrade Escrivão Autorizada

DECLARAÇÃO

Eu, Lincoln Biage Gomes, CPF/MF 226.639.958-60, RG 35.071.611-0 SSP/SP, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Presidente**, declaro, para os devidos fins, que resido na área da comunidade atendida na Rua Ipiranga, 411, Centro, Frutal, MG, CEP 38.200-000.

Frutal, 04 de maio de 2018.



Lincoln Biage Gomes

Lincoln Biage Gomes

Presidente



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL / MG

Prça 7 de Setembro, 35 - Centro - CEP 38.200-000
Fone: (34) 3421-9166 - E-mail: tabelionatofrutal@tabelionatofrutal.com.br

Ass. Notarial e Registral de Frutal

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de

LINCOLN BIAGE GOMES

EM TESTEMUNHO DA VERDADE DOU FÉ.

Escrevente - Fred Arkateo de Freitas

Frutal, 08/05/2019 10:53:24

EMOL: R\$ 5,30 T.F.J.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05

Selo(s): CTN03006



Selo de Fiscalização

RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 03006

DECLARAÇÃO

Eu, **Patricia Inildelaine Brito Oliveira**, CPF/MF 117.446.476-31, RG MG-15.624.200 PC/MG, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Diretora Administrativa**, declaro, para os devidos fins, que resido na área da comunidade atendida na Rua Marcondes Machado, 935, Santos Dumont, Frutal, MG, CEP 38.200-000.

Frutal, 04 de maio de 2018.



Patricia Inildelaine Brito Oliveira
Patricia Inildelaine Brito Oliveira
Diretora Administrativa

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL - MG
Praça 7 de Setembro, 25 - Centro - CEP 38.200-000
Fone: (34) 3421-9195 - E-mail: tabelionato1frutal@hotmail.com
José Bonifácio de Faria dos Reis

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019 10:53:24

EMOL: R\$ 5,30 T.F.J.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN03009

1º TABELIONATO DE NOTAS
FRUTAL - MG

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 03009

DECLARAÇÃO

Eu, **Marli Ferreira de Paula**, CPF/MF 343.660.928-59, RG 27.490.107-9 SSP/SP, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Diretora Financeira**, declaro, para os devidos fins, que resido na área da comunidade atendida na Rua Professora Sônia Beatriz de Oliveira Furtado, 158, Bairro Flamboyant, Frutal, MG, CEP 38.200-000

Frutal, 04 de maio de 2018.

1º TABELIONATO

Marli Ferreira de Paula
Marli Ferreira de Paula

Diretora Financeira



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL, MG
Praça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000
Fone: (34) 3421-9156 - E-mail: tabelionatofrutal@hotmail.com
José Augusto Ribeiro dos Reis

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

MARLI FERREIRA DE PAULA

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ
Escrivente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019 10:53:24

EMOL: R\$ 5,00 TFJ.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05

Selo(s): CTN03007



DECLARAÇÃO

Eu, **Maximiliano Vieira Melo**, CPF/MF 114.373.236-77, RG MG-17.367.347 PC/MG, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Diretor de Comunicações e Operações** declaro, para os devidos fins, que resido na área da comunidade atendida na Rua Viriato Correia, 311, Centro, Frutal, MG, CEP 38.200-000.

Frutal, 04 de maio de 2018.



Maximiliano Vieira Melo
Maximiliano Vieira Melo

Diretor de Comunicações e Operações



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL, MG
Praça 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-020
Fone: (34) 3421-9166 - E-mail: tabelionatofrutal@hotmail.com

Reconheço por **SEMELHANÇA** a(s) firma(s) de:
MAXIMILIANO VIEIRA MELO

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019 10:53:24

EMOL: R\$ 5,30 T.F.J.: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN03008



DECLARAÇÃO

Eu, **Claudileide Nascimento de Souza**, CPF/MF 043.676.964-64, RG MG-23.092.183 PC/MG, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Conselho Fiscal**, declaro, para os devidos fins, que resido na área da comunidade atendida na Rua Três, 64, Residencial Zona Sul, Frutal MG, Cep 38200-000.

Frutal, 04 de maio de 2018.

Claudileide Nascimento de Souza

Claudileide Nascimento de Souza
Conselho Fiscal

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL, MG
Rua 7 de Setembro, 33 - Centro - CEP 38.200-000
Fone: (34) 3421-9186 - E-mail: cartorio1ofr@gmail.com José Benedito dos Reis

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA

EM TESTEMUNHO DA VERDADE. DOU FÉ.
Sacrevante - Fred Arkaten de Freitas
Frutal, 08/05/2019 10:53:24

EMOL: R\$ 5,10 TFJ: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total: R\$ 7,05
Selo(s): CTN03005

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 03005

DECLARAÇÃO

Eu, **Monique Freitas Martins**, CPF/MF 104.198.466-97, RG MG-10.550.874 PC/MG, na qualidade de dirigente da **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Conselho Fiscal**, declaro, para os devidos fins, que resido na área da comunidade atendida na Rua Paraná, 564, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Frutal, MG, CEP 38.200-000.

Frutal, 04 de maio de 2018.



Monique Freitas Martins
Monique Freitas Martins

Conselho Fiscal



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8830
Reconheço a(s) firma(s) Monique Freitas Martins
Monique Freitas Martins
Frutal/MG 04 de Maio de 2018
Em test. Escrevente Autorizado da verdade
☒ Evairdo Nascimento do Aguiar Escrevente Autorizado
☐ Maria Ao. R. Andrade Escrevente Autorizada

Declaração do Representante legal atestando que a entidade encontra-se com suas instalações em conformidade com a expedição da última licença;

DECLARAÇÃO

Eu, **Lincoln Biage Gomes**, CPF/MF 226.639.958-60, RG 35.071.611-0 SSP/SP, na qualidade de dirigente da Associação Comunitária Cultural Frutalense, CNPJ 06.933.165/0001-00, na qual exerço o cargo de **Presidente**, declaro, para os devidos fins, que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Frutal, 04 de Maio de 2019.



Lincoln Biage Gomes

Lincoln Biage Gomes
Presidente



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE FRUTAL, MG
Praça 7 de Setembro, 33 - Centro - 13.039-200-002
Fone: (34) 3421-5120 - E-mail: tcn@cartorio1oficiodefrutal.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de

LINCOLN BIAGE GOMES

EM TESTEMUNHO DA VERDADE, DOU FÉ
Escrevente - Fred Arkaten de Freitas
Frutal 08/05/2019 10:53:24

EMOL: R\$ 5,30 TFCJ: R\$ 1,65 ISS: R\$ 0,10 Total R\$ 7,05
Selo(s): CTN03012



Selo de Fiscalização



RECONHECIMENTO DE FIRMA
CTN 03012

LAUDO DE VISTORIA

SERVIÇO: RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Norma: 01/2011do Ministério das Comunicações

Entidade: Associação Comunitária Cultural Frutalense

Localidade: Frutal - MG

2 – Desenvolvimento da Vistoria.

2.1 – Aspectos gerais das instalações

A emissora de Radiodifusão Comunitária operada pela Associação Comunitária Cultural Frutalense está instalada na Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031 – Bairro Universe Residence Plaza, Frutal – MG, Cep 38200-000, em um imóvel alugado da entidade, com salas independentes, destinadas exclusivamente para operação da emissora. Possui dependências bem definidas para cada finalidade, com: Recepção e estúdio de locução, sala de reunião e instalações sanitárias.

O sistema irradiante está instalado na Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031 – Bairro Universe Residence Plaza, Frutal – MG, Cep 38200-000 no mesmo lote ao da emissora. Consta no local de Instalação do transmissor a Licença de funcionamento da estação, bem como o Relatório de Conformidade.

A antena Instalada para o serviço de radiodifusão comunitária está localizada na parte mais alta da torre e é a mesma apontada no projeto técnico que consta da licença de funcionamento.

A torre está devidamente chumbada, em bom estado de conservação e aterrada através de haste metálica com conector apropriado.

Também está instalada no topo da torre para raios e lâmpada de balizamento noturno.

O cabo Coaxial está em bom estado de conservação e é do tipo RGC 213, fabricado pela KMP Pirelli. As conexões de RF estão em bom estado de conservação e não há indícios de mal contato. A conexão é do tipo N

para a antena e UHF macho para o transmissor. A conexão próxima à antena está devidamente isolada com fita de auto-fusão. Não há derivações ou interrupção no cabo coaxial entre o transmissor e antena.

A ligação entre o estúdio e transmissor é realizada através de cabo de áudio duplamente *Shielded*.

O equipamento transmissor está acomodado sobre uma bancada dentro na sala de reuniões, cuja permanência de pessoas não é contínua e o ambiente é limpo e arejado. O gabinete desse transmissor está aterrado.

Transmissor

2.2 – Ensaio técnico:

Os ensaios foram realizados no local de instalação do transmissor, sito a Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031 – Bairro Universe Residence Plaza, Frutal – MG, Cep 38200-000, no dia 27 de Abril de 2019, e tem como referência as verificações apontadas pelo anexo 13 da Portaria do Ministério das Comunicações nº 62 de 14 de Outubro de 2011.

2.2.1 – Coordenadas da estação:

Equipamento Utilizado: receptor de sinais de satélites GARMIN modelo: Estrex Summit.

Coordenadas encontradas:

- a) Estúdio: Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031 – Bairro Universe Residence Plaza, Frutal – MG, Cep 38200-000.
Latitude: 20°S01'37"
Longitude: 48°W54' 00" O
- b) Transmissor: Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031 – Bairro Universe Residence Plaza, Frutal – MG, Cep 38200-000.

c) Latitude: 20°S 01' 37"

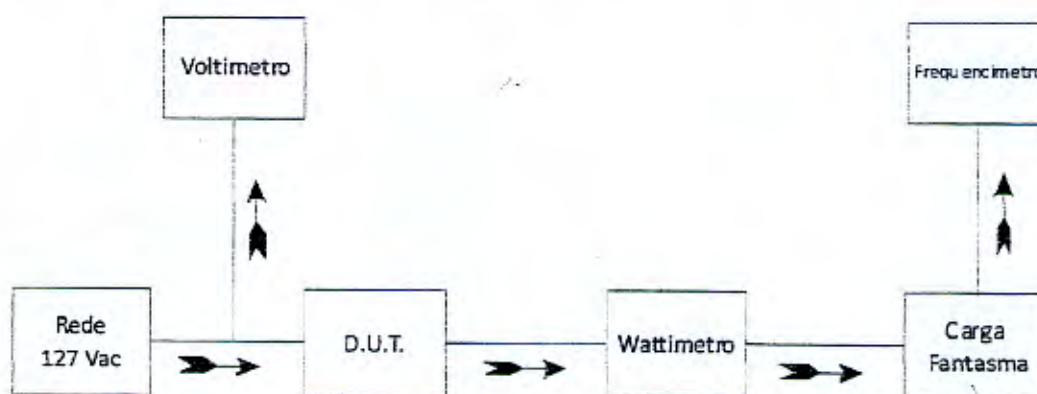
Longitude: 48°W 54' 00" O

2.2.2 – Equipamento ensaiado:

Transmissor de Radiodifusão Comunitária fabricado por Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.

Modelo: TEC 113

2.2.3 – Setup de Ensaio de Transmissor conectado em carga fantasma:



Condições de Ensaio:

*Tensão de entrada: V_{in} : 124,8 VAC;

* Temperatura Ambiente: não controlada.

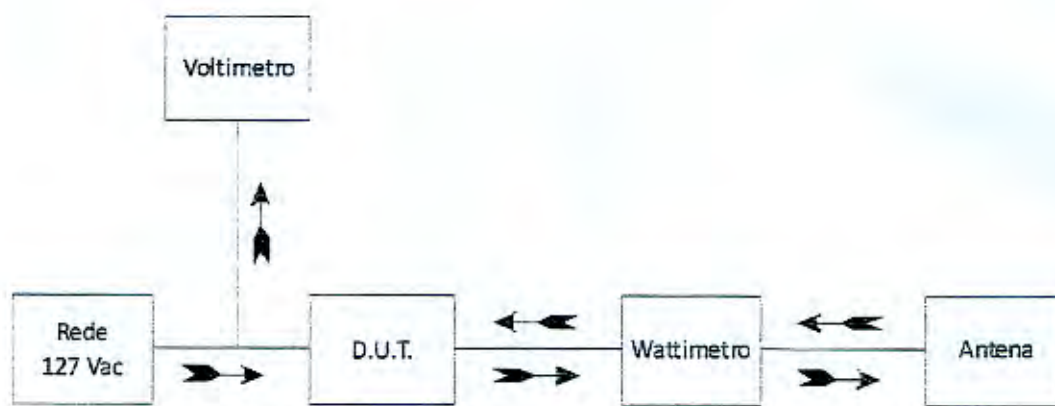
Potência Direta:

Potência medida em wattímetro analógico com pastilha de 100 watts conectado em carga fantasma através de cabos coaxiais RGC 213. Potência lida: 24,9 Watts.

Frequência de Operação:

Frequência lida em frequencímetro digital através de amostra de sinal de carga fantasma atenuado em 20 dB. Foram executadas quatro leituras em intervalo de uma hora e não houve variação maior que uma unidade de hertz. Potência lida: 104.9.001.510 Hz.

2.2.4 – Setup de ensaio de transmissor conectado na antena:



Condições de ensaio:

- Tensão de entrada: V_{in} : 123,5 Vac;
- Temperatura ambiente: não encontrada

Potência Direta:

Potência de saída encaminhada para a antena e medida em wattímetro analógico com pastilha de 100 w, conectado entre o transmissor e a antena através de cabo coaxial RGC 213.

- Potência Lida: 24,9 Watts

Potência Refletida:

Potência que retorna da antena, por descasamento de impedância, medida no wattímetro analógico com pastilha de 10 W, conectado entre o transmissor e a antena através de cabo coaxial RGC 213.

- Potência lida: 0,10 Watts

ROE:

É o coeficiente de ondas estacionárias. Na saída do Transmissor, esse coeficiente é dado por:

$$ROE = \frac{\sqrt{P_d} + \sqrt{P_r}}{\sqrt{P_d} - \sqrt{P_r}}$$

Onde:

P_d = Potência direta

P_r = Potência Refletida

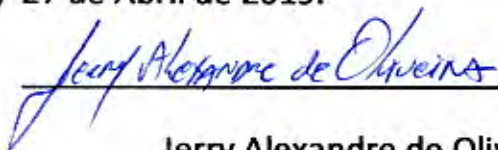
$ROE = 5,39/4,39$

- $ROE = 1,22$

2.3 Parecer Conclusivo

Eu, Jerry Alexandre de Oliveira, consultor de Telecomunicações e Radiodifusão, atesto que a estação transmissora de radiodifusão comunitária, operada pela Associação Comunitária Cultural Frutalense, está instalada na Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031 – bairro Universe Residence Plaza, Frutal – MG, Cep 38200-000. Atesto ainda, que de acordo com as observações e ensaios por mim realizados durante a vistoria, a instalação atende a todas as exigências da lei 9612 de 19 de fevereiro de 1998 e da norma 01/2011 do Serviço de Radiodifusão Comunitária e suas referências.

Frutal - MG, 27 de Abril de 2019.



 Jerry Alexandre de Oliveira

CPF 150.035.698-07

Consultor em Telecomunicações e Radiodifusão

Atestado de antecedentes do foro criminal estadual e federal, bem como atestado de antecedentes da polícia civil e federal e eleitoral de todos os diretores;



177

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **LINCOLN BIAGE GOMES**

Inscrição: **2993 9668 0116**

Zona: 116 Seção: 0048

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 19/10/1981

Domicílio desde: 03/05/2002

Filiação: - RUTE BIAGE DO CARMO GOMES
- EDUARDO GOMES

Certidão emitida às 10:29 em 21/04/2019



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

B9Q/.HE7O.3DI+.7PDC

Certidão de crimes eleitorais

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Crimes Eleitorais

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: LINCOLN BIAGE GOMES

Inscrição: 299396680116

Data Nascimento: 19/10/1981

Filiação: RUTE BIAGE DO CARMO GOMES e EDUARDO GOMES

Documento emitido às 10:29 de 21/04/2019

[Nova consulta](#)



79

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **LINCOLN BIAGE GOMES**

Inscrição: **2993 9668 0116**

Zona: 116 Seção: 0048

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 19/10/1981

Domicílio desde: 03/05/2002

Filiação: - RUTE BIAGE DO CARMO GOMES
- EDUARDO GOMES

Certidão emitida às 10:47 em 21/04/2019

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

NJLG.SSIJ.SWL.TSA8

Certidão de quitação eleitoral

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Quitação Eleitoral

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: LINCOLN BIAGE GOMES

Inscrição: 299396680116

Data Nascimento: 19/10/1981

Filiação: RUTE BIAGE DO CARMO GOMES e EDUARDO GOMES

Documento emitido às 10:47 de 21/04/2019

[Nova consulta](#)



Justiça Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

Nome do Eleitor: LINCOLN BIAGE GOMES

Inscrição: 299396680116

Certidão emitida às 10:43:36 de 21/04/2019

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **GSPZ.RN2R.OEQU.5QHH**

**ATESTADO de
Antecedentes**Secretaria da
Segurança PúblicaGOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt

Nome: LINCOLN BIAGE GOMES
Nº RG de SP: 35071611 - 0
Nome do Pai: EDUARDO GOMES
Nome da Mãe: RUTE BIAGE DO CARMO GOMES
Data de Nascimento: 19/10/1981

Atesto que, para a combinação de dados de qualificação acima informada, **NÃO** existe registro de antecedentes judiciário-criminais, até a presente data, no Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt.

IMPORTANTE:

Este atestado é válido somente com a apresentação de documento de identidade oficial com os mesmos dados de qualificação acima indicados.


Mitiaki Yamamoto
Delegado de Polícia Divisionário IIRGD.SSP.SP

Este atestado foi emitido em 21/04/2019, às 10:58 horas e está disponível para consulta no endereço da internet:
<http://www2.ssp.sp.gov.br/atestado/confirma.cfm>, informando o código abaixo:

0823a7db-d979-47e8-be1a-b65daffd7727

Atestado de Antecedentes[Apresentação do Serviço](#)[Pesquisa de RG](#)[Resultado da Pesquisa](#)[Sair](#)[Fale conosco](#)**Resultado de Pesquisa****Atestado válido.**

Este Atestado de Antecedentes é válido e foi emitido para o cidadão abaixo:

Nome: LINCOLN BIAGE GOMES**Número do RG:** 35071611 - 0**Nome do Pai:** EDUARDO GOMES**Nome da Mãe:** RUTE BIAGE DO CARMO GOMES**Data de Nascimento:** 19/10/1981[Nova Validação](#)[Cancelar](#)

[Enviar por e-mail](#) [Comunicar erros](#) [Receber boletim](#) [Imprimir](#) [Contraste](#) [Mapa do site \(/mapa.aspx\)](#) [Fale conosco \(/fale/Default.aspx\)](#) [RSS \(/rss.ashx\)](#) [Portal do governo \(http://www.saopaulo.sp.gov.br/\)](#) [Investe SP \(http://www.investe.sp.gov.br/\)](#) [Cidadão.SP \(http://www.cidadao.sp.gov.br/\)](#)

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

(<http://www.saopaulo.sp.gov.br/>)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 24923212019

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **LINCOLN BIAGE GOMES**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de **EDUARDO GOMES** e **RUTE VIAGE DO CARMO GOMES**, nascido(a) aos 19/10/1981, natural de FRUTAL/MG, documento de identificação 35071611 SSP/SP, CPF 226.639.958-60.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 11:31 de 21/04/2019



24923212019

Certidão de Antecedentes Criminais - Validar Autenticidade

Esta Certidão é autêntica e foi emitida via Internet pela Polícia Federal.

Número da certidão: **24923212019**, hora da emissão: **11:31**, data da emissão: **21/04/2019**

Nome: **LINCOLN BIAGE GOMES**

Nome do Pai: **EDUARDO GOMES**

Nome da Mãe: **RUTE VIAGE DO CARMO GOMES**

Data de Nascimento: **19/10/1981**

Nacionalidade: **BRASILEIRA**

Naturalidade: **FRUTAL**

Número do Passaporte:

Carteira de Identidade: **35071611**

CPF: **226.639.958-60**

Esta certidão é válida até 20/07/2019



86

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS os registros de distribuição de PROCESSOS CRIMINAIS de competência originária e/ou recursal, até a presente data, NADA CONSTA na Segunda Instância contra:

Nome: LINCOLN BIAGE GOMES
CPF: 226.639.958-60
RG: 35071611
Nome pai: EDUARDO GOMES
Nome mãe: RUTE BIAGE DO CARMO GOMES

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;
- e) esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;
- f) a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- g) Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

Certidão solicitada em 21 de Abril de 2019 às 11:42

Belo Horizonte, 21 de Abril de 2019 às 11:42

Código de Autenticação: 1904-2111-4233-0992-3765

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Sair

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS/CERTIDÕES

Pesquisa Avançada

Código de Validação: 1904-2111-4233-0992-3765

Digite os algarismos abaixo.



Pesquisar

Limpar

Código verificador: 1904-2111-4233-0992-3765

Dados do Documento

Nome: CERTIDAO_NORMAL_4956382.pdf**Situação:** Disponível**Descrição:** CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**Tipo de Documento:** Acórdão**Observação:** Certidão válida para consulta até 20 de Julho de 2019.[Visualizar Arquivo/Certidão](#)

Nº 29374



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UBERABA
LOCAL**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais, Fiscais e JEF (Cível e Criminal) mantidos na **Subseção Judiciária de Uberaba**, que

N A D A C O N S T A

contra **LINCOLN BIAGE GOMES** nem contra o **CPF: 226.639.958-60**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Uberaba (**portal.trf1.jus.br/sjmg/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 21/04/2019 às 11:24 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 21/04/2019, 11h24min.

Endereço: Rua Luiz Soares, 529 - Bairro Fabrício,
CEP: 38.065-260, Uberaba-MG. Fone: (34) 3318-2707. e-Mail:
nucju.mg@trf1.jus.br



89

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA**

Inscrição: **1931 3376 0281**

Zona: 116 Seção: 0189

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 22/11/1991

Domicílio desde: 05/05/2010

Filiação: - MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO
- VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA

Certidão emitida às 19:38 em 21/04/2019



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

NNBI.KMJK.ZZ/P.3UXM

Certidão de crimes eleitorais

Emissão de certidão > Validação de certidão

Certidão de Crimes Eleitorais

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA

Inscrição: 193133760281

Data Nascimento: 22/11/1991

Filiação: MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO e VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA

Documento emitido às 19:38 de 21/04/2019

Nova consulta



93

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA**

Inscrição: **1931 3376 0281**

Zona: 116 Seção: 0189

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 22/11/1991

Domicílio desde: 05/05/2010

Filiação: - MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO
- VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA

Certidão emitida às 19:45 em 21/04/2019

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

MYBA.T49F.TS75.SPAB

Certidão de quitação eleitoral

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Quitação Eleitoral

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA

Inscrição: 193133760281

Data Nascimento: 22/11/1991

Filiação: MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO e VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA

Documento emitido às 19:45 de 21/04/2019

Nova consulta



Justiça Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

Nome do Eleitor: PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA

Inscrição: 193133760281

Certidão emitida às 19:50:59 de 21/04/2019

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **RYSN.SKPP.RLWS.TNLG**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 24944992019

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA e MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO, nascido(a) aos 22/11/1991, natural de FRUTAL/MG, documento de identificação 15624200 SSPMG/MG, CPF 117.446.476-31.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 19:56 de 21/04/2019



24944992019

Certidão de Antecedentes Criminais - Validar Autenticidade

Esta Certidão é autêntica e foi emitida via Internet pela Polícia Federal.

Número da certidão: **24944992019**, hora da emissão: **19:56**, data da emissão: **21/04/2019**

Nome: **PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA**

Nome do Pai: **VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA**

Nome da Mãe: **MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO**

Data de Nascimento: **22/11/1991**

Nacionalidade: **BRASILEIRA**

Naturalidade: **FRUTAL**

Número do Passaporte:

Carteira de Identidade: **15624200**

CPF: **117.446.476-31**

Esta certidão é válida até 20/07/2019

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA

Registro Geral: MG - 15624200

Nome do Pai: VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA

Nome da Mãe: MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO

Data de Nascimento: 22/11/1991

Naturalidade: FRUTAL / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA

ATESTO que, nos termos do parágrafo único do art. 20 do Código de Processo Penal, em pesquisa realizada nesta data, às 20 h. 07 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, nenhum registro de antecedente criminal foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Belo Horizonte, 21/04/2019

Autoridade Policial:



LETÍCIA BAPTISTA GAMBOGE REIS
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 18279945

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://wwws.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



(97)

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS os registros de distribuição de PROCESSOS CRIMINAIS de competência originária e/ou recursal, até a presente data, NADA CONSTA na Segunda Instância contra:

Nome: PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA
CPF: 117.446.476-31
RG: 15624200
Nome pai: VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA
Nome mãe: MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRUTO

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;
- e) esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;
- f) a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- g) Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

Certidão solicitada em 21 de Abril de 2019 às 20:14

Belo Horizonte, 21 de Abril de 2019 às 20:15

Código de Autenticação: 1904-2120-1502-0256-1566

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Sair

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS/CERTIDÕES

Pesquisa Avançada

Código de Validação: 1904-2120-1502-0256-1566

Digite os algarismos abaixo.



Pesquisar

Limpar

Código verificador: 1904-2120-1502-0256-1566

Dados do Documento

Nome: CERTIDAO_NORMAL_4956674.pdf**Situação:** Disponível**Descrição:** CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**Tipo de Documento:** Acórdão**Observação:** Certidão válida para consulta até 20 de Julho de 2019.

Visualizar Arquivo/Certidão



Nº 29388



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UBERABA
LOCAL**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais, Fiscais e JEF (Cível e Criminal) mantidos na **Subseção Judiciária de Uberaba**, que

N A D A C O N S T A

contra **PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA** nem contra o **CPF: 117.446.476-31**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Uberaba (**portal.trf1.jus.br/sjmg/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 21/04/2019 às 20:21 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 21/04/2019, 20h21min. e 21/04/2019, 20h21min.

Endereço: Rua Luiz Soares, 529 - Bairro Fabrício,



103

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **MARLI FERREIRA DE PAULA**

Inscrição: **3090 8165 0132**

Zona: 116 Seção: 0058

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 11/08/1973

Domicílio desde: 02/05/2006

Filiação: - ERANIDES FERREIRA DE PAULA
- MANOEL FRANCISCO DE PAULA

Certidão emitida às 12:14 em 21/04/2019



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

V9/M.WNWF.MGWL.GXEN

Certidão de crimes eleitorais

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Crimes Eleitorais

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: MARLI FERREIRA DE PAULA

Inscrição: 309081650132

Data Nascimento: 11/08/1973

Filiação: ERANIDES FERREIRA DE PAULA e MANOEL FRANCISCO DE PAULA

Documento emitido às 12:14 de 21/04/2019

[Nova consulta](#)



JUSTIÇA ELEITORAL
116ª ZONA ELEITORAL DE FRUTAL - MG
PRAÇA SETE DE SETEMBRO, 200, SALA 105 Telefone 3434218585

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MARLI FERREIRA DE PAULA**
Inscrição: **309081650132** Zona: 116 Seção: 58
Município: 45411 - FRUTAL UF: MG
Data de nascimento: 11/08/1973 Domiciliada desde: 02/05/2006
Filiação: - ERANIDES FERREIRA DE PAULA
- MANOEL FRANCISCO DE PAULA

Em 23 de abril de 2019.

Thiago Campos de Carvalho
p/ THIAGO CAMPOS DE CARVALHO
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

CARTÓRIO ELEITORAL
116ª Z.E. DE FRUTAL-MG
Pra. Sete de Setembro nº 200,
Sala 105, 1º andar, Centro
CEP 35.200-000 - Frutal-MG



Justiça Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

Nome do Eleitor: MARLI FERREIRA DE PAULA

Inscrição: 309081650132

Certidão emitida às 12:25:25 de 21/04/2019

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **EL8A.KCMS.VG54.B9AJ**

*
* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *
*

NOME : MARLI FERREIRA DE PAULA
REGISTRO GERAL : VEJA OBSERVACAO ABAIXO
NOME DO PAI : MANOEL FRANCISCO DE PAULA
NOME DA MAE : ERANIDES FERREIRA DE PAULA
DATA NASCIMENTO : 11/08/1973
NATURALIDADE : LUCELIA / SP
NACIONALIDADE : BRASILEIRA

ATESTO que, nos termos do art. 20 do Código de Processo Penal, em pesquisa realizada nesta data, as 10 h. 18 min., no sistema de informacoes policiais da Policia Civil do Estado de Minas Gerais, nao constam registros de antecedentes em desfavor da pessoa acima qualificada.

OBSERVACAO: PESSOA NAO IDENTIFICADA CIVILMENTE NESTE ESTADO.
EMITIDO COM BASE NO DOCUMENTO QUE APRESENTOU:

- CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL - NR. 274901079 - SSP / SP

FRUTAL , 24/04/2019

LETICIA BAPTISTA GAMBORGES
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICACAO / MG

AUTORIDADE POLICIAL:

X0125950

361067



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 24926722019

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **MARLI FERREIRA DE PAULA**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de MANOEL FRANCISCO DE PAULA e ERANIDES FERREIRA DE PAULA, nascido(a) aos 11/08/1973, natural de LUCÉLIA/SP, documento de identificação 27490107 SSP/SP, CPF 343.660.928-59.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PP;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 12:52 de 21/04/2019



24926722019

Certidão de Antecedentes Criminais - Validar Autenticidade

Esta Certidão é autêntica e foi emitida via Internet pela Polícia Federal.

Número da certidão: **24926722019**, hora da emissão: **12:52**, data da emissão: **21/04/2019**

Nome: **MARLI FERREIRA DE PAULA**

Nome do Pai: **MANOEL FRANCISCO DE PAULA**

Nome da Mãe: **ERANIDES FERREIRA DE PAULA**

Data de Nascimento: **11/08/1973**

Nacionalidade: **BRASILEIRA**

Naturalidade: **LUCELIA**

Número do Passaporte:

Carteira de Identidade: **27490107**

CPF: **343.660.928-59**

Esta certidão é válida até 20/07/2019



108

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS os registros de distribuição de PROCESSOS CRIMINAIS de competência originária e/ou recursal, até a presente data, NADA CONSTA na Segunda Instância contra:

Nome: MARLI FERREIRA DE PAULA
CPF: 343.660.928-59
RG: 27490107
Nome pai: MANOEL FRANCISCO DE PAULA
Nome mãe: ERANIDES FERREIRA DE PAULA

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;
- e) esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;
- f) a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- g) Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

Certidão solicitada em 21 de Abril de 2019 às 13:53

Belo Horizonte, 21 de Abril de 2019 às 13:53

Código de Autenticação: 1904-2113-5312-0524-8987

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

[Saír](#)

VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS/CERTIDÕES

Pesquisa Avançada

Código de Validação: 1904-2113-5312-0524-8987

Digite os algarismos abaixo.

[Pesquisar](#)[Limpar](#)

Código verificador: 1904-2113-5312-0524-8987

Dados do Documento

Nome: CERTIDAO_NORMAL_4956452.pdf**Situação:** Disponível**Descrição:** CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**Tipo de Documento:** Acórdão**Observação:** Certidão válida para consulta até 20 de Julho de 2019.[Visualizar Arquivo/Certidão](#)

Nº 29378



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UBERABA
LOCAL**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais, Fiscais e JEF (Cível e Criminal) mantidos na **Subseção Judiciária de Uberaba**, que

N A D A C O N S T A

contra **MARLI FERREIRA DE PAULA** nem contra o **CPF: 343.660.928-59**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Uberaba (**portal.trf1.jus.br/sjmg/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 21/04/2019 às 13:45 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 21/04/2019, 13h45min.

Endereço: Rua Luiz Soares, 529 - Bairro Fabrício,
CEP: 38.065-260, Uberaba-MG. Fone: (34) 3318-2707. e-Mail:
nucju.mg@trf1.jus.br



111

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **MAXIMILIANO VIEIRA MELO**

Inscrição: **1967 0142 0221**

Zona: 116 Seção: 0174

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 16/11/1993

Domicílio desde: 07/02/2012

Filiação: - ZILDA CANDIDA VIEIRA MELO
- MANOEL EURIPEDES DE MELO

Certidão emitida às 18:38 em 21/04/2019



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

UHA+.TD99./QRM.2HEN

Certidão de crimes eleitorais

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Crimes Eleitorais

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: MAXIMILIANO VIEIRA MELO

Inscrição: 196701420221

Data Nascimento: 16/11/1993

Filiação: ZILDA CANDIDA VIEIRA MELO e MANOEL EURIPEDES DE MELO

Documento emitido às 18:38 de 21/04/2019

[Nova consulta](#)



113

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MAXIMILIANO VIEIRA MELO**

Inscrição: **1967 0142 0221**

Zona: 116 Seção: 0174

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 16/11/1993

Domicílio desde: 07/02/2012

Filiação: - ZILDA CANDIDA VIEIRA MELO
- MANOEL EURIPEDES DE MELO

Certidão emitida às 18:45 em 21/04/2019

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

HDXN.U/XB.L2YP.YCX6

Certidão de quitação eleitoral

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Quitação Eleitoral

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: MAXIMILIANO VIEIRA MELO

Inscrição: 196701420221

Data Nascimento: 16/11/1993

Filiação: ZILDA CANDIDA VIEIRA MELO e MANOEL EURIPEDES DE MELO

Documento emitido às 18:45 de 21/04/2019

[Nova consulta](#)



Justiça Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

Nome do Eleitor: MAXIMILIANO VIEIRA MELO

Inscrição: 196701420221

Certidão emitida às 18:50:27 de 21/04/2019

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **7WGT.BMGR.K3JG.MWWT**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 24942172019

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **MAXIMILIANO VIEIRA MELO**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de MANOEL EURIPEDES DE MELO e ZILDA CANDIDA VIEIRA DE MELO, nascido(a) aos 16/11/1993, natural de FRUTAL/MG, documento de identificação 17567347 SSPMG/MS, CPF 114.373.236-77.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 18:59 de 21/04/2019



24942172019

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: MAXIMILIANO VIEIRA MELO

Registro Geral: MG - 17367347

Nome do Pai: MANOEL EURIPEDES DE MELO

Nome da Mãe: ZILDA CANDIDA VIEIRA MELO

Data de Nascimento: 16/11/1993

Naturalidade: FRUTAL / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA

ATESTO que, nos termos do parágrafo único do art. 20 do Código de Processo Penal, em pesquisa realizada nesta data, às 19 h. 06 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, nenhum registro de antecedente criminal foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Belo Horizonte, 21/04/2019

Autoridade Policial:



LETÍCIA BAPTISTA GAMBOGE REIS
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 18279855

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://www.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



119

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS os registros de distribuição de PROCESSOS CRIMINAIS de competência originária e/ou recursal, até a presente data, NADA CONSTA na Segunda Instância contra:

Nome: MAXIMILIANO VIEIRA MELO
CPF: 114.373.236-77
RG: 17567347
Nome pai: MANOEL EURIPEDES DE MELO
Nome mãe: ZILDA CÂNDIDA VIEIRA DE MELO

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;
- e) esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;
- f) a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- g) Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

Certidão solicitada em 21 de Abril de 2019 às 19:18

Belo Horizonte, 21 de Abril de 2019 às 19:18

Código de Autenticação: 1904-2119-1825-0529-9376

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Sair

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS/CERTIDÕES

Pesquisa Avançada

Código de Validação: 1904-2119-1825-0529-9376

Digite os algarismos abaixo.



Pesquisar

Limpar

Código verificador: 1904-2119-1825-0529-9376

Dados do Documento

Nome: CERTIDAO_NORMAL_4956683.pdf**Situação:** Disponível**Descrição:** CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**Tipo de Documento:** Acórdão**Observação:** Certidão válida para consulta até 20 de Julho de 2019.

Visualizar Arquivo/Certidão



Nº 29385



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UBERABA
LOCAL**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais, Fiscais e JEF (Cível e Criminal) mantidos na **Subseção Judiciária de Uberaba**, que

N A D A C O N S T A

contra **MAXIMILIANO VIEIRA MELO** nem contra o **CPF: 114.373.236-77**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Uberaba (portal.trf1.jus.br/sjmg/), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 21/04/2019 às 18:53 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 21/04/2019, 18h53min.

Endereço: Rua Luiz Soares, 529 - Bairro Fabrício,
CEP: 38.065-260, Uberaba-MG. Fone: (34) 3318-2707. e-Mail:
nucju.mg@trf1.jus.br



122

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA**

Inscrição: **0628 6324 0809**

Zona: 116 Seção: 0186

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 19/05/1981

Domicílio desde: 05/05/2010

Filiação: - MARIA DE JESUS NASCIMENTO DE SOUZA
- ANTONIO RIBEIRO DE SOUZA

Certidão emitida às 14:28 em 21/04/2019



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

S9G1.2DY5.NWFFV.C7HJ

Certidão de crimes eleitorais

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Crimes Eleitorais

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA

Inscrição: 062863240809

Data Nascimento: 19/05/1981

Filiação: MARIA DE JESUS NASCIMENTO DE SOUZA e ANTONIO RIBEIRO DE SOUZA

Documento emitido às 14:28 de 21/04/2019

Nova consulta



124

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA**

Inscrição: **0628 6324 0809**

Zona: 116 Seção: 0186

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 19/05/1981

Domicílio desde: 05/05/2010

Filiação: - MARIA DE JESUS NASCIMENTO DE SOUZA
- ANTONIO RIBEIRO DE SOUZA

Certidão emitida às 14:35 em 21/04/2019

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

YKZO.AA96.3AAT.+YQQ

Certidão de quitação eleitoral

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Quitação Eleitoral

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA

Inscrição: 062863240809

Data Nascimento: 19/05/1981

Filiação: MARIA DE JESUS NASCIMENTO DE SOUZA e ANTONIO RIBEIRO DE SOUZA

Documento emitido às 14:35 de 21/04/2019

[Nova consulta](#)



Justiça Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

Nome do Eleitor: CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA

Inscrição: 062863240809

Certidão emitida às 14:43:36 de 21/04/2019

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **GAMT.DZI2.2RAG.LJ5A**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 24931562019

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de ANTONIO RIBEIRO DE SOUZA e MARIA DE JESUS NASCIMENTO DE SOUZA, nascido(a) aos 19/05/1981, natural de OURICURI/PE, documento de identificação 23092183 SSPMG/MG, CPF 043.676.964-64.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:52 de 21/04/2019



24931562019

Certidão de Antecedentes Criminais - Validar Autenticidade

Não foi possível confirmar a autenticidade da Certidão informada.

Confira os dados informados e tente novamente.

Nome: **CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA**

Número da Certidão: **24931562019**

Hora da Emissão: **14:52**

Data da Emissão: **21/04/2019**

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA

Registro Geral: MG - 23092183

Nome do Pai: ANTONIO RIBEIRO DE SOUZA

Nome da Mãe: MARIA DE JESUS NASCIMENTO DE SOUZA

Data de Nascimento: 19/05/1981

Naturalidade: OURICURI / PE

Nacionalidade: BRASILEIRA

ATESTO que, nos termos do parágrafo único do art. 20 do Código de Processo Penal, em pesquisa realizada nesta data, às 15 h. 10 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, nenhum registro de antecedente criminal foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Belo Horizonte, 21/04/2019

Autoridade Policial:



LETÍCIA BAPTISTA GAMBOGE REIS
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 18279591

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://www.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



130

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS os registros de distribuição de PROCESSOS CRIMINAIS de competência originária e/ou recursal, até a presente data, NADA CONSTA na Segunda Instância contra:

Nome: CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA
CPF: 043.676.964-64
RG: 23092183
Nome pai: ANTONIO RIBEIRO DE SOUZA
Nome mãe: MARIA DE JESUS NASCIMENTO DE SOUZA

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;
- e) esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;
- f) a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- g) Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

Certidão solicitada em 21 de Abril de 2019 às 15:01

Belo Horizonte, 21 de Abril de 2019 às 15:01

Código de Autenticação: 1904-2115-0108-0625-8097

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

[Sair](#)

VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS/CERTIDÕES

Pesquisa Avançada

Código de Validação: 1904-2115-0108-0625-8097

Digite os algarismos abaixo.

[Pesquisar](#)[Limpar](#)

Código verificador: 1904-2115-0108-0625-8097

Dados do Documento

Nome: CERTIDAO_NORMAL_4956520.pdf**Situação:** Disponível**Descrição:** CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**Tipo de Documento:** Acórdão**Observação:** Certidão válida para consulta até 20 de Julho de 2019.[Visualizar Arquivo/Certidão](#)



Nº 29379



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UBERABA
LOCAL**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais, Fiscais e JEF (Cível e Criminal) mantidos na **Subseção Judiciária de Uberaba**, que

N A D A C O N S T A

contra **CLAUDILEIDE NASCIMENTO DE SOUZA** nem contra o **CPF: 043.676.964-64**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Uberaba (**portal.trf1.jus.br/sjmg/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 21/04/2019 às 14:46 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 21/04/2019, 14h46min.

Endereço: Rua Luiz Soares, 529 - Bairro Fabrício,
CEP: 38.065-260, Uberaba-MG. Fone: (34) 3318-2707. e-Mail:
nucju.mg@trf1.jus.br



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **MONIQUE FREITAS MARTINS**

Inscrição: **1770 9008 0213**

Zona: 116 Seção: 0040

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 10/07/1991

Domicílio desde: 06/11/2007

Filiação: - LIVIA CRISTINA DE FREITAS MARTINS
- WALTER JOSE MARTINS

Certidão emitida às 21:00 em 21/04/2019



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

OGF2.ZBHK.EEBS.HØKG

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

Certidão de crimes eleitorais

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Crimes Eleitorais

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: MONIQUE FREITAS MARTINS

Inscrição: 177090080213

Data Nascimento: 10/07/1991

Filiação: LIVIA CRISTINA DE FREITAS MARTINS e WALTER JOSE MARTINS

Documento emitido às 21:00 de 21/04/2019

[Nova consulta](#)



135

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MONIQUE FREITAS MARTINS**

Inscrição: **1770 9008 0213**

Zona: 116 Seção: 0040

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 10/07/1991

Domicílio desde: 06/11/2007

Filiação: - LIVIA CRISTINA DE FREITAS MARTINS
- WALTER JOSE MARTINS

Certidão emitida às 21:11 em 21/04/2019

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

FOAT.2AS9.B2FZ.M6TC

Certidão de quitação eleitoral

[Emissão de certidão](#) > [Validação de certidão](#)

Certidão de Quitação Eleitoral

Este é um documento autêntico emitido pela Justiça Eleitoral para o(a) seguinte eleitor(a):

Nome Civil: MONIQUE FREITAS MARTINS

Inscrição: 177090080213

Data Nascimento: 10/07/1991

Filiação: LIVIA CRISTINA DE FREITAS MARTINS e WALTER JOSE MARTINS

Documento emitido às 21:11 de 21/04/2019

Nova consulta



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

Nome do Eleitor: MONIQUE FREITAS MARTINS

Inscrição: 177090080213

Certidão emitida às 21:06:57 de 21/04/2019

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **3Q05.YQOU.S82Z.BUME**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 24951212019

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **MONIQUE FREITAS MARTINS**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de **WALTER JOSE MARTINS** e **LIVIA CRISTINA DE FREITAS MARTINS**, nascido(a) aos 10/07/1991, natural de FRUTAL/MG, documento de identificação 10550874 SSPMG/MG, CPF 104.198.466-97.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 21:24 de 21/04/2019



24951212019

Certidão de Antecedentes Criminais - Validar Autenticidade

Não foi possível confirmar a autenticidade da Certidão informada.

Confira os dados informados e tente novamente.

Nome: **MONIQUE DE FREITAS MARTINS**

Número da Certidão: **24951212019**

Hora da Emissão: **21:24**

Data da Emissão: **21/04/2019**

* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: MONIQUE FREITAS MARTINS

Registro Geral: MG - 10550874

Nome do Pai: WALTER JOSE MARTINS

Nome da Mãe: LIVIA CRISTINA DE FREITAS MARTINS

Data de Nascimento: 10/07/1991

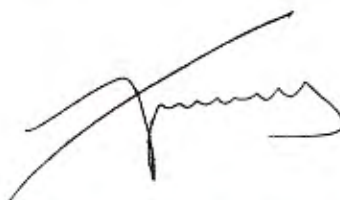
Naturalidade: FRUTAL / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA

ATESTO que, nos termos do parágrafo único do art. 20 do Código de Processo Penal, em pesquisa realizada nesta data, às 21 h. 46 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, nenhum registro de antecedente criminal foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Belo Horizonte, 21/04/2019

Autoridade Policial:



LETÍCIA BAPTISTA GAMBOGE REIS
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 18280081

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://www.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS os registros de distribuição de PROCESSOS CRIMINAIS de competência originária e/ou recursal, até a presente data, NADA CONSTA na Segunda Instância contra:

Nome: MONIQUE DE FREITAS MARTINS
CPF: 104.198.466-97
RG: 10550874
Nome pai: WALTER JOSE MARTINS
Nome mãe: LIVIA CRISTINA DE FREITAS MARTINS

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;
- e) esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;
- f) a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- g) Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

Certidão solicitada em 21 de Abril de 2019 às 21:38

Belo Horizonte, 21 de Abril de 2019 às 21:39

Código de Autenticação: 1904-2121-3902-0175-1532

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Sair

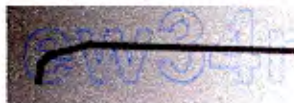
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS/CERTIDÕES

Pesquisa Avançada

Código de Validação: 1904-2121-3902-0175-1532

Digite os algarismos abaixo.



Pesquisar

Limpar

Código verificador: 1904-2121-3902-0175-1532

Dados do Documento

Nome: CERTIDAO_NORMAL_4956754.pdf**Situação:** Disponível**Descrição:** CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**Tipo de Documento:** Acórdão**Observação:** Certidão válida para consulta até 20 de Julho de 2019.[Visualizar Arquivo/Certidão](#)



Nº 29389



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UBERABA
LOCAL**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Criminais mantidos na **Subseção Judiciária de Uberaba**, que

N A D A C O N S T A

contra **MONIQUE FREITAS MARTINS** nem contra o **CPF: 104.198.466-97**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Uberaba (**portal.trf1.jus.br/sjmg/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 21/04/2019 às 21:20 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 21/04/2019, 21h20min. e 21/04/2019, 21h20min.

Endereço: Rua Luiz Soares, 529 - Bairro Fabrício,
CEP: 38.065-260, Uberaba-MG. Fone: (34) 3318-2707. e-Mail:
nucju.mg@trf1.jus.br

Certidão Negativa de débitos Junto a Receita Federal, Anatel, FGTS e Seguridade social da entidade, bem como das secretarias da fazenda Estadual e Municipal.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE
CNPJ: 06.933.165/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:59:44 do dia 10/05/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/11/2019.

Código de controle da certidão: **755C.05BC.8A87.5C85**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ANATEL

Agência Nacional de Telecomunicações

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS
ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE
CNPJ: 06.933.165/0001-00

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:18:22 do dia 29/04/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 29/05/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 06933165/0001-00**Razão Social:** ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALEN**Endereço:** AV JUQUINHA GANHA POUCO 001031 / UNIVERSE RESIDENSE
/ FRUTAL / MG / 38200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/04/2019 a 25/05/2019**Certificação Número:** 2019042604425938726046

Informação obtida em 01/05/2019, às 12:51:16.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
02/04/2019CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ:
01/07/2019

NOME/NOME EMPRESARIAL: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 001991661.00-96

CNPJ/CPF: 06.933.165/0001-00

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: AVENIDA JUQUINHA GANHA POUCO

NÚMERO: 1031

COMPLEMENTO:

BAIRRO: UNIVERSE RESIDENCE PLAZA

CEP: 38200000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: FRUTAL

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2019000325246719



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL
SECRETARIA DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Destinação: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome: ASSOC. COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE
CPF/ CNPJ: 06933165000100

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal apurar, efetuar lançamentos e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima, que vierem a ser apuradas posteriormente à data de emissão da presente certidão, CERTIFICA-SE que não constam, até esta data, pendências em nome do Contribuinte acima identificado, relativas a débitos tributários ou não tributários, de competência e administrados pelo Poder Público Municipal.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta municipalidade e a créditos referentes à Fazenda Pública Municipal.

Emitida às **18:36:17** horas do dia **02/05/2019**.
Início da validade: **02/05/2019**
Válida até dia: **01/06/2019**

Código de controle da certidão: **50275CCB38A1AB6FA**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do SPM-NET (Serviços Públicos Municipais na Internet) da PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL.
Endereço : <http://www.netgov.com.br/pmfrutal>



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DIVISÃO DE RECEITAS
 Praça Doutor França, n° 100 – Centro – Frutal – MG
 Tel. (0xx34) 3423 – 2800

ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E/OU FISCALIZAÇÃO

ALVARÁ N°: 811 / 2019

EMISSION: 20/02/2019

VALIDADE: 31/12/2019

Inscrição Econômica: 113710

inscrição Imobiliária:

Área utilizada: 40 m²

Razão social: ASSOC. COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE

Nome fantasia: RÁDIO CULTURA FM

CNPJ/CPF: 06.933.165/0001-00

Data de Inscrição Municipal: 23/05/2007

Endereço fiscal: AVENIDA JUQUINHA GANHA POUCO, 1031 - UNIVERSE RESIDENCE PLAZA - FRUTAL - MG - CEP 38.200-000

Enquanto satisfizer as exigências da legislação em vigor, fica concedida ao contribuinte acima qualificado a licença para estabelecer-se no endereço citado.

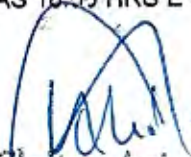
Atividade Principal: 9430-8/00 - ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS

9493-6/00 - ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS LIGADAS À CULTURA E À ARTE

9499-5/00 - ATIVIDADES ASSOCIATIVAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE.

HORÁRIO NORMAL: DE 2ª A 6ª DAS 07:00 AS 18:00 HRS E SÁBADO DAS 07:00 AS 12:00 HRS.

Observações / ressalvas ou restrições:


Claiton Antonio Leali
 Sec. Municipal de Fazenda

Documentos Conselho Comunitário

- a) Cópia de Inscrição de CNPJ;
- b) Cópia da Ata da Diretoria em Exercício;
- c) Cópia atualizada dos atuais estatutos;
- d) Cópia do RG e CPF dos Integrantes do Conselho Comunitário;
- e) Ata de Reunião do Conselho Comunitário, com avaliação da programação e parecer favorável;
- f) Relatório resumido da programação;

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.043.493/0001-54 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 11/03/1980
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) APAE DE FRUTAL			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-5-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R TREZE DE MAIO	NÚMERO 410	COMPLEMENTO	
CEP 38.200-000	BAIRRO/DISTRITO N SRA DO CARMO	MUNICÍPIO FRUTAL	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/08/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 21/03/2019 às 15:42:57 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAR
 PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
 FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8030
AUTENTICAÇÃO
 A presente xerocópia confere com o
 original exibido em cartório Dou fe
 Frutal/MG 22 de 03 de 2019
 Em 2019
 [Assinatura] da vereadora
☒ Evêlio Nascimento de Aguiar - Escrevente Autenticado
☐ Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autorizada





ATA DE POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA APAE DE FRUTAL/MG

Ata de Posse dos Membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Frutal, eleitos e indicados na Assembleia Geral Ordinária do dia vinte e três de dezembro de dois mil e dezesseis. No dia 02 de janeiro de dois mil e dezessete, as dezoito horas na sede da APAE de Frutal na sede da APAE DE Frutal/MG, na rua Treze de Maio, nº 410, reuniram-se os membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, para serem empossados em seus cargos, para o Triênio 2017/2019 respectivamente conforme segue: **PRESIDENTE:** Maria Auxiliadora Correa Barbosa, CPF: 341.029.576-34; **VICE- PRESIDENTE:** Maria de Lourdes Ferreira, CPF: 517.291.136-72; **1ª DIRETORA SECRETÁRIA:** Helena Maria de Paula Silveira Custódio; CPF: 429.063.776-00 **2ª DIRETORA SECRETÁRIA:** Sandra Regina de Souza, CPF: 376.795.703-53; **1º DIRETOR FINANCEIRO:** Cinomar Domingos de Mendonça, CPF: 061.345.306-97; **2º DIRETOR FINANCEIRO:** Moacir de Jesus Picoló, CPF: 037.122.518-31; **DIRETORES DE PATRIMÔNIO:** Paulo Cesar Moraes, CPF: 755.977.996-49 e Marco Antônio Gomes, CPF: 556.381.986-87; **DIRETORES SOCIAIS:** Luiz Carlos Alves, CPF: 428.067.040-49 e Adriana Mendonça de Castro, CPF: 984.179.166-87; **DIRETORES DE ESPORTES:** Aldino Cagnin e Felix Cardoso da Silva, **DIRETORES DE RELAÇÕES PÚBLICAS:** Suely Maria Faria Maia e Gerson Pereira. Os procuradores jurídicos indicados também tomam posse após aprovação de todos, neste momento sendo **PROCURADOR JURIDICO:** Dra. Marcela de Andrade Freitas, OAB/MG: 137474; **CONSELHO FISCAL EFETIVOS:** Cristina Castino Marchi, CPF: 755.721.686-53; Dirce Helena Silva, CPF: 289.029.396-34, **SUPLENTE:** Cristina Veloso de Castro, CPF: 787.818.096-20; Nicoleta Ângela Toledo de Paula, CPF: 182.774.466-91, Ildebrando Jesus de Miranda, CPF: 361.953.836-00; **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Ricardo Urbano Silvério, CPF: 040.745.316-40; Liosmar Francisco de Souza, CPF: 457.943.836-15; Gustavo Americano de Freitas, CPF: 273.215.808-90, Ana Dark Ribeiro de Almeida Socorro, CPF: 070.550.088-83, Luciene de Paula Ribeiro de Castro, CPF: 588.859.436-91, Franklin Veloso, CPF: 509.444.956-72; Brenno Oliveira e Silva, CPF: 041.422.646-13; Cleber Petersen, CPF: 175.491.688-06, Maria Fernanda Clemente Petersen, CPF: 984.207.396-34, Maria Helena Queiroz Macedo, CPF: 449.253.286-20. Em tempos, após a apresentação nominal e pessoal de todos os integrantes da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração tomou a palavra o Ex Presidente da APAE de Frutal/MG, Sr Cleber Petersen, que apresentou as contas atuais e explicou que o balanço de trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis será apresentado a todos posteriormente após publicação e com a palavra a Presidente Eleita Maria Auxiliadora Correa Barbosa firmou seu compromisso de melhoria da qualidade de vida dos assistidos e suas famílias e agradeceu o apoio dos companheiros neste compromisso de inclusão social das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Nada mais havendo a tratar lavrei a

presente ata, que vai assinada por mim e todos os presentes, que acharam em tudo conforme. Frutal dois de janeiro de dois mil e dezessete.

Assinaturas:

Paulo Cesar Miranda
Ricardo Augusto Jesus de Miranda

João Américo de Freitas
Sandra Regina de Souza

Heliana Mendonça de Castro

Moisés Gomes

Quimar H. Mendonça

Suely Maria Faria Maia

Dirce Helena da Silva

Bruno O. Silva

Leandro

Luciene de Paula R. Costa

Luiz Antonio da Silva Costino Machado

Helena Maria de Paula Ribeiro Custódio

Ricardo Antonio Sávio

Silma Paula Machado



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8838

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório em 02 de 03 de 2017

Em 02 de 03 de 2017

Em 02 de 03 de 2017

☒ Escrito Manuscrito de Água - Escrito Autenticado

☐ Escrito Ap. R. Andréia - Escrito Autenticado

AUTENTICAÇÃO
ANVERSO E VERSO

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 172 Pag: 1
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

Certifico estar averbado neste cartório o documento abaixo, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de registro e livro acima.



AO
CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE
FRUTAL - MG

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL, entidade sem fins lucrativos, sediada à Rua Treze de Maio nº 410, Nossa Senhora do Carmo, neste município de Frutal, Estado de Minas Gerais, por seu Presidente, vem requerer o registro da Ata de Alteração do Estatuto da APAE, presente no Livro de Atas das Assembleias Gerais da APAE.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Frutal/MG, 09 de junho de 2015.


Cleber Petersen
Presidente da APAE de Frutal

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 173 - Pag: 2
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

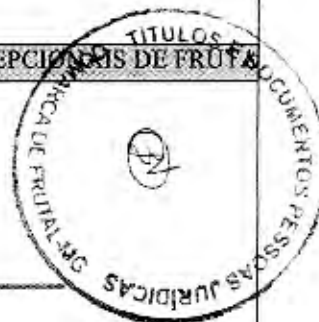


ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.483/0001-84

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8630 - e-mail: apae@frutal.mg.gov.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



ESTATUTO DA APAE DE FRUTAL

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede e Fins

Art. 1º - A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Frutal ou, abreviadamente, Apae de Frutal, fundada em Assembleia realizada em dezoito de fevereiro de um mil novecentos e setenta e três nesta cidade de Frutal, passa a regular-se por este Estatuto, pelo Regimento Interno e pela legislação civil em vigor.

Art. 2º - A Apae de Frutal é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sede na Rua Treze de Maio, número quatrocentos e dez, bairro Nossa Senhora do Carmo, e foro no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Art. 3º - A Apae de Frutal tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Art. 4º - A Apae de Frutal adota como símbolo a figura da flor margarida, com pétalas amarelas, centro laranja, pedúnculo e duas folhas verdes, uma de cada lado, ladeada por duas mãos em perfil, na cor cinza, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra, de orientação, tendo embaixo, partindo do centro, dois ramos de louro, contendo tantas folhas quanto forem os números dos estados brasileiros mais o Distrito Federal.

Parágrafo Único - A utilização e a aplicação do símbolo do movimento apaeense deverá observar cores, proporções, áreas de isolamento, tipografia, formatação das assinaturas, em conformidade com o manual da marca expedido pela Federação Nacional das Apaes.

Art. 5º - A bandeira da Apae de Frutal, na cor azul, contendo ao centro o símbolo do movimento apaeense e o nome da Apae, terá dimensões na proporção de 1 de altura por 1,5 de largura.

Parágrafo Único - A confecção da bandeira, contemplando a aplicação da marca e das cores, deverá estar em conformidade com o manual da bandeira expedido pela Federação Nacional das Apaes.

Art. 6º - Os eventos realizados pela Apae poderão utilizar como instrumento norteador o *Manual Básico - Cerimonial da Rede Apae*, elaborado pela Federação Nacional das Apaes, para organização de seus protocolos.

Art. 7º - O dia 11 de dezembro é consagrado como Dia Nacional das Apaes (Lei nº 10.242, de 19 de junho de 2001), e deverá, obrigatoriamente, ser comemorado com o hasteamento da bandeira da Apae.

Ricardo Rosendo Rocha
04/06/2015

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 174 Pag: 3
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

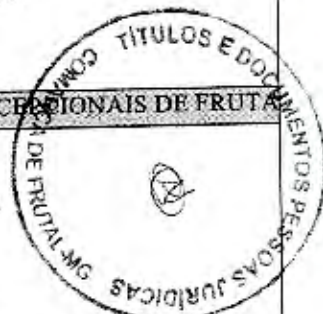


ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.482/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefex 34 - 3421-8450 - e-mail: apae@apae.org.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 35200-000



Art. 8º - Considera-se "Excepcional" ou "Pessoa com Deficiência" aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstar sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 9º - São os seguintes os fins e objetivos desta Apae, nos limites territoriais do seu município, voltados a promoção de atividades de finalidades de relevância pública e social, em especial:

I - promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;

II - prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, acompanhamento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;

III - prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

IV - oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Art. 10 - Para consecução de seus fins, a Apae se propõe a:

I - executar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de forma gratuita, permanente e continuada aos usuários da assistência social e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação, de forma planejada, diária e sistemática, não se restringindo apenas a distribuição de bens, benefícios e encaminhamentos;

II - promover campanhas financeiras de âmbito municipal e colaborar na organização de campanhas nacionais, estaduais e regionais, com o objetivo de arrecadar fundos destinados ao financiamento das ações de atendimento à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, bem como a realização das finalidades da Apae;

III - incentivar a participação da comunidade e das instituições públicas e privadas nas ações e nos programas voltados à prevenção e ao atendimento da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

IV - promover parcerias com a comunidade e com instituições públicas e privadas, oportunizando a habilitação e a colocação da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, no mundo do trabalho;

V - participar do intercâmbio entre as entidades entrem si, as análogas filiais, as associações congêneres e as instituições oficiais municipais, nacionais e internacionais;

Ricardo Pimenta Rocha
040-492 100 942

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 175 Pag: 4
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTA



ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.483/0001-84

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.128

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8650 - e-mail: gossefina24@uol.com.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 36200-000



VI - manter publicações técnicas especializadas sobre trabalhos e assuntos relativos à causa e à filosofia do Movimento Apaeano;

VII - solicitar e receber recursos de órgãos públicos ou privados, e contribuições de pessoas físicas;

VIII - formar parcerias com entidades correntes e análogas, solicitar e receber recursos de órgãos públicos e privados, e as contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

IX - produzir e vender serviços para manutenção da garantia de qualidade da oferta dos serviços prestados;

X - fiscalizar o uso do nome "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", do símbolo e da sigla Apae, informando o uso indevido à Federação das Apaes do Estado ou à Federação Nacional das Apaes;

XI - promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares para os seus assistidos e as suas famílias;

XII - desenvolver ações de fortalecimento de vínculos familiares, prevenindo a ocorrência de abrigamentos;

XIII - apoiar e/ou gerenciar casas-lares para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, em situação de risco social ou abandono;

XIV - garantir a participação efetiva das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, na gestão das Apaes;

XV - coordenar e executar, nos limites territoriais do seu município, os objetivos, programas e a política da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes, promovendo, assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Apaeano;

XVI - atuar na definição da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, em consonância com a política adotada pela Federação das Apaes do Estado e pela Federação Nacional das Apaes, coordenando e fiscalizando sua execução;

XVII - articular, junto aos poderes públicos municipais e às entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

XVIII - encetar-se, em âmbito municipal, da divulgação de informações sobre assuntos referentes à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, incentivando a publicação de trabalhos e de obras especializadas;

XIX - compilar e/ou divulgar as normas legais e os regulamentos federais, estaduais e municipais, relativas à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, provocando a

Ricardo Almeida Rocha
04-06-2015

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36-AV: 00007
Folha: 176 Pag: 5
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

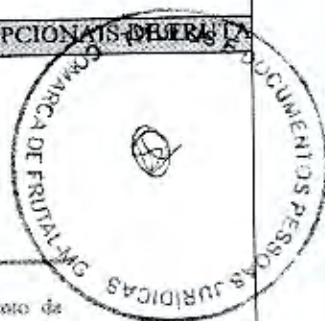
Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 20.843.483/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefone 34 - 3421-4650 - e-mail: apae@apae.org.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG, CEP 36300-000



ação dos órgãos municipais competentes no sentido do cumprimento e do aperfeiçoamento da legislação;

XX - promover e/ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação à causa da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam na Apae;

XXI - promover e/ou estimular o desenvolvimento de programas de prevenção da deficiência, de promoção, de proteção, de inclusão, de defesa e de garantia de direitos da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, de apoio e orientação à sua família e à comunidade;

XXII - estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente dos serviços prestados pela Apae, impondo-se a observância dos mais rígidos padrões de ética e de eficiência, de acordo com o conceito do Movimento Apaeano;

XXIII - divulgar a experiência apaeano em órgãos públicos e privados, pelos meios disponíveis;

XXIV - desenvolver o programa de autodefensoria, garantindo a participação efetiva das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, na gestão da Apae;

XXV - promover e articular serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, trabalho, visando à plena inclusão da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Art. 11 - A Apae de Frutal integra-se, por filiação, à Federação Nacional das Apaes, de quem recebe orientação, assessoramento e permissão para uso de nome, símbolo e sigla APAE, a cujo Estatuto adere.

§ 1º - Após a filiação à Federação Nacional das Apaes, a Apae, será automaticamente filiada à Federação do seu respectivo Estado, a cujo Estatuto adere.

§ 2º - A concessão, a utilização e a permanência do direito de uso do nome, símbolo e sigla Apae pela filiada estão condicionadas à observância do Estatuto, das Resoluções, do Regimento Interno e das decisões dos órgãos diretores da Federação Nacional das Apaes e da Federação das Apaes dos Estados.

§ 3º - A Apae apresentará, anualmente, à Federação das Apaes do Estado, até o dia 30 de abril, relatório sucinto de suas atividades, plano de ações para o ano seguinte, indicando os pontos positivos e negativos encontrados em sua administração, no exercício.

Art. 12 - A Apae preservará sua autonomia administrativa, financeira e jurídica perante a Federação das Apaes do Estado, Federação Nacional das Apaes, Administração Pública e entidades privadas, não gerando, em nenhuma hipótese, direitos a vínculos empregatícios entre seus funcionários, dirigentes, prepostos e/ou contratados, competendo a cada uma, particularmente e com

Antonio da Cunha Pacheco Júnior
16/06/2015

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 177 Pag: 6
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTÔNIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 28.043.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8650 - e-mail: apaefrutal@brturcom.net.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



exclusividade, o cumprimento das suas respectivas obrigações comerciais, contratuais, trabalhistas, sociais, de acidentes do trabalho, previdenciárias, fiscais e tributárias, de conformidade com a legislação vigente e/ou práticas comerciais, financeiros ou bancárias em vigor.

CAPÍTULO II

Dos Associados

Seção I

Do Quadro Social

Art. 13 - A Apae de Frutal é constituída por número ilimitado de associados, pessoas físicas e jurídicas, neste caso representada pelo Diretor ou Presidente que consta do contrato social.

§1º - São requisitos para admissão do associado: idoneidade, maioridade, capacidade legal, envolvimento com a causa da pessoa com deficiência, comprometimento com as ações desenvolvidas pela Apae.

§2º - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da Apae.

Art. 14 - O quadro social da Apae é constituído pelas seguintes categorias de associados:

I - contribuintes: pessoas físicas e jurídicas, devidamente cadastradas, que contribuam com a Apae por contribuição regular, em dinheiro, mediante manifestação de vontade em contribuir para a execução dos objetivos da Apae, firmando termo de adesão de associado; sendo que o voto da pessoa jurídica será exercido por apenas 01 (um) sócio/diretor representante.

II - beneméritos: pessoas físicas ou jurídicas que, a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, prestam relevantes serviços ao movimento das Apaes;

III - correspondentes: aqueles que prestam colaboração à Apae, porém residem em outros pontos do território nacional ou em outro país;

IV - honorários: personalidades, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência, ou que tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da deficiência;

V - especiais: pessoas com deficiência, maiores de 16 anos, que estejam matriculadas nos programas de atendimento da Apae, seus pais e/ou responsáveis legais, sendo-lhes assegurado o direito de votar e de serem votados, exigindo-se o termo de adesão;

VI - fundadores: pessoas que participaram da primeira Assembleia Geral de Fundação da Apae e assinaram a respectiva ata.

Ricardo Almeida Rocha
CNPJ nº 28.043.493/0001-54

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 178 Pag: 7
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

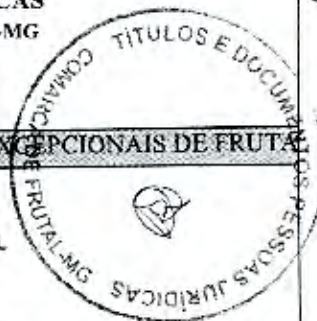
Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 30.043.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefone 34 - 3421-8650 - e-mail: equatfrutal@netnet.com.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG. CEP 38200-000



Art. 15 - Compete à Apae exigir de seus associados o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaense.

Seção II

Des Títulos Honoríficos

Art. 16 - A Apae poderá conceder, em casos especiais, os títulos honoríficos de Agradado Benemérito e Agradado Honorário.

I - São Agraciados Beneméritos as personalidades, físicas ou jurídicas, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência ou tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso do movimento das Apaes.

II - São Agraciados Honorários as personalidades, nacionais ou estrangeiras, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência ou tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da deficiência;

III - A concessão de título honorífico será deliberada em votação secreta, no mínimo, por dois terços da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Apae.

IV - O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva indicarão uma Comissão composta por 2 (dois) membros da Diretoria Executiva e 2 (dois) membros do Conselho de Administração, para examinar as obras e o "curriculum vitae" dos indicados, deliberando por votação de, no mínimo, dois terços dos seus membros.

V - A concessão de título honorífico não cria obrigação para o agraciado em relação à Apae; nem lhe assegura os direitos previstos aos associados contribuintes definidos neste Estatuto.

Seção III

Des Direitos dos Associados

Art. 17 - São direitos assegurados aos Associados Especiais e Contribuintes, quites com suas obrigações sociais:

I - ter o seu filho ou dependente com deficiência matriculado na Apae e utilizar-se dos serviços por ela prestados;

II - participar das Assembleias Gerais;

III - propor candidatos à eleição de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da Apae;

Ricardo Américo Rocha
CPF nº 192.942

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 179 Pag: 8
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTA



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.483/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefone 34 - 3421-8650 - e-mail: apae@apae.org.br
Rua Trate de Malo nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



IV - participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Apae, usando da palavra, mas sem direito a voto;

V - apresentar, à Diretoria Executiva, ideias e sugestões, temas para discussão, teses e assuntos de interesse comum;

VI - participar de todos os eventos organizados pela Apae, pelo Conselho Regional, pela Federação das Apses do Estado e pela Federação Nacional das Apses;

VII - apresentar propostas de alteração do Estatuto da Apae, submetendo-as à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das Apses;

VIII - participar de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos, quando convidado e de acordo com sua disponibilidade;

IX - requerer o desligamento do quadro social, mediante solicitação dirigida à Diretoria da Apae;

X - em caso de morte, os direitos do associado não se transferem a terceiros;

XI - convocar os órgãos deliberativos da Apae quando houver requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados;

§ 1º - Os associados beneméritos, correspondentes, honorários e fundadores não poderão votar nem serem votados, exceto se forem também associados contribuintes.

§ 2º - Para gozar de qualquer dos direitos acima enumerados, é necessário que o associado se encontre quito com suas obrigações sociais.

§ 3º - Os associados contribuintes, quando funcionários da Apae, com vínculo direto ou indireto, não poderão votar nem serem votados, nem convocar Assembleia Geral Extraordinária.

Seção IV

Das Obrigações dos Associados

Art. 18 - São obrigações dos associados da Apae:

I - manter padrão de conduta ética de forma a preservar e a aumentar o conceito do Movimento Apaciano no município;

II - pagar as contribuições enquanto associados contribuintes, e prestar todas as informações solicitadas pelos órgãos diretivos;

III - aceitar as incumbências que lhes forem atribuídas pelos órgãos diretivos da Apae, participando de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos;

Ricardo Renato Rocha
CPF nº 188.942

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 180 Pag: 9
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 20.043.453/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Calça Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8650 - e-mail: apae@apae.org.br
Rua Tress de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal-MG CEP 38200-000



IV - cumprir, acatar e respeitar as disposições estatutárias, as resoluções da Diretoria Executiva, o regimento interno, bem como as decisões dos órgãos diretivos da Apae;

V - informar, por escrito, aos órgãos diretivos da Apae, quando identificar qualquer suspeita de irregularidade no funcionamento de serviços, para averiguação e providências;

VI - submeter as propostas de alteração do Estatuto da Apae à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das Apace.

Seção V

Das Penalidades Aplicáveis aos Associados

Art. 19 - As infrações ao presente Estatuto e as irregularidades de qualquer natureza cometidas pelos Associados acarretarão procedimentos e penalidades aplicados pela Diretoria Executiva da Apae, nas modalidades de advertência, suspensão e exclusão.

I - Advertência para punir faltas leves conforme sejam definidas e regulamentadas pelo Conselho de Administração, a qual será aplicada pelo Presidente da Apae;

II - Suspensão do direito de votar e ser votado pelo prazo de 08 (oito) anos para os cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

III - Exclusão do quadro social quando as infrações consistirem em desvio de ética do associado como componente do corpo social, dos compromissos, padrões de conduta, filosofia, Estatuto, Regulamento e Resoluções da Apae, da Federação das Apace do Estado e da Federação Nacional das Apace.

§ 1º - A exclusão será deliberada e aplicada pelos membros da Diretoria Executiva, *ad referendum* do Conselho de Administração para punir faltas muito graves.

§ 2º - Fica assegurado prévio direito de defesa a todos os associados quando lhes forem imputadas as infrações previstas neste artigo, cabendo-lhes, ainda, na hipótese de suspensão e exclusão, recurso para a Assembleia Geral, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

§ 3º - A exclusão considerará-se definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no § 2º deste artigo.

Seção VI

Do Processo de Apuração de Irregularidades na Apae

Art. 20 - Diante de irregularidades na Apae, será constituída Comissão de Ética designada pela Federação das Apace do Estado e/ou pela Diretoria da Apae que não seja parte das denúncias

Renato Amadeu Rocha
08/06/2015 10h42

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 181 Pag: 10
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR.

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTA



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 20.043.493/0001-84

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telef: 34 - 3421-8650 - e-mail: assoprovidencia@apae.org.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000

apresentadas, marcando-se prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a defesa que tiver, assegurados aos denunciados a ampla defesa e o contraditório.

I - O não atendimento, pelo associado, aos termos da notificação, sujeitá-lo-á aos procedimentos de advertência, suspensão ou exclusão, decretados pela Diretoria Executiva da Apae "ad referendum" do Conselho de Administração.

II - A Comissão de Ética compete apurar os fatos noticiados encaminhando relatório circunstanciado para a Federação das Apaes do Estado e/ou para a Diretoria da Apae, que expedirá parecer conclusivo.

III - A análise dos relatórios será feita pela Diretoria Executiva "ad referendum" do Conselho de Administração da Federação das Apaes do Estado e/ou da Apae que expedirá parecer recomendando a aplicação das penalidades previstas no art. 19, a intervenção na Apae ou ainda o arquivamento da denúncia.

IV - Caracterizada a necessidade de intervenção, caberão aos interventores todos os atos de gestão na Apae, incluindo negociação com o Poder Público, acerto de dívidas, regularização da documentação, continuidade dos atendimentos e dos projetos já existentes, contratação e dispensa de funcionários, entre outros.

V - A intervenção terminará com a eleição da nova Diretoria da Apae, que, assumindo o cargo, responsabilizar-se-á por dar continuidade aos trabalhos iniciados, dentro do padrão de ética e unidade do Movimento Apaeano.

VI - Nos casos em que todos os procedimentos adotados pela Federação das Apaes do Estado, no processo de intervenção, não sejam capazes de superar as dificuldades existentes na Apae, caberá a esta mesma Federação comunicar a Federação Nacional das Apaes para a aplicação da sanção consistente na cassação da autorização de uso do nome, sigla e símbolo Apae, com remessa dos fatos apurados ao Ministério Público Estadual e Federal, se for o caso, para as providências cabíveis, dando-se ampla divulgação no município.

VII - Os procedimentos para aplicação das penalidades serão regulamentados no Regimento Interno ou por meio de resoluções baixadas pela Diretoria Executiva da Apae "ad referendum" do Conselho de Administração.

VIII - O recurso de qualquer penalidade aplicada será feito somente devolutivo e será dirigido e apreciado pela Assembleia Geral Extraordinária.

CAPÍTULO III

Da Organização, do Funcionamento e da Administração da Apae

Seção I

Da Organização

Assinado
Assinado: Ricardo
Data: 16/06/2015

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 182 Pag: 11
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTA



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 20.643.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Calva Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8450 - e-mail: assofrutal@terra.com.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38100-000



Art. 21 - São órgãos da Apae, responsáveis por sua administração:

I - Assembleia Geral;

II - Conselho de Administração;

III - Conselho Fiscal;

IV - Diretoria Executiva;

V - Assessoria;

VI - Conselho Consultivo.

§ 1º - Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, e os da Diretoria Executiva deverão ser associados contribuintes da Apae há, pelo menos, 1 (um) ano, preferencialmente com experiência direta no Movimento Apaeano, quites com suas obrigações junto à tesouraria, ou associados especiais que comprovem matrícula e frequência regulares há, no mínimo, 1(um) ano, nos programas de atendimento da Apae.

§ 2º - O exercício das funções de membros dos órgãos indicados neste artigo não pode ser remunerado por qualquer forma ou título, sendo vedada a distribuição de lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto ou de quaisquer outras vantagens ou benefícios por qualquer forma a diretores, sócios, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes.

§ 3º - Os cargos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e o da Diretoria Executiva deverão ser ocupados, sempre que possível, por, no mínimo, 30% de pais ou responsáveis legalmente constituídos.

Art. 22 - Dirigentes de empresas terceirizadas, seus cônjuges, descendentes ou ascendentes, conviventes e parentes até o terceiro grau, que mantenham qualquer vínculo contratual ou comercial com a Apae, não poderão integrar a sua Diretoria Executiva, o seu Conselho de Administração nem o seu Conselho Fiscal.

Seção II

Da Assembleia Geral

Art. 23 - A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, órgão soberano da Apae, será constituída pelos associados especiais e contribuintes que a ela comparecerem, quites com suas obrigações sociais e financeiras.

§ 1º - Terão direito de votar, nas Assembleias Gerais os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da Apae, e

Ricardo Almeida Koch
Escritório 120-80

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 183 Pag: 12
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.042.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8650 - e-mail: apae@apae.org.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000

os associados contribuintes, exigindo-se destes a adesão ao quadro de associados da Apae lá, no mínimo, 1 (um) ano, e que estejam em dia com suas obrigações sociais e financeiras.

§ 2º - No caso de procuração, esta deverá ter firma reconhecida em cartório, sendo que o outorgante e o outorgado deverão ser associados da Apae.

§ 3º - Não se admite mais de uma procuração por associado especial ou contribuinte.

§ 4º - A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente da Apae. Na sequência, serão procedidas as eleições do Presidente e do Secretário da Assembleia para conduzir os trabalhos. Havendo mais de um candidato para os cargos de Presidente e Secretário da Assembleia Geral, serão constituídas chapas para votação direta.

§ 5º - Em caso de empate para os cargos de Presidente e Secretário da Assembleia, considerará-se eleito o associado há mais tempo no quadro social da Apae.

§ 6º - Caberá ao Presidente da Assembleia Geral Ordinária passar a palavra ao atual Presidente da Apae, que fará a prestação de contas do seu mandato, apresentando o balanço e o relatório de atividades, submetendo-os à aprovação da Assembleia Geral.

§ 7º - Na sequência, será realizada a eleição por votação secreta, sendo permitida por abstenção, quando se tratar de chapa única.

Art. 24 - A convocação da Assembleia Geral far-se-á por notificação aos associados, por meio de boletim, e-mail, circular ou outros meios convenientes e por publicação em jornal de circulação no município da Apae, admitindo-se, como alternativa, editais afixados no quadro de aviso da Apae e nos principais lugares públicos do município, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

§ 1º - No edital de convocação da Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, deverão constar a data, horário, local e a respectiva ordem do dia.

§ 2º - A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria dos associados, e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois, devendo ambas constarem dos editais de convocação, não exigindo a lei quórum especial.

Art. 25 - À Assembleia Geral, órgão soberano da Apae, compete exclusivamente:

I - homologar as alterações do Estatuto;

II - decidir sobre fusão, transformação e extinção da Apae;

III - eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

IV - destituir membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Ricardo Pimenta Rocha
OAB/MG nº 20.042

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 184 Pag: 13
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.483/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 42 - Telefone: 34 - 3421-8650 - e-mail: apaefrutal@netnet.com.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal-MG CEP 38200-000



V - aprovar o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva;

VI - verificar a qualificação dos membros do Conselho Consultivo e proclamá-los, na forma estabelecida neste Estatuto;

VII - apreciar recursos contra decisões da Diretoria.

Parágrafo único - As Assembleias Gerais realizar-se-ão, preferencialmente, na sede da Apae.

Art. 26 - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á de três em três anos, no mês de novembro, para os fins determinados nos incisos III e VI do artigo 25.

Parágrafo único - Com exceção do ano de eleição da Diretoria da Apae, o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva previstos no inciso V do art. 25 serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, especialmente convocada para esse fim, até o dia 31 de maio de cada ano, com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro do ano anterior.

Art. 27 - A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração ou, quando houver requerimento assinado, por, no mínimo, um quinto dos associados em dia com suas obrigações sociais financeiras, para os fins indicados nos incisos I, II, IV e VII do artigo 25, ou para tratar de assunto especial, determinado na sua convocação.

Parágrafo único - Para fins do disposto nos incisos I e IV do artigo 25, será exigido o voto concorde da maioria simples dos associados da Apae na Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim.

Seção III

Do Conselho de Administração

Art. 28 - O Conselho de Administração, composto de, no mínimo, 05 (cinco) membros, será eleito pela Assembleia Geral Ordinária, dentre os associados em pleno gozo de seus direitos, bem assim quites com seus deveres associativos previstos neste Estatuto.

§ 1º - O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§ 2º - No caso de ocorrer vaga ou impedimento de algum dos membros do Conselho de Administração, o preenchimento será feito conforme decisão a ser tomada na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar.

§ 3º - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente de 06 em 06 meses, obrigatoriamente, ou nos prazos que fixar o Regimento Interno, e, extraordinariamente, mediante convocação da Diretoria Executiva, ou de, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus próprios membros.

Ricardo Rosendo Rocha
Ces. 20. 201. 002

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 185 Pag: 14
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTA



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 20.043.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8650 - e-mail: apae@apae.org.br
Rua Trêze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



§ 4º - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria, com a presença, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 5º - Os membros da Diretoria Executiva poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração e delas participar, sem direito a voto.

§ 6º - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas e secretariadas pelo Presidente e pelo Diretor Secretário da Apae, respectivamente, cabendo ao Presidente o direito ao voto de Minerva.

Art. 20 - Compete ao Conselho de Administração:

I - aprovar o Regimento Interno da Apae;

II - emitir parecer, para encaminhamento à Assembleia Geral, sobre as contas da Diretoria Executiva, previamente examinadas pelo Conselho Fiscal;

III - aprovar o Plano Anual de Atividades da Apae, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;

IV - examinar o relatório de atividades da Diretoria Executiva e a situação financeira da Apae, em cada exercício;

V - responder às consultas feitas pela Diretoria Executiva;

VI - deliberar, em conjunto com a Diretoria Executiva, sobre os casos omissos neste Estatuto e no Regimento Interno;

VII - examinar e deliberar sobre a política de atendimento à pessoa com deficiência intelectual na múltipla no âmbito da Apae;

VIII - referendar ou não, bem como rever, quando for o caso, penalidades aplicadas pela Diretoria Executiva;

IX - aprovar ou não o nome do Procurador Jurídico e do Procurador Adjunto, indicados pela Diretoria Executiva;

X - preencher as vagas que se verificarem no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal;

XI - referendar os nomes para as vagas na Diretoria Executiva, indicados pela mesma, permanecendo os que desta forma forem investidos no exercício do cargo pelo restante do mandato dos substituídos;

Ricardo Almeida Rocha
Carimbo e Assinatura

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 186 Pag: 15
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR

Livro A

Apresentante: APAE - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.493/0001-64

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefone 34 - 3421-8650 - e-mail: apaefrutal@uol.com.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38700-000



XII - escolher, por meio de voto secreto, um nome dentre aqueles apresentados pela Diretoria Executiva como candidato à Presidência da Apae, permitindo-se ao mesmo indicar toda a nominata para o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva;

XIII - assumir a Presidência da Apae, no caso de renúncia ou destituição da Diretoria Executiva, por indicação de três de seus membros, convocando Assembleia Geral Extraordinária para eleição da Diretoria Executiva no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

XIV - aprovar a alienação ou aquisição de bens imóveis;

XV - aquisição e alienação de bens de que trata o inciso XIV deste artigo, somente será permitido se aprovada por decisão de, no mínimo, dois terços de seus membros;

XVI - aprovar por, no mínimo, dois terços dos votos dos seus membros, a obtenção de financiamento referido no inciso VII do artigo 3º;

XVII - Estabelecer o valor mínimo da contribuição para os associados contribuintes, anualmente, na primeira reunião;

XVIII - Aprovar o regulamento de compras, alienações e contratações de bens, obras e serviços que deverá ser utilizado de maneira obrigatória na forma do quanto dispuser.

Seção IV

Do Conselho Fiscal

Art. 30 - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, dentre associados em pleno gozo de seus direitos, preferencialmente com experiência administrativa, contábil e fiscal.

§ 1º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§ 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Art. 31 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - reunir-se no mínimo duas vezes por ano, examinar e dar parecer sobre as contas da Diretoria Executiva da Apae, deliberando com a presença de seus membros titulares, convocando-se seus suplentes, tantos quantos necessários, no caso de ausência, renúncia ou impedimento;

II - examinar os livros de escrituração da entidade;

III - examinar o balanço trimestral apresentado pelo Diretor Financeiro, opinando a respeito;

IV - apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

Antonio da Cunha Pacheco Júnior
06/06/2015

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 187 Pag: 16
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.493/0001-84

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefex 34 - 3421-8450 - e-mail: apae@frutalnet.org.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 35200-000



V - opinar sobre aquisição e alienação de bens;

VI - promover gestões para o correto funcionamento fiscal da instituição;

VII - fornecer, obrigatoriamente, a cada seis meses, relatórios da situação fiscal e sugestões, quando necessário, para prevenir e corrigir problemas posteriores.

VIII - opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal poderá utilizar-se do assessoramento de um Auditor, de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, se assim necessitar.

Seção V

Da Diretoria Executiva

Art. 32 - A Diretoria Executiva da Apae será composta de, no mínimo:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - 1º e 2º Diretores Secretários;

IV - 1º e 2º Diretores Financeiros;

V - Diretor de Patrimônio;

VI - Diretor Social.

§ 1º - A Diretoria Executiva será eleita em Assembleia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim.

§ 2º - O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 (três) anos, permitindo-se uma reeleição consecutiva.

§ 3º - Ao Presidente é permitido concorrer somente a 1 (uma) reeleição consecutiva, podendo ocupar, porém, outros cargos na Diretoria Executiva, exceto o de Vice-Presidente e os de Diretores Financeiros.

Art. 33 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, no mínimo, de 02 em 02 meses, sendo necessária a presença de, pelo menos, cinco de seus membros, para as deliberações.

Ricardo Almeida Rocha
CNPJ nº 20.043.493/0001-84

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 188 Pag: 17
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.493/0001-94

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telef: 34 - 3421-8550 - e-mail: gpaefr@netnet.com.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



§ 1º - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes.

§ 2º - O Presidente terá, além do seu, o voto de Minerva nos casos de empate.

§ 3º - Perderá o mandato qualquer dos membros da Diretoria Executiva, aquele que, sem justo motivo, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas da Diretoria, ou a seis, alternadamente.

Seção VI

Das Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 34 - Compete à Diretoria Executiva:

- I - promover e fomentar a realização dos fins da Apae;
- II - elaborar o Regimento Interno da Apae e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração;
- III - lavrar em ata a aprovação e a admissão de novos associados;
- IV - lavrar em ata o pedido de desligamento do associado e a sua aprovação, não cabendo negativa da solicitação;
- V - elaborar e submeter ao Conselho de Administração, em até 60 dias do início do exercício, o plano anual/plurianual de atividades da Apae, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;
- VI - submeter suas contas ao exame do Conselho Fiscal, encaminhando-as posteriormente ao Conselho de Administração para parecer, remetendo-as, a seguir, à Assembleia Geral para aprovação;
- VII - submeter ao Conselho de Administração o relatório de suas atividades e a situação financeira da Apae, em cada exercício;
- VIII - constituir comissões especiais encarregadas da execução dos fins da Apae, supervisionando sua atuação;
- IX - criar os cargos necessários aos serviços técnicos e administrativos;
- X - promover campanhas de levantamento de fundos, aprovadas pelo Conselho de Administração;
- XI - convocar a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;
- XII - pagar as contribuições à Federação Nacional das Apaes.

Ricardo Ramalho Rocha
OAB-MG 120.242

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 189 Pag: 18
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 26.943.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefex 34 - 3421-8650 - e-mail: paed@paed.org.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



XIII - respeitar e fazer respeitar o presente Estatuto, o Estatuto da Federação das Apaes do Estado e o Estatuto da Federação Nacional das Apaes;

XIV - promover a participação da Apae em Olimpíadas, Festivais, Congressos e em outros eventos;

XV - adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, após aprovação do Conselho de Administração, nos casos que couber;

XVI - receber e fazer doações *ad referendum* do Conselho de Administração;

XVII - indicar ao Conselho de Administração o nome das pessoas que possam ser aprovadas para exercerem o cargo de Procurador Jurídico e Procurador Adjunto;

XVIII - estabelecer o valor da contribuição para os associados contribuintes;

XIX - dar conhecimento ao Conselho de Administração, na primeira reunião deste, das penalidades aplicadas aos seus associados;

XX - convidar os membros do Conselho Consultivo para participar dos eventos realizados pela Apae;

XXI - apresentar ao Conselho de Administração, com até 60 (sessenta) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral Ordinária, os nomes dos candidatos à Presidência da Apae, garantindo-se ao candidato a Presidente escolhido a indicação dos nomes para concorrerem na Assembleia Geral Ordinária aos demais cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

XXII - indicar nomes para preenchimento das vagas que se verificarem na Diretoria Executiva, no curso do mandato, submetendo-os ao referendo do Conselho de Administração.

§ 1º. Não caberá a indicação de nomes para preenchimento das vagas na Diretoria Executiva, simultaneamente, para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores Financeiros e Diretores Secretários, devendo, nesse caso, ser convocada Assembleia Geral para eleição dos membros que ocuparão tais cargos na Diretoria Executiva.

§ 2º. As contas mencionadas no inciso VI e VII deverão:

- Observar os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de contabilidade;
- ser publicadas na página da internet a cada encerramento de exercício fiscal juntamente com o relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, colocando-as à disposição para exame de qualquer cidadão, sem prejuízo das publicações em diário oficial quando forem exigidas.

Antônio Pimenta Rocha
CRA-SP 152.342

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV- 00007
Folha: 190 Pag: 19
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTA



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 20.043.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8850 - e-mail: apae@frutal.mg.gov.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 36100-000



§ 3º. Para fins do que dispõe o parágrafo anterior, na impossibilidade de disponibilização na página eletrônica, cada encerramento de exercício fiscal juntamente com o relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS deverão ser publicadas obrigatoriamente em diário oficial do Estado ou do Município ou em jornal de grande circulação no Estado para exame de qualquer cidadão, sem prejuízo das publicações em diário oficial quando forem exigidas.

Seção VII

Das Atribuições dos Membros da Diretoria Executiva

Art. 35 - Compete ao Presidente:

I - assegurar o pleno funcionamento dos serviços da Apae nos seus aspectos legais, administrativos, técnicos e pedagógicos, com o apoio do Conselho de Administração;

II - convocar a Assembleia Geral, as reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;

III - representar a Apae, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante as entidades de direito público e privado;

IV - representar a Apae judicialmente, cabendo-lhe impetrar Mandado de Segurança coletivo e outras ações judiciais, em defesa dos interesses da associação;

V - apresentar ao Conselho de Administração o relatório anual da Diretoria sobre as atividades da Apae, ao fim de cada ano e ao término do mandato, à Assembleia Geral;

VI - dirigir a Apae, ressalvada a competência do Conselho de Administração, atendendo à perfeita consecução de seus fins, podendo delegar, parcialmente, suas atribuições;

VII - assinar cheques, contratos de empréstimo bancário, ordens de pagamento e transferências bancárias conjuntamente com o 1º Diretor Financeiro ou com o seu substituto estatutário, no exercício do cargo, para pagamento das obrigações financeiras da entidade;

VIII - instalar, prover e supervisionar assessorias e coordenadorias que julgar necessárias, constituindo um colegiado com concepções, diretrizes e ações unificadas;

IX - zelar pelo conhecimento, utilização e aplicação dos Estatutos, Regimentos e Regulamentos em vigor, pelos Diretores, funcionários, técnicos e voluntários;

X - ratificar de modo expresso, à Federação das Apaes do Estado e à Federação Nacional das Apaes, o compromisso de aderir, acatar e respeitar seus respectivos Estatutos;

Ricardo Renato Rocha
CPF nº 150.342

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 191 Pag: 20
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTA



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 28.843.493/0001-64

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 81.108

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8650 - e-mail: apae@apae.org.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



XI - cumprir e fazer cumprir as prescrições deste Estatuto, bem como as diretrizes estabelecidas no Regimento Interno da Apae.

XII - submeter previamente os contratos, convênios, termos de parceria e notas para o Parecer do procurador jurídico.

§ 1º - O Presidente será substituído, em suas faltas, licenças e impedimentos, pelo Vice-Presidente.

§ 2º - Para fins de obtenção de financiamento referido no inciso VII deste artigo, serão exigidas as aprovações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração por, no mínimo, dois terços dos votos.

Art. 36 - Compete ao Vice-Presidente:

I - substituir o presidente em suas faltas, licenças e impedimentos;

II - exercer funções e atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Parágrafo único - Em caso de renúncia, destituição ou morte do Presidente, o Vice-Presidente assumirá a Presidência até o fim do mandato, valendo para todos os efeitos, independente do tempo do exercício como o cumprimento de um mandato.

Art. 37 - Compete ao 1º Diretor Secretário:

I - secretariar as Assembleias Gerais, as reuniões da Diretoria Executiva e as do Conselho de Administração, redigindo suas atas em livro próprio;

II - supervisionar o funcionamento de todos os serviços de secretaria e divulgar as notícias das atividades da Apae;

III - exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas;

IV - entregar aos membros da Diretoria Executiva, na primeira reunião do mandato, cópia do Estatuto da Apae;

V - disponibilizar aos associados, na Secretaria, o acesso e a leitura do Estatuto da Apae;

VI - exercer a presidência da Apae no caso de impedimento temporário, não superior a 06 meses, do Presidente e do Vice-Presidente.

Art. 38 - Compete ao 2º Diretor Secretário:

I - substituir o 1º Diretor Secretário em suas faltas, licenças e impedimentos;

II - assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

Ricardo Mendes Rocha
08/06/2015

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 192 Pag: 21
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.493/0001-54

Unidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-6650 - e-mail: apae@frutal.mg.gov.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



III - exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 39 - Compete ao 1º Diretor Financeiro:

I - elaborar a previsão orçamentária, semestralmente, e submetê-la à aprovação da Diretoria Executiva;

II - conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos ao departamento financeiro;

III - assinar cheques, contratos de empréstimo bancário e/ou ordens de pagamento conjuntamente com o Presidente ou com seu substituto estatutário, para pagamento das obrigações financeiras da Apae;

IV - promover e dirigir a arrecadação da receita social, depositá-la e aplicá-la de acordo com decisão da Diretoria Executiva;

V - fazer pagamentos nos limites ou pela forma estabelecida por decisão da Diretoria Executiva;

VI - manter em dia a escrituração da receita e da despesa da Apae, e contabilizá-la sob a responsabilidade de um contador habilitado;

VII - apresentar à Diretoria Executiva os balanços mensais, o relatório anual sobre a situação financeira e a prestação de contas, que deverão ser encaminhados ao Conselho Fiscal para exame e parecer, fornecendo a esses órgãos as informações complementares que lhe forem solicitadas.

VIII - O Diretor Financeiro poderá utilizar-se do assessoramento de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, de um funcionário da Apae ou de um prestador de serviços para o exercício dessas atribuições.

Art. 40 - Compete ao 2º Diretor Financeiro:

I - substituir o 1º Diretor Financeiro em suas faltas, licenças e impedimentos;

II - assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

III - exercer as atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 41 - Compete ao Diretor de Patrimônio:

I - supervisionar, zelar e inventariar o patrimônio da Apae;

II - ter sob sua guarda e responsabilidade os bens patrimoniais da Apae;

Handwritten signature: Ricardo Almeida Rocha
CPF nº 100.100.100

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 193 Pag: 22
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTA



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefex 34 - 3421-5550 - e-mail: apaefrutal@frutal.mg.gov.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



III - providenciar a escrituração do material permanente da Apae, mantendo essa documentação em ordem e em dia.

Parágrafo único - O Diretor de Patrimônio poderá contar com o apoio de profissional especializado.

Art. 42 - Compete ao Diretor Social, de acordo com a orientação da Diretoria Executiva:

I - organizar as atividades sociais;

II - elaborar o programa de solenidades;

III - realizar eventos sociais com a finalidade de promover a instituição;

IV - promover eventos com a finalidade de arrecadar fundos, após a aprovação da Diretoria Executiva.

Seção VIII

Da Autogestão e da Autodefensoria

Art. 43 - O Programa Nacional de autogestão e autodefensoria tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência intelectual e múltipla frente à sua realidade, ampliando sua possibilidade de atuar influenciando o cotidiano de sua família, da comunidade e da sociedade em geral.

Parágrafo único - O Programa Nacional de autogestão e autodefensoria cria espaço institucional para a inserção dos autodefensores na estrutura do movimento, assegurando a participação efetiva de pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, nas Apaes, Federação das Apaes dos Estados e Federação Nacional das Apaes.

Art. 44 - Os autodefensores serão eleitos nos fóruns de autodefensores em Assembleia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim, permitindo-se uma reeleição consecutiva.

§ 1º - A autodefensoria será composta de 4 (quatro) membros, sendo dois efetivos, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, e dois suplentes, um do sexo masculino e outro do sexo feminino.

§ 2º - Poderão ser eleitos autodefensores as pessoas com deficiência intelectual e múltipla que estejam matriculadas e que sejam frequentes nos programas de atendimento da Apae.

Art. 45 - Compete aos autodefensores:

I - defender os interesses da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, sugerindo ações que aperfeiçoem o seu atendimento e a sua participação em todos os segmentos da sociedade;

Ricardo Rezende Rocha
CPF: 025.175.542

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 194 - Pag: 23
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 20.043.493/0001-04

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefex 34 - 3421-8650 - e-mail: apaefrutal@netoatv.com.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



II - participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, opinando e votando sobre assuntos de interesse da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla;

III - participar dos eventos promovidos e organizados pelo movimento Apacano;

IV - votar e ser votado para os cargos da autodefensoria.

Seção IX

Do Conselho Consultivo

Art. 46 - O Conselho Consultivo será constituído pelos ex-Presidentes da Apae.

§ 1º - Somente poderão integrar o Conselho Consultivo os ex-Presidentes que tenham concluído o mandato sem interrupção motivada por: renúncia, destituição, afastamento por denúncia.

§ 2º - Ocorrendo a eleição de membro do Conselho Consultivo para compor qualquer órgão da Apae, a vaga do ex-Presidente no Conselho Consultivo será mantida, exceto para o cargo de Presidente da Apae.

Art. 47 - A Assembleia Geral verificará se o ex-Presidente preenche os requisitos, e proclamará a investidura do Conselheiro Consultivo no exercício da função.

Art. 48 - As decisões do Conselho Consultivo são meramente opinativas, não tendo força executiva sendo quando acolhidas pelo Conselho de Administração.

Art. 49 - Compete ao Conselho Consultivo:

I - atuar como órgão moderador na solução de eventuais conflitos que venham a ocorrer no Movimento Apacano no município;

II - esclarecer, quando solicitado e for possível, fatos e práticas controvertidos ou obscuros da história do Movimento Apacano, com o fim de dar suporte à filosofia do mesmo;

III - zelar pela unidade orgânica, filosófica e programática do Movimento Apacano;

IV - participar, mediante convite, dos eventos realizados pela Apae.

CAPÍTULO IV

Da Procuradoria Jurídica

Art. 50 - A Procuradoria Jurídica, órgão de assessoramento superior, só poderá ser exercida por pessoa de reconhecida idoneidade e saber jurídico, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil.

Ricardo Benedito Rocha
OAB/MG nº 102.942

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 195 Pag: 24
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL
CNPJ: 20.043.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8650 - e-mail: apaefrutal@terra.com.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38700-000



Art. 51 - O Procurador Jurídico e o Procurador Adjunto serão investidos nos respectivos cargos ou deles destituídos por indicação do Presidente da Apae, após aprovação do Conselho de Administração.

Parágrafo único - O Procurador Adjunto tem a atribuição de substituir o Procurador Jurídico nas faltas, licenças ou impedimentos deste.

Art. 52 - O Procurador Jurídico terá assento à mesa nas reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, e opinará sobre a juridicidade e a legitimidade de qualquer matéria discutida, exceto se na mesma concorrer interesse pessoal.

Art. 53 - Não constitui falta funcional a manifestação contrária do Procurador Jurídico sobre matéria de sua competência.

Art. 54 - Compete ao Procurador Jurídico:

I - atuar na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

II - defender os interesses da Apae, em juízo ou fora dele, mediante expresse mandato do Presidente ou de seu substituto legal;

III - elaborar, examinar e visar minutas de contratos e convênios;

IV - emitir parecer sobre matéria de interesse geral da Apae, pronunciando-se, ao final de cada assunto, nas reuniões de Diretoria, sobre a legalidade das proposições e a observância deste Estatuto e do Regimento Interno;

V - representar juridicamente a entidade junto a repartições públicas e privadas;

VI - pesquisar, compilar e sugerir legislação pertinente a pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

VII - manter intercâmbios jurídicos e dar interpretação final sobre matéria controvertida;

VIII - dirigir os serviços da Procuradoria da Apae.

CAPÍTULO V

Das Receitas, do Patrimônio e das Prestações de Contas

Art. 55 - As receitas da Apae, necessárias à sua manutenção, serão constituídas por:

I - contribuições de associados e de terceiros;

II - legados;

Ricardo Almeida Rocha
OAB-MG 105.942

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 196 Pag: 25
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.493/0001-64

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-8650 - e-mail: assocfrutal@frutal.mg.gov.br
Rua Tirso de Melo nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



III - produção e venda de serviços;

IV - subvenções e auxílios que venha a receber do Poder Público;

V - doações de qualquer natureza;

VI - quaisquer proventos e auxílios recebidos;

VII - produto líquido de promoções de beneficência;

VIII - rendas de emprego de capital ou patrimônio que possua ou venha a possuir;

IX - auxílio ou recursos provenientes de conversão de entidades públicas e privadas.

Parágrafo único - As rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

Art. 56 - O patrimônio da Apae será constituído de bens móveis, imóveis, veículos e direitos, que possui e vier a adquirir.

Parágrafo único - No caso de dissolução ou extinção, mudança de finalidade ou cessação de suas atividades, o eventual patrimônio líquido remanescente será destinado a uma entidade congênere, ou a uma entidade pública com sede e atividade no País preferencialmente com o mesmo objetivo estatutário e que atenda os requisitos da Lei 13019/14.

CAPÍTULO VI

Das Eleições

Art. 57 - De três em três anos, serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

§ 1º - A eleição será realizada por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única.

§ 2º - Em caso de empate, considerará-se eleita a chapa cujo candidato a presidente seja associado, ininterruptamente, há mais tempo no quadro social da Apae.

Art. 58 - A eleição da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal será precedida de edital de convocação, publicado no mínimo 30 (trinta) dias antes da Assembleia Geral Ordinária.

Antonio Renato Rod
OAB-MG 102.942

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 197 Pag: 26
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Calva Postal 43 - Teléfix 34 - 3421-8450 - e-mail: apae@frutal.mg.gov.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 38200-000



I - A inscrição de cada uma das chapas candidatas deverá ocorrer na Secretaria da Apae até 30 dias antes da data da eleição a ser realizada, dentre as chapas devidamente inscritas e homologadas pela comissão eleitoral.

II - Somente poderão integrar as chapas os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da Apae, e os associados contribuintes, exigindo-se, destes, serem associados da Apae há, no mínimo, 1 (um) ano, estarem quites com suas obrigações sociais e financeiras, e terem, preferencialmente, experiência diretiva no Movimento Apaeano.

III - São inelegíveis simultânea, sucessiva ou alternadamente para os cargos de Presidente, Vice-presidente e Diretores Financeiros, para a Diretoria Executiva da Apae: cônjuge, companheiro, parentes consanguíneos na linha até o 3º grau, funcionários com vínculo direto ou indireto.

IV - Os candidatos a Presidente, Vice-Presidente e Diretores Financeiros deverão apresentar, no ato da inscrição da chapa, cópias autenticadas ou originais dos seguintes documentos:

- carteira de identidade;
- certidão de regularidade do CPF;
- declaração de imposto de renda anual ou declaração de próprio punho dos bens móveis e imóveis de sua propriedade;
- certidões negativas cíveis, criminais e eleitorais de âmbito Municipal, Estadual e Federal;
- folha de filiação de associado da Apae;
- declaração sob as penas da lei de não ser inelegível, nos termos do inciso III deste artigo;
- comprovante de residência dos candidatos no município sede da Apae;
- termo de compromisso.

V - É vedada a acumulação de cargos por membro do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da Apae.

VI - É vedada a participação de funcionários da Apae na Diretoria Executiva, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, com vínculo empregatício direto ou indireto.

Art 59 - O registro de chapas e os demais trabalhos da eleição serão examinados e conduzidos pela Comissão Eleitoral instituída pela Apae por meio de Resolução e regulados pelo Regimento Interno da mesma.

Art. 60 - A eleição será realizada, de três em três anos, no mês de novembro, e a posse dos membros eleitos ocorrerá no 1º dia útil do mês de janeiro do ano seguinte.

Parágrafo Único - Em caráter excepcional, se os membros eleitos não puderem tomar posse no primeiro dia útil do mês de janeiro do ano seguinte à Assembleia de Eleição, o mandato da atual Diretoria poderá ser prorrogado até a posse dos eleitos.

Antonio Rosendo Rocha
16/06/2015

Protocolo: 025997
Reg: 000203
Livro: A36 AV: 00007
Folha: 198 Pag: 27
Data: 16/06/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: APAE- ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL

CNPJ: 20.043.493/0001-54

Utilidade Pública Federal - Decreto Coletivo nº 91.108

Caixa Postal 43 - Telefax 34 - 3421-5850 - e-mail: apae@apae.org.br
Rua Treze de Maio nº 410, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal/MG CEP 34200-000

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 61 - Toda alteração do presente Estatuto dependerá de prévia aprovação da proposta pela Federação Nacional das Apaes, devendo ser homologada pela Assembleia Geral Extraordinária da Apaes, convocada com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, na forma do artigo 24.

Art. 62 - A extinção da Apaes ou a alteração do nome somente poderão ser feitas se determinadas e aprovadas por deliberação em Assembleia Extraordinária, instalada com a presença de, no mínimo, dois terços dos associados em dia com as obrigações sociais, cabendo à Apaes remeter cópia da ata para a Federação das Apaes do Estado.

§1º - Para fusão e transformação da Apaes, deverá ser observado o que determina a legislação específica em vigor.

§2º - É vedada a extinção da Apaes, sua fusão ou transformação, quando houver denúncia de irregularidade protocolada na Federação do Estado e/ou na Federação Nacional das Apaes.

Art. 63 - A Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal das Apaes cujas Assembleias de Eleição tenham ocorrido em mês diverso do estabelecido neste estatuto deverão tomar as providências cabíveis para ajustar o período de mandato da Diretoria, reduzindo-o ou prorrogando-o, devendo ser observado o menor período possível para adequação do mandato.

Art. 64 - Os casos omissos no presente Estatuto serão decididos pela reunião conjunta da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, com força estatutária no que não colidir com este Estatuto, aplicando-se subsidiariamente o Código Civil.

Art. 65 - A partir do encaminhamento pela Federação Nacional das Apaes do presente Estatuto para as Apaes, estas terão o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para homologação do mesmo pelas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias.

Art. 66 - O presente Estatuto entra em vigor a partir de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária e respectivo registro, devendo a Diretoria Executiva providenciar a sua divulgação.

Frutal/MG, 29 de maio de 2015

Elabor Peterson
Presidente da APAE de Frutal 2014/2016

Renato Antonio Rocha
02/06/2015 15:14:14

Dou fe. Frutal, 16 de abril de 2019.

Mayara Oliveira Silva - escrevente

Código	Alto	QOrd.	Emolumento	ISS	Recomp.	TFJ	Total
6501-1	Contidão PJ	1	R\$17,75	R\$0,35	R\$1,07	R\$6,65	R\$25,82
6502-6	Folha Adicional PJ	26	R\$32,50	R\$0,52	R\$2,06	R\$7,02	R\$42,12
Total			R\$50,25	R\$0,87	R\$3,13	R\$13,67	R\$67,94

Poder Judiciário - TJMG - Coordenadoria-Geral de Justiça
1º Ofício Registral de Títulos e Documentos e PJ de Frutal/MG

Selo Número: **EN146485**
Código: 8040.0905/534.0671

Total de blocos: 77 - Total: 514,00 (R\$ 514,00) Total: 61,00
Consulte a validade deste Selo no site: selos.tjmg.jus.br



PI-1247
 MARIA AUXILIADORA CORREA BARBOSA
 RG-18.533.792
 09/04/2010
 FRUTAL-MG
 CAS. LV-298 FL-147
 26/3/1960
 FRUTAL-MG
 1 VIA

182
 MARIA AUXILIADORA CORREA BARBOSA
 RG-18.533.792
 09/04/2010
 FRUTAL-MG
 CAS. LV-298 FL-147
 26/3/1960
 FRUTAL-MG
 1 VIA

CARTÓRIO DO 7º OFÍCIO DE NOTAS
 PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
 FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8830
AUTENTICAÇÃO
 A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dou 18
 Frutal-MG 22 de 03 de 2019
 Em 1841 da vontade
☒ Estado Nacional de Aguard - Escritório Autêntico
☐ Maria Ap. R. Andrade - Escritório Autêntico



MINISTERIO DA FAZENDA
 Secretaria da Receita Federal
CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS
 Nome
 MARIA AUXILIADORA CORREA BARBOSA
 Nº de Inscrição
 341029676-34
 Data de Nascimento
 26/03/60

CARTÓRIO DO 7º OFÍCIO DE NOTAS
 PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
 FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8830
AUTENTICAÇÃO
 A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dou 18
 Frutal-MG 22 de 03 de 2019
 Em 1841 da vontade
☒ Estado Nacional de Aguard - Escritório Autêntico
☐ Maria Ap. R. Andrade - Escritório Autêntico





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
17.810.839/0001-98
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
01/09/1971

NOME EMPRESARIAL
SINDICATO RURAL DE FRUTAL

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.20-1-00 - Atividades de organizações sindicais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não Informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
313-1 - Entidade Sindical

LOGRADOURO
R ANTONIO RODRIGUES DE SOUZA

NÚMERO
405

COMPLEMENTO

CEP
38.200-000

BAIRRO/DISTRITO
ALTO BOA VISTA

MUNICÍPIO
FRUTAL

UF
MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO
MASTER@KNET.COM.BR

TELEFONE
(34) 3421-8077

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 27/03/2019 às 17:35:21 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



ATA DA ELEIÇÃO E APURAÇÃO DE VOTOS DOS ORGÃOS ADMINISTRATIVOS DO SINDICATO RURAL DE FRUTAL

As oito horas do dia vinte nove do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, na sede do **SINDICATO RURAL DE FRUTAL**, localizado na rua Antonio Rodrigues de Souza nº 405, Bairro Alto Boa vista, nesta cidade de Frutal-MG, foi instalada a mesa coletora eleitoral "única", nomeada pelo senhor Presidente Janes Cezar Mateus, conforme artigo nº 49 do Estatuto Social deste Sindicato. Presente os componentes: Sr. Jose de Souza e Silva Neto, Sr. Robson Costa Rodrigues, Sra. Luciana Silva Souza e a Srta. Kathyara Pinheiro Sobrinho, verificou-se o cumprimento de todas as exigências estatutárias e declarou instalados os trabalhos eleitorais, dando início a coleta de votos. A eleição obedeceu ao sistema de escrutínio secreto. Decorrido o tempo previsto no **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** e tendo votado o total de 97 - (Noventa Sete) associados presente, foi encerrada a fase de votação, não houve fiscal eleitoral representando a chapa única. Não tendo havido protestos de qualquer natureza, passou-se à fase de apuração dos votos. As 17-(Dezesseis) horas e 20-(Vinte) minutos do mesmo dia, o Presidente mandou que se verificasse pela folha de votação o numero de associados em condições de voto e o numero de associados que votaram. Constatou-se serem 222 - (Duzentos e vinte e dois) os associados em condições de voto e terem votado 97 -(Noventa e Sete) associados. Em seguida determinou que se procedesse à abertura da urna e a contagem dos votos, cujo o numero coincidiu com o de votantes acima declarados. Foram apurados 92 - (Noventa e dois) votos para a chapa ÚNICA "SINDICATO FORTE", 03-(Três) votos em Branco e 02-(Dois) votos nulo, perfazendo assim o total de 97-(noventa e sete) votos, não foi colhido nenhum voto em separado. Ante o resultado, o Presidente proclamou eleita a chapa única, cujos os integrantes são os seguintes.

- DIRETORIA -

Presidente: NIVALDO PACHECO DE MORAIS
 Vice-Presidente: FERNANDO RIBEIRO RODRIGUES
 Secretário: MARIO MEZAVILA ABDELMUR
 Tesoureiro: HUGO HUMBERTO DE REZENDE

Flávio Pereira de Souza
 ADVOGADO

Sindicato Rural de FRUTAL
TERMO DE POSSE



Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, na sede do Sindicato Rural de Frutal, sito à Rua Antonio Rodrigues de Souza, 405, Bairro Alto Boa Vista, nesta cidade de Frutal-MG, às quatorze horas, tomaram posse os membros da Diretoria e Conselho Fiscal, assim como seus respectivos suplentes para o mandato que vigorará de 02 de janeiro de 2017 à 02 de janeiro de 2020. Assinando o presente **TERMO DE POSSE** e obedecendo o que dispõe o Estatuto Social do Sindicato, comprometem solenemente a respeitar o exercício do mandato que assumem, assim como os demais preceitos legais, seguem as assinaturas:

- DIRETORIA -

Nivaldo Pacheco de Moraes
IVALDO PACHECO DE MORAIS
Presidente

Fernando Ribeiro Rodrigues
FERNANDO RIBEIRO RODRIGUES
Vice-Presidente

Mário Mezavila Abdelmur
MARIO MEZAVILA ABDELMUR
Secretário

Hugo Humberto de Rezende
HUGO HUMBERTO DE REZENDE
Tesoureiro

- SUPLENTE DA DIRETORIA -

Vlamar Tomaz Bertanha
VLAMIR TOMAZ BERTANHA

Bruno Fernando Santana
BRUNO FERNANDO SANTANA

José Ronaldo Araújo
JOSÉ RONALDO ARAÚJO

Luiz Roberto de Paula e Silva
LUIZ ROBERTO DE PAULA E SILVA

- CONSELHO FISCAL -

Edson Vidotto Ovanzelli
EDSON VIDOTTO OVANZELLI

Wellington Nunes Barbosa
WELLINGTON NUNES BARBOSA

Idelman Sebastião de Queiroz
IDELMAN SEBASTIAO DE QUEIROZ

- SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL -

Sebastião Macedo Ribeiro Junior
SEBASTIAO MACEDO RIBEIRO JUNIOR

Aldiberto Dias Machado Junior
ALDIBERTO DIAS MACHADO JUNIOR

Luciano Rodrigues de Castro
LUCIANO RODRIGUES DE CASTRO

Flávio Pereira de Souza
Flávio Pereira de Souza
ADVOGADO
OAB/MG 136992



- SUPLENTE DA DIRETORIA -

VLAMIR TOMAZ BERTANHA
BRUNO FERNANDO SANTANA
JOSE RONALDO ARAUJO
LUIZ ROBERTO DE PAULA E SILVA

- CONSELHO FISCAL -

EDSON VIDOTTO VANZELLI
WELLINGTON NUNES BARBOSA
IDELMAN SEBASTIAO DE QUEIROZ

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

SEBASTIAO MACEDO RIBEIRO JUNIOR
ALDIBERTO DIAS MACHADO JUNIOR
LUCIANO RODRIGUES DE CASTRO

Concluídos os trabalhos às 17-(Dezessete horas e 26-(vinte seis) minutos, o Presidente mandou que se lavrasse a presente ata que, lida e achada conforme, vai por ele assinada, pelos mesários, pelo suplente que acompanharam os trabalhos e pelo Presidente do SINDICATO RURAL DE FRUTAL e pelo Presidente Eleito. Frutal-MG, 29 de novembro de 2016.

[Assinatura]
José de Souza e Silva Neto
Presidente

[Assinatura]
Robson Costa Rodrigues
1º Mesário

[Assinatura]
Luciana Silva Souza
2º Mesário

[Assinatura]
Kathyara Pinheiro Sobrinho
Suplente

[Assinatura]
Janes Cezar Mateus
Presidente do Sindicato

[Assinatura]
Nivaldo Pacheco de Moraes
Presidente Eleito

[Assinatura]
Flávio Pereira de Souza
ADVOGADO
OAB/MG 136992

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 40 Pag: 1
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG

Certifico estar registrado neste cartório o documento abaixo, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de registro e livro acima.

**SINDICATO RURAL DE
FRUTAL**

ESTATUTO

CAPITULO I

Constituição, Sede, Foro, Jurisdição, Objetivos e Prerrogativas

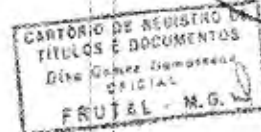
Art. 1º - O Sindicato Rural de Frutal, entidade sindical de primeiro grau, com sede e foro na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, base territorial estendida ao município de Planura, no Estado de Minas Gerais, é constituído para fins de estudo, coordenação, desenvolvimento, defesa, proteção e representação legal da categoria econômica dos ramos da agropecuária e do extrativismo rural, de atividades pesqueiras e florestais, independentemente da área explorada, incluída a agroindústria no que se refere as atividades primárias, inspirando-se na solidariedade social, na livre iniciativa, no direito de propriedade, na economia de mercado e nos interesses do País.

Parágrafo Único - Para efeito deste Estatuto, os termos Sindicato Rural de Frutal e Sindicato se equivalem.

Art. 2º - No desempenho de suas finalidades e atribuições, o Sindicato tem por objetivos:

- a) pleitear e adotar medidas cabíveis aos interesses dos associados, constituindo-se em defensor e cooperador ativo e vigilante de tudo quanto possa concorrer para a prosperidade da categoria que representa;
- b) estudar e buscar soluções para as questões e os problemas relativos as atividades rurais;
- c) estimular procedimentos que objetivem elevar os índices de produtividade da atividade rural, pelo aperfeiçoamento dos métodos de trabalho e dos processos de comercialização, assim como com vistas a elevar o bem-estar socio-cultural dos produtores rurais;
- d) promover, quando couber, a solução, por meios conciliatórios, dos dissídios ou litígios concernentes as atividades compreendidas em seu âmbito de representação;
- e) organizar e manter os serviços que possam ser úteis aos associados, prestando-lhes assistência e apoio, em consonância com os interesses gerais da categoria.

WALTER PACHECO DE SOUZA
OAB/MG nº 1249 199 31 000
Rua Coronel José de Paula, nº 317 - Centro - Frutal - MG
Fone: 421-0520 - 081 530-9900/9901



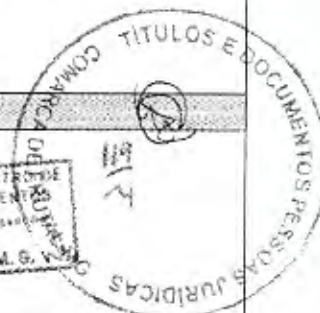
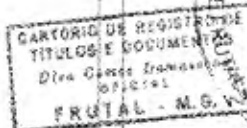
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula n° 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livre A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



Art. 3º -

São prerrogativas e direitos do Sindicato:

- a) representar, perante os Poderes Públicos e a iniciativa privada, os interesses da categoria que representa e dos associados;
- b) defender os direitos e os interesses da categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas;
- c) firmar acordos, contratos e convenções coletivas de trabalho, nos termos e condições previstos por lei;
- d) eleger ou designar seus representantes da jurisdição municipal ou na base territorial, de acordo com a legislação;
- e) colaborar com os poderes públicos, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução de problemas que se relacionam com o desenvolvimento socio-económico da sua área de atuação;
- f) colaborar com as entidades congêneres no sentido de obter a paz social e o progresso económico do município;
- g) receber as cotas que legalmente lhe couberem na distribuição da Contribuição Sindical, Contribuição Confederativa ou outra legalmente instituída;
- h) fixar e arrecadar a contribuição anual ou mensal dos associados;
- i) adotar medidas que permitam a completa implantação e manutenção da organização sindical no meio rural.

Art. 4º -

São deveres do Sindicato, além das obrigações inerentes aos seus objetivos e outros que a lei venha a prescrever:

- a) manter serviços de orientação e assistência aos associados, especialmente no setores jurídico, fiscal e trabalhista;
- b) propugnar pela maior harmonia, quanto aos interesses comuns, no âmbito da categoria;
- c) integrar-se aos trabalhos desenvolvidos pela Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FAEMG, a ela se filiando, com vistas ao fortalecimento e plena consolidação do sindicalismo rural no Estado.

An 5° -

Quanto ao seu funcionamento, o Sindicato atenderá as seguintes condições:

- a) proibição do desempenho da função de membro da Diretoria, cumulativamente com o de emprego remunerado nos quadros da entidade;
- b) proibição de reuniões, a qualquer título, em sua sede ou dependência, de qualquer agremiação ou grupo de índole político-partidária ou religiosa;

Art 58 -

Atendidas as normas legais, o Sindicato, a juízo de sua Assembleia Geral, poderá associar-se ou manter relações com entidades estrangeiras, quando de interesse da categoria econômica representada.

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 42 Pag: 3
Data: 23/01/1997

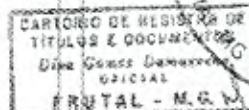
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



CAPÍTULO II

Admissão, Direitos e Deveres dos Produtores Associados

- Art. 7º - Poderão ser associados os produtores que exerçam suas atividades na base territorial de abrangência do Sindicato.
- § 1º - O produtor rural, pretendente a admissão como associado, instruirá seu requerimento com a prova idônea do seu atual e efetivo exercício de atividade rural.
- § 2º - Satisfeita a exigência deste artigo, a Diretoria do Sindicato decidirá a sua admissão como associado, quando lhe será expedida uma carteira sindical comprovando a condição de produtor associado.
- § 3º - A sua admissão somente poderá ser indeferida mediante justificção e a decisão será formalmente comunicada ao interessado.
- § 4º - Deste indeferimento caberá recurso a Assembleia Geral do Sindicato, no prazo de trinta dias, a contar da notificação do ato.
- § 5º - O associado que, por qualquer razão, vier a exercer suas atividades fora da base territorial do Sindicato, ainda assim poderá continuar a integrar o seu quadro de associados.
- § 6º - Se o produtor rural, não exercente de atividade mas com residência e domicílio na base territorial do Sindicato, pretender sua admissão como associado, esta será decidida pela Assembleia Geral, após manifestação da Diretoria da entidade.
- Art. 8º - Em livro próprio, devidamente autenticado, serão registrados os associados, com os dados necessários a sua identificação pessoal, assim como informações relativas a sua atividade.
- Art. 9º - Constituem direitos dos produtores associados:
- participar das reuniões da Assembleia Geral, discutindo e votando os assuntos em pauta;
 - submeter ao exame da Diretoria e da Assembleia Geral quaisquer questões de interesse econômico ou social, sugerindo as medidas que entenderem convenientes;
 - fazer uso dos serviços do Sindicato.
- Art. 10 - Constituem deveres dos produtores associados:
- cumprir o presente Estatuto, bem como as deliberações da Diretoria e da Assembleia Geral;
 - pagar a contribuição regularmente fixada pela Assembleia Geral;
 - concorrer, de modo geral, para o cumprimento dos objetivos sociais;

WALDIR NEVES JUNIOR
Diretor do Sindicato Rural de Frutal - MG
Data: 23/01/1997

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 43 Pag: 4
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG

CARTÓRIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
CIVIL
FRUTAL - MG



- d) respeitar as orientações emanadas pelo Sindicato;
- e) prestigiar o Sindicato por todos os meios ao seu alcance;
- f) pagar a Contribuição Sindical a Contribuição Confederativa Rural - CCR.

Art. 11 - Os produtores associados estão sujeitos as penalidades de suspensão de seus direitos associativos e de eliminação do quadro social, sendo-lhes assegurado recurso voluntário sem efeito suspensivo à Assembleia Geral, que apreciará a questão na reunião subsequente.

Art. 12 - Será suspenso do exercício de seus direitos o associado que:

- a) não estiver em dia com o pagamento das contribuições devidas;
- b) desacatar a Assembleia Geral ou a Diretoria ou suas decisões;
- c) não comparecer a três Assembleias Gerais consecutivas sem justa causa.

Parágrafo único - A desvinculação voluntária do quadro de associados implica obrigação de liquidação dos respectivos débitos para com o Sindicato até a data em que a mesma ocorrer.

Art. 13 - Poderá ser eliminado do quadro associativo, por decisão da Assembleia Geral, o associado que:

- a) deixar de efetuar o pagamento de suas contribuições, durante três exercícios consecutivos, se anual ou por seis meses também consecutivos, se mensal;
- b) desrespeitar os dispositivos estatutários;
- c) tomar-se indigno, pelos seus atos e procedimentos, de fazer parte do quadro social;
- d) abandonar a atividade rural

Art. 14 - A aplicação de penalidades, em qualquer caso, deverá ser precedida de audiência da parte interessada que poderá, por escrito, produzir defesa, sem efeito suspensivo, dentro do prazo de dez dias, contados da data da sua identificação.

Parágrafo único - A petição será dirigida ao Presidente do Sindicato.

Art. 15 - O produtor eliminado poderá voltar ao convívio do Sindicato, desde que, requerendo, se reabilite plenamente, a juízo da Assembleia Geral.

CAPÍTULO III

Organização, Administração e Condições de Funcionamento

Art. 16 - O Sindicato compreende os seguintes órgãos institucionais:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;

WALDEMAR PACHECO DE SOUZA
AGUARDADO - DAB - MG 31.862
Pres. do Sindicato 47 - Frutal - MG
Fone: (31) 3333-0001 - Cx. 040 000 000-07

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 45 - Pag: 6
Data: 23/01/1997

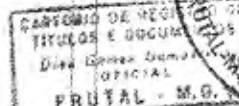
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



q) dissolver o Sindicato, com obediência ao disposto no artigo 19, § 4º e artigo 39 deste Estatuto;

r) reformar ou alterar este Estatuto, com obediência ao disposto no artigo 19, § 4º deste Estatuto;

s) atribuir encargos e tarefas específicas aos seus membros e aos da Diretoria, individualmente ou em grupo;

t) aprovar a indicação de nomes ou lista de nomes para representação da entidade ou da categoria econômica em órgãos oficiais ou não, quando, por determinação legal, lhe couber essa prerrogativa;

u) sobrestar o funcionamento da Diretoria, ou do Conselho Fiscal, ou de ambos, nos casos de grave violação estatutária, de discórdias internas que perturbem o livre exercício das atividades associativas, ou de dilapidação ou malversação do patrimônio social, designando Junta Administrativa ou Comissão Fiscal para substituí-los, observadas as disposições do artigo 19, § 4º, deste Estatuto;

v) aprovar a verba de representação do Presidente e demais Diretores se for o caso;

x) exercer todas as demais atribuições que lhe são conferidas na legislação vigente e neste Estatuto, assim como resolver casos omissos.

Art. 19 -

A Assembleia Geral se reunirá na forma que se segue:

a) ordinariamente, todos os anos, em maio e novembro, para deliberar sobre o relatório e contas da gestão financeira do ano anterior, sobre o orçamento de receita e despesas do exercício seguinte e sobre matéria de natureza técnica, administrativa ou de interesse da categoria;

b) extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente, pela Diretoria ou pela maioria dos associados, para exame de assuntos determinantes da convocação.

A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de dez dias, podendo esse prazo ser reduzido até três dias, desde que ocorra motivo relevante, a juízo do Presidente ou da Diretoria.

A convocação deverá constar de edital, que será afixado na sede do Sindicato e, se conveniente, em outros locais de afluência dos produtores rurais na base territorial, podendo ainda ser divulgado por outros meios, de tal forma a garantir a sua mais ampla divulgação;

Em primeira convocação, o plenário será considerado instalado se estiver presente a maioria dos produtores associados; e, após sessenta minutos, em

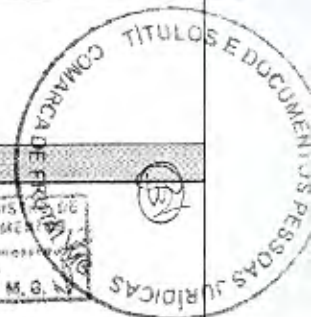
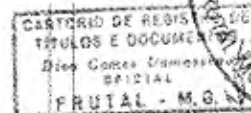
WALDIRA PACHECO DE SOUZA
ADVOGADA - OAB - MG - 127.194-1
Rua da Moura, 27 - Frutal - MG
Fone: (31) 3366-1111

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 46 Pag: 7
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



segunda convocação, funcionará com a presença de qualquer número de associados.

§ 4º - Para dissolução do Sindicato, sobrestamento do funcionamento da Diretoria ou do Conselho Fiscal, reforma do Estatuto e alienação de bens imóveis, será exigido o assentimento da maioria dos associados quites.

Art. 20 - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Sindicato, ou por seu substituto estatutário, assistido pelos Diretores Secretário e Tesoureiro ou, em suas faltas, por produtores convidados pelo Presidente.

Parágrafo único - Assessorarão a reunião os funcionários que se fizerem necessários, convocados pelo Presidente ou pelo plenário.

Art. 21 - As deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Parágrafo único - Em caso de empate nas votações abertas, o Presidente preferirá voto de qualidade definindo o resultado. Em escrutínio secreto, em caso de empate, proceder-se-á a nova votação.

Art. 22 - As atas das reuniões da Assembleia serão registradas em livro próprio, com as assinaturas dos membros componentes da mesa e de quem as redigiu, devendo ser discutidas e aprovadas, nas reuniões subsequentes.

SEÇÃO II

Do Delegado Representante

Art. 23 - Representará o Sindicato e seus associados, integrando o Conselho de Representantes da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FAEMG, o Presidente do Sindicato, seu substituto eventual ou o diretor titular que, por qualquer deles, em representação específica, vier a ser credenciado.

SEÇÃO III

Da Diretoria

Art. 24 - A Diretoria, órgão de direção geral do Sindicato, eleita com mandato de três anos, será composta de:

- a) Quatro membros titulares, a saber:
- Presidente
 - 01 Vice-Presidente
 - 01 Secretário
 - 01 Tesoureiro

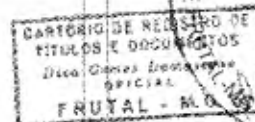
W. J. PACHECO JUNIOR
SINDICATO RURAL DE FRUTAL - MG
CNPJ nº 07.080.200/0001-01
Fone: (071) 2542-6000

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 47 Pag: 8
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



- b) Quatro membros suplentes
- Art. 25 - Em caso de afastamento do Presidente e Vice-Presidente, a nova Diretoria, nela já incluídos os suplentes, elegerá o novo Presidente e Vice-Presidente do Sindicato, bem como, definirá os demais cargos existentes.
- Art. 26 - A Diretoria compete dar execução às atividades administrativas do Sindicato.
- Art. 27 - Compete à Diretoria:
- a) supervisionar todas as atividades e os serviços do Sindicato;
 - b) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral;
 - c) aplicar aos produtores associados as penalidades previstas no artigo 12 deste Estatuto;
 - d) decidir sobre os pedidos de filiação de produtores que desejarem integrar-se ao quadro de associados;
 - e) apresentar à Assembleia Geral os orçamentos de receita e despesa, os pedidos de créditos adicionais e as propostas de aplicações de capital;
 - f) propor à Assembleia Geral a alienação ou oneração de bens imóveis e títulos de renda, obedecendo as formalidades legais;
 - g) opinar sobre os casos omissos a serem resolvidos pela Assembleia Geral;
 - h) indicar ou constituir representantes do Sindicato ou da classe representada, a qualquer título, perante órgãos ou entidades públicas ou privadas, ressalvados os casos previstos no item "f" do artigo 18;
 - i) deliberar sobre a proposição ou contestação de ações relacionados à defesa dos direitos e interesses, ainda que difusos, da categoria que representa, seja em questões judiciais ou administrativas;
 - j) encaminhar o relatório anual e as contas de cada exercício à Assembleia Geral para seu julgamento;
 - k) deliberar sobre os atos de administração patrimonial, inclusive autorizar a baixa ou venda de bem inservível e o aluguel de bens desnecessários aos serviços do Sindicato, obedecidas as formalidades legais;
 - l) autorizar contratos ou estabelecer critérios de realização de trabalhos em parceria com entidades do setor privado ou do setor público, desde que voltados para o interesse da classe ou do sindicato;
 - m) propor, se for o caso, o Regimento Interno do Sindicato à aprovação da Assembleia Geral;
 - n) expedir o Regulamento de Pessoal determinando os valores de seus salários e vantagens.

[Handwritten signature]
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR
Diretor do Sindicato Rural de Frutal - MG
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal - MG

Protocolo: 006494

Reg: 000635

Livro: A4

Folha: 48 Pag: 9

Data: 23/01/1997

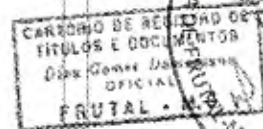
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR.

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



n) fixar o valor de taxas por serviços de caráter não gratuito prestados aos associados

§ 1º - Atendendo à urgência da matéria e manifesta conveniência do Sindicato, o Presidente, Secretário e Tesoureiro, em decisão tomada por maioria, poderão adotar qualquer das providências enumeradas nesta artigo, submetendo-a à ratificação da Diretoria na reunião seguinte.

§ 2º - Os suplentes de Diretoria e do Conselho Fiscal substituirão os titulares, temporária ou definitivamente, obedecendo-se a menção na chapa e ressalvando-se os critérios já contidos neste estatuto.

Art. 28 - A Diretoria reunir-se-á, segundo calendário que aprovar, nas datas previstas e sempre que for necessário por convocação do Presidente ou ainda, quando convocadas por pelo menos um terço de seus membros; todas convocações serão formais, por via postal ou direta.

§ 1º - As decisões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, em primeira convocação, com a presença mínima de mais da metade dos seus componentes e, em segunda convocação, com qualquer número, após o decurso de, pelo menos, uma hora.

§ 2º - Ao Presidente, nas reuniões da Diretoria, é assegurado o voto de qualidade.

Art. 29 - Compete ao Presidente:

- a) administrar o Sindicato, juntamente com os demais Diretores;
- b) presidir as reuniões da Diretoria e as da Assembleia Geral, orientando os debates, tomando os votos, proclamando os resultados e decidindo as questões de ordem;
- c) designar relatores, comissões e grupos de trabalho para quaisquer assuntos de alçada da Diretoria;
- d) determinar diligências e a audiência dos órgãos técnicos e administrativos da entidade, no preparo, exame e instrução dos processos;
- e) assinar a correspondência oficial, memoriais e representações;
- f) assinar, com o Tesoureiro, cheques, contratos ou quaisquer outros documentos que criem obrigações para a entidade, bem como, com o mesmo, determinar abertura de contas bancárias;
- g) autorizar, juntamente com o Tesoureiro, as despesas previstas no orçamento, ou delegar competência para esse fim, quando cabível;
- h) admitir, promover e demitir os servidores da entidade, dentro dos quadros aprovados pela Diretoria, na forma regimental e regulamentar;
- i) contratar serviços por prazos determinados, na forma da lei e nos limites do orçamento em vigor, quando autorizado pela Diretoria;

WALTER PACHECO JÚNIOR
Advogado - OAB - MG 31.186
Rua da Bahia, 41 - Frutal - MG
Fone: (35) 3204 - 0904 - 0904 440 440 47

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 49 Pag: 10
Data: 23/01/1997

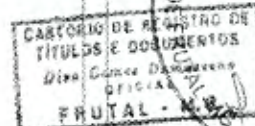
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



j) aplicar ao pessoal as penalidades previstas em lei e as sanções disciplinares;

l) convocar reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral, assinando as atas respectivas com os demais membros da mesa;

m) representar o Sindicato, em juízo ou fora dele e perante os poderes públicos, podendo, para esse fim, constituir procuradores, mandatários ou prepostos;

n) cumprir e fazer cumprir as resoluções da Diretoria e da Assembleia Geral;

o) designar os titulares de cargos ou funções de chefia;

p) submeter à Diretoria o relatório da gestão administrativa e do exercício financeiro para encaminhamento à Assembleia Geral.

§ 1º -

Ao Vice-Presidente, compete auxiliar o Presidente no desempenho de suas atribuições, exercendo os encargos que lhe forem cometidos e substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

Art. 30 -

Compete ao Secretário, além de outras atribuições que lhe forem confiadas pelo Presidente, as seguintes:

a) dirigir e fiscalizar os serviços administrativos;

b) secretariar as reuniões da Assembleia Geral e da Diretoria, redigindo as respectivas atas;

c) desempenhar missões de representação da entidade que lhe forem cometidas pelo Presidente;

d) assinar correspondência que lhe for cometida pelo Presidente;

e) diligenciar o que for necessário à realização das reuniões dos órgãos colegiados do Sindicato;

f) propor ao Presidente a ordem do dia das reuniões da Assembleia Geral e da Diretoria;

g) orientar os serviços de Secretaria e os de preservação da memória do Sindicato;

h) controlar o registro dos produtores associados.

Art. 31 -

Ao Tesoureiro compete a direção do órgão de execução das atividades financeiras do Sindicato, especialmente:

a) firmar recibo, dar quitação e efetuar pagamentos, assinando, com o Presidente, os documentos que exijam participação de ambos;

b) zelar pelos serviços de tesouraria e de contabilidade;

c) recolher em estabelecimento bancário os saídos de caixa que excederem aos limites fixados pela Diretoria;



Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 50 - Pag: 11
Data: 23/01/1997

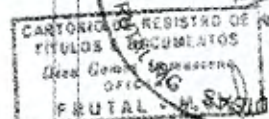
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



- d) apresentar, por ocasião das reuniões da Diretoria, um balanço da situação econômico-financeira da entidade;
- e) preparar e subscrever com o Presidente as peças contábeis integrantes do relatório anual.

SEÇÃO IV

Do Conselho Fiscal

Art. 32 - O Conselho Fiscal, eleito simultaneamente com a Diretoria, composto de três membros e igual número de suplentes, com mandato de três anos, é o órgão encarregado de examinar e acompanhar o movimento econômico-financeiro do Sindicato e reunir-se a toda vez que se fizer necessário, convocado pelo Presidente do Sindicato ou por maioria de seus membros, no mínimo duas vezes por ano.

Art. 33 - O Conselho Fiscal emitirá parecer sobre as seguintes matérias:

- a) balanços, relatórios, balanços e contas da gestão financeira anual;
- b) orçamento da receita e despesa de cada exercício e créditos adicionais solicitados;
- c) aplicação de fundos e gastos extraordinários;
- d) assuntos de natureza patrimonial ou contábil de relevante interesse do Sindicato.

Parágrafo único - Compete ainda ao Conselho Fiscal assinar, com o Presidente e Tesoureiro, anualmente, termos de conferência de valores em caixa, rubricando os competentes livros.

SEÇÃO V

Das Penalidades

Art. 34 - Terá o mandato suspenso pela Assembleia Geral o membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal que deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas, sem causa legítima, ou o que cometer falta ou irregularidade merecedora de tal providência.

Art. 35 - Será eliminado o membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal que:

- a) reincidir na falta prevista no artigo anterior;

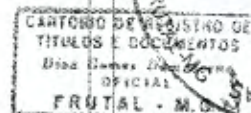
WALDEMAR PACHECO JÚNIOR
ADVOGADO - OAB - MG 31.194
Rua da Liberdade, 47 - Frutal - MG
Fone: 47-3202 - G.F. 049 093 8947

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 51 Pag: 12
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



- b) for condenado por má conduta profissional ou por prática de atos contra o patrimônio material, ou moral, do Sindicato;
- c) for condenado pela prática de crime infamante;
- d) patrocinar causa ou providência contra interesse fundamental e inequívoco da classe;
- e) violar dolosamente este Estatuto

Parágrafo único - A perda do mandato será declarada pela Assembleia Geral.

Art. 36 - Da aplicação de penalidades caberá recurso, nos termos do artigo 14 deste Estatuto.

CAPÍTULO IV

Rendas e Patrimônio

Art. 37 - Constituem rendas e patrimônio do Sindicato:

- a) contribuições arrecadadas pela forma e condições previstas em lei;
- b) contribuições dos associados;
- c) bens e valores adquiridos;
- d) aluguéis de imóveis e de equipamentos;
- e) juros de títulos e depósitos;
- f) doações e legados;
- g) rendas financeiras e eventuais.

Art. 38 - Os produtores associados não respondem pelas responsabilidades sociais do Sindicato.

Parágrafo único - Os atos que importem em malversação ou dissipação do patrimônio associativo serão apreciados pela Assembleia Geral e sujeitarão os administradores responsáveis à suspensão ou destituição, sem prejuízo do procedimento civil e criminal cabíveis.

Art. 39 - No caso de dissolução do Sindicato, operada nos termos deste Estatuto, a Assembleia Geral fixará o critério da destinação do patrimônio remanescente.

CAPÍTULO V

Processo Eleitoral

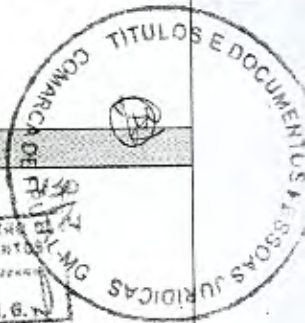
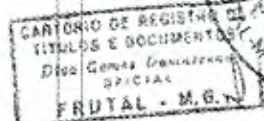
SEÇÃO I

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 52 Pag: 13
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



Dos Atos Preparatórios

- Art. 40 - Mediante voto secreto, compete à Assembleia Geral do Sindicato eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como os respectivos suplentes.
- Art. 41 - As eleições para os cargos de Diretoria e do Conselho Fiscal serão realizadas no período máximo de sessenta e mínimo de trinta dias que anteceder o término do mandato vigente.
- § 1º - As eleições serão convocadas pelo Presidente, com antecedência mínima de trinta dias e máxima de sessenta dias da sua realização, por edital, e nele se mencionarão obrigatoriamente:
- I - data, horário e local da votação;
 - II - prazo para registro de chapa;
 - III - prazo para impugnação de candidaturas
- § 2º - O Edital a que se refere este artigo deverá ser divulgado, a partir da data de sua expedição, devendo ser afixado na sede do Sindicato e, se conveniente, em outros locais de afluência dos produtores rurais na respectiva base territorial, podendo ainda o ser por outros meios, de tal forma a garantir o seu mais amplo conhecimento pelos associados.
- Art. 42 - O prazo para registro de chapas será de oito dias, contados do dia seguinte da data da afixação do edital de convocação.
- § 1º - O requerimento de registro de chapa, que constará nomes de candidatos para todos os cargos a serem preenchidos, deverá ser dirigido ao Presidente do Sindicato, protocolado em duas vias, e assinado por um dos seus integrantes.
- § 2º - Se algum candidato estiver inelegível por eventual irregularidade perante o Sindicato, o requerente do registro será notificado em dois dias para que, em igual prazo, promova sua substituição.
- Art. 43 - Encerrado o prazo sem que tenha havido registro de chapa, o Presidente do Sindicato, cancelando a convocação da eleição, convocará a Assembleia Geral para nomear a Junta Governativa que dirigirá a entidade a partir do término do mandato dos membros em exercício, devendo realizar nova eleição no prazo máximo de seis meses.
- Parágrafo único - A Junta Governativa será composta de três membros, sendo um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro, com as mesmas funções estatutariamente previstas para os respectivos diretores titulares, e escolhidos dentre elementos integrantes da categoria econômica rural.
- Art. 44 - Será recusado o registro da chapa que não conseguir habilitar um mínimo de dois terços do número total de candidatos a cargo de titulares e suplentes da Diretoria,

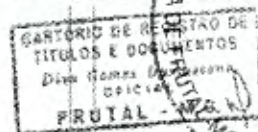
Recebido em 23/01/97
Cartório de Registro de Títulos e Documentos
Frutal - M.G.
Folha 52 de 52
Pág. 13 de 13

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 53 Pag: 14
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



bem como, em igual proporção, de candidatos aos cargos de titulares e suplentes do Conselho Fiscal.

Art. 45 - Encerrado o prazo para registro de chapas, o Presidente providenciará:

- a) a imediata lavratura da ata, que conterá todas as ocorrências do processo de registro e será assinada por ele e pelos diretores presentes e, facultada a assinatura por um candidato de cada chapa, mencionando-se as chapas registradas, de acordo com sua ordem numérica de inscrição;
- b) dentro de dois dias, a divulgação de edital contendo as chapas registradas, através dos mesmos meios de divulgação do edital de convocação;
- c) a composição da cédula única, na qual deverão figurar, em ordem numérica, as chapas registradas, com os nomes dos candidatos efetivos e suplentes;

SEÇÃO II

Das Inelegibilidades.

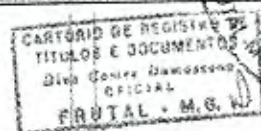
Art. 46 - Será inelegível o candidato que:

- a) não esteja associado ao Sindicato Rural há pelo menos seis meses;
- b) não estiver, desde doze meses antes, no exercício efetivo da atividade econômica rural;
- c) estar em débito com o Sindicato;
- d) não tiver aprovadas as contas relativas a sua eventual gestão do Sindicato em exercícios anteriores;
- e) for estrangeiro e não naturalizado;
- f) houver lesado dolosamente o patrimônio de qualquer entidade, comprovado mediante sentença judicial transitado em julgado;
- g) tiver sido condenado por crime doloso, enquanto persistirem os efeitos da pena;

SEÇÃO III

Do Eleitor

Art. 47 - Cada associado terá direito a um voto.



Parágrafo único - Para fins de elaboração de lista de votante, até três dias antes da data da realização da eleição, os associados deverão pagar suas obrigações sociais e eventuais débitos junto ao Sindicato.

Art. 48 - Para exercer o direito de voto o associado deverá:

- a) ter quitado sua anuidade ou mensalidade e demais débitos junto ao Sindicato;

é vedada a outorga de procuração quando houver mais de uma chapa registrada.

2ª. O voto de pessoa jurídica associada, será exercido por pessoa devidamente credenciada.

SEÇÃO IV

Da Mesa Eleitoral

Art. 49 - A Mesa Eleitoral, que terá funções de dirigir a Assembleia de eleição, recebendo e apurando os votos, será constituída de um presidente, dois mesários e um suplente, designados pelo Presidente do Sindicato dez dias antes do pleito.

Parágrafo Único - Os trabalhos da Mesa Eleitoral poderão ser acompanhados por um fiscal de cada chapa registrada, designado pelo respectivo candidato à presidência e escolhido dentre os eleitores.

Art. 50 - Não poderão ser nomeados para comporem a Mesa Eleitoral:

- a) os candidatos, seus cônjuges e parentes, até o segundo grau;
b) os membros da Diretoria e Conselho Fiscal.

Se, por qualquer razão, tiver que se ausentar o Presidente da Mesa, este designará um dos mesários para substituí-lo, de tal modo que sempre haja quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral.

§ 1º - A Mesa Eleitoral deverá estar com a sua composição completa aos atos de abertura e de encerramento da votação.

§ 2º - Não comparecendo o Presidente da Mesa Eleitoral até a hora determinada para início da votação, assumirá a presidência o primeiro mesário e, na sua falta ou impedimento, o segundo mesário e, na falta deste, o suplente.

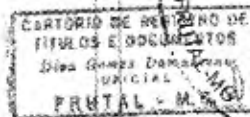
§ 3º. Poderá o mesário, ou o membro da Mesa Eleitoral que assumir a presidência, nomear ad hoc, dentre as pessoas presentes, e observados os impedimentos do artigo 52 os membros que forem necessários para completar a Mesa.

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 55 Pag: 16
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SÍNDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



Art. 52 - Somente poderão permanecer no espaço reservado à Mesa Eleitoral os seus membros, os fiscais designados, as assessorias requisitadas e, durante o tempo necessário à votação, o eleitor.

Parágrafo único - Nenhuma pessoa estranha à direção da Mesa Eleitoral poderá intervir no seu funcionamento durante os trabalhos de votação e apuração.

SEÇÃO V

Da Votação

Art. 53 - Na hora fixada no edital e tendo considerado o recinto e o material em condições, o Presidente da Mesa Eleitoral declarará iniciados os trabalhos.

Art. 54 - Os trabalhos da votação terão a duração prevista no Edital, mas poderão ser encerrados antecipadamente se já tiverem votado todos os eleitores constantes da lista de votantes.

Art. 55 - A votação será feita pela ordem de apresentação à Mesa, devendo o eleitor, depois de identificar-se, assinar a folha de votantes.

Art. 56 - Votação em separado os eleitores cujos votos forem impugnados e os que, embora em condições de votar, não constarem da lista de votantes.

Parágrafo único - O voto, quando em separado, será tomado em sobrecarta, em cujo anverso se anotarão as razões do fato.

Art. 57 - A hora determinada no edital para encerramento da votação, havendo no recinto eleitores a votar, serão estes convidados em voz alta a fazerem entrega ao Presidente da Mesa Eleitoral de documento de identificação, prosseguindo os trabalhos até que se chame para votar o último deles, quando será imediatamente encerrada a votação e se dará início aos trabalhos de apuração.

SEÇÃO VI

Do Quorum

Art. 58 - A eleição será válida se participarem da votação cinquenta por cento ou mais dos eleitores.

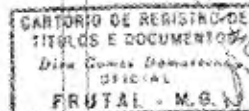
Parágrafo único - Em caso de chapa única, a eleição será válida se dela participarem, pelo menos, vinte e cinco por cento dos eleitores em condições de voto.

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 56 Pag: 17
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



- Art. 59 - Não sendo atingido o quorum para eleição válida, até a hora prevista para o encerramento da votação o Presidente da Mesa Eleitoral, fará inutilizar as cédulas e sobrecartas, sem as abrir e encerrará os trabalhos, lavrando-se a ata respectiva.
- Parágrafo único - Neste caso, o Presidente do Sindicato procederá de igual forma ao que está previsto no artigo 43

SEÇÃO VII

Da Apuração

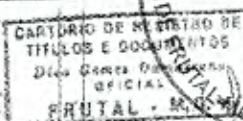
- Art. 60 - Atingido o quorum necessário, proceder-se-á a abertura da urna e a contagem dos votos.
- Parágrafo único - Os votos em separado, desde que decidida sua apuração, serão computados para efeito de quorum.
- Art. 61 - Contadas as cédulas da urna, a Mesa Eleitoral verificará se seu número coincide, com o da lista de votantes.
- § 1º - Se o número de cédulas for igual ou inferior ao de votantes que assinaram a respectiva lista, far-se-á a apuração.
- § 2º - Se o total de cédulas for superior ao da respectiva lista de votantes, proceder-se-á a apuração, descontando-se dos votos atribuídos à chapa mais votada o número de votos equivalentes as cédulas em excesso, desde que esse número seja inferior à diferença entre as duas chapas mais votadas.
- § 3º - Examinar-se-ão um a um os votos em separado, decidindo a Mesa Eleitoral, em cada caso, pela sua admissão ou rejeição.
- § 4º - Apresentando a cédula qualquer sinal, rasura ou dizer suscetível de identificar o eleitor, ou tendo este assinalado duas ou mais chapas, o voto será anulado.
- Art. 62 - Sempre que houver protesto fundado em contagem errônea de votos, vícios de sobrecartas ou de cédulas, deverão estas ser conservadas em invólucro lacrado, que acompanhará o processo eleitoral até decisão final.
- Parágrafo único - Havendo ou não protestos, as cédulas apuradas ficarão sob guarda do Presidente da Mesa Eleitoral, até proclamação final do resultado, a fim de assegurar eventual recontagem de votos.
- Art. 63 - Assiste ao eleitor o direito de formular, perante a Mesa, qualquer protesto referente a apuração.
- § 1º - O protesto poderá ser verbal ou por escrito, devendo, neste último caso, ser anexado a ata dos trabalhos.

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 57 Pag: 18
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



- § 2º - Não sendo o protesto verbal ratificado no curso dos trabalhos, sob forma escrita, dele não se tomará conhecimento.
- Art. 64 - Finda a apuração, ressalvado o disposto no artigo 67, o Presidente da Mesa Eleitoral proclamará eleita a chapa que obtiver maior número de votos e elaborará, de imediato, a respectiva ata, encerrando os trabalhos.
- § 1º - A ata mencionará obrigatoriamente:
- I - dia e hora da abertura e do encerramento dos trabalhos de apuração;
 - II - local em que funcionou a Mesa Eleitoral, com os nomes dos respectivos componentes;
 - III - resultado geral da apuração, especificando o número de associados em condições de voto, total de votantes, número de votos em separado, apurados ou não, cédulas apuradas, votos atribuídos a cada chapa, votos em branco e votos nulos;
 - IV - apresentação ou não de protestos, fazendo-se, em caso afirmativo, resumo de cada protesto escrito formulado perante a Mesa;
 - V - todas as demais ocorrências relacionadas com a apuração.
- § 2º - A ata será assinada pelo Presidente, demais membros da mesa e fiscais, esclarecendo-se o motivo de eventual falta de qualquer assinatura.
- Art. 65 - Se a soma dos votos brancos e nulos for superior ao total de votos recebidos pelas chapas concorrentes, não terá validade o resultado, devendo ser convocada nova eleição dentro de dez dias, obedecendo o disposto no Capítulo V.
- Parágrafo único - A convocação prevista neste artigo implicará automática prorrogação do mandato da diretoria até o trigésimo dia da realização da nova eleição.
- Art. 66 - Em caso de empate entre as chapas mais votadas realizar-se a nova eleição dentro do prazo de quinze dias, limitada ela às chapas em questão.
- Parágrafo único - Em caso de empate persistir, será declarada eleita a chapa encabeçada pelo candidato a Presidente mais idoso.

SEÇÃO VIII

Das Nulidades

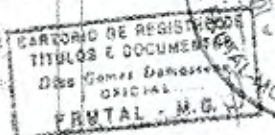
- Art. 67 - Será nula a eleição quando:
- a) realizada em dia, hora e local diversos dos designados no edital, ou encerrados antes da hora determinada, sem que hajam votado todos os eleitores constantes da lista de votantes;

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 58 Pag: 19
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



- b) realizada ou apurada perante Mesa Eleitoral não constituída de acordo com o estabelecido neste Estatuto;
- c) preferida qualquer formalidade essencial estabelecida neste Estatuto, ocasionando subversão do processo eleitoral;
- d) não for observado os prazos constantes do Edital ou deste Estatuto.
- Art. 68 - Será anulável a eleição quando ocorrer vício que comprometa sua legitimidade, importando prejuízo a qualquer candidato ou chapa.
- Art. 69 - Não poderá a nulidade ser invocada por quem lhe deu causa, nem aproveitará o seu responsável.

SEÇÃO IX

Da Comissão Julgadora

- Art. 70 - Com a finalidade de julgar as eventuais impugnações ou recursos, será instituída uma Comissão Julgadora, composta de três elementos indicados pela Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais.
- § 1º - Comissão Julgadora indicada designará entre os seus integrantes, um relator.
- § 2º - A Comissão Julgadora decidirá o processo até quarenta e oito horas após lhe submetido o processo em exame.
- § 3º - A decisão da Comissão Julgadora será formulada por escrito, com a necessária fundamentação, devendo ser subscrita pelos membros que dela participarem.

MAQUINADO PA. 200 DE STUBEN
AUX. J. C. M. 200 - NO 11 96
Folha: 58 - Pág: 19 - Data: 23/01/1997
Folha: 58 - Pág: 19 - Data: 23/01/1997

SEÇÃO X

Das Impugnações

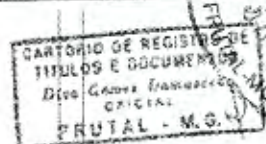
- Art. 71 - O pedido de impugnação de candidatura poderá ser feito no prazo de três dias, por qualquer associado, a contar da publicação das chapas registradas.
- Parágrafo único - O pedido de impugnação devidamente fundamentado será dirigido ao Presidente do Sindicato.
- Art. 72 - Cientificado, em dois dias, pelo Presidente do Sindicato, o candidato impugnado terá igual prazo para apresentar contra-razões.
- § 1º - Apresentadas as contra-razões, o Presidente do Sindicato, no prazo de dois dias, submeterá todo o processo, devidamente instruído, à Comissão Julgadora.
- Art. 73 - As impugnações serão decididas em caráter definitivo pela Comissão Julgadora.

Protocolo: 006494
Rcg: 000635
Livro: A4
Folha: 59 Pag: 20
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



Art. 74 - Julgada improcedente a impugnação, providenciará o Presidente do Sindicato a afixação de cópias do ato nos locais de votação, em lugar bem visível, para conhecimento dos eleitores.

Parágrafo único - O requerente da chapa, de que fizer parte candidato impugnado, poderá substituí-lo no prazo de vinte e quatro horas, podendo o substituto concorrer ao pleito, se habilitado.

SEÇÃO XI,

Dos Recursos

Art. 75 - O recurso poderá ser interposto, no prazo de cinco dias a contar do término da eleição, por qualquer associado.

Art. 76 - O recurso deverá ser protocolado na sede do Sindicato e dirigido ao seu Presidente.

Art. 77 - Deverá o Presidente do Sindicato anexar a primeira via ao processo eleitoral e encaminhar a segunda via dentro de dois dias, contra recibo, ao recorrido, para em dois dias apresentar contra-razões.

§ 1º - Findo o prazo estipulado, recebidas ou não as contra-razões do recorrido, terá o Presidente do Sindicato dois dias, para instruir o processo e encaminhá-lo à Comissão Julgadora.

Art. 78 - A decisão unânime da Comissão Julgadora é irrecorrível; quando nela houver voto divergente, caberá um último recurso à Assembleia Geral, no prazo de quarenta e oito horas, a contar de sua divulgação.

§ 1º - Para apreciação do recurso, a Assembleia Geral será convocada, nos termos deste estatuto, especialmente para proferir o seu julgamento.

§ 2º - O recurso não suspenderá a posse dos eleitos, salvo se provido por unanimidade e comunicado oficialmente ao sindicato antes da posse.

§ 3º - Se o recurso versar sobre inelegibilidade de candidato eleito, o provimento não implicará suspensão da posse dos demais, exceto se o número destes, incluídos os suplentes, não for bastante para o preenchimento de todos os cargos efetivos.

Art. 79 - Os prazos constantes do Capítulo V, do processo eleitoral serão contados de acordo com o Código de Processo Civil.

SEÇÃO XII

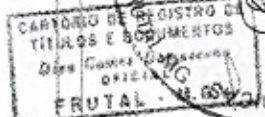
Outras Disposições do Processo Eleitoral

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 60 Pag: 21
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG



- Art. 80 - Compete a Diretoria, dentro de dez dias da realização das eleições e não tendo havido recursos, publicar o resultado da eleição, em edital.
- Art. 81 - A posse dos eleitos ocorrerá na data do término do mandato da administração anterior, prorrogado para o primeiro dia útil.
- Art. 82 - Anuladas as eleições, outras serão realizadas em cento e vinte dias após a publicação da decisão anulatória.
- Parágrafo único - Nesta hipótese, a Diretoria permanecerá em exercício até a posse dos eleitos, com exceção do membro que vier a ser responsabilizado, se for o caso.
- Art. 83 - Ao assumir o cargo o eleito prestará, por escrito e solenemente, o compromisso de respeitar o exercício do mandato, a Constituição, as leis vigentes e o Estatuto do Sindicato.
- Art. 84 - O processo eleitoral será arquivado na sede da entidade, pelo prazo mínimo de três anos.

Capítulo VI,

Disposições Gerais e Transitórias

- Art. 85 - O exercício social corresponderá ao ano civil.
- Art. 86 - O Sindicato, para atingir seus fins, e desempenhar-se das atribuições que lhe incumbem, disporá de serviços próprios, administrativos, jurídicos e outros de caráter técnico-consultivo, definidos e estruturados em Regimento Interno e Regulamento de Pessoal.
- Art. 87 - Autorizada pela Assembleia Geral, a Diretoria poderá determinar a substituição dos registros com forma determinada neste Estatuto por registros informatizados, desde que haja garantia da integral preservação dos mesmos e que sua adoção não fira disposições legais.
- Art. 88 - Este Estatuto, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em reunião realizada em 30/12/96, entrará em vigor a partir desta data.
- Assim para constar lavrou-se a presente ata que fida foi aprovada e assinada pelos presentes.

Arizon Rodrigues de Rezende

Nivaldo Pacheco de Moraes

Fernando Ribeiro Rodrigues

Protocolo: 006494
Reg: 000635
Livro: A4
Folha: 61 Pag: 22
Data: 23/01/1997

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: SINDICATO RURAL DE FRUTAL-MG

Ireny Menezes de Souza
Romeu Rodrigues de Rezende
Luz Roberto da Cruz
Osvaldo Batista de Mendonça
Mario Alves Pereira
Levy Palhares de Santana
Atílio Paparelli
Luiz Carlos Leonardo
Alessandro Andrade Ferreira
Bedas Constancio da Silva
Sudario Luiz de Paula
Dirceu Lopes Furtado
Heriberto Mendes da Silva
Veldomiro Alves Martins
Euclydes Castanhelra Nunes
Ademar Peterson
Euripedes Ribeiro da Silva
Alceu Magalhães Macedo
Rogerio Basso
Donimarques de Souza Alves
Geraldo Brito Franco
Luiz Carlos Alves
Antonio Gonçalves de Oliveira
Romo da Tólio

CARTÓRIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
DIRETORIA DE REGISTRO
OFICIAL
FRUTAL - M.G.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE FRUTAL - MG
Certidão que foi Registrada sob nº 635
no Livro A-4, de fls. nº 40641VP,
concentrada no Livro A-6, nº 6404, de fls. 69
a data de hoje, Dou. 16. Frutal (MG) 23/01/97
DIRETORIA DE REGISTRO
OFICIAL

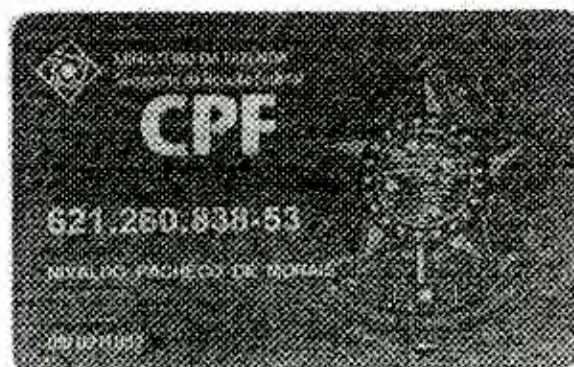
WALDIRA PACHECO DE SOUZA
Advogada - OAB MG nº 11.182
Rua 24 - Centro - CEP 06010-000

CARTÓRIO DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
DIRETORIA DE REGISTRO
OFICIAL
FRUTAL - M.G.

Dou. 16. Frutal, 16 de abril de 2019.
Mayara Oliveira Silva - escrevente

Código	Ata	Qtd.	Emolumento	ISS	Recomp.	TFJ	Total
6501-1	Certidão PJ	1	R\$17,75	R\$0,35	R\$1,07	R\$6,65	R\$25,82
6502-9	Folha Adicional PJ	21	R\$26,25	R\$0,42	R\$1,68	R\$5,67	R\$34,02
Total			R\$44,00	R\$0,77	R\$2,75	R\$12,32	R\$59,84

Podar Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça
1º Ofício Registro de Títulos e Documentos - PJ de Frutal/MG
Selo Número: CN946512
Código: 3009.0760.8440.5015
Total do doc: 11 - E-mail: 46.75.753-123@tjmg.jus.br
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8030

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o
original exibido em cartório em 04 de 2019
Frustrado 04 de 04 de 2019

Em test. de verificação
[Signature]

☒ Exato fac-símile de água - Escritura autêntica
☐ Não é R. Andrade - Escritura autêntica



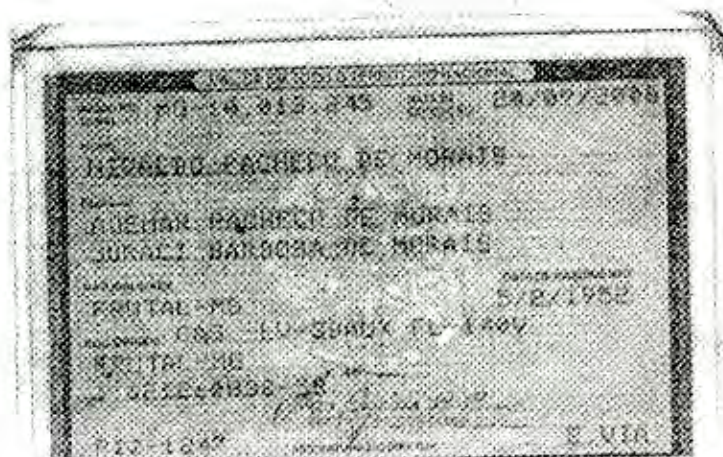
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8030

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o
original exibido em cartório em 04 de 2019
Frustrado 04 de 04 de 2019

Em test. de verificação
[Signature]

☒ Exato fac-símile de água - Escritura autêntica
☐ Não é R. Andrade - Escritura autêntica



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.254.420/0001-10 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 15/10/2009
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO VOLUNTARIA DE COMBATE AO CANCER DE FRUTAL-AVCC FRUTAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AVCC FRUTAL			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 87.11-5-04 - Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV RIO DE JANEIRO	NÚMERO 1079	COMPLEMENTO FUNDOS;	
CEP 38.200-000	BAIRRO/DISTRITO NOSSA SENHORA APARECIDA	MUNICÍPIO FRUTAL	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO AVCCFRUTAL@HOTMAIL.COM		TELEFONE (34) 9974-0846	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/10/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 05/10/2017 às 14:53:23 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Ata da Reunião Extraordinária da Associação Voluntária de Combate ao Câncer -AVCC - de Frutal, MG para a Eleição da Nova Diretoria para o Biênio 2017/2019. À 18:45h do dia 11 de maio de 2017, na sede da AVCC, situada na Avenida Rio de Janeiro 1079 fundos e pela Rua Pirajuba nº960, Bairro Nossa Senhora Aparecida, em Frutal, MG, reuniram-se os voluntários que assinam em folha separada desta, num total de 27(vinte e sete) voluntários presentes. Iniciando a pauta do dia a presidente Elisete Maria Martins solicitou a leitura da Oração dos Voluntários, cumprimentou e agradeceu a presença de todos e agradeceu à equipe que esteve junto a ela na coordenação desta instituição no biênio 2015/2017 que se encerra. Prosseguindo iniciou o processo de eleição em voto secreto e a chapa única foi eleita com 100% de aprovação, ficando assim definida a nova diretoria: **PRESIDENTE: ELIANA ALICE LIMA SILVA** – brasileira, solteira, professora – RG M-995.310 SSP/MG, CPF 463.371.726-04, residente a Rua Olavo Bilac, 462-Bairro Nossa Senhora Aparecida-FRUTAL/MG, CEP 38200-000.; **1ª VICE PRESIDENTE: GISLENE MARIA DA SILVA**, RG MG 5855289 SSP/MG, CPF 787.942.936-00 residente a Rua Capinópolis, 550, FRUTAL/MG, CEP 38.200-000., funcionária Publica, data de nascimento 26.03.1971, solteira; **2ª VICE PRESIDENTE: NAYARA ANDRADE PAIVA**; RG MG. 12.651.353 SSP/MG CPF 089.589.096-84, residente a Rua Capitão Benjamin Alves de Brito, 205, Bairro FRUTAL-MG., Administradora de Empresas, data de nascimento : 28/07/1987, solteira; **1ª SECRETÁRIA: MARY LUCY BATISTA MENEZES**, casada, brasileira, Empresária, RG 13238291 SSP/SP, CPF 427.839.096-34, residente a Avenida Brasil, 332-Bairro Nossa Senhora do Carmo-FRUTAL/MG-CEP 38.200.000. **2ª SECRETARIA: CÁTIA ALVES PEREIRA**, casada, brasileira, Auxiliar Administrativo Financeiro, RG M.7.883.002, CPF 002.701.906-35, residente a Rua Arédio Santana de Andrade, 1250, Bairro Alto Boa Vista, FRUTAL/MG, CEP 38.200-000, **1ª TESOUREIRA: ELISÉTE MARIA MARTINS**, brasileira, solteira, Auxiliar Administrativa, RG MG 1.020.056 SSP/MG, CPF 361.877.556-34, residente a Rua João Pinheiro, 461, centro, FRUTAL/MG, CEP 38.200-000, nascida em 16/02/1960.; **2ª TESOUREIRA: ROSANGELA PAULA ASSUNÇÃO**, RG MG.3.517.477 SSP/MG, CPF 638.221.136-20, com endereço Rua Minas Gerais 493, FRUTAL/MG., CEP 38.200-000, contabilista, nascida em 22.07.1966, solteira, **CONSELHO FISCAL: IVONE ANDRADE O. DE OLIVEIRA**, RG 24.386.784-0 SSP/SP, CPF 449.267.236-20, endereço Rua Deraldo Alves de Almeida, 165, Bairro Princesa Isabel II, FRUTAL/MG, CEP 38.200.000, Vendedora, casada; **CONSELHO FISCAL ADÃO INÁCIO TORRES**, RG M5.215.437 SSP/MG, CPF. 740.937.686-34, com endereço a Rua João Heitor de Assunção, 227, bairro Nossa Senhora do Carmo, FRUTAL/MG, policial militar, casado, **CONSELHO FISCAL: ELSON JOSÉ OLIVEIRA**, brasileiro, casado, mecânico de manutenção, RG 23.029.829-1 SSP/SP, CPF 496.520.446-87, residente Rua Deraldo Alves de Almeida, 165, Princesa Isabel II, FRUTAL/MG, CEP 38.200-000. **MIRIA MARLI BATISTA JULIANO** Conselho fiscal, brasileira, casada, empresária, RG 129.52.856 SSP/SP, CPF 446.381.086-87 residente a Rua Casemiro de Abreu, 457, Bairro Alto Boa Vista, FRUTAL/MG, CEP 38.200-000; **SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL: UANDERSON PEREIRA MENEZES**, -casado, brasileiro, contabilista, RG MG7251077 SSP/MG, CPF 718.950.516.49, residente a Rua Arédio Santana de Andrade, 1250, Bairro Alto Boa Vista, FRUTAL/MG, CEP 38.200-000; **REINÉRIO DO CARMO LEONEL**, casado, brasileiro, eletricitista, RG M938195 SSP/MG, CPF 191.695.586-04, residente a Rua Princesa Isabel 371, Bairro Princesa Isabel, FRUTAL/MG, CEP 338.200-000, e **BENEDITO APª SOARES OLIVEIRA**, CPF 045.726.438-14, RG: 11.086.973 SSP/SP, eletricitário, casado, residente Rua Wiron de Paula Gomes, 367, Bairro FRUTAL/MG., data nascimento: 01/09/1963. Em continuidade à pauta a presidente em exercício deu posse à nova diretoria e, em seguida, enalteceu cada voluntário com suas atribuições, dons e capacidades e presenteou com orquídeas a secretária da Instituição, Ione, em agradecimento à disponibilidade e presteza demonstrados durante sua gestão; a presidente eleita, Eliana Alice, cumprimentando-a em nome de toda equipe e

Eliana Alice Lima Silva
Lucia do Carmo Oliveira Silva



colocando-se à disposição no que se fizer necessário. Finalmente, sorteu uma orquídea entre os presentes numa homenagem simbólica a todos e a voluntária Luzia Lacerda foi contemplada. A seguir passou a palavra à nova presidente Eliana Alice que agradeceu a confiança depositada em sua pessoa, pediu ajuda, cooperação, união, paciência, apoio em decisões as mais diversas, parceria e humildade sem distinção destacando que todos somos voluntários, temos defeitos, somos propensos a erros e devemos procurar juntos os acertos. Tendo suas palavras reforçadas pelas vices Gislene e Nayara, que também agradeceram a todos pelo êxito da votação. A próxima reunião da equipe será dia 18 de maio. Nada mais havendo a tratar, lavro e assino. Frutal, 11 de maio de 2017. Lucia do Carmo Oliveira Silva, juntamente com a presidente empossada ELIANA ALICE LIMA SILVA.

Eliana Alice Lima Silva
Lucia do Carmo Oliveira Silva

Registro de Títulos e Documentos e PJ de Frutal/MG					
CNPJ: 02.186.218/0001-08					
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro					
Fone: (34)3421-2766					
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR -					
PROTOCOLO Nº 28342					
REG Nº 3064 - LIV A-48 - PÁG 260 -AV Nº 2					
Frutal, MG, 24 de agosto de 2017.					
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR - Oficial					
Parcela	Despesas	Emolumento	Recomp	TFJ	Total
Valor		123,39	7,37	43,55	174,31

Poder Judiciário - TJ/MG - Corregedoria-Geral de Justiça	
1º Ofício Registro de Títulos e Documentos e PJ de Frutal/MG	
Selo Número: BNE92518	
Código: 0718.0078.5404.7061	
Total de atos: 7 / Emol: 130,76 TFJ: 43,55 Total: 174,31	
Consulte a validade deste Selo no site: https://selos.tjmg.jus.br	

CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAR
PRACÇA T DE SETEMBRO, 378 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-2800

AUTENTICAÇÃO
Apresento xerocópia conforme com o original embo em cartório Onu 16
Frutal MG 28 de 03 de 2019

Em 2019 de 03 de 2019

☒ Exatidão Visamento de Assinatura - Exatidão material
☐ Nota Ap R. Autêntica - Exatidão material





ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER AVCC - FRUTAL

ESTATUTO

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Artigo 1º - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL, designada pela sigla **AVCC**, fundada em 16 de maio de 2009, com sede à Avenida Rio de Janeiro, 1079 - Fundos no Bairro Nossa Senhora Aparecida na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, é uma associação civil, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado.

Artigo 2º - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC), tem por finalidade a luta social no combate ao Câncer, com atividades administrativas e operacionais sob a responsabilidade de sua Diretoria Executiva, constituída em conformidade com o disposto no presente Estatuto, cuja, exequibilidade do serviço dar-se-á mediante o desempenho do Corpo de voluntários devidamente credenciados pela entidade.

Artigo 3º - Subdividir-se-ão, recursos técnicos e humanos que serão canalizados ao "Núcleo de Apoio" a serem instalados na Unidade Hospitalar São Judas Tadeu e Ambulatório Antenor Duarte Vilela, que dentre as suas atividades de rotina, abram espaço a Oncologia e suas diversas especializações, voltadas aos pacientes portadores de Câncer e outras necessidades, cujas diretorias manifestem interesse em contar com os serviços prestados pela AVCC.

Artigo 4º - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC) terá um Regimento Interno que, aprovado pela Diretoria, disciplinará o seu funcionamento.

Artigo 5º - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC), para cumprir suas finalidades, poderá se organizar em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, todas obedecendo este Estatuto e o Regimento Interno.

Parágrafo Único - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC) poderá criar também unidades de prestação de serviços visando a sua auto-sustentação, utilizando-se de todos os meios lícitos, aplicando o seu resultado operacional integralmente no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Artigo 6º - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC) é constituído por número ilimitado de associados denominados **VOLUNTÁRIOS**, maiores de 18 (dezoito) anos, de reconhecida idoneidade moral, admitidos mediante proposta subscrita por um Voluntário, e aprovada pela Diretoria em reunião ordinária;

Artigo 7º - O desligamento do associado voluntário ocorrerá:

- I) Por motivo de falecimento, de interdição e por ausência, na forma da lei civil;
- II) Voluntariamente, por requerimento escrito dirigido ao presidente;
- III) Compulsoriamente, nos termos do artigo 8º deste Estatuto.

Artigo 8º - O associado voluntário que infringir as normas deste Estatuto ou praticar ato que venha a prejudicar ou colocar em risco a existência, estrutura física ou moral, objetivos, e bom

Sede: Avenida Rio de Janeiro, 1079 - Fundos - Bairro N. Sra. Aparecida - Frutal/MG

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (31) 3421-8838

AUTENTICAÇÃO

A presente xerox copia confere com o
original exibido em cartório Dou M
Frutal em 28 de 03 de 2019

Em 1968

Francisco de Assis

☒ Exato Resumão de Regra - Exatidão Resumão

☐ Carta Ap. R. Andrade - Escritório Autenticação





ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER AVCC - FRUTAL

desenvolvimento e funcionamento da ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC) será passível de condenação nas seguintes penas:

- I) Advertência, verbal ou por escrito;
- II) Suspensão das atividades sociais pelo prazo de 10 (dez) a 30 (trinta) dias;
- III) Eliminação do quadro social.
- IV) O associado terá obrigação de comparecer no seu local de trabalho de acordo com a necessidade determinada pela Diretoria. Na omissão deste seu dever será de início advertido verbalmente no prazo de quinze (15) dias contados da sua falta; persistindo a sua omissão, será advertido por escrito no prazo de trinta (30) dias, contados da referida falta e ainda, persistindo o fato, será então eliminado do quadro social no prazo de sessenta (60) dias, contados também da mencionada falta. Qualquer outra violação do estatuto pelo associado, terá o mesmo procedimento e prazos quanto à sua notificação da pena aplicada.
- V) O associado que tiver duas (02) reclamações provenientes da Ouvidoria da Fundação Pio XII, será automaticamente excluído do quadro social
- VI) O associado que necessitar de afastamento das suas obrigações por justa causa, deverá notificar, por escrito e contra recibo, tal fato à Presidência da associação, justificando o afastamento. Se porventura, o afastamento superar o prazo de sessenta (60) dias, o associado deverá renovar a sua notificação à Presidência.
- 1º) Referidas penas serão aplicadas e fiscalizadas na sua execução pela Diretoria, precisamente na ordem crescente de sua severidade em equivalência com a gravidade do ato praticado pelo associado infrator;
- 2º) O associado será notificado pela Presidência, pessoalmente e por escrito, contra recibo ou protocolo, da pena que lhe foi aplicada. A presidência deverá notificá-lo no prazo de dez (10) dias do conhecimento da sua violação à norma estatutária.
- 3º) Caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, para a Assembleia Geral, pelo associado infrator punido com a pena de eliminação do quadro social;
- 4º) As demais penas poderão ser objeto de recurso, no mesmo prazo, para a própria Diretoria.

Artigo 9º - São direitos do associado VOLUNTÁRIO:

- I) Votar para cargos eletivos a partir da sua admissão e ser votado para os mesmos cargos após o prazo de carência de 02 (dois) anos da sua admissão.
- II) Participar das Assembleias Gerais;
- III) Propor para a Diretoria a admissão de novos associados;
- IV) Apresentar à Diretoria, sugestões que tenham por objetivo o progresso da ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER no seu funcionamento e desenvolvimento, bem como denunciar qualquer resolução que fira as suas normas estatutárias e regimentais.

Artigo 10º - São deveres do associado VOLUNTÁRIO:

- I) Manter conduta social e moral ilibadas;



ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CANCER AVCC - FRUTAL

- II) Comparecer nas Assembleias Gerais, delas participando e acatando as suas decisões;
- III) Desempenhar com amor e probidade os cargos para o qual foi eleito ou indicado e as tarefas que lhe forem confiadas;
- IV) Cumprir e respeitar as normas do presente Estatuto, do Regimento Interno e acatar as determinações da Diretoria, zelando pelo decoro e bom nome da ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL.
- V) Levar ao conhecimento da Diretoria todos os fatos que possam prejudicar a existência, a estrutura física e moral, e o bom funcionamento e desenvolvimento da ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC).

Artigo 11º - Os associados voluntários não respondem nem mesmo subsidiariamente pelos encargos da ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER (AVCC).

CAPITULO III - DOS COLABORADORES

Artigo 12º - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE BARRETOS (AVCC) manterá um quadro de colaboradores efetivos e eventuais, formado por pessoas que, sem os direitos dos voluntários, queiram auxiliar na manutenção das despesas, sustentação e desenvolvimento dos programas, projetos, atividades e tarefas da associação.

- 1º) Entende-se como colaborador efetivo aquele que se inscreva para contribuir, de forma periódica e constante, com recursos financeiros, de acordo com critérios estabelecidos pela Diretoria;
- 2º) Colaborador eventual é todo aquele que, ocasionalmente, colabora financeiramente ou auxilia, voluntária e gratuitamente, na realização das atividades da ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER (AVCC).

CAPITULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13º - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER (AVCC) será administrada:

- I) Pela Diretoria;
- II) Pelo Conselho Fiscal.
- III) Pela Assembleia Geral.



Artigo 14º - A Assembleia Geral, órgão soberano da vontade social, constituir-se-á de todos os voluntários.

Artigo 15º - Compete à Assembleia Geral:

- I) Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal:

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
RUA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
PAULISTA - SÃO PAULO - SP 05421-000

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia contém o original autêntico em cartório. Ou seja,

Em data 21 de 03 de 2015

Assinado por João de Deus de Paulista

☒ Fiel e fielmente ao original - Escritura pública

☐ Morte de R. Andrade - Escritura pública





ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CANCER AVCC - FRUTAL

- II) Decidir sobre as reformas do Estatuto e resolver casos omissos;
- III) Destituir membros da Diretoria e do Conselho Fiscal se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada;
- IV) Decidir sobre as contas anuais da **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC)**;
- V) Decidir sobre a extinção da **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC)**;
- VI) Decidir sobre a aquisição, permuta, alienação ou imposição de direitos reais, de gozo ou de garantia, no respeitante aos bens imóveis;
- VII) Decidir, em grau de recurso, os atos da Diretoria, inclusive sobre a pena de eliminação de associado.

Inciso 1º - Os voluntários que se candidatarem para o cargo de presidente, deverão apresentar seu nome, 15 (quinze) dias antes da assembleia geral da eleição, para conhecimento de todo o corpo de voluntários; fica deliberado que nas eleições, o voto será secreto.

Parágrafo único - Para as deliberações a que se referem os incisos II, III E VI, é exigido o voto concorde de dois terços dos associados presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Artigo 16º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente:

- I) Uma vez por ano, no mês de janeiro, para apreciar o relatório anual da Diretoria e discutir e homologar, ou não, as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal, no alusivo ao ano imediatamente anterior;
- II) Uma vez cada 2 (dois) anos, no mês de maio, para a eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Parágrafo único - A Assembleia Geral Ordinária será instalada pelo presidente da **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC)** e será presidida e secretariada por dois associados voluntários presentes, indicados pela Assembleia.

Artigo 17º - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente quando convocada:

- I) Pela Diretoria;
- II) Pelo Conselho Fiscal;
- III) Por requerimento de pelo menos 1/5 (um quinto) dos voluntários.

Artigo 18º - A convocação da Assembleia Geral será feita por edital, afixado na sede social e publicado na imprensa local, com a antecedência mínima de 7 (sete) dias, e que será assinado pelo Presidente ou, se for o caso, por todos os associados ou conselheiros que a convocarem.

Parágrafo único - A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a maioria dos Voluntários e, em segunda convocação, 1/2 (meia) hora mais tarde, com qualquer número de associados presentes.



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAR
PRINÇA 7 DE SETEMBRO, 210 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3431-0830

AUTENTICAÇÃO

A presente xerócopa contém com o
original exibido em cartão Dou fe
Em data 28 de 03 de 2019

Em que
Carla da Silva *da Silva* *da Silva*

☒ Estado Nacional de Mãe - Extrato Nacional

☐ Mãe de R. Andada - Extrato Nacional





ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CANCER AVCC - FRUTAL

Artigo 19º - A Diretoria será constituída pelo Presidente, 2 (dois) vice-presidentes, 2 (dois) Tesoureiros, 2 (dois) secretários.

- 1º) O mandato da Diretoria será de 2 (dois) anos, não podendo haver reeleição para um mesmo cargo;
- 2º) No caso de vacância dos cargos de vice-presidente, Tesoureiros ou Secretários por qualquer motivo, a substituição ocorrerá por indicação da Diretoria.
- 3º) Os cargos da Diretoria Executiva só poderão ser preenchidos por voluntários da cidade de Frutal.

Artigo 20º - Compete à Diretoria:

- I) Elaborar o programa anual das atividades e executá-lo;
- II) Elaborar e apresentar à Assembleia Geral Ordinária o relatório anual, as contas e o balanço financeiro;
- III) Entrosar-se com as pessoas jurídicas de direito público ou privado para a mútua colaboração nas atividades de interesse comum;
- IV) Aprovar a contratação e demissão de empregados;
- V) Aplicar aos voluntários infratores as penalidades previstas neste Estatuto;
- VI) Decidir sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens móveis.
- VII) Aprovar o Regimento Interno e suas alterações;

Artigo 21º - A Diretoria reunir-se-á 1 (uma) vez por mês ordinariamente e, se necessário, em caráter extraordinário em qualquer oportunidade, sempre com a presença, de no mínimo, de 5 (cinco) diretores:

- I) As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto da maioria dos diretores presentes e, no caso de empate, este será resolvido pelo voto de Minerva do Presidente da reunião;
- II) Não comparecendo na reunião o Presidente e o vice-presidente, ela será presidida pelo 1º Secretário.

Artigo 22º - Compete ao Presidente:

- I) Representar a **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE BARRETOS**, ativa, passiva, judicial e extra-judicialmente;
- II) Convocar e presidir as reuniões de Diretoria;
- III) Convocar a Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária para os objetivos do artigo 15 deste Estatuto;
- IV) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- V) Presidir a Assembleia Geral Extraordinária;
- VI) Instalar a Assembleia Geral Ordinária;
- VII) Contratar e demitir os empregados, após aprovação da Diretoria;



ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER AVCC - FRUTAL

- II) Ter sob a sua guarda, vigilância, zelo e responsabilidade todos os documentos, livros e arquivos pertinentes à Tesouraria;
- III) Efetivar as despesas autorizadas pelo Presidente e documentá-las;
- IV) Garantir o acesso e o exame de todos os documentos, livros e arquivos da Tesouraria, em qualquer tempo, ao Presidente e aos membros do Conselho Fiscal;
- V) Recolher em estabelecimento bancário da cidade de Frutal-MG, escolhido pela Diretoria, em conta corrente da **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL**, todo o dinheiro por ele arrecadado;
- VI) Assinar, juntamente com o Presidente expediente da Tesouraria, sobretudo cheque e demais títulos de crédito, balanço anual, balancete mensal e relatório financeiro;
- VII) Elaborar o balancete mensal, o balanço anual e demais relatórios financeiros que serão submetidos, oportuna e respectivamente, à apreciação e decisão do Conselho Fiscal, Diretoria e Assembleia Geral Ordinária, nos termos deste Estatuto;
- VIII) Apresentar relatório da receita e da despesa ao Conselho Fiscal, ao Presidente e à Diretoria, sempre que solicitado;
- IX) Prestar contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos, em conformidade com a legislação municipal, estadual e Federal.

Artigo 27º - Compete ao 2º Tesoureiro:

- I) Substituir o 1º Tesoureiro em suas ausências ou impedimentos;
- II) Colaborar com o 1º Tesoureiro no exercício das suas funções;
- III) Assumir o cargo de 1º Tesoureiro, até o final do respectivo mandato, no caso da sua vacância.

Artigo 28º - O Conselho Fiscal será composto por 4 (quatro) membros titulares e 4 (quatro) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, juntamente com a Diretoria e por igual período de mandato.

Parágrafo único - Em caso de vacância do cargo de Conselheiro Fiscal titular, assumirá o respectivo suplente, até o final do correspondente mandato.

Artigo 29º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I) Examinar os livros de escrituração;
- II) Examinar os balancetes mensais, os balanços e a prestação de contas anual apresentados pelo Tesoureiro e pela Diretoria, opinando a respeito.
- III) Colaborar com a Diretoria naquilo que for necessário, visando o bom andamento dos trabalhos da **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC)**.

Parágrafo único - O Conselho Fiscal se reunirá, ordinariamente, uma vez por ano, no mês de abril e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Sede: Avenida Rio de Janeiro, 1079 - Fundos - Bairro N. Sra. Aparecida - Frutal/MG



ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CANCER AVCC - FRUTAL

Artigo 30º - As atividades, competências ou funções dos Diretores, Conselheiros Fiscais, voluntários, Colaboradores, previstas neste Estatuto, serão totalmente gratuitas, sendo vedadas a eles o pagamento, pela **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC)**, de salário, bonificação, gratificação, vantagem ou benefício, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título.

CAPÍTULO VI – DA RECEITA

Artigo 31º - Constituem fontes de recurso da **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC)**:

- I) doações em dinheiro ou em espécie, legados e aluguéis;
- II) juros e rendimentos;
- III) promoções beneficentes;
- IV) vendas de produtos ou serviços realizados pelos voluntários e pacientes, tais como artesanatos, utensílios e quaisquer outras atividades que proporcionem recursos para o atendimento de suas finalidades.

Artigo 32º - A **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC)**, aplicará suas rendas, seus serviços e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e no desenvolvimento de seus objetivos.

Artigo 33º - A **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC)** não distribuirá resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma.

Artigo 34º - A **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC)** aplicará as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas.

Artigo 35º - Em caso de dissolução ou extinção, pagas todas as suas dívidas e cumpridas todas as suas obrigações legais, o eventual remanescente do seu patrimônio será incorporado à **FUNDAÇÃO PIO XII DE BARRETOS**, por doação.

CAPÍTULO VI – DA EXPANSÃO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO, DO SERVIÇO

Artigo 36º - A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC)**, procederá aos estudos visando a elaboração do Plano de Trabalho Integrado, objetivando a extensão dos serviços às cidades da Região e facultando aos Municípios a oportunidade de participação na programação desenvolvida pela **AVCC**.

Artigo 37º - Os municípios interessados em se agregarem a **AVCC**, terão personalidade jurídica própria, com Estatutos enfocando as peculiaridades locais, porém sem fugir aos objetivos gerais propostos nos programas da **AVCC**.

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
PRATA - MG. FONE (31) 3471-2630

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia compare com o
original exibido em cartório Ou id
Prata, MG, de 03 de 2019

Em 03 de 03 de 2019

Marcelo de Souza

☒ Exato resumo de tudo - Escritura Autêntica

☐ Não há R. Andrade - Escritura Autêntica





ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER AVCC - FRUTAL

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 38º - O presente Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse objetivo, observado o Artigo 15, Inciso II, Parágrafo Único, deste Estatuto.

Artigo 39º - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC) será extinta quando se torne absolutamente impossível a continuação de suas atividades, o que somente poderá ocorrer por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, observado o Artigo 15, Inciso VI, Parágrafo Único, deste Estatuto.

Artigo 40º - O exercício social compreenderá o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 41º - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC), como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, poderá firmar com o poder público ou outras organizações, Termo de Parceria visando cooperação entre as partes para a execução de atividades de interesse público.

Parágrafo único - a execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada e pelos respectivos Conselhos de Políticas Públicas.

Artigo 42º - A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC), não poderá firmar contrato com nenhum dos membros da sua Diretoria ou do Conselho Fiscal.

Artigo 43º - Por deliberação da Assembleia Geral, nos termos do Artigo 15, inciso III e Parágrafo único, deste Estatuto, os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal perderão os seus mandatos quando malversarem ou dilapidarem o patrimônio da ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE COMBATE AO CÂNCER DE FRUTAL (AVCC), violarem gravemente este Estatuto.

Artigo 44º - Os casos omissos, ou não previstos no presente Estatuto, serão resolvidos pela Diretoria, ou, a seu critério, em Assembleia Geral Extraordinária, isso na conformidade da natureza de cada assunto.

Frutal, 16 de maio de 2.009.

ANA PAULA SILVA FERREIRA COUTO
Presidente

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
FRUTAL - MG, 16 de maio de 2009
AUTENTICAÇÃO
A presente xerocópia contém uma
cópia autêntica do original, conforme
certificado de autenticidade nº 03 de 2009
Em 16/05/2009
[] Livro de Registro - Escrituras Públicas
[] Livro de Registro - Escrituras Públicas



222

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS 1615-2

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

 POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Eliana Alice Lima Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
ELIANA ALICE LIMA SILVA

Nº de inscrição
463371726-04

Data de Nascimento
04/08/50



1º TABELIONATO DE NOTAS

FRUTAL - MG

AUTENTICAÇÃO

Este é reprodução fiel da face do documento apresentado. Dou fé

FRUTAL MG 28 MAR 2015

Em test. da verdade

☒ José Benedito Roberto das Reis - Tabelião

☒ Fred Arlsten de Freitas - Escrivão

Selo de Fiscalização

AUTENTICAÇÃO

DXK 72450

1º TABELIONATO DE NOTAS

FRUTAL - MG

AUTENTICAÇÃO

Este é reprodução fiel da face do documento apresentado. Dou fé

FRUTAL MG 28 MAR 2015

Em test. da verdade

☒ José Benedito Roberto das Reis - Tabelião

☒ Fred Arlsten de Freitas - Escrivão

Selo de Fiscalização

AUTENTICAÇÃO

DXK 72451

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO DE CPF MG-995.310 DATA DE EMISSÃO 11/07/2015

Nome
ELIANA ALICE LIMA SILVA

Nome do pai
RUBEM SILVA

Nome da mãe
NEIZA APARECIDA LIMA SILVA

Localidade
PLANURA-MG

Data de Nascimento
4/8/1950

Documento
NASC. LV-5 FL-70

CPF
PLANURA-MG 463371726-04

Assinatura
Letícia Alessi Machado Rogêdo

Assinatura do Diretor
LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO

PTI-1615 2.VIA

LEI N. 7.116 DE 20/08/83

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura
Eliana Alice Lima Silva

ELIANA ALICE LIMA SILVA

S E R V I D O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 22/11/93



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.055.729/0001-72 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/09/1985
NOME EMPRESARIAL CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CEREA		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R JOAO HEITOR DE ASSUNCAO	NÚMERO 50	COMPLEMENTO
CEP 38.200-000	BAIRRO/DISTRITO BELA VISTA	MUNICÍPIO FRUTAL
UF MG		ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTABILIDADE.JR2014@BOL.COM.BR
TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 27/03/2019 às 17:23:06 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



AO

**CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA
COMARCA DE**

FRUTAL-MG.

O **CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRA (CEREA)**, sediada neste Município e comarca de Frutal, Estado de Minas Gerais, à Rua João Heitor de Assunção nº. 50, Bairro Nossa Senhora do Carmo, CEP.: 38.200-000, representada por seu presidente: **CELMO GARCIA DA SILVA**, brasileiro, casado, frentista, inscrito no CPF/MF. 900.613.816-91 e CIRG. M-7.721.452-SSP-MG., residente e domiciliado nesta cidade de Frutal-MG., à Rua Mauro Menezes da nº. 71, Bairro Francisco Moron, CEP.: 38.200-000, vem com o devido respeito e acatamento a presença de V. Sria., requerer o registro da Ata da Assembleia Geral da Eleição e Posse da Diretoria, junto ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas desta Comarca, para os fins necessários.

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Frutal/MG, 15 de janeiro de 2019.

Celmo Garcia da Silva

CELMO GARCIA DA SILVA

Presidente



**CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRACA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-8838**

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia confere com o original exibido em cartório Dou fé
Frutal-MG 27 de 03 de 2019

Em 2019 de 03 de 2019 da verificação

[Assinatura]

☒ Evêdo Nascimento de Aguiar - Escrevente Registrado

☐ Maria Ap. R. Andrade - Escrevente Autenticada

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS (CEREA) DA CIDADE DE FRUTAL, ESTADO DE MINAS GERAIS, PARA ELEIÇÃO E POSSE POR ACLARAÇÃO DA NOVA DIRETÓRIA PARA O BIÊNIO 2019/2020.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Centro de Recuperação de Alcoólatras – CEREA da cidade de Frutal-MG., para eleição e posse por aclamação da nova Diretoria para o biênio 2019/2020, em 28 de dezembro de 2018, reuniram-se os cereanos e membros da diretoria do Centro de Recuperação de Alcoólatras (CEREA) de Frutal Estado de Minas Gerais, entidade sem fins lucrativos com sede à Rua João Heitor de Assunção nº. 50, Bairro Nossa Sra. do Carmo, por convocação do atual Presidente o Sr. Luiz de Souza, a convocação foi feita através do edital afixado no saguão da sede do CEREA e vários órgãos públicos de nossa cidade, precisamente as 20(vinte) horas, o cereano e Presidente Luiz de Souza no uso de suas atribuições deu início aos trabalhos e ressaltou a presença do Vereador: Josimar Ferreira Campos, pediu a todos os presentes que se faça uma oração independente de sua religião e já de imediato fez a 1ª convocação conforme preceitua o artigo 21º do estatuto social e comunicando aos cereanos presentes que só teve a inscrição de uma chapa cujo candidato a Presidente é o Sr. Celmo Garcia da Silva, e que a eleição será realizada conforme normas Estatutárias podendo votar todos os cereanos com mais de 3(três) meses de ingresso no CEREA, maiores de 16(dezesseis) anos, independente da frequência a ser votados os cereanos maiores de 18(dezoito) anos, e que tenha mais de um ano de ingresso no CEREA, e 50% de frequência. Conforme determina as novas regras do Estatuto não haverá mais eleição com votação secreta, e sim sempre por aclamação. O Presidente Luiz de Souza leu o requerimento do registro da chapa que ficou da seguinte forma: Presidente: Celmo Garcia da Silva, Vice Presidente: Celio Garcia da Silva, Primeira Secretária: Maria de Fatima Ferreira, Segunda Secretária: Sonia Maria Batista, Primeiro Tesoureiro: Cristiano Ferreira Macêdo e Segunda Tesoureira: Glaucia Maria Ferreira, depois de informado a composição da chapa o Presidente Luiz de Souza, colocou em apreciação por aclamação e todos os presentes concordaram e aprovaram a composição da chapa que foi eleita e empossada para o biênio 2019 a 2020, o presidente eleito para o biênio 2018/2019 fez a prestação de contas que foi aprovada por todos os cereanos presentes, por todos os membros da diretoria e Conselho. Em sequência após constatar que na Assembleia estavam presentes mais de 60% dos filiados apitos a votos e havendo quórum conforme o artigo 21º do Estatuto. O Presidente eleito Celmo Garcia da Silva, agradeceu a presença de todos os presentes e ressaltou que sabendo das dificuldades que esta diretoria vai enfrentar, mas tenho certeza que eu e toda diretoria não vai medir esforços para dar continuidade aos trabalhos sociais que o CEREA desempenha, informou que o mandato desta diretoria será um mandato de muita união e que o Conselho Fiscal será composto da 07 (sete) membros sendo um Presidente: Valmir José de Souza e 06 (seis) membros sendo eles: José Elói da Silva, Euripedes Adão da Silva, Jamir de Souza, José Luiz Aguiar da Silva, Ricardo Luiz da Silva e Cicero Santos Araújo, ficou como Diretor de Patrimônio a Sra. Oracilda Aparecida Ferreira.

Nada mais havendo a tratar eu Celmo Garcia da Silva, Presidente do Centro de Recuperação de Alcoólatras (CEREA), encerro a reunião e peço que todos os presentes assinem a ata presente para que produza os efeitos legais a que se destina.

Celmo Garcia da Silva, Celio Garcia da Silva, Maria de Fatima Ferreira, Sonia Maria Batista, Cristiano Ferreira Macêdo, Glaucia Maria Ferreira, Valmir José de Souza, José Elói da Silva, Euripedes Adão da Silva, Cicero Santos, Ricardo Luiz da Silva, Jamir de Souza, José Luiz Aguiar da Silva, Oracilda Aparecida Ferreira, Samuel Ferreira Nunes, Katia Ferreira Lopes, Aracilda de Fatima Ferreira, Viviana Margarida B. Pires, Genivalda Ferreira da Silva, Juliana Ferreira da Silva.

AUTENTICAÇÃO
ANVERSO E VERSO

226

**QUALIFICAÇÃO DOS DIRETORES DO CENTRO DE RECUPERAÇÃO
DE ALCOÓLATRA (CEREA) DA CIDADE DE FRUTAL-MG., ELEITOS
EM 28/12/2018.**

PRESIDENTE: **CELMO GARCIA DA SILVA**, brasileiro, casado, frentista, inscrito no CPF/MF. 900.613.816-91 e CIRG. M-7.721.452-SSP-MG., residente e domiciliado nesta cidade de Frutal-MG., à Rua Mauro Menezes da nº. 71, Bairro Francisco Moron, CEP.: 38.200-000.

VICE-PRESIDENTE: **CELIO GARCIA DA SILVA**, brasileiro, viúvo, capaz, aposentado, inscrito no CPF/MF. 341.146.706-10 e CIRG. 19.872.665-SSP-SP., residente e domiciliado nesta cidade de Frutal-MG., à Rua Teodoro da Silveira nº. 364, Bairro Nossa Senhora do Carmo, CEP.: 38.200-000.

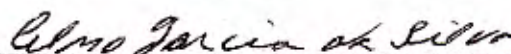
1º SECRETÁRIA: **MARIA DE FATIMA FERREIRA**, brasileira, solteira, maior, capaz, gari, inscrita no CPF/MF. 719.749.036-72 e CIRG. MG-11.189.085-SSP-MG., residente e domiciliada nesta cidade de Frutal-MG à Rua Luiz Eulálio da Silveira nº. 190, Bairro Princesa Isabel, CEP.: 38.200-000.

2º SECRETÁRIA: **SÔNIA MARIA BATISTA**, brasileira, viúva, capaz, aposentada, inscrita no CPF/MF. 053.877.936-52 e CIRG. MG-11.697.286-SSP-MG., residente e domiciliada nesta cidade de Frutal-MG, à Rua Cel. Alonso de Moraes nº. 313, Bairro Princesa Isabel, CEP.: 38.200-000.

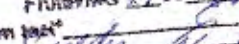
1º TESOUREIRO: **CRISTIANO FERREIRA MACEDO**, brasileiro, amasiado, capaz, padeiro, inscrito no CPF/MF. 478.111.886-00 e CIRG. MG-4.537.792-SSP-MG., residente e domiciliado nesta cidade de Frutal-MG, à Rua Senador Gomes da Silva nº. 596, Bairro Centro, CEP.: 38.200-000.

2º TESOUREIRO: **GLAUCIA MARIA FERREIRA**, brasileira, solteira, maior, capaz, do lar, inscrita no CPF/MF. 548.584.296-87 e CI. RG. 24.995.728-0-SSP-SP., residente e domiciliada nesta cidade de Frutal-MG, à Rua Zico Nogueira nº. 104, Bairro Nossa Sra. do Carmo, CEP.: 38.200-000.

Frutal/MG, 15 de janeiro de 2019.


CELMO GARCIA DA SILVA
Presidente



CARTÓRIO DO 7º OFÍCIO DE NOTAS
PRACAT DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (341) 3421-0930
AUTENTICAÇÃO
Apresenta xerocópia contra com o
original exibido em cartório Dou fe
Frutal/MG 27 de 03 de 2019
Em test. 
☒ Envido fisicamente da feitura - Exceção: Autenticada
☐ Idente Ao R. Andrade - Exceção: Autenticada



NOME DAS PESSOAS PRESENTES QUE ASSINARÃO A ATA DA
ASSEMBLÉIA GERAL REALIZADA EM 28/12/2018.

CELMO GARCIA DA SILVA, CELIO GARCIA DA SILVA, MARIA DE FATIMA FERREIRA, SÔNIA MARIA BATISTA, CRISTIANO FERREIRA MACEDO, GLAUCIA MARIA FERREIRA, VALMIR JOSÉ DE SOUZA, JOSÉ ELOI DA SILVA, EURIPEDES ADÃO DA SILVA, CICERO DOS SANTOS SOUZA, JAMIR APARECIDO DE SOUZA QUATRO, JOSÉLUIZ AGUIAR DA SILVA, ORACILDA APARECIDA FERREIRA, SAMUEL FERREIRA NUNES, NATALIA FERREIRA LOPES, ORAZILIA DE FATIMA FERREIRA, DIVINA MARGARIDA B PARROS, DENIZIA FERREIRA DA SILVA, JOSIMAR FERREIRA CAMPOS.

Nada mais havendo a tratar eu Luiz de Souza, Presidente do Centro de Recuperação de Alcoólatras (CEREA), assino a presente, para que produza os efeitos legais a que se destina.

FRUTAL-MG., 15 DE JANEIRO DE 2019

Celmo Garcia da Silva

CELMO GARCIA DA SILVA
Presidente



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
PRAÇA 7 DE SETEMBRO, 370 - CENTRO
FRUTAL - MG FONE (34) 3421-0930

AUTENTICAÇÃO

A presente xerocópia contém com a
original exibido em cartório. Dou fé
Frutal-MG, 15 de Jan. de 2019.

Em test. _____ de _____ de _____

- ☒ Exatidão do conteúdo da cópia - Exatidão material
☐ Mante a p. R. Andrade - Exatidão autêntica

Protocolo: 025663
 Reg: 000253
 Livro: A34 AV: 00004
 Folha: 197 Pag: 1
 Data: 25/02/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
 Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: CEEA-CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS FRUTAL

Certifico estar averbado neste cartório o documento abaixo, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de registro e livro acima.



ILMO SR. OFICIAL DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

O abaixo assinado, representante legal _____
 vem requerer a V. Sa. averbando os documentos anexados por ser o registro averbado
 de _____ da referida entidade

Termino em que
 P. deferimento,
 Frutal-MG, de _____ de _____

Assinatura

Nome por extenso

Cargo

Identidade

Endereço residencial

Protocolo: 025663
Reg: 000253
Livro: A34 AV: 00004
Folha: 198 Pag: 2
Data: 25/02/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: CEREIA-CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCÓOLATRAS-FRUTAL



CEREIA

CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCÓOLATRAS

Sede: Rua João Helder de Assunção nº 50
Bairro: Nossa Senhora do Carmo
Cidade: FRUTAL - MINAS GERAIS -
CEP: 38.700-000
Telefone: (34) 3421-0338
Nº de inscrição do CNPJ: 20.088.720/0001-72

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO PRIMEIRO

DA CRIAÇÃO, DENOMINAÇÃO E FINALIDADE

Artigo 1º. Sob a denominação de CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCÓOLATRAS - CEREIA, é constituída uma entidade civil de duração limitada, sem fins lucrativa, com sede própria, sito à João Helder Assunção, 50, Bairro: Nossa Senhora do Carmo, na cidade de FRUTAL, Estado de Minas Gerais.

Artigo 2º. São finalidades do CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCÓOLATRAS:

- a) A recuperação pela psicoterapia de grupo, em caráter filantrópico, de pessoas de ambos os sexos e de qualquer idade, dados ao vício do alcoolismo;
- b) O Centro de Recuperação não remunerará, nem criará vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, a seus diretores, conselheiros, sócios inscuosos, beneficiários ou equivalentes;
- c) Organizar e manter departamentos assistenciais para recuperados e recuperandos, proporcionando-lhes adaptações sociais aos familiares e à sociedade;
- d) Prestação de serviço gratuito, permanente e sem qualquer discriminação de eficiência, não projetos, programas, benefícios e serviços de assistência social;
- e) O transporte para conduzir os associados será feito no perímetro urbano, rural, assim também em visitas periódicas a outras cidades do Estado e fora dele.

Parágrafo Único. O Centro de Recuperação é sem fins lucrativos e não distribui resultados, dividendos, remunerações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Artigo 3º. Todos os membros do CEREIA, com ou sem função, não serão, em hipótese alguma remunerados, sendo que, as funções e cargos, não geram vínculo empregatício e que, seus ocupantes, são voluntários, cuja atividade é essencialmente filantrópica.

CAPÍTULO SEGUNDO

DOS RECUPERADOS - SEUS DEVERES E DIREITOS

Artigo 4º. O Centro de Recuperação constituir-se-á de entidade número de sócios, sob o nome de seus princípios.

Artigo 5º. Para admissão, o pretendente deverá fazer prova de seu desejo de renúncia ao vício do alcoolismo, com voto público e solene, declarando intenção de abster-se de qualquer bebida alcoólica.

Artigo 6º. Para a fundação do CEREIA, necessário será, autorização, por intermédio dos Coordenadores Regionais, do Presidente da Federação Mineira de CEREIA e do Presidente da Confederação Nacional de CEREIA (UNI CEREIA).

Dr. João Kennedy Mendonça
Advogado
OAB-MG 81.648

Protocolo: 025663
Reg: 000253
Livro: A34 AV: 00004
Folha: 199 Pag: 3
Data: 25/02/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: CEREÁ-CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCÓOLATRAS-FRUTAL



Parágrafo Único. Todos os CEREÁ são automaticamente filiados à UNI CEREÁ

Artigo 7º. São deveres dos Recuperados:

- Frequenter assiduamente as reuniões da Entidade, empenhando todos os esforços no sentido de total abstenção de bebidas alcoólicas, exemplificando e divulgando por todos os meios possíveis os ideais do Centro de Recuperação, suas finalidades e seus objetivos;
- Colaborar nos movimentos do Centro de Recuperação, em suas pregações e seus trabalhos de confraternização dos recuperandos;
- Obedecer às disposições contidas em Regulamento Interno do Centro de Recuperação

Artigo 8º. São direitos dos Recuperandos:

- Receber toda ajuda moral do Centro de Recuperação e de todos os seus componentes;
- Votar e ser votado para compor a Diretoria, na forma e condições previstas nos presentes Estatutos;
- Receber as seguintes condecorações: Diploma - 03 (três) meses, Carteira de associado - 06 (seis) meses e medalha - 01 (um) ano de abstinência;
- Recorrer às assembleias Gerais nos assuntos que envolvem sua responsabilidade pessoal ou que visem assegurar as finalidades do Centro de Recuperação.

Artigo 9º. O recuperado cuja conduta venha contrariar as finalidades do Centro de Recuperação, uma vez comprovado o seu procedimento após a verificação por um mínimo de três membros (recuperados), será convidado a excluir-se do quadro social e consequentemente afastado do Centro de Recuperação

Artigo 10º. São deveres dos CEREÁ para com a Federação:

- Aceitar as resoluções da Federação dentro dos limites do presente Estatuto;
- Atender as convocações para as Assembleias, em tempo hábil;
- Usar em seus impressos a sigla "UNI CEREÁ - Federação Mineira de CEREÁ";
- Ter hasteadas no local de reunião as bandeiras do Brasil, do Estado, do Município, da UNI CEREÁ, da Federação e do CEREÁ, sendo obrigatoriamente a do Brasil, da UNI CEREÁ, da Federação e do CEREÁ;
- Representar as aspirações e interesses da Federação em âmbito local;
- Mantier a Federação permanentemente informada sobre suas atividades, inclusive o registro, para tanto enviando relatórios trimestrais, cuja omissão está sujeita o que prescreve o Art. 9º do Estatuto da Federação Mineira de CEREÁ.

Artigo 11º. São direitos dos CEREÁ:

- Receber, quando conveniente e dentro das possibilidades cabíveis, toda assistência que fizer necessária para o bom desempenho de seus objetivos;
- Criar em casa, chácara e albergue de recuperação alcoólica, com recursos próprios ou doações feitas, tendo os doadores de envolver prerrogativas prioritárias para usufruir do fim específico da Entidade, até dois (02) mandatos consecutivos sem conduta, causar transtorno e prejuízo à finalidade fim.

CAPÍTULO TERCEIRO

DA DIRETORIA DO CEREÁ E DE SEU CONSELHO FISCAL
COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES E MANDATOS

Artigo 12º. A diretoria será composta das seguintes membros: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros, Relações Públicas, Presidente de Honra e Assessor Jurídico.

Artigo 13º. Nas eleições para renovação da Diretoria, somente poderão votar e ser votados os sócios admitidos na forma do Artigo 4º deste Estatuto e com tempo legal de admissão nunca

Dr. João Kennedy Mendes
Advogado
OAB-MG 61.668

Protocolo: 025663
Reg: 000253
Livro: A34 AV: 00004
Folha: 200 Pag: 4
Data: 25/02/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR.

Livro A

Apresentante: CEREIA-CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS-FRUTAL



inferior a um ano.

Parágrafo 1º. Para reeleição, o presidente em exercício, deverá fazer antes do registro de sua candidatura, a devida prestação de conta, tendo esta de ser aprovada pela Diretoria e Conselho Fiscal, caso contrário, não poderá concorrer à reeleição.

Parágrafo 2º. Os candidatos a qualquer cargo ou função junto a Diretoria ou Conselho Fiscal, que tiver respondido processo criminal ou civil, este quando afetar a moral ou personalidade do interessado ou condenado por sentença transitada em julgado, ainda cumprindo a condenação, não poderão concorrer ou ser indicado para o fim pretendido.

Parágrafo 3º. Entre o Presidente e o Tesoureiro, não poderá haver nenhum grau de parentesco.

Artigo 14º. O mandato de cada Diretoria será de (02), dois anos, e permitida a reeleição (01) uma vez de seis meses no todo ou em partes, conforme preceitos Estatuto da Confederação.

Parágrafo 1º. Poderá ser votado para presidente do CEREIA, e Conselho Fiscal o cereiniano que tiver no mínimo (01)um ano de CEREIA e no mínimo 50% de presença nas reuniões anteriores, podendo votar os cereinianos com mais de 16 (dezasseis) anos, que tenha (03) três meses de abstinência, independente de frequência.

Parágrafo 2º. Somente poderá concorrer as eleições o cereiniano, conforme preceitos parte inicial do parágrafo anterior, enviando carta a diretoria vigente, manifestando o seu desejo de concorrer ao cargo, registrada na Secretaria da Federação com antecedência mínima de 16 (dez) dias da data da eleição.

Parágrafo 4º. Ficam deliberadas pela Assembleia Geral, as seguintes alterações Estatutárias neste capítulo:

- O mandato da Diretoria será de 02 anos com direito a uma reeleição.
- Chape branca por aclamação.
- Não terá disputa com votos.
- Conselho Fiscal será apenas 08 sendo, 01 Presidente, 04 Efetivos e 03 Suplentes.
- A cor Azul escura será predominante no Cereia.
- Se porventura estiver respondendo processos não poderá se candidatar.
- Para se candidatar a Presidente, tem que ter pelo menos 50% de frequência.
- Para participar das Aclamações, tem que ter 30% de frequências.
- Cereinianos com direito a voto, deverão ter acima de 16 anos.
- Recomenda-se para ser candidato a Presidente ter no mínimo 06 anos de abstinência de bebida alcoólica.

Parágrafo 5º. As eleições do CEREIA deverão ser realizadas no período de 10 a 31 de dezembro, sabendo ao Presidente em exercício dar posse ao Presidente eleito nos primeiros dias de janeiro, cujas convocatórias serão feitas com antecedência de 20 (vinte) dias, através de comunicação escrita, falada, tele-visual ou por edital afixado em local escolhido previamente, de preferência, o mais central.

Artigo 16º. As reuniões ordinárias da Diretoria serão mensais as extraordinárias quando se ficarem necessários.

Artigo 16º. O diretor que faltar a três reuniões consecutivas sem motivo justo e aceito pela direção perderá seu mandato, caso em que sua vaga será preenchida por um suplente escolhido pela Diretoria.

Artigo 17º. Que as atividades dos diretores e conselheiros ou instituidores, bem como os dos sócios serão inteiramente gratuitos, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, bonificação ou vantagem.

Parágrafo Único. Que a totalidade das rendas apuradas será destinada ao atendimento gratuito do

Dr. João Kennedy Mendonça
Advogado
OAB-MG 63.648

Protocolo: 025663
Reg: 000253
Livro: A34 AV: 00004
Folha: 201 Pag: 5
Data: 25/02/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: CEREIA-CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS FRUTAL



instituição.

Artigo 18º. Não será permitida a representação do recuperado em reuniões ou assembleias através de procuração, carta ou autorização.

Artigo 19º. As decisões da Diretoria serão consideradas por maioria de votos, cabendo ao presidente voto para desempate.

CAPÍTULO QUARTO

DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 20º. Haverá uma Assembleia Geral Ordinária anual para apreciação das contas e do relatório do exercício findo, bem como para eleição da nova Diretoria, sendo efetuadas na segunda quinzena do mês de dezembro e a posse dar-se-á nos primeiros dias do mês de janeiro, conforme o parágrafo 5º do Art. 14º.

Artigo 21º. As Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias somente poderão ser realizadas em primeira convocação com o comparecimento mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos recuperados capacitados e em condições de votar.

Artigo 22º. Inexistindo número legal para a realização das mencionadas assembleias, convocar-se-á outra, no mesmo local e após uma hora, podendo esta realizar-se com qualquer número de sócios presentes e em condições de exercer o voto.

Artigo 23º. As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente da Diretoria vigente, devendo este colocar após a abertura dos trabalhos a presidência à disposição do plenário que a seguir indicará um recuperado para presidir-lhe ou poderá também manter o mesmo presidente.

Artigo 24º. As assembleias Gerais extraordinárias poderão ser convocadas por vontade da Diretoria, mediante aviso, decorrendo os motivos, publicando na imprensa local ou ainda comunicação escrita a cada um dos recuperados, sempre com prazo de 5 (cinco) dias de antecedência.

Parágrafo Único. Serão tomadas iguais providências no caso de Assembleias Ordinárias.

Artigo 25º. Os recuperados poderão convocar assembleias gerais extraordinárias mediante requerimento assinado por um mínimo de 2/3 (dois terços) dos sócios aptos a voto, sempre se informando o motivo da convocação.

Artigo 26º. Somente poderá ser votado ou fazer parte da diretoria a pessoa que, sendo recuperado do vício do alcoolismo, tenham seus direitos em ordem.

Artigo 27º. Este Estatuto poderá ser reformado em qualquer época no todo ou em parte, em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e com a aprovação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos recuperados, desde que preserve o padrão do Estatuto da Federação e da Confederação.

CAPÍTULO QUINTO

DA ADMINISTRAÇÃO E DEVERES DOS DIRETORES

Artigo 28º. O Centro de Recuperação será administrado por uma Diretoria composta de 1 (um) presidente, 1 (um) vice-presidente, 1 (um) primeiro secretário, 1 (um) segundo secretário, 1 (um) primeiro tesoureiro, 1 (um) segundo tesoureiro, 1 (um) Relações Públicas, 1 (um) Assessor Jurídico, 1 (um) Conselho Fiscal que será composto de 7 (sete) membros efetivos, elegendo estes um presidente e um vice-presidente e 5 (cinco) suplentes.

Artigo 29º. É atribuição da Diretoria:

- a) Convocar as Assembleias Gerais;
- b) Resolver todas as questões da administração e tomar medidas necessárias e convenientes;

Dr. João Kennedy Mendes
Advogado
OAB-MG nº 846

Protocolo: 025663
Reg: 000253
Livro: A34 AV: 00004
Folha: 202 Pag: 6
Data: 25/02/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR

Livro A

Apresentante: CEREIA-CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS-FRUTAL



ao bom desempenho e aplicação das finalidades do Centro de Recuperação:

- Admitir recuperação ou exclusão nos casos previstos;
- Zelar pela conservação do patrimônio social e pelo conceito da Entidade de Recuperação;
- Elaborar o regimento interno do Centro de Recuperação, fazendo com que o mesmo seja rigorosamente cumprido e obedecer todas as disposições dos presentes estatutos;
- Resolver todas as causas omissas, recomendando, quando necessário, o auxílio do Coordenador Regional designado para a região;

Artigo 30: As reuniões da diretoria somente terão validade com o comparecimento no mínimo de 3 (três) diretores.

Artigo 31: Ao Presidente compete:

- Presidir as reuniões da diretoria e assembleia geral;
- Ratificar os atos do Centro de Recuperação, assinar atos e demais documentos, bem como, em conjunto com o tesoureiro, movimentar contas bancárias do Centro de Recuperação, fazendo depósitos ou retiradas, emitindo cheques, efetuando pagamentos devidamente autorizados;
- Elaborar um relatório circunstancial de todos os acontecimentos de sua gestão apresentando-o à diretoria e à assembleia geral ordinária na segunda quinzena do mês de dezembro de cada ano;
- Resolver, junto à diretoria, as questões administrativas do Centro de Recuperação, tomando medidas necessárias e convenientes ao bom desempenho e aplicação das finalidades da Entidade, podendo inclusive, juntamente com a Diretoria e Conselho Fiscal, destituir das funções, bem como excluir do CEREIA os fatos inconvenientes com os princípios e normas do CEREIA;
- Admitir a fusão de novos núcleos, quando estritamente necessário, com prévia autorização, por intermédio dos Coordenadores Regionais, da Federação Mineira, bem como da Confederação Nacional do CEREIA. Sendo constituído para os membros uma diretoria encabezada por um Coordenador do núcleo e Conselho Fiscal constituído de 7 (sete) conselheiros e 4 (quatro) suplentes;
- A eleição da Diretoria e Conselho Fiscal dos núcleos obedecerá aos mesmos critérios do Estatuto da Federação, com exceção dos chapés que terão que ser registrados junto à Secretaria do CEREIA local;
- Representar o Centro de Recuperação em Juízo ou fora dele, defendendo-o em quaisquer ações que lhe forem propostas e para tanto constituindo advogados, contratando honorários, após consulta e assentimento dos demais membros da direção;
- Zelar pela conservação e preservação do patrimônio social e pelo bom conceito da Entidade;
- Ratificar os regimentos internos da Federação e do CEREIA, fazendo com que os mesmos sejam rigorosamente cumpridos, obedecendo todas as disposições do presente Estatuto;
- Não permitir, em hipótese alguma, venda de bebida alcoólica em quaisquer dependências ou não do CEREIA em evento que use sua sigla;

Artigo 32: Ao vice-presidente compete:

- Auxiliar o presidente em suas atribuições;
- Substituí-lo em suas faltas e impedimentos;

Artigo 33: Ao primeiro Secretário compete:

- Organizar e manter em perfeita ordem toda correspondência do Centro de Recuperação, registro dos recuperados, redação dos atos e demais serviços de expediente e administrativo;
- Dirigir, a falta do presidente e vice, as reuniões ordinárias mensais, relatando após todo o ocorrido;

Artigo 34: Ao primeiro Tesoureiro compete:

- Effectuar quaisquer recebimentos ou pagamentos, sempre em nome do Centro de Recuperação e com aprovação da diretoria;
- Assinar com o presidente todos os documentos que representem valores, especialmente depósitos ou retiradas de dinheiro em estabelecimentos bancários;
- Manter em boa guarda e conservação todos os valores móveis e imóveis de propriedade

5

Dr. João Luiz Pacheco Junior
Advogado
OAB-MG 53.344

Protocolo: 025663
Reg: 000253
Livro: A34 AV: 00004
Folha: 203 Pag: 7
Data: 25/02/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: CEREÁ-CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS-FRUTAL



- do Centro de Recuperação
- d) Exibir, transparentemente, sempre que for solicitada, dentro das normas exigidas pela Diretoria, a situação econômica e administrativa do Centro de Recuperação;
 - e) Apresentar anualmente, um balanço do Centro de Recuperação, como forma de prestação de contas, em Assembleia Geral, a todos os associados.

Artigo 35º. Aos seguintes secretário e tesoureiro compete:

- a) Auxiliar, respectivamente, aos primeiros de seus cargos;
- b) Substituí-los em suas faltas ou impedimentos;

Artigo 36º. Ao Relações Públicas compete:

- a) Divulgar, através dos meios de comunicação, com prévia autorização da Diretoria, o CEREÁ;
- b) Promover necessariamente intercâmbio entre CEREÁ;
- c) Promover entre associados, um ambiente sadio e amigável, usando para tanto, dos meios disponíveis para promoção de eventos;
- d) Buscar, sempre que necessário, a compreensão e harmonia de seus pares, contribuindo assim, para o bom desempenho e equilíbrio do Centro de Recuperação de Alcoolatras.

Artigo 37º. Compete ao Presidente da Honra:

- a) Representar bem o CEREÁ onde quer que esteja;
- b) Criar um ambiente sadio e insubstituível, proporcionando aos associados e visitantes, credibilidade e confiança na Entidade.

Artigo 38º. Compete ao Assessor Jurídico:

- a) Representar e defender juridicamente, sempre que necessário, o CEREÁ, usando de todos os meios necessários e cabíveis;
- b) Fazer a devida prestação das custas Processuais e despesas extras, inerente a defesa do CEREÁ.

CAPÍTULO SEXTO

DO CONSELHO FISCAL - ELEIÇÕES E MANDATO

Artigo 39º. O Conselho Fiscal será eleito e empossado pelo mesmo critério da Diretoria.

Artigo 40º. A duração do mandato será a mesma da Diretoria, ou seja, 02 (dois) anos, com início e término na mesma data, sendo que as eleições realizar-se-ão na Segunda quinzena do mês de dezembro.

Artigo 41º. Será composto de 07 (sete) membros efetivos e 05 (cinco) suplentes, cabendo a escolha do Presidente e Vice-Presidente, dentre os membros efetivos, entre si, no mesmo dia da eleição ou já, se for o caso, previamente manifestadas.

Artigo 42º. Ao Conselho Fiscal compete:

- a) A fiscalização permanente dos atos da diretoria, reconhecendo ou não a exatidão de suas contas, bem como de sua situação;
- b) Proceder a revisões periódicas, sem prejuízo de todas as escritas do Centro de Recuperação, elaborando relatórios a respeito, recomendando ou não aprovação;
- c) Os balanços do Centro de Recuperação somente terão efeito legal, depois de examinados e aprovados pelo Conselho Fiscal, que envia o parecer à Assembleia;
- d) Não usar desnecessariamente de sua prerrogativa, evitando assim, embaraços para administração da Diretoria;
- e) É facultativo ao Conselho Fiscal, seu comparecimento às reuniões da Diretoria, devendo, quando necessário, ser convocado pela Diretoria e vice-versa.

CAPÍTULO SÉTIMO

DO PATRIMÔNIO SOCIAL

5

Dr. João Batista Mendes,
Advogado
OAB-MG 82.546

Protocolo: 025663
Reg: 000253
Livro: A34 AV: 00004
Folha: 204 Pag: 8
Data: 25/02/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: CEREÁ-CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS-FRUTAL



Artigo 43: O patrimônio será constituído por valores em moedas, imóveis, dinheiro, títulos e quaisquer outros que o Centro de Recuperação venha a adquirir por doação, herança ou legado.

Artigo 44: O patrimônio social não poderá ser alienado ou onerado, no todo ou em parte, salvo em caso de comprovada necessidade do Centro de Recuperação ou tendo em vista o seu evidente progresso social.

Artigo 45: A decisão da diretoria com referência à hipótese prevista no artigo anterior somente será válida se ratificada por 2/3 (dois terços) dos associados após a opinião em assembleia geral especialmente convocada para tal fim.

CAPÍTULO OITAVO

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 46: A sigla CEREÁ tem o seguinte significado: "CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS".

Artigo 47: O CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS terá duração ilimitada.

Artigo 48: O CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS não será extinto enquanto houver um mínimo de 5 (cinco) recuperados que se propõem à manutenção.

Artigo 49: O CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS, embora se disponha a colaborar desinteressadamente com qualquer outra entidade similar, declara-se independente de suas congêneres, sendo vedada sua fusão, sob qualquer pretexto, e qualquer outra organização.

Artigo 50: O CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS destaca-se equidistante de qualquer movimento estranho às suas finalidades sendo rigorosamente proibido em suas reuniões a prática ou propagação de quaisquer cultos religiosos, manifestações políticas ou discriminação racial.

Artigo 51: Somente com prévia autorização da Diretoria poderão ser realizadas conferências, palestras, publicações ou quaisquer comunicados em nome do Centro de Recuperação, quer em sua sede ou fora dela.

Artigo 52: Os recuperados não responderão individualmente pelas obrigações contraídas pela Diretoria.

Artigo 53: O Centro de Recuperação aplica integralmente seus rendas, recursos e eventuais resultados operacionais na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

Artigo 54: Haverá na Segunda quinzena de dezembro, uma Assembleia Geral Ordinária anual para eleição da Diretoria e Conselho Fiscal, prestação e apreciação dos contas do exercício findo.

Parágrafo Único: A convocação será sempre feita por escrito com o mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, comunicada local, dia e hora da AGO (Assembleia Geral Ordinária).

Artigo 55: O CEREÁ terá como hino, o da Confederação, não podendo ter hino próprio.

Artigo 56: O voto de abstenção ao álcool será o padrão do Art. 52 do Estatuto da Confederação sendo rigorosamente observado em todas as CEREÁs.

XXIII

Ao ingressar, no Centro de Recuperação de Alcoolatras - CEREÁ - prometo, com a ajuda de Deus, fazer todos os esforços, para abster-me de toda e qualquer bebida alcoólica, reconhecendo ser ela, a responsável pela ruína e infâmia do meu ser, meu lar e minha Pátria.

Assin ou Prometo.

Dr. João Antonio Mendonça
Advogado
OAB-MG 51.542

Protocolo: 025663
Reg: 000253
Livro: A34 AV: 00004
Folha: 205 Pag: 9
Data: 25/02/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: CEREIA-CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALCÓOLATRAS-FRUTAL



Artigo 57. O Centro de Recuperação criará sua própria Bandeira a qual sempre será presente ao lado do pavilhão Nacional em suas reuniões.

Artigo 58. O Centro de Recuperação, em caso de dissolução ou extinção, destinará o eventual patrimônio remanescente à entidade registrada no CNAS ou entidade pública a critério da instituição.

Artigo 59. As despesas do CEREIA são patrocinadas por doações voluntárias, lotas de órgãos públicos, iniciativa privada e eventos que serão legitimamente justificados através de prestações de contas.

Artigo 60. Todas as reuniões do CEREIA iniciar-se-ão com um minuto de silêncio em oração e terminar-se-ão com a leitura da "Oração de São Francisco de Assis" e em seguida a leitura do voto compromissado padrão.

Artigo 61. O presente estatuto, depois das alterações realizadas entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

FRUTAL, MG, em 02 de janeiro de 2015

LUIZ DE SOUZA
Presidente

EURÍPEDES ADÃO DA SILVA
Vice-Presidente

ANGELICA APIA MORENO DE SOUZA
1ª Secretária

AUCE DA SILVA CARNEIRO
2ª Secretária

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA
1ª Tesoureira

CRISTIANO FERREIRA MACEDO
2ª Tesoureiro

CELMO GARCIA DA SILVA
Presidente do Conselho Fiscal

Dr. João Leonardo Mendes
Advogado
OAB-MG 61.642

8

Dou fé, Frutal, 31 de outubro de 2018.

Mayara Oliveira Silva - escrevente

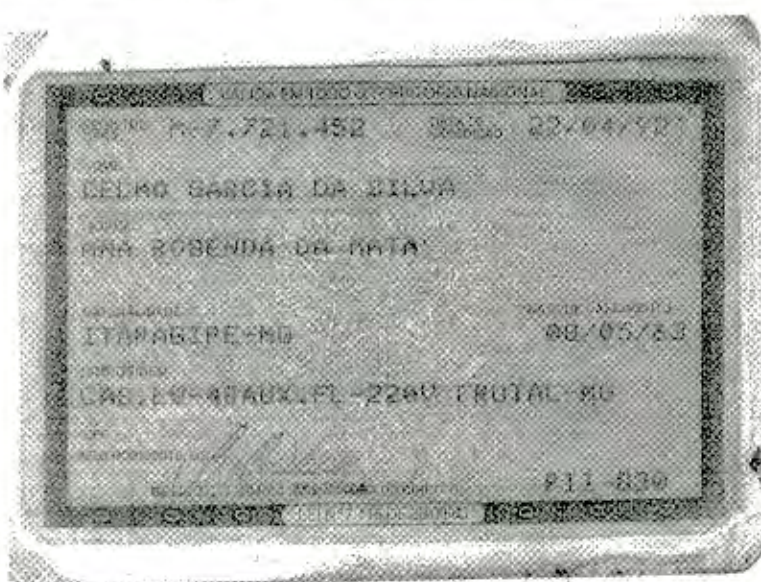
Código	Ato	Qtd.	Emolumento	ISS	Recomp.	TFJ	Total
6501-1	Certidão PJ	1	R\$16,07	R\$0,32	R\$0,96	R\$6,02	R\$23,37
6502-9	Folha Adicional PJ	8	R\$9,04	R\$0,16	R\$0,56	R\$1,92	R\$11,68
Total			R\$25,11	R\$0,48	R\$1,52	R\$7,94	R\$35,05

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça
1ª Ofício Registro de Títulos e Documentos - RJ de Frutal/MG
11066.193

Selo Número: CBL22977
Código: 7353.4527.6278.8086

Total de taxa: 9 / Enrol: 26,63 TFE: 0,92 Total: 34,57
Consulte a validade deste Selo no site: <http://selos.tjmg.jus.br>





CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
 PRIMA 7 DE SETEMBRO 370 - CENTRO
 FISCAL - RJ - FONE (241) 3421-8538
AUTENTICAÇÃO
 A presente xerocópia contém dados
 oriundos emitidos em cartão Dou 18
 Filial nº 270 - RJ
 em 22/04/62
 com base no nº 900.613.816-91
 CPF do Sr. Celmo Garcia da Silva
☒ Emite Nacional em RJ - Escritório Fiscal
☐ Emite Nacional em RJ - Escritório Fiscal



CARTÃO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
 PRIMA 7 DE SETEMBRO 370 - CENTRO
 FISCAL - RJ - FONE (241) 3421-8538
AUTENTICAÇÃO
 A presente xerocópia contém dados
 oriundos emitidos em cartão Dou 18
 Filial nº 270 - RJ
 em 22/04/62
 com base no nº 900.613.816-91
 CPF do Sr. Celmo Garcia da Silva
☒ Emite Nacional em RJ - Escritório Fiscal
☐ Emite Nacional em RJ - Escritório Fiscal





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.058.756/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/05/1986
NOME EMPRESARIAL VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL-MG		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R AREDIO SANTANA DE ANDRADE	NÚMERO 980	COMPLEMENTO
CEP 38.200-000	BAIRRO/DISTRITO ALTO BOA VISTA	MUNICÍPIO FRUTAL
		UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 27/03/2019 às 14:08:05 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Ata de reunião extraordinária de posse da Vila São Vicente de Paulo de Frutal MG. Inscrita no CNPJ nº: 20.058.756/0001-07. Cito na Rua Arédio Santana de Andrade nº 980 em Frutal MG, Obra Unida da Sociedade de São Vicente de Paulo, vinculada ao Conselho Central de Uberaba, área do Conselho Metropolitano de Uberaba MG. Realizada às 14(quatorze) horas do dia 26/08/2018, do ano temático Contra as Pobrezas agirmos juntos, **"LOUVADO SEJA NOSSO SENHOR JESUS CRISTO"**! A reunião foi convocada para posse da nova diretoria, cuja administradora foi eleita em assembleia geral Extraordinária do dia 29/07/2018, conforme ata de eleição, e homologada pelo conselho metropolitano de Uberaba de 26/08/2018 A mesa foi composta pelos seguintes convidados: Confrade Celio Garcia da Silva presidente da Vila São Vicente de Paulo; a consocia Maria Glorinha Gonsalves da Silva presidente do Conselho Central de Uberaba, os confrades: Izá Silvestre Coutinho Presidente do Conselho Particular Nossa Senhora do Carmo de Frutal, Gilmar Gomes de Lima Coordenador da Ecafo do Conselho Metropolitano de Uberaba, Jaisson Silva Souza Santos Coordenador do Denor do Conselho Metropolitano de Uberaba Philipe Gonçalves Silva Coordenador de CCAs do CM Uberaba e o Confrade Neivaldo de Paula Camargos designado para secretariar os trabalhos. A reunião de posse foi declarada aberta pelo confrade Celio Garcia da Silva com as orações tradicionais da SSVP e, em seguida a consocia Raquel Mirian da Silva Paula, proclamou a leitura espiritual, Mateus, 18, 15-20, com uma breve reflexão. Em seguida o confrade Celio Garcia com o uso da palavra, apresentou um breve balanço de sua gestão na presidência da Vila São Vicente de Paulo. A seguir, foi passada a palavra para a presidente do conselho Central de Uberaba, a consocia Maria Glorinha Gonsalves da Silva, que após fazer considerações e usando as atribuições que lhe confere o Regulamento da SSVP no Brasil, em seu artigo 96, inciso XI, empossou a consocia Raquel Mirian da Silva Paula como presidente da Vila São Vicente de Paulo- SSVP, sua diretoria e conselho fiscal, pelo período de 02(dois) anos, cujo mandato inicia no dia 26/08/2018 e termina em 26/08/2020. A presidente empossada, perante assembleia, se comprometeu, juntamente com sua diretoria, a cumprir e fazer cumprir o regulamento da SSVP. Nos termos do artigo 36 da Regra, artigo 19, parágrafo I do estatuto social, o regimento interno e as decisões emanadas dos conselhos hierarquicamente superiores. Conselho Central de Uberaba, Conselho Metropolitano de Uberaba, Conselho Nacional do Brasil e da Confederação Internacional da SSVP. Falou sobre seus projetos, ações e desafios assumidos diante da responsabilidade de sua gestão. Concluído sua fala, agradeceu a presença de todos. A composição da diretoria assim foi constituída: Presidente - Consocia Raquel Mirian da Silva Paula, brasileira, Casada, natural de Frutal, do lar, portadora da RG: M 9.063.763, SSP MG inscrita no CPF: 002.709.816-83, residente na Rua Belo Horizonte 1214, Alto Boa Vista, Frutal MG. (com direito a voto); Vice Presidente: O confrade Nevilson João Souza, brasileiro, casado, natural de Frutal, Pedreiro, portador da RG M 7.816.563 SSP MG e CPF 719.748.816-87, Residente à Rua Casemiro de Abrel 452, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Frutal MG, (com direito a voto). Primeiro secretário: Ana Paula dos Santos Oliveira Dias Braz. Brasileira, casada natural de Goiânia GO, portadora da RG: 25.711.801.9 SSP SP e CPF: 164.022.528-59, residente à Rua Afrânio Peixoto 374, Alto Boa Vista, Frutal MG. Segundo Secretário: Neivaldo de Paula Camargos, Brasileiro, casado, Administrador, natural de Frutal MG, Residente na Rua Belo Horizonte 1214 em Frutal MG, portador da RG e CPF, em Frutal MG, (com direito a voto). Primeiro Tesoureiro: Claiton Dias Braz Brasileiro, casado Natural de Frutal MG, Administrador portador da RG: MG: 5305.647 SSP MG e CPF: 900.618.886-72, residente à Rua Afrânio Peixoto 374, Alto Boa Vista, Frutal MG. Segunda tesoureira: Lucineia Alves dos Santos, brasileira, casada, natural de Frutal, Empresaria, residente na Rua Uruguai, 132 Jardim América, Frutal MG. (com direito a voto). Conselho Fiscal ficou assim constituído, Titulares: Sérgio Henrique Pereira Damasceno, brasileiro, separado, natural de Frutal, Pedreiro, portador da RG: M 5419061, CPF 718.982.556-87, residente à Rua do Marianinho 324 Bairro

1º TABELIONATO DE NOTAS
FRUTAL - MG
AUTENTICAÇÃO
Este é reprodução fiel do documento apresentado
FRUTAL MG 27 MAR 2019
Em test. da Verificação
AUTENTICAÇÃO
EXX 72421

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]

240

Flamboyant, Frutal MG, o confrade Marciel de Paula Souza, brasileiro Solteiro, natural de Comendador Gomes MG, Autônomo, portador da RG: mg-15.961.372 e CPF: 095.058.516-50 residente na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca 196, Centro, Comendador Gomes MG e a consocia Lucia Ramos, brasileira, casada, natural de Barretos SP, domestica portadora da RG mg. 26.727.885.8 e CPF; 172.138.708-07, residente na Rua Elis Fernandes da Silva, 54, Francisco Mourão, Frutal MG. Como suplentes: Confrade: José Raimundo da Silva, brasileiro, casado, natural de Frutal, portador da RG: mg. 264.922 SSP MG, e CPF: 108.019.796-68, residente na, Avenida José de Alencar 456, Alto Boa Vista, Frutal MG, Consocia: Nilce Aparecida Cruz de Oliveira, brasileira, casada, natural de Riolandia SP, do lar, portadora da RG:mg.14.950.944 – SSVP MG e CPF:077.852.296-27, e o confrade: Edivaldo Braz, brasileiro, casado, natural de Morro Agudo SP, portador do RG:23857165 SSP SP e CPF: 131.844.498-58, Residente na Rua Tobias Barretos 492 Alto Boa Vista Frutal MG, para cumprir mandato igual tempo da diretoria, Reunião suspensa o tempo suficiente para lavratura da ata. Reiniciados os trabalhos, a ata foi lida e aprovada, finalizando a reunião as 14: 50 (quatorze horas e cinquenta minutos). Eu Neivaldo de Paula Camargos secretário lavrei a presente ata que dato e assino. Frutal 26/08/2018.

Neivaldo de Paula Camargos.

Diretoria do Conselho Central de Uberaba.

Consocia Presidente, Maricé Glorine G. da Silva

Diretoria da Vila São Vicente de Paulo de Frutal MG.

Consocia Presidente, Raquel Miriam da Silva Paula

Confrade Vice Presidente: Neilton José Souza

1º tesoureiro: Claiton Elias Braz

Consocia 2ª Tesoureira Lucineia Alves dos Santos

1ª Secretária Ana Paula dos Santos Oliveira Duas Braz

Confrade 2º secretário Neivaldo de Paula Camargos

Conselho Fiscal

Titular Ergio Henrique Pereira Damasceno

Titular Mahli de Paula Souza

Titular Luís Ramos

Suplente José Raimundo de Souza

Suplente Nilce Aparecida Cruz de Oliveira

Suplente Edvaldo 2013



Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 266 Pag: 1
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO

Certifico estar averbado neste cartório o documento abaixo, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de registro e livro acima.



Conselho Particular Nossa Senhora do Carmo de Frutal da SSVP
CNPJ: 20.058.756/0001-07
Rua: Arédio Santana de Andrade, nº980.
Bairro: Alto Boa Vista - Frutal - Minas Gerais

REQUERIMENTO

Ao cartório de registro de títulos e documentos da cidade de Frutal MG.

Eu Pedro Dario Petrachi CPF 382.370.168-15, representante legal do CONSELHO PARTICULAR NOSSA SENHORA DO CARMO DE FRUTAL DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO, CNPJ 20.058.756/0001-07, fundada em 12/05/1986, venho requerer o registro da ata assembleia geral realizada no dia 10/01/2015, conforme edital de convocação publicado em 27 de dezembro de 2014.

Frutal 15 de junho 2015


Pedro Dario Petrachi

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 267 Pag: 2
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO: Rua Arádo Santana de Andrade 990, Frutal-MG

CNPJ: 20.058.756/0001-07



PREFÁCULO

O Conselho Particular Nossa Senhora do Carmo, fundado em 27 de fevereiro de 1966, pelo Conselho Central de Uberaba, com Estatuto Social primitivo registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Pessoas Jurídicas da Comarca de Frutal-MG no Livro do Registro Civil das Pessoas Jurídicas sob o número 1.955, protocolo nº 13.425, livro A.8, fls 52, em 21/06/2004 e com última alteração estatutária pela Assembleia Geral realizada em 10 de janeiro de 2015 com sede e foro nesta cidade de Frutal, com sede na Rua Arádo Santana de Andrade nº 990, Alto Boa Vista Cep 38.200-000 inscrito no CNPJ nº 20.058.756/0001-07, promove a alteração de seus atos constituintes, por decisão de seus Associados, que neste ato, passa a razão social para VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL-MG, ficando o Conselho Particular Nossa Senhora do Carmo despersonalizado regendo esta Obra Unida recém constituída, doravante, pelo presente Estatuto Social, pela legislação aplicável e pelo Regulamento Interno, passando a vigorar, doravante, nas seguintes linhas:

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FORO, DURAÇÃO E FINALIDADE.

Artigo 1º A VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL-MG, que doravante denominada simplesmente, VILA VICENTINA, com sede na Rua Arádo Santana de Andrade nº 990, Alto Boa Vista, CEP 38.200-000, inscrito no CNPJ nº 20.058.756/0001-07 constitui-se uma associação civil de direito privado, filantrópica, beneficente, para fins não econômicos, caritativa e de assistência social, de duração por tempo indeterminado, com personalidade jurídica distinta de seus membros.

Artigo 2º A Vila Vicentina, por sua origem, natureza e formação no seio do SSVV no Brasil, está vinculada estatutariamente ao Conselho Central de Uberaba e ao Conselho Metropolitano de Uberaba na forma do Regulamento do SSVV no Brasil.

Parágrafo único: Caberá, também, aos Conselhos Particulares e às Conferências do SSVV no Brasil da localidade onde está situada prestar-lhe auxílio no desempenho de suas atividades, sempre que solicitadas.

Artigo 3º A Vila Vicentina tem por finalidade a prática da caridade cristã no campo da assistência social e de promoção humana, visando especialmente a MORADIA para idosos acima de 60 anos e ainda mais:

- Mantém estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas de ambos os sexos em condições de saúde física e mental;
- Proporcionar assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, em condições de liberdade e dignidade, visando à preservação de sua saúde física e mental.

Parágrafo único: A Vila Vicentina prestará assistência gratuita aos reconhecidamente pobres, de acordo com suas possibilidades e o estabelecido na legislação em vigor.

Artigo 4º No desenvolvimento de suas atividades a Vila Vicentina observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e não se fará distinção alguma quanto à raça, cor, sexo, condição social, credo político ou religioso e quaisquer outras formas de discriminação.

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 268 Pag: 3
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

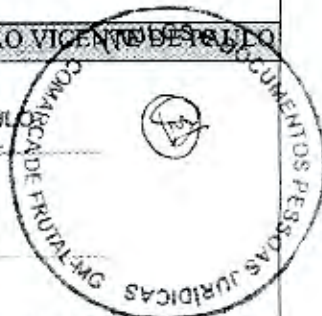
Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO: Rua Anísio Garibaldi de Andrade 288, Frutal-MG

CNPJ: 20.058.756/0001-97



Artigo 5º A Vila Vicentina terá um Regimento Interno, elaborado pela Diretoria e homologado pelo Conselho Metropolitano de Uberlândia, que disciplinará o seu funcionamento, critérios e normas a serem observados, inclusive quanto à aplicação do Regulamento da SSVP no Brasil e outros assuntos de seu interesse.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO E DOS ASSOCIADOS

Artigo 6º A Vila Vicentina é organizada e constituída por um número limitado de Associados, denominados vicentinos, confederados e consócios que ingressaram voluntariamente na SSVP no Brasil, através de uma de suas Conferências e que estejam na condição de:

- I) Membros da diretoria da Vila Vicentina com direito a voto;
- II) Membros da diretoria do Conselho Central a que está vinculada, com direito a voto; e
- III) Presidentes dos Conselhos Particulares vinculados ao Conselho Central respectivo.

§ 1º A Vila Vicentina se regerá pelo presente Estatuto Social, pela legislação brasileira aplicável, pelo Regimento Interno e, subsidiariamente, pelo Regulamento da SSVP no Brasil, registrado e arquivado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da cidade do Rio de Janeiro/RJ, pelas Instruções Normativas, Resoluções, Portarias, Comunicados, Circulares e demais dispositivos que regem a SSVP no Brasil, emanadas do Conselho Nacional do Brasil.

§ 2º A hierarquia da SSVP no Brasil é estabelecida na seguinte ordem:

- I) Conselho Nacional do Brasil, órgão normativo cujo âmbito é nacional;
- II) Conselho Metropolitano, órgão representante do Conselho Nacional do Brasil, orientador e fiscalizador de âmbito regional;
- III) Conselho Central, órgão executivo com âmbito em áreas delimitadas;
- IV) Conselho Particular, órgão de união das Conferências com âmbito local;
- V) Conferências, grupos de vicentinos organizados em áreas de diferentes setores comunitários;
- VI) Obras Unidas, Unidades Vicentinas destinadas a atender finalidades específicas complementares às atividades das Conferências; e
- VII) Unidades de Gestão de Recursos, detentoras de bens e recursos de quaisquer naturezas e ou espécie com a finalidade específica de utilização em benefício de outras Unidades Vicentinas indicadas em seus respectivos Estatutos Sociais.

§ 3º O Conselho Nacional do Brasil da SSVP atua em todo território brasileiro e ocupa a hierarquia máxima, está, portanto, a serviço de todos os Conselhos Metropolitanos e, através destes, a serviço dos Conselhos Centrais, Particulares, Conferências, Obras Unidas e Especial e Unidades de Gestão de Recursos.

Artigo 7º São direitos dos Associados

- I) Participar das Assembleias Gerais;
- II) Votar e ser votado para os cargos eleivos, atendendo os requisitos previstos neste Estatuto Social;
- III) Apresentar sugestões para a Diretoria, por escrito, para o aperfeiçoamento operacional da Vila Vicentina e propor qualquer ação ou omissão que venha ter os meritos estatutários e regimentais; e
- IV) A qualquer tempo, por requerimento, se desligar a título de demissão, considerando-se como renúncia às funções estabelecidas no Artigo 6º deste Estatuto Social.

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 269 Pag: 4
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO: Rua Avenida Santana de Andrade 340, Frutal-MG

CNPJ: 20.188.758/0001-07



§ 1º O exercício dos direitos constantes do "caput" deste Artigo e o cumprimento dos deveres pelos Associados serão regidos por este Estatuto Social e pelo Regulamento da SSVV no Brasil.

§ 2º Os Associados não adquirem direito algum sobre os bens e direitos da Vila Vicentina e da SSVV no Brasil, e qualquer título ou pretensão.

Artigo 8º São deveres do Associado:

- Cumprir o presente Estatuto Social, o Regimento Interno e o Regulamento da SSVV no Brasil;
- Acatar as decisões da Diretoria e as Resoluções das Assembleias;
- Zelar pelo decoro, bom nome e funcionamento da Vila Vicentina e da SSVV no Brasil;
- Prestar, caso voluntário, colaboração vicentina na Vila Vicentina, incumbindo-se dos cargos e ofícios que lhe forem atribuídos, sem direito a salários, indenizações, compensações, benefícios ou remunerações de qualquer espécie ou natureza.

Artigo 9º Deixará de ser Associado:

- Por vontade própria, quem assim o desejar;
- Aquele que, comprovadamente, em função de sua conduta, tornar-se motivo de escândalo ou atentar contra os princípios estabelecidos no Regulamento da SSVV no Brasil;
- Quem infringir o estabelecido no Artigo 9º e seus incisos;
- Buscar fora do âmbito administrativo da SSVV a solução de litígio ou de disputa vicentina, sem antes recorrer ao Comitê de Reconciliação do Conselho Nacional do Brasil;
- Quem, por qualquer motivo, deixar de exercer as funções descritas nos incisos I, II e III do "caput" do Artigo 8º deste Estatuto Social.

Artigo 10 - A exclusão do Associado se dará por meio de procedimento administrativo, por decisão da Diretoria e referendada em Assembleia Geral.

§ 1º. Objetivando facilitar-lhe ampla defesa o Associado poderá, sucessivamente e na ordem indicada, no prazo de 15 (quinze) dias:

- Solicitar uma nova Assembleia Geral para apreciar seu recurso de reconsideração, por escrito e fundamentado;
- Caso mantida a decisão, recorrer ao Comitê de Reconciliação do Conselho Nacional do Brasil;
- Sendo mantida, ainda, a decisão, recorrer ao Presidente do Conselho Geral da SSVV.

§ 2º. Igual procedimento será adotado no caso Vila Vicentina, por sua Diretoria, que desejar apresentar possíveis recursos da decisão da Assembleia Geral.

Artigo 11. Excluído da Vila Vicentina por qualquer que seja o motivo ou dela retirando-se o Associado não terá direito a qualquer indenização, compensação ou remuneração de qualquer espécie ou natureza pelos serviços prestados nesta condição de Associado, nos termos do Artigo 3º - inciso II.

Artigo 12. As Assembleias não respondem solidária ou subsidiariamente pelos encargos e obrigações da Vila Vicentina.

Parágrafo único. Os Associados que são membros da diretoria respondem solidariamente à SSVV no Brasil e perante terceiros prejudicados, por culpa ou dolo no desempenho de suas funções.

CAPÍTULO III - DO MODO DE CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 270 Pag: 5
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO: Rua Américo Sabino de Andrade 993, Frutal MG.

CNPJ: 20.058.746/0001-41



Artigo 13. A Vila Vicentina é constituída dos seguintes órgãos:

- Assamblea Geral, órgão deliberativo;
- Diretoria, órgão administrativo; e
- Conselho Fiscal, órgão fiscalizador.

Artigo 14. A Assembleia Geral é constituída dos Associados que fazem parte da Diretoria da Vila Vicentina, com direito a voto, da Diretoria do Conselho Central e dos Presidentes dos Conselhos Particulares, e a ela compete:

- Eleger o administrador e o Conselho Fiscal, entendendo-se por administrador o Presidente;
- Aprovar a reforma do Estatuto Social, submetendo a decisão à manifestação oficial do Conselho Metropolitano da região;
- Destituir o Presidente ou membros da diretoria;
- Destituir o Conselho Fiscal ou qualquer um de seus membros;
- Decidir, em grau de recurso, a exclusão de Associado;
- Decidir sobre a extinção da Vila Vicentina, quando impossível a continuidade de suas atividades; e
- Aprovar o Relatório da Diretoria e deliberar sobre o Relatório Anual de Atividades, o Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período, após parecer do Conselho Fiscal.

Artigo 15. A Assembleia Geral realizar-se-á anualmente, no primeiro trimestre, para os efeitos do inciso VII do Artigo 14 deste Estatuto Social.

Artigo 16. A Assembleia Geral realizar-se-á extraordinariamente, quando convocada:

- pela Diretoria;
- pelo Conselho Fiscal;
- por requerimento de 1/5 (um quinto) dos Associados;
- pelo Conselho Central;
- pelo Conselho Metropolitano da região; e/ou
- pelo Conselho Nacional do Brasil da SSVV.

Artigo 17. A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital, contendo data, horário, local e pauta, afixado na sede da Vila Vicentina e/ou enviado por outros meios convenientes a todos Associados que a compõem:

- de regra geral, com antecedência de 8 (oito) dias; e
- em convocação de eleição, com antecedência de 30 (trinta) dias, no caso de convocação de eleições.

§ 1º. Será instalada, em primeira convocação, com a totalidade dos Associados, com direito a voto, ou em 30 (trinta) minutos após, com qualquer número destes.

§ 2º. Será presidida pelo Presidente da Diretoria e, em suas ausências ou impedimentos, pelos seus substitutos legais e, na falta destes, por Associado designado por seus integrantes.

§ 3º. Nos casos de destituição da Diretoria ou do Conselho Fiscal, ou qualquer de seus membros, bem como, ~~fora~~ ^{fora} estatutária, é exigido o voto concorde de 2/3 dos Associados presentes à Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos Associados ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 271 Pag: 6
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG
ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR.

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO: Rua André Baccara de Andrade 900, Frutal MG.

CNPJ: 20.088.758/0001-07



§ 4º Sorvente se deliberará sobre os assuntos específicos para as quais tenham sido convocadas.

§ 5º As atas serão lavradas e aprovadas ao seu término e assinadas pelo Presidente da Assembleia Geral, pelo Secretário e por todos os Associados e visitantes presentes.

Artigo 18. A Vila Vicentina será administrada por uma Diretoria constituída pelo Presidente e, no mínimo, 1 (um) Vice-Presidente, 1 (um) Secretário e 1 (um) Tesoureiro.

§ 1º O Presidente e Vice-Presidente deverão ser Associados (confrades ou consócios) com, no mínimo de 2 (dois) anos de atividade vicentina ininterrupta.

§ 2º A Diretoria cumprirá mandato de 2 (dois) anos, salvo interrupção por qualquer motivo, sendo eleita apenas uma reeleição consecutiva do Presidente.

§ 3º Havendo membros da diretoria que não sejam vicentinos (confrades e consócios), os mesmos não terão direito a voto nas Assembleias Gerais.

§ 4º Importará em abandono do cargo a falta injustificada de membros da diretoria a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas ao longo do respectivo mandato.

§ 5º O membro da diretoria que for afastado por ausência prolongada, renúncia ou exclusão não poderá ser eleito nem designado para a Diretoria do mandato subsequente.

§ 6º O Presidente da Vila Vicentina e os demais membros da diretoria que forem Associados (confrades e consócios) não estão dispensados de suas obrigações junto às suas respectivas Condições.

§ 7º O Presidente eleito nomeará os demais membros de sua Diretoria, mas em número sempre inferior à soma dos membros da diretoria do Conselho Central e Presidentes de Conselhos Particulares.

§ 8º Os membros da diretoria são substituíveis em qualquer tempo, a critério do Presidente, e seus respectivos mandatos terminam com o do Presidente que os nomeou.

Artigo 19. Compete à Diretoria, dentro seus direitos e deveres:

- I) Elaborar o Programa Anual de Atividades e executá-lo, de forma a cumprir com os objetivos estatutários da Vila Vicentina;
- II) Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o Relatório Anual de Atividades e o Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período, remetendo-os ao Conselho Central até o dia 31 (trinta e um) do mês de março de cada ano;
- III) Buscar junto à comunidade e instituições da sociedade civil os recursos necessários para sua sustentação;
- IV) Relacionar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- V) Contratar empresa ou profissional com habilitação legal junto ao Conselho Regional de Contabilidade para assegurar o cumprimento das obrigações legais e execução dos serviços contábeis, departamento de pessoal e serviços correlatos elaborados em seus respectivos formulários legais;
- VI) Exigir da empresa ou do profissional liberal referido no inciso V os balanços mensais e o Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período.

02/07/15 14:52:21

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 272 Pag: 7
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO: Rua Coronel Santana de Andrade 352, Frutal MG

CNPJ: 20.558.156/0001-02



- no final de cada exercício civil, devendo ser publicado até 31 de março de acordo com as exigências legais.
- VII) Encaminhar antecipadamente para ciência do Conselho Central e aprovação do Conselho Metropolitano da região as concessões que objetivem angariar fundos financeiros;
 - VIII) Obter autorização prévia e expressa do Conselho Metropolitano da região para celebrar convênios e contratos de qualquer natureza com órgãos públicos, empresas privadas ou pessoas físicas;
 - IX) Apresentar até 15 (quinze) de fevereiro de cada ano, ao Conselho Fiscal, toda a documentação relativa ao ano civil anterior, a saber: o Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período, juntamente com o Relatório das Atividades, acompanhado especialmente dos extratos bancários das contas de movimento e aplicações financeiras e também, o Relatório do Inventário dos bens patrimoniais;
 - X) Determinar a aquisição de construção e reformas de bens imóveis que não comprometam sua posição socioeconômica, com prévio conhecimento e autorização do Conselho Metropolitano da região;
 - XI) Apresentar e decidir matérias relacionadas a sua administração, observando-se o presente Estatuto Social e o Regulamento da SSVF no Brasil;
 - XII) Solicitar ao Conselho Central o encaminhamento ao Conselho Metropolitano da região do pedido de autorização para aquisição (compra, doação, legado e outros), alienação ou constituição de ônus sobre seus bens imóveis, incluindo-o com a cópia da ata da Reunião da Diretoria e 3 (três) avaliações prévias de imóveis existentes na região;
 - XIII) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto Social e Regulamento Interno e o Regulamento da SSVF no Brasil;
 - XIV) Elaborar ou alterar o Regulamento Interno, encaminhando-o ao Conselho Metropolitano da região para homologação;
 - XV) Zelar pelo patrimônio do Conselho Particular e tomar providências quando do conhecimento de que o patrimônio de alguma Unidade Vicentina que lhe esteja vinculada não está sendo bem administrado;
 - XVI) A exigência do inciso VI também se aplicará quando o término do mandato não coincidir com o do ano civil ou por qualquer motivo for interrompido, com exceção da publicação; e
 - XVII) Nos casos em que o término do mandato não coincidir com o do ano civil ou por qualquer motivo for interrompido a obrigação prevista no inciso IX, deverá ser cumprida no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do seu término.

Artigo 20. A Diretoria da Vila Vicentina reúne-se-á ordinariamente pelo menos uma vez por mês, em local, dia e hora determinados pelo Presidente e, extraordinariamente, quando se fizer necessário, com designação de matéria a ser tratada.

Artigo 21. A Diretoria da Vila Vicentina e seu Conselho Fiscal reconhecem e adotam o Regulamento da SSVF no Brasil, bem como as disposições e determinações dos Conselhos Central, Metropolitano e Nacional do Brasil.

Artigo 22. São atribuições do Presidente:

- I) Representar a Vila Vicentina ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II) Convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e as Assembleias Gerais;
- III) Dirigir e orientar as atividades da Vila Vicentina;
- IV) Assinar cheques e outros documentos de natureza econômico-financeira, sempre em conjunto com o Tesoureiro.

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 273 Pag: 8
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO: Rua Antenor Sant'ana da Andrade 380, Frutal-MG.

CNPJ: 20.193.766/0001-07



- VI) Admitir e demitir empregados, respeitando a legislação trabalhista e as convenções coletivas de cada categoria profissional;
- VII) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto Social e Regimento Interno e o Regulamento do SSVV no Brasil;
- VIII) Tomar as providências para atendimento do estabelecido no Artigo 19 - Inciso VIII;
- VIII) Solucionar os casos enviados que lhe forem submetidos à exame ou que chegaram à seu conhecimento;
- (X) Participar das reuniões convocadas pelo Conselho Central e/ou pelo Departamento de Normalização e Orientação do Conselho Metropolitano da região, prestando contas de suas atividades e cumprindo as determinações que lhe são conferidas, e
- XI) Nomear os membros da Diretoria

Artigo 23. São atribuições do Vice-Presidente

- I) Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos temporários;
- II) Assumir o mandato, em caso de vacância, e convocar as eleições no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do Artigo 30; e
- III) Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente.

Parágrafo Único. Havendo mais de um Vice-Presidente são suas atribuições observadas e respectiva ordem de precedência, cooperar com o Presidente, dirigir comissões específicas e substituir o Presidente e o Primeiro Vice-Presidente nas suas ausências e impedimentos.

Artigo 24. São atribuições do Primeiro Secretário

- I) Secretariar as reuniões da Diretoria e as Assembleias Gerais elaborando as respectivas atas;
- II) Ler a ata da reunião anterior, fazendo as observações necessárias, que deverão constar na ata seguinte, e divulgar todas as notícias das atividades;
- III) Verificar e atualizar o cadastro dos membros;
- IV) Atender à correspondência, dando ciência das recebidas e enviadas e conservar em ordem todo o expediente da Secretaria;
- V) Elaborar os Relatórios das Atividades Anuais em conjunto com os demais membros da diretoria;
- VI) Preparar e manter em dia os arquivos dos Associados e contribuintes;
- VII) Organizar e controlar os serviços de arquivo e fichário da Secretaria, inclusive o arquivo patrimonial;
- VIII) Executar outros serviços solicitados pelo Presidente, e
- IX) Assumir o mandato do Presidente, em caso de vacância e na falta dos Vice-Presidentes, nos termos do Artigo 30

Artigo 25. São atribuições do Segundo Secretário, se houver:

- I) Substituir o Primeiro Secretário em suas ausências ou impedimentos temporários e prestar a sua colaboração na organização dos serviços da secretaria; e
- II) Em caso de vacância, assumir o cargo de Primeiro Secretário, podendo nele permanecer até o fim do mandato ou até que seja nomeado um novo, e
- III) Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro Secretário.

Artigo 26. São atribuições do Proferente de Recursos

- I) Receber e anotar em livro de caixa as contribuições, rendas de qualquer tipo, auxílios e doações em dinheiro ou espécie, marcando em dia a escrituração totalmente comprovada.

018/0002/01

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 274 Pag: 9
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO Rua Amélia Vitorino, s/n, Amadeia 592, Frutal-MG

CNPJ: 26.956.758/0001-07



- III) Pagar as contas com o visto do Presidente;
- IV) Assinar cheques e/ou outros documentos de natureza econômico-financeira, sempre em conjunto com o Presidente;
- V) Apresentar em todas as Reuniões da Diretoria o Relatório Financeiro do mês anterior, ou sempre que for solicitado pelos órgãos da Vila Vicentina, do Conselho Central ou do Conselho Metropolitano da região;
- VI) Providenciar, em tempo hábil, recolhimentos de juros, dividendos e outros rendimentos;
- VII) Conservar sob sua guarda e responsabilidade exclusiva o numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive contas bancárias;
- VIII) Apresentar ao Conselho Fiscal, sempre que solicitado, o balanço devidamente assinado por empresa de contabilidade ou profissional habilitado, juntamente com os livros contábeis e auxiliares, e documentação correlata;
- IX) Providenciar no término do mandato da Diretoria, Certidão Negativa de Débitos (CND), com até 30 dias antes do término do mandato, quanto ao INSS, FGTS, certidões de quitação ou isenção de tributos geridos pela Receita Federal, Estadual e/ou Municipal, e que sejam aplicáveis à Vila Vicentina, bem como alvará de licença de funcionamento da Secretaria da Saúde e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) atualizados, conforme cada caso;
- X) Depositar em estabelecimento bancário, em nome da Vila Vicentina, todas as importâncias recebíveis;
- XI) Entregar o Mapa Financeiro Mensal, instituído pelo Conselho Nacional do Brasil, bem como recolher ao Conselho Central a contribuição de quarenta e dois por cento - 42% (dois e dois por cento) da sua remuneração bruta, excluídas apenas as subvenções oficiais;
- XII) Manter em caixa, se necessário e por conveniência, para as despesas de pequeno valor, a importância de até 2 (dois) salários mínimos, de cujo p. restará conta à Diretoria mensalmente;
- XIII) Assumir o mandato do Presidente, em caso de ausência e na falta simultânea dos Vice-Presidentes e Secretários, nos termos do Artigo 30; e
- XIV) Executar outras tarefas do trabalho de Tesouraria ou solicitadas pelo Presidente.

Artigo 27 São atribuições do Segundo Tesoureiro:

- I) Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas ausências ou impedimentos temporários;
- II) Assumir o mandato do Primeiro Tesoureiro em caso de ausência, podendo nele permanecer até o fim do mandato ou até que seja nomeado um novo; e
- III) Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

Artigo 28 O Presidente e respectiva Diretoria, quando, antes da posse, junto ao Conselho Central e o Conselho Metropolitano da região "Terra de Compromisso", que prevê o respeito, cumprimento e a obrigação de se fazer cumprir o Regulamento da SSVP no Brasil e o presente Estatuto Social, especialmente no tocante ao resguardo dos seus bens, ao atendimento zeloso da parte administrativa e ao recolhimento obrigatório da contribuição financeira regulamentar estabelecida no inciso X do Artigo 26 e Artigo 43.

Parágrafo único. Os cargos de Diretoria devem ser considerados uma responsabilidade, não honorária.

CAPÍTULO IV - DAS ELEIÇÕES

Artigo 29 O Presidente e os membros do Conselho Fiscal serão eleitos em escrutínio secreto, pelos votos da maioria simples das Associações integrantes da Assembleia Geral, conforme previsto no Artigo 14 - inciso I - parágrafo 1º.

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 275 Pag: 10
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

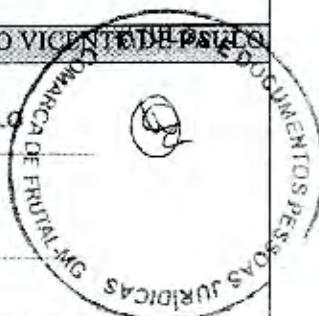
Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO: Rua Frederico Santana de Araújo 283, Frutal-MG

CNPJ: 20.658.716/0001-07



- I) Inscrição mínima de 2 (dois) candidatos a Presidente;
- II) Os nomes dos candidatos deverão ser apresentados ao Conselho Central, para apreciação prévia e aprovação;
- III) Os candidatos ao cargo de Presidente deverão ser confrades ou conecados com atividade vicentina ativa e ininterrupta de no mínimo de 2 (dois) anos em uma Conferência, e não ter atingido os 70 (setenta) anos de idade;
- IV) O voto é pessoal e unitário, ainda que o eleitor exerça mais de uma função diretiva nos órgãos de administração da SSVP no Brasil;
- V) Cada eleitor terá direito de votar nos candidatos de sua preferência, sendo admitido o voto por correspondência, desde que não possa ser identificado e chegue às mãos da Comissão de Apuração antes do encerramento da votação;
- VI) No prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias antes do vencimento dos mandatos os candidatos aos cargos de Presidente e do Conselho Fiscal devem fazer os registros das candidaturas na Secretaria da Vila Vicentina apresentando "currículos de vida" individuais;
- VII) A convocação das eleições será feita por edital, afixado na sede da Vila Vicentina contendo data, horário e local e pauta, além enviado por outros meios convenientes a todos Associados que a compõem, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data das eleições;
- VIII) As eleições deverão ocorrer no mínimo 90 (noventa) dias antes do término dos mandatos e a realização e apuração deverão ocorrer no mesmo dia;
- IX) As eleições e a apuração deverão constar de ata, assim como os nomes dos votantes, e cópia dessa ata deverá ser enviada pelo Presidente em exercício ao Conselho Central ao qual está vinculado, para homologação;
- X) Em caso de empate será eleito Presidente quem tiver mais tempo de atividade vicentina ininterrupta na SSVP no Brasil como Associado em uma de suas Conferências, e persistindo o empate, será eleito o mais idoso;
- XI) No período de 30 (trinta) dias que antecedem às eleições, os Associados são convidados a recitar a oração própria ao Divino Espírito Santo por aqueles que tenham direito a voto e pelos que concorrem aos cargos;
- XII) A apuração ficará sob a responsabilidade de comissão composta de pelo menos 3 (três) Associados, nomeados pelo Presidente da Diretoria;
- XIII) As eleições e a apuração deverão constar de ata, assim como os nomes dos votantes e cópia dessa ata deverá ser enviada pelo Presidente em exercício ao Conselho Metropolitano, para homologação;
- XIV) Não havendo manifestação no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da comunicação, ter-se-á como aceita a homologação;
- XV) O Conselho Central também pode recusar, fundamentadamente, a homologação das eleições, determinando a realização de novas, no prazo de 90 (noventa) dias, nos mesmos termos deste Estatuto Social;
- XVI) Após comunicação por escrito do ato que encerrou as eleições, haverá necessidade de novas inscrições de candidatos, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da nova eleição;
- XVII) A Diretoria e o Conselho Fiscal tomarão posse em Reunião Ordinária ou Extraordinária por ato do Presidente ou Representante do Conselho Central;
- XVIII) As posse de nova Diretoria e do Conselho Fiscal poderão ser feitas em solenidade própria, mas somente entrarão em exercício no primeiro dia imediatamente posterior ao término dos mandatos anteriores, salvo nos casos de interrupção por qualquer motivo;
- XIX) Os empregados, embora possam ser membros proeminentes, não podem ser eleitos nem nomeados para cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal;

Artigo 30 - Em caso de vacância da presidência por qualquer motivo haverá a interrupção dos mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 276 Pag: 11
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO: Rua Aníbal Sardana de Andrade 882, Frutal-MG

CNPJ: 26.068.795/0001-67



§ 1º Ocorrido esse fato o Vice-Presidente ou demais substitutos legais, assume o exercício da presidência e providencia a eleição para um novo mandato, no prazo de 90 (noventa) dias.

§ 2º Consultado o Conselho Metropolitano da região e, a juízo do mesmo, esse prazo poderá ser prorrogado em até 180 (cento e oitenta) dias no interesse da SSVP.

Artigo 31. O Presidente deverá ser afastado pelo Conselho Central quando houver ausência prolongada, por período superior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. Os demais membros da diretoria que forem afastados por ausência prolongada, ou por renúncia, não poderão ser eleitos nem designados para a Diretoria do mandato subsequente.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 32. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, eleitos em escrutínio secreto, pela maioria simples dos Associados integrantes da Assembleia Geral, conforme previsto no Artigo 14 - Inciso I, observando-se:

§ 1º O mandato dos membros do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria, observada o Artigo 30 deste Estatuto Social.

§ 2º Em caso de vacância, um suplente assumirá o cargo até o término do mandato.

§ 3º Estão impedidos de participar do Conselho Fiscal os Associados integrantes da Assembleia Geral, empregados e parentes de até o 3º grau ou cônjuges de membros da Diretoria.

Artigo 33. Compete ao Conselho Fiscal:

- I) Examinar a qualquer tempo os livros de escrituração, emitir a apreciação dos documentos que julgar necessários e que digam respeito à administração econômico-financeira;
- II) Analisar os livros de escrituração, balancetes, Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período, verificar o patrimônio social e toda documentação do exercício, opinando sobre o desempenho financeiro e contábil e operações patrimoniais realizadas, para fins de apreciação, e
- III) Notificar a Diretoria a respeito de falhas e irregularidades que eventualmente constatare.

§ 1º O parecer de que trata o Inciso II se dará em 30 (trinta) dias, por escrito, para apreciação da Assembleia Geral.

§ 2º Reunir-se-á, ordinariamente, a cada 6 (seis) meses, durante as primeiras quinze dias de março e setembro, em dia, local e hora previamente estabelecidos, e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Presidente ou por 2/3 dos membros da Diretoria da Vila Vicentina.

§ 3º As falhas injustificadas de qualquer membro do Conselho Fiscal a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) alternadas serão consideradas como abandono de cargo.

§ 4º As reuniões extraordinárias de que dependam da apresentação de documentos pela Diretoria da Vila Vicentina devem ser convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência.

CAPÍTULO VI - DO PATRIMÔNIO E DAS FONTES DE RECURSOS

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 277 Pag: 12
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR.

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL-MG

ENDEREÇO: Rua Coronel José de Paula nº 317 - Frutal-MG

CNPJ: 20.056.158/0001-07



Artigo 34. O Patrimônio da Vila Vicentina é constituído por todos os bens de qualquer natureza, que possuís ou venha possuir:

Artigo 35. São fontes de recursos:

- I) Donativos, contribuições, auxílios, subvenções, convênios, doações e legados patrimoniais de pessoas físicas e jurídicas;
- II) Rendas de bens patrimoniais;
- III) Promoções e eventos;
- IV) Rendimentos de aplicações financeiras;
- V) Subvenções dos poderes públicos Municipal, Estadual e Federal;
- VI) Receitas provenientes da prestação de serviços;
- VII) Doações de Conselhos, Conferências e/ou outras Organizações Unidas da SSVP no Brasil e exterior;
- VIII) Aluguéis;
- IX) Coletas realizadas em reuniões e/ou outras atividades; e
- X) Outras, especialmente atividades desenvolvidas com intenção especial de arrecadar recursos financeiros.

Artigo 36. A Vila Vicentina declara e se compromete, sob as penas da lei:

- I) Aplicar suas receitas, rendas, rendimentos e o eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- II) Não perceberem os membros da diretoria, conselheiros, associados, instrutores, benfiteiros ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- III) Destinar, em caso de dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente ao Conselho Central de Libertação da Sociedade de São Vicente de Paulo;
- IV) Prestar serviços gratuitos, na medida do possível, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela e nos limites de suas possibilidades de recursos humanos, materiais e financeiros; e
- V) Aplicar os recursos advindos dos poderes públicos em conformidade ao estabelecido nos convênios e legislação aplicável.

Parágrafo único. A dissolução ou extinção da Vila Vicentina somente se efetivará se se tornar impossível a continuidade de suas atividades, se decidida pela Diretoria, com aprovação da Assembleia Geral especialmente convocada e audiência do Conselho Metropolitano da região, após a respectiva liquidação nos termos do Artigo 51 do Código Civil Brasileiro, com o remanescente patrimonial destinado conforme previsto no inciso II.

Artigo 37. Todos os bens patrimoniais da Vila Vicentina estão exclusivamente a serviço de seus objetivos sociais e a Diretoria responde e se obriga pela sua guarda, conservação, administração e pela correta aplicação de seus recursos.

Artigo 38. Não se reconhece a validade de toda e qualquer alienação, aquisição e que título for, permuta, comodato ou constituição de quaisquer ônus sobre bens imóveis da Vila Vicentina, realizada sem a prévia ciência do Conselho Central e a expressa autorização do Conselho Metropolitano da região, nos termos do Artigo 42 do Regulamento da SSVP no Brasil.

§ 1º. Na transcrição do registro imobiliário deverá constar o impedimento de alienação sem autorização prévia do Conselho Metropolitano da Região, nos termos do "caput".

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 278 - Pag: 13
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO: Rua Coronel José de Paula nº 317, Frutal-MG

CNPJ: 20.058.755-0001-07



§ 2º O não atendimento ao disposto neste Artigo implica em violação ao Artigo 1.268 e seus Parágrafos 1º e 2º do Código Civil Brasileiro, sem prejuízo das sanções penais previstas no Código Penal Brasileiro.

§ 3º Os bens móveis e imóveis deverão ser identificados e cadastrados em livro próprio, que deve ser mantido rigorosamente atualizado.

§ 4º Os veículos e os bens imóveis, especialmente, deverão ser identificados pelo logotipo oficial da SSVP, podendo este ser adaptado com o nome da Unidade Voluntária proprietária.

CAPÍTULO VII - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Artigo 39º A prestação de contas observará, no mínimo:

- I) Os princípios fundamentais e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II) A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, no Relatório de Atividades e demonstrações financeiras, incluindo as Cartilhas Negativas de Débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III) A realização de auditoria independente, nos casos previstos na legislação; e
- IV) De todos os recursos, bens ou valores que utilize, arrecade, guarde, gere ou administre.

Artigo 40º Para efeito de encerramento do Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período observar-se-á o ano civil e a escrituração de todos os atos e fatos contábeis devendo ser feita em livros revestidos de formalidades legais, ser publicados nos prazos previstos, de acordo com as exigências legais.

Parágrafo Único: Quando o término do mandato da Diretoria não coincide com o do ano civil deverá ser providenciado balanço extraordinário, cumprindo-se o estabelecido para os balanços ordinários, especificamente quanto aos prazos e demais obrigações previstas neste Estatuto Social.

Artigo 41º Os membros da diretoria não respondem, nem mesmo subalternamente, pelas obrigações assumidas, salvo aquelas provenientes de ação, omissão voluntária, negligência ou imprudência que importarem violação de direito legalmente estabelecido ou disposição prevista neste Estatuto Social e causarem prejuízo à própria Vila Vicentina ou a terceiros, hipóteses em que os responsáveis ficarão obrigados a reparar os danos com as implicações cíveis e criminais de seus atos.

CAPÍTULO VIII - DO VOLUNTARIADO.

Artigo 42º A Vila Vicentina poderá organizar o trabalho voluntário de não-associados à SSVP no Brasil, para o atendimento de suas finalidades institucionais.

§ 1º O trabalho voluntário será disciplinado no Regimento Interno, devendo o Contratado ter o competente "Contrato de Trabalho Voluntário" ou "Termo de Voluntário" na forma da lei.

§ 2º Os voluntários não-associados à SSVP no Brasil serão inscritos em livro, sob rubricas competentes.

§ 3º A organização desse trabalho dependerá de orientações do Conselho Metropolitano da região.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 279 Pag: 14
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

ENDEREÇO: Rua Aristó Santosa de Andrade 989, Frutal-MG

CNPJ: 20.098.159/0001-07



Artigo 43. A Vila Vicentina está sujeita à contribuição mensal de duzentésima e meia (2,5%) ao Conselho Central, calculada sobre sua receita bruta, nos termos dos Artigos 47 e 48 do Regulamento do SSVP no Brasil.

Artigo 44º A Vila Vicentina poderá firmar convênios com entidades assistenciais, públicas ou privadas, tudo no interesse de sua manutenção e desenvolvimento de suas atividades estatutárias.

Parágrafo único: Em se tratando de firmar Convênios e Contratos de qualquer natureza com órgãos públicos, empresas privadas ou pessoas físicas, a serem elaborados nos termos da legislação em vigor, é necessária a autorização prévia do Conselho Metropolitano de Uberaba, após parecer do Departamento Normatização e Orientação (DENOR).

Artigo 45. A Vila Vicentina não é mantida pelo Conselho Central de Uberaba, pelo Conselho Metropolitano de Uberaba e pelo Conselho Nacional do Brasil, tendo todas personalidades jurídicas e Diretorias próprias, recursos distintos e escritas contábeis independentes.

Artigo 46. Devido que não constitui a finalidade principal da Vila Vicentina e o Regulamento do SSVP no Brasil, esse Estatuto Social poderá ser reformado total ou parcialmente, em qualquer época ou momento.

Parágrafo único. A proposta, devidamente fundamentada, somente poderá ser feita por sua Diretoria, pelo Conselho Central, pelo Conselho Metropolitano de Uberaba e/ou pelo Conselho Nacional do Brasil, nos termos do § 3º do Artigo 17 deste Estatuto Social.

Artigo 47. O Conselho Nacional do Brasil do SSVP, como órgão normativo da atividade vicentina em todo território brasileiro, pode intervir nas Unidades Vicentinas descritas no Artigo 6º, § 2º, a qualquer tempo.

§ 1º. A Vila Vicentina, no desenvolvimento de suas atividades, submeter-se-á à orientação e fiscalização do Conselho Metropolitano de Uberaba, através de seu DENOR - Departamento de Normatização e Orientação.

§ 2º. Se não houver instalado o DENOR do Conselho Metropolitano da região ou não estiver em funcionamento regular, suas funções poderão ser supridas pelo DENOR do Conselho Nacional do Brasil, no interesse do SSVP.

Artigo 48. Não poderá se admitir empregados com parentesco de até o 3º grau ou cônjuges de membros da Diretoria.

Artigo 49. Os casos omissos neste Estatuto Social e no Regulamento Interno, bem como sua interpretação, serão resolvidos pela Diretoria e, se necessário, pela Assembleia Geral e Conselho Metropolitano da região.

Artigo 50. O presente Estatuto só poderá ser registrado após homologação do Conselho Metropolitano de Uberaba.

Assinatura: [Assinatura manuscrita]
[Carimbo de rubrica]

Protocolo: 026039
Reg: 001955
Livro: A36 AV: 00002
Folha: 280 Pag: 15
Data: 02/07/2015

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua Coronel José de Paula nº 317 - Centro - Frutal-MG

ANTONIO DA CUNHA PACHECO JÚNIOR-

Livro A

Apresentante: VILA SÃO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
VILA SÃO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL

SACREDO Rua Avenida Santana de Andrade 300, Frutal MG

CNPJ: 20.055.799/0001-07



Artigo 51. O presente Estatuto Social revoga os anteriores ou quaisquer outras disposições contrárias e entrará em vigor na data de seu registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Frutal-Minas Gerais.

Frutal-Minas Gerais, 10 de Janeiro de 2015

CFR. Pedro Carlo Petrichi
Presidente
CPF: 382.370.168-18

João Alves Silveira
Secretário
CPF: 202.528.726-87

Marco Aurélio Rodrigues Fereira
OAB MG 152.201

Conselho Metropolitano de Uberaba da SSVV
CNPJ: 19.474.864/0001-08

DEPARTAMENTO NOTARIZADO
E ORIENTAÇÃO
R. São Francisco 4, M. 10
Coordenador

Dou fé. Frutal, 16 de abril de 2019.

Mayara Oliveira Silva - escrevente

Código	Ano	Qtd	Enrolmento	ISS	Recomp	TFJ	Total
6501-1	Certidão PJ	1	R\$17,75	R\$0,35	R\$1,07	R\$8,65	R\$25,82
6502-9	Folha Adicional PJ	14	R\$17,60	R\$0,28	R\$1,12	R\$3,76	R\$22,88
Total			R\$35,35	R\$0,63	R\$2,19	R\$10,43	R\$48,50

Poder Judiciário - TJMG - Cartório Geral de Justiça
1º Ofício Registro de Títulos e Documentos e PJ do Frutal/MG

Selo Número: CNJ46534
Codigo: 7395.1414.7028.0840

Total de atos: 15, Folha: 37,44 TFJ: 10,43 Total: 47,87
Consulte a validade deste Selo no site: suprimentos.djmg.jus.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PII-327

RAQUEL MIRIAN DA SILVA PAULA

1º TABELIONATO DE NOTAS
CARTERA DE IDENTIDADE

Este é reprodução fiel da face do documento apresentado. Dou fé

FRUTAL MG 27 MAR 2018

Em test. da verdade

João Benedito Roberto dos Reis - Tabelião
2º Fred Antônio de Freitas - Escrivão

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

002.709.816-83

RAQUEL MIRIAN DA SILVA PAULA

04/03/1974

Selo de Fiscalização

AUTENTICAÇÃO

CXK 72423

Selo de Fiscalização

AUTENTICAÇÃO

CXK 72424

REGISTRO GERAL M-9.063.763 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/06/74

NOME RAQUEL MIRIAN DA SILVA PAULA

FILIAÇÃO EDIS MARGARIDO DA SILVA
GERALDA APARECIDA DA SILVA

NATURALIDADE FRUTAL-MG DATA DE NASCIMENTO 04/03/74

DOC ORIGEM CAS LV-308 FI-89 FRUTAL-MG

CPF 002709816-83

ASSINATURA DO DIRETOR PII-327

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Cartão de uso pessoal e intransferível
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

2006

CORREIOS
www.correios.gov.br

Ata de Reunião do Conselho Comunitário

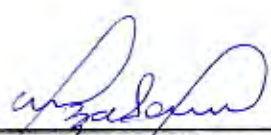
Associação Comunitária Cultural Frutalense - CNPJ 06.933.165/0001-00

Aos 14 de Setembro de 2018 às 09h00 horas, reuniram-se os integrantes do Conselho Comunitário da Associação Comunitária Cultural Frutalense - CNPJ 06.933.165/0001-00, para apresentar relatório contendo a grade de programação com a descrição e a avaliação dos programas veiculados durante o ano de 2018, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária. O Sr Presidente da entidade Lincoln Biage Gomes, agradeceu a presença de todos os representantes das entidades participantes do Conselho Comunitário e informou que durante o período de 2017 e 2018, observaram atentamente o caráter da programação da rádio, na sua finalidade exclusiva de atender a comunidade, se colocando a disposição para seguir as recomendações a serem propostas pelo Conselho, bem como que continuará atendendo as disposições da Lei 9612/98 e portarias afins. Em seguida o Sr. Presidente apresentou aos membros do Conselho Comunitário um relatório da programação da emissora, que segue anexo a esta ata e passou a condução da reunião aos membros do Conselho Comunitário. Iniciando os trabalhos, foi composta a mesa diretiva da presente reunião pelos senhores: Nivaldo Pacheco de Moraes, Presidente, e secretariando a Sra. Maria Auxiliadora Correa Barbosa, sendo aprovada pela unanimidade dos presentes. Após a análise da programação e ampla discussão entre os membros do Conselho Comunitário, passou-se ao seguinte parecer:

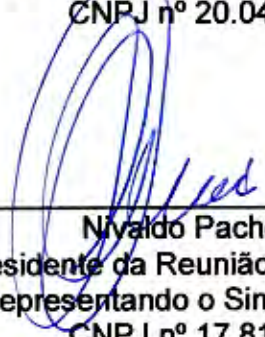
a) O Conselho Comunitário da Associação Comunitária Cultural Frutalense constatou que a rádio cumpriu seus objetivos comunitários insculpidos na Lei 9612/98, principalmente no que se refere ao seu aspecto plural, de ser uma emissora voltada para todos os segmentos da comunidade;

b) O Conselho Comunitário reconheceu o esforço da entidade na construção e participação da entidade em sua luta junto aos movimentos sociais organizados na busca por melhoria no marco regulatório da Radiodifusão Comunitária, e espera que o governo brasileiro atenda as demandas do segmento popular, garantindo um modelo que garanta a abertura do espectro para mais atores e que o sistema possibilite o desenvolvimento da Radiodifusão Comunitária no Brasil, sendo um dos principais instrumentos para a democratização dos meios de comunicação em nosso país;

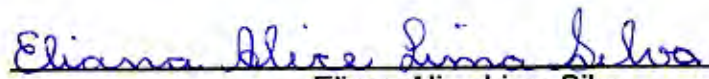
c) O Conselho Comunitário avalia como positiva a iniciativa da emissora em veicular campanhas de utilidade pública, de caráter informativo principalmente nas questões de saúde pública e recomenda a sua continuidade. O Conselho Comunitário da Associação Comunitária Cultural Frutalense finaliza assim seu parecer anual de programação da emissora, e após a leitura da mesma, foi encaminhado para votação o parecer sobre a programação da emissora, que foi aprovada pela unanimidade dos presentes, e que ao final segue assinada por todos os membros do Conselho Comunitário presentes nesta reunião. Frutal, 14 de Setembro de 2018.



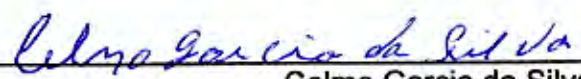
Maria Auxiliadora Correa Barbosa
Secretária da Reunião Conselho Comunitário
Representando a APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Frutal
CNPJ nº 20.043.493/0001-54



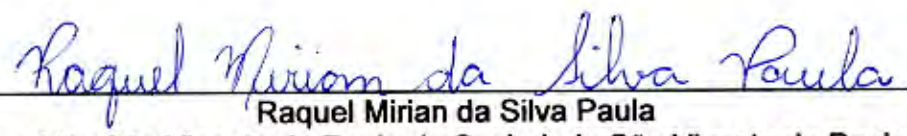
Nivaldo Pacheco de Moraes
Presidente da Reunião Conselho Comunitário
Representando o Sindicato Rural de Frutal
CNPJ nº 17.810.839/0001-98



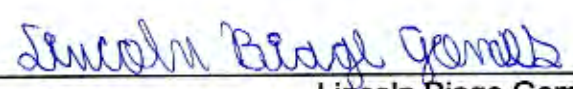
Eliana Alice Lima Silva
Representando a Associação Voluntária de Combate ao Câncer de Frutal – AVCC Frutal
CNPJ nº 11.254.420/0001-10



Celmo Garcia da Silva
Representando o Centro de Recuperação do Alcoólatra - CERECA
CNPJ nº 20.055.729/0001-72



Raquel Mirian da Silva Paula
Representando a Vila São Vicente de Paulo da Sociedade São Vicente de Paulo de Frutal - MG
CNPJ nº 20.058.756/0001-07



Lincoln Biage Gomes
Presidente da Associação Comunitária Cultural Frutalense

Programação Cultura FM**Programação de segunda à sexta**

Horário	Programa	Descrição
00:00 às 04:00	Madrugada Cultura	A sua noite com muito mais estilo, com uma programação variada, tocando só o que há de melhor no mundo da música como pop/rock nacional, internacional e dance.
04:00 às 08:00	Momento Sertanejo	O início da manhã tem um novo tom, o do som que domina o Brasil. As sertanejas consagradas, os grandes intérpretes e os grandes sucessos de um gênero único e envolvente. A música Sertaneja que agita as festas, os bailões e os Rodeios estão aqui.
08:00 às11:30	Manhã da Cultura	Programa com o melhor do pop/rock nacional, internacional, dance e pop, incluindo notícias, informações, utilidade pública e curiosidades.
11:30 às12:30	Agenda Esportiva	Programa jornalístico com as principais notícias do dia sobre tudo que está acontecendo no mundo do futebol e destaques para outros esportes.
12:30 às13:00	Almoçando com Música	Programa com os maiores e melhores sucessos da MPB.
13:00 às18:00	Tarde da Cultura	Programa com o melhor do pop/rock nacional, internacional, dance e pop, incluindo notícias , utilidade pública e informações
18:00 às19:00	Edição Pop	As músicas mais pedidas durante todo o dia na programação da Cultura FM.
19:00 às20:00	Voz do Brasil	Principais informações do Legislativo. Executivo e Judiciário.

20:00 às 00:00	Noite da Cultura	A sua noite com muito mais estilo, com uma programação variada, tocando só o que há de melhor no mundo da música como pop/rock nacional, internacional e dance music .
---------------------------	------------------	--

Programação sábado e domingo

Horário	Programa	Descrição
00:00 às 04:00	Madrugada Cultura	A sua noite com muito mais estilo, com uma programação variada, tocando só o que há de melhor no mundo da música como pop/rock nacional, internacional e dance.
04:00 às 08:00	Momento Sertanejo	O início da manhã tem um novo tom, o do som que domina o Brasil. As sertanejas consagradas, os grandes intérpretes e os grandes sucessos de um gênero único e envolvente. A música Sertaneja que agita as festas, os bailões e os Rodeios estão aqui.
08:00 às 11:30	Manhã da Cultura	Programa com o melhor do pop/rock nacional, internacional, dance e pop, incluindo notícias, informações, utilidade pública e curiosidades.
11:30 às 12:30	Agenda Esportiva	Programa jornalístico com as principais notícias do dia sobre tudo que está acontecendo no mundo do futebol e destaques para outros esportes.
12:30 às 13:00	Almoçando com Música	Programa com os maiores e melhores sucessos da MPB.
13:00 às 18:00	Tarde da Cultura	Programa com o melhor do pop/rock nacional, internacional, dance e pop, incluindo notícias , utilidade pública e informações

18:00 às 19:00	Edição Pop	As músicas mais pedidas durante todo o dia na programação da Cultura FM.
19:00 às 00:00	Noite da Cultura	A sua noite com muito mais estilo, com uma programação variada, tocando só o que há de melhor no mundo da música como pop/rock nacional, internacional e dance music

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Protocolo nº: **01250.024836/2019-39** .

Entidade: **Associação Comunitária Cultural Frutalense**.

Assunto: **Instauração de Processo de Renovação da Outorga**.

1. A **Associação Comunitária Cultural Frutalense**, cuja outorga se expira em **17/08/2019**, solicitou a renovação da outorga para o serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Frutal / MG, por meio do documento (4209710).

2. Assim, proceda-se à **instauração do processo de renovação da outorga**.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, **Substituta**, em 23/05/2019, às 07:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4219385** e o código CRC **41E3383A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.024836/2019-39

SEI nº 4219385



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária
Divisão de Processos de Rádio Comunitária
Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 34313/2019/SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 20 de setembro de 2019.

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da **Associação Comunitária Cultural Frutalense** (CNPJ nº 06.933.165/0001-00)

Rua João Heitor de Assunção 50 - Bela Vista

38.200-000 Frutal / MG

Assunto: Requerimento de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Processo nº 01250.024836/2019-39.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informo que consta nesta Coordenação-Geral o pedido de renovação de outorga, referente ao período de 17/08/2009 a 17/08/2019, protocolizado sob o nº 01250.024836/2019-39, e que o assunto se encontra em análise.
2. Esclareço que, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério, conforme previsão do § 1º do art. 6º-A da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, com redação dada pela Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017.
3. Solicito, ainda, que o endereço de correspondência esteja sempre atualizado neste Ministério.
4. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/09/2019, às 11:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4653910** e o código CRC **9ABC7F14**.

**Correios****AVISO DE RECEBIMENTO AR**

DATA DE POSTAGEM

30/09/2019

DESTINATÁRIOASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE
RUA JOAO HEITOR DE ASSUNCAO, 50

BELA VISTA

FRUTAL MG

38200-000

REMETENTEMINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SERCO,

BRASÍLIA - DF

70044-900



B1891155562BR

UNIDADE DE POSTAGEM

AGF VIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

14 OUT 2019

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª 09/10/19 15:26:23
2ª 11/10/19 15:26:23
3ª / / /

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - PR: 01250.024836/2019-39 - OF: 34313;

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

[1] MUDOU-SE

[6] NÃO PROCURADO

[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE

[7] AUSENTE

[3] NÃO EXISTE NÚMERO

[8] FALECIDO

[4] DESCONHECIDO

[9] OUTROS

[5] RECUSADO

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

FRANK CAPUCCI FERREIRA

Supl. 134

Matrícula: 0312.343-4

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Mariana de Sá Almeida

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

14-10-2019

Brasília/DF, 05 de fevereiro de 2020.

Ao Senhor

Yroá Roblêdo Ferreira

Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC

Brasília/DF

Assunto: Processos nº **01250.024836/2019-39** e
01250.024834/2019-40

Senhor Coordenador-Geral,

Com meus cordiais cumprimentos, venho por meio deste requerer em nome da Associação Comunitária Cultural Frutalense que seja anexada **Procuração ad judicium et extra** aos processos nº **01250.024836/2019-39** e **01250.024834/2019-40** que tramitam neste Ministério, referentes ao pedido de renovação de outorga de funcionamento da Rádio Cultura FM, da cidade de Frutal/MG, cuja mantenedora é a Associação acima descrita.

Informo, por oportuno, que este instrumento particular de procuração foi conferido a mim pelo Presidente da Associação Comunitária Cultural Frutalense para representá-lo perante Órgãos e Instituições e para praticar, em seu nome, determinados atos.

Desde já, antecipo agradecimentos e coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas.

Atenciosamente,



Rafael Cardoso de Assis Ferreira
Advogado OAB/DF 41.635

Contato: 61-99291-8580
advrafaelferreira@gmail.com

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: LINCOLN BIAGE GOMES, brasileiro, solteiro, auxiliar de escritório, inscrito no CPF/MF sob o nº 226.639.958 – 60 e RG nº 350716110 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Ipiranga, nº 411, Centro - Cep: 38200-000 – Frutal/MG, neste ato como **REPRESENTANTE LEGAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 06.933.165/0001-00, com sede à Avenida Juquinha Ganha Pouco nº 1.031, Universe Residence Plaza, na cidade de Frutal/MG.

OUTORGADO: RAFAEL CARDOSO DE ASSIS FERREIRA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/DF sob o nº 41.635, com endereço profissional no SHN, Quadra 02, Bloco F, Salas 1506/1507, Ed. Executive Office Tower, Cep: 70.702-906, Brasília/DF.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meu bastante procurador o outorgado, concedendo-lhe os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, para o foro em geral, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga ao Advogado acima descrito, os poderes para, em nome do Outorgante, **receber citação, confessar, peticionar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, receber, dar quitação, firmar compromisso, representar, participar de reuniões nos Órgãos, Secretarias e Autarquias competentes, fazer carga e vista dos Processos nº 01250.024836/2019-39 e 01250.024834/2019-40 que tramitam junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações e ainda sob os processos que tramitam junto à ANATEL.**

Frutal 27 de Janeiro de 2020.



Lincoln Biage Gomes

LINCOLN BIAGE GOMES

Outorgante

PODER JUDICIÁRIO - TJMS - CORRESPONDENTE DE JUSTIÇA

Primeiro Tabelionato de Notas da Comarca de Friburgo

Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de LINCOLN BIANCHI

GOMES em testemunho da verdade

Friburgo/MG, 28/01/2020.

SELO CONSULTA: DFET/17

CÓDIGO SEGURANÇA: 3915816036625349

Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por: José Benedito Roberto dos Reis - Tabelião

Emol: R\$ 5,48 - T.F.J.: R\$ 1,70 - Valor final: R\$ 7,28 - ISS: R\$ 0,10

Consulte a validade deste selo no site: <https://seios.fmg.br>

Nº DA ATIVIDADE: AAF382050

PRIMEIRO TABELIONÁRIO DE NOTAS

ROBERTO DOS REIS

28/01/2020

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
 CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
 IDENTIDADE DE ADVOGADO



INSCRIÇÃO: **41635**

NOME
RAFAEL CARDOSO DE ASSIS FERREIRA

FILIAÇÃO
**LUIZ ANTONIO FERREIRA
 MEIVA ANGELICA C. DE A. FERREIRA**

NATURALIDADE
FRUTAL-MG

RG
MG - 10.419.928 - SSP/MG

DATA DE NASCIMENTO
30/09/1982

CPF
014.844.676-04

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
NÃO

VIA
01

EXPIRADO EM
07/10/2013


IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
 PRESIDENTE

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 07049252





ASSINATURA DO PORTADOR


ART. 30, INC. I, L. 8908/94

USO OBRIGATÓRIO
 IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
 (Art. 13 da Lei nº 9.506/94)



OBSERVAÇÕES



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE

CNPJ: 06.933.165/0001-00

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

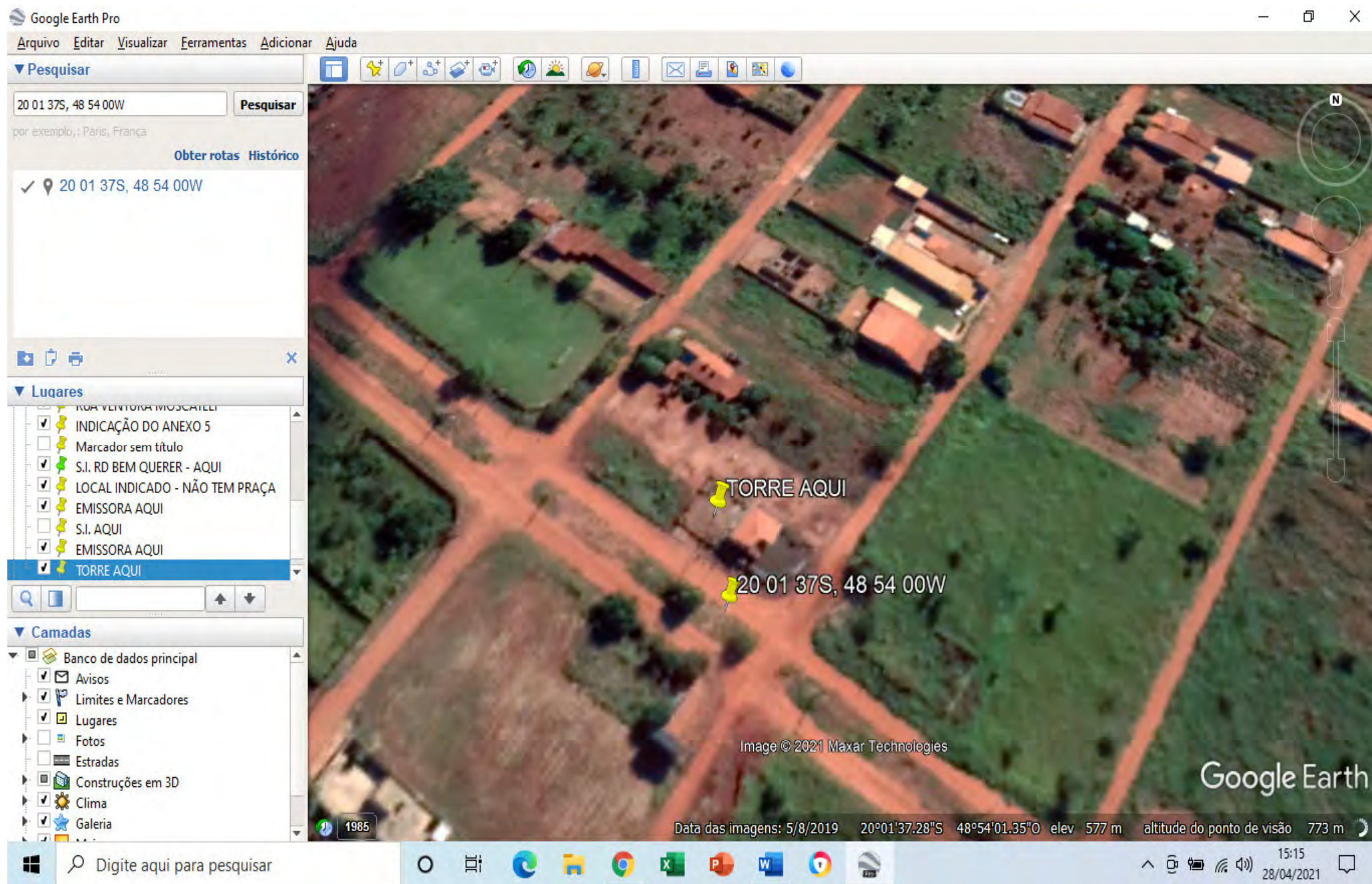
Emitida às 15:21:41 do dia 28/04/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 28/05/2021.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



SISTEMA IRRADIANTE COM COORDENADAS GEOGRÁFICAS DENTRO DA MARGEM DE ERRO.



AQUI TEMOS A LOCALIZAÇÃO DA ENTIDADE DE A ORDO COM O ANEXO 5.



Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Data/Hora: 28/04/2021 14:49:13

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: MG
Município: Frutal
Canal: 285
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE
Nome Fantasia: RÁDIO CULTURA FM
Logradouro: AVENIDA JUQUINHA GANHA POUCO
Telefone: (61) 0000000000
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 06.933.165/0001-00
Bairro: UNIVERSE RESIDENCE PLAZA
Número: 1031
Fax: Não Informado

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 06933165000100

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 38200000 Logradouro: AVENIDA JUQUINHA GANHA POUCO
Número: 1031 Complemento: Bairro: UNIVERSE RESIDENCE PLAZA Estado: MG
Município: Frutal Distrito: SubDistrito:
Telefone: 61 0000000000 Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 38200000 Logradouro: AVENIDA JUQUINHA GANHA POUCO
Número: 1031 Complemento: Bairro: UNIVERSE RESIDENCE PLAZA Estado: MG
Município: Frutal Distrito: SubDistrito:
Telefone: Fax: E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação
Contrato/Convênio: 17/08/2009

Data Limite Instalação: 17/02/2010

Número do Processo: 530000435482004

Fistel: 50404304770

Caixa:

Sequência:

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	196		Portaria	MC	17/05/2007	21/05/2007	Outorga	Jur.
	3822		ATO	CMPRL	27/06/2008	30/06/2008	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	540		Decreto Legislativo	CN	14/08/2009	17/08/2009	Deliber. do C. Nacional	Jur.
	5132		ATO	CMPRL	10/09/2009	11/09/2009	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	497		Portaria	MC	08/05/2013	09/05/2013	Multa	Jur.

☐ Característica da Estação Instalada

» Endereços

☐ Estação Transmissora

Endereço

País: Brasil
 Cep: 38200000 Logradouro: AVENIDA JUQUINHA GANHA POUCO
 Número: 1031 Complemento: Bairro: UNIVERSE RESIDENCE PLAZA UF: MG
 Município: Frutal Distrito: SubDistrito:

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Latitude: 20S013324 Longitude: 48W560779 Raio: 48

Coordenadas Geográficas Estação

Latitude: 20S013700 Longitude: 48W540000
 Distância ao Centro do Município: Km
 Azimute: (Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)

Informações da Estação

Cota Base Torre: m
 Raio da Área de Serviço: 1 km

Estúdio Principal

País: Brasil
 Cep: 38200000 Logradouro: AVENIDA JUQUINHA GANHA POUCO
 Número: 1031 Complemento: Bairro: UNIVERSE RESIDENCE PLAZA UF: MG
 Município: Frutal Distrito: SubDistrito:

» Estação Principal

Antena Principal

Fabricante: ANTENAS ELECTRIL LTDA.
 Modelo: PT 160 Ganho: 0 dBd
 Polarização: Vertical Orient. NV: graus
 Beam-Tilt: graus Preenchimento de nulos: (%)
 HCI: 30 metros

Descrição: PLANO TERRA

Máximo: 200 Digitados: 11

Transmissor Principal

Código Equipamento: 007170300345 ☒ Ex.: (Produto)(Ano)(Solicitante)(Fabricante)
 Potência: 25 W
 Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.
 Modelo: TEC113
 Validade:
 Potência Equipamento: W

OBS.: Para consultar produtos, [Clique Aqui](#).

Linha Transmissão

Fabricante: CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA
 Modelo:
 Comprimento: m Impedância: ohms
 Atenuação: dB/100m

» Potência Efetiva Irradiada

Potência Irradiada

» Número do Processo e Observações Gerais

Num. Processo/Observações

Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE - CNPJ/CPF (06.933.165/0001-00)		Situação: Entidade não possui débitos	
Município/UF: FRUTAL/MG		Canal: 285	
Indicativo: ZYX434			
Dia Início	Dia Fim	Hora Início	Hora Fim
Domingo ▼	Sábado ▼	00:00 ▼	24:00 ▼
			X

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.024836/2019-39**.Assunto: **Processo tecnicamente instruído.**

1. Informo que o processo nº 01250.024836/2019-39, de interesse da Associação Comunitária Cultural Frutalense, entidade que requer renovação da autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **FRUTAL/MG**, encontra-se tecnicamente instruído, uma vez que os endereços indicados no requerimento de renovação conferem com os cadastrados no Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD) da Agência Nacional de Telecomunicações (evento SEI 7139436).
2. Encaminhem-se os autos para análise dos demais documentos.

Brasília, 28 de abril de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Morgenstern Aiub, Engenheiro**, em 28/04/2021, às 15:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7139444** e o código CRC **20681130**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.024836/2019-39

SEI-MCOM nº 7139444



nalidade. 46) Processo: 08660.024033/2002; Interessado: Luis Augusto Fagundes Werlang; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal contra a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relatora: Jaqueline Filgueiras Chapadense Pacheco - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 244/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a Penalidade. 47) Processo: 08660.023538/2002; Interessado: Jose Aldir March; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal contra a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relatora: Jaqueline Filgueiras Chapadense Pacheco - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 247/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a Penalidade. 48) Processo: 08660.024274/2002; Interessado: Jose Cleomar Rouir da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal contra a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relatora: Jaqueline Filgueiras Chapadense Pacheco - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 249/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a Penalidade. 49) Processo: 08660.014370/2003; Interessado: Germano Alberto Traunfellner; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relatora: Jaqueline Filgueiras Chapadense Pacheco - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 248/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a Penalidade. 50) Processo: 08660.008316/2004; Interessado: Cristiano Machado de Oliveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relatora: Jaqueline Filgueiras Chapadense Pacheco - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 251/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a Penalidade. 51) Processo: 08660.007024/2003-89; Interessado: Sidnei Lourenço Bekenkamp; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relatora: Jaqueline Filgueiras Chapadense Pacheco - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 252/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a Penalidade. 52) Processo: 08660.007980/2004; Interessado: Eurico de Paulo Terra; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SPRF; Relatora: Jaqueline Filgueiras Chapadense Pacheco - Ministério das Cidades. Após apresentação do Parecer 253/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade, decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a Penalidade. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos pelo Senhor Presidente e determinada a lavratura da presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros presentes, representantes de seus respectivos ministérios.

ALFREDO PERES DA SILVA
Presidente do Conselho

RUI CÉSAR DA SILVEIRA BARBOSA
Ministério da Defesa - Suplente

JOSÉ ANTONIO SILVÉRIO
Ministério da Ciência e Tecnologia - Suplente

JAQUELINE FILGUEIRAS PACHECO CHAPADENSE
Ministério das Cidades - Suplente

CARLOS ALBERTO FERREIRA DOS SANTOS
Ministério do Meio Ambiente - Suplente

VALTER CHAVES COSTA
Ministério da Saúde - Titular

EDSON DIAS GONÇALVES
Ministério dos Transportes - Titular

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 123, DE 11 DE ABRIL DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000314/1998, Concorrência nº 157/1997-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Empresa Bageense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HELIO COSTA

PORTARIA DE 12 DE ABRIL DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto n.º 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, resolve outorgar autorização a entidade abaixo relacionada a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. O ato de outorga somente produzirá efeito legal após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
171	53690.001370/98	Associação Comunitária Movimento Rádio Vale do Rio Bugres FM	Barra do Bugres/MT

HÉLIO COSTA

PORTARIAS DE 17 DE MAIO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto n.º 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, resolve outorgar autorização as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de outorga somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
194	53710.001300/99	Associação Comunitária Cultural de Teleradiodifusão de São Pedro dos Ferros	São Pedro dos Ferros/MG
196	53000.043548/04	Associação Comunitária Cultural Frutalense	Frutal/MG

HELIO COSTA

Presidente do Conselho

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 17 de abril de 2007

Nº 338-CD - Processo nº 53508.000228/2001 e apensos.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto pela TELERJ CELULAR S/A, então Concessionária do Serviço Móvel Celular (SMC) na Área 3 definida na NGT n.º 20/96, e atual Autorizada do Serviço Móvel Pessoal (SMP) na Região I do Plano Geral de Autorizações (PGA-SMP), aprovado pela Resolução n.º 321, de 27 de setembro de 2002, na área correspondente ao Estado do Rio de Janeiro, também referida nos autos pela denominação fantasia de VIVO, em face da decisão proferida pelo Conselho Diretor da Anatel, nos autos do processo principal em epígrafe, que tem por objeto a análise de irregularidade associada à prestação do SMC, constatada através de vistoria realizada pelo serviço de fiscalização do Escritório Regional da Anatel-ER02, decidiu, em sua Reunião n.º 428, realizada em 21 de março de 2007, conhecer do Pedido de Reconsideração e, no mérito, negar a ele provimento, mantendo-se in totum o teor do despacho nº 216/2006-CD, pelas razões e justificativas constantes da Análise n.º 118/2007/GCPJ, de 13 de março de 2007, em conformidade com o Parecer n.º 646/2006/PFE/ER02, de 22 de dezembro de 2006, da Procuradoria Federal Especializada da Anatel.

PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DO GERENTE-GERAL

Processo nº 53563.000140/2000.

Adoto o Parecer nº 90/2005, às fls. 19/23, tendo em vista a ocorrência de prescrição intercorrente, nos termos do §1º do art. 1º da Lei nº 9.873/99.

Considerando os documentos que instruem o processo; considerando ainda os princípios basilares da Administração Pública, o poder da autotutela do Estado na análise e consideração dos seus atos, a equidade que deve nortear os atos administrativos, e ainda o disposto no art. 55 do Regimento Interno da Anatel, determino o arquivamento do presente feito.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO GERENTE
Em 2 de fevereiro de 2007

Processo n.º 53508.013275/2006 - Aplica a sanção de MULTA, no valor total de R\$ 1.858,69 (hum mil oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos), a RÁDIO SINAI FM, representada pelo Sr. LUIZ FRANCISCO DA SILVA, entidade não outorgada, na cidade de São Gonçalo/RJ, em consonância com o art. 173, inciso II, da Lei n.º 9.472/97, por estar incurso no parágrafo único do art. 184, em infringência ao art. 163, ambos do mesmo

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 754, de 24 de outubro de 2006, publicada no Diário Oficial da União nº 207, de 27 de outubro de 2006, Seção 1, pág. 96, onde se lê: Conselho Comunitário Todas as Partes - COARTE, leia-se: Conselho Comunitário Todas as Artes - COARTE.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO-DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 466, DE 16 DE MAIO DE 2007

Aprova Alterações no Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal - PGA SMP.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 e art. 35, do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO os comentários recebidos em decorrência da Consulta Pública n.º 755, de 11 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo n.º 53500.020876/2006;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião n.º 433, realizada em 8 de maio de 2007; resolve:

Art.1.º Aprovar alteração no Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal - PGA SMP, na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR
Presidente do Conselho

ANEXO

ALTERAÇÃO NO PLANO GERAL DE AUTORIZAÇÕES DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - PGA SMP

O §1º do Art. 15, do Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal - PGA-SMP, aprovado pela Resolução n.º 321, de 27/09/2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

§1º As autorizações de SMP a serem expedidas para cada uma das Regiões I, II e III, previstas no Anexo I, terão Áreas de Prestação coincidentes com as respectivas Regiões, ressalvado o disposto no §4º.

ATO Nº 65.002, DE 15 DE MAIO DE 2007

Processo n.º 53500.000101/2003. Encaminha ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com parecer favorável a sua aprovação, consideradas as observações feitas no item 3 da Análise n.º 185/2007-GCJL, de 27 de abril de 2007, o Ato de Concentração submetido pelas empresas TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELES P e TELEFÔNICA EMPRESAS S.A., referente à alienação de ativos relacionados com a plataforma Internet Protocol (IP).

PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 532, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SOM ARAGUAIA DE PALMAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 253, de 24 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de agosto de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 533, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SOM TOCANTINS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miranorte, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 255, de 24 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miranorte, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de agosto de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 534, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E INFORMAÇÃO DE PACAJÁ - ACIPA - EMISSORA COMUNITÁRIA "NOVO TEMPO" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacajá, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 500, de 2 de abril de 2002, alterada pela Portaria de nº 402 de 30 de julho de 2003, que outorga autorização à Associação de Cultura e Informação de Pacajá - ACIPA - Emissora Comunitária "Novo Tempo" para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacajá, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de agosto de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 535, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV DESAN TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gouveia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 249, de 24 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gouveia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de agosto de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 536, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE TELERADIODIFUSÃO DE SÃO PEDRO DOS FERROS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro dos Ferros, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 194, de 17 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Teleradiodifusão de São Pedro dos Ferros para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro dos Ferros, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de agosto de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 537, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à ECO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Benedito, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 503, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Eco FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Benedito, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de agosto de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 538, DE 2009**

Aprova o ato que outorga concessão à NATUREZA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de junho de 2008, que outorga concessão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de agosto de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 539, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CULTURAL DE VITÓRIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Exu, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 375, de 13 de julho de 2007, que outorga permissão à Rádio Cultural de Vitória Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Exu, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de agosto de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 540, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 196, de 17 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de agosto de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 541, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à CLUBE DAS MÃES SÃO JOÃO BATISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Jaguaribe, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 90, de 21 de março de 2007, que outorga autorização à Clube das Mães São João Batista para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Jaguaribe, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de agosto de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 542, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM D.A. LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 322, de 19 de junho de 2007, que outorga permissão à Rádio FM D.A. Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de agosto de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 06.933.165/0001-00
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALEN
Endereço: AV JUQUINHA GANHA POUCO 001031 / UNIVERSE RESIDENSE / UBERLANDIA /
MG / 38200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/02/2022 a 21/03/2022

Certificação Número: 2022022001493568147118

Informação obtida em 04/03/2022 09:12:59

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE
CNPJ: 06.933.165/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:46:57 do dia 18/02/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 17/08/2022.

Código de controle da certidão: **5E2F.6465.F414.487B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.933.165/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 17/08/2004
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CULTURA FM	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada
--

LOGRADOURO AV JUQUINHA GANHA POUCO	NÚMERO 1031	COMPLEMENTO *****
--	-----------------------	-----------------------------

CEP 38.200-000	BAIRRO/DISTRITO UNIVERSE RESIDENCE PLAZA	MUNICÍPIO FRUTAL	UF MG
--------------------------	--	----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO MILTONCRISTOVAM@TERRA.COM.BR	TELEFONE (34) 3421-9163/ (34) 3421-5499
--	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/08/2004
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 06.933.165/0001-00
Certidão nº: 7344226/2022
Expedição: 04/03/2022, às 09:42:50
Validade: 31/08/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **06.933.165/0001-00**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE

CNPJ: 06.933.165/0001-00

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:59:42 do dia 04/03/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 03/04/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.043.493/0001-54 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/03/1980
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRUTAL		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) APAE DE FRUTAL		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R TREZE DE MAIO	NÚMERO 410	COMPLEMENTO *****
CEP 38.200-000	BAIRRO/DISTRITO N SRA DO CARMO	MUNICÍPIO FRUTAL
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/08/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **04/03/2022** às **15:35:44** (data e hora de Brasília).



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.810.839/0001-98 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 01/09/1971
NOME EMPRESARIAL SINDICATO RURAL DE FRUTAL		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.20-1-00 - Atividades de organizações sindicais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 313-1 - Entidade Sindical		
LOGRADOURO R ANTONIO RODRIGUES DE SOUZA	NÚMERO 405	COMPLEMENTO *****
CEP 38.200-000	BAIRRO/DISTRITO ALTO BOA VISTA	MUNICÍPIO FRUTAL
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO MASTER@KNET.COM.BR	TELEFONE (34) 3421-8077	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/10/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **04/03/2022** às **15:36:55** (data e hora de Brasília).



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.254.420/0001-10 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 15/10/2009
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO VOLUNTARIA DE COMBATE AO CANCER DE FRUTAL-AVCC FRUTAL

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AVCC FRUTAL	PORTE DEMAIS
--	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 87.11-5-04 - Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada
--

LOGRADOURO AV RIO DE JANEIRO	NÚMERO 1079	COMPLEMENTO FUNDOS;
--	-----------------------	-------------------------------

CEP 38.200-000	BAIRRO/DISTRITO NOSSA SENHORA APARECIDA	MUNICÍPIO FRUTAL	UF MG
--------------------------	---	----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO AVCCFRUTAL@HOTMAIL.COM	TELEFONE (34) 9974-0846
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/10/2009
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.055.729/0001-72 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/09/1985
NOME EMPRESARIAL CENTRO DE RECUPERACAO DE ALCOOLATRA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CEREA		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R JOAO HEITOR DE ASSUNCAO	NÚMERO 50	COMPLEMENTO *****
CEP 38.202-198	BAIRRO/DISTRITO NOSSA SENHORA DO CARMO	MUNICÍPIO FRUTAL
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO ESCUNIAO@NETSITE.COM.BR	TELEFONE (34) 3421-9105	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **04/03/2022** às **15:39:32** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.058.756/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/05/1986
NOME EMPRESARIAL VILA SAO VICENTE DE PAULO DA SOCIEDADE SAO VICENTE DE PAULO DE FRUTAL-MG		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R AREDIO SANTANA DE ANDRADE	NÚMERO 980	COMPLEMENTO *****
CEP 38.200-000	BAIRRO/DISTRITO ALTO BOA VISTA	MUNICÍPIO FRUTAL
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **04/03/2022** às **15:40:33** (data e hora de Brasília).

Correspondência Eletrônica - 9531618

Data de Envio:

04/03/2022 18:11:58

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <coroc@mctic.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br
andre.paula@mcom.gov.br
coroc@mcom.gov.br
airton.ruschel@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM ref. renov. outorga proc. 01250.024836/2019-39 Frutal MG

Mensagem:

Prezados senhores,

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de autorização do serviço de radiodifusão comunitária em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 condenação de revogação da autorização associada à Associação Comunitária Cultural Frutalense, inscrita no CNPJ nº 06.933.165/0001-00, que executa o serviço de radiodifusão comunitária no município de Frutal, no estado de Minas Gerais;

1.2 processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de revogação da Autorização em relação a interessada indicada acima;

1.3 processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada; e,

1.4 . processo(s) de apuração de infração em trâmite relacionado(s) à vínculo político-partidário, religioso ou familiar nos termos do art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que possa(m) resultar na aplicação de sanção em relação a interessada indicada acima.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 coroc@mcom.gov.br associada à Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

2.2 airton.ruschel@mcom.gov.br associado ao servidor Airton José Ruschel

2.3 andre.paula@mcom.gov.br associado ao servidor André Saraiva de Paula

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Airton José Ruschel

61-998715662

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária COROC

RE: Consulta CGFM ref. renov. outorga proc. 01250.024836/2019-39 Frutal MG

cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Seg, 07/03/2022 12:19

Para: André Saraiva de Paula <andre.paula@mcom.gov.br>; coroc <coroc@mcom.gov.br>; Airton José Ruschel <airton.ruschel@mcom.gov.br>; coroc@mcom.gov <coroc@mcom.gov>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que em relação à referida entidade consta o registro do Processo de Apuração de Infração - PAI n. 53524.000838/2019-79, em fase recursal, de acordo com o qual houve, conforme a PORTARIA Nº 3810/2021/SEI-MCOM, a aplicação da sanção de multa, no valor de R\$ 788,59 (setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), e lhe atribuir 8 (oito) pontos, em razão da prática da infração capitulada no inciso XV, do art. 40, do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998 (Descumprimento de Exigência).

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <coroc@mctic.gov.br>

Enviado: sexta-feira, 4 de março de 2022 18:11

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>; André Saraiva de Paula <andre.paula@mcom.gov.br>; coroc <coroc@mcom.gov.br>; Airton José Ruschel <airton.ruschel@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM ref. renov. outorga proc. 01250.024836/2019-39 Frutal MG

Prezados senhores,

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de autorização do serviço de radiodifusão comunitária em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 condenação de revogação da autorização associada à Associação Comunitária Cultural Frutalense, inscrita no CNPJ nº 06.933.165/0001-00, que executa o serviço de radiodifusão comunitária no município de Frutal, no estado de Minas Gerais;

1.2 processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de revogação da Autorização em relação a interessada indicada acima;

1.3 processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada; e,

1.4 . processo(s) de apuração de infração em trâmite relacionado(s) à vínculo político-partidário, religioso ou familiar nos termos do art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que possa(m) resultar na aplicação de sanção em relação a interessada indicada acima.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 coroc@mcom.gov.br associada à Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

2.2 airton.ruschel@mcom.gov.br associado ao servidor Airton José Ruschel

2.3 andre.paula@mcom.gov.br associado ao servidor André Saraiva de Paula

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,
Aírton José Ruschel
61-998715662

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária COROC

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **LINCOLN BIAGE GOMES**, Título Eleitoral: **2993 9668 0116**, CPF: **226.639.958-60**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **91wNC85EYvP0D6sOJ5atWPatWQM=**
Certidão emitida em **04/03/2022 19:46:41**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA**, Título Eleitoral: **1931 3376 0281**, CPF: **117.446.476-31**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **X8nNzYVQnu7Xgqc3bp0C3Vb00SA=**
Certidão emitida em **04/03/2022 19:49:20**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **MARLI FERREIRA DE PAULA**, Título Eleitoral: **3090 8165 0132**, CPF: **343.660.928-59**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **9yfjZllpow7nMdpRtJsdICLu+Lo=**
Certidão emitida em **04/03/2022 19:51:11**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **MAXIMILIANO VIEIRA MELO**, Título Eleitoral: **1967 0142 0221**, CPF: **114.373.236-77**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **D3PcdoxulA6osx236XTTXPeUKdo=**
Certidão emitida em **04/03/2022 19:52:45**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral

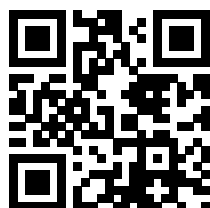
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a legislação vigente, o eleitor identificado abaixo **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO**.

Nome do Eleitor(a): LINCOLN BIAGE GOMES

Título Eleitoral: 299396680116

Certidão emitida às 20:00:02 de 04/03/2022



Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: [http:// www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br), por meio do código de autenticação: **42FB.54FB.8AE9.48F8**



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral

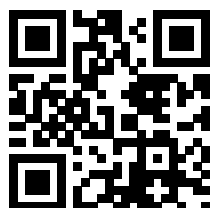
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a legislação vigente, o eleitor identificado abaixo **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO**.

Nome do Eleitor(a): PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA

Título Eleitoral: 193133760281

Certidão emitida às 20:01:45 de 04/03/2022



Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: [http:// www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br), por meio do código de autenticação: **2208.0AB6.892B.9035**



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral

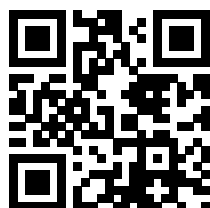
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a legislação vigente, o eleitor identificado abaixo **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO**.

Nome do Eleitor(a): MARLI FERREIRA DE PAULA

Título Eleitoral: 309081650132

Certidão emitida às 20:04:52 de 04/03/2022



Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: [http:// www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br), por meio do código de autenticação: **A2B9.5A28.E7E9.C5C7**



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral

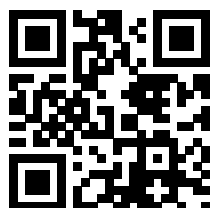
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a legislação vigente, o eleitor identificado abaixo **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO**.

Nome do Eleitor(a): MAXIMILIANO VIEIRA MELO

Título Eleitoral: 196701420221

Certidão emitida às 20:07:35 de 04/03/2022



Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: [http:// www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br), por meio do código de autenticação: 73BB.1446.3BA3.DEC0



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **LINCOLN BIAGE GOMES**

Inscrição: **2993 9668 0116**

Zona: 116 Seção: 0048

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 19/10/1981

Domicílio desde: 03/05/2002

Filiação: - RUTE BIAGE DO CARMO GOMES
- EDUARDO GOMES

Certidão emitida às 08:49 em 08/03/2022



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

+VVJ.IU39.XPK2.LNVH



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA**

Inscrição: **1931 3376 0281**

Zona: 116

Seção: 0189

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 22/11/1991

Domicílio desde: 05/05/2010

Filiação: - MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO
- VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA

Certidão emitida às 08:51 em 08/03/2022



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

XVBG.49IH.OHEB.G5YQ



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **MARLI FERREIRA DE PAULA**

Inscrição: **3090 8165 0132**

Zona: 116 Seção: 0058

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 11/08/1973

Domicílio desde: 02/05/2006

Filiação: - ERANIDES FERREIRA DE PAULA
- MANOEL FRANCISCO DE PAULA

Certidão emitida às 09:20 em 08/03/2022



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

IRCD.YQ5L.S9UG.ØZQB

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **MAXIMILIANO VIEIRA MELO**

Inscrição: **1967 0142 0221**

Zona: 116 Seção: 0174

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 16/11/1993

Domicílio desde: 07/02/2012

Filiação: - ZILDA CANDIDA VIEIRA MELO
- MANOEL EURIPEDES DE MELO

Certidão emitida às 09:21 em 08/03/2022



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

OZFE.ORXP.KK6C.HTV6



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **LINCOLN BIAGE GOMES**

Inscrição: **2993 9668 0116**

Zona: 116 Seção: 0048

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 19/10/1981

Domicílio desde: 03/05/2002

Filiação: - RUTE BIAGE DO CARMO GOMES
- EDUARDO GOMES

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): LOCUTOR E COMENTARISTA DE RÁDIO E TELEVISÃO E RADIALISTA

Certidão emitida às 09:26 em 08/03/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

3LAW.FDLI.RJSV.7KOW



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA**

Inscrição: **1931 3376 0281**

Zona: 116 Seção: 0189

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 22/11/1991

Domicílio desde: 05/05/2010

Filiação: - MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO
- VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): LOCUTOR E COMENTARISTA DE RÁDIO E TELEVISÃO E RADIALISTA

Certidão emitida às 09:28 em 08/03/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

FCUN.NKIB.1GDD.BI5X



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MARLI FERREIRA DE PAULA**

Inscrição: **3090 8165 0132**

Zona: 116 Seção: 0058

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 11/08/1973

Domicílio desde: 02/05/2006

Filiação: - ERANIDES FERREIRA DE PAULA
- MANOEL FRANCISCO DE PAULA

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): DONA DE CASA

Certidão emitida às 09:30 em 08/03/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

AHG3.95LV.E9JV.HSLH



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MAXIMILIANO VIEIRA MELO**

Inscrição: **1967 0142 0221**

Zona: 116 Seção: 0174

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 16/11/1993

Domicílio desde: 07/02/2012

Filiação: - ZILDA CANDIDA VIEIRA MELO
- MANOEL EURIPEDES DE MELO

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO E ASSEMBLEIA

Certidão emitida às 09:32 em 08/03/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

T+AX.SWQE.R5AM.T2QX



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

18335840/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes CÍVEIS em tramitação contra:

LINCOLN BIAGE GOMES

OU

CPF: 226.639.958-60

Certidão emitida em: 08/03/2022, às 11:32:47 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 18335840

Código de Validação: A00F CF01 B4AC 4444 4CBC 9750 A419 6A52

Data da Atualização: 08/03/2022, às 02:09:06



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

18336013/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes CÍVEIS em tramitação contra:

PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA

OU

CPF: 117.446.476-31

Certidão emitida em: 08/03/2022, às 11:36:05 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 18336013

Código de Validação: 7FF8 6001 763A 7B49 DC2B 97F6 24D1 EDDA

Data da Atualização: 08/03/2022, às 02:09:06



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

18336110/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes CÍVEIS em tramitação contra:

MARLI FERREIRA DE PAULA

OU

CPF: 343.660.928-59

Certidão emitida em: 08/03/2022, às 11:38:50 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 18336110

Código de Validação: 8357 8FBF 2CC7 02BC 945C 13F1 8B22 DB31

Data da Atualização: 08/03/2022, às 02:09:06



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

18336203/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes CÍVEIS em tramitação contra:

MAXIMILIANO VIEIRA MELO

OU

CPF: 114.373.236-77

Certidão emitida em: 08/03/2022, às 11:40:56 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 18336203

Código de Validação: 3CA9 04BE AA86 5F2A A1A3 66DC 82E9 B394

Data da Atualização: 08/03/2022, às 02:09:06



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

18335953/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

LINCOLN BIAGE GOMES

OU

CPF: 226.639.958-60

Certidão emitida em: 08/03/2022, às 11:34:53 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 18335953

Código de Validação: 6562 9CD0 E913 1687 D8F6 801F 1C70 55D1

Data da Atualização: 08/03/2022, às 02:09:06



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

18336065/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA

OU

CPF: 117.446.476-31

Certidão emitida em: 08/03/2022, às 11:37:39 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 18336065

Código de Validação: 78BC 5063 4B05 4CB3 DBA7 B3A8 52A6 E2A1

Data da Atualização: 08/03/2022, às 02:09:06



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

18336150/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

MARLI FERREIRA DE PAULA

OU

CPF: 343.660.928-59

Certidão emitida em: 08/03/2022, às 11:39:48 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 18336150

Código de Validação: 863D CE51 26DA B6A1 625D 58A3 B0BE 862C

Data da Atualização: 08/03/2022, às 02:09:06



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

18336249/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

MAXIMILIANO VIEIRA MELO

OU

CPF: 114.373.236-77

Certidão emitida em: 08/03/2022, às 11:42:01 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 18336249

Código de Validação: DA35 6D8F EAE0 C2B0 BC1F 2FB7 E8DE E874

Data da Atualização: 08/03/2022, às 02:09:06



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

FRUTAL

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: LINCOLN BIAGE GOMES

CPF: 226.639.958-60

RG: 35071611

Nome pai: EDUARDO GOMES

Nome mãe: RUTE BIAGE DO CARMO GOMES

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

Certidão solicitada em 08 de Março de 2022 às 12:00

FRUTAL, 08 de Março de 2022 às 14:15

Código de Autenticação: 2203-0814-1541-0389-2318

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

FRUTAL

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: PATRÍCIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA
CPF: 117.446.476-31
RG: 15624200
Nome pai: VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA
Nome mãe: MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

Certidão solicitada em 08 de Março de 2022 às 12:06

FRUTAL, 08 de Março de 2022 às 14:15

Código de Autenticação: 2203-0814-1558-0195-9241

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

FRUTAL

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: MARLI FERREIRA DE PAULA

CPF: 343.660.928-59

RG: 27490107

Nome pai: MANOEL FRANCISCO DE PAULA

Nome mãe: ERANIDES FERREIRA DE PAULA

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

Certidão solicitada em 08 de Março de 2022 às 12:11

FRUTAL, 08 de Março de 2022 às 14:16

Código de Autenticação: 2203-0814-1610-0241-8831

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

FRUTAL

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: MAXIMILIANO VIEIRA MELO
CPF: 114.373.236-77
RG: 17367347
Nome pai: MANOEL EURIPEDES DE MELO
Nome mãe: ZILDA CANDIDA VIEIRA MELO

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

Certidão solicitada em 08 de Março de 2022 às 12:15

FRUTAL, 08 de Março de 2022 às 14:16

Código de Autenticação: 2203-0814-1622-0910-7812

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA RÁDIO COMUNITÁRIA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado - Associação ou Fundação de Direito Privado)

Processo nº: 01250.024836/2019-39

Interessada/Outorgada: Associação Comunitária Cultural Frutalense

CNPJ nº: 06.933.165/0001-00

Município: Frutal

Estado: Minas Gerais

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 16/05/2019

Período da outorga a ser renovado: 17 de agosto de 2019 a 17 de agosto de 2029

Tipo de outorga a ser renovada:

(X) Radiodifusão Comunitária (RADCOM)

() Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter educativo.() Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter educativo.() Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter educativo.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 fl 1	- Art. 6º-A da Lei nº 9.612/1998	Rádio Cultura FM
1.1) requerimento de renovação de outorga assinado por todos os dirigentes	() Sim (x) Não () Não se aplica	4209710 fl 43-45	- Art. 130, §1º, inciso I da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 * Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	decreto leg. 17/08/2009 val 17/08/2019 lim envio 17/06/2019 protocolo 16/05/2019 (x) É tempestivo nos termos do art. 6º-A da Lei nº 9.612/1998 Pedir novo anexo5 no modelo atual.
2. Estatuto social devidamente registrado	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 fl 19-36 registro fl 36	- Art. 9º, §2º, inciso I da Lei nº 9.612/1998 - Art. 130, §2º da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
2.1) Estatuto social atende ao art. 40, inciso I da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 (Contém indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão)?	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 art 2 a ; fl 19	- Art. 130, §1º, inciso II c/c art. 40, inciso I da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
2.2) Estatuto social atende ao art. 40, inciso II da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 (Contém garantia de ingresso gratuito)	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 art 7 §1 ; fl 23	- Art. 130, §1º, inciso II c/c art. 40, inciso II da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
2.3) Estatuto social atende ao art. 40, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 (Contém garantia do direito de voz e voto nas instâncias deliberativas)	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 art 8 b ; fl 25	- Art. 130, §1º, inciso II c/c art. 40, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
2.4) Estatuto social atende ao art. 40, inciso IV da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 (Contém garantia do direito a voto (pessoas físicas e jurídicas) e, de ser votado (pessoas físicas) para os caros dos órgãos deliberativos)	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 art 8 b ; fl 25	- Art. 130, §1º, inciso II c/c art. 40, inciso IV da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	

2.5) Estatuto social atende ao art. 40, inciso V da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 (Contém especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 art 37 ; fl 33	- Art. 130, §1º, inciso II c/c art. 40, inciso V da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
2.6) Estatuto social atende ao art. 40, inciso V, alínea "a" da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 (Contém especificação dos cargos do órgão administrativo da entidade e suas respectivas atribuições)	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 art 11 ; fl 25 art 19 ; fl 27 art26-30 ; fl 29-31	- Art. 130, §1º, inciso II c/c art. 40, inciso V, alínea "a" da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
2.7) Estatuto social atende ao art. 40, inciso V, alínea "b" da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 (Contém especificação do tempo de mandato dos dirigentes limitado a 4 anos, permitida uma única recondução)	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 art 19 ; fl 27	- Art. 130, §1º, inciso II c/c art. 40, inciso V, alínea "b" da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
2.8) Estatuto social atende ao art. 40, inciso V, alínea "a" da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 (Contém especificação do Conselho Comunitário e suas respectivas atribuições	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 art 37 ; fl 33	- Art. 130, §1º, inciso II c/c art. 40, inciso V, alínea "a" da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
2.9) Estatuto social atende ao art. 40, §2º da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 (Contém cláusula de que a entidade, por qualquer meio, não realiza ou não realizará proselitismo	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 art 4 § 1 ; fl 21	- Art. 130, §1º, inciso II c/c art. 40, §2º da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
3. Ata de Eleição dos seus dirigentes devidamente registrada	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 fl 10-18 Duração do Mandato: 07/08/2018 até 07/08/2022 4 anos Art 19 ES	- Art. 9º, §2º, inciso II da Lei nº 9.612/1998 - Art. 130, §1º, inciso III c/c §2º da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	1-Lincoln Biage Gomes Presidente 2-Patricia Inildelaine Brito Oliveira Diretora Administrativa 3-Marli Ferreira de Paula Diretora Financeira 4-Maximiliano Vieira Melo Diretor de Comnicações e Operações
4. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 1-Lincoln Biage Gomes fl 55-56 2-Patricia Inildelaine Brito Oliveira fl 59 3-Marli Ferreira de Paula fl 61 4-Maximiliano Vieira Melo ffl 63	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal - Art. 9º, §2º, inciso III da Lei nº 9.612/1998	
4.1) prova de maioridade e o comprovante de inscrição no CPF, de todos os dirigentes	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 1-Lincoln Biage Gomes fl 55-56 2-Patricia Inildelaine Brito Oliveira fl 59 3-Marli Ferreira de Paula fl 61 4-Maximiliano Vieira Melo ffl 63	- Art. 9º, §2º, inciso IV da Lei nº 9.612/1998 - Art. 130, §1º, inciso IV da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
5. Declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 fl 39-45 Formulário próprio com as informações do Anexo5	- Art. 9º, §2º, inciso V da Lei nº 9.612/1998 - item VIII do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	Declarações individuais: 1-Lincoln Biage Gomes 2-Patricia Inildelaine Brito Oliveira 3-Marli Ferreira de Paula 4-Maximiliano Vieira Melo fls 71-74
5.1) A pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado (ou similar ao item I do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 fl 39-45 Formulário próprio com as informações do Anexo5	- item I do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	
5.2) A pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta (ou similar ao item II do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 fl 39-45 Formulário próprio com as informações do Anexo5	- item II do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	

5.3) A pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 74, caput , inciso XXXIII, da Constituição: (ou similar ao item III do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 fl 39-45 Formulário próprio com as informações do Anexo5	- item III do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	
5.4) Pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga (ou similar ao item IV do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 fl 39-45 Formulário próprio com as informações do Anexo5	- item IV do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	
5.5) Pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político partidárias ou comerciais (ou similar ao item V do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 fl 39-45 Formulário próprio com as informações do Anexo5	- item V do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	
5.6) Responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 fl 39-45 Formulário próprio com as informações do Anexo5	- item VI do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	
5.7) Nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial (ou similar ao item VII do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 fl 39-45 Formulário próprio com as informações do Anexo5	- item VII do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	
5.8) Todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora (ou similar ao item IX do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 fl 39-45 Formulário próprio com as informações do Anexo5	- item IX do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	
5.9) Todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput , inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (ou similar ao item X do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	() Sim (x) Não () Não se aplica	4209710 fl 39-45 Formulário próprio com as informações do Anexo5 A redação do formulário da entidade não contempla neste item ... por qualquer infração de natureza penal ...	- Art. 132, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 - item X do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	Pedir novo anexo5 no modelo atual item 1.1
5.10) Emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento, assinado pelo representante legal da entidade (ou similar ao item XI do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(x) Sim () Não () Não se aplica	4209710 fl 39-45 Formulário próprio com as informações do Anexo5	- Art. 130, §1º, inciso VI da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 - item XI do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	
6. Relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116 da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 (assinado por todos os conselheiros comunitários)	() Sim (x) Não () Não se aplica	CNPJs das 5 associações OK: 9530452 Grade OK Relatório 4209728 fl 184-188 pedir	- Art. 130, §1º, inciso V da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	pedir atualizada, somente os 5 membros do conselho assinam. Membros da diretoria não podem assinar.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
7. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ	(x) Sim () Não () Não se aplica	9527406 Emitida em 04/03/2022	- Art. 130, §6º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
8. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL	(x) Sim () Não () Não se aplica	9528157 Válida até 03/04/2022	- Art. 130, §6º, inciso IV da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
9. certidão que comprove a regularidade da entidade	(x) Sim	9527264	- Art. 130, §6º,	

com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	() Não () Não se aplica	Válida até 21/03/2022	inciso V da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
10. certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal	(x) Sim () Não () Não se aplica	9527384 Válida até 17/08/2022	- Art. 130, §6º, inciso VI da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho	(x) Sim () Não () Não se aplica	9527417 Válida até 31/08/2022	- Art. 130, §6º, inciso VII da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
12. Certidões Negativas (Cível e Penal) do Tribunal de Justiça do domicílio dos dirigentes/diretores da associação ou fundação	(x) Sim () Não () Não se aplica		9541522	Aguardar Criminal TJMG
13. Certidões Negativas (Cível e Penal) da Justiça Federal (Tribunal Regional Federal) do domicílio dos dirigentes/diretores da associação ou fundação	(x) Sim () Não () Não se aplica	9540421 9540432		

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
14. Portaria de autorização (referente ao período de vigência da outorga anterior) e demais documentos cadastrais	(x) Sim () Não () Não se aplica	9525141 Portaria nº 196 de 17/05/2007 publicado no DOU em 21/05/2007	- Art. 130, §6º, inciso I da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
14.1) Decreto Legislativo (referente ao período de vigência da outorga anterior)	(x) Sim () Não () Não se aplica	9525149 Decreto Legislativo nº 540 de 14/08/2009 publicado no DOU em 17/08/2009	- Art. 130, §6º, inciso I da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
15. relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga (anterior)	(x) Sim () Não () Não se aplica	9538888	- Art. 130, §6º, inciso II da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
15.1) Houve condenação de revogação da autorização associada à entidade?	() Sim (x) Não () Não se aplica	9538888	- Art. 130, §6º, inciso II da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
15.2) Há processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada?	() Sim (x) Não () Não se aplica	9538888	- Art. 130, §6º, inciso II da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
15.3) Há processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de revogação da Autorização em relação a interessada?	() Sim (x) Não () Não se aplica	9538888	- Art. 130, §6º, inciso II da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
15.4) Há processo(s) de apuração de infração em trâmite relacionado(s) à vínculo político-partidário, religioso ou familiar nos termos do art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que possa(m) resultar na aplicação de sanção em relação a interessada?	() Sim (x) Não () Não se aplica	9538888	- Art. 130, §6º, inciso II da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
16. Vínculo Político-Partidário	(x) Sim () Não () Não se aplica	9531778	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 7º, inciso III, alínea "a", número 1, 2, 3 e 4 da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	sem vínculo
16.1) Certidão de Informações Partidárias (ocupação de cargo de direção em partido político) dos dirigentes/diretores da associação ou fundação	(x) Sim () Não () Não se aplica	9531778	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 7º, inciso III, alínea "a", número 1, 2, 3 e 4 da	

			Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
16.2) Certidão de filiação partidária dos dirigentes/diretores da associação ou fundação	(x) Sim () Não () Não se aplica	9531792	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 7º, inciso III, alínea "a", número 1, 2, 3 e 4 da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
16.3) Certidão de quitação eleitoral dos dirigentes/diretores da associação ou fundação	(x) Sim () Não () Não se aplica	9539263	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 7º, inciso III, alínea "a", número 1, 2, 3 e 4 da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
16.4) Certidão de crimes eleitorais dos dirigentes/diretores da associação ou fundação	(x) Sim () Não () Não se aplica	9539169	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 7º, inciso III, alínea "a", número 1, 2, 3 e 4 da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
17. Vínculo Familiar	(x) Sim () Não () Não se aplica	Não foi identificado vínculo familiar	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 7º, inciso III, alínea "b" da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	sem vínculo
18. Vínculo Religioso	(x) Sim () Não () Não se aplica	Não foi identificado vínculo religioso	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 7º, inciso III, alínea "a", número 6 e 7 da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	sem vínculo
19. Vínculo Comercial	(x) Sim () Não () Não se aplica	Não foi identificado vínculo comercial	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 7º, inciso III, alínea "a", número 5 da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	sem vínculo
20. Outro tipo de Vínculo?	(x) Sim () Não () Não se aplica	Não foi identificado outro tipo de vínculo	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 7º, inciso III, alínea "c" da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	sem vínculo

Observações Adicionais

Não há

Conclusão

Os itens 1 e 6 **não estão em conformidade** com o disposto na legislação, sendo que terão que ser atualizados pela entidade.

Analisado por:

Data:

Nome: Aírton José Ruschel
Cargo: Tecnologista

08 de março de 2022



Documento assinado eletronicamente por **Aírton José Ruschel, Tecnologista**, em 08/03/2022, às 16:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9525249** e o código CRC **2D7F8C08**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

OFÍCIO Nº 5297/2022/MCOM

Brasília, 08 de março de 2022.

Ao Senhor

Lincoln Biage Gomes

Representante Legal da Associação Comunitária Cultural Frutalense

Inscrição no CNPJ nº 06.933.165/0001-00

Avenida Juquinha Ganha Pouco 1031 , Universe Residence Plaza

38.204-332 / Frutal - MG

email cultura105fm@terra.com.br miltoncristovam@terra.com.br

Assunto: **Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimento cordialmente com as considerações de estilo para informar que houve análise do pedido de renovação da outorga de serviço de radiodifusão comunitária acostado no autos em questão conforme Checklist (SEI 9541907).

2. Para prosseguirmos com a avaliação e, principalmente, ser possível o deferimento (aprovação) do pedido, é necessário que seja a apresentado(s) o(s) seguinte(s) documento(s):

I - **Requerimento (conforme Anexo5)**, nos termos do art. 130, § 1º, inciso I da Portaria nº 4334/2015.

O requerimento enviado em 16/05/2019 estava em desacordo com o atual modelo de requerimento Anexo5.

Enviar o requerimento preenchido de forma legível **com as informações somente dos 4 diretores.**

Não é necessário autenticar o requerimento ou suas assinaturas em cartório.

Não é necessário enviar novamente os documentos pessoais dos 4 diretores.

II - **Relatório do Conselho Comunitário**, nos termos do art. 130, § 1º, inciso V da Portaria nº 4334/2015.

Enviar relatório datado do ano de 2022.

O relatório precisa estar assinado somente pelos 5 conselheiros comunitários da entidade. As assinaturas devem estar ao lado do nome do representante e do nome da associação representada, informando também o CNPJ. Os 5 CNPJs enviados foram avaliados e estão aptos a participar do Conselho Comunitário.

Os membros da diretoria da entidade não podem assinar o relatório.

Não é necessário autenticar o relatório e suas assinaturas em cartório.

Precisa conter a grade de programação da rádio comunitária;

3. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> .

4. Ressalto que, caso a resposta ocorra via postal, o endereço para correspondência é:

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.

CEP: 70044-900 / Brasília - DF.

5. Na resposta solicito a gentileza de indicar o número do processo de renovação da entidade (SEI 01250.024836/2019-39), para agilizar o trâmite.
6. Estabeleço o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação. Se esta entidade entender necessário prorrogar o prazo, deverá apresentar pedido fundamentado dentro do referido prazo. O não atendimento poderá resultar no arquivamento do pedido de renovação, além de outras implicações legais.
7. Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Andre Saraiva de Paula, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária**, em 10/03/2022, às 12:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9541741** e o código CRC **54CA4D62**.

Documentos a serem enviados no anexo(s) do e-mail de notificação, ou então, impressos juntamente com o Ofício pela via Postal (Correios):

Anexo - Checklist de avaliação - SEI 9525249 ;

Anexo - Modelo de Requerimento de Renovação do Anexo 5 da Portaria nº 4334/2015 - SEI 8330584;

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 5297/2022/MCOM - Processo nº 01250.024836/2019-39 - Nº SEI: 9541741

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



AIRTON JOSE RUSCHEL

[Relatório](#) [Consultar](#) [Sair](#)

Consultar cadastros

CPF ou CNPJ: ▼

Situação: ▼

Serviços: ▼

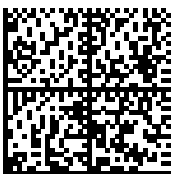
Razão social:

CNPJ:

UF: ▼

[Pesquisar](#)

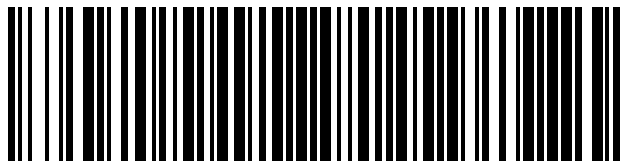
10 ▼ 1 / 1				
	Ações	CNPJ	Razão Social	Data de cadastro
		06.933.165/0001-00	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE	31/01/2022 11:48:07
10 ▼ 1 / 1				



Contrato: 9912556366
CARTA REG AR 04

Volume: 1/1
Peso (g): 100.0

BY 243 875 157 BR



AR

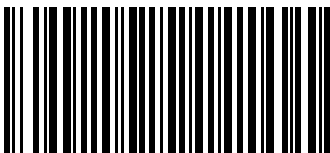
Recebedor: _____
Assinatura: _____ Documento: _____

DESTINATÁRIO



ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE
AVENIDA JUQUINHA GANHA POUCO 1031 RESIDENCE PLAZA

38204-332 FRUTAL/MG



Obs: 01250024836/2019-39-OFICIO N
5297/2022-COROC-DOC

Remetente: MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA
CIVICOADMINIST
70044-900 BRASILIA/DF



Correios AR

**AVISO DE
RECEBIMENTO**

VIA POSTAL
11/03/2022

DESTINATARIO

ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE

AVENIDA JUQUINHA GANHA POUCO, 1031
RESIDENCE PLAZA - FRUTAL - MG

38204-332

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO

ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN

ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF

70044-900

BY243875157BR



01250024836/2019-39-OFICIO N 5297/2022-COROC-DOC

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____ h

2º ____/____/____ : ____ h

3º ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALECIDO |
| [9] OUTROS _____ | |

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

____/____/____

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE

Frutal 23 de Março de 2022

Ao Ministério das Comunicações

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Ref; Ofício Nº 5297/2022/MCOM

Assunto: **Solicitação de Documentos**

Localidade: **Frutal – MG**

Nome da Entidade: **Associação Comunitária Cultural Frutalense**

Processo de Renovação: **01250.024836/2019-39**

Prezados Senhores (as),

Em atenção ao ofício acima indicado, vimos por meio deste, encaminhar a este Ministério os seguintes Documentos Solicitados:

- A) Novo Requerimento de Renovação de Outorga assinado por todos os diretores;
- B) Ata assinada de Avaliação da Programação pelos membros do Conselho Comunitário relativo ao ano de 2022;
- C) Grande de Programação da emissora.

Sem mais para o momento, desde já agradecemos

LINCOLN BIAGE GOMES.

Lincoln Biage Gomes

Presidente

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	Associação Comunitária Cultural Frutalense				
Nome Fantasia:	Rádio Cultura FM	CNPJ:	06.933.165/0001-00		
Endereço de Sede:	: Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031, Universe Residence Plaza				
Município:	Frutal	UF:	MG	CEP:	38.204-332
Nome do representante legal:	Lincoln Biage Gomes				
Endereço eletrônico (e-mail):	radioculturafrutal@hotmail.com				

Endereço de Correspondência:	Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031, Universe Residence Plaza				
Município:	Frutal	UF:	MG	CEP:	38.204-332

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	Avenida Juquinha Ganha Pouco, 1031, Universe Residence Plaza Município: Frutal UF: MG CEP: 38.204-332 Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84): Latitude: (S) 20°S01'37" Longitude: 48°W54'00"				
Município:	Frutal	UF:	MG	CEP:	38.204-332
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude: 20° S 01'37" Longitude: 48° W 54' 00 "			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município de Frutal, MG, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;

- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;
- X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e
- XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:		Lincoln Biage Gomes			
Cargo:	Presidente			Tit. Eleitor:	299396680116
RG:	35.071.611-0	Órgão Emissor:	SSP/SP	CPF:	226.639.958-60
Endereço:	Rua Ipiranga, 411, Centro				
Município:	Frutal	UF:	MG	CEP:	38.200-000
Assinatura:	LINCOLN BIAGE GOMES				

Nome do dirigente:		Patricia Inildelaine Brito Oliveira			
Cargo:	Diretora Administrativa			Tit. Eleitor:	193133760281
RG:	15.624.200	Órgão Emissor:	PC/MG	CPF:	117.446.476-31
Endereço:	Rua Marcondes Machado, 935, Santos Dumont				
Município:	Frutal	UF:	MG	CEP:	38.200-000
Assinatura:	Patricia Inildelaine Brito Oliveira				

Nome do dirigente:	Marli Ferreira de Paula				
Cargo:	Diretora Financeira			Tit. Eleitor:	309081650132
RG:	27.420.107-9	Órgão Emissor:	SSP/SP	CPF:	343.660.928-59
Endereço:	Rua Professora Sônia Beatriz de Oliveira Furtado, 158 Flamboyant				
Município:	Frutal	UF:	MG	CEP:	38.200-000
Assinatura:	<i>Marli Ferreira de Paula</i>				

Nome do dirigente:	Maximiliano Vieira Melo				
Cargo:	Diretor de Comunicações e Operações			Tit. Eleitor:	196701420221
RG:	17.367.347	Órgão Emissor:	PC/MG	CPF:	114.373.236-77
Endereço:	Viriato Correia, 311, Centro				
Município:	Frutal	UF:	MG	CEP:	38.200-000
Assinatura:	<i>Maximiliano Vieira Melo</i>				

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

Ata de Reunião do Conselho Comunitário
Associação Comunitária Cultural Frutalense - CNPJ 06.933.165/0001-00

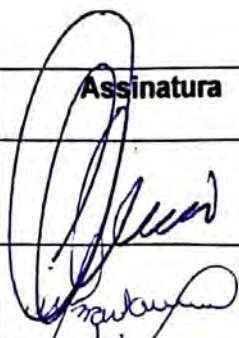
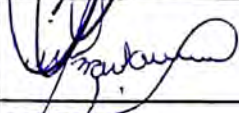
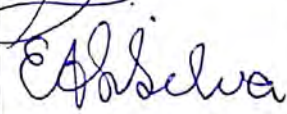
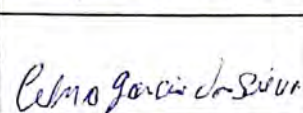
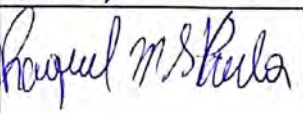
Aos 22 dias do mês de Março de 2022 às 20h00 horas, reuniram-se os integrantes do Conselho Comunitário da Associação Comunitária Cultural Frutalense - CNPJ 06.933.165/0001-00, para apresentar relatório contendo a grade de programação com a descrição e a avaliação dos programas veiculados durante o ano de 2021 até a presente data, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária. O Sr Presidente da entidade Lincoln Biage Gomes, agradeceu a presença de todos os representantes das entidades participantes do Conselho Comunitário e informou que durante o período de 2021 até o presente momento, observou atentamente o caráter da programação da rádio, na sua finalidade exclusiva de atender a comunidade, se colocando a disposição para seguir as recomendações a serem propostas pelo Conselho, bem como que continuará atendendo as disposições da Lei 9612/98 e portarias afins. Em seguida o Sr. Presidente apresentou aos membros do Conselho Comunitário um relatório com a grade de programação da emissora, que segue anexo a esta ata e passou a condução da reunião aos membros do Conselho Comunitário. Iniciando os trabalhos, foi composta a mesa diretiva da presente reunião pelos senhores: Nivaldo Pacheco de Moraes, Presidente, e secretariando a Sra. Maria Auxiliadora Correa Barbosa, sendo aprovada pela unanimidade dos presentes. Após a análise da programação e ampla discussão entre os membros do Conselho Comunitário, passou-se ao seguinte parecer:

- a) O Conselho Comunitário da Associação Comunitária Cultural Frutalense constatou que a rádio cumpriu seus objetivos comunitários insculpidos na Lei 9612/98, principalmente no que se refere ao seu aspecto plural, de ser uma emissora voltada para todos os segmentos da comunidade;
- b) O Conselho Comunitário reconheceu o esforço da entidade na construção e participação da entidade em sua luta junto á comunidade de Frutal, bem como a abertura de espaços para a comunidade debater os assuntos referentes à sua melhoria e qualidade de vida, em defesa da Democracia;
- c) O Conselho Comunitário avaliou como muito positiva a postura da emissora no enfrentamento à Pandemia da Covid 19, o trabalho de conscientização da população para o isolamento social, o uso de máscaras e vacinação em massa.

Neste sentido, a política editorial da Rádio foi exemplar na luta contra a COVID 19 e fez com que a Rádio cumprisse sua função social de Emissora Pública.

Diante disso, o Conselho Comunitário da Associação Comunitária Cultural Frutalense finaliza assim seu parecer anual de programação da emissora, e após a leitura da mesma, foi encaminhado para votação o parecer sobre a programação da emissora, que foi aprovada pela unanimidade dos presentes, e que ao final segue assinada por todos os membros do Conselho Comunitário presentes nesta reunião.

Frutal, 22 de Março de 2022

Nome	Assinatura	Entidade	CNPJ
Nivaldo Pacheco de Morais		Sindicato Rural de Frutal	17.810.839/0001-98
Maria Auxiliadora Correa Barbosa		APAE Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais Frutal	20.043.493/0001-54
Eliana Alice Lima Silva <i>Eliana Alice Lima Silva</i>		Associação Voluntária de Combate ao Câncer de Frutal – AVCC Frutal	11.254.420/0001-10
Celmo Garcia da Silva		Centro de Recuperação do Alcoólatra - CEREAL	20.055.729/0001-72
Raquel Mirian da Silva Paula		Sociedade São Vicente de Paulo de Frutal - MG	20.058.756/0001-07

Programação Cultura FM

Segunda à Domingo

Horário	Programa	Descrição
00:00 às 4:00	Madrugada Cultura	A sua noite com muito mais estilo, com uma programação variada, tocando só o que há de melhor no mundo da música como pop/rock nacional, internacional e dance.
04:00 às 8:00	Momento Sertanejo	O início da manhã tem um novo tom, o do som que domina o Brasil. As sertanejas consagradas, os grandes intérpretes e os grandes sucessos de um gênero único e envolvente. A música Sertaneja que agita as festas, os bailões e os Rodeios estão aqui.
08:00 às 11:30	Manhã da Cultura	Programa com o melhor do pop/rock nacional, internacional, dance e pop, incluindo notícias, informações, utilidade pública e curiosidades.
11:30 às 12:30	Agenda Esportiva	Programa jornalístico com as principais notícias do dia sobre tudo que está acontecendo no mundo do futebol e destaques para outros esportes.
12:30 às 13:00	Almoçando com Música	Programa com os maiores e melhores sucessos da MPB.
13:00 às 18:00	Tarde da Cultura	Programa com o melhor do pop/rock nacional, internacional, dance e pop, incluindo notícias e informações.
18:00 às 19:00	Edição Pop	As músicas mais pedidas durante todo o dia na programação da Cultura FM.
19:00 às 20:00	Voz do Brasil	Principais informações do Legislativo. Executivo e Judiciário.
20:00 às 00:00	Noite da Cultura	A sua noite com muito mais estilo, com uma programação variada, tocando só o que há de melhor no mundo da música como pop/rock nacional, internacional e dance music.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.933.165/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 17/08/2004
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CULTURA FM	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO AV JUQUINHA GANHA POUCO	NÚMERO 1031	COMPLEMENTO *****
CEP 38.200-000	BAIRRO/DISTRITO UNIVERSE RESIDENCE PLAZA	MUNICÍPIO FRUTAL
UF MG	ENDEREÇO ELETRÔNICO MILTONCRISTOVAM@TERRA.COM.BR	
TELEFONE (34) 3421-9163/ (34) 3421-5499		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/08/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **30/03/2022** às **11:22:21** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE**

CNPJ: **06.933.165/0001-00**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:24:01 do dia 30/03/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 29/04/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 06.933.165/0001-00

Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALEN

Endereço: AV JUQUINHA GANHA POUCO 001031 / UNIVERSE RESIDENSE /
UBERLANDIA / MG / 38200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 30/03/2022 a 28/04/2022

Certificação Número: 2022033001351936224400

Informação obtida em 30/03/2022 11:28:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE
CNPJ: 06.933.165/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:46:57 do dia 18/02/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 17/08/2022.

Código de controle da certidão: **5E2F.6465.F414.487B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 06.933.165/0001-00
Certidão nº: 7344226/2022
Expedição: 04/03/2022, às 09:42:50
Validade: 31/08/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **06.933.165/0001-00**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Segunda Instância

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS os registros de distribuição de PROCESSOS CRIMINAIS de competência originária e/ou recursal, até a presente data, NADA CONSTA na Segunda Instância contra:

Nome: LINCOLN BIAGE GOMES
CPF: 226.639.958-60

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;
- e) esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;
- f) a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- g) Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

Certidão solicitada em 30 de Março de 2022 às 13:22

Segunda Instância, 30 de Março de 2022 às 13:22

Código de Autenticação: 2203-3013-2225-0587-0239

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Segunda Instância

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS os registros de distribuição de PROCESSOS CRIMINAIS de competência originária e/ou recursal, até a presente data, NADA CONSTA na Segunda Instância contra:

Nome: PATRÍCIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA
CPF: 117.446.476-31

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;
- e) esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;
- f) a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- g) Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

Certidão solicitada em 30 de Março de 2022 às 13:25

Segunda Instância, 30 de Março de 2022 às 13:25

Código de Autenticação: 2203-3013-2505-0337-8093

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Segunda Instância

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS os registros de distribuição de PROCESSOS CRIMINAIS de competência originária e/ou recursal, até a presente data, NADA CONSTA na Segunda Instância contra:

Nome: MARLI FERREIRA DE PAULA
CPF: 343.660.928-59

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;
- e) esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;
- f) a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- g) Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

Certidão solicitada em 30 de Março de 2022 às 13:26

Segunda Instância, 30 de Março de 2022 às 13:26

Código de Autenticação: 2203-3013-2629-0666-6603

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Segunda Instância

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS os registros de distribuição de PROCESSOS CRIMINAIS de competência originária e/ou recursal, até a presente data, NADA CONSTA na Segunda Instância contra:

Nome: MAXIMILIANO VIEIRA MELO
CPF: 114.373.236-77

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;
- e) esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;
- f) a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;
- g) Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

Certidão solicitada em 30 de Março de 2022 às 13:28

Segunda Instância, 30 de Março de 2022 às 13:28

Código de Autenticação: 2203-3013-2805-0018-7469

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



Correios AR AVISO DE RECEBIMENTO

VIA POSTAL
11/03/2022

DESTINATARIO

ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE

AVENIDA JUQUINHA GANHA POUCO, 1031
RESIDENCE PLAZA - FRUTAL - MG

38204-332

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

BY243875157BR



01250024836/2019-39-OFICIO N 5297/2022-COROC-DOC

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



22 MAR 2022

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____ h

2º ____/____/____ : ____ h

3º ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO
[1] MUDOU-SE [5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [6] NÃO PROCURADO
[3] NÃO EXISTE NUMERO [7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO [8] FALECIDO
[9] OUTROS _____

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

[Handwritten signature]
84121149

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

(CHEITON RAFAEL)

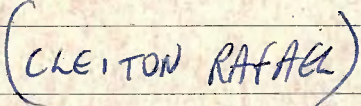
() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico

Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

DATA DE ENTREGA

22.03.2022

N DOC. DE IDENTIDADE

 Correios AR		AVISO DE RECEBIMENTO	VIA POSTAL 11/03/2022														
DESTINATÁRIO ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE AVENIDA JUQUINHA GANHA POUCO, 1031 RESIDENCE PLAZA - FRUTAL - MG 38204-332 ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF 70044-900		BY243875024BR  COROC COROC DOC PROC 01250024836/2019-39 OF 5297 SEI 9525248	CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 														
TENTATIVAS DE ENTREGA 1º ____/____/____ : ____ h 2º ____/____/____ : ____ h 3º ____/____/____ : ____ h		DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO) <table><tr><td colspan="2">MOTIVO DE DEVOLUÇÃO</td><td rowspan="5">RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO  8412114-9</td></tr><tr><td>[1] MUDOU-SE</td><td>[5] RECUSADO</td></tr><tr><td>[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE</td><td>[6] NÃO PROCURADO</td></tr><tr><td>[3] NÃO EXISTE NUMERO</td><td>[7] AUSENTE</td></tr><tr><td>[4] DESCONHECIDO</td><td>[8] FALECIDO</td></tr><tr><td colspan="2">[9] OUTROS _____</td><td></td></tr></table>		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO		RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO  8412114-9	[1] MUDOU-SE	[5] RECUSADO	[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE	[6] NÃO PROCURADO	[3] NÃO EXISTE NUMERO	[7] AUSENTE	[4] DESCONHECIDO	[8] FALECIDO	[9] OUTROS _____		
MOTIVO DE DEVOLUÇÃO		RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO  8412114-9															
[1] MUDOU-SE	[5] RECUSADO																
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE	[6] NÃO PROCURADO																
[3] NÃO EXISTE NUMERO	[7] AUSENTE																
[4] DESCONHECIDO	[8] FALECIDO																
[9] OUTROS _____																	
() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico		Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____															
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		DATA DE ENTREGA 22.03.2022															
NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR		N DOC. DE IDENTIDADE															



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.933.165/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 17/08/2004	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CULTURA FM	PORTE DEMAIS		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV JUQUINHA GANHA POUCO	NÚMERO 1031	COMPLEMENTO *****	
CEP 38.200-000	BAIRRO/DISTRITO UNIVERSE RESIDENCE PLAZA	MUNICÍPIO FRUTAL	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO MILTONCRISTOVAM@TERRA.COM.BR		TELEFONE (34) 3421-9163/ (34) 3421-5499	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/08/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 19/07/2022 às 11:52:26 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE**

CNPJ: **06.933.165/0001-00**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:08:50 do dia 19/07/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/08/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 06.933.165/0001-00

Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALEN

Endereço: AV JUQUINHA GANHA POUCO 001031 / UNIVERSE RESIDENSE /
UBERLANDIA / MG / 38200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/07/2022 a 01/08/2022

Certificação Número: 2022070304253253064738

Informação obtida em 19/07/2022 11:53:02

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE
CNPJ: 06.933.165/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:46:57 do dia 18/02/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 17/08/2022.

Código de controle da certidão: **5E2F.6465.F414.487B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 06.933.165/0001-00
Certidão nº: 22832289/2022
Expedição: 19/07/2022, às 11:53:13
Validade: 15/01/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL FRUTALENSE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **06.933.165/0001-00**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

21291133/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes CÍVEIS em tramitação contra:

LINCOLN BIAGE GOMES

OU

CPF: 226.639.958-60

Certidão emitida em: 23/06/2022, às 12:41:49 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 21291133

Código de Validação: 327B 318C F76F 6891 C8FB 1367 42C8 3DF7

Data da Atualização: 23/06/2022, às 02:39:59



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

21291143/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

LINCOLN BIAGE GOMES

OU

CPF: 226.639.958-60

Certidão emitida em: 23/06/2022, às 12:41:57 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 21291143

Código de Validação: E21C 20F7 625F 1060 B218 E645 6E94 210A

Data da Atualização: 23/06/2022, às 02:39:59



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **LINCOLN BIAGE GOMES**, Título Eleitoral: **2993 9668 0116**, CPF: **226.639.958-60**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **LMNMu/zGf1NG/HsQDnNZg6STzMU=**
Certidão emitida em **23/06/2022 12:42:27**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral

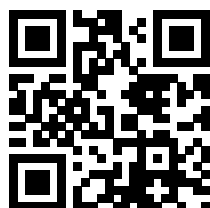
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a legislação vigente, o eleitor identificado abaixo **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO**.

Nome do Eleitor(a): LINCOLN BIAGE GOMES

Título Eleitoral: 299396680116

Certidão emitida às 12:47:53 de 23/06/2022



Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: [http:// www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br), por meio do código de autenticação: **BD0B.3892.35B2.8C98**



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **LINCOLN BIAGE GOMES**

Inscrição: **2993 9668 0116**

Zona: 116 Seção: 0048

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 19/10/1981

Domicílio desde: 03/05/2002

Filiação: - RUTE BIAGE DO CARMO GOMES
- EDUARDO GOMES

Certidão emitida às 12:48 em 23/06/2022



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

OOWQ.1GBN.TF9Y.HK3N



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **LINCOLN BIAGE GOMES**

Inscrição: **2993 9668 0116**

Zona: 116 Seção: 0048

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 19/10/1981

Domicílio desde: 03/05/2002

Filiação: - RUTE BIAGE DO CARMO GOMES
- EDUARDO GOMES

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): LOCUTOR E COMENTARISTA DE RÁDIO E TELEVISÃO E RADIALISTA

Certidão emitida às 12:50 em 23/06/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

TQL+.DUMV.EUPE.1YQ1



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

FRUTAL

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: LINCOLN BIAGE GOMES

CPF: 226.639.958-60

RG: 350716110

Nome pai: EDUARDO GOMES

Nome mãe: RUTE BIAGE DO CARMO GOMES

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

Certidão solicitada em 24 de Junho de 2022 às 08:07

FRUTAL, 24 de Junho de 2022 às 16:16

Código de Autenticação: 2206-2416-1624-0050-7748

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

21309712/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes CÍVEIS em tramitação contra:

PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA

OU

CPF: 117.446.476-31

Certidão emitida em: 24/06/2022, às 08:34:02 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 21309712

Código de Validação: B0B7 FEAC 9891 CF66 6460 4238 9F86 997A

Data da Atualização: 24/06/2022, às 02:30:59



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

21309714/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA

OU

CPF: 117.446.476-31

Certidão emitida em: 24/06/2022, às 08:34:06 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 21309714

Código de Validação: 6C78 E233 1EA3 7969 4993 6A33 1416 3BCC

Data da Atualização: 24/06/2022, às 02:30:59



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA**, Título Eleitoral: **1931 3376 0281**, CPF: **117.446.476-31**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **ymWnVzoPdypAeEk5XDDo0XBfR2g=**
Certidão emitida em **24/06/2022 08:25:30**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral

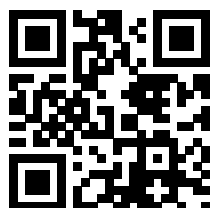
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a legislação vigente, o eleitor identificado abaixo **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO**.

Nome do Eleitor(a): PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA

Título Eleitoral: 193133760281

Certidão emitida às 08:24:20 de 24/06/2022



Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: [http:// www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br), por meio do código de autenticação: **DA59.4DF8.907A.6C4A**



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA**

Inscrição: **1931 3376 0281**

Zona: 116 Seção: 0189

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 22/11/1991

Domicílio desde: 05/05/2010

Filiação: - MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO
- VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA

Certidão emitida às 08:26 em 24/06/2022



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

30X6.PVPZ.HIC1.ZZDI



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA**

Inscrição: **1931 3376 0281**

Zona: 116 Seção: 0189

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 22/11/1991

Domicílio desde: 05/05/2010

Filiação: - MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO
- VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): LOCUTOR E COMENTARISTA DE RÁDIO E TELEVISÃO E RADIALISTA

Certidão emitida às 08:27 em 24/06/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

6S/K.MNWX.G/3V.FHUN



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

FRUTAL

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA
CPF: 117.446.476-31
RG: 15624200
Nome pai: VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA
Nome mãe: MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

Certidão solicitada em 24 de Junho de 2022 às 08:30

FRUTAL, 24 de Junho de 2022 às 16:16

Código de Autenticação: 2206-2416-1633-0279-1061

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

21309813/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes CÍVEIS em tramitação contra:

MARLI FERREIRA DE PAULA

OU

CPF: 343.660.928-59

Certidão emitida em: 24/06/2022, às 08:39:39 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 21309813

Código de Validação: C57F 9582 FE09 F9C7 4CE2 CBDF 8995 FB3F

Data da Atualização: 24/06/2022, às 02:30:59



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

21309821/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

MARLI FERREIRA DE PAULA

OU

CPF: 343.660.928-59

Certidão emitida em: 24/06/2022, às 08:40:03 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 21309821

Código de Validação: 2AE2 BDBB 0480 A7F8 B87B 12BE 870E C444

Data da Atualização: 24/06/2022, às 02:30:59



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **MARLI FERREIRA DE PAULA**, Título Eleitoral: **3090 8165 0132**, CPF: **343.660.928-59**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **wxA4hZ1s7P7RcKkCGwSLBT/k/p8=**
Certidão emitida em **24/06/2022 08:40:44**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral

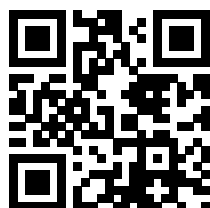
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a legislação vigente, o eleitor identificado abaixo **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO**.

Nome do Eleitor(a): MARLI FERREIRA DE PAULA

Título Eleitoral: 309081650132

Certidão emitida às 08:41:37 de 24/06/2022



Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: [http:// www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br), por meio do código de autenticação: 1450.F5CF.6898.3902



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **MARLI FERREIRA DE PAULA**

Inscrição: **3090 8165 0132**

Zona: 116 Seção: 0058

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 11/08/1973

Domicílio desde: 02/05/2006

Filiação: - ERANIDES FERREIRA DE PAULA
- MANOEL FRANCISCO DE PAULA

Certidão emitida às 08:42 em 24/06/2022



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

E/KA.QCKM.ACQO.TXVU



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MARLI FERREIRA DE PAULA**

Inscrição: **3090 8165 0132**

Zona: 116 Seção: 0058

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 11/08/1973

Domicílio desde: 02/05/2006

Filiação: - ERANIDES FERREIRA DE PAULA
- MANOEL FRANCISCO DE PAULA

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): DONA DE CASA

Certidão emitida às 08:43 em 24/06/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

UCBH.Q+Ø7.SHBF.ROVM

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

FRUTAL

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: MARLI FERREIRA DE PAULA

CPF: 343.660.928-59

RG: 274761979

Nome pai: MANOEL FRANCISCO DE PAULA

Nome mãe: ERANIDES FERREIRA DE PAULA

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

Certidão solicitada em 24 de Junho de 2022 às 08:47

FRUTAL, 24 de Junho de 2022 às 16:16

Código de Autenticação: 2206-2416-1651-0407-8015

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

21310224/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes CÍVEIS em tramitação contra:

MAXIMILIANO VIEIRA MELO

OU

CPF: 114.373.236-77

Certidão emitida em: 24/06/2022, às 08:53:53 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 21310224

Código de Validação: 9AD3 4C1B 9404 A738 0A57 6D88 2CB5 3791

Data da Atualização: 24/06/2022, às 02:30:59



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

21310234/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

MAXIMILIANO VIEIRA MELO

OU

CPF: 114.373.236-77

Certidão emitida em: 24/06/2022, às 08:54:12 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 21310234

Código de Validação: 65BB 245D B0CA 8A5D A4F3 BC8F 384A AD22

Data da Atualização: 24/06/2022, às 02:30:59



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **MAXIMILIANO VIEIRA MELO**, Título Eleitoral: **1967 0142 0221**, CPF: **114.373.236-77**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **oNFsBsgGX448NXZE9TzhVpKauQ8=**
Certidão emitida em **24/06/2022 08:55:34**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral

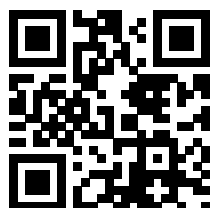
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a legislação vigente, o eleitor identificado abaixo **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO**.

Nome do Eleitor(a): MAXIMILIANO VIEIRA MELO

Título Eleitoral: 196701420221

Certidão emitida às 08:56:28 de 24/06/2022



Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: [http:// www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br), por meio do código de autenticação: **9F90.602D.AD55.893E**



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **MAXIMILIANO VIEIRA MELO**

Inscrição: **1967 0142 0221**

Zona: 116 Seção: 0174

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 16/11/1993

Domicílio desde: 07/02/2012

Filiação: - ZILDA CANDIDA VIEIRA MELO
- MANOEL EURIPEDES DE MELO

Certidão emitida às 08:57 em 24/06/2022



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

HNS7.H+WM.QVOB.EIOA



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MAXIMILIANO VIEIRA MELO**

Inscrição: **1967 0142 0221**

Zona: 116 Seção: 0174

Município: 45411 - FRUTAL

UF: MG

Data de nascimento: 16/11/1993

Domicílio desde: 07/02/2012

Filiação: - ZILDA CANDIDA VIEIRA MELO
- MANOEL EURIPEDES DE MELO

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO E ASSEMBLEADOS

Certidão emitida às 08:58 em 24/06/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

KQBW.C5KJ.YGDT.ANYV



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

FRUTAL

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: MAXIMILIANO VIEIRA MELO
CPF: 032.989.361-03
RG: 17367347
Nome pai: MANOEL EURIPEDES DE MELO
Nome mãe: ZILDA CANDIDA VIEIRA MELO

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

Certidão solicitada em 24 de Junho de 2022 às 08:51

FRUTAL, 24 de Junho de 2022 às 16:17

Código de Autenticação: 2206-2416-1707-0414-9220

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

FRUTAL

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA PENAL nesta comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: LINCOLN BIAGE GOMES

CPF: 226.639.958-60

RG: 350716110

Nome pai: EDUARDO GOMES

Nome mãe: MÃE RUTE BIAGE DO CARMO GOMES

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

Certidão negativa emitida nos termos do inciso I do § 1º do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

Certidão solicitada em 27 de Junho de 2022 às 11:22

FRUTAL, 27 de Junho de 2022 às 16:13

Código de Autenticação: 2206-2716-1318-0857-2581

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

FRUTAL

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA PENAL nesta comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: PATRICIA INILDELAINE BRITO OLIVEIRA
CPF: 117.446.476-31
RG: 15624200
Nome pai: VALDEIR GOMES DE OLIVEIRA
Nome mãe: MARIA DO AMPARO DE SOUSA BRITO

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

Certidão negativa emitida nos termos do inciso I do § 1º do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

Certidão solicitada em 27 de Junho de 2022 às 11:25

FRUTAL, 27 de Junho de 2022 às 16:17

Código de Autenticação: 2206-2716-1727-0496-4847

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

FRUTAL

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA PENAL nesta comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: MARLI FERREIRA DE PAULA

CPF: 343.660.928-59

RG: 27476197

Nome pai: MANOEL FRANCISCO DE PAULA

Nome mãe: ERANIDES FERREIRA DE PAULA

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

Certidão negativa emitida nos termos do inciso I do § 1º do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

Certidão solicitada em 27 de Junho de 2022 às 11:27

FRUTAL, 27 de Junho de 2022 às 16:17

Código de Autenticação: 2206-2716-1747-0714-4868

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

FRUTAL

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA PENAL nesta comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: MAXIMILIANO VIEIRA MELO
CPF: 114.373.236-77
RG: 17367347
Nome pai: MANOEL EURIPEDES DE MELO
Nome mãe: ZILDA CANDIDA VIEIRA MELO

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

Certidão negativa emitida nos termos do inciso I do § 1º do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

Certidão solicitada em 27 de Junho de 2022 às 11:30

FRUTAL, 27 de Junho de 2022 às 15:46

Código de Autenticação: 2206-2715-4627-0755-4006

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



BOA TARDE

Mônica Cabral de Sousa

Sistemas Interativos

Dados da consulta	Resultado
-------------------	-----------

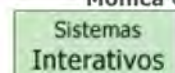
Quantidade de Outorgas de Radiodifusão

Tipo de comparação:	☐ Exata ☐ Iniciando com ☒ Contendo
Nome da Entidade:	
CNPJ/CPF da Entidade:	

Resultado da Pesquisa

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!

Para maiores informações clique no botão ajuda.			
<table><tr><td>Voltar</td><td>Confirmar</td><td>Ajuda</td></tr></table>	Voltar	Confirmar	Ajuda
Voltar	Confirmar	Ajuda	

BOA TARDE
Mônica Cabral de Sousa

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	06.933.165/0001-00

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **anatel\monica.colab - Mônica Cabral de Sousa**Data: **21/07/2022**Hora: **12:09:37**



BOA TARDE

Mônica Cabral de Sousa

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	226.639.958-60

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **anatel\monica.colab - Mônica Cabral de Sousa**

Data: **21/07/2022**

Hora: **12:09:59**



BOA TARDE
Mônica Cabral de Sousa

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Lincoln Biage Gomes

•

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **anatel\monica.colab - Mônica Cabral de Sousa** Data: **21/07/2022** Hora: **12:10:29**

BOA TARDE
Mônica Cabral de SousaSistemas
Interativos Menu Principal ▾SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

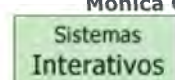
Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	114.373.236-77

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **anatel\monica.colab - Mônica Cabral de Sousa**Data: **21/07/2022**Hora: **12:12:04**

BOA TARDE
Mônica Cabral de Sousa Menu Principal ▾SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Maximiliano Vieira Melo

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **anatel\monica.colab - Mônica Cabral de Sousa**Data: **21/07/2022**Hora: **12:12:26**



BOA TARDE

Mônica Cabral de Sousa

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

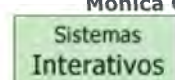
Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	343.660.928-59

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **anatel\monica.colab - Mônica Cabral de Sousa**

Data: **21/07/2022**

Hora: **12:11:25**

BOA TARDE
Mônica Cabral de Sousa Menu Principal ▾SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

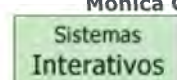
Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Marli Ferreira de Paula

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **anatel\monica.colab - Mônica Cabral de Sousa**Data: **21/07/2022**Hora: **12:11:46**

BOA TARDE
Mônica Cabral de Sousa Menu Principal ▾SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	117.446.476-31

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **anatel\monica.colab - Mônica Cabral de Sousa**Data: **21/07/2022**Hora: **12:10:50**

BOA TARDE
Mônica Cabral de SousaSistemas
Interativos Menu Principal ▾SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Patrícia Inildelane Brito Oliveira

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **anatel\monica.colab - Mônica Cabral de Sousa**Data: **21/07/2022**Hora: **12:11:10**



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.019109/2020-93

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão – SERAD

ASSUNTO: Renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária

EMENTA: Processo Administrativo. Secretaria de Radiodifusão - SERAD. Execução do serviço de radiodifusão comunitária. Renovação da autorização. Lei nº 9.612, de 1998. Decreto nº 2.615, de 1998. Portaria nº 4.334, de 2015, alterada pela Portaria MCOM nº 1.909, de 2018, e pela Portaria MCTIC nº 1.976, de 2018. Elaboração de parecer referencial. Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014. Enunciado nº 33 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU. Observância das recomendações apresentadas.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno nº 20899/2022/MCOM, a Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações reencaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo nº 01250.019109/2020-93, cujo teor versa sobre a emissão de manifestação jurídica que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

2. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se, dentre outros acontecimentos fáticos, que a Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 4480/2022/SEI-MCOM, solicitou análise jurídico-formal do pedido de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, apresentado pela Associação Comunitária e Cultural Nova Era (Doc. nº 9648195 -SEI).

3. Por meio da NOTA n. 00255/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, esta Consultoria Jurídica restituiu os autos do Processo Administrativo à SERAD, aduzindo o que se segue (Doc. nº 9883974 -SEI), *in litteris*:

1. Trata-se de processo de interesse da Associação Comunitária e Cultural Nova Era, autorizada a executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de David Canabarro, Rio Grande do Sul, encontrando-se a outorga em fase de possível renovação.
2. Através da NOTA TÉCNICA Nº 4480/2022/SEI-MCOM (SEI 9648195), a Secretaria de Radiodifusão - SERAD se posicionou pelo deferimento do pleito renovatório e solicitou a atualização do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº 9648181) ou a análise individualizada do caso:
- (...)
3. A esse respeito, impende destacar que em 23 de maio de 2014, o Advogado-Geral da União, tendo por base o Parecer nº 004/SMG/CGU/2014, proferido nos autos do processo nº 56377.000011/2009-12, expediu a Orientação Normativa nº 55:
- (...)
4. Do enunciado transcrito é possível extrair as seguintes conclusões:
 - a) a manifestação jurídica referencial uniformiza a atuação do órgão jurídico em relação a matérias repetitivas (idênticas e recorrentes);
 - b) a adoção da manifestação jurídica referencial torna desnecessária a análise individualizada de casos envolvendo matérias repetitivas, na medida em que as orientações jurídicas contidas em um parecer irradiam para inúmeros processos administrativos;
 - c) a dispensa do envio de processos ao órgão jurídico para exame individualizado fica condicionada ao pronunciamento expresso, pela área técnica interessada, no sentido de que o caso concreto se amolda aos termos da manifestação jurídica referencial já exarada sobre o tema;
 - d) a elaboração desse tipo de manifestação é admitida em situações específicas, devidamente justificadas, que se traduzem nos seguintes requisitos:
 - d.1) existência de impacto à atuação do órgão consultivo ou à celeridade dos serviços administrativos em função do volume de processos considerados repetitivos; e
 - d.2) a atividade jurídica se caracterizar basicamente pela verificação do atendimento das exigências legais incidentes no caso, mediante a conferência de documentos.
5. É certo que o esforço desta Consultoria Jurídica para atender demandas repetitivas e recorrentes, apenas para a conferência do cumprimento de exigências legais já fartamente conhecidas pelo órgão assessorado, a partir de reiteradas análises similares realizadas por este órgão consultivo, poderia muito bem ser aproveitado para o atendimento das demais demandas que exigem uma apreciação jurídica propriamente dita, especialmente porque atualmente esta Coordenação Jurídica conta com apenas 01 (um) Advogada da União.
6. Todavia, como os requisitos para emissão da manifestação também englobam a existência de um impacto à atuação deste órgão de assessoramento e do próprio corpo técnico envolvido, imperioso que, para atualização da citada manifestação referencial expedida em 2016, a Secretaria demandante informe se ainda existe quantitativo expressivo de processos que envolvam renovação de rádios comunitárias.
7. Assim, diante do exposto, restituiu-se os autos à SERAD para a complementação do feito, a fim de possibilitar uma manifestação conclusiva desta Consultoria Jurídica.

4. Em resposta, a SERAD emitiu o DESPACHO e a NOTA INFORMATIVA Nº 673/2020/MCOM, apresentando os seguintes esclarecimentos (Doc. nº 9891687 -SEI), *in verbis*:

DESPACHO

1. Por meio da Nota Técnica nº 4480/2022/SEI-MCOM (9648195), encaminhou-se a proposição de deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária, no município de David Canabarro, estado de Rio Grande do Sul, condicionado à prévia manifestação da Consultoria Jurídica, por meio de análise jurídica individualizada ou eventual atualização do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº 9648181), aprovado em 30 de dezembro de 2016, devido a todas as alterações de redação que a Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC sofreu em virtude da edição da Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC e da Portaria nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União do dia 09 de abril de 2018 e do dia 13 de abril de 2018.
2. No âmbito da Consultoria Jurídica, foi aprovada a Nota nº 00255/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9883974), que, após destacar o teor da Orientação Normativa nº 55 no seu item 3, solicitou no item 6 que a Secretaria de Radiodifusão informasse se "existe quantitativo expressivo de processos que envolvam renovação de rádios comunitárias".
6. Todavia, como os requisitos para emissão da manifestação também englobam a existência de um impacto à atuação deste órgão de assessoramento e do próprio corpo técnico envolvido, imperioso que, para atualização da citada manifestação referencial expedida em 2016, a Secretaria demandante informe se ainda existe quantitativo expressivo de processos que envolvam renovação de rádios comunitárias.
3. Dessa forma, solicita-se o envio dos quantitativos totais e, também, a comprovação por meio de planilha com a relação dos processos e outorgas com as seguintes informações/dados:
 - 3.1 Informar o número total de processos do tipo "SERAD - Renovação de Outorga de Rádio Comunitária" e do tipo "SERAD - Renovação de Outorga" em tramitação nas áreas "COROC_MCOM", "COROC_MCOM_RADCOM" e "COROC_MCOM_DOC".
 - *Justifica-se a inclusão dos processos do tipo "SERAD - Renovação de Outorga" devido a nem todos os processos deste tipo associados ao serviço de radiodifusão comunitária terem sido ainda reclassificados para o tipo "SERAD - Renovação de Outorga de Rádio Comunitária"
 - 3.2 Informar o número de outorgas associadas ao serviço de radiodifusão comunitária que vencerão neste ano de 2022 e nos próximos 2 (dois) subsequentes, isto é, para os anos de 2023 e 2024, para demonstrar o quantitativo de novos processos que eventualmente poderão ser instaurados.
 4. Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Coordenação-Geral de Inovação, Regulamentação e Sistemas, para prestação das informações acima indicadas.

NOTA INFORMATIVA Nº 673/2022/MCOM

1. Pela presente RETIFICAMOS o item 2 da Nota Informativa 673 (SEI 9915841), que passa a vigor conforme segue:
 - 2.O quantitativo de processos (NUP único) de renovação de outorga de rádio comunitária (item 3.1 do referido Despacho), data-base 17/maio/2022, cuja listagem se encontra na planilha SEI nº 9916090;

Tipo de Processo	Quant.
SERAD - Renovação de Outorga	66
SERAD - Renovação de Outorga de Rádio Comunitária	3.056
TOTAL	3.122

(...)

5. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE PARECER REFERENCIAL

6. Como é consabido, o excessivo envio de diversas consultas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

7. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União - AGU editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação referencial para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes, *in verbis*:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

8. Pode-se afirmar que a manifestação jurídica referencial consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

9. É oportuno consignar que o Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU recomenda a utilização do parecer referencial, como se constata da leitura do Enunciado nº 33, *in litteris*:

Como o Órgão Consultivo desempenha importante função de estímulo à padronização e à orientação geral em assuntos que suscitam dúvidas jurídicas, recomenda-se que a respeito elabore minutas-padrão de documentos administrativos e pareceres com orientações *in abstracto*, realizando capacitação com gestores, a fim de evitar proliferação de manifestações repetitivas ou lançadas em situações de baixa complexidade jurídica. (Enunciado nº 33 do Manual de Boas Práticas da Advocacia-Geral da União)

10. O Tribunal de Contas da União - TCU, ao analisar o Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, manifestou-se de forma favorável a utilização de um mesmo parecer jurídico em que envolva matéria comprovadamente idêntica e que abranja todas as questões jurídicas pertinentes, *in litteris*:

Informativo TCU nº 218/20143. É possível a utilização, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes. Embargos de Declaração opostos pela Advocacia-Geral da União (AGU), em face de determinação expedida pelo TCU à Comissão Municipal de Licitação de Manaus e à Secretaria Municipal de Educação de Manaus, alegara obscuridade na parte dispositiva da decisão e dúvida razoável quanto à interpretação a ser dada à determinação expedida. Em preliminar, após reconhecer a legitimidade da AGU para atuar nos autos, anotou o relator que o dispositivo questionado “envolve a necessidade de observância do entendimento jurisprudencial do TCU acerca da emissão de pareceres jurídicos para aprovação de editais licitatórios, aspecto que teria gerado dúvidas no âmbito da advocacia pública federal”. Segundo o relator, o cerne da questão “diz respeito à adequabilidade e à legalidade do conteúdo veiculado na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, que autoriza a emissão de “manifestação jurídica referencial, a qual, diante do comando (...) poderia não ser admitida”. Nesse campo, relembrou o relator que a orientação do TCU “tem sido no sentido da impossibilidade de os referidos pareceres serem incompletos, com conteúdos genéricos, sem evidencição da análise integral dos aspectos legais pertinentes”, posição evidenciada na Proposta de Deliberação que fundamentou a decisão recorrida. Nada obstante, e “a despeito de não pairar obscuridade sobre o acórdão ora embargado”, sugeriu o relator fosse a AGU esclarecida de que esse entendimento do Tribunal não impede que o mesmo parecer jurídico seja utilizado em procedimentos licitatórios diversos, desde que trate da mesma matéria e aborde todas as questões jurídicas pertinentes. Nesses termos, acolheu o Plenário a proposta do relator, negando provimento aos embargos e informando à AGU que “o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma”. Acórdão 2674/2014 Plenário, TC 004.757/20149, relator Ministro Substituto André Luís de Carvalho, 8/10/2014

11. Logo, pode-se afirmar que a manifestação jurídica referencial uniformiza a atuação do órgão jurídico relativamente às consultas repetitivas, tornando desnecessária a análise individualizada de processos que versem sobre matéria que já tenha sido objeto de análise em abstrato, sendo certo que as orientações jurídicas ali veiculadas aplicar-se-ão a todo e qualquer processo com idêntica matéria.

12. Nos termos da Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, a elaboração de manifestação jurídica referencial depende da confluência de dois requisitos objetivos, a saber: i) a ocorrência de embargo à atividade consultiva em razão da tramitação de elevado número de processos administrativos versando sobre matéria repetitiva e ii) a singularidade da atividade desempenhada pelo órgão jurídico, que se restringe a verificar o atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos. A dispensa do envio de processos ao órgão jurídico para exame individualizado fica condicionada ao pronunciamento expresso, pela área técnica interessada, no sentido de que o caso concreto se amolda aos termos da manifestação jurídica referencial já elaborada sobre a questão.

13. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de processos administrativos superior a 3.000 processos (vide teor da NOTA INFORMATIVA Nº 673/2022/MCOM) tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da Advocacia-Geral da União - AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

14. No que tange ao segundo requisito, tem-se que os pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SERAD.

15. Ademais, é oportuno registrar que foi emitido o PARECER n. 01578/2016/CONJURMCTIC/CGU/AGU, à época pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - CONJUR/MCTIC, cujo teor tratava de manifestação jurídica referencial sobre os pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária. Contudo, em razão do tempo transcorrido, afigura-se a necessidade de reavaliar o assunto, tendo em vista o tempo transcorrido e as alterações normativas ocorridas.

16. Por oportuno, vale lembrar que é imprescindível que a SERAD ateste, expressamente, que o caso concreto se amolda, perfeitamente, aos termos da manifestação referencial adotada. No entanto, como o parecer referencial não possui caráter vinculante, não existe vedação para que os autos do Processo Administrativo sejam encaminhados a esta Consultoria Jurídica para análise, no aspecto jurídico, caso existam dúvidas sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na manifestação jurídica referencial.

17. Deste modo, tem-se que não existe óbice legal para que haja a emissão de parecer referencial atualizado por esta Consultoria Jurídica, no que concerne à análise de pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de

radiodifusão comunitária.

II.2 - RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

18. Antes de analisar o procedimento para analisar os pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, convém destacar que compete a esta Consultoria Jurídica, nos termos do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, conforme dispõe o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU (Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/ManualdeBoasPraticasConsultivas4Edicaorevistacampiadaversaopadrao.pdf>).
19. A prestação do serviço de radiodifusão comunitária encontra-se disciplinada pela Lei nº 9.612, de 19 de Fevereiro de 1998, pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e pela Portaria MCOM nº 4.334, de 21 de setembro de 2015 (DOU nº 180, de 21 de setembro de 2015), alterada pela Portaria MCOM nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU nº 67, de 09 de abril de 2018), e pela Portaria MCTIC nº 1.976, de 12 de abril de 2018 (DOU nº 71, de 13 de abril de 2018).
20. A entidade autorizada a a prestar serviços de radiodifusão comunitária que pretender a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para tal finalidade ao Poder Concedente (Ministério das Comunicações) entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga, sendo certo que a renovação terá validade pelo prazo de dez anos, consoante os termos do art. 6º, Parágrafo único, e do art. 6º-A, ambos da Lei nº 9.612, de 1998.
21. A Portaria MCOM nº 4.334, de 2015, alterada pela Portaria MCOM nº 1.909, de 2018, e pela Portaria MCTIC nº 1.976, de 2018, estabelece a observância de requisitos para que o pedido de renovação de autorização seja analisado e deferido, no âmbito do Ministério das Comunicações, *in verbis*:

DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO

Art. 129. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de dez anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecida esta Portaria e as disposições legais vigentes.

Art. 130. A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga.

§ 1º A entidade interessada na renovação deverá apresentar os seguintes documentos:

I - requerimento de renovação (Anexo 5), assinado por todos os dirigentes;

II - estatuto social atualizado, nos termos do art. 40;

III - ata de eleição da diretoria em exercício;

IV - prova de maioridade, nacionalidade e o comprovante de inscrição no CPF, de todos os dirigentes;

V - último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116; e

VI - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

§ 2º O estatuto social e a ata de eleição da diretoria deverão estar registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

§ 4º O disposto no § 3º está limitado ao máximo de três notificações, sob pena de indeferimento do pedido, excetuados os casos do art. 7º-A, que seguirão as suas próprias disposições.

§ 5º Em caso de indeferimento do pedido, a entidade poderá apresentar um único recurso, que será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior.

§ 6º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo de renovação com os seguintes documentos:

I - portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais;

II - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga;

III - comprovante de inscrição no CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 7º Poderá ser solicitada a apresentação dos documentos referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do § 6º na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet.

§ 8º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 131. Caso não haja manifestação de interesse na renovação, até o prazo limite previsto no caput do art. 130, a entidade será notificada, a partir do penúltimo mês da vigência da outorga, para que se manifeste em tal sentido, sendo-lhe concedido o prazo de trinta dias para resposta.

§ 1º Na hipótese prevista no caput, em caso de resposta solicitando a renovação da outorga, a autoridade sujeitar-se-á à sanção de multa enquadrada como infração média, segundo disposições da legislação em vigor.

§ 2º A sanção prevista no § 1º não deixará de ser aplicada ainda que a autorizada apresente requerimento de renovação antes de receber a notificação de que trata o caput.

§ 3º Não havendo resposta à notificação de renovação da outorga, ou sendo ela intempestiva, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações aplicará a preempção, nos termos da legislação vigente.

Art. 132. A renovação será indeferida, além das hipóteses previstas na legislação em vigor aplicáveis ao serviço de que trata essa norma, nos casos em que:

I - a entidade manifestar intempestivamente interesse na renovação;

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

III - seja constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo, ou que algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observado o disposto no art. 7º-A; ou

V - aplicação de pena de revogação de autorização por decisão administrativa definitiva.

Parágrafo único. Na hipótese de existência de processos em curso, nos termos do inciso V, a decisão sobre a renovação de outorga, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ficará sobrestada até a conclusão dos referidos processos.

Art. 133. O processo de renovação será concluído mediante a edição de Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional.

Art. 134. Expirado o prazo de vigência da outorga, as entidades poderão manter suas emissoras em funcionamento até a conclusão do processo de renovação.

(...)

ANEXO 5

MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA Nº 1.909, DE 05.04.2018)

Qualificação da Entidade

Razão Social:

Nome Fantasia: CNPJ

Endereço de Sede:

Município: UF: CEP:

Nome do Representante legal:

Endereço Eletrônico (e-mail)

Endereço de Correspondência:

Município: UF: CEP:

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE

Endereço:

Município: UF: CEP:

Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84): Latitude: * (N/S)*

Longitude: ° W "

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a RENOVAÇÃO DA OUTORGA. Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e DECLARAMOS, para os devidos fins, que:

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;

II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

22.

Conforme se depreende das normas acima mencionadas, a entidade que pretender renovar a autorização anteriormente concedida deve observar os seguintes requisitos: i) apresentar requerimento de renovação, nos termos do modelo do Anexo V, da Portaria ministerial, entre o período de doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga; ii) apresentar estatuto social atualizado e ata de eleição da diretoria em exercício, ambos registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas; iv) apresentar prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição no CPF de todos os dirigentes; v) apresentar último relatório do Conselho Comunitário, contendo a grade de programação com a descrição e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do serviço de radiodifusão comunitária; vi) apresentar declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamento em conformidade com a última autorização ministerial, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

23.

Ademais, o pedido renovação de autorização deverá ser instruído com os seguintes documentos: i) portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais; ii) relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga; iii) comprovante de inscrição no CNPJ; iv) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL; v) certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; vi) certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda Federal; e vii) certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

24.

Vale destacar que o Ministério das Comunicações (SERAD), caso seja necessário, poderá solicitar diretamente os referidos documentos à entidade que pretende renovar a autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, assim como determinar diligências, solicitar outros documentos, bem como requerer esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o serviço de radiodifusão comunitária.

25.

É imperioso lembrar que a SERAD deverá, no curso do processo de renovação de autorização, certificar a inexistência de vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, c/c o art. 43 do Decreto nº 2.615, de 1998.

26.

É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria de renovação da autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, (vide art. 223 da Constituição Federal, art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, c/c o art. 6º, § 2º, do Decreto nº 52.795, de 1963), sem prejuízo da adoção das medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão (art. 223, § 1º, da Constituição Federal).

27.

Destarte, a aplicação deste PARECER REFERENCIAL requer a adequação da legislação de regência, notadamente o preenchimento dos requisitos acima mencionados, cabendo à SERAD atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação jurídica.

28.

Destaque-se, ainda, que o caso paradigma encaminhado pela SERAD para apreciação desta Consultoria Jurídica, referente à renovação da autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Comunitária e Cultural Nova Era, na localidade de David Canabarro/RS, alusivo ao período de 30 de junho de 2020 até 30 de junho de 2030, está em consonância com os requisitos estabelecidos nas normas aplicáveis à espécie, consoante os termos da NOTA TÉCNICA Nº 4480/2022/SEI-MCOM e do Checklist de verificação de documentos (Docs. nºs 9647261 e 9648195 -SEI).

29.

No que concerne às minutas de portaria e de exposição de motivos, elaboradas pela SERAD e que estão anexas à NOTA TÉCNICA Nº 4480/2022/SEI-MCOM, afigura-se que estão em sintonia com as normas acima citadas (Doc. nº 9648195 -SEI).

30.

Com efeito e em face dos termos da NOTA TÉCNICA Nº 4480/2022/SEI-MCOM, é forçoso afirmar que este PARECER REFERENCIAL pode ser aplicado ao caso paradigma apresentado pela SERAD, que trata da renovação da autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Comunitária e Cultural Nova Era, na localidade de David Canabarro/RS.

31.

Face ao exposto e considerando as recomendações deduzidas acima, notadamente nos itens 22, 23, 25, 26 e 27 deste PARECER REFERENCIAL, tem-se que a Secretaria de Radiodifusão deste Ministério deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (Lei nº 9.612, de 1998, pelo Decreto nº 2.615, de 1998, e pela Portaria nº 4.334, de 2015 (DOU nº 180, de 21 de setembro de 2015), alterada pela Portaria nº 1.909, de 2018 (DOU nº 67, de 09 de abril de 2018), e pela Portaria MCTIC nº 1.976, de 2018 (DOU nº 71, de 13 de abril de 2018)) na apreciação dos processos administrativos relacionados a pedido de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SERAD, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da autorização anteriormente concedida.

32.

Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente manifestação jurídica referencial, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da Advocacia-Geral da União - AGU.

III – CONCLUSÃO

33.

Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações: i) recomenda-se a adoção deste PARECER REFERENCIAL como parâmetro para a análise dos processos administrativos que tratam do pedido administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em que a análise técnico-administrativa, realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, não identificou a existência de óbice para o deferimento da renovação da autorização anteriormente concedida; ii) a SERAD deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação, juntando-se em cada processo cópia do presente parecer referencial, antes do encaminhamento dos autos do Processo Administrativo ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União - AGU, salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na manifestação jurídica referencial, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; iv) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, sem prejuízo das adoção das medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão; v) o PARECER REFERENCIAL em epígrafe pode ser aplicado ao caso paradigma apresentado pela SERAD, que trata da renovação da autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Comunitária e Cultural Nova Era, na localidade de David Canabarro/RS, referente ao período de 30 de junho de 2020 até 30 de junho de 2030, cabendo à mencionada Secretaria avaliar e certificar o cumprimento dos requisitos exigidos pelas normas aplicáveis à espécie; vi) o PARECER REFERENCIAL em epígrafe não se aplica às hipóteses em que houver manifestação técnica desfavorável a renovação da autorização ou em casos concretos em que houver a interposição de recurso

https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28620119/chave/a97c32a0/visualizar/1534557311-913722300

4/5

administrativo de decisão administrativa desfavorável à renovação da autorização; vii) em razão da edição de PARECER REFERENCIAL atualizado sobre a matéria, tem-se a revogação do PARECER n. 01578/2016/CONJURMCTIC/CGU/AGU, emitido à época pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - CONJUR/MCTIC, razão pela qual o mencionado PARECER não deve ser utilizado como manifestação referencial para os casos concretos que tratem do assunto em questão.

34. O Apoio Administrativo desta Consultoria Jurídica deve cientificar, por meio do SAPIENS, o Departamento de Informações Jurídico-Estratégicas da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL n. 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

35. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 21 de junho de 2022.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250019109202093 e da chave de acesso a97c32a0



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 913722300 e chave de acesso a97c32a0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-06-2022 08:28. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01452/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.019109/2020-93

INTERESSADOS: ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL NOVA ERA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.

2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 21 de junho de 2022.

CAROLINA SCHERER BICCA
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250019109202093 e da chave de acesso a97c32a0



Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 915788293 e chave de acesso a97c32a0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 21-06-2022 11:09. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

RES: Consulta CGFM ref. renov. outorga proc. 01250.024836/2019-39 Frutal MG

cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Qui, 21/07/2022 18:07

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>; André Saraiva de Paula <andre.paula@mcom.gov.br>; coroc <coroc@mcom.gov.br>; Airton José Ruschel <airton.ruschel@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>; Rebecca Rackell Oliveira Q. de Araújo Linhares Martins <rebecca.martins@mcom.gov.br>

Prezados, boa tarde.

Informo que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Associação Comunitária Cultural Frutalense, inscrita no CNPJ nº 06.933.165/0001-00, que executa o serviço de radiodifusão comunitária no município de Frutal, estado de Minas Gerais, que:

- tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de revogação da autorização;
- trate de operação clandestina de serviço de radiodifusão; ou
- verse sobre vínculo político-partidário, religioso ou familiar.

O único Processo de Apuração de Infração existente, registrado sob o número SEI 53524.000838/2019-79, encontra-se em fase recursal, atinente à sanção de multa aplicada pela Portaria nº 3810/2021/SEI-MCOM, no valor de R\$ 788,59 (setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), em razão da prática da infração capitulada no inciso XV, do art. 40, do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998 (transmissão de propaganda ou publicidade comercial a qualquer título).

Ressalta-se que eventual manutenção da sanção aplicada não teria o condão de culminar com a revogação da autorização da referida entidade.

Atenciosamente,



FERNANDO RIBEIRO RAMOS
Coordenador-Geral
Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento - CGFM
Secretaria de Radiodifusão - SERAD

+55 61 2027-6972
fernando.ramos@mcom.gov.br

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edifício Anexo, Ala Oeste
CEP: 70044-900 - Brasília/DF - Brasil

gov.br/mcom
govcomunicacoes

De: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Enviada em: segunda-feira, 7 de março de 2022 12:20

Para: André Saraiva de Paula <andre.paula@mcom.gov.br>; coroc <coroc@mcom.gov.br>; Airton José Ruschel <airton.ruschel@mcom.gov.br>; coroc@mcom.gov

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Assunto: RE: Consulta CGFM ref. renov. outorga proc. 01250.024836/2019-39 Frutal MG

Prezado(a),

Informa-se que em relação à referida entidade consta o registro do Processo de Apuração de Infração - PAI n. 53524.000838/2019-79, em fase recursal, de acordo com o qual houve, conforme a PORTARIA Nº 3810/2021/SEI-MCOM, a aplicação da sanção de multa, no valor de R\$ 788,59 (setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), e lhe atribuir 8 (oito) pontos, em razão da prática da infração capitulada no inciso XV, do art. 40, do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998 (Descumprimento de Exigência).

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária
<coroc@mctic.gov.br>

Enviado: sexta-feira, 4 de março de 2022 18:11

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>; André Saraiva de Paula <andre.paula@mcom.gov.br>; coroc
<coroc@mcom.gov.br>; Airton José Ruschel <airton.ruschel@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM ref. renov. outorga proc. 01250.024836/2019-39 Frutal MG

Prezados senhores,

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de autorização do serviço de radiodifusão comunitária em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 condenação de revogação da autorização associada à Associação Comunitária Cultural Frutalense, inscrita no CNPJ nº 06.933.165/0001-00, que executa o serviço de radiodifusão comunitária no município de Frutal, no estado de Minas Gerais;

1.2 processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de revogação da Autorização em relação a interessada indicada acima;

1.3 processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada; e,

1.4 . processo(s) de apuração de infração em trâmite relacionado(s) à vínculo político-partidário, religioso ou familiar nos termos do art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que possa(m) resultar na aplicação de sanção em relação a interessada indicada acima.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 coroc@mcom.gov.br associada à Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

2.2 airton.ruschel@mcom.gov.br associado ao servidor Airton José Ruschel

2.3 andre.paula@mcom.gov.br associado ao servidor André Saraiva de Paula

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,
Airton José Ruschel
61-998715662

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária COROC

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA RÁDIO COMUNITÁRIA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado - Associação ou Fundação de Direito Privado)

Processo nº: 01250.024836/2019-39

Interessada/Outorgada: Associação Comunitária Cultural Frutalense

CNPJ nº: 06.933.165/0001-00

Município: Frutal

Estado: Minas Gerais

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 17/05/2019

Período da outorga a ser renovado: 17 de agosto de 2019 a 17 de agosto de 2029

Tipo de outorga a ser renovada:

(X) Radiodifusão Comunitária (RADCOM)

() Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter educativo.() Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter educativo.() Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter educativo.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga	(X) Sim () Não () Não se aplica	Pedido Inicial SEI 4209710 dentro do protocolo SEI nº 01250.024834/2019-40 Rep. Legal: Lincoln Biage Gomes Protocolado em: 17/05/2019 SEI 9598632 Rep. Legal: Lincoln Biage Gomes Protocolado em: 23/03/2022	- Art. 6º-A da Lei nº 9.612/1998	* Cuidado os primeiros protocolos SEI nº 4207400, SEI nº 4207414 se referem a pedido de alteração jurídica
1.1) requerimento de renovação de outorga assinado por todos os dirigentes	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9598632	- Art. 130, §1º, inciso I da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 * Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	
2. Estatuto social devidamente registrado	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI nº 4209710 fls. 19 a 35	- Art. 9º, §2º, inciso I da Lei nº 9.612/1998 - Art. 130, §2º da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	Também consta no SEI 4207400 fls. 21 a 38 que se refere ao pedido de alteração jurídica
2.1) Estatuto social atende ao art. 40, inciso I da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 (Contém indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão)?	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI nº 4209710 fl. 19, art. 2º a	- Art. 130, §1º, inciso II c/c art. 40, inciso I da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	Também consta no SEI 4207400 fl. 21, art. 2º a, que se refere ao pedido de alteração jurídica
2.2) Estatuto social atende ao art. 40, inciso II da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 (Contém garantia de ingresso gratuito)	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI nº 4209710 fl.23, art. 7º §1º	- Art. 130, §1º, inciso II c/c art. 40, inciso II da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	Também consta no SEI 4207400 fl.25, art. 7º §1º, que se refere ao pedido de alteração jurídica
2.3) Estatuto social atende ao art. 40, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 (Contém garantia do direito de voz e voto nas instâncias deliberativas)	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI nº 4209710 fl. 25, art. 8º b	- Art. 130, §1º, inciso II c/c art. 40, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	Também consta no SEI 4207400 fl. 27, art. 8º b, que se refere ao pedido de alteração jurídica
2.4) Estatuto social atende ao art. 40, inciso IV da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 (Contém garantia do direito a voto (pessoas físicas e jurídicas) e, de ser votado (pessoas físicas) para os caros dos órgãos deliberativos)	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI nº 4209710 fl. 25, art. 8º c	- Art. 130, §1º, inciso II c/c art. 40, inciso IV da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	Também consta no SEI 4207400 fl. 27, art. 8º c, que se refere ao pedido de alteração jurídica
2.5) Estatuto social atende ao art. 40, inciso V da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 (Contém especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento)	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI nº 4209710 fl. 25 Seção IV, inciso V: Dos órgãos e funcionamento SEI nº 4209710 fl. 33, art. 37	- Art. 130, §1º, inciso II c/c art. 40, inciso V da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	Também consta no SEI 4207400 fl. 27 Seção IV, inciso V: Dos órgãos e funcionamento e, no SEI 4207400 fl. 35, art. 37, que se referem ao pedido de alteração jurídica

2.6) Estatuto social atende ao art. 40, inciso V, alínea "a" da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 (Contém especificação dos cargos do órgão administrativo da entidade e suas respectivas atribuições)	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI nº 4209710 fl. 25 Seção IV, inciso V: Dos órgãos e funcionamento e fls. 27 a 32 - art. 12 ao art. 34	- Art. 130, §1º, inciso II c/c art. 40, inciso V, alínea "a" da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	Também consta no SEI 4207400 fl. 27 Seção IV, inciso V: Dos órgãos e funcionamento, que se refere ao pedido de alteração jurídica
2.7) Estatuto social atende ao art. 40, inciso V, alínea "b" da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 (Contém especificação do tempo de mandato dos dirigentes limitado a 4 anos, permitida uma única recondução)	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI nº 4209710 fl. 27, art. 19º caput	- Art. 130, §1º, inciso II c/c art. 40, inciso V, alínea "b" da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	Também consta no SEI 4207400 fl. 29, art. 19º, que se refere ao pedido de alteração jurídica
2.8) Estatuto social atende ao art. 40, inciso V, alínea "a" da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 (Contém especificação do Conselho Comunitário e suas respectivas atribuições)	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI nº 4209710 fl. 33, art. 37	- Art. 130, §1º, inciso II c/c art. 40, inciso V, alínea "a" da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	Também consta no SEI 4207400 fl. 35, art. 37, que se refere ao pedido de alteração jurídica
2.9) Estatuto social contém cláusula de que a entidade, por qualquer meio, realiza ou realizará proselitismo (atende ao art. 40, §2º da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018)	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI nº 4209710 fl. 21 art.4º, §1º	- Art. 130, §1º, inciso II c/c art. 40, §2º da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	Também consta no SEI 4207400 fl. 23, art.4º, §1º, que se refere ao pedido de alteração jurídica
3. Ata de Eleição dos seus dirigentes devidamente registrada	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI nº 4209710 fls. 8 à 19. Duração do Mandato: 07/08/2018 até 07/08/2022	- Art. 9º, §2º, inciso II da Lei nº 9.612/1998 - Art. 130, §1º, inciso III c/c §2º da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	Também consta no SEI 4207400 fls. 9 a 19, que se refere ao pedido de alteração jurídica
4. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	Lincoln Biage Gomes - Presidente SEI 4209710 fls. 55 e 56 Patrícia Inildelaine Brito Oliveira - Diretora Adm. SEI 4209710 fl. 59 Marli Ferreira de Pula - Diretora Financeira SEI 4209710 fl. 61 Maximiliano Vieira Melo - Diretor de Comunicação e Op. SEI 4209710 fl. 63	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal - Art. 9º, §2º, inciso III da Lei nº 9.612/1998	
4.1) prova de maioridade e o comprovante de inscrição no CPF, de todos os dirigentes	(X) Sim () Não () Não se aplica	Lincoln Biage Gomes - Presidente SEI 4209710 fls. 55 e 56 Patrícia Inildelaine Brito Oliveira - Diretora Adm. SEI 4209710 fl. 59 Marli Ferreira de Pula - Diretora Financeira SEI 4209710 fl. 61 Maximiliano Vieira Melo - Diretor de Comunicação e Op. SEI 4209710 fl. 63	- Art. 9º, §2º, inciso IV da Lei nº 9.612/1998 - Art. 130, §1º, inciso IV da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	Lincoln Biage Gomes - Presidente Também consta no SEI 4207400 fls. 49 e 50, que se refere ao pedido de alteração jurídica Patrícia Inildelaine Brito Oliveira - Diretora Adm. Também consta no SEI 4207400 fl. 53, que se refere ao pedido de alteração jurídica Marli Ferreira de Pula - Diretora Financeira Também consta no SEI 4207400 fl. 55, que se refere ao pedido de alteração jurídica Maximiliano Vieira Melo - Diretor de Comunicação e Op. Também consta no SEI 4207400 fl. 57, que se refere ao pedido de alteração jurídica
5. Declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI nº 4209710 fls. 71 à 83	- Art. 9º, §2º, inciso V da Lei nº 9.612/1998 - item VIII do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	Também consta no SEI 4207400 fls. 64 a 68, que se refere ao pedido de alteração jurídica
5.1) A pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado (ou similar ao item I do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9598632 fl.1, item I	- item I do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	
5.2) A pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta (ou similar ao item II do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9598632 fl.1, item II	- item II do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	
5.3) A pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição: (ou similar ao item III do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9598632 fl.1, item III	- item III do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	

5.4) Pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga (ou similar ao item IV do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9598632 fl.2, item IV	- item IV do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	
5.5) Pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais (ou similar ao item V do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9598632 fl.2, item V	- item V do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	
5.6) Responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9598632 fl.2, item VI	- item VI do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	
5.7) Nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial (ou similar ao item VII do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9598632 fl.2, item VII	- item VII do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	
5.8) Todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora (ou similar ao item IX do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9598632 fl.2, item IX	- item IX do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	
5.9) Todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput , inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (ou similar ao item X do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9598632 fl.2, item X	- Art. 132, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 - item X do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	
5.10) Emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento, assinado pelo representante legal da entidade (ou similar ao item XI do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9598632 fl.2, item XI	- Art. 130, §1º, inciso VI da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 - item XI do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015	
6. Relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116 da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018 (assinado por todos os conselheiros comunitários)	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 4207414 fls. 127 e 128 SEI 9598634 fl. 1 e 2 Ano 2022	- Art. 130, §1º, inciso V da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	Grade de programação SEI 4207414 fls. 129 a 131 SEI 9598634 fl. 3

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
7. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10088231 fl. 1 Emitida em 19/07/2022	- Art. 130, §6º, inciso III da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
8. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10088231 fl.2 Válida até 18/08/2022	- Art. 130, §6º, inciso IV da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
9. certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10088231 fl.3 Válida até 01/08/2022	- Art. 130, §6º, inciso V da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
10. certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10088231 fl.4 Válida até 17/08/2022	- Art. 130, §6º, inciso VI da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10088231 fl.5 Válida até 15/01/2023	- Art. 130, §6º, inciso VII da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
12. Certidões Negativas (Cível e Penal) do Tribunal de Justiça do domicílio dos dirigentes/diretores da associação ou fundação	(X) Sim () Não () Não se aplica	Cível Lincoln Biage fl. 7 10093280 e Criminal 10098938 fl. 1 Cível Patrícia Inildelane fl.7 10093285 e Criminal 10098938 Cível Marli Ferreira fl. 7 10093287 e Criminal fl. 3 10098938 Cível Maximiliano Vieira fl. 7 10093298 e Criminal f. 4 10098938		
13. Certidões Negativas (Cível e Penal) da Justiça Federal (Tribunal Regional Federal) do domicílio dos dirigentes/diretores da associação ou fundação	(X) Sim () Não () Não se aplica	Cível Lincoln Biage fl.1 e Penal fl.2 10093280		

		Cível Patrícia Inildelane fl.1 e Penal 10093285	
		Cível Marli Ferreira fl.1 e Penal fl.2 10093287	
		Cível Maximiliano Vieira fl.1 e Penal fl.2 10093298	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
14. Portaria de autorização (referente ao período de vigência da outorga anterior) e demais documentos cadastrais	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9525141 Portaria nº 196 de 17/05/2007 publicado no DOU em 21/05/2007	- Art. 130, §6º, inciso I da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
14.1) Decreto Legislativo (referente ao período de vigência da outorga anterior)	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9525149 Decreto Legislativo nº540 de 14/08/2009 publicado no DOU em 17/08/2009	- Art. 130, §6º, inciso I da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
15. Tem relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9538888 SEI 10224229	- Art. 130, §6º, inciso II da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
15.1) Houve condenação de revogação da autorização associada à entidade?	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9538888 SEI 10224229	- Art. 130, §6º, inciso II da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
15.2) Há processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada?	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9538888 SEI 10224229	- Art. 130, §6º, inciso II da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
15.3) Há processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de revogação da Autorização em relação a interessada?	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9538888 SEI 10224229	- Art. 130, §6º, inciso II da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
15.4) Há processo(s) de apuração de infração em trâmite relacionado(s) à vínculo político-partidário, religioso ou familiar nos termos do art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que possa(m) resultar na aplicação de sanção em relação a interessada?	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9538888 SEI 10224229	- Art. 130, §6º, inciso II da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
16. Vínculo Político-Partidário	(X) Sim () Não () Não se aplica	(SEI 9669344, SEI 9669347, SEI 9669353 SEI 9669357)	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 7º, inciso III, alínea "a", número 1, 2, 3 e 4 da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	Não foi identificado vínculo Político
16.1) Certidão de Informações Partidárias (ocupação de cargo de direção em partido político) dos dirigentes/diretores da associação ou fundação	(X) Sim () Não () Não se aplica	Lincoln Biage fl.3 SEI 10093280 Patrícia Inildelane fl.3 SEI 10093285 Marli Ferreira fl.3 SEI 10093287 Maximiliano Vieira fl.3 10093298	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 7º, inciso III, alínea "a", número 1, 2, 3 e 4 da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
16.2) Certidão de filiação partidária dos dirigentes/diretores da associação ou fundação	(X) Sim () Não () Não se aplica	Lincoln Biage fl.4 SEI 10093280 Patrícia Inildelane fl.4 SEI 10093285 Marli Ferreira fl.4 SEI 10093287 Maximiliano Vieira fl.4 SEI 10093298	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 7º, inciso III, alínea "a", número 1, 2, 3 e 4 da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
16.3) Certidão de quitação eleitoral dos dirigentes/diretores da associação ou fundação	(X) Sim () Não () Não se aplica	Lincoln Biage fl. 6 SEI 10093280 Patrícia Inildelane fl.6 SEI 10093285 Marli Ferreira fl.6 SEI 10093287 Maximiliano Vieira fl.6 SEI 10093298	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 7º, inciso III, alínea "a", número 1, 2, 3 e 4 da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
16.4) Certidão de crimes eleitorais dos dirigentes/diretores da associação ou fundação	(X) Sim () Não () Não se aplica	Lincoln Biage fl.5 SEI 10093280 Patrícia Inildelane fl.5 SEI 10093285	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 7º, inciso III, alínea "a", número 1, 2, 3 e 4 da	

		Marli Ferreira fl.5 SEI 10093287 Maximiliano Vieira fl.5 SEI 10093298	Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	
17. Vínculo Familiar	(X) Sim () Não () Não se aplica	Lincoln Biage Gomes - Presidente SEI 4209710 fls. 55 e 56 Patrícia Inildelaine Brito Oliveira - Diretora Adm. SEI 4209710 fl. 59 Marli Ferreira de Pula - Diretora Financeira SEI 4209710 fl. 61 Maximiliano Vieira Melo - Diretor de Comunicação e Op. SEI 4209710 fl. 63	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 7º, inciso III, alínea "b" da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	Não foi identificado vínculo familiar
18. Vínculo Religioso	(X) Sim () Não () Não se aplica	Declarações firmadas por todos diretores SEI 9598632 fl.2, item V	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 7º, inciso III, alínea "a", número 6 e 7 da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	Não foi identificado vínculo religioso
19. Vínculo Comercial	(X) Sim () Não () Não se aplica	Declarações firmadas por todos diretores SEI 9598632 fl.2, item V	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 7º, inciso III, alínea "a", número 5 da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	Não foi identificado vínculo comercial
20. Outro tipo de Vínculo?	(X) Sim () Não () Não se aplica	10219708	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 7º, inciso III, alínea "c" da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	Não foi identificado outro tipo de vínculo

Observações Adicionais

Não há

Conclusão

A documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento.

Analisado por:

Data:

Nome: Rayane Cardoso
Cargo: Assistente Administrativo

19/07/2022



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária substituto, em 22/07/2022, às 12:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9620282** e o código CRC **86D1DD29**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 4668/2022/SEI-MCOM**PROCESSO Nº 01250.024836/2019-39****INTERESSADA: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE****ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA. RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela Associação Comunitária Cultural Frutalense, inscrita no CNPJ nº 06.933.165/0001-00, objetivando a renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Frutal, estado de Minas Gerais, referente ao período de 17 de agosto de 2019 até 17 de agosto de 2029.
2. O pedido de renovação ocorreu no dia 17 de maio de 2019 quando da protocolização do documento de nº Volume de Processo Digitalizado I (SEI 4207400), Volume de Processo Digitalizado II (SEI 4207414), constantes do protocolo eletrônico nº 01250.024834/2019-40. A Entidade foi comunicada, via Ofício 34313 (SEI 4653910), encaminhado via correspondência física, Aviso de Recebimento (AR) OFI_34313/2019 (SEI 4782364), da instauração do processo de renovação e de que o serviço de radiodifusão comunitária seria mantido em caráter precário, até decisão final deste Ministério, conforme previsão do § 1º do art. 6º-A da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, com redação dada pela Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017.
3. Os autos foram instruídos com a documentação peticionada no protocolo de nº 01250.005784/2020-35, Anexo SIGEC (SEI 7139394), Mapa FOTOS DO LOCAL (SEI 7139409) e Anexo SRD (7 SEI 139436). Com relação à regularidade técnica da estação, na ocasião foi atestado, via Despacho COROC_MCOM 7139444, que os autos se encontravam tecnicamente instruídos. Os autos também foram instruídos com Portaria 196 de 21/05/2007 (SEI 9525141), Decreto 540 de 17/08/2009 (SEI 9525149), Certidão ND FGTS (SEI 9527264), Certidão ND RFB (SEI 9527384), CNPJ (SEI 9527406), Certidão ND TST (SEI 9527417), Certidão ND Anatel (SEI 9528157), CNPJ do Conselho Comunitário (SEI 9530452).
4. A Coordenação Geral de Fiscalização e Monitoramento - CGFM foi instada, por meio da Correspondência Eletrônica COROC_MCOM 9531618, a informar quanto a existência de: 1. condenação de revogação da autorização associada à Associação Comunitária Cultural Frutalense, inscrita no CNPJ nº 06.933.165/0001-00, que executa o serviço de radiodifusão comunitária no município de Frutal, no estado de Minas Gerais; 2. processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de revogação da Autorização em relação a interessada indicada acima; 3. processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada; e, 4. processo(s) de apuração de infração em trâmite relacionado(s) à vínculo político-partidário, religioso ou familiar nos termos do art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que possa(m) resultar na aplicação de sanção em relação a interessada indicada acima. Em resposta, encaminhada em 07 de março de 2022, via Relatório CGFM (SEI 9538888), foi informado que:

(...) referida entidade consta o registro do Processo de Apuração de Infração - PAI n. 53524.000838/2019-79, em fase recursal, de acordo com o qual houve, conforme a PORTARIA Nº 3810/2021/SEI-MCOM, a aplicação da sanção de multa, no valor de R\$ 788,59 (setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), e lhe atribuir 8 (oito) pontos, em razão da prática da infração capitulada no inciso XV, do art. 40, do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998 (Descumprimento de Exigência).
5. Em nova análise, os autos ainda foram instruídos com: Certidão TSE Composição Partidária (SEI 9531778), Certidão TSE Filiação Partidária (SEI 9531792), Certidão TSE Crime Eleitoral (SEI 9539169), Certidão TSE Quitação Eleitoral (SEI 9539263), Certidão TRF1-MG Cível (SEI 9540421), Certidão TRF1-MG Criminal (SEI 9540432), Certidão Cível TJMG (SEI 9541522), CNPJ consta do CADSEI (SEI 9541907). Após, editou-se o Checklist COROC_MCOM 9525249 que concluiu pela necessidade de nova instrução processual. Com isso, comunicou-se a Entidade por meio do Ofício 5297 (SEI 9541741), via correspondência física, Outros (origem externa) BY 243 875 157 BR (SEI 9554902), Outros (origem externa) BY 243 875 157 BR parte02 (SEI 9554913).
6. Em resposta, foi encaminhada a documentação acostada no protocolo de nº 53115.007359/2022-09. Além disso, esta Secretaria de Radiodifusão colacionou os documentos: Anexo Certidões atualizadas da PJ (SEI 9624902), Certidão Criminal TJMG (SEI 9625651), Parecer nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI 9625818), Certidão Pessoa Jurídica (SEI 10088231), Certidão Lincoln Biage Gomes (SEI 10093280), Certidão Patrícia Inildelane (SEI 10093285), Certidão Marli Ferreira (SEI 10093287), Certidão Maximiliano Vieira (SEI 10093298), Certidão Criminal TJ (SEI 10098938).
7. Registra-se que, posteriormente, em 21 de julho de 2022, a resposta da Coordenação Geral de Fiscalização e Monitoramento - CGFM foi complementada por meio da Correspondência Eletrônica COROC_MCOM (SEI 4566670), a qual informou não constar, na citada Coordenação, registro de processo de apuração de infração que: i) tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de revogação da autorização; ii) trate de operação clandestina de serviço de radiodifusão; ou, iii) verse sobre vínculo político-partidário, religioso ou familiar; existindo somente o processo de nº 53524.000838/2019-79, relativo à prática de infração que resultou na sanção de multa, que encontra-se em fase recursal, e que não resultaria na revogação da autorização em referência (SEI 10224229). Segue seu texto:

Informo que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Associação Comunitária Cultural Frutalense, inscrita no CNPJ nº 06.933.165/0001-00, que executa o serviço de radiodifusão comunitária no município de Frutal, estado de Minas Gerais, que:

- tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de revogação da autorização;
- trate de operação clandestina de serviço de radiodifusão; ou
- verse sobre vínculo político-partidário, religioso ou familiar.

O único Processo de Apuração de Infração existente, registrado sob o número SEI 53524.000838/2019-79, encontra-se em fase recursal, atinente à sanção de multa aplicada pela Portaria nº 3810/2021/SEI-MCOM, no valor de R\$ 788,59 (setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), em razão da prática da

infração capitulada no inciso XV, do art. 40, do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998 (transmissão de propaganda ou publicidade comercial a qualquer título).

Ressalta-se que eventual manutenção da sanção aplicada não teria o condão de culminar com a revogação da autorização da referida entidade.

8. Por fim, os autos foram analisados por meio do Checklist COROC_MCOM 9620282 concluindo que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento do pedido de renovação da autorização.

9. Destaca-se que a análise teve por base o Parecer Referencial n. 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI 10099017).

ANÁLISE

10. É cediço que o prazo da autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária pode ser renovado, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação pelo Ministério das Comunicações de portaria. Esta, posteriormente, será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, na forma do art. 223 da Constituição Federal e do art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998.

11. A viabilidade da renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária está condicionada ao preenchimento dos requisitos consubstanciados na mencionada Lei nº 9.612/1998, no Decreto nº 2.615/1998 e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, bem como nos demais normativos que tenham sido editados posteriormente.

12. De acordo com o art. 6º-A da citada Lei nº 9.612/1998, as entidades interessadas na renovação da outorga deverão observar os prazos para apresentação do respectivo requerimento administrativo, a saber:

Art. 6º-A. entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para tal finalidade ao Poder Concedente entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga.

13. Segundo o art. 130 da referida Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a presença nos autos da seguinte documentação:

Art. 130. A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga.

§ 1º A entidade interessada na renovação deverá instruir o requerimento de renovação com os seguintes documentos:

I - requerimento de renovação (Anexo 5), assinado por todos os dirigentes;

II - estatuto social atualizado, nos termos do art. 40;

III - ata de eleição da diretoria em exercício;

IV - prova de maioridade, nacionalidade e o comprovante de inscrição no CPF, de todos os dirigentes;

V - último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116; e

VI - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

§ 2º O estatuto social e a ata de eleição da diretoria deverão estar registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

§ 4º O disposto no § 3º está limitado ao máximo de três notificações, sob pena de indeferimento do pedido, excetuados os casos do art. 7º-A, que seguirão as suas próprias disposições.

§ 5º Em caso de indeferimento do pedido, a entidade poderá apresentar um único recurso, que será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior.

§ 6º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo de renovação com os seguintes documentos:

I - portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais;

II - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga;

III - comprovante de inscrição no CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço- FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 7º Poderá ser solicitada à entidade a apresentação dos documentos referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do § 6º na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet.

§ 8º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

14. No caso em apreço, a outorga do serviço de radiodifusão comunitária, na referida localidade, foi conferida à entidade por meio da Portaria nº 196, publicada no dia 21 de maio de 2007, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 540, de 2009, publicado no dia 17 de agosto 2009 (SEI 9525141 e SEI 9525149). Oportuno registrar que a data da publicação da manifestação do Congresso Nacional é utilizada para fins de aferição do início do prazo de execução do serviço de radiodifusão.

15. Infere-se, portanto, que a autorização outorgada à entidade se encontra vencida desde 17 de agosto de 2019. Frisa-se, esta constatação levou em consideração a data da publicação do respectivo Decreto Legislativo e o prazo legal de 10 (dez) anos previsto para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

16. Em relação à tempestividade do pleito, observa-se que, em **17 de maio de 2019**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 4209710 fl. 01 - Protocolo nº 01250.024834/2019-40). O pedido de renovação observou o prazo legal previsto no art. 6º-A, *caput*, da Lei nº 9.612/1998.

17. Logo, entende-se pela viabilidade do conhecimento do pedido de renovação de outorga formulado pela entidade, uma vez que a sua protocolização ocorrerá no prazo estipulado pelo art. 6º-A, *caput*, da Lei nº 9.612/1998 c/c art. 66, *caput*, e §§ 1º, 2º e 3º, da Lei nº 9.784/1999.

18. A documentação apresentada pela entidade está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão comunitária, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 9620282). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726, de 08 de outubro de 2018 (especialmente o art. 3º, *caput*, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja-se:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

19. Em especial, destaca-se que houve a juntada aos autos do seu estatuto social, devidamente arquivado no respectivo órgão cartorial (SEI nº 4209710 fls. 19 a 35), com observância das disposições constantes no art. 40 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC; bem como os comprovantes de maioria, de nacionalidade e de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) de todos os dirigentes (SEI nº 4209710 fls. 55, 56, 59, 61, 63). Carreou-se, ainda, o último relatório do Conselho Comunitário e declaração devidamente firmada pelo seu representante legal, atestando que a emissora se encontra com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização pelo Ministério das Comunicações e de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente (SEI nº 4209710 fls. 86 à 90). Colacionou-se, também, a ata de eleição da entidade, de modo a atestar a regularidade do quadro diretivo, inclusive em relação às disposições constantes no art. 11 da Lei nº 9.612/1998 (SEI nº 4209710 fls. 8 à 19).

20. Outrossim, em atenção às vedações previstas no art. 7º, inciso III, alínea "a" da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, foi efetuada pesquisa no sítio do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, de todos os dirigentes, tendo sido verificada a ausência de impedimentos (SEI 9669344, SEI 9669347, SEI 9669353 e SEI 9669357).

21. O relatório de apurações de infrações, referente ao período de vigência da outorga, foi solicitado à Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento (CGFM), que respondeu no sentido de não constar na referida Coordenação eventual processo de apuração de infração, relativo à emissora, Associação Comunitária Cultural Frutalense, inscrita no CNPJ nº 06.933.165/0001-00, executante do serviço de radiodifusão comunitária no município de Frutal/MG, *que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de revogação da autorização; trate de operação clandestina de serviço de radiodifusão; ou verse sobre vínculo político-partidário, religioso ou familiar* (SEI 9538888 e SEI 10224229).

22. Além disso, informou um único processo de Apuração de Infração existente, que se encontra em fase recursal, atinente à sanção de multa, ressaltando *“que eventual manutenção da sanção aplicada não teria o condão de culminar com a revogação da autorização da referida entidade”* (SEI 10224229). Assim, conforme informado, inexistem penalidades e/ou processos que possam resultar na revogação da autorização. Portanto, não há óbice para o prosseguimento da renovação.

23. Com efeito, toda a documentação necessária à renovação da outorga para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Frutal, estado de Minas Gerais, encontra-se colacionada nos autos, conforme lista de verificação de documentos (SEI 9620282).

24. Sabe-se que, por intermédio do Parecer Referencial nº 001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI 10099017), a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações dispensou a análise jurídica individualizada dos Processos Administrativos cujo objeto diga respeito à renovação da outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, desde que observadas as condições previstas na legislação, a saber:

III – CONCLUSÃO

33. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações: i) recomenda-se a adoção deste PARECER REFERENCIAL como parâmetro para a análise dos processos administrativos que tratam do pedido administrativo de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em que a análise técnico-administrativa, realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, não identificou a existência de óbice para o deferimento da renovação da autorização anteriormente concedida; ii) a SERAD deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação, juntando-se em cada processo cópia do presente parecer referencial, antes do encaminhamento dos autos do Processo Administrativo ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União - AGU, salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na manifestação jurídica referencial, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; iv) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, sem prejuízo das adoções das medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão; [...] ; vi) o PARECER REFERENCIAL em epígrafe não se aplica às hipóteses em que houver manifestação técnica desfavorável à renovação da autorização ou em casos concretos em que houver a interposição de recurso administrativo de decisão administrativa desfavorável à renovação da autorização; vii) em razão da edição de PARECER REFERENCIAL atualizado sobre a matéria, tem-se a revogação do PARECER n. 01578/2016/CONJUR MCTIC/CGU/AGU, emitido à época pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - CONJUR/MCTIC, razão pela qual o mencionado PARECER não deve ser utilizado como manifestação referencial para os casos concretos que tratem do assunto em questão.

25. Entende-se, portanto, que é dispensável o envio dos autos à referida unidade consultiva para fins de análise jurídica individualizada, uma vez que o caso concreto se amolda ao citado Parecer Referencial nº 001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI 10099017).

26. Sendo assim, esta Secretária de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

CONCLUSÃO

27. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete do Secretário de Radiodifusão, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

- a) envio dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para apreciação das minutas de Portaria e Exposição de Motivos colacionadas abaixo e posterior deliberação, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612/1998; e
- b) em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à Casa Civil da Presidência da República, para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

À Consideração Superior.



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária substituto**, em 22/07/2022, às 12:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas substituto**, em 22/07/2022, às 12:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 22/07/2022, às 17:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9664722** e o código CRC **E317076E**.

Minutas e Anexos**MINUTA**

PORTARIA Nº DE DE DE 2022.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.024836/2019-39, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4668/2022/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de agosto de 2019, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Frutalense, inscrita no CNPJ nº 06.933.165/0001-00, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.024836/2019-39, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4668/2022/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº _____, publicada em _____, que renova a outorga da Associação Comunitária Cultural Frutalense (CNPJ nº 06.933.165/0001-00), executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.024836/2019-39

SEI nº 9664722



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 6257, DE 22 DE JULHO DE 2022

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.024836/2019-39, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4668/2022/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de agosto de 2019, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Frutalense, inscrita no CNPJ nº 06.933.165/0001-00, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 22/07/2022, às 21:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10227195** e o código CRC **3B9A6EA7**.

EM nº /MCTIC/2022

Brasília, 22 de julho de 2022.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.024836/2019-39, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4668/2022/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6257, DE 22 de Julho de 2022 publicada em _____, que renova a outorga da Associação Comunitária Cultural Frutalense (CNPJ nº 06.933.165/0001-00), executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 22/07/2022, às 21:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10227199** e o código CRC **EFA20FD6**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão

Ofício Interno nº 22950/2022/MCOM

Brasília, 22 de Julho de 2022

Ao Senhor
Wagner Primo Figueiredo Neto
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Portaria nº 6257/2022/SEI-MCOM (10227195) e Exposição de Motivos (10227199)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 4668/2022/SEI-MCOM (9664722), encaminho a Vossa Senhoria a Portaria nº 6257/2022/SEI-MCOM (10227195) e Exposição de Motivos (10227199), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

William Ivo Koshevnikoff Zambelli
Secretário de Radiodifusão Substituto



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, **Secretário de Radiodifusão substituto**, em 22/07/2022, às 18:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10227218** e o código CRC **921E6FA0**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 22950/2022/MCOM - Processo nº 01250.024836/2019-39 - Nº SEI: 10227218

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 28/07/2022 17:51:40
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 7296888
Data prevista de publicação: 29/07/2022
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
14756241	ATO PORTARIA MCOM NA 6257.rtf	59ac4a5919d2a2ba 4a09c874e525e4eb	7,00	R\$ 272,44
TOTAL DO OFICIO			7,46	R\$ 272,44

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/07/2022 | Edição: 143 | Seção: 1 | Página: 10

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 6.257, DE 22 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.024836/2019-39, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4668/2022/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de agosto de 2019, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Frutalense, inscrita no CNPJ nº 06.933.165/0001-00, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

BOA TARDE
Alicionete da Siva LuzSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD »» RADCOM »» Consultas »» Geral | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM			
UF:	MG	Distrito:	
Município:	Frutal	Sub Distrito:	
Canal:	285	Local Específico:	
Fase:	3		
Dados da Entidade			
Entidade:	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE	CNPJ:	06.933.165/0001-00
Nome Fantasia:	RÁDIO CULTURA FM	Bairro:	UNIVERSE RESIDENCE PLAZA
Logradouro:	AVENIDA JUQUINHA GANHA POUCO	Número:	1031
Telefone:	(61) 0000000000	Fax:	Não Informado
Situação:	Entidade não possui débitos		

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade	
CNPJ:	06933165000100
Pesquisar	
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE
Tipo de Usuário:	Integral

Endereço Sede

País:	Brasil		
Número do CEP:	38200000	Logradouro:	AVENIDA JUQUINHA GANHA POUCO
Número:	1031	Complemento:	
Município:	Frutal	Bairro:	UNIVERSE RESIDENCE PLAZA
Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:	61 0000000000	Fax:	

Endereço de Correspondência

País:	Brasil		
Número do CEP:	38200000	Logradouro:	AVENIDA JUQUINHA GANHA POUCO
Número:	1031	Complemento:	
Município:	Frutal	Bairro:	UNIVERSE RESIDENCE PLAZA
Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:		Fax:	
E-mail:			

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:	17/08/2009	Data Limite Instalação:	17/02/2010
Número do Processo:	530000435482004	Fistel:	50404304770
Caixa:		Sequência:	

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	196	Portaria	MC	17/05/2007	21/05/2007	Outorga	Jur.
	3822	ATO	CMPRL	27/06/2008	30/06/2008	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	540	Decreto Legislativo	CN	14/08/2009	17/08/2009	Deliber. do C. Nacional	Jur.
	5132	ATO	CMPRL	10/09/2009	11/09/2009	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	497	Portaria	MC	08/05/2013	09/05/2013	Multa	Jur.

	6257	Portaria	MC	22/07/2022	29/07/2022	Renovação	Jur.
+ Característica da Estação Instalada							
+ Dados do Licenciamento							
 Tela Inicial		 Imprimir					

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão

Ofício Interno nº 23419/2022/MCOM

Brasília, 03 de Agosto de 2022

À Senhora
Renata Machado Moreira
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10227199)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 6257/2022/SEI-MCOM (10248610), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10227199), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 03/08/2022, às 16:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10268227** e o código CRC **6AACBBA2**.

EM nº 00246/2022 MCOM

Brasília, 14 de Setembro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.024836/2019-39, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4.668/2022/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.257, de 22 de Julho de 2022 publicada em 29/07/2022, que renova a outorga da Associação Comunitária Cultural Frutalense (CNPJ nº 06.933.165/0001-00), executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 23033/2022/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo nº 01250.024836/2019-39.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão para conhecimento e eventuais providências.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 14/09/2022, às 15:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10397304** e o código CRC **AF2A0E96**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 23033/2022/MCOM - Processo nº 01250.024836/2019-39 - Nº SEI: 10397304

EM nº 00246/2022 MCOM

Brasília, 14 de Setembro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.024836/2019-39, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4.668/2022/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 6.257, de 22 de Julho de 2022 publicada em 29/07/2022, que renova a outorga da Associação Comunitária Cultural Frutalense (CNPJ nº 06.933.165/0001-00), executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.019109/2020-93

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão – SERAD

ASSUNTO: Renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária

EMENTA: Processo Administrativo. Secretaria de Radiodifusão - SERAD. Execução do serviço de radiodifusão comunitária. Renovação da autorização. Lei nº 9.612, de 1998. Decreto nº 2.615, de 1998, Portaria nº 4.334, de 2015, alterada pela Portaria MCOM nº 1.909, de 2018, e pela Portaria MCTIC nº 1.976, de 2018. Elaboração de parecer referencial. Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014. Enunciado nº 33 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU. Observância das recomendações apresentadas.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno nº 20899/2022/MCOM, a Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações reencaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo nº 01250.019109/2020-93, cujo teor versa sobre a emissão de manifestação jurídica que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

2. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se, dentre outros acontecimentos fáticos, que a Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 4480/2022/SEI-MCOM, solicitou análise jurídico-formal do pedido de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, apresentado pela Associação Comunitária e Cultural Nova Era (Doc. nº 9648195 -SEI).

3. Por meio da NOTA n. 00255/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, esta Consultoria Jurídica restituiu os autos do Processo Administrativo à SERAD, aduzindo o que se segue (Doc. nº 9883974 -SEI), *in litteris*:

1. Trata-se de processo de interesse da Associação Comunitária e Cultural Nova Era, autorizada a executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de David Canabarro, Rio Grande do Sul, encontrando-se a outorga em fase de possível renovação.

2. Através da NOTA TÉCNICA Nº 4480/2022/SEI-MCOM (SEI 9648195), a Secretaria de Radiodifusão SERAD se posicionou pelo deferimento do pleito renovatório e solicitou a atualização do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº 9684818) ou a análise individualizada do caso:

(...)

3. A esse respeito, impende destacar que em 23 de maio de 2014, o Advogado-Geral da União, tendo por base o Parecer nº 004/SMG/CGU/2014, proferido nos autos do processo nº 56377.000011/2009-12, expediu a Orientação Normativa nº 55:

(...)

4. Do enunciado transcrito é possível extrair as seguintes conclusões:

a) a manifestação jurídica referencial uniformiza a atuação do órgão jurídico em relação a matérias repetitivas (idênticas e recorrentes);

b) a adoção da manifestação jurídica referencial torna desnecessária a análise individualizada de casos envolvendo matérias repetitivas, na medida em que as orientações jurídicas contidas em um parecer irradiam para inúmeros processos administrativos;

c) a dispensa do envio de processos ao órgão jurídico para exame individualizado fica condicionada a pronunciamiento exposto, pela área técnica interessada, no sentido de que o caso concreto se amolda aos termos da manifestação jurídica referencial já exarada sobre o tema;

d) a elaboração desse tipo de manifestação é admitida em situações específicas, devidamente justificadas, que setraduzem nos seguintes requisitos:

d.1) existência de impacto à atuação do órgão consultivo ou à celeridade dos serviços administrativos em função do volume de processos considerados repetitivos; e

d.2) a atividade jurídica se caracterizar basicamente pela verificação do atendimento das exigências legais incidentes no caso, mediante a conferência de documentos.

5. É certo que o esforço desta Consultoria Jurídica para atender demandas repetitivas e recorrentes, apenas para a conferência do cumprimento de exigências legais já fartamente conhecidas pelo órgão assessorado, a partir de reiteradas análises similares realizadas por este órgão consultivo, poderia muito bem ser aproveitado para o atendimento das demais demandas que exigem uma apreciação jurídica propriamente dita, especialmente porque atualmente esta Coordenação Jurídica conta com apenas 01 (um) Advogada da União.

6. Todavia, como os requisitos para emissão da manifestação também englobam a existência de um impacto à atuação deste órgão de assessoramento e do próprio corpo técnico envolvido, imperioso que, para atualização da citada manifestação referencial expedida em 2016, a Secretaria demandante informe se ainda existe quantitativo expressivo de processos que envolvam renovação de rádios comunitárias.

7. Assim, diante do exposto, restituiu-se os autos à SERAD para a complementação do feito, a fim de possibilitar uma manifestação conclusiva desta Consultoria Jurídica.

4. Em resposta, a SERAD emitiu o DESPACHO e a NOTA INFORMATIVA Nº 673/2020/MCOM, apresentando os seguintes esclarecimentos (Doc. nº 9891687 -SEI), *in verbis*:

DESPACHO

1. Por meio da Nota Técnica nº 4480/2022/SEI-MCOM (9648195), encaminhou-se a proposição de deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária, no município de David Canabarro, estado de Rio Grande do Sul, condicionado à prévia manifestação da Consultoria Jurídica, por meio de análise jurídica individualizada ou eventual atualização do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº 9684818), aprovado em 30 de dezembro de 2016, devido a todas as alterações de redação que a Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC sofreu em virtude da edição da Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC e da Portaria nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União do dia 09 de abril de 2018 e do dia 13 de abril de 2018.

2. No âmbito da Consultoria Jurídica, foi aprovada a Nota nº 00255/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9883974), que, após destacar o teor da Orientação Normativa nº 55 no seu item 3, solicitou no item 6 que a Secretaria de Radiodifusão informasse se "existe quantitativo expressivo de processos que envolvam renovação de rádios comunitárias".

6. Todavia, como os requisitos para emissão da manifestação também englobam a existência de um impacto à atuação deste órgão de assessoramento e do próprio corpo técnico envolvido, imperioso que, para atualização da citada manifestação referencial expedida em 2016, a Secretaria demandante informe se ainda existe quantitativo expressivo de processos que envolvam renovação de rádios comunitárias.

3. Dessa forma, solicita-se o envio dos quantitativos totais e, também, a comprovação por meio de planilha com a relação dos processos e outorgas com as seguintes informações:

3.1. Informar o número total de processos do tipo "SERAD - Renovação de Outorga de Rádio Comunitária" e do tipo "SERAD - Renovação de Outorga" em tramitação nas áreas "COROC_MCOM", "COROC_MCOM_RADCOM" e "COROC_MCOM_DOC".

*Justifica-se a inclusão dos processos do tipo "SERAD - Renovação de Outorga" devido a nem todos os processos deste tipo associados ao serviço de radiodifusão comunitária terem sido ainda reclassificados para o tipo "SERAD - Renovação de Outorga de Rádio Comunitária".

3.2. Informar o número de outorgas associadas ao serviço de radiodifusão comunitária que vencerão neste ano de 2022 e nos próximos 2 (dois) subsequentes, isto é, para os anos de 2023 e 2024, para demonstrar o quantitativo de novos processos que eventualmente poderão ser instaurados.

4. Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Coordenação-Geral de Inovação, Regulamentação e Sistemas, para prestação das informações acima indicadas.

NOTA INFORMATIVA Nº 673/2022/MCOM

1. Pela presente RETIFICAMOS o item 2 da Nota Informativa 673 (SEI [9915841](#)), que passa a vigor conforme segue:
2.O quantitativo de processos (NUP único) de renovação de outorga de rádio comunitária (item 3.1 do referido Despacho), data-base 17/maio/2022, cuja listagem se encontra na planilha SEI nº [9916090](#):

Tipo de Processo	Quant.
SERAD - Renovação de Outorga	66
SERAD - Renovação de Outorga de Rádio Comunitária	3.056
TOTAL	3.122

(...)

5. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE PARECER REFERENCIAL

6. Como é consabido, o excessivo envio de diversas consultas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

7. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União - AGU editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação referencial para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes, *in verbis*:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) ovolume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

8. Pode-se afirmar que a manifestação jurídica referencial consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

9. É oportuno consignar que o Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU recomenda a utilização do parecer referencial, como se constata da leitura do Enunciado nº 33, *in litteris*:

Como o Órgão Consultivo desempenha importante função de estímulo à padronização e à orientação geral em assuntos que suscitam dúvidas jurídicas, recomenda-se que a respeito elabore minutas-padrão de documentos administrativos e pareceres com orientações *in abstracto*, realizando capacitação com gestores, a fim de evitar proliferação de manifestações repetitivas ou lançadas em situações de baixa complexidade jurídica. (Enunciado nº 33 do Manual de Boas Práticas da Advocacia-Geral da União)

10. O Tribunal de Contas da União - TCU, ao analisar o Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, manifestou-se de forma favorável a utilização de um mesmo parecer jurídico em que envolva matéria comprovadamente idêntica e que abranja todas as questões jurídicas pertinentes, *in litteris*:

Informativo TCU nº 218/20143. É possível a utilização, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes. Embargos de Declaração opostos pela Advocacia-Geral da União (AGU), em face de determinação expedida pelo TCU à Comissão Municipal de Licitação de Manaus e à Secretaria Municipal de Educação de Manaus, alegara obscuridade na parte dispositiva da decisão e dúvida razoável quanto à interpretação a ser dada à determinação expedida. Em preliminar, após reconhecer a legitimidade da AGU para atuar nos autos, anotou o relator que o dispositivo questionado “envolve a necessidade de observância do entendimento jurisprudencial do TCU acerca da emissão de pareceres jurídicos para aprovação de editais licitatórios, aspecto que teria gerado dúvidas no âmbito da advocacia pública federal”. Segundo o relator, o cerne da questão “fiz respeito à adequabilidade e à legalidade do conteúdo veiculado na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, que autoriza a emissão de manifestação jurídica referencial, a qual, diante do comando (...) poderia não ser admitida”. Nesse campo, relembrou o relator que a orientação do TCU “tem sido no sentido da impossibilidade de os referidos pareceres serem incompletos, com conteúdos genéricos, sem evidencição da análise integral dos aspectos legais pertinentes”, posição evidenciada na Proposta de Deliberação que fundamentou a decisão recorrida. Nada obstante, e “a despeito de não pairar obscuridade sobre o acórdão ora embargado”, sugeriu o relator fosse a AGU esclarecida de que esse entendimento do Tribunal não impede que o mesmo parecer jurídico seja utilizado em procedimentos licitatórios diversos, desde que trate da mesma matéria e aborde todas as questões jurídicas pertinentes. Nesses termos, acolheu o Plenário a proposta do relator, negando provimento aos embargos e informando à AGU que “o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma”. Acórdão 2674/2014 Plenário, TC 004.757/20149,relator Ministro Substituto André Luís de Carvalho, 8/10/2014

11. Logo, pode-se afirmar que a manifestação jurídica referencial uniformiza a atuação do órgão jurídico relativamente às consultas repetitivas, tornando desnecessária a análise individualizada de processos que versem sobre matéria que já tenha sido objeto de análise em abstrato, sendo certo que as orientações jurídicas ali veiculadas aplicar-se-ão a todo e qualquer processo com idêntica matéria.

12. Nos termos da Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, a elaboração de manifestação jurídica referencial depende da confluência de dois requisitos objetivos, a saber: i) a ocorrência de embaraço à atividade consultiva em razão da tramitação de elevado número de processos administrativos versando sobre matéria repetitiva e ii) a singleza da atividade desempenhada pelo órgão jurídico, que se restringe a verificar o atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos. A dispensa do envio de processos ao órgão jurídico para exame individualizado fica condicionada ao pronunciamento expresso, pela área técnica interessada, no sentido de que o caso concreto se amolda aos termos da manifestação jurídica referencial já elaborada sobre a questão.

13.

Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de processos administrativos superior a 3.000 processos (vide teor da NOTA INFORMATIVA Nº 673/2022/MCOM) tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da Advocacia-Geral da União - AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.
14.

No que tange ao segundo requisito, tem-se que os pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SERAD.
15.

Ademais, é oportuno registrar que foi emitido o PARECER n. 01578/2016/CONJUR MCTIC/CGU/AGU, à época pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - CONJUR/MCTIC, cujo teor tratava de manifestação jurídica referencial sobre os pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária. Contudo, em razão do tempo transcorrido, afigura-se a necessidade de reavaliar o assunto, tendo em vista o tempo transcorrido e as alterações normativas ocorridas.
16.

Por oportuno, vale lembrar que é imprescindível que a SERAD ateste, expressamente, que o caso concreto se amolda, perfeitamente, aos termos da manifestação referencial adotada. No entanto, como o parecer referencial não possui caráter vinculante, não existe vedação para que os autos do Processo Administrativo sejam encaminhados a esta Consultoria Jurídica para análise, no aspecto jurídico, caso existam dúvidas sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na manifestação jurídica referencial.
17.

Deste modo, tem-se que não existe óbice legal para que haja a emissão de parecer referencial atualizado por esta Consultoria Jurídica, no que concerne à análise de pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

II.2 - RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

18.

Antes de analisar o procedimento para analisar os pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, convém destacar que compete a esta Consultoria Jurídica, nos termos do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, conforme dispõe o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU (Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/ManualdeBoasPraticasConsultivas4Edicaorevistaeampliadaversaopadrao.pdf>).
19.

A prestação do serviço de radiodifusão comunitária encontra-se disciplinada pela Lei nº 9.612, de 19 de Fevereiro de 1998, pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e pela Portaria MCOM nº 4.334, de 21 de setembro de 2015 (DOU nº 180, de 21 de setembro de 2015), alterada pela Portaria MCOM nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU nº 67, de 09 de abril de 2018), e pela Portaria MCTIC nº 1.976, de 12 de abril de 2018 (DOU nº 71, de 13 de abril de 2018).
20.

A entidade autorizada a a prestar serviços de radiodifusão comunitária que pretender a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para tal finalidade ao Poder Concedente (Ministério das Comunicações) entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga, sendo certo que a renovação terá validade pelo prazo de dez anos, consoante os termos do art. 6º, Parágrafo único, e do art. 6º-A, ambos da Lei nº 9.612, de 1998.
21.

A Portaria MCOM nº 4.334, de 2015, alterada pela Portaria MCOM nº 1.909, de 2018, e pela Portaria MCTIC nº 1.976, de 2018, estabelece a observância de requisitos para que o pedido de renovação de autorização seja analisado e deferido, no âmbito do Ministério das Comunicações, *in verbis*:

DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO

Art. 129. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de dez anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecida esta Portaria e as disposições legais vigentes.

Art. 130. A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga.

§ 1º A entidade interessada na renovação deverá apresentar os seguintes documentos:

I - requerimento de renovação (Anexo 5), assinado por todos os dirigentes;

II - estatuto social atualizado, nos termos do art. 40;

III - ata de eleição da diretoria em exercício;

IV - prova de maioridade, nacionalidade e o comprovante de inscrição no CPF, de todos os dirigentes;

V - último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116; e

VI - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

§ 2º O estatuto social e a ata de eleição da diretoria deverão estar registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

§ 4º O disposto no § 3º está limitado ao máximo de três notificações, sob pena de indeferimento do pedido, excetuados os casos do art. 7º-A, que seguirão as suas próprias disposições.

§ 5º Em caso de indeferimento do pedido, a entidade poderá apresentar um único recurso, que será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior.

§ 6º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo de renovação com os seguintes documentos:

I - portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais;

II - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga;

III - comprovante de inscrição no CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, pormeo da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 7º Poderá ser solicitada a apresentação dos documentos referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do § 6º na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet.

§ 8º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 131. Caso não haja manifestação de interesse na renovação, até o prazo limite previsto no caput do art. 130, a entidade será notificada, a partir do penúltimo mês da vigência da outorga, para que se manifeste em tal sentido, sendo-lhe concedido o prazo de trinta dias para resposta.

§ 1º Na hipótese prevista no caput, em caso de resposta solicitando a renovação da outorga, a autorizada sujeitar-se-á à sanção de multa enquadrada como infração média, segundo disposições da legislação em vigor.

§ 2º A sanção prevista no § 1º não deixará de ser aplicada ainda que a autorizada apresente requerimento de renovação antes de receber a notificação de que trata o caput.

§ 3º Não havendo resposta à notificação de renovação da outorga, ou sendo ela intempestiva, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações aplicará a perempção, nos termos da legislação vigente. Art. 132. A renovação será indeferida, além das hipóteses previstas na legislação em vigor aplicáveis ao serviço de que trata essa norma, nos casos em que:

I - a entidade manifestar intempestivamente interesse na renovação;

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação doMinistério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

III - seja constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo, ou que algum membro de órgão de direçãoda entidade, individualmente considerado, tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observado o disposto no art. 7º-A; ou

V - aplicação de pena de revogação de autorização por decisão administrativa definitiva.

Parágrafo único. Na hipótese de existência de processos em curso, nos termos do inciso V, a decisão sobre a renovação de outorga, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ficará sobrestada até a conclusão dos referidos processos.

Art. 133. O processo de renovação será concluído mediante a edição de Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional.

Art. 134. Expirado o prazo de vigência da outorga, as entidades poderão manter suas emissoras em funcionamento até a conclusão do processo de renovação.

(...)

ANEXO 5

MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

(REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA Nº 1.909, DE 05.04.2018)

Qualificação da Entidade

Razão Social:

Nome Fantasia: Endereço de Sede: CNPJ

Município: UF: CEP:

Nome do Representante legal: Endereço

Eletrônico (e-mail)

Endereço de Correspondência: UF: CEP:

Município:

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE

Endereço:

Município: UF: CEP:

Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):

Latitude: ° (N/S)*

Longitude: ° W *

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a RENOVAÇÃO DA OUTORGA. Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e DECLARAMOS, para os devidos fins, que:

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;

II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou asujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas debrasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidadeparlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço deRadiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

22. Conforme se depreende das normas acima mencionadas, a entidade que pretender renovar a autorização anteriormente concedida deve observar os seguintes requisitos: i) apresentar requerimento de renovação, nos termos do modelo do Anexo V, da Portaria ministerial, entre o período de doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga; ii) apresentar estatuto social atualizado e ata de eleição da diretoria em exercício, ambos registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas; iv) apresentar prova de maioridade, nacionalidade e o comprovante de inscrição no CPF de todos os dirigentes; v) apresentar último relatório do Conselho Comunitário, contendo a grade de programação com a descrição e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do serviço de radiodifusão comunitária; vi) apresentar declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamento em conformidade com a última autorização ministerial, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.
23. Ademais, o pedido renovação de autorização deverá ser instruído com os seguintes documentos: i) portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais; ii) relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga; iii) comprovante de inscrição no CNPJ; iv) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL; v) certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; vi) certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda Federal; e vii) certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.
24. Vale destacar que o Ministério das Comunicações (SERAD), caso seja necessário, poderá solicitar diretamente os referidos documentos à entidade que pretende renovar a autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, assim como d eterninar diligências, solicitar outros documentos, bem como requerer esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o serviço de radiodifusão comunitária.
25. É imperioso lembrar que a SERAD deverá, no curso do processo de renovação de autorização, certificar a inexistênciade vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, c/c o art. 43 do Decreto nº 2.615, de 1998.
26. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria de renovação da autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, (vide art. 223 da Constituição Federal, art. 6º da da Lei nº 9.612, de 1998, c/c o art. 6º, § 2º, do Decreto nº 52.795, de 1963), sem prejuízo da adoção das medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão (art. 223, § 1º, da Constituição Federal).
27. Destarte, a aplicação deste PARECER REFERENCIAL requer a adequação da legislação de regência, notadamente o preenchimento dos requisitos acima mencionados, cabendo à SERAD atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação jurídica.

28. Destaque-se, ainda, que o caso paradigma encaminhado pela SERAD para apreciação desta Consultoria Jurídica, referente à renovação da autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Comunitária e Cultural Nova Era, na localidade de David Canabarro/RS, alusivo ao período de 30 de junho de 2020 até 30 de junho de 2030, está em consonância com os requisitos estabelecidos nas normas aplicáveis à espécie, consoante os termos da N OTA TÉCNICA Nº 4480/2022/SEI-MCOM e do Checklist de verificação de documentos (Docs. nºs 9647261 e 9648195 -SEI).
29. No que concerne às minutas de portaria e de exposição de motivos, elaboradas pela SERAD e que estão anexas à NOTA TÉCNICA Nº 4480/2022/SEI-MCOM, afigura-se que estão em sintonia com as normas acima citadas (Doc. nº 9648195 SEI).
30. Com efeito e em face dos termos da NOTA TÉCNICA Nº 4480/2022/SEI-MCOM, é forçoso afirmar que este PARECER REFERENCIAL pode ser aplicado ao caso paradigma apresentado pela SERAD, que trata da renovação da autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Comunitária e Cultural Nova Era, na localidade de David Canabarro/RS.
31. Face ao exposto e considerando as recomendações deduzidas acima, notadamente nos itens 22, 23, 25, 26 e 27 deste PARECER REFERENCIAL, tem-se que a Secretaria de Radiodifusão deste Ministério deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (Lei nº 9.612, de 1998, pelo Decreto nº 2.615, de 1998, e pela Portaria nº 4.334, de 2015 (DOU nº 180, de 21 de setembro de 2015), alterada pela Portaria nº 1.909, de 2018 (DOU nº 67, de 09 de abril de 2018), e pela Portaria MCTIC nº 1.976, de 2018 (DOU nº 71, de 13 de abril de 2018)) na apreciação dos processos administrativos relacionados a pedido de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SERAD, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da autorização anteriormente concedida.
32. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente manifestação jurídica referencial, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da Advocacia-Geral da União - AGU.

III – CONCLUSÃO

33. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações: i) recomenda-se a adoção deste PARECER REFERENCIAL como parâmetro para a análise dos processos administrativos que tratam do pedido administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em que a análise técnico-administrativa, realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, não identificou a existência de óbice para o deferimento da renovação da autorização anteriormente concedida; ii) a SERAD deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação, juntando-se em cada processo cópia do presente parecer referencial, antes do encaminhamento dos autos do Processo Administrativo ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União - AGU, salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na manifestação jurídica referencial, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; iv) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, sem prejuízo das adoções das medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão; v) o PARECER REFERENCIAL em epígrafe pode ser aplicado ao caso paradigma apresentado pela SERAD, que trata da renovação da autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Comunitária e Cultural Nova Era, na localidade de David Canabarro/RS, referente ao período de 30 de junho de 2020 até 30 de junho de 2030, cabendo à mencionada Secretaria avaliar e certificar o cumprimento dos requisitos exigidos pelas normas aplicáveis à espécie; vi) o PARECER REFERENCIAL em epígrafe não se aplica as hipóteses em que houver manifestação técnica desfavorável a renovação da autorização ou em casos concretos em que houver a interposição de recurso administrativo de decisão administrativa desfavorável à renovação da autorização; vii) em razão da edição de PARECER REFERENCIAL atualizado sobre a matéria, tem-se a revogação do PARECER n. 01578/2016/CONJUR MCTIC/CGU/AGU, emitido à época pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - CONJUR/MCTIC, razão pela qual o mencionado PARECER não deve ser utilizado como manifestação referencial para os casos concretos que tratem do assunto em questão.
34. O Apoio Administrativo desta Consultoria Jurídica deve identificar, por meio do SAPIENS, o Departamento de Informações Jurídico-Estratégicas da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL n. 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

35. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 21 de junho de 2022.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RÁDIOFUSÃO E
TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250019109202093 e da chave de acesso a97c32a0



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 913722300 e chave de acesso a97c32a0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-06-2022 08:28. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE
- GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01452/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.019109/2020-93

INTERESSADOS: ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL NOVA ERA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 21 de junho de 2022.

CAROLINA SCHERER BICCA
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250019109202093 e da chave de acesso a97c32a0



Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 915788293 e chave de acesso a97c32a0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 21-06-2022 11:09. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 4668/2022/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 01250.024836/2019-39

INTERESSADA: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA. RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela Associação Comunitária Cultural Frutalense, inscrita no CNPJ nº 06.933.165/0001-00, objetivando a renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Frutal, estado de Minas Gerais, referente ao período de 17 de agosto de 2019 até 17 de agosto de 2029.

2. O pedido de renovação ocorreu no dia 17 de maio de 2019 quando da protocolização do documento de nº Volume de Processo Digitalizado I (SEI 4207400), Volume de Processo Digitalizado II (SEI 4207414), constantes do protocolo eletrônico nº 01250.024834/2019-40. A Entidade foi comunicada, via Ofício 34313 (SEI 4653910), encaminhado via correspondência física, Aviso de Recebimento (AR) OFI_34313/2019 (SEI 4782364), da instauração do processo de renovação e de que o serviço de radiodifusão comunitária seria mantido em caráter precário, até decisão final deste Ministério, conforme previsão do § 1º do art. 6º-A da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, com redação dada pela Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017.

3. Os autos foram instruídos com a documentação peticionada no protocolo de nº 01250.005784/2020-35, Anexo SIGEC (SEI 7139394), Mapa FOTOS DO LOCAL (SEI 7139409) e Anexo SRD (7 SEI 139436). Com relação à regularidade técnica da estação, na ocasião foi atestado, via Despacho COROC_MCOM 7139444, que os autos se encontravam tecnicamente instruídos. Os autos também foram instruídos com Portaria 196 de 21/05/2007 (SEI 9525141), Decreto 540 de 17/08/2009 (SEI 9525149), Certidão ND FGTS (SEI 9527264), Certidão ND RFB (SEI 9527384), CNPJ (SEI 9527406), Certidão ND TST (SEI 9527417), Certidão ND Anatel (SEI 9528157), CNPJ do Conselho Comunitário (SEI 9530452).

4. A Coordenação Geral de Fiscalização e Monitoramento - CGFM foi instada, por meio da Correspondência Eletrônica COROC_MCOM 9531618, a informar quanto a existência de: 1. condenação de revogação da autorização associada à Associação Comunitária Cultural Frutalense, inscrita no CNPJ nº 06.933.165/0001-00, que executa o serviço de radiodifusão comunitária no município de Frutal, no estado de Minas Gerais; 2. processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de revogação da Autorização em relação a interessada indicada acima; 3. processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse

sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada; e, 4. processo(s) de apuração de infração em trâmite relacionado(s) à vínculo político-partidário, religioso ou familiar nos termos do art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que possa(m) resultar na aplicação de sanção em relação a interessada indicada acima. Em resposta, encaminhada em 07 de março de 2022, via Relatório CGFM (SEI 9538888), foi informado que:

(...) referida entidade consta o registro do Processo de Apuração de Infração - PAI n. 53524.000838/2019-79, em fase recursal, de acordo com o qual houve, conforme a PORTARIA Nº 3810/2021/SEI-MCOM, a aplicação da sanção de multa, no valor de R\$ 788,59 (setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), e lhe atribuir 8 (oito) pontos, em razão da prática da infração capitulada no inciso XV, do art. 40, do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998 (Descumprimento de Exigência).

5. Em nova análise, os autos ainda foram instruídos com: Certidão TSE Composição Partidária (SEI 9531778), Certidão TSE Filiação Partidária (SEI 9531792), Certidão TSE Crime Eleitoral (SEI 9539169), Certidão TSE Quitação Eleitoral (SEI 9539263), Certidão TRF1-MG Cível (SEI 9540421), Certidão TRF1-MG Criminal (SEI 9540432), Certidão Cível TJMG (SEI 9541522), CNPJ consta do CADSEI (SEI 9541907). Após, editou-se o Checklist COROC_MCOM 9525249 que concluiu pela necessidade de nova instrução processual. Com isso, comunicou-se a Entidade por meio do Ofício 5297 (SEI 9541741), via correspondência física, Outros (origem externa) BY 243 875 157 BR (SEI 9554902), Outros (origem externa) BY 243 875 157 BR parte02 (SEI 9554913).

6. Em resposta, foi encaminhada a documentação acostada no protocolo de nº 53115.007359/2022-09. Além disso, esta Secretaria de Radiodifusão colacionou os documentos: Anexo Certidões atualizadas da PJ (SEI 9624902), Certidão Criminal TJMG (SEI 9625651), Parecer nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI 9625818), Certidão Pessoa Jurídica (SEI 10088231), Certidão Lincoln Biage Gomes (SEI 10093280), Certidão Patrícia Inildelane (SEI 10093285), Certidão Marli Ferreira (SEI 10093287), Certidão Maximiliano Vieira (SEI 10093298), Certidão Criminal TJ (SEI 10098938).

7. Registra-se que, posteriormente, em 21 de julho de 2022, a resposta da Coordenação Geral de Fiscalização e Monitoramento - CGFM foi complementada por meio da Correspondência Eletrônica COROC_MCOM (SEI 4566670), a qual informou não constar, na citada Coordenação, registro de processo de apuração de infração que: i) tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de revogação da autorização; ii) trate de operação clandestina de serviço de radiodifusão; ou, iii) verse sobre vínculo político-partidário, religioso ou familiar; existindo somente o processo de nº 53524.000838/2019-79, relativo à prática de infração que resultou na sanção de multa, que encontra-se em fase recursal, e que não resultaria na revogação da autorização em referência (SEI 10224229). Segue seu texto:

Informo que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Associação Comunitária Cultural Frutalense, inscrita no CNPJ nº 06.933.165/0001-00, que executa o serviço de radiodifusão comunitária no município de Frutal, estado de Minas Gerais, que:

- tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de revogação da autorização;

- trate de operação clandestina de serviço de radiodifusão; ou
- verse sobre vínculo político-partidário, religioso ou familiar.

O único Processo de Apuração de Infração existente, registrado sob o número SEI 53524.000838/2019-79, encontra-se em fase recursal, atinente à sanção de multa aplicada pela Portaria nº 3810/2021/SEI-MCOM, no valor de R\$ 788,59 (setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), em razão da prática da infração capitulada no inciso XV, do art. 40, do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998 (transmissão de propaganda ou publicidade comercial a qualquer título).

Ressalta-se que eventual manutenção da sanção aplicada não teria o condão de culminar com a revogação da autorização da referida entidade.

8. Por fim, os autos foram analisados por meio do Checklist COROC_MCOM 9620282 concluindo que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento do pedido de renovação da autorização.

9. Destaca-se que a análise teve por base o Parecer Referencial n. 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI 10099017).

ANÁLISE

10. É cediço que o prazo da autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária pode ser renovado, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação pelo Ministério das Comunicações de portaria. Esta, posteriormente, será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, na forma do art. 223 da Constituição Federal e do art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998.

11. A viabilidade da renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária está condicionada ao preenchimento dos requisitos consubstanciados na mencionada Lei nº 9.612/1998, no Decreto nº 2.615/1998 e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, bem como nos demais normativos que tenham sido editados posteriormente.

12. De acordo com o art. 6º-A da citada Lei nº 9.612/1998, as entidades interessadas na renovação da outorga deverão observar os prazos para apresentação do respectivo requerimento administrativo, a saber:

Art. 6º-A. entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para tal finalidade ao Poder Concedente entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga.

13. Segundo o art. 130 da referida Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a presença nos autos da seguinte documentação:

Art. 130. A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para ao Ministério da

Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga.

§ 1º A entidade interessada na renovação deverá instruir o requerimento de renovação com os seguintes documentos:

I - requerimento de renovação (Anexo 5), assinado por todos os dirigentes;

II - estatuto social atualizado, nos termos do art. 40;

III - ata de eleição da diretoria em exercício;

IV - prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição no CPF, de todos os dirigentes;

V - último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116; e

VI - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

§ 2º O estatuto social e a ata de eleição da diretoria deverão estar registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

§ 4º O disposto no § 3º está limitado ao máximo de três notificações, sob pena de indeferimento do pedido, excetuados os casos do art. 7º-A, que seguirão as suas próprias disposições.

§ 5º Em caso de indeferimento do pedido, a entidade poderá apresentar um único recurso, que será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior.

§ 6º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo de renovação com os seguintes documentos:

I - portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais;

II - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga;

III - comprovante de inscrição no CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço- FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 7º Poderá ser solicitada à entidade a apresentação dos documentos referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do § 6º na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet.

§ 8º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

14. No caso em apreço, a outorga do serviço de radiodifusão comunitária, na referida localidade, foi conferida à entidade por meio da Portaria nº 196, publicada no dia 21 de maio de 2007, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 540, de 2009, publicado no dia 17 de agosto 2009 (SEI 9525141 e SEI 9525149). Oportuno registrar que a data da publicação da manifestação do Congresso Nacional é utilizada para fins de aferição do início do prazo de execução do serviço de radiodifusão.

15. Infere-se, portanto, que a autorização outorgada à entidade se

encontra vencida desde 17 de agosto de 2019. Frisa-se, esta constatação levou em consideração a data da publicação do respectivo Decreto Legislativo e o prazo legal de 10 (dez) anos previsto para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

16. Em relação à tempestividade do pleito, observa-se que, em **17 de maio de 2019**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 4209710 fl. 01 - Protocolo nº 01250.024834/2019-40). O pedido de renovação observou o prazo legal previsto no art. 6º-A, *caput*, da Lei nº 9.612/1998.

17. Logo, entende-se pela viabilidade do conhecimento do pedido de renovação de outorga formulado pela entidade, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo estipulado pelo art. 6º-A, *caput*, da Lei nº 9.612/1998 c/c art. 66, *caput*, e §§ 1º, 2º e 3º, da Lei nº 9.784/1999.

18. A documentação apresentada pela entidade está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão comunitária, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 9620282). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726, de 08 de outubro de 2018 (especialmente o art. 3º, *caput*, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja-se:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

19. Em especial, destaca-se que houve a juntada aos autos do seu estatuto social, devidamente arquivado no respectivo órgão cartorial (SEI nº 4209710 fls. 19 a 35), com observância das disposições constantes no art. 40 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC; bem como os comprovantes de maioria, de nacionalidade e de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) de todos os dirigentes (SEI nº 4209710 fl. 55, 56, 59, 61, 63). Carreou-se, ainda, o último relatório do Conselho

Comunitário e declaração devidamente firmada pelo seu representante legal, atestando que a emissora se encontra com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização pelo Ministério das Comunicações e de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente (SEI nº 4209710 fls. 86 à 90). Colacionou-se, também, a ata de eleição da entidade, de modo a atestar a regularidade do quadro diretivo, inclusive em relação às disposições constantes no art. 11 da Lei nº 9.612/1998 (SEI nº 4209710 fls. 8 à 19).

20. Outrossim, em atenção às vedações previstas no art. 7º, inciso III, alínea "a" da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, foi efetuada pesquisa no sítio do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, de todos os dirigentes, tendo sido verificada a ausência de impedimentos (SEI 9669344, SEI 9669347, SEI 9669353 e SEI 9669357).

21. O relatório de apurações de infrações, referente ao período de vigência da outorga, foi solicitado à Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento (CGFM), que respondeu no sentido de não constar na referida Coordenação eventual processo de apuração de infração, relativo à emissora, Associação Comunitária Cultural Frutalense, inscrita no CNPJ nº 06.933.165/0001-00, executante do serviço de radiodifusão comunitária no município de Frutal/MG, *que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de revogação da autorização; trate de operação clandestina de serviço de radiodifusão; ou verse sobre vínculo político-partidário, religioso ou familiar* (SEI 9538888 e SEI 10224229).

22. Além disso, informou um único processo de Apuração de Infração existente, que se encontra em fase recursal, atinente à sanção de multa, ressaltando *"que eventual manutenção da sanção aplicada não teria o condão de culminar com a revogação da autorização da referida entidade"* (SEI 10224229). Assim, conforme informado, inexistem penalidades e/ou processos que possam resultar na revogação da autorização. Portanto, não há óbice para o prosseguimento da renovação.

23. Com efeito, toda a documentação necessária à renovação da outorga para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Frutal, estado de Minas Gerais, encontra-se colacionado nos autos, conforme lista de verificação de documentos (SEI 9620282).

24. Sabe-se que, por intermédio do Parecer Referencial nº 001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI 10099017), a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações dispensou a análise jurídica individualizada dos Processos Administrativos cujo objeto diga respeito à renovação da outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, desde que observadas as condições previstas na legislação, a saber:

III - CONCLUSÃO

33. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações: i) recomenda-se a adoção deste PARECER REFERENCIAL como parâmetro para a análise dos processos administrativos que tratam do pedido administrativo de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em que a análise técnico-administrativa, realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, não

identificou a existência de óbice para o deferimento da renovação da autorização anteriormente concedida; ii) a SERAD deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação, juntando-se em cada processo cópia do presente parecer referencial, antes do encaminhamento dos autos do Processo Administrativo ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União - AGU, salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na manifestação jurídica referencial, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; iv) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, sem prejuízo das adoção das medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão; [...] ; vi) o PARECER REFERENCIAL em epígrafe não se aplica as hipóteses em que houver manifestação técnica desfavorável a renovação da autorização ou em casos concretos em que houver a interposição de recurso administrativo de decisão administrativa desfavorável à renovação da autorização; vii) em razão da edição de PARECER REFERENCIAL atualizado sobre a matéria, tem-se a revogação do PARECER n. 01578/2016/CONJUR MCTIC/CGU/AGU, emitido à época pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - CONJUR/MCTIC, razão pela qual o mencionado PARECER não deve ser utilizado como manifestação referencial para os casos concretos que tratem do assunto em questão.

25. Entende-se, portanto, que é dispensável o envio dos autos à referida unidade consultiva para fins de análise jurídica individualizada, uma vez que o caso concreto se amolda ao citado Parecer Referencial nº 001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI 10099017).

26. Sendo assim, esta Secretária de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

CONCLUSÃO

27. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete do Secretário de Radiodifusão, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) envio dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para apreciação das minutas de Portaria e Exposição de Motivos colacionadas abaixo e posterior deliberação, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612/1998; e

b) em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à Casa Civil da Presidência da República, para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

À Consideração Superior.



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão



Educativa e Comunitária substituto, em 22/07/2022, às 12:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas substituto**, em 22/07/2022, às 12:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 22/07/2022, às 17:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9664722** e o código CRC **E317076E**.

Minutas e Anexos

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2022.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.024836/2019-39, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4668/2022/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de agosto de 2019, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Frutalense, inscrita no CNPJ nº 06.933.165/0001-00, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.024836/2019-39, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4668/2022/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº _____, publicada em _____, que renova a outorga da Associação Comunitária Cultural Frutalense (CNPJ nº 06.933.165/0001-00), executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Frutal, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.024836/2019-39

SEI nº 9664722

01250.024836/2019-39

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral

Secretaria Especial de Administração

Diretoria de Recursos Logísticos

Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 05 de outubro de 2022.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGAP e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela Associação Comunitária Cultural Frutalense, inscrita no CNPJ nº 06.933.165/0001-00, objetivando a renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Frutal, estado de Minas Gerais, referente ao período de 17 de agosto de 2019 até 17 de agosto de 2029.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 246 2022 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor(a)**, em 05/10/2022, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3672111** e o código CRC **543B99D1** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.024836/2019-39

SEI nº 3672111



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 2779/2022/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

Ao Secretário-Executivo
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 246/2022 MCOM.

Senhor Secretário-Executivo,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 246/2022 MCOM (3672107), do Ministério das Comunicações, que trata da renovação da outorga da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Frutal/MG.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

SABÁ FILHA DE OLIVIERA
Chefe de Gabinete do Ministro de Estado Chefe
da Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Saba Cordeiro de Monteiro Filha de Oliveira, Chefe de Gabinete**, em 07/10/2022, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3672338** e o código CRC **19B002B3** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.024836/2019-39

SEI nº 3672338

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 — Telefone: 61-3411-1754
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

01250.024836/2019-39

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 246/2022 MCOM (3672107), do Ministério das Comunicações. Anexo ANEXO I (3672108), Parecer DE MÉRITO I (3672110).

Assunto: Tratam os autos de pedido de renovação da outorga da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Frutal/MG.

Trâmite do Processo:

Despacho/DIPUBL/CODOC (3672111), para os protocolos da SAI/SG/PR, SAG/CC/PR, CGAP e CC/PR.

OFÍCIO Nº 2779/2022/GM/CC/PR (3672338), da Chefe de Gabinete, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil ao Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República.

Concluir o Processo na SE/CC/PR, tendo em vista que o processo de Exposição de Motivos, por sua natureza, são tratados e tramitados via Sistema de Geração e Tramitação de Documentos (SIDOF), e por ter sido encaminhado por meio do Despacho/DIPUBL/CODOC à SAI/SG/PR, SAG/CC/PR, CGAP/PR e CC/PR, Pastas de competência do assunto.

CLAUDIO CESAR FELIPE
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Cesar Felipe, Chefe de Gabinete**, em 11/10/2022, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3681696** e o código CRC **14C95DF3** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.024836/2019-39

SEI nº 3681696

[menu](#) [ajuda](#)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SUBCHEFIA DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 142/2022/RADIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 01250.024836/2019-39

INTERESSADO: Associação Comunitária Cultural Frutalense (CNPJ nº 06.933.165/0001-00)

REFERÊNCIAS: Exposição de Motivos nº 00246/2022 MCOM, de 14 de setembro de 2022 (3672107)

Parecer de Mérito I (3672110) – Nota Técnica nº 4668/2022/SEI-MCOM, de 22 de julho de 2022

Parecer Referencial nº 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 21 de junho de 2022^[1] (3672108)

ASSUNTO: Renovação da outorga de autorização do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Frutal/MG.

1. Trata-se da [PORTARIA MCOM Nº 6.257, DE 22 DE JULHO DE 2022](#), que renova a outorga de autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Frutal/MG, pelo prazo de dez anos a partir de 17 de agosto de 2019, em favor da Associação Comunitária Cultural Frutalense, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 06.933.165/0001-00, com o uso do canal 285 e indicativo ZYX434, de acordo com o disposto na [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), e no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária^[2].
2. O Ministério das Comunicações (MCOM)^[3] se manifestou favorável ao ato de renovação da outorga nos termos da Nota Técnica nº 4668/2022/SEI-MCOM, de 22 de julho de 2022 (3672110), e se posiciona pelo deferimento do pedido de renovação de outorga da Associação Comunitária Cultural Frutalense considerando a emissão do Parecer Referencial^[4] nº 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 28 de dezembro de 2016 (3672108) que registra a seguinte conclusão: a adoção do referido Parecer Referencial como parâmetro para a análise dos processos administrativos que tratam do pedido administrativo de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em que a análise técnico-administrativa, realizada pela Secretaria de Radiodifusão (SERAD), não identificou a existência de óbice para o deferimento da renovação da autorização anteriormente concedida; e em razão da edição de Parecer Referencial atualizado sobre a matéria, tem-se a revogação do Parecer Referencial nº 01578/2016/CONJUR MCTIC/CGU/AGU (3671459), emitido à época pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (CONJUR/MCTIC).
3. Os registros administrativos de cadastro da Associação Comunitária Cultural Frutalense devem ser mantidos pelo MCOM no Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD^[5], cujos dados relativos ao serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Frutal/MG consta na Consulta Geral de RadCom (3685403), com o registro de situação de que a entidade não possui débitos.
4. É permitida a renovação por dez anos se cumpridas as exigências da [Lei nº 9.612, de 1998](#) e demais disposições legais vigentes.
5. Considerando a manifestação do órgão técnico MCOM e a existência do documento de Checklist de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Rádio Comunitária (3671471) com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação, ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede o prosseguimento do feito e deverá ser providenciada a reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade da Associação por ocasião da assinatura do termo aditivo ao contrato de autorização do serviço de radiodifusão comunitária, esta SAG não tem óbices e observando § 1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[6], e sugere o encaminhamento do presente processo à Subchefia para Assuntos Jurídicos (SAJ) da Secretaria-Geral da Presidência da República, nos termos do [art. 223 da Constituição Federal](#).

À consideração superior,

Brasília, na data da assinatura.

LUIZ FELIPE ALVES DE OLIVEIRA
Estagiário

EUGÊNIO CESAR ALMEIDA FELIPPETTO
Assessor

De Acordo,

Brasília, na data da assinatura.

GUSTAVO HENRIQUE FERREIRA
Subchefe Adjunto de Infraestrutura, substituto

Aprovo,

Brasília, na data da assinatura.

EDUARDO AGGIO DE SÁ
Subchefe

^[1] Manifestação jurídica referencial aprovada pelo Despacho nº 01452/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 21/06/2022, da Consultoria Jurídica do MCOM.

^[2] Aprovado pelo [Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#).

^[3] Nos termos do Anexo I do [Decreto nº 11.164, de 8 de agosto de 2022](#), que aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações, compete a Secretaria de Radiodifusão (SERAD) coordenar e executar as atividades integrantes dos processos de outorga, pós-outorga e renovação dos serviços de radiodifusão e de seus ancilares.

^[4] De acordo com a Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014. Enunciado nº 33 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU.

^[5] O [Sistema de Controle de Radiodifusão \(SRD\)](#) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços cuja atualização permanece ininterrupta pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

^[6] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).



oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eugênio Cesar Almeida Felippetto, Assessor(a)**, em 19/10/2022, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Felipe Alves de Oliveira, Estagiário(a)**, em 20/10/2022, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Aggio de Sá, Subchefe**, em 20/10/2022, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3685431** e o código CRC **54E799C7** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.024836/2019-39

SEI nº 3685431

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.024836/2019-39

Nota SAJ - Radiodifusão nº 153 / 2022 / CGINF/SAINF/SAJ/SG/PR

Interessado:	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE - FRUTAL/MG
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação da outorga de rádio comunitária (RadCom). Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo nº:	01250.024836/2019-39

Senhor Subchefe,

I -RELATÓRIO

1. Trata-se do processo nº 01250.024836/2019-39, que **renova** a autorização para execução do serviço de **radiodifusão comunitária**, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FRUTALENSE - FRUTAL/MG** (CNPJ nº 06.933.165/0001-00), na localidade de Frutal/MG.
2. Pela Lei nº 9.612/1998, denomina-se serviço de **radiodifusão comunitária** a radiodifusão sonora, em Frequência Modulada (FM), operada em baixa potência^[1] e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.
3. Nos termos da Constituição Federal, compete ao Poder Executivo **outorgar e renovar** concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo observar-se, quando a outorga se refere à rádio comunitária, o que dispõe a Lei nº 9.612/1998 e no Decreto nº 2.615/1998, bem como a legislação complementar a ser expedida pelo Ministério das Comunicações - MCOM (conforme prevê o art. 9, inciso I, do Decreto nº 2.615/1998).
4. No exercício da competência que lhe confere o art. 6º da Lei nº 9.612/1998, o MCOM outorgou originalmente a autorização, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal autorização, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comunitária
5. O MCOM é o órgão do Poder Executivo com atribuição para renovar a outorga do serviço de radiodifusão, a ser formalizada mediante portaria, contendo a denominação da entidade, o objeto e o prazo de autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo a partir do qual encontra-se renovada a outorga do serviço.
6. Mencione-se que o art. 223 da Constituição Federal prevê que a outorga concedida ou renovada pelo Poder Executivo só produzirá efeitos legais após a apreciação do ato pelo Congresso Nacional.

7. Nesse contexto, encontra-se a presente a Exposição de Motivos submetida à análise desta Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos, o ato do Ministro das Comunicações, que autoriza a renovação da outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional, mediante Mensagem a ser expedida pelo Presidente da República.

II - ANÁLISE JURÍDICA

8. Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República ato do Ministro das Comunicações **que renova a outorga** à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

9. Conforme enuncia o art. 1º da citada Lei e o art. 11 do Decreto nº 2.615/1998, são competentes para executar o serviço de radiodifusão comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e sujeitos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

10. A Lei nº 9.612/1998 estabelece que compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de 10 anos, e prevê a possibilidade de renovação desta autorização por igual período, se cumpridas as exigências legais vigentes.

11. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades educativas e culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 9.612/1998, com o Decreto nº 2.615/1998 e legislação complementar.

12. A entidade que desejar a renovação da outorga deve dirigir requerimento para tal finalidade ao MCOM, entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga, de acordo com o art. 6º-A da Lei nº 9.612/1998. Aponta-se que, na hipótese de o trâmite burocrático do Poder Concedente demorar mais do que o previsto, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário enquanto não haja manifestação sobre o pedido de renovação, conforme previsto no § 1º do mencionado dispositivo legal. Em seguida, a Lei destaca que a autorizada com funcionamento precário mantém todos os seus deveres e direitos decorrentes da prestação do serviço.

13. No que tange à competência, o Decreto nº 2.615/1998 (art. 9º, II), determina que a renovação da outorga para a execução do serviço será expedida pelo Ministério, observados os requisitos da Lei nº 9.612/1998. O mesmo Decreto indica que a outorga (e renovação) de serviços de radiodifusão comunitária será feita através de **autorização**.

14. De acordo com os autos do processo, a **área técnica** do Ministério competente manifestou-se pela possibilidade de renovação. Do mesmo modo, a **Consultoria Jurídica do MCOM** atestou a viabilidade jurídica para a renovação outorga do serviço de radiodifusão comunitária no caso em análise, tendo a outorgada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo.

15. Após a manifestação favorável das áreas técnicas, diante da prévia verificação dos documentos exigidos pela legislação pertinente, o Ministro de Estado publicou a **Portaria** de renovação da outorga.

16. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR (Decreto nº 52.795/1963) indica[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

17. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"*[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

18. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem o envio do ato para o Congresso Nacional, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta.

19. Por fim, merece registro que eventuais alterações nos documentos e requisitos de habilitação do outorgado, que ocorram durante a tramitação do processo e até que haja a deliberação final que precede a outorga, deverão ser dirimidas pelo próprio Ministério, antes da assinatura do termo que permitirá a produção de efeitos da prestação do serviço de radiodifusão[4].

20. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.

21. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional). Neste sentido, faz-se menção à indicação trazida pela Subchefia de Análise Governamental - SAG, em seu Despacho SAG nº 0142/2022 (doc. SEI nº 3685431), acerca da necessidade de reapresentação de documentos comprobatórios da manutenção da regularidade da entidade, no momento da assinatura da outorga.

III - CONCLUSÃO

22. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.024836/2019-39, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

MARINA ARAQUE CORREIA MANSUR

Estagiária da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

FELIPE NOGUEIRA FERNANDES

Subchefe Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

APROVO.

RODRIGO MATOS RORIZ

Subchefe Adjunto Executivo para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

APROVO.

RENATO DE LIMA FRANÇA

Subchefe para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

[1] Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros. Ainda de acordo com a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila. Entretanto, as características geográficas da localidade e existência ou inexistência de barreiras (naturais ou construídas) à propagação das ondas pode aumentar ou diminuir a extensão da transmissão.

[2] Vide art. 31 do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. *O regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 04/11/2022, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Nogueira Fernandes, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 07/11/2022, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Matos Roriz, Subchefe Adjunto Executivo**, em 10/11/2022, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renato de Lima França, Subchefe**, em 18/11/2022, às 19:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3722355** e o código CRC **F1C4BEF4** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, que renova permissões às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 5.460, de 28 de setembro de 2017 - Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro - AMICENTRO, no município de Salto do Jacuí - RS;
- 2 - Portaria nº 1.087, de 16 de outubro de 2020 - Associação Distribuidora de Pão Aos Pobres, no município de Ribeirão Preto - SP;
- 3 - Portaria nº 1.088, de 16 de outubro de 2020 - Associação Comunitária e Cultural Para o Progresso de Maranguape, no município de Maranguape - CE;
- 4 - Portaria nº 1.093, de 16 de outubro de 2020 - Associação Comunitária Rádio Paz FM, no município de Planaltina - GO;
- 5 - Portaria nº 1.097, de 16 de outubro de 2020 - Associação Comunitária e Cultural Nova Rússia, no município de Ponta Grossa - PR;
- 6 - Portaria nº 1.100, de 16 de outubro de 2020 - Associação Cultural Sebastião Cândido Rios de Trindade Goiás, no município de Trindade - GO;
- 7 - Portaria nº 2.655, de 19 de maio de 2021 - Associação Comunitária e Cultural Tabireense, no município de Tabira - PE;
- 8 - Portaria nº 3.013, de 7 de julho de 2021 - Associação Comunitária e Cultural Castelense de Monte Castelo, no município de Monte Castelo - SC;
- 9 - Portaria nº 3.175, de 30 de julho de 2021 - Associação Comunitária Cultura do Vale, no município de Ceará-Mirim - RN;
- 10 - Portaria nº 3.176, de 28 de julho de 2021 - Rádio Comunitária Diamantina FM de Governador Edison Lobão, no município de Governador Edison Lobão - MA;
- 11 - Portaria nº 3.252, de 4 de agosto de 2021 - Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de São Miguel do Guamá, no município de São Miguel do Guamá-PR;

12 - Portaria nº 3.393, de 11 de setembro de 2021 - Associação de Difusão Comunitária Barraconense, no município de Barracão – RS;

13 - Portaria nº 3.396, de 18 de agosto de 2021 - Associação de Moradores e Amigos de Serranópolis do Iguaçu, no município de Serranópolis do Iguaçu - PR;

14 - Portaria nº 3.492, de 31 de agosto de 2021 - Associação Comunitária Nova Dimensão de Radiodifusão para Desenvolvimento Cultural e Artístico, no município de Barra do Choça - BA;

15 - Portaria nº 3.495, de 31 de agosto de 2021 - Associação Comunitária de Apoio às Entidades - ACAE, no município de Caibi – SC;

16 - Portaria nº 4.120, de 19 de novembro de 2021 - Associação Jardim América de Desenvolvimento e Assistência Comunitária – AJADAC, no município de Capão do Leão – RS;

17 - Portaria nº 5.456, de 2 de maio de 2022 - Associação Comunitária Um Novo Amanhã, no município de Natal - RN; e

18 - Portaria nº 6.257, de 22 de julho de 2022 - Associação Comunitária Cultural Frutalense, no município de Frutal - MG.

Brasília, 22 de novembro de 2022.

SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS

– Concessões de TVs Educativas com envios pelo MCOM de pedidos extinção ou de revogação [CANCELAMENTOS] –

Nr.	Processo	EM Ministério	Data EM	Nr. SEI-PR EM	CNPJ	Entidade	Município	UF	Despacho ou Nota SAG/CC	Data Despacho ou Nota SAG/CC
1	53900.063451/2015-65	Nº 00008/2021 MCOM	15/01/2021	2337380	03.741.557/0001-42	Fundação Educativa de Radiodifusão Futura	São Gonçalo	RJ	67/2021/AS/SAINF/SAG	07/06/2021
2	01250.048763/2019-71	Nº 00001/2021 MCOM	15/01/2021	2337307	88.648.761/0001-03	Fundação Universidade de Caxias do Sul	Caxias do Sul	RS	64/2021/AS/SAINF/SAG	07/06/2021
3	53900.047098/2015-76	Nº 00002/2021 MCOM	15/01/2021	2340386	00.140.372/0001-13	Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural Jerônimo Coelho	Florianópolis	SC	65/2021/AS/SAINF/SAG	07/06/2021
4	53000.023805/2010-78	Nº 00012/2021 MCOM	15/01/2021	2342250	04.530.820/0001-46	Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas	Manaus	AM	46/2021/AS/SAINF/SAG	07/06/2021
5	53000.002668/2003-17	Nº 00005/2021 MCOM	15/01/2021	2342274	05.486.661/0001-92	Fundação Núcleo Cultural Bentogonçalves	Bento Gonçalves	RS	66/2021/AS/SAINF/SAG	07/06/2021
6	53000.007756/1999-31	Nº 00014/2021 MCOM	15/01/2021	2351107	03.523.022/0001-24	Fundação de Fátima	Osasco	SP	73/2021/AS/SAINF/SAG	28/06/2021
7	53000.065990/2005-19	Nº 00062/2021 MCOM	14/04/2021	2504302	03.782.160/0001-28	Fundação Educacional Cultural Comunitária de Integração do Sudoeste de Minas	São Sebastião do Paraíso	MG	40/2021/AS/SAINF/SAG	22/04/2021
8	53524.004462/2018-91	Nº 00067/2021 MCOM	14/04/2021	2526761	03.524.855/0001-00	FUNDATECA - Fundação Triângulo de Educação, Cultura e Artes	Frutal	MG	53/2021/AS/SAINF/SAG	07/06/2021
9	53710.000428/2000-11	Nº 00126/2021/ MCOM	08/09/2021	2928939	19.559.012/0001-89	Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada	Barbacena	MG	19/2021/RADIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR	13/12/2021
10	53830.000644/2000-08	Nº 00134/2021/ MCOM	08/09/2021	2929593	03.849.967/0001-30	Fundação Cultural e Educacional Convenção de Itu	Itu	SP	20/2021/RADIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR	13/12/2021
11	53770.000815/2002-12	Nº 00150/2021 MCOM	13/09/2021	2947544	32.512.501/0001-43	Prefeitura Municipal de Volta Redonda	Volta Redonda	RJ	21/2021/RADIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR	13/12/2021
12	53000.039908/2003-21	Nº 00073/2022 MCOM	20/04/2022	3327451	05.973.114/0001-31	Fundação Educativa e Cultural Vivaldo Nascimento Piotto	Passos	MG	1/2022/RADIODIFUSÃO/SAINF/SAG	16/05/2022

SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO DE SONS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS

– Permissões de FMs Educativas com envios pelo MCOM de pedidos extinção ou de revogação [CANCELAMENTOS] –

Nr.	Processo	EM Ministério	Data EM	Nr. SEI-PR EM	CNPJ	Entidade	Município	UF	Despacho ou Nota SAG/CC	Data Despacho ou Nota SAG/CC
1	53650.000728/2001-32	Nº 00006/2021 MCOM	15/01/2021	2350934	07.597.347/0001-02	Prefeitura de Santana do Cariri	Cariri	CE	31/2021/AS/SAINF/SAG/CC/PR	11/02/2021
2	53000.067387/2011-10	Nº 00061/2021 MCOM	14/04/2021	2605652	05.787.268/0001-39	Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí	Parnaíba	PI	46/2021/AS/SAINF/SAG/CC/PR	30/06/2021
3	53830.002384/2002-69	Nº 00244/2021/ MCOM	13/09/2021	2915197	46.177.523/0001-09	Prefeitura Municipal de São Vicente	São Vicente	SP	12/2021/RÁDIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR	16/11/2021
4	53000.006772/2012-63	Nº 00125/2021/ MCOM	08/09/2021	2915334	13.031.547/0001-04	Fundação Universidade Federal de Sergipe	Itabaiana	SE	13/2021/RÁDIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR	16/11/2021
5	53000.064018/2011-67	Nº 00149/2021/ MCOM	13/09/2021	2916371	10.723.648/0005-73	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - Campus Barbacena	Barbacena	MG	14/2021/RÁDIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR	16/11/2021
6	53000.059021/2011-69	Nº 00275/2022 MCOM	16/09/2022	3639168	11.402.887/0001-60	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	Chapecó	SC	128/2022/RÁDIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR	23/09/2022

SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO DE SONS

– Concessões de OMs Comerciais com envios pelo MCOM de pedidos extinção ou de revogação [CANCELAMENTOS] –

Nr.	Processo	EM Ministério	Data EM	Nr. SEI-PR EM	CNPJ	Entidade	Município	UF	Despacho ou Nota SAG/CC	Data Despacho ou Nota SAG/CC
1	53680.000099/1998-36	Nº 00246/2021/ MCOM	13/09/2021	2920076	01.911.335/0001-24	Rádio Portal de Caxias Ltda.	João Lisboa	MA	16/2021/RÁDIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR	16/11/2021
2	53830.001345/1997-80	Nº 00257/2021/ MCOM	17/09/2021	2929539	01.810.833/0001-80	EBC - Empresa Bauruense de Comunicação Ltda.	Ribeirão Preto	SP	18/2021/RÁDIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR	16/11/2021

– Permissões de FMs Comerciais com envios pelo MCOM de pedidos extinção ou de revogação [CANCELAMENTOS] –

Nr.	Processo	EM Ministério	Data EM	Nr. SEI-PR EM	CNPJ	Entidade	Município	UF	Despacho ou Nota SAG/CC	Data Despacho ou Nota SAG/CC
1	53740.000559/2002-11	Nº 00007/2021 MCOM	15/01/2021	2424044	04.990.575/0001-50	FUNCAVI - Fundação Cultural Canto da Vida	Araucária	PR	36/2021/AS/SAINF/SAG/CC/PR	10/03/2021
2	53000.006481/2010-11	Nº 00110/2021 MCOM	22/06/2021	2674168	11.267.661/0001-02	Sistema Aleluia de Comunicação Ltda.	Jupi	PE	11/2021/RÁDIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR	16/11/2021
3	53900.007957/2014-11	Nº 00192/2021/ MCOM	08/09/2021	2924706	01.769.388/0001-52	Sistema Jovem de Comunicação Ltda.	Ministro Andreazza	RO	15/2021/RÁDIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR	16/11/2021
4	53710.000978/2000-30	Nº 00265/2021/ MCOM	17/09/2021	2928912	03.987.045/0001-90	Sudoeste Comunicações Sociedade Ltda.	São Tomás de Aquino	MG	17/2021/RÁDIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR	16/11/2021
5	53830.000784/2000-78	Nº 00201/2021 MCOM	08/09/2021	2947393	03.867.164/0001-09	Santa Cruz FM Rádio e Jornal Ltda.	Santa Rita do Passa Quatro	SP	1/2022/RÁDIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR	06/01/2022
6	53820.000152/1998-01	Nº 00245/2021 MCOM	13/09/2021	3009343	02.376.811/0001-17	Rádio Cruzeiro Ltda.	Jaraguá do Sul	SC	23/2021/RÁDIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR	13/12/2021
7	53790.000189/2000-56	Nº 00108/2022 MCOM	20/04/2022	3339992	03.785.351/0001-43	Tradicional FM Ltda.	Arroio Grande	RS	67/2022/RÁDIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR	16/05/2022